

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de dois mil e vinte.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

AMORIM

CORTICEIRA AMORIM RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS

31-12-2020

Ano de 2020 (Auditado)

(página intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA 2020

1.1. ECONOMIA MUNDIAL

O ano de 2020 registou um início moderadamente positivo, evidenciando os efeitos decorrentes do crescimento do final de 2019, mas a pandemia Covid-19 alterou drasticamente a conjuntura. Mais do que em qualquer ano recente, a incerteza e as restrições à actividade económica a partir de fevereiro tiveram um fortíssimo impacto na mobilidade e, por conseguinte, no crescimento. A actividade colapsou entre o primeiro e segundo trimestres. A evolução foi inesperada, desafiadora, e com alterações diversas de percurso e ritmo. A Economia Mundial terá contraído 3,5%, uma revisão em alta de 0,9% face ao projetado no Outono 2020 atendendo ao *momentum* na recuperação económica da segunda metade do ano. A evolução económica seguiu de perto o padrão de propagação do vírus, de Este para Oeste. As políticas monetária e fiscal, a par de medidas prudenciais, foram acionadas em ritmo acelerado e de forma coordenada, procurando, inicialmente, estabilizar os *animal spirits* e os fenómenos extremos, e depois, numa segunda fase, suportar a economia e permitir o relançamento futuro. A pandemia mostrou que riscos menos prováveis podem ter um impacto extremo na economia e na sociedade. As medidas de combate à propagação da pandemia oscilaram em função da gravidade da infeção e da sensibilidade social e política, assim também determinando evoluções diferenciadas entre economias e momentos. O ano terminou com clarificação em questões relevantes como a situação política norte-americana e a relação pós-Brexit entre a União Europeia e o Reino Unido. A nível da União Europeia, merece destaque a resposta conjunta à pandemia em termos de medidas fiscais e económicas e em termos de coordenação de resposta ao desafio sobre a saúde pública. O Comércio Internacional terá registado contração de 9,6%. As Matérias-Primas registaram acentuada oscilação de preço durante o ano.

As Economias Avançadas terão observado um decréscimo económico em torno de 4,9%. A **Zona Euro** terá registado uma contração em torno de 7,2%, um valor muito negativo, mas claramente melhor do que a determinada altura de 2020 se antecipou. A paragem acentuada da actividade económica entre março e maio, e o recrudescimento da pandemia no último trimestre do ano, afetaram sobremaneira o sentimento e a actividade económica. Não obstante as restrições impostas, e auto-impostas, terem sido menos severas no final de 2020, e por comparação com o confinamento inicial, a mobilidade diminuiu ainda assim cerca de 17% face ao início do ano. A crise foi abrangente, mas de impacto desigual entre Estados e entre sectores e subsectores, refletindo estruturas económicas diferentes entre países, bem como medidas de contenção diversas. O recurso generalizado a medidas temporárias de retenção de postos de trabalho, apoiadas no instrumento comunitário SURE, a par de diversas outras atuações locais, terá mitigado o impacto no Emprego e no Rendimento dos agregados familiares. Os diversos Estados-Membro do Euro lançaram mão a um conjunto diverso de medidas orçamentais, com impacto diferenciado, mas que se estima representarem cerca de 4,2% do PIB. A Inflação terá registado 0,7%, afastando-se, novamente, da meta de estabilidade de preços. Ao fim de 47 anos, a 31 de janeiro de 2020, o **Reino Unido** deixou a Mercado Único Europeu e entrou no período de transição acordado com a União Europeia. Assolado fortemente pela pandemia, terá registado, estima-se, uma contração de 10%. A **Suécia**, por seu turno, terá contraído 2,9%, enquanto a **República Checa**, seriamente afetada pela segunda vaga covid-19, terá observado uma diminuição acentuada da actividade económica e em torno de 5,7%. Esta evolução terá refletido a disrupção no sector industrial, um sector fortemente orientado para os mercados externos.

Os **Estados Unidos** terão observado uma contração em torno de 3,4%, uma queda na actividade superior à observada na Grande Recessão de 2009. Afectados pela pandemia mais tarde do que outras economias mundiais, evidenciaram um perfil diverso durante o ano. A atuação perante a ameaça à saúde pública terá primado por uma solução menos restritiva em termos de mobilidade e encerramento de actividade económicas, mas por uma

atuação monetária e fiscal substancial, célere e pragmática (a nível de apoios fiscais, um primeiro apoio equivalente a 9% do PIB, a que se seguiu um segundo programa, em dezembro, em ligeiramente superior a 4% do PIB). O rendimento disponível dos agregados familiares terá assim incrementado e, em face da retração prudencial do consumo e do encerramento de inúmeras atividades, conduzindo a um aumento muito significativo da taxa de poupança. O mercado laboral evidenciou uma oscilação extrema, refletindo o ajustamento imediato e violento do tecido empresarial norte-americano: de uma taxa mínima histórica de 3,5%, observada em dezembro de 2019, o mercado laboral degradou-se acentuadamente e registou uma taxa de desemprego de 14,7% em abril, seguindo, desde então, uma tendência de recuperação clara e que conduziu a um referencial de 6,7% no final do ano. A ano terminou com as eleições Presidenciais e com a vitória do candidato Democrata. O **Japão** terá observado uma queda de 5,1% no nível de actividade enquanto a **Austrália** terá observado uma contração da economia em torno de 4,2%.

As Economias Emergentes e em Desenvolvimento registaram contração estimada em torno de 2,4% em 2020. A **China**, o primeiro país a ser afetado pela Covid-19, terá registado um crescimento de 2,3% com a actividade no último trimestre a superar o nível pré-pandemia. Terá sido, saliente-se, a única economia de grande dimensão a registar crescimento em 2020, reflexo da abordagem agressiva e célere perante a propagação do vírus, e da resiliência perante tarifas comerciais e pressão política externa. A contenção acentuada da epidemia terá permitido uma recuperação intensa e suportada na exportação do que as outras economias necessitavam para mitigar a crise pandémica e garantir a actividade enquanto em confinamento. O Investimento terá observado um crescimento robusto. A atuação económica das autoridades terá sido, ainda assim, substancialmente menor do que após a Grande Crise Financeira de 2008, estimando-se em metade do impulso de crédito de então. A **Índia**, por seu turno, terá contraído 8,0%, refletindo uma forte paragem na actividade – ainda assim, uma revisão significativa face aos mais de 10% de queda estimados no Outono de 2020. A América Latina terá registado uma contração em torno de 7,4%, com o **México** a observar uma perda mais acentuada, e que se estima que em torno de 8,5%, e o **Brasil**, comparando melhor, com uma diminuição de 4,5%. A **Argentina**, por seu turno, terá evidenciado uma perda de actividade mais acentuada, próxima de 12,0%. A **África do Sul** terá registado uma redução na actividade económica em torno de 7,5%; a **Rússia**, por sua vez, afetada pela pandemia e pela queda acentuada no preço do petróleo (apenas ultrapassada pela variação observada em 2015) terá registado uma contração económica de 3,6%.

Em 2019, as condições monetárias haviam revertido o curso de normalização observado em 2018, mas observava-se uma gestão ponderada e gradual; em 2020, em face da incerteza, da travagem brusca da actividade económica e da pressão sobre a liquidez, as medidas monetárias tornaram-se ainda mais expansionistas e para níveis absolutamente inesperados uns meses antes. A Reserva Federal norte-americana cortou agressivamente as taxas de juro do USD para um nível praticamente nulo, avançou com compra substancial de ativos e ainda com diversos programas de apoio ao *funding* a diferentes sectores económicos. Em face da elevada pressão mundial sobre a liquidez, especialmente em USD, a FED estabeleceu operações de *swap* de moeda com inúmeros Bancos Centrais. Por último, ancorou a política monetária em níveis baixos de taxas e por um período longo. Na Zona Euro, o BCE reforçou e prolongou temporalmente a atuação ao abrigo dos programas em vigor, estabeleceu novas medidas de compra de dívida soberana dos diferentes Estados-membro (o *Pandemic Emergency Purchase Programme*, PEPP) e reforçou a perspetiva de taxas mais baixas por prazo longo. Outros Bancos Centrais implementaram medidas similares.

1.2. PORTUGAL

A pandemia Covid-19 afetou acentuadamente a economia Portuguesa em 2020, conduzindo a uma contração em torno de 7,6%. Foi a primeira contração desde 2013 e foi excecionalmente acentuada no primeiro semestre do ano devido ao confinamento então registado. O impacto foi notório nas atividades relacionadas com Turismo, cujas receitas terão diminuído 60% face a 2019. O desempenho menos desfavorável da Procura Interna e da Externa Líquida nos últimos meses do ano terão permitido, estima-se, um desempenho melhor do que o antecipado. Com a exceção do Consumo Público, todas as restantes rúbricas da Procura terão contribuído para a variação negativa da actividade. A contração terá sido acentuada a nível das Exportações, especialmente a nível da componente Serviços, e no Investimento. O contributo positivo deverá ter surgido da Construção (menos afetada pela crise de saúde pública) e da Indústria. O Consumo Privado terá observado queda acentuada, com correspondente aumento Poupança (14,3% do rendimento disponível na primeira metade do ano, um aumento de 6,9% face ao final de 2019, com reversão parcial no resto de 2020) atendendo às medidas implementadas para proteger o Rendimento. Em 2020, as exportações terão diminuído 20,1%, e as Importações cerca de 14,4%. O saldo conjunto das Balanças Corrente e de Capital, e que traduz a capacidade de financiamento da economia, terá regressado a valores negativos após sete anos excedentes externos. Refletiu, sobretudo, a redução drástica do

Turismo, deixando evidente o peso significativo deste sector na economia (metade da queda nas Exportações totais é explicada pela queda nas exportações de turismo). O desempenho das finanças públicas refletiu a necessidade de minimizar o impacto da pandemia, tendo Portugal transitado de um excedente fiscal histórico para um défice em torno de 5,7%. O endividamento público aumentou em termos absolutos, o que, a par de uma diminuição do PIB, terá resultado numa acentuada degradação no rácio dívida/PIB e para 133,7%. O Desemprego terá registado uma taxa de 6,8% no ano (6,5% no ano anterior) devido a medidas mitigadoras do impacto da paragem da actividade económica no mercado laboral, tais como o layoff temporário e apoios a trabalhadores independentes, e a uma recuperação mais acentuada da actividade no segundo semestre. Num ano profundamente atípico, o desemprego terá ficado abaixo do antecipado nas estimativas mais otimistas. A passagem para população inativa, por não cumprimento dos requisitos para se ser considerado desempregado, pode ser uma das explicações. A Inflação terá sido nula ou marginalmente negativa.

2. ATIVIDADE DO GRUPO CORTICEIRA AMORIM

2.1. SUMÁRIO DA ATIVIDADE

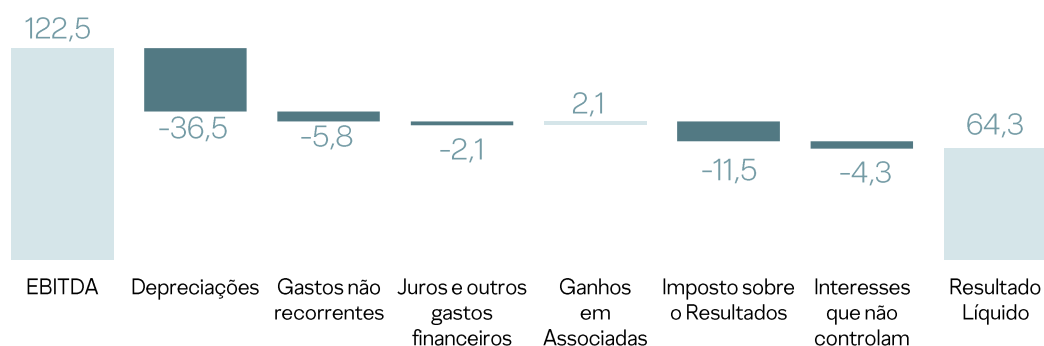
Os resultados da Corticeira Amorim foram impactos pela pandemia Covid-19, cujos efeitos foram sentidos na maior parte do exercício de 2020. Desta forma, os resultados consolidados de 2020 apresentam uma variação negativa face ao ano anterior, explicado essencialmente pela redução das vendas. A melhoria verificada na rentabilidade medida pelo rácio do EBITDA/Vendas permitiu atenuar a redução dos resultados por motivos da pandemia. O aumento dos gastos não recorrentes (essencialmente devido a indemnizações e ao prémio extraordinário aos colaboradores pela celebração dos 150 anos), fez com que a redução dos resultados seja superior à redução do EBITDA.

O EBITDA consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 122,5 M€, um decréscimo de 1,8% face ao ano anterior, mas inferior ao das vendas (-5,2%). O rácio EBITDA/Vendas subiu para 16,6% (FY2019: 16,0%), beneficiando do consumo de matérias-primas adquiridas a preços mais favoráveis, de ganhos de eficiência operacional e de aumentos de preços de venda, que compensaram o efeito negativo de menores níveis de atividade associados à pandemia e da desvalorização cambial. Os preços de compra de cortiça atingiram o seu pico em 2018, verificando-se a normalização dos preços de compra em 2019 e 2020.

O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 64,3 M€, representando uma diminuição de 14,2% relativamente ao ano anterior.

2.2. INDICADORES DA ATIVIDADE

Apresenta-se de seguida os principais indicadores consolidados da CORTICEIRA AMORIM no exercício de 2020:



3. CONTA DE RESULTADOS

A estrutura de custos da Holding teve um ligeiro decréscimo relativamente ao exercício anterior. O valor de gastos com pessoal e fornecimento e serviços externos atingiu os 1.888 K€, o que compara com o valor de 2.170 K€ de 2019.

Durante o exercício foram obtidos dividendos no valor de 38,5 M€ das subsidiárias Amorim Cork, SGPS, S.A., Amorim Natural Cork, S.A., Amorim Cork Research, Lda. e Amorim Cork Composites, S.A.. Em 2019, os dividendos recebidos foram superiores (46 M€) e foram distribuídos pelas seguintes subsidiárias: Amorim Cork, SGPS, S.A., Amorim Natural Cork, S.A. e Amorim Cork Research, Lda..

Em termos de função financeira propriamente dita, há a registar o aumento dos juros suportados, tendo estes atingido os 524 K€ (2019: 442 K€). Os juros obtidos por empréstimos às subsidiárias também registaram um aumento neste exercício tendo atingido os 855 K€ (2019: 837 K€).

O resultado antes de impostos no exercício em apreço foi positivo e ascendeu a 36,391 K€ (2019: 43.770 K€).

Após o registo do imposto sobre os resultados, no total de 215 K€ a favor do Estado (2019: 1.372 K€ a favor da empresa), o resultado líquido foi positivo em 36.177 K€ (2019: 45.142 K€).

4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do ativo atingiu o valor de 463 M€, 14 M€ acima do fecho do ano anterior. As alterações mais relevantes no ativo foram as seguintes: diminuição de suprimentos (13 M€) e operações de tesouraria (12 M€) a empresas do grupo, redução da estimativa de Impostos sobre o Rendimento do exercício (6 M€) e aumento das disponibilidades de caixa e equivalentes (46 M€).

O passivo teve um aumento de cerca de 3 M€ salientando-se o aumento da dívida remunerada em 5 M€.

No final de 2020, o Capital Próprio ascendia a 336 M€ (2019: 324 M€), registando o efeito favorável da aplicação dos resultados do exercício de 2019 (+18 M€) compensado pelo efeito da distribuição de dividendos de 24,6 M€.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

5.1. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

5.1.1 APRECIÇÃO GLOBAL

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia; o ano de 2021 não será diferente, ainda que as expectativas apontem para uma luz ao final do túnel. Em outubro de 2020, o FMI caracterizava, com muita propriedade, a evolução de 2021 como “A Long and Difficult Ascent”; na reavaliação de janeiro deste ano, mais otimista, optou por “Policy Support and Vaccines Expected to Lift Activity”. A **economia mundial** deverá registar em 2021 um crescimento económico de 5,5%, projeção revista em alta face aos números apontados há três meses atrás. Globalmente, as perdas de 2020 não estarão totalmente compensadas até ao final deste ano. A actividade económica deverá ser afetada pelas restrições à mobilidade, pelo impacto negativo no sentimento dos agentes económicos e pelos efeitos prolongados da pandemia sobre empresas e restantes agentes. A reação deverá ser distinta entre países e sectores económicos, mas a interligação existente, fruto da globalização, cadeias de fornecimento e integração mundial, permite antecipar que nenhuma região estará imune à evolução das restantes. A dicotomia Indústria e Serviços manter-se-á e, dentro dos Serviços, entre os mais expostos às restrições e os restantes. O perfil de contração e recuperação posterior será assim diferente de Economia para Economia e a diversificação será crítica. O caminho para a normalidade será a meta. Pelo lado positivo, uma

atuação abrangente e célere dos planos de vacinação, permitirá uma diminuição da crise de saúde pública, menores restrições à mobilidade e o acionar da pent up demand que se estima existir como reserva após tantos meses de limitações. Os riscos negativos que pendem sobre a actividade passam pelas mutações do vírus SARS-CoV-2, obstáculos na progressão para a imunidade de grupo e pela menor confiança dos agentes económicos. Nenhuma economia é uma “ilha” no que à pandemia diz respeito, pelo que a atuação global é crítica. Adicionalmente, a valorização, aparentemente excessiva, de alguns ativos financeiros, e divergência crescente entre Mercados Financeiros e Fundamentais económicos, são desafios à sustentabilidade da evolução económica e social.

Um programa adicional de estímulos fiscais de montante elevado nos Estados Unidos (e também no Japão) terá, antecipa-se, impacto positivo a nível mundial. O petróleo deverá valorizar em 2021, refletindo a recuperação económica antecipada e a gestão da Oferta pela OPEP+. Ainda assim, deverá ficar aquém do preço médio registado em 2019. As restantes commodities deverão seguir trajetória ascendente, especialmente os metais, segmento onde se antecipa um incremento acentuado. O Comércio Internacional deverá recuperar e o volume global deverá observar incremento em torno de 8,0%.

A **Zona Euro** deverá registar em 2021 um crescimento em torno de 4,2%, podendo retomar os níveis pré-pandemia na segunda metade de 2022. A perspetiva é hoje menos favorável do que no Outono em face do recrudescimento da pandemia no Continente Europeu, e do aparecimento e propagação de variantes mais infecciosas do vírus. Novas limitações à mobilidade afetaram a economia no final de 2020 e condicionaram o início do novo ano. A recuperação acontecerá, estima-se, mais tarde e de forma mais progressiva, e deverá ser, receia-se, menos uniforme entre países e sectores. Um plano abrangente e eficaz de vacinação, já em marcha, pode despoletar um incremento acentuado da confiança e, atendendo ao valor crescente de poupança que se estima ser detido pelos agregados familiares europeus após acumulação durante 2020, um aumento significativo da Procura. A aprovação do Orçamento Comunitário plurianual e da iniciativa NextGenerationEU, em final de 2020, condições favoráveis de financiamento, e a manutenção de medidas de apoio à economia e emprego, são fatores positivos adicionais. Tudo deverá depender, antecipa-se, do grau de confiança dos consumidores. As economias mais afetadas pela crise de saúde pública, e com maior dependência do Turismo, deverão ser as que mais demorarão a recuperar. A efetivação do Plano de Recuperação e Resiliência (cujo desembolso se estima vir a ter lugar início na segunda metade do ano), tenderá a impulsionar a economia de forma sustentada e a mitigar os efeitos de aumento das insolvências e desemprego de longa-duração. As negociações entre a União Europeia e o Reino Unido permitiram alcançar um Acordo de Livre Comércio e de Cooperação em dezembro de 2020, o que terá conduzido, antecipa-se, a um menor custo de separação e ajustamento à nova realidade. Os apoios fiscais extraordinários, críticos no ano transato, deverão ser gradualmente revertidos pelo que se antecipa que correspondam a 2,4% do PIB em 2021. O Reino Unido deverá crescer 4,5% em 2021, um ritmo superior ao evidenciado pela União Europeia. A abrangência e rapidez da vacinação, à data, permitem antecipar um contexto mais favorável à evolução económica e que permita contrabalançar parcialmente o impacto negativo decorrente da adaptação à realidade pós-Brexit. O facto do Acordo acima referido, entre a União Europeia e o Reino Unido, não ter acautelado de forma abrangente os Serviços, e ser possível a imposição de barreiras de diversa ordem a nível das exportações deste sector, pode constituir um risco negativo sobre a evolução em 2021. A Suécia deverá observar expansão em torno de 2,7%, beneficiando da recuperação dos seus principais parceiros comerciais, enquanto a República Checa crescerá, estima-se, 3,2%.

Os **Estados Unidos** iniciaram 2021 com uma transição de poder entre a Administração Trump, Republicana, e a Administração Biden, Democrata, facto relevante por não ter seguido o padrão de dois mandatos consecutivos de um mesmo Presidente, e pelo facto de os Democratas terem alcançado vantagem nas duas Câmaras do Congresso. A polarização da sociedade é um dos maiores desafios políticos, sociais e económicos que os cidadãos e a liderança política norte-americana enfrentam. A economia encontra-se afetada pela pandemia e, não obstante a recuperação, antecipa-se que a nova Administração avance com um conjunto de medidas fiscais ambiciosas (e que inclui a iniciativa Build Back Better) que se estima atingir o equivalente a 10% do PIB. O debate sobre o impacto inflacionista de um tal pacote de apoios domina a conjuntura, afeta as expectativas inflacionistas medidas pelo mercado, e o próprio debate em torno da alteração de política monetária a implementar no futuro próximo pela Reserva Federal norte-americana. O crescimento económico em 2021 poderá atingir 5,1%, uma revisão em alta face a projeções anteriores, e que permitirá um regresso aos níveis de actividade pré-pandemia já em 2021. O Consumo dos norte-americanos deverá contribuir

positivamente para a expansão económica, estando suportado na elevada poupança alcançada no ano anterior e nas ajudas diretas aos cidadãos. Os primeiros meses de 2021 deverão evidenciar contração económica no **Japão** atendendo às restrições à mobilidade entretanto impostas. Antecipa-se que a evolução posterior venha a ser positiva, mas estará dependente, em larga medida, da realização ou não dos Jogos Olímpicos e, a realizarem-se, do formato em que este evento terá lugar. O **Japão** deverá crescer 3,1%. A **Austrália** deverá crescer 3,0%.

Estima-se que as Economias Emergentes e em Desenvolvimento observem crescimento em torno de 6,3%, um valor revisto em alta face a projeções recentes. Beneficiarão, estima-se, de uma valorização das commodities. A **China**, uma das poucas economias a crescer em 2020, deverá evidenciar uma expansão em torno de 8,1%. Em aberto, a relação institucional com os Estados Unidos após a fase de disputa comercial dos anos mais recentes. O endividamento acentuado é uma das preocupações apontadas pelos economistas e reconhecido pelas autoridades. Outra, o peso menor do Consumo no PIB e a dependência da Procura Externa. As restantes Economias Emergentes tenderão a evidenciar um perfil diverso, sobretudo as mais dependentes de receitas do petróleo ou turismo. Um dos riscos negativos é o de instabilidade social face ao acesso menos fácil à vacinação ou devido ao aumento das desigualdades. A **Índia** deverá crescer 11,5% em 2021, o ritmo mais elevado das principais economias mundiais. O **México** e o **Brasil**, duas economias muito afetadas pela pandemia, deverão observar uma expansão em torno de 3,6% e 4,3%, respetivamente; a **Argentina**, por seu turno, deverá crescer 4,9%. A **África do Sul** beneficiará de um contexto favorável às Economias Emergentes, e que passa pela valorização do preço das commodities, enfrentando, paralelamente, os desafios decorrentes da propagação da epidemia, do desempenho menos expedito da vacinação, e de desafios estruturais como sejam a fiabilidade no fornecimento de energia elétrica, a implementação de reformas estruturais, e o financiamento da dívida pública. Antecipa-se que cresça 2,8% em 2021. A **Rússia** deverá crescer em torno de 3,0%, beneficiando da evolução do preço dos fatores energéticos e de condições monetárias favoráveis.

A política monetária deverá manter em 2021 as condições fortemente acomodáticas implementadas de forma célere em reação à pandemia, e que permitiram sustentar a queda nos mercados financeiros e lançar as bases para a recuperação económica posterior. A gestão das expectativas de manutenção de taxas de juro baixas, e a injeção permanente de liquidez, deverão manter-se, não obstante as expectativas de reflução da economia mundial e a divergência entre a valorização dos ativos financeiros e as condições fundamentais macroeconómicas. A nível da Inflação, poderão ser observáveis sinais altistas, em parte pelos efeitos base, em parte por alguns constrangimentos a nível da Oferta de matérias-primas, componentes industriais ou mesmo transporte internacional. Projeta-se que a Inflação seja inferior a 2,0% nas Economias Desenvolvidas e acima de 4,0% nas Emergentes. A China poderá, eventualmente, ser uma das economias a iniciar o processo de normalização monetária. A política fiscal, a outra alavanca a que as Autoridades recorreram em 2020, manter-se-á genericamente expansionista, passando inclusive por apoios extra como o que se antecipa vir a ser apresentado e aprovado nos EUA.

5.1.2 PORTUGAL

Portugal iniciou 2021 com a imposição de novas medidas de confinamento em face do acentuado agravamento da epidemia. Medidas menos restritivas do que as definidas em 2020, a adaptação do tecido económico e a maior resiliência, serão fatores amenizadores do impacto económico. Ainda assim, os primeiros meses deverão evidenciar contração da actividade em face das limitações e da perspetiva de uma reabertura longa no tempo e gradual nas diferentes áreas sectoriais. As perspetivas de crescimento encontram-se dependentes da propagação do vírus, do desempenho do programa de vacinação, e da forma como o sentimento económico reagir ao evoluir do contexto, mas, genericamente, assumem uma evolução favorável da crise de saúde pública, uma recuperação do Turismo e atividades conexas, especialmente no Verão, e da cultura e entretenimento, e uma retoma rápida do Investimento. Portugal deverá beneficiar em 2021-23 dos fundos contemplados no Plano Next Generation EU, prevendo-se que venha a receber o equivalente a 3,7% PIB, em média, numa base anual. Os riscos negativos passam pelo impacto, eventual, do fim de medidas temporárias de apoio à economia, inicialmente ponderadas para aplicação limitada no tempo e que foram, entretanto, prolongadas, nomeadamente as moratórias de crédito. O peso elevado do sector do Turismo no PIB, e as ameaças que continuam presentes sobre este sector, representam fatores limitador da recuperação económica. O aumento do endividamento e do risco de crédito, bem como da carteira de mal-parado,

merecem acompanhamento. De tal forma se mostram incertos os próximos meses que o intervalo de previsões de crescimento é anormalmente largo. Ainda assim, antecipa-se um crescimento de 3,9%. O PIB deverá retomar os níveis pré-pandemia apenas em final de 2022. A nível das Contas Públicas, antecipa-se uma correção do défice orçamental depois da degradação observada em 2020, beneficiando da recuperação da economia, por um lado, e da diminuição gradual de apoios públicos, por outro. O endividamento público, pelo contrário, deverá registar novo aumento. Em 2021, a Balança Corrente e de Capital deverá apresentar saldo positivo, mantendo-se a degradação do saldo comercial de Bens e Serviços (projeta-se um crescimento de 9,1% a nível das Exportações e de 8,8% nas Importações), nomeadamente por via recuperação demorada da exportação de Serviços (Turismo), mais do que compensada pelo recebimento de fundos de apoio europeus. O mercado de Trabalho encontra-se condicionado por medidas temporárias e pelo incremento da População Inativa. A realocação de trabalhadores exigirá incrementos dos esquemas de formação. As decisões de contratação estarão, antecipa-se, condicionadas por recursos subutilizados e incerteza relativamente ao futuro. A taxa de desemprego deverá seguir tendência crescente, estimando-se que atinja um valor próximo de 8,8%. A Inflação deverá registar incremento marginal em 2021, inicialmente pela subida dos preços dos fatores energéticos, e posteriormente, pela recuperação dos preços dos Serviços. As projeções apontam para 0,3%.

5.2. RESULTADOS

Estando prevista a distribuição de dividendos significativos por parte de participadas da CORTICEIRA AMORIM, que mais que compensarão os custos de estrutura e o saldo de financiamento, prevê-se que o exercício de 2021 termine com um resultado positivo.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2020, no valor de € 36.176.565,39 (trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos), o Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 36.176.565,39 (trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Dividendos: € 24.605.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: € 11.571.565,39 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos).

7. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2021 o grau de incerteza ainda é elevado, a evolução e a extensão do processo de vacinação em curso, a eficácia da vacina, contrabalançadas pela eventual necessidade de implementação de medidas de contenção adicionais, determinarão os efeitos sobre a economia global e padrões de consumo e, consequentemente, sobre a atividade da Corticeira Amorim.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- Aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- Às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada; e
- Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.

A todos os Colaboradores, cujo profissionalismo, disponibilidade e empenho contribuem para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes expressamos o nosso apreço.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

O capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	67.830.000	51,000%	51,000%
Great Prime, S.A.	13.725.157	10,320%	10,320%
Amorim, Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	13.414.387	10,086%	10,086%
<i>Freefloat*</i>	38.030.456	28,594%	28,594%
Total	133.000.000	100,000%	100,000%

* inclui 3 045 823 ações (2,29%) detidas pelos fundos sob gestão do Santander Asset Management, SA, SGIC (comunicação recebida pela sociedade em 6 de junho de 2019).

Nos quadros seguintes encontra-se a identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nrº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis e da fonte e causa de imputação.

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (a)		
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) As ações com direito de voto na Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. são integralmente detidos por três sociedades, a Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A. (11,392%), a Amorim Holding II, SGPS, S.A. (38,608%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na sociedade, terminando por isso nesta, a cadeia de imputação, nos termos do Artº 20º do Cod.VM. O capital social e direitos de voto das referidas três sociedades, por seu turno, é detido, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoeuro SGPS, S.A. e da Oil Investment, B.V.) pela Senhora Dona Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim e filhas, e, no caso da terceira, pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

Acionista Great Prime S.A. (b)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 725 157	10,320%
Total imputável	13 725 157	10,320%

Acionista Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Great Prime S.A. (b)	13 725 157	10,320%
Total imputável	13 725 157	10,320%

(b) O capital social da Great Prime, S.A. é integralmente detido por três Sociedades Holding: API Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A. (19,80%), Vintage Prime, SGPS, S.A. (19,80%) e A Porta da Lua, S.A. S.A. (60,40%), esta última detida integralmente por Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim.

Acionista Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (c)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(c) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido pelo Senhor António Ferreira Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da sociedade.

2. INFORMAÇÃO PREVISTA NOS ARTIGOS 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

2.1 Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade

Durante o exercício de 2020, os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2020, não detinham ações da Corticeira Amorim.

2.2 Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização

Durante o exercício de 2020 não houve transações nos termos previstos nesta nota.

2.3 Outras alterações de titularidade direta de ações da Corticeira Amorim em sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de Administração ou de fiscalização

Durante o exercício de 2020 não houve alterações de titularidade nos termos previstos nesta nota.

2.4 Ações Corticeira Amorim detidas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é titular de 67.830.000 ações representativas de 51% do capital social e direitos de voto da Corticeira Amorim.

António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, Vogal, Vogal, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

- ii. A sociedade Great Prime, S.A. – em Liquidação, na qual Luísa Alexandra Ramos de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo Liquidatária, é titular de 13.725.157 ações representativas de 10,320% do capital social, às quais correspondem 10,320% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- iii. A sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é titular de 13.414.387 ações representativas de 10,086% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim. António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista (respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) exercem o cargo de Administradores da Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2020, referida nos pontos i. e ii. e iii. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

2.5 Transações de Dirigentes

Conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que, no ano 2020, não foram realizadas transações de ações da Corticeira Amorim por entidades relacionadas com os seus Dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a Corticeira Amorim, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

2.6 Relação dos Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da Empresa

- I. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. é titular de 67 830 000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- II. A sociedade Great Prime, S.A. é titular de 13 725 157 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,320% do capital social e a 10,320% dos direitos de voto;
- III. A sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é titular de 13 414 387 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto.

A titularidade referida nos pontos i., ii. e iii. registava-se a 31 de dezembro de 2020, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da Posição Financeira

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	31 dez. 2020	31 dez. 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos por direito de uso	5	43	-
Investimentos em subsidiárias	6	257 624	258 069
Outros ativos financeiros		54	52
Empresas do grupo	7	99 355	111 915
Ativos por impostos diferidos		197	-
		357 273	370 036
Ativo corrente			
Empresas do grupo	7	56 248	68 932
Imposto sobre o rendimento	8	1 984	7 640
Outras contas a receber	9	545	1 604
Gastos a reconhecer		55	13
Caixa e depósitos bancários	10	46 451	56
		105 283	78 245
Total do Ativo		462 556	448 281
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		133 000	133 000
Prémios de emissão		38 893	38 893
Reservas legais		26 600	24 471
Outras reservas		101 220	82 812
	11	299 713	279 176
Resultado líquido do período		36 177	45 142
Total do capital próprio		335 889	324 318
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Dívida remunerada	13	80 000	45 000
Passivos de locação	6	29	-
Passivos por impostos diferidos	14	8 218	8 159
		88 247	53 159
Passivo corrente			
Dívida remunerada	13	33 168	63 612
Fornecedores		57	52
Empresas do grupo	7	4 552	6 494
Passivos de locação	6	14	-
Outras contas a pagar	15	628	646
		38 419	70 804
Total do passivo		126 667	123 963
Total do capital próprio e do passivo		462 556	448 281

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados por Naturezas

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Ganhos/perdas de subsidiárias	17	38 055	45 941
Fornecimentos e serviços externos	18	- 439	- 466
Gastos com o pessoal	19	- 1 449	- 1 704
Outros rendimentos e ganhos	21	250	2
Outros gastos e perdas	22	- 128	- 187
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36 289	43 586
Gastos/reversões de depreciação e amortização		- 14	- 16
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		36 275	43 570
Rendimentos financeiros	23	855	837
Gastos financeiros	23	- 739	- 637
Resultados antes de impostos		36 391	43 770
Imposto sobre os resultados	24	- 215	1 372
Resultado líquido		36 177	45 142

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral

(Valores expressos em milhares de euros)	2020	2019
Resultado líquido do período	36 177	45 142
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados (líquidos de imposto)</i>		
Gastos reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-
Rendimentos reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-
Rendimentos integrais totais do período	36 177	45 142

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

(Valores expressos em milhares de euros)

Ano de 2020	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2019	Distribuição de dividendos	Resultado integral de 2020	Saldo final
Capital social	133 000	-	-	-	133 000
Prémios de emissão de ações	38 893	-	-	-	38 893
Reservas legais	24 471	2 129	-	-	26 600
Outras reservas	82 812	43 013	- 24 605	-	101 220
Resultado líquido	45 142	- 45 142	-	36 177	36 177
Total do Capital Próprio	324 318	- -	24 605	36 177	335 890

Ano de 2019	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2018	Distribuição de dividendos	Resultado integral de 2019	Saldo final
Capital social	133 000	-	-	-	133 000
Prémios de emissão de ações	38 893	-	-	-	38 893
Reservas legais	21 494	2 977	-	-	24 471
Outras reservas	62 165	56 556	- 35 910	-	82 812
Resultado líquido	59 533	- 59 533	-	45 142	45 142
Total do Capital Próprio	315 086	0	- 35 910	45 142	324 318

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos De Caixa

(Valores expressos em milhares de euros)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	- 440	- 415
Pagamentos ao pessoal	- 1404	- 1416
Fluxo gerado pelas operações	- 1844	- 1831
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3 587	4 736
Outros recebimentos/pag. relativos à atividade operacional	- 583	- 443
Fluxos das atividades operacionais	1160	2 462
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	123 048	112 387
Juros e rendimentos similares	951	993
Dividendos	38 500	46 066
	162 499	159 446
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	- 96 792	- 147 727
Passivos de locação	- 37	-
Fluxos das atividades de investimento	65 670	11 719
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	99 850	86 850
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	- 95 200	- 62 525
Juros e gastos similares	- 468	- 600
Dividendos	- 24 605	- 35 909
	- 120 273	- 99 034
Fluxos das atividades de financiamento	- 20 423	- 12 184
Variação de caixa e seus equivalentes	46 408	1 997
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	- 1 954
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	43

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da CORTICEIRA AMORIM e suas participadas) resultou da transformação da CORTICEIRA AMORIM, S.A. numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

A atividade da CORTICEIRA AMORIM estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A CORTICEIRA AMORIM é uma empresa portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as ações representativas do seu capital social de 133 000 000 Euros cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2020, de 67 830 000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51,00% do capital social. A CORTICEIRA AMORIM é incluída no perímetro de consolidação da Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é detida a 100% pela Família Amorim.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em Conselho de Administração no dia 29 de março de 2021. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

Covid-19:

O ano de 2020 ficou inextricavelmente marcado pela pandemia COVID-19. Neste contexto, a Corticeira Amorim demonstrou uma grande resistência, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras – ver nota 4 a respeito da gestão do risco financeiro.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotado na União Europeia, em vigor para períodos iniciados em 1 de janeiro de 2020. Estas têm por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros, os quais são registados de acordo com a IFRS 9.

Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

As normas (novas e alterações) que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2020 são as seguintes:

- **IFRS 3 (alteração)**, ‘Definição de negócio’. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem

outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração)**, 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.
- **IAS 1 e IAS 8 (alteração)**, 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeira individuais da Corticeira Amorim.

As normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela União Europeia são as seguintes:

- **IFRS 16 (alteração)**, "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.
- **IFRS 4 (alteração)**, 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações)**, 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como um componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

Não são estimados impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais da Corticeira Amorim com a aplicação destas normas e alterações.

As normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou são as seguintes:

- **IAS 1 (alteração)**, 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 16 (alteração)**, 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37 (alteração)**, 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
- **IFRS 3 (alteração)**, 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos

passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

- **IFRS 17 (nova)**, 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17 (alteração)**, 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

A Corticeira Amorim está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, ou antecipadamente quando permitido.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

- **Direitos de uso**

A Corticeira Amorim avalia, no início do contrato, se um contrato é ou contém uma locação. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma retribuição.

A Corticeira Amorim aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, exceto para locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor. A Corticeira Amorim reconhece os passivos de locação correspondentes aos pagamentos a efetuar e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

Direito de uso

Como locatária, a Corticeira Amorim reconhece o Direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os Direitos de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade, e ajustados para qualquer remensuração dos passivos de locação. O custo do Direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos diretos iniciais

incorridos e pagamentos da locação efetuados antes ou depois da data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos. Os Direitos de uso são depreciados pelo método das quotas constantes pelo menor entre o prazo do contrato de locação e da vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Número de anos</u>
Viaturas	4

Se a propriedade do ativo locado for transferida para a Corticeira Amorim no final do prazo da locação ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada usando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos ao registo de imparidades, de acordo com a política apresentada na secção "Imparidade de ativos não financeiros".

Passivos de locação

Na data de início da locação, a Corticeira Amorim reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem efetuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos a receber a receber, pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou taxa e valores que espera vir a pagar relacionados com garantias relativas ao valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente expectável que será exercida pela Corticeira Amorim e pagamentos de multas por rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir que a Corticeira Amorim exercerá a opção de rescisão.

Pagamentos de locação variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que o evento ou condição que aciona o pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Corticeira Amorim usa uma taxa de empréstimo incremental na data de início da locação, porque a taxa de juro implícita na locação não é determinada de forma imediata. Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor dos passivos de locação é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamentos de locação mercantil) ou uma alteração na avaliação sobre o exercício de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os passivos de locação da Corticeira Amorim estão incluídos na dívida remunerada.

Locação de curto prazo e locação de ativos de baixo valor

A Corticeira Amorim aplica a isenção de reconhecimento de locação de curto prazo, ou seja, aqueles que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor às locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de locação de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo prazo da locação.

Corticeira Amorim como locadora

Em 31 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim não tem ativos enquanto locadora.

- **Investimentos em subsidiárias e associadas**

Consideram-se subsidiárias, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM tem controlo. A CORTICEIRA AMORIM controla quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades da entidade.

Consideram-se associadas, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são, inicialmente, valorizados ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. Subsequentemente, as participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade, se existentes, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Na aquisição de subsidiárias é seguido o método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição serão mensurados inicialmente pelo justo valor à data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da CORTICEIRA AMORIM nos ativos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na subsidiária.

Os dividendos recebidos de subsidiárias e associadas são registados como rendimento do exercício quando deliberados pela Assembleia Geral.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são avaliados em cada exercício quanto a possíveis indícios de imparidade.

- **Imparidade de ativos financeiros**

A Empresa avalia a cada data de reporte a existência de imparidade nos ativos financeiros ao custo amortizado.

Um ativo financeiro está em imparidade se eventos ocorridos após o reconhecimento inicial tiverem um impacto nos *cash flows* futuros estimados do ativo que possa ser razoavelmente estimado.

A perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor contabilístico e o valor esperado dos *cash flows* futuros (excluindo perdas futuras que não tenham sido incorridas), descontadas à taxa de juro efetiva do ativo no momento do reconhecimento inicial. O montante apurado é reduzido ao valor contabilístico do ativo e a perda reconhecida na Demonstração dos Resultados.

- **Transações em moeda estrangeira**

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos nos resultados do exercício.

- **Clientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes e outras a receber, incluindo empréstimos a empresas do grupo, são inicialmente mensuradas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, ajustadas por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que se verificarem.

Os valores a médio e longo prazo são atualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento do devedor para períodos semelhantes.

As dívidas de clientes e outras contas a receber, incluindo empréstimos a empresas do grupo, são desreconhecidas quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

- ***Caixa e equivalentes a caixa***

O montante incluído em “Caixa e depósitos bancários” é composto pelos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, o valor de “Caixa e equivalentes a caixa” inclui ainda os valores a descoberto de contas de depósitos bancários que estão incluídos no passivo corrente em “Financiamentos obtidos”.

- ***Fornecedores e outras contas a pagar***

As dívidas a fornecedores e as relativas a outros credores são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São classificadas como passivo corrente exceto se a CORTICEIRA AMORIM tiver o direito incondicional de diferir o seu pagamento por mais de um ano após a data de reporte.

- ***Dívida remunerada***

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- ***Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento***

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal.

A Sociedade é tributada pelo regime especial de determinação da matéria coletável (RETGS) em relação às sociedades do grupo em que a CORTICEIRA AMORIM é dominante, consignado pelo artigo 69.º do código do IRC.

O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial, com base na sua situação fiscal individual, e imputado à CORTICEIRA AMORIM (empresa dominante do grupo do RETGS).

O cálculo da estimativa para impostos é efetuado com base na matéria coletável consolidada das seguintes empresas (incluídas no RETGS):

- Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- All Cllosures In, S.A.
- Amorim Bartop – Investimentos e Participações, S.A.
- Amorim Champcork, S.A.
- Amorim Cork Composites, S.A.
- Amorim Cork Flooring, S.A.
- Amorim Cork Insulation, S.A.
- Amorim Cork Research, Lda.
- Amorim Cork Services, Lda.
- Amorim Cork Ventures, Lda.

- Amorim Cork , S.A.
- Amorim Cork, SGPS, S.A.
- Amorim Florestal, S.A.
- Amorim Florestal II, S.A.
- Amorim Florestal III, S.A.
- Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, S.A.
- Amorim Natural Cork, S.A.
- Amorim Sports. Lda.
- Amorim Subertech, S.A.
- Amorim Top Series, S.A.
- BIOCAPE – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda.
- Compruss – Investimentos e Participações, Lda.
- COSABE – Companhia Silvo Agrícola da Beira, S.A.
- Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.
- Florconsult – Consultoria e Gestão, Lda.
- Portocork Internacional, S.A.
- Postya – Consultadoria e Marketing, Lda.
- Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.
- Vatria – Consultadoria e Marketing, Lda.

Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos da consolidação fiscal, são da responsabilidade da empresa consolidante.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efetuada uma reapreciação dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data de transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

• ***Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes***

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

- ***Instrumentos financeiros derivados***

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e *swaps*, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros para especulação. A empresa adota a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) respeitando integralmente o disposto nos normativos respetivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respetiva administração. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço ao seu justo valor.

No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar os instrumentos de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados, juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, os ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidos no capital próprio, sendo transferidos para resultados no período em que o respetivo item coberto afeta resultados; a parte ineficaz será reconhecida diretamente nos resultados.

- ***Eventos subsequentes***

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

- ***Capital Próprio***

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da CORTICEIRA AMORIM, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de "Ações Próprias".

- ***Estimativas e pressupostos críticos***

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito a CORTICEIRA AMORIM faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão

plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

As estimativas mais relevantes nas presentes demonstrações financeiras referem-se às provisões constituídas para processos e outras contingências fiscais, as quais têm por base a melhor estimativa da gestão das perdas que poderão existir no futuro associadas a esses processos e a valorização dos investimentos em subsidiárias, cuja análise do valor recuperável assenta nas perspetivas de *cash flows* futuros dessas entidades.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a vários riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de liquidez e risco de capital. A propagação da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para a conter, tiveram um impacto significativo nos riscos financeiros aos quais a CORTICEIRA AMORIM poderá estar submetida, obrigando ao reforço do seu acompanhamento e controlo.

- **Risco de mercado**

A exposição da CORTICEIRA AMORIM ao risco de mercado traduz-se na sua exposição ao risco de taxa de juro.

A 31 de dezembro de 2020, do total da dívida remunerada, 65 milhões de euros venciam juros a taxa fixa (30 M€ em 31 de dezembro de 2019).

À data de 31 de dezembro de 2020, por cada 0,1% de variação nas taxas de juro de empréstimos denominadas em euros, o efeito no resultado líquido da CORTICEIRA AMORIM seria cerca de 93 K€ (109 K€ em 2019).

- **Risco de Liquidez**

O departamento de tesouraria da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os *cash flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às varias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Os *cash flows* não descontados estimados pela maturidade contratual, para os passivos financeiros (derivados e não derivados) em aberto à data de relato financeiro são apresentados abaixo:

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	33 168	25 000	20 000	35 000	113 168
Passivo de locação	14	29	-	-	43
Fornecedores	57	-	-	-	57
Empresas do grupo	4 552	-	-	-	4 552
Outras contas a pagar	628	-	-	-	628
Total a 31 de dezembro de 2020	38 419	25 029	20 000	35 000	118 449

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	63 612	5 000	30 000	10 000	108 612
Fornecedores	52	-	-	-	52
Empresas do grupo	6 494	-	-	-	6 494
Outras contas a pagar	646	-	-	-	646
Total a 31 de dezembro de 2019	70 804	5 000	30 000	10 000	115 804

A cobertura do risco de liquidez é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito e programas de emissão de papel comercial imediatamente disponíveis, e, eventualmente, pela existência de depósitos bancários. Devido à pandemia Covid-19, a Corticeira Amorim reforçou as referidas linhas e programas que estavam disponíveis anteriormente e contratou novos financiamentos. Desta forma, a Corticeira Amorim terminou o ano com linhas de crédito e programas de emissão de papel comercial não utilizados num total de 121.000 K€ (em 31 de dezembro de 2019 o valor comparável era de 50.988 K€). Se adicionarmos o Caixa e Equivalentes, a Reserva de Liquidez no final de 2020 era de 46.451 K€ (56 K€ em 31 de dezembro de 2019).

Desta forma, não se estima que a pandemia Covid-19 coloque em causa a liquidez da Corticeira Amorim.

- **Gestão de capital**

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *Stakeholders* da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração tem considerado 40% como sendo o valor indicativo de uma estrutura ótima, atendendo às características da Empresa e do setor económico em que se enquadra. Considera ainda que, conforme as condições objetivas da conjuntura económica em geral e do setor em particular, aquele rácio, para o conjunto das empresas do Grupo, não deverá desviar-se significativamente do intervalo 40%-50%. No entanto, em termos de contas individuais, este rácio apresentou valores mais elevados, conforme segue:

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Capital Próprio a 31 de dezembro	335 889	324 318
Ativo a 31 de dezembro	462 556	448 281
Autonomia Financeira	73%	72%

Não se estima que eventuais efeitos significativamente adversos da pandemia Covid-19 coloquem em causa a continuidade das operações da Corticeira Amorim.

5. ATIVOS POR DIREITO DE USO

	Direto de uso
Valores Brutos	48
Depreciações e Ajustamentos	39
ABERTURA (1 de janeiro 2020)	9
Aumentos	47
Diminuições	- 37
Depreciações do exercício	14
Valores Brutos	58
Depreciações e Ajustamentos	15
FECHO (31 de dezembro 2020)	43

6. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Saldo inicial	258 069	258 194
Diminuições	- 445	- 125
Saldo final	257 624	258 069

- **DIMINUIÇÕES**

Em 2020, as diminuições referem-se ao aumento de imparidades na Amorim Cork Services, Lda. (419 K€) e na Amorim Cork Ventures, Lda. (26 K€).

Em 2019, as diminuições referem-se ao aumento de imparidades na Amorim Cork Services, Lda. (81K€) e na Amorim Cork Ventures, Lda. (44 K€).

Indicam-se, abaixo, as participações da Empresa em subsidiárias, nenhuma cotada em bolsa, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Empresas	Sede	31 dez. 2020			31 dez. 2019		
		Valor	% de Participação	Capital Próprio	Valor	% de Participação	Capital Próprio
Amorim Cork, SGPS, S.A.	S. M ^o . Lamas	8 344	100%	223 992	8 344	100%	212 242
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	42 076	100%	35 405	42 076	100%	33 301
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	2 430	100%	5 394	2 430	100%	4 993
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	2 700	100%	2 699	3 119	100%	3 119
Amorim Cork Ventures, Lda.	Mozelos	14	99,95%	450	40	99,95%	475
Amorim Cork Insulation, S.A.	Vendas Novas	900	20%	10 912	900	20%	10 519
Amorim Natural Cork, S.A.	Mozelos	52 056	100%	70 694	52 056	100%	70 873
Amorim Cork Flooring, S.A.	S.P.Oleiros	80 000	100%	58 675	80 000	100%	64 594
General Inv. & Part. Ginpar – S.A.	Marrocos	54	99,76%	60	54	99,76%	60
		188 574			189 019		

Os valores apresentados correspondem ao custo de aquisição das participadas, exceto nos casos em que tenham sido registadas perdas por imparidade e que se apresentam no quadro a seguir (valores em 31 de dezembro de 2020 e de 2019).

Nesta data, são apresentadas as Demonstrações financeiras consolidadas, as quais evidenciam na Nota 8 (Relato por segmento), os principais contributos de cada uma das subsidiárias acima referidas.

	31 dez. 2020			31 dez. 2019		
	Custo de Aquisição	Imparidade	Valor Líquido	Custo de Aquisição	Imparidade	Valor Líquido
Amorim Cork Services, Lda.	4 950	2 250	2 700	4 950	1 831	3 119
Amorim Cork Ventures, Lda.	1 000	986	14	1 000	960	40
General Inv. & Participa.- Ginpar-S.A.	204	150	54	204	150	54

A rubrica 'Investimentos em subsidiárias' inclui, ainda, prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares à Amorim Cork Composites, S.A. e à Amorim Cork, SGPS, S.A., conforme segue:

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Amorim Cork Composites, S.A.	14 050	14 050
Amorim Cork, SGPS, S.A.	55 000	55 000
	69 050	69 050

A avaliação da existência de indícios de imparidade nos investimentos financeiros, a 31 de dezembro de 2020, foi realizada tendo em conta o desempenho das participadas e os planos de negócios existentes. Os testes de imparidade realizados quando necessário tiveram por base projeções de fluxos de caixa para um período de 4 anos. A taxa de desconto considerada foi de 6,98% e a taxa de crescimento na perpetuidade de 2%.

No exercício de 2020 foram reconhecidas imparidades de 445 K€ (125 k€ em 2019).

Das análises de sensibilidade realizadas, considerando uma variação razoável dos pressupostos, não resultariam perdas adicionais.

7. EMPRESAS DO GRUPO

i) Ativo não corrente

Refere-se aos suprimentos concedidos a subsidiárias, no montante global de 99.355 €, em 2020 e 111.915 K€, em 2019. O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 25.

ii) Ativo corrente

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Dívidas a receber de filiais:		
- Relativas a empréstimos concedidos	43 704	57 400
- Relativas a juros de empréstimos	599	623
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S.	11 945	10 909
	<u>56 248</u>	<u>68 932</u>

O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 25.

iii) Passivo corrente

Refere-se ao imposto sobre o rendimento (IRC) a pagar às subsidiárias, no âmbito do R.E.T.G.S., no montante global de 4.552 K€, em 2020 e 6.494 K€, em 2019. O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 25.

Todos os empréstimos concedidos a subsidiárias e obtidos de subsidiárias vencem juros à taxa de mercado.

As dívidas a receber e a pagar relativas a impostos do R.E.T.G.S. (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades), referem-se à estimativa do imposto apurado por cada uma das empresas do perímetro do regime, tal como referido na nota 3, na parte que trata "Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento".

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Ativo corrente

O imposto sobre o rendimento refere-se ao IRC estimado receber do Estado e apurado no âmbito do R.E.T.G.S. no montante de 1.984 K€ (exercício 2019: 7.640 K€).

As estimativas do IRC do R.E.T.G.S. dos exercícios de 2020 e 2019, refletem o saldo com o Estado resultante da imputação do imposto estimado por cada uma das empresas que estão dentro do perímetro regime, tal como referido na nota 3, na parte que trata "Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Impostos a receber de participadas	491	1 476
Juros de empréstimos a subsidiárias (*)	54	126
Outros	0	2
	545	1 604

(*) Periodização económica do exercício. O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 25.

10. FLUXOS DE CAIXA

i) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Rubrica	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Numerário	2	2
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	46 449	54
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	-	- 12
Caixa e seus equivalentes	46 451	43
Disponibilidades constantes na Demonstração da Posição Financeira:		
Caixa	2	2
Depósitos bancários	46 449	54
	46 451	56

ii) Outras informações

A 31 de dezembro de 2020, havia um total de 121.000 K€ de facilidades de créditos não utilizados (50.988 K€ em 31 de dezembro de 2019).

11. CAPITAL E RESERVAS

- **Capital social**

O capital social da Empresa está representado por 133.000.000 de ações nominativas, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 milhões de euros.

- **Ações próprias**

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa não detinha ações próprias nem adquiriu ou alienou ações próprias durante o ano de 2019 (o mesmo aconteceu durante 2019 e em 31 de dezembro de 2019)

- **Reserva legal e Prémio de emissão**

A Reserva Legal e o Prémio de Emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizadas para (Art.º 296 do CSC):

- cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- incorporação no capital.

- **Outras reservas**

Em 2020, as outras reservas dizem respeito a Reservas Livres, tal como em 2019.

- **Dividendos**

i) Em 2020, a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 26 de junho de 2020, no montante de 24.605 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 18,5 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento a partir do dia 20 de julho de 2020;
- Irá ser proposta a distribuição de dividendos em 2021 no valor correspondente a 18,5 cêntimos por cada ação.

ii) Em 2019, a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 12 de abril de 2019, no montante de 24.605 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 18,5 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento a partir do dia 30 de abril de 2019;
- Em 2 de dezembro de 2019, no montante de 11.305 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 18,5 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento no dia 19 de dezembro de 2019.

- **Outras variações no capital próprio**

O montante de 339 milhares de euros respeita a ganhos obtidos na alienação de ações próprias, em exercícios anteriores.

12. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Ações emitidas	133 000 000	133 000 000
Nº médio de ações próprias	-	-
Nº médio de ações em circulação	133 000 000	133 000 000
Resultado líquido (milhares de euros)	36 177	45 142
Resultado por ação (euros)	0,2720	0,3394

13. DÍVIDA REMUNERADA

No final do exercício a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Papel comercial	45 000	75 000
Empréstimos da banca	25 000	30 012
Empréstimo obrigacionista	39 918	-
Empréstimos de subsidiárias	3 250	3 600
	113 168	108 612

A dívida remunerada com vencimento a médio e longo prazo (passivo não corrente) em 31 de dezembro de 2020 totaliza 80 M€ (45 M€ em 31 de dezembro de 2019) e refere-se a empréstimos da banca (20 M€), a empréstimo obrigacionista (40 M€), e a papel comercial (20 M€), (empréstimos da banca (25 M€) e a papel comercial (20 M€) em 31 de dezembro de 2019).

Tanto no final de 2020 como no final de 2019 a totalidade desta dívida era denominada em euros e vence juros a taxa variável, com exceção de 65 M€, em 2020 e de 30 M€, em 2019, que vencem juros a taxa fixa. O gasto médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 0,66% (0,55%, em 2019).

A empresa contratou diversos programas de emissões de papel comercial:

	2020	2019
Montante global contratado em 31 de dezembro	170 000	115 000
Montante utilizado em 31 de dezembro	45 000	75 000
Prazo médio ponderado das emissões	83 dias	27 dias

A 31 de dezembro de 2020, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

A mais de 1 ano	A mais de 2 e menos de 5 anos	A mais de 5 anos	Total
25 000	20 000	35 000	80 000

À data de fecho de contas de 2020, a Corticeira Amorim tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía covenants genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: cross-default, pari passu e, em alguns casos, negative pledge (associados às demonstrações financeiras consolidadas).

A CORTICEIRA AMORIM utilizava um financiamento em 31 de dezembro de 2020 ao qual está associado um rácio financeiro Dívida Líquida vs EBITDA.

O rácio acima mencionado cumpria larga e integralmente o nível de referência definido contratualmente. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado do capital em dívida.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2020, de 121 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e disponíveis, mas não utilizadas.

14. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2020	2019
Saldo inicial	8 159	-
Aumentos:		
Dotação do exercício	59	-
Reclassificação de provisões para passivos por impostos diferidos	-	8 992
Diminuições	-	833
Saldo final	8 218	8 159

Os processos em aberto, tanto em fase judicial como em fase graciosa, referem-se aos exercícios de 2005 a 2015. O exercício de 2017 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é, essencialmente, relativa a liquidações de IRC.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina/jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a CORTICEIRA AMORIM e em que, a verificar-se tal desfecho, o exfluxo pode ser estimado com fiabilidade.

De notar que durante o exercício não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais em aberto à data de fecho das contas de 2020 montava aos 8,2 M€ (8,2 M€ em 2019), os quais se encontram totalmente provisionados.

Não existem processos fiscais não provisionados, desta forma os passivos contingentes são nulos.

No que respeita a ativos contingentes, conforme referido no relatório de 2013, nesse exercício a CORTICEIRA AMORIM aderiu ao regime de regularização de dívidas fiscais e à segurança social (RERD) instituído pelo DL 151-A/2013. O valor pago à data elevou aos 1.491 milhares de euros. Em 2016 a Empresa aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) tendo feito pagamentos de 5.694 K€. Desse montante 1.476 K€ é relativo a montantes de IRC provisionados nas participadas. Relativamente a 2020 foi constituída uma provisão de 985 K€ em resultado de ter sido revertida a provisão que estava constituída nas participadas. A regularização dessas dívidas não implica o abandono da defesa dos processos, os quais, agora, são considerados pela CORTICEIRA AMORIM como processos a seu favor, continuando a pugnar pelo que considera a sua razão.

Para além dos processos já referidos, a CORTICEIRA AMORIM tem um largo número de outros processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, PEC, derrama estadual e benefícios fiscais. O valor destes processos monta aos 0,9 milhões de euros (0,9 M€, em 2019), valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo.

Considera-se adequado o montante de 8,2 M€ de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos.

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Estado e outros entes públicos	120	112
Acionistas (dividendos não reclamados)	15	17
Remunerações e encargos patronais sobre remunerações (*)	192	190
Juros e outros encargos de financiamentos (**)	275	299
Outras dívidas a pagar	26	28
	628	646

(*) Periodização económica do exercício. Vencem para pagamento em 1 de janeiro do ano seguinte.

(**) Periodização económica do exercício. Inclui 10 K€ de juros de empréstimos de subsidiárias (4 K€ em 2019) que vencem para pagamento no ano seguinte. O detalhe do valor por empresa encontra-se na nota 25.

Os saldos indicados, acima, na linha "Estado e outros entes públicos", são compostos como segue:

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Impostos retidos na fonte	59	56
Contribuições para a Segurança Social	56	54
Outros	5	2
	120	112

16. CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de empréstimos e contas a receber e estão mensurados ao custo amortizado. Por sua vez, os passivos financeiros também estão mensurados ao custo amortizado.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros em 31 dez. 2020	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos mensurados ao justo valor	Total
Outros ativos financeiros	-	54	54
Empresas do grupo	155 603	-	155 603
Outras contas a receber	545	-	545
Caixa e depósitos bancários	46 451	-	46 451
	202		202
	599	54	652

Ativos financeiros em 31 dez. 2019	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos mensurados ao justo valor	Total
Outros ativos financeiros	-	52	52
Empresas do grupo	180 847	-	180 847
Outras contas a receber	1 604	-	1 604
Caixa e depósitos bancários	56	-	56
	182		182
	507	52	559

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros a custo amortizado	31 dez. 2020	31 dez. 2019
Dívida remunerada	113 168	108 612
Passivos por locação	43	-
Fornecedores	57	52
Empresas do grupo	4 552	6 494
Outras contas a pagar	628	646
	118 449	115 804

17. GANHOS E PERDAS DE SUBSIDIÁRIAS

	2020	2019
Ganhos:		
Dividendos/lucros recebidos das subsidiárias	38 500	46 066
	38 500	46 066
Perdas:		
Imparidades nas subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda.	419	81
Amorim Cork Ventures, Lda.	26	44
	445	125
Ganho líquido	38 055	45 941

Os dividendos/lucros foram recebidos das seguintes subsidiárias:

	2020	2019
Amorim Cork, SGPS, S.A.	25 000	32 000
Amorim Natural Cork, S.A.	9 000	10 000
Amorim Cork Research, Lda.	2 500	4 066
Amorim Cork Composites, S.A.	2 000	-
	38 500	46 066

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2020	2019
Trabalhos especializados	237	196
Rendas e alugueres	127	141
Deslocações e estadas	16	46
Comunicação e sistemas informáticos	12	20
Combustíveis	12	16
Honorários	9	16
Conservação e reparação	6	5
Contencioso e notariado	6	1
Artigos para oferta	4	8
Despesas de Representação	1	8
Seguros	2	2
Outros	7	7
	439	466

19. GASTOS COM O PESSOAL

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais:		
Conselho de Administração	551	793
Conselho Fiscal	41	34
Remunerações do pessoal	564	591
Encargos sobre remunerações	266	266
Outros gastos com o pessoal	27	20
	1449	1704
Número médio de pessoas remuneradas	19	18
Número final de pessoas remuneradas	20	18

Em 2020 a remuneração atribuída aos Membros da Assembleia foi de 8 mil euros (13 mil euros em 2019). Estas remunerações foram registadas na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Honorários.

20. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em 2020, a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas foi de 38 K€ (36,2K€ em 2019).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é registada na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Trabalhos Especializados.

21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	2020	2019
Correções relativas a períodos anteriores	13	1
Outros rendimentos	237	2
	250	2

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

	2020	2019
Donativos	81	85
Quotizações	36	50
Correções relativas a períodos anteriores	4	32
Outros	7	20
	128	187

23. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

		2020	2019
Juros e rendimentos similares obtidos:			
Juros obtidos, referentes a empréstimos concedidos a filiais	(*)	854	837
Outros juros		1	-
	(1)	855	837
Juros e gastos similares suportados:			
Juros de papel comercial		298	152
Juros de financiamentos bancários		217	249
Juros referentes a empréstimos obtidos de subsidiárias	(*)	10	41
Outros juros		24	82
Comissões e imposto de selo		191	113
	(2)	739	637
Gasto líquido de financiamento	[(2)-(1)]	116	200

(*) O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 25.

24. IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

	2020	2019
Imposto de tributações autónomas	- 20	- 61
Crédito de imposto utilizado no R.E.T.G.S.	333	438
Reforço da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	- 59	-
Redução da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	-	833
Restituição de IRC de 2006	-	4
Insuficiência/excesso de estimativa de impostos do R.E.T.G.S.	517	1628
Imparidade PERES	- 985	- 1470
Imposto sobre o rendimento	- 215	1372

Os resultados antes de impostos evoluíram para os seguintes resultados fiscais, como segue:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	36 391	43 770
Acréscimos:		
Imparidades em subsidiárias	445	125
Juros compensatórios	11	82
Outros	72	52
Deduções:		
Dividendos	38 500	46 066
Majoração de donativos e de quotizações	6	50
Resultado fiscal	- 1 586	- 2 087
Crédito de imposto	333	438

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2020.

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O total de remunerações de curto prazo do pessoal chave da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de 552 k€ (786 k€ em 2019). O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

No final do ano os saldos a receber de partes relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
• Suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	49 405	69 965
Amorim Cork, SGPS, S.A.	48 950	40 950
Amorim Cork Flooring, S.A.	1 000	1 000
	99 355	111 915
• Empréstimos a subsidiárias (OT):		
Amorim Cork, SGPS, S.A.	-	20 000
Amorim Cork, S.A.	13 356	19 000
Amorim Cork Composites, S.A.	11 000	9 500
Amorim Subertech, SA.	10 674	-
Amorim Florestal, S.A.	7 897	6 900
Amorim Cork Flooring, S.A.	-	2 000
Amorim Cork Insulation, SA.	452	-
Amorim Champcork, S.A.	301	-
Amorim Cork Ventures, Lda.	25	-
(OT – Operações de Tesouraria)	43 704	57 400

• Juros de suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	321	423
Amorim Cork, SGPS, S.A.	271	180
Amorim Cork Flooring, S.A.	6	20
	599	623
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim Cork, S.A.	7 832	5 861
Amorim Champcork, S.A.	1 772	1 921
Amorim Top Series, S.A.	1 368	1 599
Amorim Florestal, S.A.	61	1 165
Outras empresas pertencentes ao R.E.T.G.S.	912	363
	11 945	10 909
• Devedores por acréscimos de rendimentos:		
(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim Florestal, S.A.	35	48
Amorim Cork, S.A.	7	51
Amorim Cork Composites, S.A.	6	3
Amorim Subertech, SA.	6	-
Amorim Cork, SGPS, S.A.	-	23
Amorim Cork Insulation, SA.	0,2	-
Amorim Champcork, S.A.	0,2	-
Amorim Cork Ventures, Lda.	0,1	-
Amorim Cork Flooring, S.A.	-	0,3
	54	126
Total	155 657	180 973

No final do ano os saldos a pagar a entidades relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2020	31 dez. 2019
• Fornecedores:		
Subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda.	8	6
Amorim Cork Composites, S.A.	0,4	1
Amorim Cork Flooring, S.A.	24	23
Outras entidades relacionadas:		
Amorim Serviços e Gestão, S.A.	0,5	-
	33	30
• Empréstimos de subsidiárias:		
Amorim Cork Research, Lda.	2 750	2 550
Amorim Cork Services, Lda.	500	1 050
	3 250	3 600
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim Cork Flooring, S.A.	3 093	3 541
Amorim Cork Composites, S.A.	1 034	2 344
Amorim Cork, SGPS, S.A.	49	222
Amorim Subertech, S.A.	-	190
Outras empresas pertencentes ao R.E.T.G.S.	376	197
	4 552	6 494

- **Credores por acréscimos de gastos:**

(Juros que vencem no próximo ano)

Amorim Cork Research, Lda.	4	2
Amorim Cork Services, Lda.	2	2
	6	4
Total	7 841	10 128

As transações com partes relacionadas, realizadas durante o ano, foram as seguintes:

	2020	2019
• Fornecimentos e serviços:		
De subsidiárias:		
Amorim Cork Flooring, S.A.	96	93
Amorim Cork Services, Lda.	69	56
Amorim Cork Composites, S.A.	22	20
De outras entidades relacionadas:		
Amorim Viagens e Turismo, Lda.	7	27
OSI-Sist. Informáticos e Electrotécnicos, Lda.	4	13
Quinta Nova de N.º Senhora do Carmo, S.A.	1	4
Outras empresas não pertencentes ao R.E.T.G.S.	3	-
	202	213
• Juros de financiamentos de subsidiárias:		
Amorim Cork Flooring, S.A.	-	27
Amorim Cork Services, Lda.	2	10
Amorim Cork Research, Lda.	7	4
	10	41
• Juros de financiamentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	321	440
Amorim Cork, SGPS, S.A.	355	206
Amorim Cork, S.A.	35	88
Amorim Florestal, S.A.	42	51
Amorim Cork Composites, S.A.	70	31
Amorim Cork Flooring, S.A.	26	21
Amorim Subertech, SA.	6	-
Amorim Cork Insulation, SA.	0,2	-
Amorim Champcork, S.A.	0,2	-
Amorim Cork Ventures, Lda.	0	-
	854	837

26. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de dezembro de 2020 e de 2019 encontravam-se prestadas as seguintes garantias:

31 dez.2020 31 dez.2019

Beneficiário	Motivo	Valor	Valor
- Instituições financeiras	Confortos a linhas de crédito e garantias bancárias a empresas interligadas	104 253	98 334

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

- ◆ Amorim Cork Composites, S.A.
- ◆ Amorim Cork Flooring, S.A.
- ◆ Amorim Cork Research, Lda.
- ◆ Amorim Cork Services, Lda.
- ◆ Amorim Cork, SGPS, S.A.
- ◆ Amorim Natural Cork, S.A.

27. INFORMAÇÕES REQUERIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação relativa ao número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) Relação dos créditos concedidos durante o ano de 2020 e respetivas posições devedoras à data de 31 de dezembro de 2020:

➤ Amorim Champcork, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em dezembro	301 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	301 K€
➤ Amorim Cork Insulation, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em dezembro	452 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	452 K€
➤ Amorim Cork, S.A.	
Saldo no início do ano	19.000 K€
Crédito concedido em dezembro	13 356 K€
Reembolsos	19.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	13.356 K€
➤ Amorim Cork, SGPS, S.A.	
Saldo no início do ano	60.950 K€
Crédito concedido em abril	27.200 K€
Reembolsos	39.200 K€
Saldo em 31 de dezembro	48.950 K€

➤ Amorim Cork Composites, S.A.	
Saldo no início do ano	9.500 K€
Crédito concedido:	
Em fevereiro	1.000 K€
Em abril	1.000 K€
Em agosto	5.000 K€
Em novembro	4.000 K€
Em dezembro	7.000 K€
Reembolsos	16.500 K€
Saldo em 31 de dezembro	11.000 K€
➤ Amorim Cork Ventures, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em junho	25 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	25 K€
➤ Amorim Florestal III, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em dezembro	1.210 K€
Reembolsos	1.210 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Florestal, S.A.	
Saldo no início do ano	6.900 K€
Crédito concedido:	
Em julho	5.000 K€
Em agosto	8.000 K€
Em dezembro	7.687 K€
Reembolsos	19.691 K€
Saldo em 31 de dezembro	7.896 K€
➤ Amorim Natural Cork, S.A.	
Saldo no início do ano	69.965 K€
Crédito concedido:	0 K€
Reembolsos	20.560 K€
Saldo em 31 de dezembro	49.405 K€
➤ Amorim Cork Flooring, S.A.	
Saldo no início do ano	3.000 K€
Crédito concedido:	
Em abril	550 K€
Em agosto	2.000 K€
Em setembro	1.600 K€
Em dezembro	738 K€
Reembolsos	6.888 K€
Saldo em 31 de dezembro	1.000 K€
➤ Amorim Subertech, S.A.	

Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em dezembro	10 674 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	10.674 K€

ii) - Relação dos créditos obtidos durante o ano de 2020 e respetivas posições credoras à data de 31 de dezembro de 2020:

➤ Amorim Cork Research, Lda.	
Saldo no início do ano	2.550 K€
Crédito obtido:	
Em setembro	1.850 K€
Em novembro	900 K€
Pagamentos	2.550 K€
Saldo em 31 de dezembro	2.750 K€
➤ Amorim Cork Services, Lda.	
Saldo no início do ano	1.050 K€
Crédito obtido em junho	500 K€
Pagamentos	1.050 K€
Saldo em 31 de dezembro	500 K€

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2021 o grau de incerteza ainda é elevado, a evolução e a extensão do processo de vacinação em curso, a eficácia da vacina, contrabalançadas pela eventual necessidade de implementação de medidas de contenção adicionais, determinarão os efeitos sobre a economia global e padrões de consumo e, conseqüentemente, sobre a atividade da Corticeira Amorim.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 462.556 milhares de euros e um total de capital próprio de 335.889 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36.177 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O montante escriturado dos Investimentos em subsidiárias, a 31 de dezembro de 2020, ascende a 257.624 milhares de euros, representando 56 % do total do ativo da Entidade.

O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias, mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo,

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Avaliação da existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em subsidiárias;
- Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a, por exemplo, condições futuras de mercado e económicas, quotas de mercado, rédito e evolução de margens, sendo que devido à pandemia Covid-19 a incerteza sobre a evolução destas variáveis aumentou.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e
- A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 27 e IAS 36), incluídas nas Notas 3 e 6 das notas às demonstrações financeiras.

2. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota 14 das notas às demonstrações financeiras, a Entidade identificou diversas contingências de natureza fiscal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37 e, no caso das contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento, na IFRIC 23. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A 31 de dezembro de 2020, o saldo no passivo relativo a contingências fiscais ascende a 8.218 milhares de euros. A estimativa das eventuais quantias a depender requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente;
- Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais;
- Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
- Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e
- Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores, tendo em conta as disposições da IFRIC 23.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis, incluídas nas Notas 3 e 14 das notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Governo Societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de junho de 2020 fomos eleitos para um novo mandato compreendendo os exercícios de 2020 a 2022;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2020

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente as actividades da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato da Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, tendo igualmente apreciado a razoabilidade das estimativas e dos julgamentos da administração nas matérias que pressupõem maior subjectividade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

Neste exercício, a maioria das reuniões e demais trabalhos inerentes às funções do Conselho Fiscal realizou-se por via telemática. Isso não alterou a frequência e profundidade dos contactos necessários com os interlocutores do Conselho Fiscal e consideramos que, globalmente, não teve impacto relevante no desempenho das nossas funções.

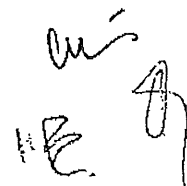
No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais. Como lhe compete, o Conselho acompanhou as transações realizadas com accionistas detentores de participações qualificadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

O Conselho reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Departamentos Jurídico e Fiscal, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade. Durante o exercício de 2020 assumiu especial relevância o acompanhamento dos impactos da pandemia COVID-19 nas actividades do Grupo, bem assim como as medidas adoptadas para a sua mitigação, seja na continuidade das operações industriais e comerciais, seja na protecção de todos os colaboradores em actividades presenciais.

O Conselho Fiscal analisou as Certificações Legais das Contas e Relatório Sobre as Auditorias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2020, que compreendem as Demonstrações Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2020, as Demonstrações Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, as Demonstrações Individual e Consolidada do Rendimento Integral, as Demonstrações Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. O Conselho Fiscal analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art.º 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

O Conselho Fiscal expressa um voto de agradecimento ao Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes que exerceu as suas funções de Presidente deste Órgão até ao dia 23 de Dezembro de 2020, tendo nessa data renunciado ao cargo. Nos termos das disposições legais e regulamentares relevantes, a Vogal Suplente Dra. Maria Cristina Galhardo Vilão assumiu a efectividade de funções, tendo o Dr. Eugénio Luiz Lopes Franco Ferreira sido eleito Presidente do Conselho Fiscal.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

II - PARECER

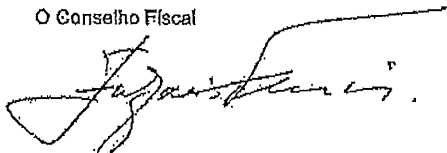
No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

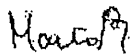
1. Seja aprovado o Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2020;
2. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2020;
3. Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada.

Mozelos, 30 de Março de 2021

O Conselho Fiscal



Eugénio Lutz Lopes Franco Ferreira - Presidente



Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro - Vogal



Maria Cristina Galhardo Vilão - Vogal

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de dois mil e vinte.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o Relatório do Governo Societário do exercício de dois mil e vinte.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

QUARTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório de informação não financeira – relatório de sustentabilidade do exercício de dois mil e vinte.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

AMORIM

CORTICEIRA AMORIM RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO 2020

Relatório & Contas Consolidados 2020 (12M20) (Auditado)
Quarto trimestre 2020 (4T20) (Não auditado)

1

AMORIM

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO 2020

(página intencionalmente deixada em branco)

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 fica marcado pela pandemia por COVID-19, pelas suas graves consequências imediatas – milhões e milhões de pessoas infetadas e, à data desta mensagem, mais de 1,7 milhões de vidas perdidas, numa demonstração trágica da fragilidade da vida humana, mas também pelas gravíssimas consequências económicas e sociais que se sentem e, infelizmente, se poderão agudizar no futuro.

Em termos económicos, apesar de um início moderadamente positivo, a pandemia alterou drasticamente a conjuntura. Mais do que em qualquer ano recente, a incerteza e as restrições à atividade tiveram um fortíssimo impacto na produtividade e na mobilidade e, por conseguinte, no crescimento. A atividade colapsou entre o primeiro e segundo trimestres. A evolução foi inesperada, desafiadora e com alterações diversas de percurso e ritmo. A economia mundial terá contraído 3,5%; a da Zona Euro, cerca de 7,2%, um valor muito negativo, mas claramente melhor do que se antecipava; e a dos Estados Unidos, cerca de 3,4%.

Face a este enquadramento, as prioridades essenciais da Corticeira Amorim mantiveram-se inalteradas desde o primeiro momento: a proteção da saúde e segurança de todos e a determinação de continuar a servir os clientes. Tendo por base um rigoroso Plano de Contingência implementado em todas as unidades industriais e na sua extensa rede de distribuição, foi adotado um conjunto de medidas de largo espectro, fundamentais para assegurar o bem-estar permanente dos nossos Colaboradores e Colaboradoras em todo o mundo, a laboração das diversas unidades industriais em segurança e a continuidade dos negócios.

Ao longo destes meses, a Corticeira Amorim não deixou de corresponder à sua forte responsabilidade na cadeia de abastecimento do sector vinícola, tudo fazendo para manter a produção e continuar a servir tempestivamente os seus Clientes. A resposta das nossas Pessoas foi excecional, assegurando, mesmo nas alturas mais difíceis, a manutenção do normal desempenho e acompanhamento dos Clientes.

Neste contexto, muitos foram os desafios e dificuldades que fomos encarando com determinação. E, apesar de tudo, foi um ano positivo para a atividade: vendas resilientes, reforço da rentabilidade operacional e resultados líquidos assinaláveis.

Aprofundámos os nossos compromissos com a sustentabilidade: aderimos ao Act4Nature Portugal, para proteger, promover e restaurar a biodiversidade; desenvolvemos Naturity e Xpür, as tecnologias anti-TCA mais ecológicas e eficientes do mundo; integrámos a iniciativa 50 Sustainability & Climate Leaders, dando testemunho de que é possível liderar unindo sustentabilidade, tecnologia e inovação; promovemos a análise de ciclo de vida dos produtos mais representativos do nosso portfolio, que concluem, sem exceção pela sua pegada de carbono negativa; ampliamos o conhecimento científico e técnico que nos permitirá difundir práticas de gestão florestal capazes de incrementar a produtividade e a rentabilidade do Montado, fomentando o equilíbrio deste ecossistema excecionalmente biodiverso. Até uma parte substancial do nosso financiamento tem este cunho e este compromisso – 40 milhões de euros em obrigações verdes alocadas a investimentos que alavancam a sustentabilidade das nossas operações.

No ano de 2020 assinalamos 150 anos de atividade. Estreámos uma nova identidade corporativa, renovámos e intensificamos a nossa comunicação e procurámos envolver todos os nossos *stakeholders* em momentos especiais de celebração e partilha dos nossos valores, da nossa cultura e do nosso orgulho pelo sucesso que, coletivamente, alcançámos.

Em particular, as nossas Pessoas que, ao longo destes 150 anos, sempre estiveram no cerne da nossa atividade, contribuindo de forma absolutamente decisiva – com a sua competência, a sua capacidade, o seu profissionalismo e o seu empenho – para o crescimento sólido e sustentável do Grupo Corticeira Amorim. Gerações sucessivas que partilham esta nossa cultura: de responsabilidade, de superação, de orgulho. Este é o nosso património mais valioso: as nossas Pessoas.

Encaramos 2021 com otimismo. A eficácia das vacinas e a intensificação do processo de vacinação contra a COVID-19 deverão permitir uma evolução positiva da economia global e do consumo, com impacto positivo

sobre a atividade da Corticeira Amorim. E nós estamos preparados, como nunca, para o maximizar. Temos uma oferta única de valor: os nossos produtos e as nossas soluções têm credenciais ímpares – procurados pela sua superior performance técnica e preferidos pelos valores de sustentabilidade que encerram e propagam.

Se 2020 foi o ano da resiliência, 2021 será o ano da atitude. Positiva, dinâmica e ambiciosa.

O futuro começa todos os dias!

António Rios de Amorim

Presidente e CEO

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Paulo de tarso da Cruz Domingues

Secretário: Rui Paulo Cardinal Carvalho

Conselho de Administração

Presidente: António Rios Amorim

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Vogal: Luisa Alexandra Ramos Amorim

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Comissão Executiva

Presidente: António Rios de Amorim

Vogal: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Secretário da Sociedade

Efetivo: Pedro Jorge Ferreira de Magalhães

Suplente: Pedro Nuno Esteves Duarte

Comissão de Remunerações

Presidente: José Manuel Ferreira Rios

Vogal: Jorge Alberto Guedes Peixoto

Vogal: Abdul Rehman Omarmiã Mangá

Conselho Fiscal

Presidente: Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira

Vogal: Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro

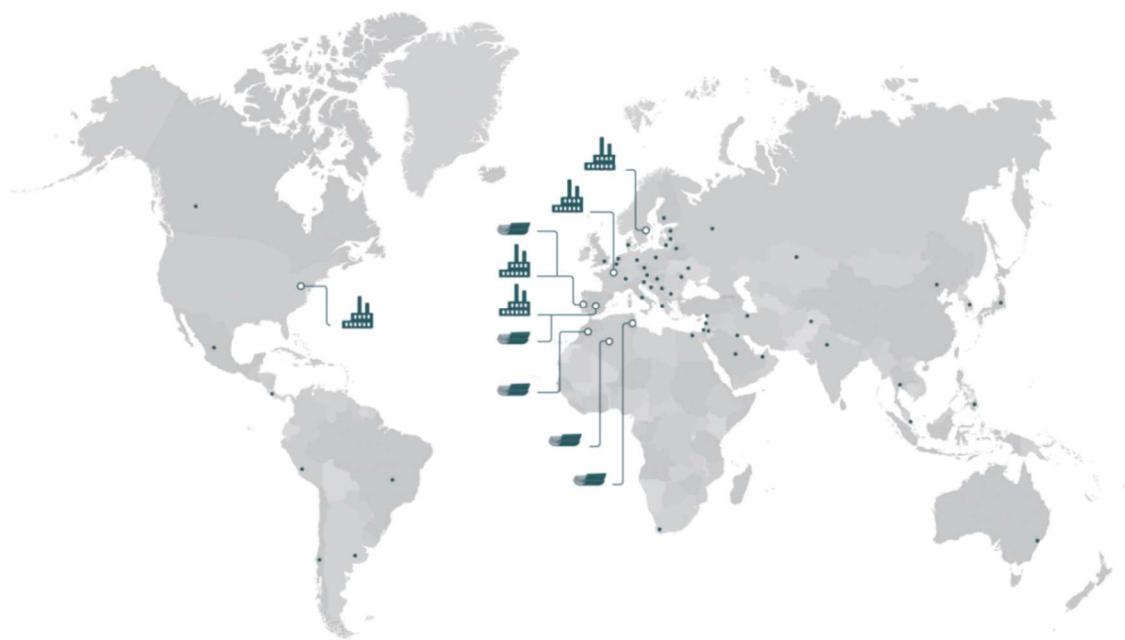
Vogal: Maria Cristina Galhardo Vilão

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

PRESENÇA NO MUNDO



10	UNIDADES DE PREPARAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS
18	UNIDADES INDUSTRIAIS
51	EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO
12	JOINT-VENTURES

ORGANIGRAMA

MATÉRIAS-PRIMAS	ROLHAS		
Amorim Florestal, S. A.	Amorim Cork, S.G.P.S., S. A.		
	Produção	Distribuição	Distribuição (cont.)
Amorim Florestal, S.A. Ponte de Sôr – Portugal	Amorim Cork, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim Cork, S.A. - Unid. Distribuição Santa Maria de Lamas – Portugal	Portocork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA
Amorim Florestal, S.A. Coruche – Portugal	Amorim Top Series, S.A. Argoncilhe – Portugal	Portocork Internacional, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Trefinos USA LLC Fairfield, CA – EUA
Amorim Florestal, S.A. Abrantes – Portugal	Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Valada Valada – Portugal	Amorim Cork South Africa (PTY) Ltd. Cidade do Cabo – África do Sul	Amorim Cork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA
Amorim Florestal, S.A. Unid. Ind. Salteiros Ponte de Sôr – Portugal	Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Coruche Coruche – Portugal	Amorim Cork Deutschland, GmbH Bingen am Rhein – Alemanha	Amorim France, S.A.S. Eysines, Bordéus – França
Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A Lisboa – Portugal	Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Portocork Santa Maria de Lamas – Portugal	Corchos de Argentina, S.A. Mendoza – Argentina	Amorim France S.A.S. Unid. Champfleury Champfleury – França
S.I.B.L. – S.A.R.L. Jijel – Argélia	Amorim Cork, S.A. Unid. Ind. Salteiros Ponte de Sôr – Portugal	Amorim Australasia PTY Ltd. Adelaide – Austrália	Bouchons Prioux S.A.R.L. Epernay – França
Amorim Florestal España, S.L Algeciras – Espanha	Amorim Champcork, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Korken Schiesser, GmbH Viena – Áustria	Amorim Top Series France S.A.S. Merpins – França
Amorim Florestal España, S.L San Vicente de Alcántara – Espanha	Biocape – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda. Mozelos – Portugal	Amorim Cork Bulgaria, EOOD Sofia – Bulgária	S.A.S. Ets Christian Bourasse Tosse – França
Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Socori, S.A. Rio Meão – Portugal	Corchera Gomez Barris, S.A. Santiago – Chile	Sagrera et Cie Reims – França
Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A. Skhirat – Marrocos	Francisco Oller, S.A. Girona – Espanha	Corpack ACI S.A. Santiago – Chile	S.A. Oller et Cie Reims – França
S.N.L. – Societé Nouvelle du Liège, S.A. Tabarka – Tunísia	Trefinos, S.L. Girona – Espanha	Wine Packaging & Logistic, S.A. Santiago – Chile	Société Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A. Le Boulou – França
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnière Tabarka – Tunísia	Elfverson & Co. AB Påryd – Suécia	Industria Corchera, S.A. Santiago – Chile	Portocork France, S.A.S. Bordéus – França
	Vinolok, a.s. Jablonec nad Nisou – República Checa	Amorim Cork Beijing, Ltd. Pequim – China	Hungarokork Amorim, Rt. Veresegyház – Hungria
		Agglotap S.A. Girona – Espanha	Portocork Italia, SRL Milão – Itália
		Victor y Amorim, S.L. Navarrete (La Rioja) – Espanha	Trefinos Italia SRL Treviso – Itália
		Amorim Cork España S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Amorim Cork Italia, S.p.A. Conegliano – Itália
		ACIC – USA LLC Napa Valley, CA – EUA	Amorim Top Series Scotland, Ltd. Dundee – Reino Unido

I&D, INOVAÇÃO	AGLOMERADOS COMPÓSITOS	REVESTIMENTOS	ISOLAMENTOS
	Amorim Cork Composites, S. A.	Amorim Cork Flooring, S. A.	Amorim Cork Insulation, S. A.
Amorim Cork Research, Lda. Mozelos – Portugal	Amorim Cork Composites, S.A. Mozelos – Portugal	Amorim Cork Flooring, S.A. S. Paio de Oleiros – Portugal	Amorim Cork Insulation, S.A. Mozelos – Portugal
Amorim Cork Services, Lda. Mozelos – Portugal	Amorim Industrial Solutions Imobiliária, S.A. Corroios – Portugal	Amorim Cork Flooring, S.A. Lourosa – Portugal	Amorim Cork Insulation, S.A. Silves – Portugal
Amorim Cork Ventures, Lda. Mozelos – Portugal	Amorim Sports & Playgrounds, Lda. Mozelos – Portugal	Amorim Deutschland GmbH Delmenhorst – Alemanha	Amorim Cork Insulation, S.A. Vendas Novas – Portugal
	Amorim Cork Composites GmbH Delmenhorst – Alemanha	Cortex Korkvertriebs GmbH Nürnberg – Alemanha	
	Chinamate (Xi'an) Natural Products Co. Ltd. Xi'an – China	Amorim Flooring Austria GmbH Viena – Áustria	
	Amosealtex Cork Co., Ltd Xangai – China	Timberman Denmark A/S Hadsund – Dinamarca	
	Amorim Cork Composites, Inc. Trevor, WI – EUA	Amorim Flooring North America, Inc. Hanover, MD – EUA	
	Corticeira Amorim France, S.A.S. Lavardac – França	Amorim Benelux B.V. Tholen – Holanda	
	Amorim (UK) Limited West Sussex – Reino Unido	Dom Korkowy, Sp. Zo.o Cracóvia – Polónia	
	Amorim Cork Composite, LLC Moscovo – Rússia	Amorim Flooring Rus, LLC Moscovo – Rússia	
		Amorim Flooring Sweden AB Mölnådal – Suécia	
		Amorim Flooring (Switzerland) AG Zug – Suíça	
		Korkkitrio Oy. Tampere - Finlândia	

CORTICEIRA AMORIM: 150 ANOS

O ano de 2020 ficará indelevelmente marcado pelos 150 anos do grupo Corticeira Amorim: um percurso de projetos, desafios e conquistas assente no empreendedorismo de quatro gerações da família Amorim. Na verdade, quando, em 1870, António Alves de Amorim ergueu uma fábrica de produção manual de rolhas de cortiça em Vila Nova de Gaia, estaria certamente longe de imaginar que, decorrido século e meio, aquele laborioso gesto seria o embrião do maior grupo de transformação de cortiça do mundo. Sob o lema “nem um só mercado, nem um só cliente, nem uma só divisa, nem um só produto”, o grupo ultrapassou, com ousadia, destemor e tenacidade, barreiras geográficas, crises económicas, regimes políticos, convulsões sociais e condicionalismos industriais, que o converteram num dos colossos do ecossistema empresarial nacional, com relevantíssima projeção e implantação além-fronteiras. Esse sucesso foi também tornado viável pelas gerações sucessivas de colaboradores que sempre partilharam, defenderam e preservaram os valores do grupo Corticeira Amorim – conjugando trabalho e talento, perseverança e engenho, conhecimento e técnica ininterruptamente na busca do êxito. Uma história tão rica, longa e profícua tem obrigatoriamente de se assinalar independentemente de as circunstâncias assumirem, não raras vezes, um papel de dificuldade adicional.

Nesse pressuposto, desenhámos, planeámos e executámos um extenso programa de iniciativas internas e externas de comemoração dirigidas, em distintos momentos, a outros tantos *stakeholders*. Muitas dessas ações contaram com o empenho, o envolvimento e a entusiástica participação dos nossos colaboradores. Apesar do contexto exigente, e movidos pelos valores da sobriedade, da ambição, da iniciativa, do orgulho e da atitude que pautam a trajetória do grupo Corticeira Amorim, adaptámo-nos, ajustámo-nos e flexibilizámo-nos. Isto traduziu-se na determinação, na resiliência, na superação, na convicção e na firmeza. Relembrando o passado, celebrando o presente e reiterando o compromisso com o futuro.

Uma nova logomarca

Assim, e porque 150 anos são igualmente tempo de regeneração, remodelação e atualização, o mês de janeiro foi dedicado ao tema da Renovação. Voltámos ao lugar onde tudo começou: o Montado de sobro. A floresta que abriga uma árvore majestosa, alavanca de um ecossistema, capaz de se autorregenerar seguindo o puro ritmo da Natureza. Tal como o milenar sobreiro, possuímos raízes profundas, tronco robusto e ramos frondosos. Reinventámo-nos em cada tarefa, processo ou produto. Desta forma, iniciámos o ano estreando uma renovada identidade visual. Desenvolvido pelo *atelier* Eduardo Aires, o *rebranding* incluiu uma nova logomarca, cuja abordagem agrega o capital histórico da empresa, ao mesmo tempo que inaugura um ciclo. Encerrou paralelamente um conjunto de características identitárias do grupo Corticeira Amorim: sustentabilidade, tecnologia, inovação. A proposta gráfica, além do grau de iconicidade, acrescenta um nível de leitura simbólica: a forma em que o “O” quase central de Amorim é traduzido representa o abraço da cortiça ao tronco do sobreiro. Nesse gesto, também está refletido o cuidado que a extração desta matéria-prima implica em toda a indústria corticeira. Finalmente, o círculo semiaberto conta como elemento alusivo à economia circular, valor implícito na exploração da cortiça.

Neste quadro de renovação, a tipografia mereceu uma atenção particular. Dino dos Santos, um dos mais prestigiados *type designers* da atualidade, desenvolveu para o grupo Corticeira Amorim uma tipografia original: a Amorim Serif, que preserva o necessário conservadorismo que se espera de uma empresa histórica, reformulado à luz de critérios de adaptabilidade, legibilidade e contemporaneidade; e a Amorim Sans, desenhada em complementaridade com o intuito de garantir soluções de adaptação aos diferentes suportes. O tom da identidade anterior, capturado pela proximidade dos verdes com ligação ao ecológico, ao biológico e ao orgânico, foi substituído por uma cor mais abrangente que soma, à percepção do verde, a do azul.

A apresentação pública da identidade visual renovada decorreu no dia 9 de janeiro, data em que a Corticeira Amorim abriu as suas portas à comunicação social portuguesa para a realização de uma inédita conferência de imprensa. Reunimos nessa solene ocasião mais de 100 convidados, entre jornalistas, colaboradores e administradores, que tiveram a oportunidade de visitar em moldes improváveis a Amorim Cork, num *tour* conduzido pelo Presidente e CEO da Corticeira Amorim. O dia, que marcaria então o arranque das celebrações dos nossos 150 anos, incluiria o lançamento, em primeira mão, de um vídeo sobre a história do grupo, a visita ao *showroom* da Amorim Cork Flooring e um almoço na Casa do Fundador.

O mês de fevereiro seria reservado à consagração da cortiça – um produto de características ímpares que até hoje nenhuma fórmula laboratorial conseguiu replicar: cada centímetro cúbico de cortiça contém cerca de 40 milhões de células! Uma matéria-prima 100% natural, ecológica, renovável, reciclável e reutilizável. Um material leve, impermeável e hipoalergénico. Um recurso orgânico elástico e compressível, isolante térmico e acústico, impermeável, flutuante e resiliente. Uma substância inimitável capaz de gerar valor social, ambiental e económico, com altas credenciais de sustentabilidade, e aliada do equilíbrio climático. Uma única tonelada de cortiça retém até 73 toneladas de CO₂!

A paixão que une o universo Amorim consolida-se sem exceção no mais vulgar gesto do nosso quotidiano. Desde o descortiçamento anual nas quentes terras alentejanas, passando pela seleção, tratamento e transformação da cortiça, até às intrincadas fórmulas de investigação e desenvolvimento e inovação. Aliás, festejar o nosso 150.º aniversário é tão simplesmente solenizar a cortiça, cujo espectro de aplicabilidade aumentamos dia após dia. Concretiza-se assim a nossa missão de acrescentar valor à cortiça de forma competitiva, diferenciadora e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza. Todavia, quisemos sinalizar o mês através da parceria com o Vitra Design Museum, um dos mais importantes museus de *design* do mundo, para a realização da exposição Home Stories, da construção de uma *timeline* do potencial da cortiça ao longo de 150 anos (<https://www.amorim.com/a-cortiça/timeline-da-cortiça/>) e da publicação de editoriais de individualidades como Ben Evans (diretor do London Design Festival), Eduardo Souto de Moura (arquiteto português vencedor do Prémio Pritzker) ou Filipe Alarcão (*designer* português).

Sustentável por natureza

De resto, inúmeras foram as personalidades que, ao longo de 2020, presentearam o grupo Corticeira Amorim com testemunhos enobrecedores da cortiça. O dinamarquês Kim Carstensen, diretor-geral do Forest Stewardship Council (FSC), e a portuguesa Helena Pereira, professora catedrática no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, foram duas dessas figuras que pontuaram março, mês consagrado à Sustentabilidade. Líder de uma das indústrias mais sustentáveis do mundo, a Corticeira Amorim, ao trabalhar de forma singular a cortiça, também promove, valoriza e viabiliza as florestas de sobreiro que regulam ciclos hidrológicos, protegem da erosão dos solos, fomentam uma biodiversidade de relevância, diminuem o risco de desertificação, e são barreiras contra incêndios, importantes sumidouros naturais de CO₂ e motores de desenvolvimento económico, ambiental e social. Económico, porquanto a rentabilidade da cortiça garante que as florestas de sobreiro não sejam substituídas por outras espécies de crescimento rápido; ambiental, visto que o Montado é um dos 36 *hotspots* mundiais de biodiversidade; e social, posto que o sobreiro assegura trabalho em toda a sua cadeia de valor – incluindo a floresta –, a indústria transformadora e as vendas a nível mundial.

Caso alguma dúvida subsistisse sobre o papel da sustentabilidade enquanto basilar referência identitária da Corticeira Amorim, a campanha 50 Sustainability & Climate Leaders dissipá-la-ia em absoluto. Os promotores do projeto, alavancado pelo TBD Media Group, e cujos conteúdos foram distribuídos pelo grupo Bloomberg, colocaram a Corticeira Amorim entre as organizações que lideram a nível global a luta contra as alterações climáticas. O programa 50 Sustainability & Climate Leaders incluirá uma conferência dos 50 líderes que decorrerá sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Agendada para 2021, a conferência estará alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, os presentes em ano de aniversário abundaram: editámos suportes de informação como a brochura “Sustentável por Natureza”, a apresentação corporativa “Sustentabilidade” e o filme institucional “Sustainable by Nature”, publicámos os resultados de múltiplos estudos conduzidos pela consultora EY sobre o balanço de carbono negativo de alguns dos nossos produtos, festejámos o Dia da Floresta Autóctone com a iniciativa digital Mostra Quercus Suber, e dedicámos um número da *Amorim News* ao tema.

O nosso veículo de comunicação de excelência, que sofreu uma profunda remodelação consubstanciada em novo grafismo, outras rubricas e diferente papel, traz agora à ribalta as nossas Pessoas, o património mais valioso do grupo Amorim. Contamos as suas histórias, visitamos os seus postos de trabalho, retratamos os seus rostos, feições e personalidades. Um número incontável de memórias que, entrelaçadas em finas camadas sobrepostas, construíram o nosso percurso comum. Neste ano marcante da história do grupo Corticeira Amorim, tínhamos obviamente de lembrar todas as nossas Pessoas. Dedicamos–lhes o mês de abril.

O livro *Traços de Gente*, que posteriormente daria lugar a uma exposição fotográfica itinerante pelas diversas unidades de negócio do grupo sediadas em Portugal, é, pois, uma homenagem aos nossos milhares de colaboradores espalhados pelo mundo: pedimos a 30 desses trabalhadores para partilharem connosco recordações, impressões e juízos sobre a sua vida Amorim. Os relatos compilados agora em livro espelham eras, ciclos e culturas, mas também sentimentos, emoções e crenças. Uma riqueza social inegável combinada com uma dimensão humana imortal. Orgulhamo–nos das nossas Pessoas.

Até porque «como é que se contam 150 anos de História?

150 anos de história contam–se, sobretudo, com grande respeito pelo trabalho e pela dedicação que milhares de pessoas ao longo de tantos anos tiveram para com o nosso Grupo e para com este material tão nobre que é a cortiça.

Algo que se iniciou pequeno, que hoje é grande e que pode ser muito maior.

Preparar o futuro e ter uma ambição para o futuro ainda maior do que aquilo que realizámos até hoje.

Hoje temos a felicidade de ter mais de 4000 Pessoas que trabalham connosco no nosso Grupo. São muitas vidas! É isto que faz com que todos demos o nosso melhor, com grande empenho, dedicação, espírito de trabalho e de abnegação.

E é isto que faz com sejamos um Grupo de sucesso e se prepare – hoje e todos os dias! – os próximos 150 da nossa História.

Porque, quando ao poder da Natureza se junta a paixão de gerações, será sempre uma História de sucesso.»

Fonte: excerto da narrativa do filme AMORIM | 150 ANOS.

Ao longo do mês de maio, destacamos, pois, a nossa História: relembrando etapas marcantes, desde a fundação da pequena oficina de produção de rolhas para o vinho do Porto por António Alves Amorim em 1870, negócio que, e apesar de algumas vicissitudes, seria ampliado pela segunda geração da família com o início da exportação para o Brasil. A terceira geração Amorim – os irmãos José, António, Américo e Joaquim Ferreira de Amorim – assumiria os comandos da empresa em 1950, estabelecendo pontes importantes no mundo, tomando o pulso a diferentes mercados, explorando outras oportunidades de negócio, expandindo a base industrial, desenvolvendo novas aplicações, impulsionando o conhecimento da cortiça e fomentando o controlo de qualidade. Esses desideratos foram alcançados sob o comando incontestado de Américo Amorim, detentor de uma personalidade vincada pela ousadia, pragmatismo e desassombro, em que as viagens, o contacto com distintas culturas e a vivência de múltiplos hábitos, valores e costumes ocuparam um papel central. A viragem do milénio assinalaria a chegada da quarta geração à liderança dos destinos da Corticeira Amorim. Sustentabilidade, criatividade, investigação, tecnologia, inovação e ciência são os alicerces da estratégia empreendida sob a gestão de António Rios Amorim.

Inovação, *buzzword* do mês de junho

Assim, ninguém se sentirá espantado que a Inovação tenha sido a *buzzword* do mês de junho. A cortiça é uma matéria-prima por natureza tão excepcional que poderia parecer impossível melhorá-la à partida. Mas é precisamente isso que a Corticeira Amorim tem levado a cabo nos últimos 150 anos, promovendo programas estruturados de inovação, apostando na diferenciação pela qualidade impar, e contribuindo como nenhum outro *player* no setor para a reinvenção deste singular recurso natural: rolhas que prescindem do saca-rolhas, compósitos de cortiça com biopolímeros criando formas nunca antes alcançadas, soluções para relvados naturais que ao substituir a tradicional turfa reduzem em 40% as lesões dos jogadores de futebol; tecnologia que permite uma performance de TCA (triclóroanisól) não detetável numa análise rolha a rolha, pavimentos flutuantes sustentáveis, 100% à prova de água e sem PVC, produtos verdes com balanço de carbono negativo; aplicações inovadoras para as indústrias aeroespacial, da construção, da mobilidade, do desporto, da energia ou do *design*.

A nossa paixão pela inovação mereceu um número especial da *Amorim News*, um videomanifesto em prol da cortiça, da inovação e do futuro, e incontáveis testemunhos sobre o nosso material de eleição. Devidamente publicados no *site* corporativo da Corticeira Amorim, Hans Ulrich Obrist (diretor artístico das Serpentine Galleries), Guta Moura Guedes (cofundadora da Experimenta Design), Amanda Levette (arquiteta britânica), Sou Fujimoto (arquiteto japonês), Alexander von Vegesack (fundador da Domaine de Boisbuchet), Daniel Caramelo (*designer* português), Lars Beller (*designer* norueguês), Marco Sousa Santos (*designer* português), Kengo Kuma (arquiteto japonês), Studio Corkinho (*atelier* de *design* sediado na Bélgica) e BIG-GAME (estúdio de *design* sediado na Suíça) foram apenas alguns dos autores desses elogioso editoriais. Parafraseando Amanda Levette, “trabalhar a cortiça é uma dádiva”.

Durante o mês de julho, realçámos a nossa profunda ligação à Comunidade. A preocupação de promover, participar e contribuir para o equilíbrio social acompanha o nosso século e meio de atividade. Inaugurámos, no longínquo ano de 1938, práticas sociais progressistas, disponibilizando aos trabalhadores quer um refeitório, quer um gabinete médico nas instalações fabris. A responsabilidade social da Corticeira Amorim foi ganhando paulatinamente outra latitude com o passar do tempo, estendendo-se à comunidade. De facto, pela dimensão de algumas das nossas unidades de negócio, temos peso na economia dos nossos municípios, no progresso das nossas regiões e na competitividade do nosso país.

A Corticeira Amorim é também um agente ativo em intervenções de âmbito social, humanitário e socorrista, através da colaboração com instituições de inserção social, de acolhimento de menores em risco e de auxílio à terceira idade. Corporações de bombeiros, centros de saúde, hospitais, autarquias e clubes desportivos são outras organizações que amparamos de alguma forma. Nesse pressuposto, e tendo presente o combate sem tréguas à pandemia de COVID-19, em 2020 doámos ventiladores, eletrocardiógrafos, ecógrafos, máscaras, viseiras, óculos, luvas e batas, oferecemos equipamento informático a alunos carenciados, apoiámos iniciativas comunitárias de prevenção do SARS-COV-2, realizámos campanhas solidárias de recolha de bens alimentares.

Atribuímos também um prémio especial de 1000 euros aos nossos colaboradores independentemente da sua função. Uma recompensa também pelo empenho, dedicação e perseverança de todos sem exceção, que permitiu um desempenho da empresa bastante aceitável neste contexto tão exigente. Mas foi sobretudo uma forma de assinalar o nosso 150.º aniversário.

Somos uma família de 4400 Pessoas

Uma celebração desta magnitude teria obrigatoriamente de reservar espaço para a família. Somos mais de 4400 pessoas espalhadas pelos cinco continentes e movidas pela paixão comum à cortiça. Mas, sem o apoio, a compreensão e a solidariedade dos nossos mais próximos, dificilmente daríamos conta dos desafios que alavancam a nossa insaciável ambição de irmos sempre além das supostas fronteiras. Um sentido agradecimento às muitas famílias Amorim que aglutinam objetivos, partilham sonhos e transcendem as diferenças. Fortalecendo os laços inquebrantáveis da grande descendência Amorim. O mês de agosto foi, pois, da(s) Família(s).

Semear para colher, este foi o mote do mês de setembro totalmente consagrado à Educação. A Natureza é o nosso primeiro mestre, mostrando-nos a importância de saber nutrir, de saber respeitar e de saber esperar o *timing* certo da floresta. O nosso ADN corporativo materializa-se igualmente na inquietude de saber, na capacidade de estudo e na necessidade de acumular informação. Ao longo de décadas de investimento continuado em investigação, observação, pesquisa, análise e avaliação do Montado, do sobreiro e da cortiça,

firmámos parcerias, fomentámos iniciativas e concretizámos projetos que ampliam o conhecimento científico, técnico e prático essencial à sustentabilidade de toda a fileira – tendo difundido esse aprendizado de maneira abrangente, sensibilizando para as virtualidades da cortiça, educando para o desenvolvimento sustentável e angariando renomados embaixadores. Seja apoiando instituições de ensino nacionais e estrangeiras na realização de *workshops*, seminários e conferências, enviando regularmente materiais informativos a arquitetos, *designers*, investigadores, engenheiros e académicos, ou organizando visitas às nossas unidades industriais, empreendemos estas tarefas com redobrado sentido no ano de 2020.

O fascínio secular do grupo Corticeira Amorim pela cortiça apenas poderia conduzir a um mesmo arrebatamento pelo vinho – tanto pelo entusiasmo que sempre pomos em todos os nossos projetos, quanto pela ligação ancestral entre estes dois singulares produtos da Natureza. Na verdade, poucos serão os casamentos que poderão orgulhar-se de tal perfeito vínculo. A rolha de cortiça tudo oferece ao vinho sem nada exigir em troca, pondo ao seu dispor 800 milhões de células de características ímpares. Esta estrutura celular permite ao vinho evoluir, expandir os seus compostos e desenvolver as suas virtudes intrínsecas. De resto, apenas a rolha de cortiça possibilita que o vinho atinja o seu máximo esplendor, expressão e carácter. Devotámos-lhe o mês de outubro.

Redigimos uma edição especial da *Amorim News*, editámos o vídeo *Bark to Bottle*, que contou com a participação de renomados especialistas, ilustrando a nossa liderança no setor das rolhas e antecipando muitos desafios, e recolhemos o testemunho de individualidades como Renzo Cotarella, CEO e enólogo principal na emblemática Marchesi Antinori, Jean-Marie Aurand, Presidente da Académie Amorim e Diretor-Geral Honorário da International Organisation of Vine and Wine (OIV), ou Mohan Munasinghe, Prémio Nobel da Paz em 2007. Físico, académico e economista natural do Sri Lanka, Mohan Munasinghe é também das maiores autoridades mundiais em alterações climáticas e, em entrevista exclusiva à *Amorim News*, teve oportunidade de discorrer precisamente sobre os impactos da transformação da composição dos solos, das variações inauditas de temperatura e das emissões crescentes de CO₂ na produção de vinho.

Orgulho, Ambição, Iniciativa, Sobriedade e Atitude

Orgulho, Ambição, Iniciativa, Sobriedade e Atitude: estes são os valores que presidem à nossa ética, à nossa forma de conduzir os negócios, à nossa maneira de desenvolver as atividades. São esteios basilares da nossa identidade coletiva, da nossa cultura organizacional e da nossa visão de futuro. Quem melhor para os definir, expressar e simbolizar? Solicitámos a cinco colaboradores que pudessem refletir sobre cada um desses valores, numa forma de sentir apenas percebida pelo espírito Amorim. O mês de novembro é todos os dias.

Realce-se que formalizamos um renovado Código de Ética Empresarial e de Conduta Profissional, promovendo o seu conhecimento, adesão e prática em toda a organização. Além disso, envolvemos igualmente os nossos *stakeholders*, impulsionando valores universais em toda a cadeia de valor. Acentue-se ainda o carácter humanista deste Código de Ética Empresarial e de Conduta Profissional, que fomenta um ambiente de trabalho seguro, a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a diversidade e a inclusão.

O nosso calendário 12 meses | 12 temas encerraria um mês de dezembro votado ao Futuro. Sendo obviamente incerto, nesse futuro as possibilidades são infinitas tal é a nossa visão, paixão e ambição de irmos mais além. Até porque o futuro acontece agora. A Corticeira Amorim conjuga o futuro no presente. No centro a cortiça, matéria-prima que, graças aos seus atributos ímpares, estabelece a ponte entre o mundo de hoje e o mundo de amanhã, entre aquilo que temos e o que desejamos, entre o que conhecemos e o que imaginamos. O futuro abre-se, expande-se e renova-se. Um futuro desenhado, prospetivado e idealizado num último número da *Amorim News*, no anteriormente citado videomanifesto em prol da cortiça, da inovação e do futuro, e em campanhas digitais levadas a cabo nas diferentes redes sociais.

Aliás, a comunicação digital da Corticeira Amorim sofreu uma profunda transformação durante o ano de 2020. Os números revelam a assertividade do plano traçado: temos mais cerca de 2500 seguidores no Instagram (total de 7500), na rede social LinkedIn subimos de 35 mil para quase 45 mil seguidores, e contabilizámos meio milhão de visitas ao nosso *site* corporativo. A maior interação com os nossos seguidores através de *quizzes*, *instastories* e *giveaways*, a criação de montagens, a produção de vídeos e o uso da fotografia, bem como a introdução da componente gráfica de forma generalizada nos diversos suportes, em sintonia com um *copy* cuidado, criterioso e profissional, serão os fatores que explicam a nossa *performance* digital.

Homenagear a visão, a ousadia, a tenacidade

As celebrações do 150.º aniversário do grupo Corticeira Amorim terminariam com uma homenagem a Américo Amorim. Nascido em Mozelos, no concelho de Santa Maria da Feira, decorria o ano de 1934, Américo Amorim viria a tornar-se um dos maiores empresários portugueses de sempre. Apaixonado pela geografia, exímio cultivador de relações diplomáticas e detentor de um raro talento para os negócios, inicia aos 19 anos a transformação de uma herança de 2,5% de uma fábrica de rolhas fundada pelo avô em 1870, António Alves de Amorim, no maior grupo do setor da cortiça, de que hoje é líder mundial.

O dia 19 de dezembro teria início então com a inauguração de uma escultura da autoria de Pedro Cabrita Reis (rotunda da Rua de Meladas com a Avenida Albertina Ferreira de Amorim). Essa instalação assenta no diálogo contínuo entre a harmonia da Natureza, representada por um ancestral sobreiro em aço, e a ação do Homem, representada por uma sólida coluna também em aço. O monumento é acompanhado por uma das frases icónicas de Américo Amorim: "O futuro começa todos os dias." Seguiu-se a inauguração da Rua Comendador Américo Ferreira Amorim (antiga Rua de Meladas). Finalmente, fez-se a inauguração de um busto em bronze de Américo Amorim da autoria do escultor Artur Moreira junto à casa de família (Parque do Murado). As cerimónias contaram com a presença da família, de responsáveis do grupo Amorim e de representantes de diversas autoridades locais.

O futuro começa todos os dias

Ao longo do ano de 2020, apesar dos desafios, das vicissitudes e das contingências impostos pela pandemia de COVID-19, celebramos os 150 anos com enorme orgulho. Mesmo fisicamente mais distantes, não deixámos de celebrar e de relembrar aquilo que nos une: a nossa história; a cortiça e a sustentabilidade; as pessoas, a família e a comunidade; a inovação e a educação; o vinho; os nossos valores; a renovação e o futuro.

Temos uma história que nos orgulha – de visão, de trabalho, de dedicação, de conhecimento e de empenho. Conhecemos a cortiça como ninguém. Desenvolvemos esta atividade com tal convicção e empenho que nos tornámos líderes da sua transformação, inventando diariamente novas formas de levar os seus benefícios aos mais diversos setores de atividade, pelos quatro cantos do mundo.

Todas as nossas ações se alinham num nobre propósito: pôr as singulares e irreplicáveis propriedades da cortiça natural ao serviço do bem-estar e do conforto de todas as pessoas, desenvolvendo produtos e soluções inovadoras, disruptivas e de superior qualidade, em perfeita harmonia com a Natureza.

Encaramos, pois, o futuro com a confiança destes 150 anos de bem-sucedida história e, sobretudo, com a atitude, a iniciativa e a determinação que nos impelem a fazer sempre mais e melhor, com responsabilidade, criatividade e sustentabilidade.

PRINCIPAIS EVENTOS

150 anos do grupo Corticeira Amorim: *rebranding*, homenagens e iniciativas temáticas

O grupo Corticeira Amorim, no âmbito do seu 150.º aniversário, desafiou o *atelier* Eduardo Aires a repensar a imagem de marca da empresa com o objetivo de encontrar um equilíbrio entre o legado e a inovação. O *rebranding* foi apresentado numa conferência de imprensa especial realizada em janeiro de 2020, nas instalações da Amorim Cork, Unidade de Negócio Rolhas da Corticeira Amorim, que contou com a presença de dezenas de jornalistas. Apesar de todas as restrições causadas pela pandemia de COVID-19, que obrigaram a cancelar inúmeras ações, 2020 foi um ano repleto de iniciativas, homenagens, testemunhos, início de novos projetos e, sobretudo, uma grande oportunidade para reafirmar a visão, a missão e os compromissos da empresa.

Projeto de Intervenção Florestal: plantação de mais de 100 mil sobreiros na Herdade da Venda Nova

A revolução está em marcha em 251 hectares da Herdade da Venda Nova, junto à aldeia de Palma, em Alcácer do Sal, no sul de Portugal. Mais de 100 mil sobreiros (400 árvores por hectare) plantados cada um num quadrado de cinco por cinco metros e distribuídos por 43 setores da herdade. Cerca de um ano depois da plantação, os resultados são animadores: sobreiros com 1,70 metros quando habitualmente teriam 20 ou 30 centímetros. Recorde-se que, lançado no ano de 2013, o Projeto de Intervenção Florestal é financiado na íntegra pela Corticeira Amorim, sendo desenvolvido em parceria com produtores florestais, reputadas instituições académicas e científicas nacionais e internacionais e autoridades locais.

Rolhas da Corticeira Amorim com pegada de carbono negativa

Os mais recentes estudos realizados pela consultora independente EY a diversos produtos da Amorim Cork, Unidade de Negócio Rolhas da Corticeira Amorim, concluíram, sem exceção, que o balanço de carbono de todas as rolhas analisadas é negativo quando considerado o sequestro das florestas de sobreiro e as emissões associadas à produção do produto. Desta forma, uma rolha natural para vinho permite um sequestro de carbono até -390 g CO₂eq, uma rolha para vinho espumante com dois discos permite um sequestro de carbono até -562 g CO₂eq e uma rolha aglomerada para vinho espumante permite um sequestro de carbono até -540 g CO₂eq. No total, são já dez os estudos que comprovam a pegada de carbono negativa de outras tantas rolhas da Amorim Cork.

Vinexpo Paris: cortiça Amorim em destaque no stand ecológico da Moët Hennessy

Durante a Vinexpo Paris, um dos eventos vitivinícolas mais importantes do mundo, a Moët Hennessy promoveu um fórum dedicado às questões da sustentabilidade onde a cortiça da Corticeira Amorim foi material em destaque. Na verdade, o *stand* que acolheria vários especialistas mundiais sob a temática *Living Soils* foi construído desta matéria-prima única, resultando na criação de um espaço ecológico, reciclável, biológico e com notável isolamento acústico. O projeto, da autoria da arquiteta Jeanne Dumont, respondeu às exigências de sustentabilidade definidas pela Moët Hennessy para utilizar apenas materiais de “grande pureza” como a cortiça, exemplo paradigmático da economia circular.

Amorim TOP SERIES apresenta Sense Tops, Ambiance e Evolutive Series

Rolhas com aromas, rolhas que incorporam tecnologia LED e rolhas sensíveis ao calor são os três novos produtos lançados pela Amorim TOP SERIES. Concretamente, a rolha Sense Tops oferece aos clientes uma experiência aromática sem precedentes, permitindo associar à rolha notas sensoriais como frutas, aromáticos doces, picantes, notas de chocolate, café e baunilha. Por sua vez, a série Ambiance incorpora elegantemente tecnologia LED, permitindo inclusive acender e apagar a luz à distância. Por último, não menos surpreendente, a Evolutive é uma rolha sensível ao calor que oferece várias possibilidades, por exemplo, indicar quando uma bebida atingiu a temperatura ideal para ser consumida.

Amorim Cork Flooring desvenda Cork Pure Signature na Domotex

A Amorim Cork Flooring, Unidade de Negócio Revestimentos da Corticeira Amorim, apresentou na Domotex, a mais importante feira de revestimentos do mundo realizada anualmente em Hanôver, na Alemanha, a nova coleção Cork Pure Signature. A empresa reforçou assim a aposta na nova geração de pavimentos Amorim WISE, produtos à base de cortiça, materiais reciclados e com pegada de carbono negativa. A possibilidade de criar padrões personalizados, com mais de 17 mil combinações possíveis, é outra das imagens de marca das referências Cork Pure Signature. Os clientes podem idealizar diferentes padrões, elegendo-os de entre 17 visuais naturais de cortiça, e combiná-los com as 31 cores disponíveis, com diversos acabamentos, dimensões e espessuras. A presença na Domotex serviu igualmente de palco à apresentação da nova gama Wood Resist Eco, da Wicanders.

Amorim TOP SERIES promove concurso Port.Wine Packaging Design Contest

A Amorim TOP SERIES e a BA Glass organizaram um concurso de *design* de embalagens de vinho do Porto. “Como melhorar a perceção de valor através da premiumização das embalagens?” foi o desafio lançado aos alunos do curso de *Design* de Produto da ESAD – Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos. A entrega de prémios decorreu no final de janeiro e o júri incluiu representantes da Symington Family Estates, da Taylor’s Port Wine e da OMDesign.

A exposição “Home Stories: 100 years, 20 Visionary Interiors” do Vitra Design Museum conta-se com cortiça

A parceria realizada entre a Corticeira Amorim e o Vitra Design Museum (VDM), um dos mais importantes museus de *design* do mundo, levou até Weil am Rhein, na Alemanha, mais de 3200 blocos de aglomerado de cortiça. Utilizados na exposição “Home Stories: 100 Years, 20 Visionary Interiors”, os milhares de blocos permitiram criar as estruturas artísticas que envolveram a mostra. Tais suportes, projetados pelo gabinete italiano de *design*, arquitetura e investigação Space Caviar, acomodaram artigos de *design*, produtos de decoração e peças de mobiliário.

Amorim Australasia: abertura de novas instalações na Austrália

Presente desde o início da década de 1990 na Oceânia, mais concretamente em Dandenon (Vitória), a Amorim Australasia viria a mudar de instalações para Adelaide no ano de 2007. Confirmando a confiança inabalável no mercado, a filial da Corticeira Amorim abriu novas portas em 2020 na mesma área industrial do sul da Austrália, concretizando um investimento de 3,5 milhões de euros. A Amorim Australasia é atualmente o maior importador australiano de cortiça para a indústria vinícola, fornecendo toda a Ásia do Pacífico de rolhas tratadas e personalizadas.

Um auditório em cortiça projetado para a era COVID-19

Assemelhando-se a um anfiteatro grego construído em blocos de cortiça, o auditório ao ar livre do Centro Cultural de Belém (CCB), da autoria do arquiteto Carrilho da Graça, foi especialmente concebido para cumprir as medidas de segurança e distanciamento social definidas para o primeiro confinamento devido à pandemia de COVID-19, em abril de 2020. A regra de distanciamento de dois metros foi estritamente seguida e os 400 lugares foram individualizados, sem perder a sensação de coletivo desejado por todos. Os blocos de aglomerado de cortiça expandida utilizados na construção do auditório foram cedidos pela Amorim Cork Insulation, Unidade de Negócio de Isolamentos da Corticeira Amorim.

Aglomerado de cortiça expandida nas paredes verticais/verdes do CCB

Inserido na Lisboa Capital Verde Europeia 2020, o novo jardim do Centro Cultural de Belém (CCB) anima o Caminho José Saramago. Inspirado pelos picos montanhosos do Vietname, este jardim vertical, da autoria do arquiteto Francisco Caldeira Cabral, assume os temas contemporâneos da sustentabilidade, da ecologia e da densidade urbana. Apesar de recente, esta estrutura construída com aglomerado de cortiça expandida, fornecida pela Amorim Cork Insulation, Unidade de Negócio Isolamentos da Corticeira Amorim, já é casa de várias espécies de insetos e aves. A sua presença inesperada num edifício emblemático revestido em pedra produz um efeito surpresa e humaniza o espaço, criando um impacto muito positivo em todos os visitantes. Embora se trate de uma construção efémera, este jardim já conquistou o seu lugar no CCB.

Coleção YOGA Go4Cork desenvolvida pela Amorim Cork Composites

A YOGA Go4Cork é uma coleção desenvolvida pela Amorim Cork Composites, Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos da Corticeira Amorim, que utiliza aglomerado de cortiça para criar diversos equipamentos utilizados na prática de ioga. O uso da cortiça atribui a estes produtos várias características diferenciadoras, como o facto de serem hipoalergénicos, antiderrapantes, naturais e recicláveis, resistentes ao suor, termicamente confortáveis e, sobretudo, sustentáveis. De resto, a Go4Cork existe para materializar a cultura de inovação da Amorim Cork Composites no segmento *do it yourself*.

Sistema Helix disponível em todo o território dos EUA

O sistema Helix – a inovadora garrafa e o vedante sustentável de cortiça desenvolvidos pela Corticeira Amorim e pela Owen-Illinois (O-I) – está agora disponível em todo o território dos Estados Unidos da América. Isto deve-se à Longevity Wines e à sua parceria com a Bronco Wine Company, a quinta maior empresa vinícola dos EUA. Recorde-se que a Bronco Wine Company adotou em 2016 a Helix para a sua marca Red Truck, alargando o uso atual desta solução à The Great American Wine Company.

Sistema Corkeen instalado no Parque Natural de Monsanto

A Corkeen Europe, empresa detida pela Corticeira Amorim, instalou no Parque Florestal de Monsanto o primeiro projeto em Portugal que utiliza o sistema Corkeen, solução revolucionária de superfícies amortecedoras de impacto para espaços de jogo, lazer e recreio. Produzido com cortiça, o inovador piso Corkeen alia credenciais de segurança, acessibilidade e sustentabilidade, combinando harmoniosamente os conceitos de Comunidade, Natureza e Planeta. Desenvolvido de acordo com os princípios da economia circular, o produto resulta do pleno aproveitamento de desperdícios da indústria da cortiça; a energia para a sua produção provém do uso de biomassa (pó de cortiça), e no final do ciclo de vida todos os materiais serão reutilizáveis. O Corkeen é leve, inodoro e hipoalergénico. Depois de mais de 100 projetos concretizados no norte da Europa, nomeadamente na Suécia e na Noruega, o Corkeen chegou então ao Parque Infantil do Centro de Interpretação do Monsanto, incluído no programa Lisboa Capital Verde Europeia 2020.

Amorim Cork Flooring lança novo ecossistema digital

A Amorim Cork Flooring, Unidade de Negócio Revestimentos da Corticeira Amorim, realizou um profundo *rebranding* do seu ecossistema digital. Apresentado em junho de 2020 num *livestream* nas redes sociais, o renovado Digital Ecosystem abriga todas as marcas sob Amorim Cork Flooring. O projeto, que amplia a presença *online* da empresa, é composto por quatro *websites*, nomeadamente um *site* corporativo da Amorim Cork Flooring e três *sites* das marcas Amorim Wise, Wicanders e Corklife, todos alinhados com a comunicação de cada marca, quer em *target group*, quer em *layout*, imagens e linguagem. Os novos *websites*, disponíveis em 14 idiomas, podem ser visitados em: amorimcorkflooring.com | amorimwise.com | wicanders.com | corklife.com

Amorim Sports: *infills* e economia circular

Tendo como missão desenvolver soluções inovadoras de superfícies desportivas com alto desempenho, *performance* superior e elevados níveis de sustentabilidade, a Amorim Sports apresentou os produtos *infill* ICE e COCONINO. As novas soluções de enchimento incorporam desperdícios internos de produção que antes tinham como destino final a incineração e o aterro sanitário. A abordagem segue a responsabilidade social de reciclagem, reutilização e poupança de recursos, quer naturais, quer internos, da Amorim Cork Composites, com o objetivo de acrescentar valor ao seu negócio. Os novos *infills* da Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos da Corticeira Amorim foram comercializados até ao final de 2020 exclusivamente no mercado americano, estando prevista a exploração comercial, em 2021, nos mercados asiáticos.

Sistema Evaporcork: a cortiça e as cidades do futuro

O Evaporcork é o novo sistema de arrefecimento passivo de fachadas desenvolvido pela Amorim Cork Insulation, Unidade de Negócio Isolamentos da Corticeira Amorim, que utiliza a cortiça, concretamente aglomerado de cortiça expandida, para mitigar o efeito da ilha de calor urbano. Além do sistema evaporativo propriamente dito, o Evaporcork incorpora ainda outros aspetos diferenciadores, tais como a conceção de um sistema de irrigação automatizado para humedecimento/molhagem do aglomerado de cortiça expandida, a incorporação de um sistema de recolha de águas pluviais, e a possibilidade de integrar sensores com vista à deteção e mitigação de incêndios. O sistema Evaporcork foi desenvolvido em parceria com o Itecons – Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade.

Corticeira Amorim galardoada nos Prémios de Sustentabilidade da revista *World Finance*

A Corticeira Amorim foi a grande vencedora da categoria Wine Products Industry dos Prémios de Sustentabilidade da revista *World Finance*. Distinguida pelo segundo ano consecutivo, a Corticeira Amorim foi assim reconhecida pelos princípios e práticas de desenvolvimento sustentável implementados em toda a sua cadeia de operações, dando origem a um vasto portefólio de produtos e soluções de *performance* técnica superior e credenciais de sustentabilidade sem paralelo. São disso claro exemplo as rolhas de cortiça Amorim, cujo balanço de carbono pode atingir -309 g CO₂eq na rolha natural e -562 g CO₂eq na rolha de vinho para espumante quando considerado o sequestro da floresta de sobre. Os Prémios de Sustentabilidade premeiam empresas que demonstraram um compromisso assinalável com o desenvolvimento sustentável, destacando-se aqueles que, como refere a *World Finance*, “fizeram um esforço extra para integrar valores financeiros, sociais e de governança (ESG) em diferentes áreas do negócio”.

Traços de Gente: um livro e uma exposição para celebrar as Pessoas Amorim

Num ano particularmente marcante da história do grupo Corticeira Amorim, a empresa publicou o livro *Traços de Gente*. A obra, oferecida aos colaboradores do universo Amorim, pretende homenagear todos os que, desde 1870, ajudaram a construir este longo caminho. Nesse sentido, 30 colaboradores partilharam memórias, impressões e juízos sobre a sua vida no grupo Corticeira Amorim. São “traços de gente” com cada história a

representar todas as mulheres e todos os homens que sempre estiveram ao lado da empresa independentemente das circunstâncias. Ao livro, seguiu-se a montagem de uma exposição itinerante com fotografias de grandes dimensões dos retratados no livro. A mostra percorreu todas as unidades fabris da Corticeira Amorim em território nacional.

Corticeira Amorim vence Prémio Best Raw Materials Sustainability – Europe 2020 atribuído pela *Capital Finance International*

A Corticeira Amorim venceu a categoria Best Raw Materials Sustainability – Europe 2020 dos prémios da *Capital Finance International* (CFI.co). A conceituada revista inglesa destacou a atitude pioneira da empresa no desenvolvimento sustentável, sublinhando o empenho na conservação das florestas de sobreiros. Paralelamente, realçou a força motriz da Corticeira Amorim para a inovação interna e externa, ajudando a encontrar novos usos, utilizações e mercados para a cortiça. A dedicação às melhores práticas ambientais, sociais e de *governance* (ESG), enquanto mantém forte rentabilidade, foram outros dos atributos valorizados pelo júri. Aliás, a CFI.co evidenciou a diversidade de aplicações da cortiça, da rolha à arquitetura e até às viagens espaciais. A revista inglesa sobrelevou também o importante papel do sobreiro, e do ecossistema que o envolve, na regulação do clima. Distinguiu um número de superlativa relevância para a indústria corticeira: por cada tonelada de cortiça produzida, o Montado pode sequestrar até 73 toneladas de CO₂.

Planet Cork no World of Wine: o novo museu dedicado à cortiça

O Planet Cork é um novo museu inteiramente dedicado à cortiça, às suas características singulares e ao seu potencial de vanguarda. O espaço, inaugurado no verão de 2020, faz parte do World of Wine (WOW), o mais recente *hotspot* cultural do Grande Porto. Concebido com os contributos da Corticeira Amorim, o Planet Cork foi pensado então para contar a história da cortiça do sobreiro ao espaço. Isto é, começa na floresta e termina nas aplicações tecnologicamente mais avançadas – uma experiência sedutora, envolvente e interativa que atravessa todo o mundo desta matéria-prima única. Ainda no WOW, a cortiça foi igualmente o material escolhido para criar os expositores da The Bridge Collection, que reúne 9000 anos de história da evolução dos copos em 1800 peças expostas. A Amorim Cork Composites, Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos da Corticeira Amorim, foi o parceiro escolhido para desenvolver estes materiais de suporte. Localizado no centro histórico de Vila Nova de Gaia, a partir das renovadas caves de Vinho do Porto, o World of Wine inclui museus (além do Planet Cork, Porto Region Across The Ages, The Wine Experience, The Bridge Collection e The Chocolate Story), restaurantes e cafés, lojas e uma escola de vinho.

Corticeira Amorim foi a única empresa portuguesa que integrou a campanha 50 Sustainability & Climate Leaders

A Corticeira Amorim foi a única empresa portuguesa a integrar a campanha 50 Sustainability & Climate Leaders. O projeto promovido pelo TBD Media Group, cujos conteúdos foram distribuídos pelo grupo Bloomberg, reuniu então um conjunto alargado de organizações que lideram a nível global a luta contra as alterações climáticas. Sustentabilidade, tecnologia e inovação foram outros dos *drivers* que presidiram à escolha dos participantes no programa 50 Sustainability & Climate Leaders, que englobava igualmente líderes de negócios de setores como o farmacêutico, o petroquímico e o de serviços financeiros (gigantes como o francês Groupe Rocher, a suíça Novartis, a sueca Ericsson, o alemão Heidelberg Cement, o italiano Prysmian Group, a japonesa Suntory Holdings Limited, a alemã Wilo Group, a americana John Deere, o suíço REHAU Group, a alemã MANN+HUMMEL, a norueguesa Statkraft, o alemão SSI SCHAEFER ou a suíça Archroma). O projeto inclui uma conferência dos 50 líderes, que decorrerá sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Agendada para 2021, a conferência estará alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

The Cork Book distinguido com prémio Compasso d’Oro

The Cork Book, livro publicado pela Corticeira Amorim em 2018 que propõe uma viagem multidimensional ao mundo da cortiça, arrecadou uma menção honrosa na 26.ª edição dos icónicos prémios Compasso d’Oro. Desenhado pelo Studio FM Milano, que assegurou então o projeto gráfico, e com direção de arte de Filipe Alarcão e Sergio Menichelli, *The Cork Book* apresenta uma abordagem gráfica inovadora ao longo das suas 377 páginas. Esta fórmula criativa permitiu, de resto, que a obra vencesse, em 2018, o Prémio Bronze dos European Design Awards.

Sugo Cork Rugs na residência oficial do primeiro-ministro português

Os tapetes Sugo Cork Rugs decoram agora o edifício Justus-Lipsius, em Bruxelas, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE). A incursão dos tapetes *eco-friendly* nos domínios da política fez-se também em Portugal – isto porque a residência oficial do primeiro-ministro português tem também agora um tapete Coruche a adornar um dos seus espaços comuns. Os tapetes Sugo Cork Rugs são a primeira marca mundial de tapetes a incorporar uma solução inovadora de cortiça em técnicas tradicionais de tapeçaria. Sempre privilegiando o ecodesign, o bem-estar e a exclusividade, os Sugo Cork Rugs destacam-se pelas cores e texturas, pela beleza, originalidade e sustentabilidade.

Cortiça em destaque em The Hothouse no London Design Festival 2020

The Hothouse é uma estufa contemporânea de inspiração vitoriana desenhada pelo *atelier* britânico de arquitetura Studio Weave, onde a cortiça é usada como pavimento dos jardins projetados pelo conceituado paisagista Tom Massey. A estrutura temporária, que integrou o London Design Festival (LDF) 2020, tinha como objetivo chamar a atenção para os efeitos das alterações climáticas. A partir de aglomerado de cortiça expandida proveniente da Amorim Cork Insulation, Unidade de Negócio Isolamentos da Corticeira Amorim, a Amorim Cork Composites, Unidade de Negócio de Aglomerados Compósitos da Corticeira Amorim, desenvolveu um aglomerado que, pelas suas características, respondia exemplarmente aos requisitos do projeto, com destaque para o fator sustentabilidade.

Corticeira Amorim subscreve o act4nature

A Corticeira Amorim integra o grupo de subscritores do act4nature Portugal, ação lançada pelo Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD) que pretende sensibilizar, mobilizar e incentivar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade. A adesão integra-se assim na missão da Corticeira Amorim de acrescentar valor à cortiça de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a natureza. Isto é, compromete-se com a adoção de práticas que garantam a preservação do meio ambiente, assumindo a sustentabilidade como referência basilar.

Pavimentos da Amorim Cork Flooring com balanço de carbono negativo

Os pavimentos Amorim Wise Inspire 700 detêm um balanço de carbono negativo considerando o sequestro da floresta do Montado. Os resultados decorrem de um estudo encomendado pela Amorim Cork Flooring, Unidade de Negócio Revestimentos da Corticeira Amorim, à consultora EY, que avaliou os impactos ambientais causados desde a extração de matérias-primas até ao fim de vida do produto. Assim, os pavimentos Amorim Wise Inspire 700 HRT permitem um sequestro de carbono até $-101 \text{ kg de CO}_2/\text{m}^2$, ao passo que os pavimentos Amorim Wise Inspire 700 SRT permitem um sequestro de carbono até $-93 \text{ kg de CO}_2/\text{m}^2$.

Cortiça da Corticeira Amorim utilizada no interior do novo Mazda 100% Elétrico

A cortiça da Corticeira Amorim é utilizada no interior do novo automóvel 100% elétrico da Mazda. Integrada no revestimento da consola do MX-30, a cortiça foi selecionada pelo facto de tratar-se de uma matéria-prima natural, sustentável e biodegradável, contribuindo assim para reduzir a pegada ambiental do novo modelo da insígnia japonesa. Fornecida pela Amorim Cork Composites, Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos da Corticeira Amorim, a cortiça confere ainda ao novo modelo da marca nipónica conforto, impermeabilidade e isolamento térmico, acústico e antivibrático.

Corticeira Amorim emite 40 M€ de obrigações verdes

A Corticeira Amorim concretizou, no final de 2020, a sua primeira emissão de obrigações verdes. O empréstimo, no montante de 40 milhões de euros, destina-se a refinar um conjunto diversificado de investimentos verdes realizados em 2017, 2018, 2019 e no primeiro semestre de 2020 por oito empresas das cinco Unidades de Negócio do grupo Corticeira Amorim. A organização, montagem e garantia de subscrição foram asseguradas pelo Banco BPI, que também assume o serviço de agente pagador, naquela que é a primeira emissão de obrigações verdes da empresa líder mundial do setor da cortiça.

Amorim Cork Flooring conquista acreditação Investors in People

A Amorim Cork Flooring, Unidade de Negócio Revestimentos da Corticeira Amorim, conquistou a acreditação Investors in People: We Invest in People. Criado para atender aos desafios constantes do dia a dia dos negócios, o Investors in People é uma ferramenta projetada para melhorar a *performance* das organizações mediante o desempenho dos seus colaboradores. A acreditação com o selo Investors in People é sinónimo de um ótimo empregador, de um lugar de trabalho de alto desempenho e de um claro compromisso com a sustentabilidade. Paul Devoy, CEO da Investors in People, endereçou os parabéns à Amorim Cork Flooring, “pois ser acreditado na We Invest in People é um esforço notável para qualquer organização, e coloca a Amorim Cork Flooring em excelente companhia com um conjunto de empresas que compreendem o valor das pessoas”.

Produtos da Amorim Cork Composites com balanço de carbono negativo

A Amorim Cork Composites, Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos da Corticeira Amorim, encomendou à EY três estudos de pegada de carbono e avaliação do ciclo de vida que concluíram, sem qualquer exceção, que o balanço de carbono de todos os produtos analisados é negativo quando considerado o sequestro da floresta do Montado. Os estudos, que avaliaram então os impactos ambientais causados pela gestão florestal, pelo transporte de matérias-primas e pela produção, concluíram que o Top Layer NRT® 94 permite um sequestro de carbono até -39 kg de CO₂/m², o Underlay Fusion permite um sequestro até -14,2 kg de CO₂/m², e o Footcork® Evolution permite um sequestro até -8,4 kg de CO₂/m².

Pavimento Amorim Wise instalado na Sala Sophia de Mello Breyner Andresen do Centro Cultural de Belém

A cortiça foi o material escolhido para o piso da sala Sophia de Mello Breyner Andresen, no Centro Cultural de Belém (CCB), onde decorrem boa parte das reuniões da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) neste primeiro semestre de 2021. Localizado no segundo andar do edifício, e usufruindo de uma magnífica vista sobre o rio Tejo, o espaço está agora equipado com 425 metros quadrados de pavimento Amorim Wise da coleção Cork Pure, oferecendo enormes benefícios em saúde e bem-estar, tais como isolamento térmico e acústico, melhoria da qualidade do ar e conforto ao caminhar. O piso foi fornecido pela Amorim Cork Flooring, Unidade de Negócio Revestimentos da Corticeira Amorim.

Amorim Florestal instala linha de preparação automatizada

A Amorim Florestal, Unidade de Negócio Matérias-primas da Corticeira Amorim, instalou uma linha de preparação automatizada que permite estandardizar processos de escolha da cortiça por calibre e classe, diminuindo desta forma a subjetividade inerente a essas operações. As soluções robotizadas incluem automatização da movimentação de pranchas, do corte da apar, do traçamento por calibre (substituindo o corte tradicional do traçador) e da classificação por qualidade. A junção destas diversas tecnologias permite potenciar quer a valorização da cortiça entre rolha/não rolha, quer aumentar o foco na valorização da matéria-prima.

Corticeira Amorim instala MES/SAP nas diversas unidades fabris

A Corticeira Amorim instalou, em meados de 2020, as tecnologias MES/SAP nas suas diversas unidades fabris. A solução MES (Manufacturing Execution System) permite a gestão da operação no chão de fábrica, assegurando informação em tempo real e possibilitando tomada de decisões factuais *on time*. A implementação de um ERP (*Enterprise Resource Planning*) *state of the art* como o SAP permite reforçar as sinergias nas atividades partilhadas, com especial enfoque nas áreas financeiras e de logística *in* e *outbound*, garantindo a normalização entre as geografias, a redução da carga administrativa e a potenciação da automação.

Amorim Cork Flooring reforça práticas da economia circular

A Amorim Cork Flooring, Unidade de Negócio Revestimentos da Corticeira Amorim, reaproveitou 925 toneladas de desperdícios de aglomerados compósitos de cortiça com polímeros provenientes dos cortes e das lixagens dos produtos Hydro e Wise Inspire 700 e Pro. Trata-se de mais um exemplo concreto das práticas de economia circular levadas a cabo de forma transversal no grupo Corticeira Amorim. De resto, a empresa leva à letra a ideia de que não existem desperdícios: existem antes subprodutos nas mãos erradas.

Amorim Cork Insulation fornece cortiça decorativa à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE)

A Amorim Cork Insulation, Unidade de Negócio Isolamentos da Corticeira Amorim, forneceu cortiça decorativa ao centro de acreditação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE). O MDFachada, um dos produtos estrela da empresa, foi usado quer nos tetos, quer nos guichés de *check-in*, num projeto da autoria da Mind Trooper. O material genuinamente português evidenciou as propriedades acústicas e estéticas da cortiça aglomerada.

Mais de 9000 clientes receberam o certificado de balanço de CO2 emitido pela Amorim Cork

Mais de 9000 clientes da Amorim Cork, Unidade de Negócio Rolhas da Corticeira Amorim, já receberam certificados de balanço de CO₂ das suas rolhas. Sendo a primeira empresa da indústria corticeira a emitir tais certificados, a Amorim Cork reforça a sua liderança mundial aos olhos de clientes, de jornalistas, de enólogos, de *opinion makers* e demais *stakeholders*, enquanto referência no desenvolvimento sustentável. Os certificados, que contam com o estreito envolvimento das estruturas de vendas nos EUA, no Chile, na Argentina, na África do Sul, na Austrália, em Portugal, em Espanha, em França, em Itália, na Alemanha, no Reino Unido, na Grécia e em mercados do Leste europeu, contêm então a informação sobre a quantidade de CO₂ retida por cada um destes clientes, incluindo também o racional de suporte ao número de toneladas retidas anualmente.

Bónus extraordinário a todos os colaboradores

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim decidiu atribuir um prémio extraordinário aos colaboradores da empresa, definido como um valor fixo independentemente das funções exercidas. Desta forma, o Conselho de Administração agradece, com emoção, o seu contributo, sublinhando o profundo reconhecimento a todos os que diariamente constroem os êxitos da empresa. É também uma forma de assinalar o 150.º aniversário do grupo Corticeira Amorim.

Homenagem a Américo Amorim

O grupo Corticeira Amorim prestou, no final de 2020, homenagem a Américo Amorim. Integrado nas celebrações do 150.º aniversário do maior grupo de transformação de cortiça do mundo, o tributo incluiu a inauguração de uma escultura em aço da autoria de Pedro Cabrita Reis (rotunda da agora Rua Comendador Américo Ferreira Amorim com a Avenida Albertina Ferreira de Amorim), de uma rua com o nome Comendador Américo Ferreira Amorim (anteriormente designada Rua de Meladas) e de um busto em bronze do empresário da autoria de Artur Moreira (Parque do Murado). A escultura é acompanhada por uma das mais icónicas frases de Américo Amorim: o futuro começa todos os dias.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA 2020

1.1. ECONOMIA MUNDIAL

O ano de 2020 registou um início moderadamente positivo, evidenciando os efeitos decorrentes do crescimento do final de 2019, mas a pandemia COVID-19 alterou drasticamente a conjuntura. Mais do que em qualquer ano recente, a incerteza e as restrições à atividade económica a partir de fevereiro tiveram um fortíssimo impacto na mobilidade e, por conseguinte, no crescimento. A atividade colapsou entre o primeiro e o segundo trimestres. A evolução foi inesperada, desafiadora, e com alterações diversas de percurso e ritmo. A economia mundial terá contraído 3,5%, uma revisão em alta de 0,9% face ao projetado no outono de 2020 atendendo ao *momentum* na recuperação económica da segunda metade do ano. A evolução económica seguiu de perto o padrão de propagação do vírus, de este para oeste. As políticas monetária e fiscal, a par de medidas prudenciais, foram acionadas em ritmo acelerado e de forma coordenada, procurando, inicialmente, estabilizar os *animal spirits* e os fenómenos extremos, e depois, numa segunda fase, suportar a economia e permitir o relançamento futuro. A pandemia mostrou que riscos menos prováveis podem ter um impacto extremo na economia e na sociedade. As medidas de combate à propagação da pandemia oscilaram em função da gravidade da infeção e da sensibilidade social e política, assim também determinando evoluções diferenciadas entre economias e momentos. O ano terminou com clarificação em questões relevantes como a situação política norte-americana e a relação pós-Brexit entre a União Europeia e o Reino Unido. A nível da União Europeia, merece destaque a resposta conjunta à pandemia nas de medidas fiscais e económicas e na de coordenação de resposta ao desafio de saúde pública. O comércio internacional terá registado uma contração de 9,6%. As matérias-primas registaram acentuada oscilação de preço durante o ano.

As economias avançadas terão observado um decréscimo económico em torno de 4,9%. A **zona euro** terá registado uma contração em torno de 7,2%, um valor muito negativo, mas claramente melhor do que a determinada altura de 2020 se antecipou. A paragem acentuada da atividade económica entre março e maio, e o recrudescimento da pandemia no último trimestre do ano, afetaram sobremaneira o sentimento e a atividade económica. Não obstante as restrições impostas, e autoimpostas, terem sido menos severas no final de 2020, e por comparação com o confinamento inicial, a mobilidade diminuiu ainda assim cerca de 17% face ao início do ano. A crise foi abrangente, mas de impacto desigual entre Estados e entre setores e subsetores, refletindo estruturas económicas diferentes entre países, bem como medidas de contenção diversas. O recurso generalizado a medidas temporárias de retenção de postos de trabalho, apoiadas no instrumento comunitário SURE, a par de diversas outras atuações locais, terá mitigado o impacto no emprego e no rendimento dos agregados familiares. Os diversos Estados-membro do euro lançaram mão de um conjunto diverso de medidas orçamentais, com impacto diferenciado, mas que se estima representarem cerca de 4,2% do PIB. A inflação terá registado 0,7%, afastando-se, novamente, da meta de estabilidade de preços. Ao fim de 47 anos, a 31 de janeiro de 2020, o **Reino Unido** deixou o mercado único europeu e entrou no período de transição acordado com a União Europeia. Assolado fortemente pela pandemia, terá registado, estima-se, uma contração de 10%. A **Suécia**, por seu turno, terá contraído 2,9%, enquanto a **República Checa**, seriamente afetada pela segunda vaga COVID-19, terá observado uma diminuição acentuada da atividade económica e em torno de 5,7%. Esta evolução terá refletido a disrupção no sector industrial, um setor fortemente orientado para os mercados externos.

Os **Estados Unidos** terão observado uma contração em torno de 3,4%, uma queda na atividade superior à observada na Grande Recessão de 2009. Afetados pela pandemia mais tarde do que outras economias mundiais, evidenciaram um perfil diverso durante o ano. A atuação perante a ameaça à saúde pública terá primado por uma solução menos restritiva em mobilidade e encerramento de atividade económicas, mas por uma atuação monetária e fiscal substancial, célere e pragmática (a nível de apoios fiscais, um primeiro apoio equivalente a 9% do PIB, a que se seguiu um segundo programa, em dezembro, ligeiramente superior a 4% do PIB). O rendimento disponível dos agregados familiares terá assim incrementado e, em face da retração prudencial do consumo e do encerramento de inúmeras atividades, conduzindo a um aumento muito significativo da taxa de poupança. O mercado laboral evidenciou uma oscilação extrema, refletindo o ajustamento imediato e violento do tecido empresarial norte-americano: de uma taxa mínima histórica de 3,5%, observada em dezembro de 2019, o mercado laboral degradou-se acentuadamente e registou uma taxa de desemprego de 14,7% em abril, seguindo, desde então, uma tendência de recuperação clara e que conduziu a um referencial de 6,7% no final do ano. O ano terminou com as eleições presidenciais e com a vitória do candidato democrata. O **Japão** terá observado uma queda de 5,1% no nível de atividade, enquanto a **Austrália** terá observado uma contração da economia em torno de 4,2%.

As economias emergentes e em desenvolvimento registaram uma contração estimada em torno de 2,4% em 2020. A **China**, o primeiro país a ser afetado pela COVID-19, terá registado um crescimento de 2,3% com a atividade no último trimestre a superar o nível pré-pandemia. Terá sido, saliente-se, a única economia de grande dimensão a registar crescimento em 2020, reflexo da abordagem agressiva e célere perante a propagação do vírus, e da resiliência perante tarifas comerciais e pressão política externa. A contenção acentuada da epidemia terá permitido uma recuperação intensa e suportada na exportação do que as outras economias necessitavam para mitigar a crise pandémica e garantir a atividade enquanto em confinamento. O investimento terá observado um crescimento robusto. A atuação económica das autoridades terá sido, ainda assim, substancialmente menor do que após a grande crise financeira de 2008, estimando-se em metade do impulso de crédito de então. A **Índia**, por seu turno, terá contraído 8,0%, refletindo uma forte paragem na atividade – ainda assim, uma revisão significativa face aos mais de 10% de queda estimados no outono de 2020. A América Latina terá registado uma contração em torno de 7,4%, com o **México** a observar uma perda mais acentuada, e que se estima em torno de 8,5%, e o **Brasil**, comparando melhor, com uma diminuição de 4,5%. A **Argentina**, por seu turno, terá evidenciado uma perda de atividade mais acentuada, próxima de 12,0%. A **África do Sul** terá registado uma redução na atividade económica em torno de 7,5%; a **Rússia**, por sua vez, afetada pela pandemia e pela queda acentuada no preço do petróleo (apenas ultrapassada pela variação observada em 2015), terá registado uma contração económica de 3,6%.

Em 2019, as condições monetárias haviam revertido o curso de normalização observado em 2018, mas observava-se uma gestão ponderada e gradual; em 2020, em face da incerteza, da travagem brusca da atividade económica e da pressão sobre a liquidez, as medidas monetárias tornaram-se ainda mais expansionistas e para níveis absolutamente inesperados uns meses antes. A Reserva Federal (FED) norte-americana cortou agressivamente as taxas de juro do dólar americano para um nível praticamente nulo, avançou com compra substancial de ativos e ainda com diversos programas de apoio ao *funding* a diferentes sectores económicos. Em face da elevada pressão mundial sobre a liquidez, especialmente em dólares, a FED estabeleceu operações de *swap* de moeda com inúmeros bancos centrais. Por último, ancorou a política monetária em níveis baixos de taxas e por um período longo. Na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) reforçou e prolongou temporalmente a atuação ao abrigo dos programas em vigor, estabeleceu novas medidas de compra de dívida soberana dos diferentes Estados-membros (o *Pandemic Emergency Purchase Programme*, PEPP) e reforçou a perspectiva de taxas mais baixas por prazo longo. Outros bancos centrais implementaram medidas similares.

1.2. PORTUGAL

A pandemia COVID-19 afetou acentuadamente a economia portuguesa em 2020, conduzindo a uma contração em torno de 7,6%. Foi a primeira contração desde 2013 e foi excecionalmente acentuada no primeiro semestre do ano devido ao confinamento então registado. O impacto foi notório nas atividades relacionadas com turismo, cujas receitas terão diminuído 60% face a 2019. O desempenho menos desfavorável da procura interna e da procura externa líquida nos últimos meses do ano terão permitido, estima-se, um desempenho melhor do que o antecipado. Com a exceção do consumo público, todas as restantes rubricas da procura terão contribuído para a variação negativa da atividade. A contração terá sido acentuada a

nível das exportações, especialmente a nível da componente serviços, e no investimento. O contributo positivo deverá ter surgido da construção (menos afetada pela crise de saúde pública) e da indústria. O consumo privado terá observado uma queda acentuada, com correspondente aumento da poupança (14,3% do rendimento disponível na primeira metade do ano, um aumento de 6,9% face ao final de 2019, com reversão parcial no resto de 2020) atendendo às medidas implementadas para proteger o rendimento. Em 2020, as exportações terão diminuído 20,1%, e as importações cerca de 14,4%. O saldo conjunto das balanças corrente e de capital, que traduz a capacidade de financiamento da economia, terá regressado a valores negativos após sete anos de excedentes externos. Refletiu, sobretudo, a redução drástica do turismo, deixando evidente o peso significativo deste setor na economia (metade da queda nas exportações totais é explicada pela queda nas exportações de turismo). O desempenho das finanças públicas refletiu a necessidade de minimizar o impacto da pandemia, tendo Portugal transitado de um excedente fiscal histórico para um défice em torno de 5,7%. O endividamento público aumentou em termos absolutos, o que, a par de uma diminuição do PIB, terá resultado numa acentuada degradação no rácio dívida/PIB para 133,7%. O desemprego terá registado uma taxa de 6,8% no ano (6,5% no ano anterior) devido a medidas mitigadoras do impacto da paragem da atividade económica no mercado laboral, tais como o *lay-off* temporário e apoios a trabalhadores independentes, e a uma recuperação mais acentuada da atividade no segundo semestre. Num ano profundamente atípico, o desemprego terá ficado abaixo do antecipado nas estimativas mais otimistas. A passagem para a população inativa, por não cumprimento dos requisitos para se ser considerado desempregado, pode ser uma das explicações. A inflação terá sido nula ou marginalmente negativa.

2. ATIVIDADES OPERACIONAIS POR UNIDADES DE NEGÓCIOS (UN)

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim encontram-se estruturadas por Unidades de Negócio (UN), com referência às quais se dá conta dos aspetos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2020.

2.1. MATÉRIAS-PRIMAS

A Unidade de Negócios Matérias-primas atingiu em 2020 um EBITDA corrente de 15,5 M€, inferior em 14,4% ao atingido em 2019. Esta variação resulta sobretudo da quebra de atividade (com um volume de negócios inferior em 24,8 M€), acompanhado de uma ligeira redução do rácio EBITDA/Vendas (de 0,2 p.p.).

Para a quebra de atividade registada em 2020, contribuíram os seguintes negócios:

- Vendas de cortiça para rolhas naturais - Na sequência da campanha de compra de cortiça efetuada em 2019 tinha sido preparada uma estrutura em 2020 que comportaria uma redução de perto de 5% nas vendas deste tipo de cortiça. Devido aos impactos da pandemia a UN Rolhas viu-se forçada a reduzir a sua atividade com deterioração do *mix* de vendas;
- Vendas de discos para rolhas de champanhe - A quebra na venda de rolhas de champanhe no mercado, afetou os pedidos à UN Matérias-primas pelas unidades do Grupo produtoras deste vedante;
- Vendas das unidades do Norte de África, afetadas pela redução da procura da UN Aglomerados Compósitos, bem como pelo atraso nas adjudicações da cortiça da campanha de extração de 2019;
- A redução das vendas de subprodutos das unidades em Portugal e Espanha, tanto para a UN Rolhas como para a UN Aglomerados Compósitos.

A margem bruta da UN sofreu uma redução de 6,9 M€, fechando o ano com uma margem de 22%. A este nível importa destacar que os lotes de amadia tiveram uma rentabilidade inferior à esperada (com menor percentagem de cortiça para rolhas naturais) e o *mix* de encomendas de discos teve um impacto desfavorável.

Ao nível da eficiência operacional, o ano de 2020 foi marcado pela implementação de novos processos com impacto significativo:

- Implementação de um novo modelo de fabricação de discos, que reduz o consumo de cortiça e permite o aumento da eficiência operacional. Este modelo tinha sido instalado e testado em 2019 em Coruche e foi implementado em 2020 em Ponte de Sor. Os impactos deste investimento na margem foram já evidentes durante o ano de 2020;
- Utilização, ao longo de todo o ano, da linha de escolha por calibre e classe de cortiça em prancha da unidade de Salteiros e instalação de uma nova linha de escolha de cortiça em prancha em Coruche. Estas linhas permitem ter um grau de fiabilidade bastante significativo na operação e garantiram a redução dos custos operacionais em 2020 nestas duas unidades industriais.

Pelo lado negativo, é de salientar o ajustamento tardio da estrutura à redução de atividade, pelo que os custos operacionais não tiveram uma redução tão acentuada como a redução das vendas.

Relativamente à campanha de compra de cortiça amadia em Portugal e Espanha, foram cumpridos os objetivos definidos para o ano de 2020, tanto em quantidade como em preço e em qualidade, facto que permitirá encarar o ano de 2021 com tranquilidade. A redução de vendas registada em 2019 permite estender o *stock* de amadia da campanha de 2019 ainda para os primeiros meses de 2021. Nesta campanha, importa também destacar os novos métodos de trabalho no campo, promovidos pela UN, que permitem executar algumas operações de forma mais eficiente, nomeadamente a introdução da máquina de extração (simplificando o processo de tiradia) e a introdução da prensa de *slings* (que permite melhorar o processo de carregamento e transporte da cortiça, do campo para o estaleiro).

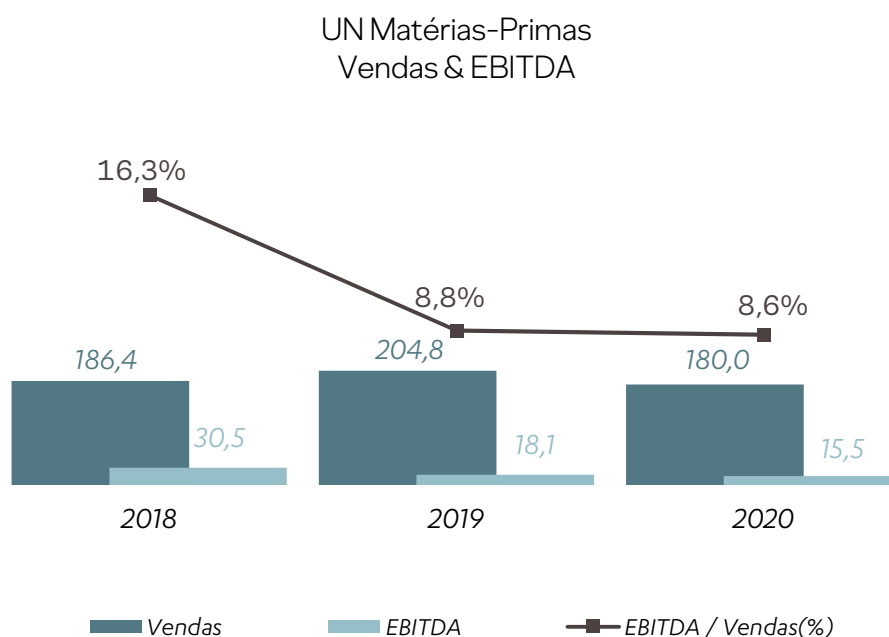
Relativamente às compras de amadia nos países do Norte de África, as adjudicações que se esperavam ocorrer nos primeiros meses de 2020 acabaram por ser adiadas na sequência da pandemia: na Tunísia para o mês de dezembro e na Argélia e em Marrocos para 2021. Esta situação acabou por condicionar a operação nestes países, tendo a UN decidido no final do primeiro semestre, reduzir de forma acentuada a atividade.

Em 2020 a UN Matérias-Primas procedeu ao *scale up* industrial da tecnologia CORKNOVA para a descontaminação de discos de cortiça natural, estendendo a sua capacidade a toda a produção de discos de cortiça utilizados na fabricação de rolhas TwinTop e Champanhe. Em 2020, o sistema de tratamento CORKNOVA permitiu produzir e fornecer 1,1 mil milhões de discos TCA-free à UN Rolhas. Para 2021, a UN assume o compromisso de fornecer a totalidade dos discos com tratamento CORKNOVA.

O capital investido da UN reduziu-se em 18 M€. Para isso contribuiu a redução do preço de compra de amadia face ao ano anterior, assim como a redução do nível de *stocks* (tanto nas unidades em Portugal, fruto da estratégia de compras adotada, como nas unidades do Norte de África, na sequência do adiamento das adjudicações da cortiça da campanha de 2020).

Em 2020, a Unidade de Negócios deu uma nova dinâmica ao Projeto de Intervenção Florestal, através da criação de um plano focado em três áreas fundamentais:

- Gestão Florestal, com o objetivo de coordenar novas plantações e dar aos proprietários apoio técnico na área florestal. Os trabalhos realizados até ao momento visam recolher e compilar o conhecimento existente sobre diversos temas e produzir documentação de apoio e suporte com aplicação prática, quer nos Montados existentes, quer em novas plantações. O gabinete de gestão florestal pretende ainda dar consultoria aos produtores florestais sobre temas tão diversos, como tratamentos para pragas, fertilização e podas;
- I&D Florestal Aplicado, que pretende ser um centro de excelência na investigação do sobreiro e fazer investigação aplicada sobre quais os impactos da rega, fertilização, nutrição e solo, no sobreiro. Até ao momento, foram realizadas várias instalações de sobreiro onde estão a ser estudados os métodos de regadio em profundidade e à superfície, o efeito e a eficácia de fertilizantes em diferentes quantidades no crescimento de sobreiros, a avaliação da produtividade e a valorização e viabilidade económica e técnica de povoamentos de sobreiro sujeitos a rega. Esta ação permitirá, no futuro, definir o melhor protocolo a seguir para instalação de sobreiros;
- I&D Florestal Fundamental que pretende desenvolver sobreiros *plus* (mais adaptados aos emergentes cenários climáticos, a pragas e a doenças) através de um programa de melhoramento do sobreiro. Foram selecionados fenotipicamente dez exemplares de sobreiros *plus* provenientes de diferentes origens e condições edafo-climáticas para estabelecer um programa de multiplicação e melhoramento. Paralelamente está a ser desenvolvido um programa de procura e identificação de variações genéticas associadas a características fenotípicas de interesse que, no futuro, permitirá identificar e selecionar individualmente sobreiros adaptados a diferentes condições, como por exemplo a resistência a pragas e tolerância à seca.



2.2. ROLHAS

Em 2020, o mercado mundial do vinho viveu numa conjuntura que se poderá considerar muito turbulenta, com previsões terríveis de perda e destruição devido à pandemia, à quebra do rendimento disponível e alterações na ordem e nos hábitos que regem o normal funcionamento da economia. Apesar disto, findo este ano de incertezas, os resultados não foram tão sombrios, acabando por se assistir a um aumento da produção mundial de cerca de 1% face a 2019.

Este não deverá ser, necessariamente, considerado um mau ano para a indústria, tendo em conta o contexto em que as tensões geopolíticas, as alterações de clima e a pandemia de COVID-19 geraram um alto grau de volatilidade e incerteza no mercado mundial de vinho.

Apesar das vendas de vinho *on-premise* terem sido fortemente afetadas, as vendas *off-premise* e *online* compensaram de forma determinante esta perda. Isto fez com que o ano terminasse equilibrado face a 2019. De uma forma geral, verificou-se um aumento do consumo, suportado pelas vendas *online* em mercados onde as regulamentações permitiram este canal, com consumidores mais jovens e mais envolvidos a liderarem esta tendência. Os canais de distribuição digitais, potenciados pela pandemia, vieram para ficar e crescer, o que irá, seguramente, redesenhar o mapa da distribuição deste negócio.

No entanto, alguns dos dados suscitaram preocupações sobre a sustentabilidade deste crescimento, dada a deterioração do ambiente económico e a possível pressão sobre o rendimento das famílias nos meses mais próximos. Até agora, muitos consumidores, para controlarem os seus gastos, têm comprado vinhos de segmentos mais baixos, para suportarem o volume crescente de compra, voltando para marcas mais tradicionais e confiáveis em detrimento de ofertas menos conhecidas e mais caras.

As respostas dos consumidores sobre o seu comportamento económico mais amplo também indiciam uma propensão para a poupança, que deverá ser mais intensa nos próximos meses, com a economia das famílias prioritizada antes de qualquer grande compra, adiando a motivação para gastar em bens não essenciais.

O mercado global de vinhos deverá crescer a uma CAGR (*compound annual growth rate*) de 5,8%, no período de 2020 a 2025, impulsionado pelos benefícios para a saúde, premiumização, inovação e pelos canais de distribuição cada vez mais avançados e globais. Procura por novos sabores e preferências mais exóticas entre os consumidores devem também alimentar o crescimento do mercado de vinhos. Espera-se que na Ásia-Pacífico se testemunhe um rápido crescimento, decorrente de um aumento do número de empresas que produzem vinho na China, Índia e Japão. O aumento da procura por vinhos *premium* e a crescente ocidentalização também deverão impulsionar o crescimento do mercado de vinhos nesta região.

Em tendências futuras do mercado, destacam-se as seguintes:

- Aumento da procura por espumantes - As vinícolas, em todo o mundo, estão a lançar variedades de espumantes com as suas marcas, numa tentativa de se manterem à frente da concorrência e angariar e sustentar o interesse dos consumidores. O segmento de espumantes é fragmentado com a presença de diversos produtores, vinícolas e distribuidores. Além disso, a oferta para os vários segmentos de preço fez com que se tornasse uma bebida de consumo diário, tonando-se cada vez mais uma bebida apreciada com a comida, de consumo em bares e na intimidade das casas dos consumidores. As marcas de prestígio do mundo do champanhe continuam a liderar o segmento de espumantes, mas criou-se um espaço assinalável para uma gama alargada de sabores e origens, que reforçaram o peso e a importância deste segmento no mercado internacional;

- Aumento do consumo de vinho na Ásia-Pacífico e América do Sul - A Ásia-Pacífico lidera a procura de vinho, com a China a ser o principal mercado desta região. A Austrália é a segunda região no consumo de vinho na Ásia-Pacífico, seguida pelo Japão. A Índia é o país que mais cresce no consumo de vinho, tendo registado uma taxa de crescimento de 7,3% em 2020. As Filipinas, a Coreia do Sul e o Vietname são os outros mercados potenciais de consumo de vinho na Ásia-Pacífico. O Brasil e a Argentina são outros países-chave, refletindo as perspetivas futuras de crescimento no mercado de vinhos. As duas nações são impulsionadas principalmente por uma classe média em expansão, aliada a campanhas de *marketing* realizadas por grandes importadores, que visam promover a cultura do consumo de vinho, principalmente no caso do Brasil;

- Cenário competitivo - O mercado global de vinhos está fragmentado, devido a um grande número de *players* em vários países, embora se assista a uma forte consolidação da indústria, com empresas de dimensão internacional a reforçarem as suas posições nos principais mercados de produção e consumo. Estas têm uma participação significativa no mercado, devido à sua ampla gama de preços e produtos, apoiadas por canais de distribuição robustos e sistematicamente inovadores. O mercado tem, cada vez mais, uma dimensão à escala global, onde as fronteiras são meros formalismos administrativos.

Outra tendência a destacar é a sustentabilidade que estará nas agendas dos produtores e consumidores, dando-se maior relevância aos vinhos produzidos de acordo com este compromisso social e ambiental. A procura por embalagens de vidro mais leves e menos consumidoras de recursos, assegurando o aumento da conveniência, estará alinhada com esta preocupação. Os vinhos orgânicos continuaram a evoluir e a ocupar um espaço cada vez maior neste mercado global.

O tempo é essencial para a **UN Rolhas** que se esforça para combater o impacto imediato de COVID-19, e ao mesmo tempo estabelecer as bases para um futuro robusto. Com resiliência, foi capaz de responder e de ajustar, rapidamente, a estrutura às novas necessidades dos nossos clientes e do negócio.

Foi um ano caracterizado pela quebra de atividade, devida à conjuntura pandémica e às restrições que daí decorreram. Registou-se um forte impacto no segmento dos vinhos espumosos e na família das rolhas naturais, pela redução dos momentos de celebração e pela procura de poupanças por parte dos clientes, divergindo para segmentos de produto mais económicos.

O ano de 2020 foi também de adaptação a uma nova organização social e económica, que caracterizou este novo tempo:

- Gestão e trabalho à distância, por videoconferência e teletrabalho, com desafios de manutenção e melhoria da eficácia do funcionamento da UN e principalmente com a manutenção do nível de serviço aos clientes. A resposta foi muito positiva e reveladora da capacidade de adaptação da UN;
- Necessidade de acelerar a transformação digital, permitindo maior controlo sobre os processos e sobre a informação atempada. Monitorizar a atividade e pôr inteligência nos processos de negócio são cada vez mais um requisito básico de qualquer negócio eficiente, daí um maior foco de atenção durante o ano 2020;
- O comércio digital é uma realidade a que a cadeia de abastecimento teve de se adaptar: maior velocidade de todo o processo de serviço é também um requisito básico e desafiante para um negócio como o da UN Rolhas, que ainda tem uma vertente tradicional que precisa de evoluir rapidamente;
- Oportunidade para reapreciar alguns *standards* da organização e reinventar e melhorar os processos.

Em 2020 foi encerrado um longo ciclo na procura de uma solução definitiva para as questões sensoriais dos produtos da UN. As tecnologias Xpur® e Naturity®, agora implementadas, permitem projetar e potenciar o futuro do negócio numa perspetiva mais focada no serviço ao cliente e nas necessidades de melhoria da cadeia de distribuição.

Face à consciência mundial para os problemas ambientais e energéticos, as questões da sustentabilidade, ADN do *portefólio* de produto da UN, ganharam uma relevância determinante na argumentação e nas vantagens comparativas face a outras soluções de obturação. A obrigação de evidenciar as vantagens e fomentar uma cultura de sustentabilidade na organização, tornou-se ainda mais urgente e importante.

As atividades de I&D foram centradas em evidenciar as qualidades intrínsecas dos produtos da UN e na participação na implementação de projetos Xpur® e Naturity®.

Em 2020, destacam-se os seguintes factos relevantes:

- Fecho de um ciclo importante na procura pela melhoria sensorial, com a conclusão dos projetos Xpur® e Naturity®;
- Implementação do SAP nas empresas do exterior com maior representação para a UN, um processo de mudança virtuoso e determinante para o desenvolvimento dos processos de negócio e de informação de gestão;
- Forte compromisso UN perante as incertezas conjunturais desencadeadas pela pandemia - A responsabilidade para com os clientes foi a prioridade da gestão, assegurando ao mesmo tempo o

equilíbrio social entre as necessidades de produção e distribuição e os riscos para a estrutura humana que suporta o negócio;

- Desenvolvimento e intensificação da comunicação com os clientes através de meios digitais, um dos desafios da pandemia, bem conseguido e eficaz;
- Incremento na procura de rolhas NDTech e quebra importante de vendas em rolhas naturais, um dos segmentos fortemente penalizado pela pandemia, especialmente sentidos em França, Itália e Espanha;
- Após três anos de variações importantes no custo da matéria-prima, assistiu-se a uma certa recuperação em 2020, o que permitiu trazer estabilidade no incremento de preços para os clientes finais;
- Impacto significativo da pandemia nos segmentos dos espumosos, a levarem ajustamentos conjunturais nas empresas de produção e distribuição;
- Maior foco na evolução do capital investido, com impacto positivo nos inventários e no valor investido em clientes;
- Programa de eficiência energética estabilizado e enquadrado na estratégia para a sustentabilidade, com equipas de melhoria contínua alinhadas e focadas.

A quebra de vendas sitiou-se nos 5,7%, com uma redução de 31,8 M€ *versus* o período homólogo, e uma diminuição de 168 milhões de unidades vendidas (- 3,1%). Foi reforçada a cadeia logística, com implicações ao nível de custos na UN, no sentido de garantir um serviço ajustado às contantes alterações conjunturais a que foram sujeitos os clientes, devido aos desvios temporais que tiveram na procura.

De uma forma geral, verificaram-se impactos negativos nos mercados vinícolas de referência, tendo o mercado francês representado cerca de 50% da quebra total. França foi fortemente afetada pela quebra na região de Champagne e pelas restrições internas a que esteve sujeita durante a pandemia. Itália e Espanha, pelas mesmas razões, também associadas ao segmento de espumosos e à pandemia, foram os dois mercados mais afetados a seguir a França.

Os Estados Unidos apresentaram um desempenho positivo face a 2019, mais 1,4%, apesar do impacto cambial negativo nas vendas de 2 M€ devidos ao dólar americano.

O **segmento vinhos tranquilos** registou uma redução de 3,8% das vendas, representando 41,5% da quebra total da UN. Perante um mercado a impor medidas de poupança, face à quebra no consumo, foram os produtos situados nos segmentos mais altos que sofreram o desvio mais importante. De realçar que a diminuição em quantidade foi de apenas 0,7%.

Observaram-se perdas relevantes nos mercados de França, Itália, Espanha e Alemanha, e ganhos nos Estados Unidos e Argentina. De referir ainda que existiram mercados onde o *mix* de produtos sofreu uma alteração importante devido à pandemia, como foi o caso de Itália, onde se verificou um aumento em quantidade de 4,3% e uma perda em valor de 4,2%.

De destacar ainda o crescimento da Rolha NDTech de 16,2% em valor e 14,2% em quantidade, reforçando a aposta num segmento *high-end* de acordo com a necessidade dos clientes de referência no mercado vinícola mundial. Os avanços ao nível de processo, nomeadamente de melhoria qualitativa e sensorial, foram determinantes para a manutenção em quantidade deste segmento.

Nas **rolhas naturais** verificou-se se uma quebra de vendas de 7,5 % face ao período homólogo, decorrente da redução de 3,8 M€ no mercado francês e 3,2 M€ em Itália. Sendo um produto determinante para a sustentabilidade do negócio, foi fortemente atingido pelo clima de pandemia nos países com forte dependência de exportações e que viram o seu ciclo de engarrafamento e venda comprometidos.

As vendas de **rolhas Neutrocork** tiveram um incremento de 11,7% face ao período homólogo, que representa o maior crescimento do segmento de vinhos tranquilos. Este produto destaca-se pela sua relação qualidade/preço, sendo uma excelente solução para vinhos de baixa e média rotação. Assistiu-se a um crescimento generalizado no mercado mundial, destacando-se os Estados Unidos, Itália e Argentina como mercados mais representativos.

Face à conjuntura vivida em 2020 e à qualidade excepcional deste produto, as rolhas Neutrocork mostraram ser uma solução adequada às necessidades de redução de alguns custos na cadeia de abastecimento da indústria vinícola.

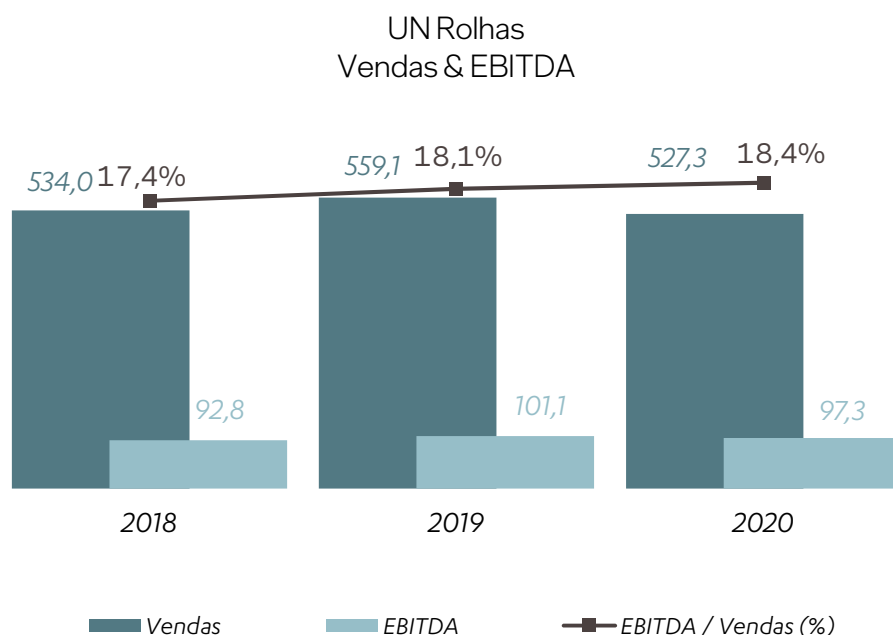
A **família de Rolhas Twin Top** apresentou uma quebra no mercado dos Estados Unidos, por efeito de substituição por outros produtos da UN, principalmente nos grandes clientes de dimensão internacional. Destaca-se o Twin Top Evo, que tem vindo a reposicionar-se num segmento médio/alto e para vinhos de gamas superiores.

O **segmento de rolhas para espumosos** foi o que registou a maior quebra, atribuída à conjuntura pandémica que se viveu em 2020. Sem momentos de celebração e de socialização, a redução de vendas situou-se em 8,7% em valor e 7,2% em quantidade. Também aqui se assistiu a uma degradação do *mix*, principalmente por quebra de atividade na região de Champagne.

Apesar da presença incontornável no mercado mundial, com argumentos de serviço, disponibilidade e qualidade de produto, nesta conjuntura de confinamento foi impossível recuperar a forte quebra em França, Itália e Espanha.

No **segmento de rolhas para espirituosos**, a quebra em valor foi de 5% e de 6,7% em quantidade. Apesar do conceito do *digital bar* ter ganhado muitos adeptos pelo mundo, neste segmento a ausência de momentos de socialização em bares e restaurantes teve um impacto determinante na redução de vendas em 2020. Apesar do crescimento nos Estados Unidos de 24,6%, as quebras em mercados como a França e o Reino Unido foram de magnitudes superiores ao crescimento registado nos mercados ganhadores.

A **margem bruta** registou uma quebra de apenas 2,6% face ao período homólogo, apesar do impacto negativo do volume e do câmbio. Registraram-se ganhos operacionais ao nível do consumo de matéria-prima e associados à estabilização do processo produtivo, nomeadamente no NDtech. Por outro lado, verificaram-se pequenas correções em baixa do custo da matéria-prima na área de rolhas naturais e rolhas técnicas, contrariamente ao ano de 2019. O efeito *mix*, apesar de desfavorável nas rolhas naturais, desempenhou um papel importante no que às rolhas técnicas diz respeito.



Os custos operacionais tiveram uma diminuição de 1% face a período homólogo. A conjuntura pandémica levou a medidas excecionais de redução de custos, até porque a quebra de vendas assim o obrigou.

A diminuição dos níveis de atividade acabou por não ser compensada pela redução dos custos operacionais, o que levou a uma deterioração do rácio de custos operacionais sobre vendas de 4%.

Apesar do abrandamento de atividade, a UN continuou o seu caminho no processo de *digital transformation*, com o aumento de custos daí decorrentes.

Os principais incrementos de custos foram registados na distribuição, essencialmente com transportes aéreos para picos de procura em mercado considerados estratégicos. O esforço de adaptação da estrutura humana à nova realidade, acabou por não compensar a quebra de produtividade registada na UN. Assistiu-se ainda a reduções importantes do lado dos custos variáveis, nomeadamente nas comissões, deslocações e publicidade. Por último, é de salientar, a diminuição em imparidades para clientes.

O EBITDA apresentou uma diminuição de 3,8 %, situando-se nos 97,3 M€. Contudo, registou-se uma melhoria relativa de 0,3 p.p. no rácio EBITDA/vendas, que passou de 18,1% para 18,4% em 2020.

De salientar o aumento do capital investido de 31,6 M€, essencialmente por redução de passivo corrente em 39 M€ (redução de compra de matérias-primas face à quebra de atividade). O ativo corrente teve uma diminuição de 13 M€, concentrado na redução de inventários de 16 M€. O prazo médio de recebimento deteriorou-se dois dias, apesar de um maior foco neste processo durante o ano 2020.

2.3. REVESTIMENTOS

Em 2020, as vendas totais da UN Revestimentos registaram uma evolução favorável em 3,2% face a 2019, sendo o aumento nos produtos fabricados de 2,3%. Este crescimento de vendas dos produtos fabricados está relacionado com a nova geração de produtos Amorim WISE, linha lançada em 2019, capitalizada em definitivo pelo balanço positivo ao nível das credenciais da sustentabilidade, sendo já a terceira categoria de produto com mais vendas na UN. Adicionalmente, o lançamento com sucesso do programa Wicanders Start, nas duas versões de Core tradicional e Core resistente à água, permitiu um alargamento na cobertura dos segmentos de mercado mais sensíveis ao preço, representando um considerável adicional de vendas.

Após um ano de 2019 caracterizado negativamente pela descida de vendas e pelo esforço nos custos de desenvolvimento da nova geração de produtos Amorim WISE, assistiu-se em 2020 a um retomar de crescimento, com particular destaque na Europa, não obstante o contexto pandémico.

Ao nível dos mercados, de realçar a Europa, com um retomar de crescimento no ano de 2020, com destaque da Alemanha. Os resultados por área geográfica mostram comportamentos diferentes, refletindo a evolução do ritmo da pandemia e das medidas governamentais com normas restritivas decretadas pelos diferentes países e em diferentes momentos. Em países como França, Itália e Espanha, fortemente atingidos pela pandemia na primavera de 2020, registaram-se impactos significativos nas vendas, que não foram recuperados no segundo semestre. Na Escandinávia, onde a pandemia teve um menor impacto, registou-se um crescimento acima dos 15%.

Fora da Europa, a Rússia implementou um rigoroso *lockdown* que atingiu o segmento de retalho que marca a presença local da UN e portanto com um efeito muito negativo nas vendas para este mercado. Em sentido positivo, de referir as vendas nos Estados Unidos, que, registaram um crescimento significativo, alavancado na nova geração Amorim WISE e no desenvolvimento de cadeias de retalho.

No plano do *marketing*, a UN adaptou-se ao novo contexto e às perspetivas futuras decorrentes da alteração esperada no processo de decisão dos consumidores, com uma forte aposta na interação digital *versus* a tradicional promoção presencial dos produtos. Em 2020, a UN consolidou a implementação do CRM (*Customer Relationship Management*), potenciando a integração de atividades, o acompanhamento de projetos, a segmentação dos clientes e a comunicação, quer pela plataforma *e-business*, quer pelo portal B2B.

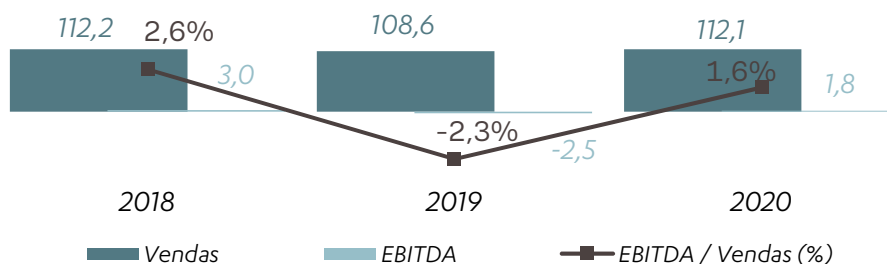
Ao nível do desenvolvimento de produto, consolidou-se o *upgrade* da gama Hydrocork e o alargamento da gama Amorim WISE, em linha com a agenda estratégica na promoção da sustentabilidade, com especial destaque no balanço de carbono negativo, contemplando soluções para vários segmentos de mercado, desde os flutuantes, soluções de cortiça – CORK Pure Floor&Wall - à nova solução Wood Pro dedicada ao *contracting*.

Ao nível industrial, continuou a forte aposta na qualidade dos produtos, bem como a preocupação na competitividade dos custos. Com uma clara melhoria no índice de rejeição e de reclamações e um aumento na eficiência no uso das matérias-primas, a UN incorporou ganhos significativos na margem bruta, representando um aumento de 3 p.p. De destacar pela positiva o reconhecimento do esforço na procura da excelência operacional, obtido pela certificação dos sistemas de qualidade (ISO 9001) e pela certificação ambiental (ISO 14001).

A nova abordagem do modelo de gestão de stocks, permitiu, juntamente com a racionalização da oferta de produtos, aumentar a escala dos lotes de fabrico melhorando a produtividade industrial nas suas diversas componentes.

Ao nível dos sistemas de informação, a implementação do novo ERP SAP foi realizada com sucesso, incluindo a ligação, em tempo real, à plataforma de recolha e controlo de dados de chão de fábrica. Estes novos suportes tecnológicos permitem uma informação mais rigorosa, detalhada e tempestiva.

UN Revestimentos Vendas & EBITDA



2.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

No ano de 2020, o volume de negócios sofreu uma quebra importante, com uma variação negativa face ao ano anterior de 8,9%, tendo totalizado 95,2 M€.

Para este desfecho muito contribuiu a situação pandémica que atingiu o mundo em geral e muitos dos mercados da UN Aglomerados Compósitos em particular. Adicionalmente, verificou-se um contexto cambial menos favorável, bem como algumas dificuldades operacionais acrescidas resultantes da implementação de um novo ERP, incluindo um período de paragem de duas semanas em Portugal e uma semana nos Estados Unidos.

Os principais indicadores de rentabilidade relativa sobre matérias-primas e custos industriais mantiveram-se estáveis face ao período homólogo anterior. Para este desfecho, contribuíram de forma positiva o crescimento de vendas de novos produtos, tipicamente com margens acima da média do portefólio global, bem como alguma redução nos custos de incorporação de materiais. Em contrapartida, o desempenho a este nível foi afetado negativamente pelo já referido efeito cambial desfavorável.

Assim, e de forma sintetizada, em resultado de:

- Desempenho nos mercados consideravelmente abaixo de 2019, fruto da pandemia;
- Alguma menor eficiência nas operações (cuja estrutura não foi possível ajustar na mesma medida da contração de atividade);
- Maiores custos de distribuição (transportes);
- Maior necessidade de recursos em áreas de suporte a projetos de transformação digital;

o EBITDA retraiu-se consideravelmente face ao período homólogo anterior, cifrando-se nos 8,3 M€, o que determina um rácio EBITDA/Vendas de 8,8%, que compara desfavoravelmente face ao valor de 11,9% registado em 2019.

A atividade da UN foi bastante afetada pela pandemia COVID-19 e muitos dos principais mercados geográficos passaram mesmo por situações de confinamento geral, com notório impacto no volume de negócios.

Internamente, desde muito cedo e com grande determinação, foram alocados recursos e implementadas medidas, tendo em vista garantir todas as condições de segurança consideradas como indispensáveis ao trabalho presencial e consequente operacionalidade de uma UN de base industrial. Essas medidas incluíram a disponibilização e obrigatoriedade de utilização de equipamentos de proteção individual, a utilização generalizada de meios virtuais para realização de reuniões, a adequação de espaços de trabalho ao necessário distanciamento social, rotinas de desinfeção de instalações e equipamentos ou o desfasamento de horários. A prática do teletrabalho sempre que possível foi também uma realidade fora da área industrial.

Mesmo assim, a UN, naturalmente, não foi imune ao contexto geral. A taxa de absentismo em Portugal sofreu um agravamento muito significativo, sendo a UN sucessivamente confrontada com baixas temporárias nas suas equipas, designadamente no chão-de-fábrica, que provocaram desequilíbrios na organização das linhas e turnos, o que obrigou a reforços extraordinários de meios, levando mesmo, em alguns casos, a atrasos de produção. A constante incerteza vivida por todos, incluindo naturalmente os clientes, obrigou por vezes a rever o planeamento da produção e a cadeia de abastecimento, com reflexo também nos custos operacionais.

Finalmente, toda a dinâmica de contactos próximos e regulares com os clientes (existentes e potenciais), essencial para desenvolver projetos de crescimento e para apresentar novos produtos - fatores críticos do sucesso da UN - teve de ser interrompida, com manifesto prejuízo para o desempenho comercial.

O ano de 2020 foi efetivamente caracterizado por um conjunto de circunstâncias muito particulares que, objetivamente, não permitiram reunir as condições necessárias para um normal desenvolvimento da atividade e da estratégia. Ainda assim, e na medida do possível, a implementação do plano de negócios teve continuidade, com particular destaque para as seguintes iniciativas estratégicas:

- Projetos de crescimento orgânico orientados para expansão geográfica generalista em termos de segmentos, mas também para a réplica geográfica de segmentos específicos;
- Desenvolvimento de ações sistemáticas internas conducentes à melhoria da capacidade de aquisição de novos clientes;

- Criação e execução de planos de ação específicos dirigidos à recuperação de negócio reduzido ou mesmo perdido num passado recente;
- Desenvolvimento e promoção das gamas de produtos mais diferenciados, considerando materiais e tecnologias inovadoras disponíveis na UN;
- Continuação do programa plurianual de transformação da área de Operações, com novos recursos, capacidades, competências e métodos de trabalho, comunicação e alinhamento;
- Continuação da implementação de um projeto plurianual de transformação digital da operação industrial, com a implementação transversal do *Manufacturing Execution System* (MES), já com recurso a registos manuais no *shop-floor* e a caminho da recolha automática de dados de forma generalizada;
- Implementação de um conjunto de medidas de otimização e redução de custos operacionais em áreas como consultoria, deslocações e estadas e estruturas indiretas;
- Reforço da dimensão Sustentabilidade como atributo central da proposta de valor, suportado em certificações de produtos e em práticas internas cada vez mais exemplares;
- Continuação da implementação da “ACC Academy”, como garante de um conjunto de competências *core*;
- Atualização dos sistemas de informação transacionais e de *analytics*, rumo a uma maior eficiência, integração e visibilidade.

A UN Aglomerados de Compósitos assistiu ao arranque em 2020 de um novo ERP (SAP) nas suas localizações portuguesa e norte-americana. Foi o culminar de um processo bastante exigente e complexo que envolveu muitos meios materiais e humanos ao longo de vários meses. Para além do novo ERP, entraram ainda em funcionamento outras aplicações informáticas complementares, com particular destaque para o já referido mês que visa a digitalização da execução e controlo da produção.

A mudança foi enorme, transversal a toda a organização e concentrada num curto período. Mesmo com o reforço de recursos enormemente empenhados, não foi possível eliminar ou mitigar a totalidade dos impactos negativos imediatos que a inevitável curva de aprendizagem sempre implica, designadamente no que se refere a níveis de serviço ao cliente, entretanto genericamente recuperados.

O ano de 2020 foi ainda marcado pela criação de mais uma *jointventure*, a CORKEEN EUROPE. A constituição de parcerias é vista como o meio privilegiado de desenvolver de forma mais acelerada o potencial de um mercado, juntando o indispensável conhecimento específico do parceiro sobre um determinado segmento ou aplicação às competências *core* da UN no que se refere a desenvolvimento, produção e distribuição de compósitos com cortiça. A CORKEEN EUROPE surge com o objetivo de introduzir no mercado europeu um conceito revolucionário de pavimentos dos parques infantis, assente em atributos de segurança, acessibilidade e sustentabilidade, através de um sistema baseado em cortiça, a ser instalado por entidades devidamente habilitadas e credenciadas para o efeito.

O comportamento das vendas não foi homogéneo no que respeita a geografias. Na América do Norte, registou-se um decréscimo inferior à média, mesmo considerando a desvalorização do dólar. Já na Europa, a evolução esteve mais próxima da média global. Nas demais zonas geográficas – menos representativas no volume de negócios –, as perdas foram significativamente mais expressivas em termos relativos.

A UN desenvolve globalmente o seu negócio em 25 segmentos de atividade, muito variados, posicionando o seu core business no fornecimento de materiais em que a cortiça desempenha um papel diferenciador e criador de valor.

Apesar do desempenho das vendas consolidadas ter sido globalmente negativo, nem todos os segmentos registaram decréscimos face ao ano anterior e nem todos os decréscimos tiveram a mesma intensidade. No conjunto dos seis segmentos prioritários (assim designados em função do seu potencial de crescimento), que representaram em 2020 aproximadamente 47% das vendas, a variação total foi relativamente inexpressiva. Dentro deste grupo, merecem destaque os três segmentos de maior crescimento em 2019 (*Sport Surfaces*, *Resilient & Engineered Flooring Manufacturers* e *Home Improvement Retail*) que voltaram em 2020 a mostrar sinais de vitalidade e registaram mesmo crescimentos de vendas.

Comparativamente ao ano anterior, de uma forma mais sistematizada, apresentam-se de seguida as variações mais significativas para cada um dos *clusters* da UN Aglomerados Compósitos.

Em 2020, o **cluster Indústria** volta a liderar o volume de negócios da UN, representando agora 39% das vendas consolidadas. No entanto, depois da redução de 2,7% em 2019, este agrupamento de segmentos volta a registar uma quebra nas vendas, desta feita de 12,4%, registando assim a maior perda comparativamente ao Retailho e à Construção.

As principais variações negativas em valor registaram-se nos segmentos de *Footwear* (-25%), *Cork & Corkrubber Manufacturers* (-33%) e *Multi-purpose Seals & Gaskets* (-15%). Nos dois últimos casos, o comportamento repete o registado em 2019, embora com quebras ainda mais expressivas. Apesar do desempenho negativo no exercício de 2020, este segmento de *Multi-Purpose Seals & Gaskets* é o de maior dimensão nesta área de negócio.

No *cluster Indústria*, deve ser referido o crescimento dos seguintes segmentos, tendo todos eles recuperado parcialmente de perdas verificadas em 2019: *Cork Specialists* (+10%), *Power Industry* (+6%) e *Automotive, Auto Parts & Other Vehicles* (+3%).

O **cluster Retailho** mantém-se como o segundo mais importante em vendas, representando 35% do volume de negócios. Globalmente decresceu 5,9% face ao ano anterior. O desempenho global foi decisivamente impactado pelas variações negativas absolutas mais relevantes nos segmentos de *Construction Specialty Retail* (-29%), *Distributors of Flooring & Related Products* (-5%) e de *Home & Design Products* (-20%), neste último caso reiterando o comportamento de perda já manifestado em 2019.

Pela positiva, destacam-se os crescimentos mais expressivos em valor dos segmentos de *Home Improvement Retail* (+1,3%), *Leisure Goods* (+4,3%) e *Broadline Retail* (+1%). Com exceção do *Broadline Retail*, os outros dois segmentos repetem o padrão de evolução verificado em 2019.

O maior segmento continua a ser o de *Distributors of Flooring & Related Products*, que acabou por registar um decréscimo de 4,5% no ano transato, depois de um crescimento de 2,3% em 2019.

O **cluster Construção** passou a representar 26% do volume de negócios da empresa (24% em 2019), tendo neste aspeto beneficiado de um decréscimo de 3,8%, o menor de entre os três *clusters*.

Realça-se o contributo positivo dos segmentos *Resilient & Engineered Flooring Manufacturers* (+6%) e *Sport Surfaces* (+7%). Pela negativa, salientam-se *Building Materials & Fixtures* (-16%) e *Heavy Construction* (-15%).

Relativamente ao capital investido, o saldo final de 2020 traduziu-se num novo aumento face à posição final de 2019, apesar de no último trimestre, se ter verificado uma redução. No que diz respeito à comparação com o final de 2019, registou-se novamente um reforço do ativo fixo líquido, substancialmente centrado em sistemas e tecnologias de informação. Adicionalmente, a redução de *stocks* verificada ao longo do ano não foi suficiente para acomodar os impactos negativos registados nas restantes rubricas, com destaque para o passivo de exploração, que também se reduziu consideravelmente.

UN Aglomerados Compósitos Vendas & EBITDA



2.5. ISOLAMENTOS

A UN Isolamento apresentou, no exercício de 2020, vendas de 12,3 M€, o que representa uma diminuição do volume de vendas de cerca de 12,8% face ao ano anterior. Excluindo as vendas destinadas a outras UN do Grupo, a diminuição foi de 14,8%. A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a evolução positiva das vendas que vinha a ocorrer nos últimos anos.

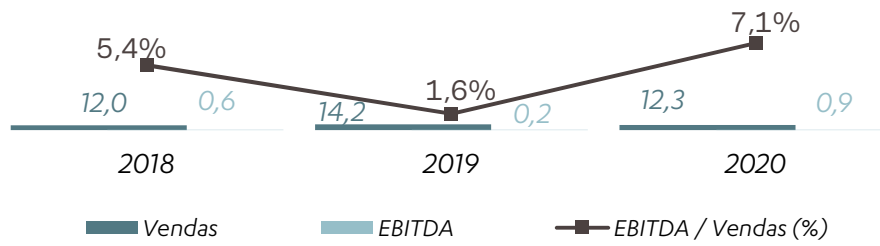
O EBITDA sofreu um aumento face ao ano anterior (0,9 M€ em 2020, face a 0,2M€ em 2019), beneficiando da diminuição do preço de consumo da matéria-prima cortiça e de melhorias operacionais realizadas ao longo dos últimos anos.

No que respeita à eficiência operacional, foram realizadas otimizações a nível industrial e logística, privilegiando um controlo mais rigoroso dos custos e fazendo investimentos para potenciar a melhoria contínua das unidades industriais.

Devido à pandemia mundial da COVID-19, a UN não desenvolveu em 2020, como aconteceu nos anos anteriores, as atividades planeadas para realçar as soluções do aglomerado de cortiça expandida. No entanto, e apesar das condicionantes, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- Aglomerado expandido aplicado em paredes verticais/verdes do Centro Cultural de Belém (CCB), concebidas pelo arquiteto Francisco Caldeira Cabral, com a equipa do CCB. Inserido na Lisboa Capital Verde Europeia 2020, o novo jardim do CCB anima o Caminho José Saramago. Inspirado pelos picos montanhosos do Vietname, este jardim vertical assume os temas contemporâneos da sustentabilidade, ecologia e densidade urbana. Apesar de recente, esta estrutura já é casa de várias espécies de insetos e aves. A sua presença inesperada num edifício emblemático revestido em pedra, produz um efeito surpresa e humaniza o espaço, criando um impacto muito positivo em todos os visitantes do CCB. Embora se trate de uma construção efémera, este jardim já conquistou o seu lugar no CCB;
- Presidência portuguesa da União Europeia (Lisboa) - A UN forneceu cortiça para as instalações no espaço e receção aos participantes neste evento. Este material genuinamente português evidenciou as propriedades acústicas e estéticas do aglomerado de cortiça expandida;
- Klimahouse (Bolzano, Itália) - Participação em feira de materiais de construção/evidência em soluções sustentáveis.

UN Isolamentos
Vendas & EBITDA



3. PROJETO DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Desde 2013 que a Corticeira Amorim tem em curso o Projeto de Intervenção Florestal, visando assegurar a manutenção, preservação e valorização das florestas de sobreiro e, conseqüentemente, aumentar a médio prazo a quantidade e qualidade da produção de cortiça, na expectativa de aprofundar o Montado como opção competitiva de exploração florestal.

Baseado no lema “construir o futuro, cuidar do presente”, o projeto tem procurado promover soluções para preservar, melhorar e tornar mais resiliente as áreas de floresta de sobreiro existente, introduzindo simultaneamente novos modelos de silvicultura que permitam aumentar a área de plantação de sobreiro, com recurso a tecnologias e material vegetal selecionado capaz de resistir aos cenários climáticos previstos.

A desertificação provocada pelas alterações climáticas e pela atividade humana é, provavelmente, um dos maiores desafios que a Europa, e em particular o sul da Península Ibérica, enfrenta a longo prazo. Os estudos realizados indicam que esta zona é frequentemente afetada por erosão dos solos, salinização, perda de carbono orgânico do solo, perda de biodiversidade e deslizamentos de terras. O papel que o sobreiro desempenha no combate à desertificação é inequívoco e comprovado por estudos internacionais de referência, como o relatório conjunto realizado em 2008 pela WWF e pelo Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves do Instituto Superior de Agronomia com o sugestivo título “Sobreiro uma Barreira contra a Desertificação”, no qual é destacada de forma muito explícita esta importância: “O sobreiro é um instrumento fundamental no combate à desertificação em Portugal, cabendo-lhe desempenhar um papel decisivo na prevenção da degradação dos solos, beneficiando a biodiversidade e prevenindo os efeitos das alterações climáticas.” A Corticeira Amorim pretende desempenhar um papel relevante no combate à desertificação promovendo novas plantações de sobreiros.

De igual modo, a capacidade de o sobreiro atuar como barreira à propagação do fogo permitirá, através da reflorestação e da plantação de novas áreas de Montado, mitigar o flagelo dos incêndios no sul da Europa e a contínua desbastação de área florestal que põe em risco populações e atividades económicas.

Por último, e não menos relevante para a sustentabilidade do setor, as novas plantações de sobreiros pretendem dar resposta a um contexto de mercado caracterizado por um crescimento mundial das diversas aplicações de cortiça, tornando-se essencial, a longo prazo, promover o aumento de produção de cortiça.

Se o foco na instalação de novos povoamentos é extremamente importante para garantir um eficaz combate às alterações climáticas, à desertificação e à sustentabilidade do negócio, a continuação dos projetos de investigação, focados -1) na melhoria dos sobreiros por seleção e simultânea associação de marcadores genéticos às características fenotípicas pretendidas, e (2) no conhecimento cada vez mais profundo das causas e das soluções no combate a pragas e doenças é um caminho estratégico determinante para assegurar *ad initium* uma eficaz taxa de sobrevivência das novas plantações e a sua perenidade na produção de cortiça. A Corticeira Amorim pretende, ao longo de 2021, concluir uma fase da produção de linhas de plantas, ajustadas a territórios e climas, que permitam incrementar o grau de sucesso das novas plantações.

A necessidade de transformar a equação de valor do Montado é outro dos eixos de atuação do programa de intervenção florestal. A introdução de novos modelos de silvicultura sustentados numa densificação do número de árvores por hectare - associada à rega de instalação até à primeira extração de cortiça virgem, permitindo dessa forma reduzir o seu primeiro ciclo de exploração dos atuais 25 anos para cerca de 10 anos - permitirá às novas plantações de sobreiro obter um elevado grau de competitividade quando comparado com outras espécies florestais.

Complementarmente, torna-se necessário aumentar as fontes de rendimento do Montado fomentando o enquadramento legal que permita uma correta remuneração das designadas “externalidades positivas”, com destaque para o contributo do Montado atual e das novas plantações para o sequestro de carbono. A importância do Montado e do sobreiro na floresta nacional é inequívoca e o investimento em floresta é um fator determinante para atingir as metas ambientais nacionais definidas para 2030 e 2050.

No sentido de aprofundar o conhecimento sobre o novo modelo de silvicultura através da experimentação em campo e, simultaneamente, promover a adesão da produção florestal à nova tecnologia de plantação, foram instalados 251 hectares do povoamento da Herdade da Venda Nova em Alcácer do Sal, pretendendo-se instalar em 2021 a primeira fase do projeto situado na Herdade da Baliza.

O modelo proposto à produção florestal assenta em duas vertentes distintas - novas plantações e adensamentos do Montado existente - ambas com recurso ao novo modelo de silvicultura sustentado em rega de instalação

durante os primeiros dez anos e suportadas numa permanente transferência de conhecimento entre academia, indústria e produção florestal.

Desta forma, a Corticeira Amorim dá corpo ao lema “construir o futuro, cuidar do presente”.

4. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

A génese da Corticeira Amorim encontra-se profundamente ligada ao negócio da cortiça, que constitui o seu core *business*. Atualmente, o Grupo surge como líder destacado no sector da cortiça a nível mundial, oferecendo um leque alargado de produtos de cortiça destinados a um conjunto diversificado de setores de atividade.

Na trajetória de crescimento e de expansão da atividade económica da Corticeira Amorim e, em particular, decorrente da estratégia de negócio proativa orientada para o investimento contínuo em investigação e desenvolvimento e inovação (I&D), cada uma das Unidades de Negócios da Corticeira Amorim desenvolveu ao longo do tempo competências próprias de I&D.

4.1. MATÉRIAS-PRIMAS

Ao nível de I&D de processos industriais, a UN Matérias-Primas focou a sua atenção em duas áreas fundamentais de intervenção: 1) qualidade do produto e 2) eficiência de processos industriais.

Na qualidade do produto a ação foi centrada na erradicação de TCA/defeitos sensoriais e organoléticos em discos de cortiça, como parte integrante da proposta de valor global das rolhas na Corticeira Amorim. Nesse sentido, foi implementado industrialmente o projeto CORKNOVA, com o objetivo de desenvolver processos curativos para eliminação de compostos responsáveis por desvios sensoriais em cortiça. Após os excelentes resultados obtidos, procedeu-se à expansão e extensão do conceito durante o ano de 2020, tendo assegurado neste momento o tratamento de 100% dos discos produzidos.

Em relação à eficiência dos processos industriais foram implementados em escala industrial os seguintes projetos inovadores:

- Automatização do processo de escolha da preparação, com recurso a tecnologias de visão ótica e visão *laser*. O próximo passo na evolução do processo será sustentado em tecnologias de *machine learning*;
- Processo de laminagem na fabricação de discos, em que, através de uma nova tecnologia inovadora de corte foi possível aumentar significativamente o yield da cortiça na produção de discos.

Em relação ao processo de extração, foram desenvolvidos esforços no desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma máquina de extração de cortiça, permitindo introduzir tecnologia de ponta num processo manual e tradicional. Os resultados obtidos foram significativamente positivos, permitindo em 2021 desenvolver ações para maior implementação deste equipamento no mercado da produção florestal.

4.2. ROLHAS

A tecnologia NDTech, usada para retirar as rolhas contaminadas com 2,4,6 - Tricloroanizol (TCA), por análise cromatográfica individual de cada rolha, teve produções excecionais em 2020. Para este resultado, contribuiu a implementação de significativas melhorias na operação que aumentaram a eficiência operacional e a fiabilidade dos equipamentos. A entrada em produção de equipamentos de segunda geração, o NDTech 2.0, que resultaram do desenvolvimento e melhoria dos de primeira geração, contribuiu de modo importante para o excepcional número de rolhas submetidas a esta tecnologia em 2020.

Em resultado dos projetos de descontaminação dos produtos de cortiça de TCA e outros aromas desagradáveis, a UN Rolhas apresentou ao mercado os processos Naturity® e XPür® para o tratamento de rolhas naturais e granulados, respetivamente. Estes tratamentos resultaram de anos de investigação e desenvolvimento e tiveram o envolvimento de vários departamentos da UN. Os resultados obtidos permitiram que a UN Rolhas passasse a ser capaz de assegurar rolhas com a garantia de TCA não detetável em todo o seu portefólio de produtos, e não apenas às rolhas Neutrocork, TwinTop Evo, discos das rolhas para vinhos espumosos e rolhas naturais NDTech, como até então. Estes projetos levaram ao desenvolvimento de novas tecnologias expeditas para o controlo

individual das rolhas e granulados, permitindo assegurar, com maior fiabilidade, que os produtos analisados estão conforme as especificações pretendidas.

A evolução dos vinhos em garrafa em função dos diferentes vedantes disponíveis no mercado continua a ser objeto de atenção especial da UN Rolhas, no sentido de perceber o importante contributo que as rolhas de cortiça têm para a sua evolução ao longo do tempo. Das inúmeras comparações em curso, com diferentes tipos de rolhas e com distintos vedantes, concluiu-se que o perfil de evolução do vinho em garrafa é distinto em função da escolha do vedante, tendendo para ser mais aberto e oxidativo, com o uso de rolhas naturais e mais fechado e redutor usando rolhas de cortiça técnicas. As análises de química fina, realizadas em colaboração com as universidades, mostram que é possível objetivar as causas destas diferentes evoluções. Em 2020, estes estudos tiveram uma evolução acentuada, tendo sido publicados artigos científicos e estando na forja novos artigos para 2021. Estes projetos envolveram muitos clientes, diferentes tipologias e diferentes características de vinho, o que permitirá uma oferta de rolha de cortiça mais direcionada no futuro.

Os aspetos intrínsecos das rolhas de cortiça que possam contribuir para a diferente evolução dos vinhos em garrafa têm também sido estudados pela UN Rolhas, havendo vários projetos em curso nesta área, que obtiveram interessantes resultados em 2020.

Numa perspetiva futura, e tendo a noção da importância que o conhecimento científico da cortiça tem para novos desenvolvimentos na área das rolhas, a UN financia um doutoramento, em colaboração com uma universidade, que vai já no segundo ano de trabalhos. Os resultados são promissores e certamente irão contribuir para novos desenvolvimentos num futuro não longínquo.

O programa de formação, levado a cabo pelos departamentos técnico e de I&D, que tem como objetivo homogeneizar e consolidar conhecimento técnico das diferentes equipas internas que, de alguma forma necessitem daquele conhecimento, foi potenciado em 2020, não só com novos módulos de formação, como também com novos formadores e novos públicos, internos e externos. Este programa conta já com a participação de colaboradores de 33 países, 13 conteúdos diferentes e 11 formadores.

Na área das rolhas para vinhos espumosos, houve projetos inovadores lançados em 2020, que terão com certeza frutos nos próximos anos. Assim, foram testadas tecnologias inovadoras para controlar a qualidade das rolhas produzidas, usando técnicas muito mais expeditas e precisas e foram desenvolvidas novas soluções para *Tirage* que entrarão em ensaios de engarrafamento à escala piloto já no início de 2021.

Outro marco importante em 2020 foi a conclusão do ciclo de validação industrial de todo o portefólio de colmatados de base aquosa para o segmento de vinhos tranquilos, permitindo substituir os atuais por outros mais limpos e seguros. Esta reorganização permitiu otimizar o número de referências de colmatados.

No processo de "lavação" de rolhas, conseguiram-se importantes ganhos de eficiência operacional e redução de custos e consumo de água. Validou-se uma nova "lavação", a "lavação zero", cujo *dossier* técnico já foi aprovado pela CE Liège, e que permite realizar a "lavação" e desinfeção de rolhas sem químicos. Espera-se que, a partir de 2021, este processo comece a contribuir para o compromisso da Corticeira Amorim com a sustentabilidade.

Em 2020, a investigação da Amorim Top Series focou a sua atenção no desenvolvimento de soluções mais sustentáveis – gama RE. Esta gama já está disponível no mercado e compreende quatro opções diferentes.

4.3. REVESTIMENTOS

Em 2020, UN Revestimentos deu continuidade à estratégia de valorização da cortiça, uma matéria-prima natural, renovável e reciclável, criando produtos sustentáveis de valor acrescentado para o mercado global de pavimentos.

A gama Amorim WISE é um excelente exemplo de sustentabilidade e responsabilidade ambiental da UN Revestimentos, uma vez que os produtos desta gama contribuem positivamente para o ambiente, tendo um balanço de carbono negativo. Em 2020, lançou-se a versão WISE Glue Down destinada a áreas comerciais. O grande desafio deste desenvolvimento foi o de ter um produto estável, flexível, resistente à água e ao fogo, cumprindo todas as normas e requisitos legais. Igualmente relacionado com a resistência ao fogo, foi lançada uma

nova versão do Dekwall, em que mais uma vez foram usados agentes ignífugos que cumprissem as diferentes normas em vigor.

Este foi também o ano do lançamento da solução CORK Pure Floor&Wall, com destaque para a coleção Signature, na gama Amorim WISE. Esta coleção permite aos clientes uma personalização de seleção, tendo sido apresentadas 17 000 combinações possíveis, tornando as escolhas únicas e adaptáveis ao ambiente circundante. Esta panóplia de produtos resulta da combinação de 17 visuais naturais de base de cortiça, com 31 cores, diversos acabamentos e diferentes dimensões e espessuras. Na mesma gama, foi também lançada a solução Stone Pure baseada na tecnologia de impressão digital sobre um aglomerado de cortiça, mantendo visível a textura e aspeto da cortiça, disponível em novas dimensões e com um acabamento de superfície mais resistente.

Na gama Wicanders, após a consolidação da nova versão do Hydrocork, foi lançado o Resist ECO, um produto técnico, mas sem PVC em alternativa aos LVT em HDF, igualando a resistência ao desgaste e fogo deste tipo de produtos. Com esta solução, foi possível eliminar a versão *entry level* do Resist+ (LVT em HDF), prosseguindo assim o compromisso da UN Revestimentos com a sustentabilidade. Foram ainda lançadas duas coleções em SPC com *underlay/backing* de cortiça que se destacam não só pela qualidade dos seus visuais mas também pelas dimensões em que se disponibilizam, formato *standard* 1220 mm x 185 mm e *XXL* 1830 mm x 200 mm.

Em 2021, será lançado o programa INNOP25, dedicado ao desenvolvimento de novos produtos disruptivos e sustentáveis, que venham a ser uma referência no sector dos pavimentos, quer de eficiência/*performance*, quer de impacto ambiental.

4.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

O ano de 2020 teve como principais focos de atividade de inovação na UN Aglomerados Compósitos:

- A dinamização do projeto de economia circular;
- O desenvolvimento de novas tecnologias para o processamento de compósitos de cortiça por laminação a quente, extrusão, injeção e moldação;
- O desenvolvimento de novas aplicações, destacando-se os pavimentos resilientes para parques infantis.

As duas primeiras áreas de intervenção permitiram prototipar e desenvolver um conjunto de novos materiais compósitos, centrados nas características intrínsecas da cortiça, mas associando-a a outros materiais naturais ou sintéticos, *prime* ou provenientes de outros subprodutos industriais. A UN Aglomerados Compósitos tem vindo nos últimos anos a reforçar a sua pegada sustentável e na economia verde, neste caso recorrendo a sinergias industriais e da economia circular.

A possibilidade de trabalhar a cortiça com outros materiais é uma linha de desenvolvimento que permitirá encontrar novas aplicações, fazer evoluir a *performance* dos materiais atuais no contexto da aplicação e responder às crescentes necessidades de mercado no que respeita à substituição do plástico, constituindo-se como um eixo prioritário de desenvolvimento da UN.

Neste capítulo, têm assumido especial destaque novas tecnologias de granulação, de composição e extrusão, de mistura e de termoformação, naturais noutras fileiras industriais, mas pouco exploradas na cortiça, e disponíveis numa escala de protótipo na unidade-piloto iCork Factory.

A gestão do ciclo de vida dos produtos, os compósitos à base de cortiça e as novas tecnologias continuarão a ser prioridade nos anos vindouros, assim como a procura de novas aplicações, rentáveis e sustentáveis para a UN Aglomerados Compósitos.

4.5. ISOLAMENTOS

No ano de 2020, a UN Isolamentos deu continuidade aos ciclos de desenvolvimento iniciados nos anos anteriores, relativos a projetos de I&D em consórcio. Estes projetos enquadram-se na estratégia de desenvolvimento e inovação para a cortiça, através da criação de novas aplicações de valor acrescentado para a matéria-prima cortiça.

No ano em apreço, consolidou-se o projeto Evaporcork, desenvolvido em parceria com o IteCons, que é particularmente relevante no contexto atual de alterações climáticas, procurando-se dar resposta ao aumento das necessidades de arrefecimento dos edifícios, sem limitar o crescimento urbano. Este projeto baseia-se no desenvolvimento de um sistema de arrefecimento passivo, capaz de promover o arrefecimento de fachadas revestidas com aglomerado de cortiça expandida, permitindo ainda mitigar o fenómeno de calor em cidades com climas quentes e secos, alargando a oferta de oportunidades de valorização de revestimentos em ICB.

O EvaporCork compreende uma solução construtiva inovadora e a integração da cortiça em aplicações de maior valor acrescentado, visando em particular:

- O desenvolvimento de um sistema evaporativo que, sem integrar equipamentos mecânicos de ventilação, é capaz de promover o arrefecimento de fachadas revestidas com aglomerado de cortiça expandida para isolamento;
- A integração de um sistema de irrigação e sensores para controlo e automação, que garanta um correto humedecimento da cortiça em função das condições ambientais e climáticas;
- A incorporação do sistema de recolha de águas pluviais (sujeitas a filtragem), bem como um sistema de recolha de água excedentária para a respetiva recirculação;
- O estudo de viabilidade deste sistema integrar sensores, com vista à deteção e mitigação do desenvolvimento de incêndios.

5. AMORIM CORK VENTURES

A Amorim Cork Ventures (ACV), a incubadora de negócios da Corticeira Amorim, tem vindo a acompanhar o crescente interesse por desenvolver produtos com cortiça por parte dos empreendedores e *startups* através das propostas de negócio recebidas nos meios que disponibiliza para o efeito.

Desde a sua constituição em 2014, a ACV recebeu mais de 370 candidaturas, apoiou mais de 20 projetos (dez dos quais permanecem ativos), oito pedidos de patente e de modelos de utilidade submetidos e três *startups* que permanecem no portefólio de investimentos da ACV.

As participadas da ACV ultrapassaram em 2020 os 1,8 M€ de vendas, com mais de 80% para fora de Portugal. Após mais de cinco anos em que a ACV afetou os seus recursos (humanos e financeiros) ao desenvolvimento de novos negócios/aplicações com cortiça, incluindo projetos numa fase embrionária de prototipagem e de prova de conceito, os recursos da ACV têm vindo gradualmente a ser direcionados sobretudo para o desenvolvimento das *startups* que permanecem no portefólio de investimentos da ACV, para que as mesmas possam prosperar.

O ano de 2020, com os desafios colocados pela pandemia de COVID-19, veio acentuar não apenas a focalização dos recursos no seu atual portefólio de participadas, bem como a alocação parcial dos recursos às *joint-ventures* da UN Aglomerados Compósitos. Tendo esta UN identificado o potencial de crescimento de determinados negócios e o modelo de *joint ventures* (com sócios especialistas do segmento), como o mais adequado para desenvolver todo o potencial e rentabilidade desses negócios, identificou-se na ACV um conjunto de valências que importa alocar à gestão das *joint-ventures*. O ano de 2020, com o desempenho conseguido por *joint ventures* como a Corkeen Europe ou a Amorim Sports, veio confirmar como acertada esta opção do Grupo.

5.1. ASPORTUGUESAS

A marca de calçado ASPORTUGUESAS (da *startup* Ecochic Portuguesas) registou um aumento significativo da atividade, com crescimentos importantes nos principais mercados e penetração em novos mercados, registando assim um desempenho em contraciclo com a quebra de atividade do sector do calçado português (e mundial) fortemente afetado pela pandemia COVID-19.

A marca, que vinha a prosseguir um investimento consistente em diversas feiras mundiais como forma de sustentar a sua estratégia de crescimento nos principais mercados internacionais, redirecionou, a partir de março de 2020, uma parte substancial dos seus investimentos de comunicação e divulgação para canais e plataformas digitais.

A crescente receptividade e preferência dos consumidores por calçado *eco-friendly* tornou-se óbvia em 2020. Esta proposta de valor d'ASPORTUGUESAS é o principal elemento diferenciador, que permitiu à marca registar um crescimento de vendas em torno dos 40%, face ao ano anterior.

5.2. GROWANCORK

A GRŌWANCORK, constituída com o propósito de se dedicar à produção de chassis isolados com cortiça para equipamentos destinados ao mercado da refrigeração comercial, criou em anos anteriores as bases para prosseguir em 2020 uma forte aposta na diversificação do portefólio (nomeadamente no setor da construção), através da concretização de projetos de I&D. A pandemia decorrente da COVID-19 levou, no entanto, a empresa a redirecionar os seus recursos para o reforço de atividade nos clientes existentes no setor da refrigeração comercial, o que lhe permitiu não apenas duplicar o volume de vendas face a 2019, como também afirmar a presença consistente em determinados clientes estratégicos, considerados fundamentais para o crescimento, a médio e a longo prazo, das soluções de isolamento da Grōwancork em equipamentos de refrigeração comercial.

5.3. SUGO CORK RUGS

A marca SUGO CORK RUGS (marca da empresa TD Cork), pioneira na produção de tapetes com cortiça, tem vindo a apostar em novos *designs* dos seus produtos e registando o interesse crescente nos mercados, principalmente na Europa, que se refletiu num aumento importante no número de clientes. Parte substancial deste aumento do número de clientes verificou-se em pequenos projetos do segmento residencial, tendo a pandemia provocado a quebra significativa no retalho especializado, bem como na decoração de projetos hoteleiros – que vinham a representar grande parte das vendas da SUGO até 2019.

De destacar, em 2020, a escolha dos tapetes SUGO para decoração da residência oficial do primeiro-ministro de Portugal, sendo também a escolha pela Presidência Portuguesa da União Europeia para decorar o *lobby* do Edifício Justus Lipsius. O aumento do número de clientes não foi, no entanto, suficiente para impedir uma diminuição de aproximadamente 40% nas vendas. O aumento da base de clientes, sobretudo os gabinetes de decoração, deverá constituir uma base importante para a retoma e crescimento da atividade após os constrangimentos resultantes da pandemia.

6. ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE

6.1. SUSTENTÁVEL POR NATUREZA

A sustentabilidade e a inovação são pilares intrínsecos da cultura e estratégia da Corticeira Amorim. Tanto a visão (crescer garantindo a promoção da equidade social e salvaguarda ambiental) como a missão (acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza) consideram o capital natural. O objetivo é simples: combinar tecnologias inovadoras com um material natural e promover um equilíbrio sustentável entre os dois, oferecendo valor acrescentado para todos os *stakeholders*.

A Corticeira Amorim desenvolve uma atividade exemplar ao nível do desenvolvimento sustentável. Ao promover a extração cíclica da cortiça, sem danificar as árvores, a empresa garante que o Montado de sobre é um recurso viável, natural e renovável, com inúmeros benefícios ambientais, económicos e sociais.

Megatendências como as alterações climáticas, a redução da biodiversidade, a escassez de recursos, o crescimento populacional, o aumento da urbanização, as alterações do poder económico global e os avanços tecnológicos oferecem grandes desafios e também diversas oportunidades. A Corticeira Amorim tem respondido de forma proativa a estas tendências, promovendo o Montado de sobre, adotando um modelo de negócio enraizado na economia circular e desenvolvendo produtos verdes de alto valor acrescentado baseados em materiais renováveis e recicláveis que facilitam a transição para uma economia de baixo carbono.

A Corticeira Amorim está empenhada em cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados pelas Nações Unidas em 2015. Assim, concebeu e implementa programas contínuos de apoio à inovação, investigação e desenvolvimento, políticas e iniciativas que visam contribuir para melhorar o seu impacto. Essas iniciativas incluem:

- Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas através do aumento do conhecimento, mobilização de recursos e proposta de medidas;
- Reduzir o impacto ambiental das operações através da adoção de soluções renováveis, acessíveis e eficientes;
- Aplicar os princípios da economia circular por meio da redução dos resíduos, extensão da vida dos materiais e regeneração dos sistemas naturais;
- Manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, sustentado pelas características inatas do material;
- Promover formação, bem-estar e desenvolvimento pessoal e profissional para todos;
- Assegurar a segurança dos colaboradores no local de trabalho e o acesso a condições de saúde de qualidade;
- Apoiar e promover a investigação, desenvolvimento e inovação e fomentar soluções sustentáveis;
- Alavancar o crescimento económico de forma sustentável e inclusiva, garantindo uma produção eficiente e trabalho digno para todos.

Enquanto Grupo que utiliza matéria-prima 100% natural, reciclável e reutilizável, a Corticeira Amorim orgulha-se de ter um balanço de carbono com impacto positivo na regulação do clima, uma vez que promove a retenção de 17 vezes mais CO₂ do que aquele que é libertado pela sua atividade e cadeia de valor.

Como um marco assinalável na sustentabilidade do Grupo, importa sublinhar a constituição, em 1963, de uma unidade capaz de transformar desperdícios da produção de rolhas, convertendo-os em grânulos e depois em aglomerados que ofereceram novos mundos à cortiça. Foi o primeiro passo em direção à circularidade que contou com outro importante marco em 2009, quando a primeira unidade no mundo capaz de reciclar produtos de cortiça em fim de vida foi inaugurada. Hoje, 100% da cortiça é aproveitada, 90% dos resíduos não cortiça são valorizados, mais de 85% dos materiais são de origem renovável e /ou reciclados e 736 toneladas de cortiça reciclada em fim de vida são incorporada de novo no processo produtivo.

Importa também sublinhar o trabalho desenvolvido desde 2008 para aumentar o conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e dos ecossistemas que viabilizam. Nos últimos dois anos, a Corticeira Amorim comissionou vários estudos, conduzidos pela EY, incluindo uma avaliação dos serviços do ecossistema Montado, um inventário corporativo de gases com efeito de estufa (GEE) e várias avaliações do ciclo de vida/ pegadas de carbono dos produtos. Os resultados não só forneceram informação relevante sobre a contribuição ambiental

dos produtos de cortiça, mas também puseram em destaque o enorme valor do Montado em matéria de sustentabilidade. Ao nível do produto, todos os resultados, que englobaram os principais produtos das UN Rolhas, Revestimentos e Aglomerados Compósitos mostraram, sem exceção, que o balanço de carbono é negativo quando considerado o sequestro das florestas de sobre e as emissões associadas à produção do produto.

A Corticeira Amorim está empenhada em manter um modelo de gestão profissional que garanta a criação de valor, garantindo a segurança, o desenvolvimento pessoal e profissional, o bem-estar e a igualdade de género dos seus colaboradores. Está também empenhada no apoio às comunidades locais, promovendo o equilíbrio social e desempenhando um papel fundamental na construção de comunidades resilientes. Este compromisso social é uma parte importante da cultura da empresa. Em 1938, a Corticeira Amorim foi uma das primeiras empresas em Portugal a colocar cantinas e cuidados médicos à disposição de todos os seus trabalhadores. Nas comunidades onde atua, mantém diversas iniciativas de patrocínio e voluntariado em parceria com associações e instituições locais.

O impacto do negócio da Corticeira Amorim vai muito além do seu impacto direto nas áreas económica, ambiental e social. Os resultados dos ambiciosos programas de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D + I) expandem significativamente o conhecimento e estimulam a inovação, ao mesmo tempo que disseminam conhecimentos e novas práticas pela sociedade. Essas externalidades incluem projetos de inovação, desenvolvidos em parceria com universidades e empresas especializadas; o abastecimento de produtos de produtores locais; fomento à inovação em indústrias de apoio; o desenvolvimento de novas aplicações da cortiça; o apoio a modelos de negócio inovadores e empreendedorismo na indústria da cortiça; a comunicação dos benefícios da cortiça e divulgação das boas práticas da economia circular. Durante 2020, foi calculado pela EY o valor líquido total adicionado à sociedade pela Corticeira Amorim, revelando-se que é mais de sete vezes superior ao valor direto adicionado, ultrapassando os mil milhões de euros.

A Corticeira Amorim publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade em 2007, reportando publicamente as suas práticas de 2006. Este foi o primeiro relatório de sustentabilidade publicado pela indústria da cortiça, marcando o início de uma comunicação regular, sistemática e estruturada das políticas e práticas do Grupo, ao nível dos impactos ambientais e sociais e um passo significativo numa estratégia de sustentabilidade mais ampla.

6.2. GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

As prioridades estratégicas da Corticeira Amorim para o desenvolvimento sustentável estão perfeitamente alinhadas com a sua missão e valores centrais, incorporando preocupações económicas, ambientais e sociais que levam em consideração os resultados da consulta às suas partes interessadas, análises de *benchmarking*, compromissos e políticas internas e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), contribuindo diretamente para a prossecução de 12 desses Objetivos.

A Corticeira Amorim acredita que todos os seus *stakeholders* desempenham um papel fundamental na identificação das prioridades estratégicas. O envolvimento da gestão de topo e das equipas responsáveis pela implementação nas UN, é de vital importância.

A estrutura organizacional facilita a gestão eficaz e o alinhamento entre a estratégia, as políticas e as práticas de desenvolvimento sustentável da empresa. As áreas de suporte estão orientadas para a coordenação das atividades das UN e respetivas áreas funcionais. A Comissão Executiva garante um acompanhamento regular. A sustentabilidade é supervisionada pelo presidente da Corticeira Amorim, António Rios de Amorim.

6.3. SISTEMAS DE GESTÃO

Para garantir uma gestão efetiva dos aspetos ambientais e sociais, as empresas do Grupo implementaram as políticas e os sistemas de gestão mais adequados aos riscos não financeiros que as suas atividades integram ou às oportunidades emergentes nos mercados em que operam. O ano de 2020 destaca-se pela consolidação deste importante alinhamento, com a renovação de certificações de diferentes subsistemas de gestão, nas diferentes empresas.

Apresenta-se de seguida um quadro-resumo com esses sistemas de gestão, que não dispensa a consulta dos respetivos certificados.

Empresa (País)	Práticas Rolheiras			Qualidade	Ambiente	Energia	Segurança Alimentar						Produtos Florestais Cadeia de Custódia		Segurança e Higiene no Trabalho		Responsabilidade Social	
	SYSTECODE			ISO9001	ISO14001	ISO50001	ISO 22000	FSSC 22000	HACCP	IFS Standard	IFS Broker	BEEEE	BRC	FSC	PEFC	OHSAS ISO 18001	ISO45001	SA 8000
	Base	Premium	Excellence							IFS PAC Secure								
UN Matérias-Primas																		
Amorim Florestal (Portugal)		x10		x15	x5									x10				X13
Amorim Florestal Espanha (Espanha)			x18											x11				
Amorim Tunisie (Tunisia)		x																
Comatral (Marrocos)		x																
UN Rolhas																		
All Closures In (Portugal)		x	x					x						x				
Amorim Cork (Portugal)		x1	x2	X1	x6	x7	x8	x6	x14					x12				
Amorim Australasia (Australiá)									x									
Amorim Champcork (Portugal)		x	x	x		x	x							x				
Amorim Cork América (EUA)									x									
Amorim Cork Deutschland (Alemanha)				x					x									
Amorim Cork Italia (Itália)			x	x										x	x			
Amorim Cork South Africa (África do Sul)												x	x					
Amorim France (França)		x16	x16	x3			x16		x16					x16				
Amorim Top Series (Portugal)		x	x	x		x	x							x				
Amorim Top Series France (França)		x	x						x									
Corchos de Argentina (Argentina)														x13				
Francisco Oller (Espanha)		x	x	x	x		x	x						x				
Hungarocork Amorim (Hungria)				x														
Industria Corchera (Chile)										x								
Korken Schiesser (Áustria)									x					x14				
Portocork América (EUA)									x14									
Portocork France (França)																		
Portocork Internacional (Portugal)				x	x		x											
Portocork Italia (Itália)											x			x	x			
S.A.S. Ets Christian Bourassé																		
Socori (Portugal)		x	x															
Trefinos (Espanha)		x	x	x	x		x							x	x			
Victor & Amorim (Espanha)								x										
UN Revestimentos																		
Amorim Cork Flooring (Portugal)				x	x									x				x
Amorim Benelux (Holanda)														x				
Amorim Deutschland (Alemanha)														x				
UN Aglomerados Compósitos																		
Amorim Cork Composites (Portugal)		x		x	x	x								x	x	x		
Amorim Cork Composites (EUA)				x														
Corticeira Amorim France (França)														x	x			
UN Isolamentos																		
Amorim Cork Insulation (Portugal)				x4										x9				

UI - Unidades Industriais; UD - Unidades Distribuição

1) UI-Lamas, UD-Amorim Distribuição, UI-De Sousa, UI-Portocork, UI-Equipar, UI-VL; 2) UD-Amorim Distribuição, UI-Portocork, UI-Equipar; 3) UD-Eysines; 4) UD-Mozelos, UI-Slives; 5) UI-Coruche; 6) UD-Amorim Distribuição; 7) UI-Lamas, UI-De Sousa, UI-Equipar; 8) UI-De Sousa, UI-Equipar, UI-Portocork; 9) UD-Mozelos, UI-Vendas Novas; 10) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche, UI-Salteiros; 11) UI-S V Alcántara; 12) UI-Lamas, UI-Portocork, UI-De Sousa, UI-Equipar; 15) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche; 16) UD-Eysines, UD-Champloury; 18) UI - S V Alcántara, UI-Algeciras.

(13) - Em progresso; (14) - Prática assegurada

6.4. INFORMAÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE

Está disponível, com maior detalhe, o desempenho e as iniciativas desenvolvidas pela Corticeira Amorim relativamente a cada um dos pilares estratégicos no Relatório de Sustentabilidade de 2020 e no [site https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/overview/](https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/overview/).

7. GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2020 foi, na Corticeira Amorim, um ano marcante no que se refere à dimensão pessoas. Um ano aguardado com expectativa, marcado pela celebração dos 150 anos de atividade do Grupo e com um conjunto de iniciativas de celebração planeadas neste âmbito, muitas delas evocando e destacando a importância do contributo dos milhares de colaboradores e colaboradoras que, ao longo de três séculos, construíram esta relevante história empresarial.

Todavia, cedo no ano foi necessário repensar e criar alternativas de comemoração. A pandemia que assolou – e continua a assolar – o mundo obrigou a alterações e à reorganização profunda nas atividades previstas. Além disso, exigiu uma capacidade de resposta pronta e rápida para sustentar a atividade que se manteve elevada e exigente ao longo de todo o ano de 2020.

Garantir, antes de tudo, a saúde e a segurança dos colaboradores, manter a operacionalidade das empresas e, ainda assim, comemorar os 150 anos de atividade, foram desafiados a que todos responderam com prontidão e exemplaridade.

7.1. CELEBRAR E COMUNICAR OS 150 ANOS DO GRUPO - ENVOLVER E REFORÇAR IDENTIDADE

A comunicação interna foi temática ao longo dos 12 meses de 2020, abrangendo áreas importantes para a empresa e para os colaboradores. No início de cada um dos meses, foi lançada uma comunicação específica sobre um determinado tema, com dinâmicas e iniciativas de envolvimento destinadas a todos os colaboradores.

Janeiro significou **Renovação**, com a imagem de marca do Grupo a ser alterada e comunicada em diferentes vertentes. Fevereiro foi o mês de salientar a matéria prima **Cortiça**, e março relembrou aos colaboradores a dimensão da **Sustentabilidade**. Abril foi um mês muito relevante, dado que se celebraram as **Pessoas**, com especial significado, dado que se atravessava um dos momentos de maior tensão relativamente à pandemia. Seguiram-se maio, com a **História** do Grupo, junho com a **Inovação**, e julho foi o mês de marcar os laços do Grupo com a **Comunidade**, na sua vertente de parcerias e de solidariedade. Em agosto, assinalou-se a **Família** – a que está na origem e na gestão do Grupo Corticeira Amorim e todas as que, geração após geração, colaboraram com o Grupo; em setembro, a relação com a **Educação**, desde a articulação com o ensino primário na vertente Sustentabilidade, até à cooperação e parcerias com universidades. Outubro deu o mote para assinalar o **Vinho** e a sua indústria como um dos elementos fundamentais dos negócios da empresa e novembro abriu com a celebração dos cinco **Valores** fundamentais da cultura da Corticeira Amorim – Orgulho, Atitude, Sobriedade, Iniciativa e Ambição, através da divulgação de depoimentos de colaboradores do Grupo.

Estes meses foram ainda marcados por outras iniciativas simbólicas: em janeiro, a entrega de um pequeno sobreiro a cada um dos colaboradores, para que pudessem plantá-lo e vê-lo crescer em julho, a oferta de um objeto em cortiça (Cork Mark) a marcar os 150 anos e um livro (*Traços de Gente*) com histórias, memórias e fotos de Colaboradores e dos diversos ambientes de trabalho. Em novembro, iniciou-se uma exposição temática itinerante (nas instalações de dez empresas) de reconhecimento e celebração dos Colaboradores do Grupo e das suas histórias.

O ano de 2020 foi, assim, palco de iniciativas diversas no âmbito da comunicação interna, constituindo-se deste modo um momento de reforço dos valores e da cultura de empresa. E, ainda que a pandemia impedisse o convívio e a proximidade física, os momentos de celebração, de reforço de identidade e de partilha aconteceram e deixaram marcas que irão permanecer na vida da Empresa e de todos os colaboradores.

7.2. PROTEGER – TRABALHAR EM TEMPO DE COVID - 19

Num ano de atividade plena, trabalhar em tempo de pandemia foi uma aprendizagem coletiva.

Desde logo porque a pandemia surgiu em pico de atividade. Criar condições de segurança, tranquilizar os colaboradores, reorganizar o trabalho, criar condições alternativas (teletrabalho, reorganização de espaços, de horários e de hábitos) e apoiar chefias e colaboradores foram os motes principais. Com um número significativo de colaboradores em operação industrial e com presença obrigatória, garantir condições de saúde e segurança foram exigências constantes. Evitar surtos internos e propagação de contágios foram desafios superados nas UN até ao final do ano.

Neste âmbito, procedeu-se desde o início desta crise de saúde pública, à constituição de um **Grupo de Emergência para a COVID-19** (elementos das direções de Recursos Humanos das UN, Medicina do Trabalho, Segurança no Trabalho e Administração) com vista à coordenação de esforços, implementação concertada de medidas, sensibilização e formação nos diferentes segmentos de população, bem como garantir o seguimento da situação no Grupo.

Disponibilizar desde o primeiro momento todos os equipamentos necessários (máscaras, desinfetantes, luvas), todos os meios (limpeza e desinfeção frequentes, espaços ventilados e arejados, distanciamento entre espaços de trabalho, divisórias, dispositivos de medição de temperatura, testes rápidos) e alternativas (desfasamento de horários, redução de capacidade nas cantinas e espaços de trabalho, implementação de teletrabalho) foi considerado fundamental. O apoio dado às empresas fora de Portugal implicou disponibilização de equipamentos de proteção, bem como apoio na implementação dos planos de contingência específicos.

Acrescente-se ainda o esforço de comunicação ao longo do tempo, veiculada por vários meios – cartazes, sinalética específica, *flyers*, comunicados, vídeos e momentos.

Os impactos internos da pandemia foram diversos, com constrangimentos de vária ordem e efeito significativo. Os impactos mais imediatos traduziram-se num absentismo elevado (isolamentos profiláticos, casos de infeção positiva e assistência à família), cifrando-se, no universo do Grupo, em cerca de 1%.

7.3. GERIR PESSOAS

7.3.1 PERFIL DEMOGRÁFICO

A Corticeira Amorim terminou o ano 2020 com 4357 colaboradores, um ano marcado por um intenso recrutamento, tendo-se registado mais de 630 admissões.

Em Portugal, a **idade média** dos colaboradores foi de 42 anos, tendo-se conseguido baixar, novamente, em mais um ano a idade média registada em 2019, mantendo-se o rejuvenescimento que vem ocorrendo nos últimos anos. Mantem-se a predominância do sexo masculino (75%) no universo de colaboradores e Colaboradoras do Grupo.

Cerca de 53% destes colaboradores têm **habilitações académicas** equivalentes ao ensino secundário completo (32%) ou ao ensino superior (21%). Cerca de 47% têm o 3º ciclo de ensino básico (22%) ou inferior (25%). De registar que se tem vindo a registar um aumento do número de Colaboradores com habilitações de nível superior e um decréscimo do número de colaboradores com habilitações inferiores ao ensino secundário.

7.3.2 ABSENTISMO

O ano foi caracterizado por um **nível de absentismo elevado em Portugal** – 7,8%, subida significativa face a anos anteriores. Cerca de 14% deste absentismo foram causados diretamente pela COVID-19, mas um crescimento de cerca de 20% nas baixas de curta e longa duração está também relacionado. Subiu também o absentismo relativo à parentalidade. As baixas de longa duração representam mais de 70% do absentismo total. De realçar o absentismo por acidentes de trabalho, que decresceu (representa 5% do absentismo total).

7.3.3 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No início de 2018, a Corticeira Amorim estabeleceu um desafio para todas as suas empresas: reduzir, em três anos, o número de acidentes de trabalho para metade.

No final de 2020, registou-se, face a 2017, uma redução de 49% na ocorrência de acidentes de trabalho e, como consequência, uma redução significativa do número de dias perdidos por este motivo.

Como consequência dos **Planos de Segurança** desenvolvidos por cada uma das empresas do Grupo, do investimento realizado, do conjunto de medidas de segurança implementadas, da evolução dos comportamentos e da cultura de segurança que se tem vindo a construir, reduziu-se o absentismo por acidentes de trabalho para 0,4%.

De realçar ainda a certificação obtida pela UN Revestimentos na ISO 14001 e a pré auditoria realizada para o mesmo efeito na UN Matérias-Primas. Estas certificações garantem uma organização dos sistemas de segurança segundo referenciais e padrões de qualidade acreditados, contribuindo para a robustez e consistência dos procedimentos neste domínio. Uma caminhada que não terminou, tendo sido já estabelecido o objetivo de **zero acidentes** para 2023.

7.4. DESENVOLVIMENTO DE COLABORADORES

Acompanhar o ciclo de vida dos colaboradores, garantir uma evolução das suas competências e das suas qualificações são um objetivo fundamental para a gestão da pessoas. As empresas do Grupo têm desenvolvido projetos específicos neste âmbito, desde o *onboarding* de colaboradores, no sentido de se tornar o mais completo possível e permitir, num espaço de tempo ajustado, dar a conhecer aos novos colaboradores os diferentes contextos organizacionais e os seus principais interlocutores no dia a dia de trabalho. Conhecer os processos, os sistemas de trabalho e a cultura de empresa são objetivos a atingir. Estes programas têm provado o seu retorno, na rapidez de integração e na satisfação e envolvimento dos recém-entrados.

A criação de **academias** para formação de Colaboradores tem sido também um dos projetos mais assumidos pelas empresas. A **ACC Academy** tem investido sobretudo na criação de programas de *e-learning* (ACC Strategy, ACC Foot wear, Cork Fundamentals) que permitem o acesso dos seus colaboradores em qualquer uma das diferentes estruturas geográficas. A UN Rolhas prossegue com os projetos formativos na **Escola Técnica de Operadores** (formar e qualificar operadores industriais para desempenhar funções mais especializadas no futuro) e na **Escola de Manutenção** (qualificação em áreas específicas de profissionais da área da Manutenção Industrial), desenvolvendo competências de colaboradores e preparando mobilidade profissional para futuro.

De realçar ainda o **programa de desenvolvimento para comerciais** iniciado pela UN Revestimentos que, pela primeira vez, abrange de forma integrada, todos os comerciais da empresa independentemente da sua localização geográfica.

O ano de 2020 representou também um esforço significativo em formação no âmbito da implementação do projeto SAP num conjunto significativo de empresas em Portugal (UN Revestimentos e UN Aglomerados Compósitos) e no estrangeiro (Amorim Cork Itália, Amorim France, Amorim Top Series France).

De salientar ainda em todas as empresas, o **foco nos programas de e-learning**, uma realidade dos últimos anos, mas cuja aceitação e difusão se ampliou significativamente no contexto da pandemia.

7.5. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Uma política explícita de diversidade e inclusão ganha forma na Corticeira Amorim. Apesar de o **Plano de Igualdade** estabelecido para 2020 não ter concretizado algumas das ações previstas, foram dados passos importantes. O compromisso com a igualdade de género materializado nos objetivos estabelecidos de, a três anos, aumentar a presença de mulheres no efetivo geral da empresa e o de aumentar a percentagem de mulheres em cargos de chefia concretiza metas, gera planos de ação e, conseqüentemente compromisso.

8. PERFORMANCE BOLSISTA

Atualmente, o capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 M€, representado por 133 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos. A admissão das ações da sociedade (então denominada Corticeira Amorim, S.A.) à cotação na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVL) ocorreu em 18 de abril de 1988, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de dezembro de 1991.

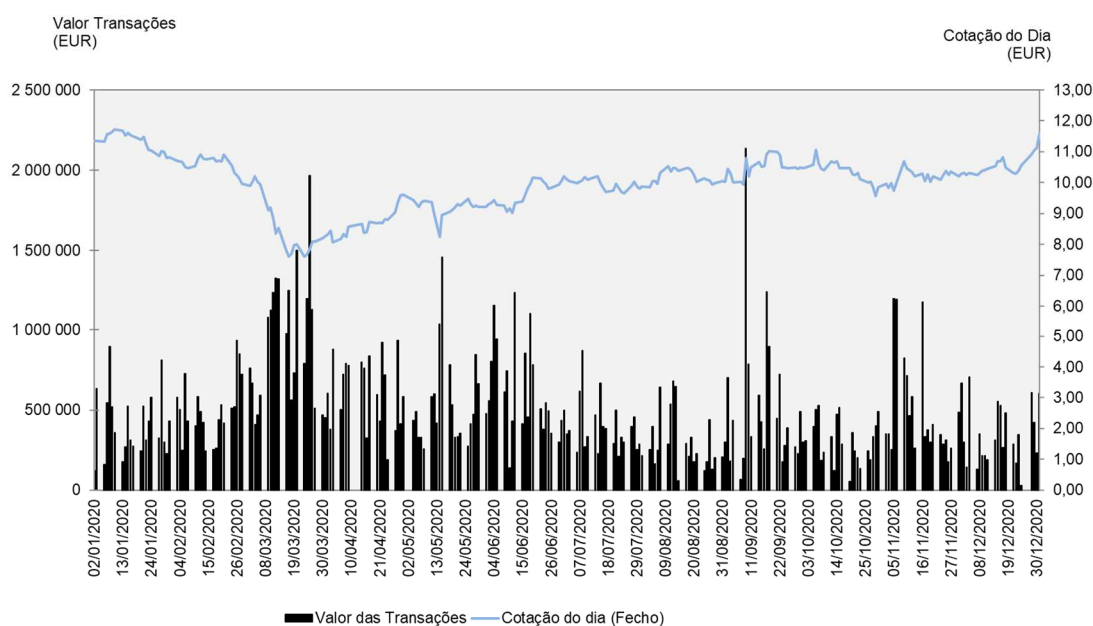
Nos termos e para os efeitos da Lei n.º 15/2017, de 3 de maio, e do Decreto-Lei n.º 123/2017, de 25 de setembro, o Conselho de Administração da Corticeira Amorim deliberou a conversão das ações ao portador representativas do capital da sociedade (código ISIN: PTCOR0AE0006) em ações nominativas; a respetiva conversão no sistema centralizado de negociação ocorreu em 26 de outubro.

No final do ano em apreço, a cotação das ações da Corticeira Amorim atingia os 11,60 euros, o que representa uma valorização de 2,7% face ao fecho de 2019. Foram transacionadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon cerca de 13,4 milhões de ações em mais de 61 mil negócios que ascenderam, no seu conjunto, a aproximadamente 129 M€.

Em 2020, a cotação média de transação foi de 9,99 euros por ação; a máxima atingida foi de 11,78 euros por ação, e registou-se no dia 10 de janeiro; a mínima foi de 7,48 euros e ocorreu nos dias 17 e 18 de março; a amplitude percentual cifrou-se em 57,5%.

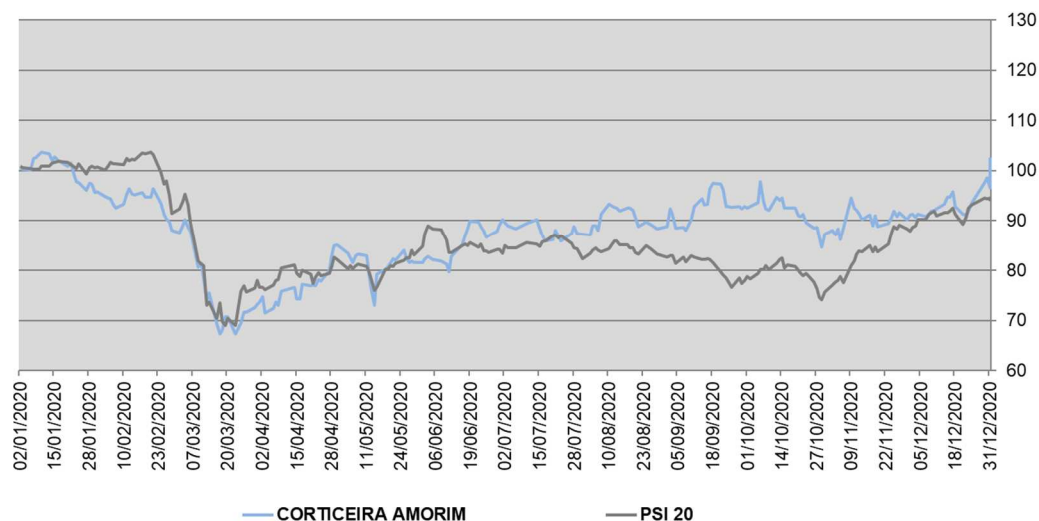
Os gráficos abaixo ilustram a *performance* bolsista da Corticeira Amorim.

Transação e cotação em mercado regulamentado (2020):



Fonte: Euronext

Evolução da cotação da Corticeira Amorim versus PSI20 (2020):



Fonte: Euronext

Evolução de indicadores bolsistas:

	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de ações transacionadas	10 801 324	19 290 907	14 884 614	9 481 944	13 353 226
Cotações (€):					
Máxima	9,899	13,300	12,000	11,520	11,780
Média	7,303	11,067	10,604	10,062	9,990
Mínima	5,200	8,180	8,370	8,710	7,480
De fecho do ano	8,500	10,300	9,000	1,300	11,600
Frequência negocial	100%	100%	100%	100%	100%
Capitalização bolsista no fecho do ano (milhões €)	1 130,5	1 369,90	1 197,0	1 502,9	1 542,8

Fonte: Euronext

Principais anúncios da Corticeira Amorim em 2020:

9 de janeiro - 150 anos de história e de permanente renovação

Anúncio da celebração de 150 anos desde a sua fundação e a renovação da sua identidade visual, incluindo a logomarca Amorim.

9 de março - Resultados consolidados da atividade desenvolvida no exercício de 2019

Os resultados líquidos atingem 75 milhões de euros, destacando-se os seguintes pontos:

- As vendas ultrapassam os 780 M€ em 2019;
- O rácio EBITDA/Vendas sobe 139 p.b. no último trimestre face ao período homólogo;
- A UN Rolhas apresenta forte crescimento de vendas no ano (+4,7%);
- Propõe-se a distribuição de um dividendo bruto de 0,185 euros por ação.

14 de maio - Resultados consolidados na atividade desenvolvida no primeiro trimestre de 2020

O resultado líquido cresce 7% para 20 milhões de euros, destacando-se os seguintes pontos:

- Apesar do efeito COVID-19 em março, as vendas da Corticeira Amorim aumentam 0,7% para 204 milhões de euros;
- Aumenta o do EBITDA/Vendas (17,6%) do trimestre face ao período homólogo (17,2%);
- O EBITDA da UN Rolhas aumenta para 30 milhões de euros (+10,4%);
- A UN Revestimentos inverte tendência dos últimos trimestres, as vendas crescem 11%.

18 de junho - Anúncio da aquisição de participação de 30% na sociedade ELFVERSON & Co AB (Suécia)

Nos termos do acordo celebrado em janeiro de 2018, em que tinham sido adquiridos 70% do capital social, a vendedora (Vätterledens Invest AB) acionou a sua opção de venda sobre os 30% que estavam na sua detenção, passando, assim, a Corticeira Amorim a deter, por via indireta, 100% da Elfverson, & Co AB.

26 de junho - Anúncio de pagamento de um dividendo bruto de 0,185 euros por ação

3 de agosto - Resultados consolidados da atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2020

As vendas caem 5%, num contexto global muito desfavorável, destacando-se os seguintes pontos:

- A UN Rolhas regista uma queda de vendas de 5,4%, mas com melhoria de rentabilidade;
- As vendas da UN Revestimentos apresentam forte crescimento (+5,0%), confirmando tendência positiva do início do ano;
- O rácio EBITDA/Vendas sobe de 16,6% para 16,8%;
- O resultado Líquido de 34 M€, um decréscimo de 9,8% (excluindo o efeito da US Floors em 2019);
- A dívida remunerada líquida reduz-se para 116 M€.

5 de novembro - Resultados consolidados da atividade desenvolvida no terceiro trimestre de 2020

As vendas continuam resilientes, a argem do EBITDA aumenta, destacando-se os seguintes pontos:

- As vendas apresentam uma quebra de 5%;
- Expande-se da margem bruta para 51,4% e da margem EBITDA para 16,6%;
- O resultado líquido ascende a 49 M€, um decréscimo de 6,8% (excluindo o efeito da US Floors em 2019);
- A dívida remunerada líquida cai para 118 M€, uma redução de 43 M€ (face ao final de 2019).

3 de dezembro - Emissão de 40 M€ de Obrigações Verdes 2020-2025

29 de dezembro - Divulgação do Plano para a Igualdade 2021

9. RESULTADOS CONSOLIDADOS

9.1. SUMÁRIO DA ATIVIDADE

Conforme foi sendo exposto ao longo deste relatório, os resultados da Corticeira Amorim foram impactados pela pandemia COVID-19, cujos efeitos se fizeram sentir na maior parte do exercício de 2020. Desta forma, os resultados consolidados de 2020 apresentam uma variação negativa face ao ano anterior, explicado essencialmente pela redução das vendas. A melhoria verificada na rentabilidade medida pelo rácio EBITDA/Vendas permitiu atenuar a redução dos resultados por motivos da pandemia. O aumento dos gastos não recorrentes (essencialmente devido a indemnizações e ao prémio extraordinário pago aos colaboradores pela celebração dos 150 anos) fez com que a redução dos resultados tivesse sido superior à redução do EBITDA.

A Corticeira Amorim apresentou uma redução de vendas de 5,2% no período, tendo atingido os 740 M€. De salientar o comportamento não uniforme da variação das vendas nos diferentes trimestres: +0,7% no primeiro trimestre, -10,5% no segundo trimestre e cerca de -5,5% no terceiro e quarto trimestres. Esta variação reflete o impacto do padrão da evolução da pandemia no comportamento das empresas e dos consumidores. No terceiro e quarto trimestres, o condicionamento continuou a existir (com os impactos a variarem conforme as geografias), mas não foi tão significativo quanto o verificado no segundo trimestre do ano.

O efeito cambial no segundo semestre (principalmente o associado à desvalorização do dólar e do peso chileno) penalizou as vendas; excluindo este efeito, a diminuição das vendas teria sido de 4,2%.

O EBITDA consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 122,5 M€, um decréscimo de 1,8% face ao ano anterior, mas inferior ao das vendas (-5,2%). O rácio EBITDA/Vendas subiu para 16,6% (2019: 16,0%), beneficiando do consumo de matérias-primas adquiridas a preços mais favoráveis, de ganhos de eficiência operacional e de aumentos de preços de venda, que compensaram o efeito negativo de menores níveis de atividade associados à pandemia e da desvalorização cambial. Os preços de compra de cortiça atingiram o seu pico em 2018, verificando-se a normalização dos preços de compra em 2019 e 2020.

A dívida líquida no final do ano era de 110,7 M€, uma redução de 50,4 M€ relativamente ao final de 2019 (161,1 M€). Os gastos financeiros do período cifraram-se em 2,1 M€, um valor igual ao do exercício anterior. De salientar que em 2019, devido à revisão da previsão de resultados da Bourrassé, o efeito da atualização do passivo traduziu-se num ganho no resultado financeiro desse período, o que não ocorreu em 2020.

Os gastos não recorrentes (líquidos) devem-se essencialmente ao reconhecimento do prémio extraordinário pago aos colaboradores da Corticeira Amorim (pela celebração dos 150 anos) e aos gastos de reestruturação das UN Revestimentos, Rolhas e Aglomerados Compósitos.

De forma análoga ao exercício anterior, a linha de impostos beneficiou da reversão de provisões, salientando-se o reconhecimento de benefícios fiscais ao investimento de 2019, cujo valor só foi determinado durante 2020.

O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 64,3 M€, representando uma diminuição de 14,2% relativamente ao ano anterior.

Em virtude da posição financeira bastante positiva, a Corticeira Amorim distribuiu dividendos em cerca de 24,6 M€, valor que correspondeu a 0,185 euros por ação.

9.2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Não tendo havido alterações materiais no universo das empresas que compõem a Corticeira Amorim, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020 são comparáveis com 2019.

9.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

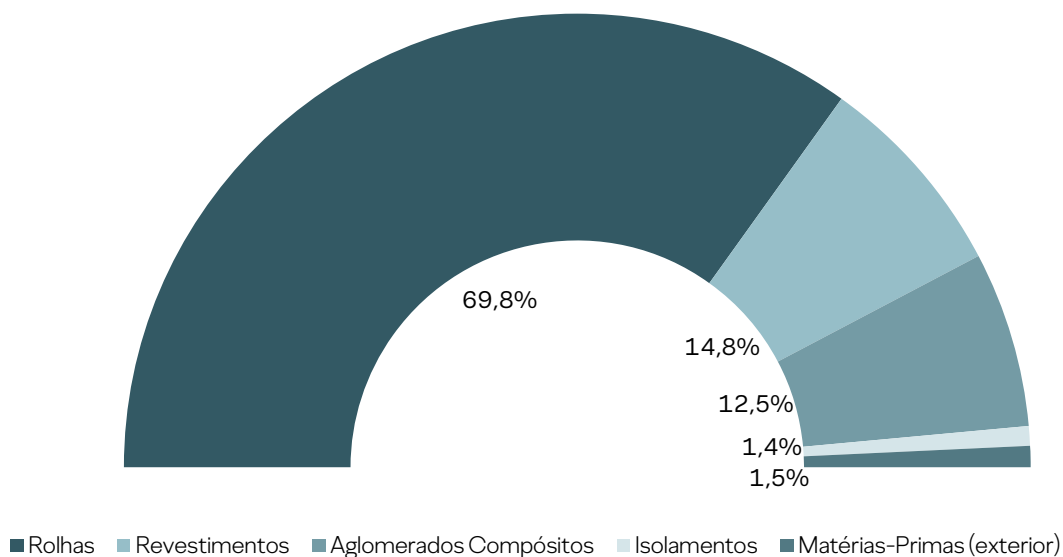
As vendas consolidadas atingiram os 740,1 M€, representando uma redução de 5,2% relativamente a 2019, cujas vendas foram de 781,1 M€. Além dos efeitos da pandemia COVID-19, a evolução cambial (essencialmente do dólar e peso chileno) foi outro fator que impactou negativamente as vendas de 2020. Caso não tivesse existido variação cambial, a redução das vendas seria de 4,2%.

As vendas da UN Matérias-Primas diminuíram 12,1% sendo essencialmente dirigidas a outras empresas do Grupo Corticeira Amorim. As vendas dirigidas para fora do Grupo diminuíram de 14,8 M€ para 11,2 M€.

A UN Rolhas reduziu o seu peso no total das vendas para os 69,8%, tendo diminuído as suas vendas em 5,7%. As UN Aglomerados Compósitos e Isolamentos também registaram reduções das respetivas vendas. A UN Revestimentos foi a única que aumentou as vendas em 2020 (3,2%), devido essencialmente à nova geração de produtos Amorim WISE, recuperando a quase totalidade das vendas perdidas em 2019.

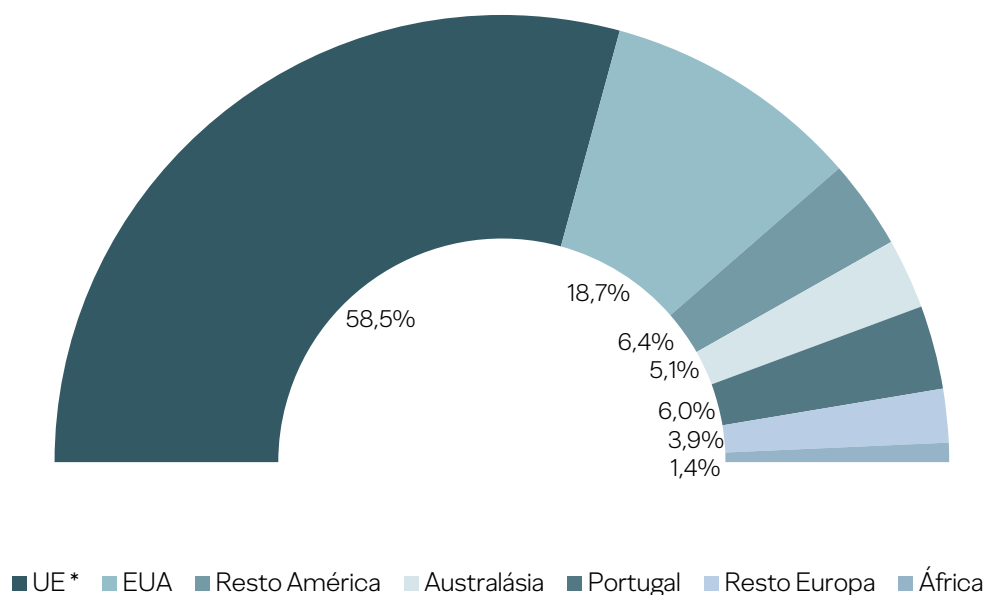
O peso relativo das vendas de cada UN no total do Grupo manteve-se estável, sendo que a ligeira variação reflete o aumento do peso da UN Revestimentos que, conforme referido, foi a única que registou um aumento de vendas em 2020.

Vendas consolidadas por Unidade de Negócios:



Em termos geográficos, o principal mercado destino das vendas do grupo voltou a ser os Estados Unidos, país que tinha sido ultrapassado pela França em 2018 e 2019. Na atividade da Corticeira Amorim, o contexto pandémico acabou por não ter reflexos no volume de vendas para os Estados Unidos, que, em valor absoluto, foi superior ao 2019, isto apesar do contexto cambial desfavorável. A França passou a ocupar o segundo lugar, devido à diminuição das vendas da UN Rolhas, com destaque para o segmento das rolhas para vinhos espumosos. A Itália manteve-se como terceiro mercado de destino das vendas, tendo-se registado, em 2020, uma redução de vendas percentual inferior à média dos restantes países. As posições seguintes são ocupadas pela Alemanha, Espanha e Portugal, mantendo a posição relativa que já tinham em 2019.

Vendas consolidadas por área geográfica:



* Exclui Portugal; inclui Suíça e Noruega.

A margem bruta (vendas mais variação de produção menos custo das matérias incorporadas) atingiu os 51,8%, o que corresponde a uma subida de 2,5 p.p. A melhoria deveu-se essencialmente à diminuição dos preços de consumo da cortiça, ao aumento da eficiência e ao aumento dos preços de venda. A variação de produção teve um registo negativo de cerca de 14 M€, com um contributo mais relevante da UN Rolhas, refletindo essencialmente a redução do preço de consumo e incorporação no produto das matérias-primas.

Ao nível dos gastos operacionais, verificou-se uma diminuição de 2,8%. Os fornecimentos e serviços externos diminuíram 1,2%, sendo de salientar o comportamento diverso das diferentes sub-rubricas. No contexto de abrandamento da atividade durante a pandemia, existiram rubricas que tiveram uma redução significativa: deslocações e estadas (-51%), despesas de representação (-51%) e publicidade e propaganda (-34%). Em sentido contrário, é de salientar que a rubrica de transportes teve um aumento de 8,7%, essencialmente devido ao aumento dos fretes aéreos para os Estados Unidos.

A redução de cerca de 1,8 M€ (-1,3%) nos gastos com o pessoal é explicado pela redução do número médio de colaboradores. Considerando a remuneração média por colaborador, o aumento verificado é de 0,6%.

O aumento das depreciações (+3,9%) reflete o aumento nos investimentos que se tem verificado nos últimos anos.

A rubrica de imparidades reflete uma recuperação das imparidades no valor de 0,6 M€, o que compara com um aumento das imparidades no valor de 1,2 M€ em 2019. A redução das imparidades regista em 2020

deve-se essencialmente a um cliente da UN Rolhas relativamente ao qual foi possível recuperar o valor que estava provisionado em 2019.

Em outros ganhos e gastos operacionais a variação é positiva e ascende a 3,6 M€. O efeito das diferenças cambiais dos ativos a receber e dos passivos a pagar e respetivas coberturas de risco cambial traduziu-se numa perda de 0,4 M€; em 2019 a perda ascendeu a 1,0 M€. A variação da rubrica é essencialmente explicada pelo reconhecimento de subsídios ao investimento (+1,6 M€) e de rendimentos suplementares (+1,2 M€).

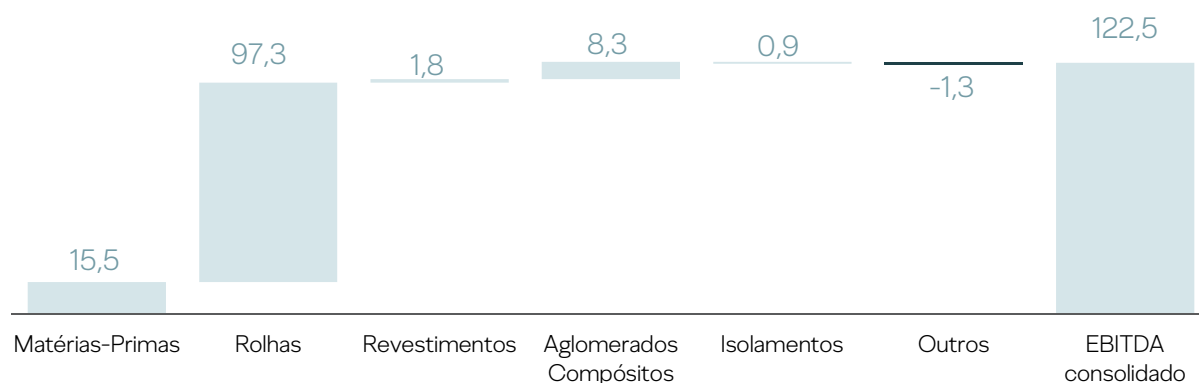
O valor do EBITDA corrente situou-se nos 122,5 M€, uma redução de 1,8% face a 2019 (124,7 M€). O rácio EBITDA/vendas atingiu os 16,6%, apresentando um aumento face ao ano anterior (16,0%).

Conforme divulgado no Relato por Segmentos, a UN Revestimentos e Isolamentos foia única a apresentar crescimento do EBITDA; nas restantes UN, apesar da melhoria do preço de consumo da matéria-prima, a diminuição da atividade implicou a redução do EBITDA em valor absoluto. A UN Matérias-Primas apresentou uma rentabilidade, medida pelo rácio EBITDA/Vendas, estável, compensando a redução da atividade pela redução do preço de consumo das matérias-primas. No conjunto das UN Matérias-Primas e Rolhas registou-se um aumento da rentabilidade refletindo a *performance* favorável da UN Rolhas. A UN Aglomerados Compósitos reduziu a sua rentabilidade essencialmente devido à diminuição das vendas. A UN Revestimentos inverteu o EBITDA negativo registado no ano anterior, sendo de realçar os contributos das medidas de racionalização e otimização na estrutura administrativa, industrial, logística e comercial, bem como a não repetição dos gastos incorridos em 2019 no desenvolvimento e lançamento do produto Amorim WISE. A UN Isolamentos apresentou uma evolução muito positiva da rentabilidade. A redução do preço de consumo de cortiça, que constitui a única matéria-prima desta UN, e as melhorias operacionais explicam a melhoria da atividade operacional.

EBITDA/Vendas por Unidade de Negócio:

EBITDA/Vendas (%)	2018	2019	2020
Matérias-Primas + Rolhas	22,3%	20,5%	21,2%
Revestimentos	2,6%	-2,3%	1,6%
Aglomerados Compósitos	10,1%	11,9%	8,8%
Isolamentos	5,4%	1,6%	7,1%
Consolidado	17,6%	16,0%	16,6%

Contribuição das Unidades de Negócio para o EBITDA consolidado:



(valores em M€)

O EBIT ascendeu a 86,0 M€, uma diminuição de 4,0% face ao ano anterior. A contribuir para esta diminuição estiveram os aumentos de 3,9% das depreciações, conforme já referido.

Os gastos não recorrentes totalizaram 5,8 M€ e incluem o pagamento de um prémio extraordinário aos colaboradores da Corticeira Amorim, que totalizou 3,1 M€, decorrente da celebração dos 150 anos e o reflexo de medidas de reestruturação da UN Revestimentos, Rolhas e Aglomerados Compósitos que totalizaram 2,7 M€.

A função financeira ficou em linha com o ano anterior, apesar da redução do endividamento médio. A atualização do valor do acordo para aquisição de interesses que não controlam em 2019, que se reduziu, em resultado do decréscimo dos resultados da Bourrassé, impactou favoravelmente a função financeira do ano anterior, efeito que não ocorreu em 2020. Se se excluir este fator, verifica-se a redução dos gastos financeiros, o que estará em linha com a redução do endividamento médio.

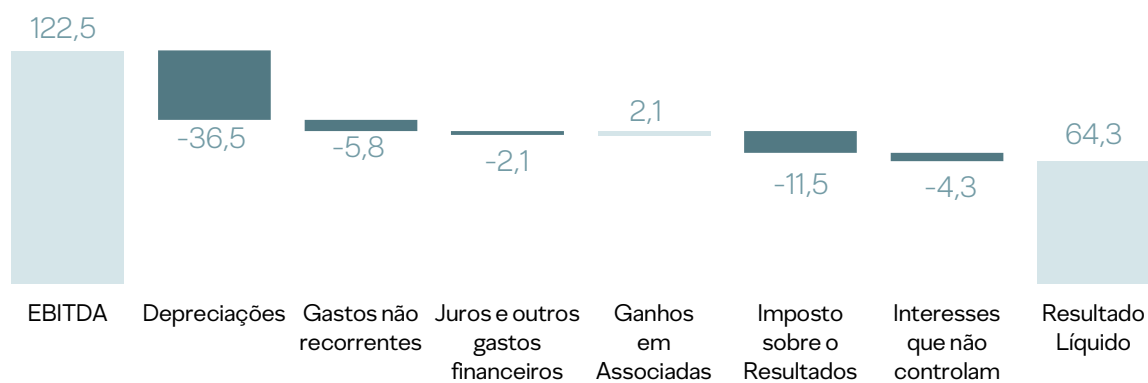
Nos ganhos em associadas, o valor dos lucros apropriados pela Corticeira Amorim nas empresas em que não detêm a maioria do capital social e/ou direitos de voto atingiu os 2,1 M€. A redução face ao período homólogo deve-se essencialmente ao reconhecimento em 2019 como resultado de uma parte do valor contingente a receber pela alienação da US Floors (2,9 M€), ocorrida em 2017. As restantes associadas mais significativas tiveram comportamentos distintos. A Corchos de Argentina continuou a ser penalizada pela evolução da taxa de câmbio e pela aplicação do normativo das economias hiperinflacionárias. Neste exercício foi possível apurar o efeito da aplicação da IAS 29 até ao final de 2020. A Trescases reduziu a sua contribuição devido essencialmente à situação pandémica. A Vinolok teve uma variação positiva no contributo para os resultados devido ao facto de no ano anterior só ter contribuído com seis meses de resultado.

Em 2020 manteve-se a melhoria da taxa efetiva de imposto (Imposto sobre o rendimento/ (Resultados antes de imposto - Ganhos em associadas)) que já tinha ocorrido em 2019, apesar do aumento para os 14,4%. A contribuir para esta manutenção esteve a reversão de provisões para impostos, sem que essa reversão tenha implicado saídas significativas de tesouraria da Corticeira Amorim. De salientar o reconhecimento de benefícios fiscais ao investimento de 2019, cujo valor só foi determinado durante 2020. O efeito do apuramento dos benefícios fiscais ao investimento (SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial e ao RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento), em comparação com as provisões revertidas sobre benefício (mantendo a Corticeira Amorim a política de reconhecimento condicionada à realização futura de objetivos), teve impacto positivo no resultado que se deverá manter nos próximos exercícios.

A redução dos Interesses que não controlam deve-se essencialmente a diminuição da quota-parte dos resultados que eram apropriados pelos minoritários da Bourrassé, uma vez que foram adquiridos 10% adicionais pelo grupo, durante 2020.

Após imposto sobre o rendimento de 11,5 M€, e da apropriação de 4,3 M€ de resultados para interesses que não controlam, o resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim elevou-se aos 64,3 M€, uma diminuição de 14,2% face aos 74,9 M€ de 2019. Excluindo o evento não recorrente associado à venda da US Floors e os gastos não recorrentes, o decréscimo do resultado líquido seria de 4,8%.

Composição do Resultado Líquido:



(valores em M€)

10. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do ativo ficou nos 1 006 M€, registando um aumento de aproximadamente 12 M€. Conforme previsto no contrato de aquisição, em 2020 ocorreu a compra da segunda *tranche* de 10%, que fez elevar a participação financeira na Bourrassé de 70% para 80%. Nos próximos dois anos, irá ocorrer a compra de *tranches* equivalentes até a participação na Bourrassé atingir os 100%. Em termos da posição financeira, uma vez que o passivo para aquisição de interesses que não controlam já estavam reconhecidos desde o momento da aquisição, o principal impacto foi na diminuição dos interesses que não controlam, por contrapartida de reservas.

As rubricas que mais contribuíram para o aumento do ativo foram caixa e equivalentes (aumento de 48 M€ resultante do aumento da reserva de liquidez no contexto da pandemia) e ativos intangíveis (aumento de 5 M€, resultante de o incremento do investimento ser superior ao valor das depreciações). A redução das rubricas de Inventários (-34 M€ no contexto de redução dos preços de compra da cortiça) e de clientes (4 M€) compensaram os aumentos do total do ativo.

No capital próprio, a variação de 37 M€ decorre essencialmente dos resultados do período (64,3 M€) e da distribuição de dividendos (24,6 M€). Os interesses que não controlam reduziram em 3,1 M€.

No passivo, a redução de 26 M€ resulta essencialmente da redução de fornecedores (22 M€) em linha com a redução do preço de compra da cortiça.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida remunerada líquida atingiu os 110,7 M€, uma redução de 50,4 M€ face ao ano anterior. Esta variação é explicada pela redução do fundo de maneiros (redução de 20,8 M€, devido essencialmente à diminuição de inventários compensado pela redução de fornecedores, essencialmente por causa das reduções dos preços de compra e crescimento da cortiça) e pelo EBITDA gerado. Os investimentos (44,8 M€), os dividendos pagos (24,6 M€) e a aquisição de interesses que não controlam (7,1 M€, devido essencialmente à aquisição de 10% da Bourrassé e 30% da Elferson) contrabalançaram a redução da dívida.

No financiamento, é de destacar a emissão de 40 M€ de obrigações verdes, por subscrição particular, sem garantias e pelo prazo de 5 anos. Esta foi a primeira emissão de obrigações verdes da Corticeira Amorim e constitui um importante marco na sua estratégia de sustentabilidade, reafirmando o seu continuado compromisso com a aplicação dos princípios e melhores práticas ESG.

O rácio da autonomia financeira ficou nos 57,3%, apresentando um aumento face ao ano anterior (54,3%).

11. PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

		2019	2020	Variação	4T 19	4T 20	Variação
Vendas		781.060	740.113	-5,2%	178.434	168.693	-5,5%
Margem Bruta – Valor		387.378	376.364	-2,8%	92.034	85.599	-7,0%
	1)	49,3%	51,8%	+ 2,5 p.p.	53,7%	53,4%	-0,3 p.p.
Gastos operacionais correntes		297.832	290.399	-2,5%	72.960	67.386	-7,6%
EBITDA corrente		124.724	122.512	-1,8%	27.918	27.626	-1,0%
EBITDA/Vendas		16,0%	16,6%	+ 0,6 p.p.	15,6%	16,4%	+ 0,7 p.p.
EBIT corrente		89.547	85.965	-4,0%	19.075	18.213	-4,5%
Resultados não recorrentes	2)	-1.620	-5.816	n.s.	-581	-4.164	n.s.
Resultado líquido		74.947	64.326	-14,2%	20.538	15.815	-23,0%
Resultado por ação		0,564	0,484	-14,2%	0,154	0,119	-23,0%
Dívida remunerada líquida		161.091	110.717	-50,374	-	-	-
Dívida remunerada líquida/EBITDA (x)	3)	1,29	0,90	-0,39 x	-	-	-
EBITDA/juros líquidos (x)	4)	88,2	105,7	17,45 x	79,0	83,1	4,14 x

1) Sobre o valor da produção

2) Valores referem-se ao prémio extraordinário distribuído aos colaboradores e a gastos de reestruturação

3) Considerou-se o EBITDA corrente dos 4 últimos trimestres

4) Juros líquidos incluem o valor dos juros suportados de empréstimos deduzidos dos juros de aplicações (exclui imposto de selo e comissões).

12. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM

Ao longo do exercício em apreço, os membros não executivos do Conselho de Administração participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberaram e analisaram a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade tornaram pertinente a sua inclusão na agenda de trabalhos do Conselho.

A organização administrativa das reuniões permitiu a todos os membros do Conselho – executivos e não executivos – uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da organização. O calendário das reuniões ordinárias de 2020 do Conselho de Administração foi acordado no final de 2019, para que todos os seus membros pudessem estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer administrador, incluindo os não executivos, teve oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conheceram e acompanharam:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as UN que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na organização;
- A evolução das atividades de I&D;
- O processo de aquisição e/ou de constituição de novas empresas;
- O calendário de eventos e anúncios ao mercado e a divulgação de informação ao mercado;
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas UN, sendo a organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

13. PERSPETIVAS FUTURAS

13.1. ENVOLVIMENTO MACROECONÓMICA

13.1.1. APRECIÇÃO GLOBAL

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19; o ano de 2021 não será diferente, ainda que as expectativas apontem para uma luz ao final do túnel. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional caracterizava a evolução de 2021 como “*A Long and Difficult Ascent*”; na reavaliação de janeiro deste ano, mais otimista, optou por “*Policy Support and Vaccines Expected to Lift Activity*”. A economia mundial deverá registar em 2021 um crescimento económico de 5,5%, projeção revista em alta face aos números apontados há três meses. Globalmente, as perdas de 2020 não estarão totalmente compensadas até ao final deste ano. A atividade económica deverá ser afetada pelas restrições à mobilidade, pelo impacto negativo no sentimento dos agentes económicos e pelos efeitos prolongados da pandemia sobre empresas e restantes agentes. A reação deverá ser distinta entre países e setores económicos, mas a interligação existente, fruto da globalização, das cadeias de fornecimento e da integração mundial, permite antecipar que nenhuma região estará imune à evolução das restantes. A dicotomia indústria e serviços manter-se-á e, dentro dos serviços, entre os mais expostos às restrições e os restantes. O perfil de contração e recuperação posterior será assim diferente de economia para economia, e a diversificação será crítica. O caminho para a normalidade será a meta. Pelo lado positivo, uma atuação abrangente e célere dos planos de vacinação permitirá uma diminuição da crise de saúde pública, menores restrições à mobilidade e o acionar da *pent up demand* que se estima existir como reserva após tantos meses de limitações. Os riscos negativos que pendem sobre a atividade passam pelas mutações do vírus SARS-CoV-2, obstáculos na progressão para a imunidade de grupo e pela menor confiança dos agentes económicos. Nenhuma economia é uma “ilha” no que à pandemia diz respeito, pelo que a atuação global é crítica. Adicionalmente, a valorização, aparentemente excessiva, de alguns ativos financeiros e a divergência crescente entre mercados financeiros e fundamentais económicos são desafios à sustentabilidade da evolução económica e social.

Um programa adicional de estímulos fiscais de montante elevado nos Estados Unidos (e também no Japão) terá, antecipa-se, impacto positivo a nível mundial. O petróleo deverá valorizar em 2021, refletindo a recuperação económica antecipada e a gestão da oferta pela OPEP+. Ainda assim, deverá ficar aquém do preço médio registado em 2019. As restantes *commodities* deverão seguir trajetória ascendente, especialmente os metais, segmento onde se antecipa um incremento acentuado. O comércio internacional deverá recuperar, e o volume global deverá observar incremento em torno de 8,0%.

A **zona euro** deverá registar em 2021 um crescimento em torno de 4,2%, podendo retomar os níveis pré-pandemia na segunda metade de 2022. A perspetiva é hoje menos favorável do que no outono em face do recrudescimento da pandemia no continente europeu e do aparecimento e propagação de variantes mais infecciosas do vírus. Novas limitações à mobilidade afetaram a economia no final de 2020 e condicionaram o início do novo ano. A recuperação acontecerá, estima-se, mais tarde e de forma mais progressiva, e deverá ser, receia-se, menos uniforme entre países e setores. Um plano abrangente e eficaz de vacinação, já em marcha, pode despoletar um incremento acentuado da confiança e, atendendo ao valor crescente de poupança que se estima ser detido pelos agregados familiares europeus após acumulação durante 2020, um aumento significativo da procura. A aprovação do orçamento comunitário plurianual e da iniciativa NextGenerationEU, em final de 2020, condições favoráveis de financiamento, e a manutenção de medidas de apoio à economia e emprego são fatores positivos adicionais. Tudo deverá depender, antecipa-se, do grau de confiança dos consumidores. As economias mais afetadas pela crise de saúde pública, e com maior dependência do turismo, deverão ser as que mais demorarão a recuperar. A efetivação do Plano de Recuperação e Resiliência (cujo desembolso se estima ter início na segunda metade do ano) tenderá a impulsionar a economia de forma sustentada e a mitigar os efeitos de aumento das insolvências e desemprego de longa duração. As negociações entre a União Europeia e o Reino Unido permitiram alcançar um Acordo de Livre Comércio e de Cooperação em dezembro de 2020, o que terá conduzido, antecipa-se, a um menor custo de separação e ajustamento à nova realidade. Os apoios fiscais extraordinários, críticos no ano transato, deverão ser gradualmente revertidos pelo que se antecipa que correspondam a 2,4% do PIB em 2021. O **Reino Unido** deverá crescer 4,5% em

2021, um ritmo superior ao evidenciado pela União Europeia. A abrangência e a rapidez da vacinação, à data, permitem antecipar um contexto mais favorável à evolução económica e que permita contrabalançar parcialmente o impacto negativo decorrente da adaptação à realidade pós-Brexit. O facto de o Acordo acima referido entre a União Europeia e o Reino Unido, não ter acautelado de forma abrangente os serviços, e ser possível a imposição de barreiras de diversa ordem a nível das exportações deste setor pode constituir um risco negativo sobre a evolução em 2021. A **Suécia** deverá observar expansão em torno de 2,7%, beneficiando da recuperação dos seus principais parceiros comerciais, enquanto a **República Checa** crescerá, estima-se, 3,2%.

Os **Estados Unidos** iniciaram 2021 com uma transição de poder entre a administração Trump, republicana, e a administração Biden, democrata, facto relevante por não ter seguido o padrão de dois mandatos consecutivos de um mesmo presidente, e pelo facto de os democratas terem alcançado vantagem nas duas câmaras do Congresso. A polarização da sociedade é um dos maiores desafios políticos, sociais e económicos que os cidadãos e a liderança política norte-americana enfrentam. A economia encontra-se afetada pela pandemia e, não obstante a recuperação, antecipa-se que a nova administração avance com um conjunto de medidas fiscais ambiciosas (e que inclui a iniciativa *Build Back Better*) que se estima atingir o equivalente a 10% do PIB. O debate sobre o impacto inflacionista de um tal pacote de apoios domina a conjuntura, afeta as expectativas inflacionistas medidas pelo mercado, e o próprio debate em torno da alteração de política monetária a implementar no futuro próximo pela Reserva Federal norte-americana. O crescimento económico em 2021 poderá atingir 5,1%, uma revisão em alta face a projeções anteriores, e que permitirá um regresso aos níveis de atividade pré-pandemia já em 2021. O consumo dos norte-americanos deverá contribuir positivamente para a expansão económica, estando suportado na elevada poupança alcançada no ano anterior e nas ajudas diretas aos cidadãos. Os primeiros meses de 2021 deverão evidenciar contração económica no **Japão** atendendo às restrições à mobilidade entretanto impostas. Antecipa-se que a evolução posterior venha a ser positiva, mas estará dependente, em larga medida, da realização ou não dos Jogos Olímpicos e, a realizarem-se, do formato em que este evento se desenvolverá. O Japão deverá crescer 3,1%. A **Austrália** deverá crescer 3,0%.

Estima-se que **as economias emergentes e em desenvolvimento** observem crescimento em torno de 6,3%, um valor revisto em alta face a projeções recentes. Beneficiarão, estima-se, de uma valorização das *commodities*. A **China**, uma das poucas economias a crescer em 2020, deverá evidenciar uma expansão em torno de 8,1%. Em aberto, a relação institucional com os Estados Unidos após a fase de disputa comercial dos anos mais recentes. O endividamento acentuado é uma das preocupações apontadas pelos economistas e reconhecido pelas autoridades. Outra, o peso menor do consumo no PIB e a dependência da procura externa. As restantes economias emergentes tenderão a evidenciar um perfil diverso, sobretudo as mais dependentes de receitas do petróleo ou turismo. Um dos riscos negativos é o de instabilidade social face ao acesso menos fácil à vacinação ou devido ao aumento das desigualdades. A **Índia** deverá crescer 11,5% em 2021, o ritmo mais elevado das principais economias mundiais. O **México** e o **Brasil**, duas economias muito afetadas pela pandemia, deverão observar uma expansão em torno de 3,6% e 4,3%, respetivamente; a **Argentina**, por seu turno, deverá crescer 4,9%. A **África do Sul** beneficiará de um contexto favorável às economias emergentes, e que passa pela valorização do preço das *commodities*, enfrentando, paralelamente, os desafios decorrentes da propagação da epidemia, do desempenho menos expedito da vacinação, e de desafios estruturais como sejam a fiabilidade no fornecimento de energia elétrica, a implementação de reformas estruturais e o financiamento da dívida pública. Antecipa-se que cresça 2,8% em 2021. A **Rússia** deverá crescer em torno de 3,0%, beneficiando da evolução do preço dos fatores energéticos e de condições monetárias favoráveis.

A política monetária deverá manter em 2021 as condições fortemente acomodáticas implementadas de forma célere em reação à pandemia, e que permitiram sustar a queda nos mercados financeiros e lançar as bases para a recuperação económica posterior. A gestão das expectativas de manutenção de taxas de juro baixas e a injeção permanente de liquidez deverão manter-se, não obstante as expectativas de reflução da economia mundial e a divergência entre a valorização dos ativos financeiros e as condições fundamentais macroeconómicas. Na inflação, poderão ser observáveis sinais altistas, em parte pelos efeitos de base, em parte por alguns estrangulamentos a nível da oferta de matérias-primas, componentes industriais ou mesmo transporte internacional. Projeta-se que a inflação seja inferior a 2,0% nas economias desenvolvidas e acima de 4,0% nas emergentes. A China poderá ser uma das economias a iniciar o processo de normalização monetária. A política fiscal, a outra alavanca a que as autoridades recorreram em 2020, manter-se-á genericamente expansionista, passando inclusive por apoios extra como o que se antecipa vir a ser apresentado e aprovado nos Estados Unidos.

13.1.2. PORTUGAL

Portugal iniciou 2021 com a imposição de novas medidas de confinamento em face do acentuado agravamento da epidemia. Medidas menos restritivas do que as definidas em 2020, a adaptação do tecido económico e a maior resiliência serão fatores amenizadores do impacto económico. Ainda assim, os primeiros meses deverão evidenciar contração da atividade em face das limitações e da perspetiva de uma reabertura longa no tempo e gradual nas diferentes áreas setoriais. As perspetivas de crescimento encontram-se dependentes da propagação do vírus, do desempenho do programa de vacinação e da forma como o sentimento económico reagir ao evoluir do contexto, mas, genericamente, assumem uma evolução favorável da crise de saúde pública, uma recuperação do turismo e atividades conexas, especialmente no verão, e da cultura e entretenimento, e uma retoma rápida do investimento. Portugal deverá beneficiar em 2021-2023 dos fundos contemplados no plano *Next Generation EU*, prevendo-se que venha a receber o equivalente a 3,7% do PIB, em média, numa base anual. Os riscos negativos passam pelo impacto, eventual, do fim de medidas temporárias de apoio à economia, inicialmente ponderadas para aplicação limitada no tempo e que foram, entretanto, prolongadas, nomeadamente as moratórias de crédito. O peso elevado do sector do turismo no PIB e as ameaças que continuam presentes neste setor representam fatores limitadores da recuperação económica. O aumento do endividamento e do risco de crédito, bem como da carteira de malparado, merecem acompanhamento. De tal forma se mostram incertos os próximos meses que o intervalo de previsões de crescimento é anormalmente largo. Ainda assim, antecipa-se um crescimento de 3,9%. O PIB deverá retomar os níveis pré-pandemia apenas em final de 2022.

Nas contas públicas, antecipa-se uma correção do défice orçamental depois da degradação observada em 2020, beneficiando da recuperação da economia, por um lado, e da diminuição gradual de apoios públicos, por outro. O endividamento público, pelo contrário, deverá registar novo aumento. Em 2021, a balança corrente e de capital deverá apresentar saldo positivo, mantendo-se a degradação do saldo comercial de bens e serviços (projeta-se um crescimento de 9,1% nas exportações e de 8,8% nas importações), nomeadamente por via da recuperação demorada da exportação de serviços (turismo), mais do que compensada pelo recebimento de fundos de apoio europeus. O mercado de trabalho encontra-se condicionado por medidas temporárias e pelo incremento da população Inativa. A realocação de trabalhadores exigirá incrementos dos esquemas de formação. As decisões de contratação estarão, antecipa-se, condicionadas por recursos subutilizados e incerteza relativamente ao futuro. A taxa de desemprego deverá seguir tendência crescente, estimando-se que atinja um valor próximo de 8,8%. A inflação deverá registar incremento marginal em 2021, inicialmente pela subida dos preços dos fatores energéticos e posteriormente, pela recuperação dos preços dos serviços. As projeções apontam para 0,3%.

13.2. ATIVIDADES OPERACIONAIS

13.2.1. MATÉRIAS-PRIMAS

O ano de 2021 levanta grandes incertezas, sobretudo pelo contexto atual que se vive a nível mundial com a pandemia do COVID-19.

Ao nível do resultado, espera-se uma melhoria em relação ao obtido em 2020, resultante da consolidação dos ganhos de eficiência dos projetos implementados nos últimos dois anos (nomeadamente os projetos de fabricação de discos e de automatização do processo de escolha de pranchas) e considerando que deverá haver estabilidade na produção da UN ao longo do ano.

No que diz respeito à aquisição de matéria-prima, prevê-se uma campanha de compra de cortiça no mato em Portugal e Espanha que assegura um nível de stocks que permita operar em 2022 sem alterar o ritmo de produção.

Para 2021, no que diz respeito a descontaminação de discos de cortiça natural, a UN Matérias-Primas assume o compromisso de fornecer a totalidade dos discos à UN Rolhas com tratamento CORKNOVA.

No Projeto de Intervenção Florestal, a UN irá assumir um papel mais ativo na produção de cortiça, seja em plantações novas (avançando com a plantação na Herdade da Baliza), seja pela aposta em adensamentos de áreas de sobreiro, com intervenção direta ou incentivando proprietários florestais. Outro objetivo é o de ser pioneiro na efetivação de uma proposta de valor sustentada sobre o modelo de silvicultura de rega de instalação, que possa alargar fontes de receita e encurtar prazos de tesouraria ao produtor florestal. Por último, na área de I&D Florestal, o objetivo é implementar o Plano de Melhoria do Sobreiro e ser reconhecido pela produção florestal como Centro de Excelência de Conhecimento do sobreiro e do Montado.

13.2.2. ROLHAS

Acreditando que a solução para a pandemia será encontrada e implementada a breve trecho, espera-se em 2021 uma retoma da espiral positiva que caracteriza a UN e a indústria vinícola de que é parte integrante.

A estratégia para o triénio 2021-2023 continuará assente em quatro pilares de atuação, privilegiando as seguintes prioridades:

- Aumentar a flexibilidade e a capacidade de resposta, face a um *boom* pós-pandemia;
- Aumentar as vendas e recuperar para o nível alcançado em 2019;
- Incrementar a rentabilidade, atingindo-se um rácio EBITDA/vendas acima dos 20%;
- Reduzir de capital investido em inventários e clientes;
- Consolidar os processos Naturity® e Xpur® em 2021;
- Aumentar o EBIT do negócio das cápsulas de madeira;
- Melhorar o nível de serviço;
- Implementar as medidas de eficiência operacional;
- Reduzir os custos de manutenção do NDTech;
- Desenvolver digitalização, implementar SAP na Oller, passar para a fase seguinte na implementação do SAP e desenvolver o Data Science (Xpur®, Naturity®, Ndttech);
- Democratizar o acesso à informação;
- Assegurar o desenvolvimento das competências críticas para o negócio;
- Intensificar as práticas de sustentabilidade e realçar as vantagens da cortiça face a outros vedantes.

13.2.3. REVESTIMENTOS

O ano de 2021 deverá ser marcado pela consolidação do portefólio de produtos, fruto da focalização da oferta e do posicionamento do *branding*. A agenda de gestão contempla a procura de uma cultura de excelência - baseada em processos de melhoria contínua, da rentabilidade do negócio e da crescente garantia de fiabilidade dos produtos. O uso de *standards* internacionais, com recurso às metodologias presentes no programa *Investors in People* e no modelo EFQM, vai marcar uma viragem significativa no suporte ao posicionamento estratégico da UN, bem como a exploração de um *upside* competitivo.

Nas vendas, é esperado um crescimento de vendas nos produtos fabricados, assente em três gamas de produto: continuar o crescimento de vendas nas novas soluções Amorim WISE orientadas para segmentos de mercado premium; retomar da gama Hydrocork; e alavancar as soluções de gama Wicanders Start para grande consumo e novos clientes.

Na margem bruta, são esperados efeitos positivos dos preços e das quantidades de consumo. A descida de preços da cortiça e de outras matérias-primas, quer de abastecimento doméstico quer importadas da Ásia, deverá ter um impacto significativo na descida dos consumos. De igual forma, e na linha de preocupação pela sustentabilidade ambiental, a implementação de medidas adicionais de economia circular, com aproveitamento por processos de microgranulação de resíduos gerados no processo, deverá conduzir a uma redução do consumo de matérias-primas e dos custos relacionados com escoamento desses resíduos. Nos transportes usados na importação de componentes da Ásia, existe um risco evidente de aumento de custo, que está a ser monitorizado com medidas preventivas que minimizem o efeito, quer por alternativas de fornecimentos, quer por um encargo adicional no preço de venda aos clientes, já que este efeito afetará grande parte da indústria do *flooring*.

Ainda relativamente aos transportes, saliente-se a escalada de preços dos fretes marítimos, particularmente entre a China e a Europa, que se acentuou no início do ano de 2021. Vários fatores têm contribuído para o crescimento significativo dos preços dos transportes marítimos: a escassez de contentores e navios, as dificuldades nas operações internas nos principais portos marítimos internacionais e o menor fluxo de navios da China para o resto do mundo. Apesar de se esperar um alívio desta pressão, não é esperado um regresso aos níveis verificados anteriormente. Para fazer face a este fato, foram implementadas medidas de *procurement* (intensificação da procura de fornecedores alternativos fora da Ásia), conjugadas com a redução do consumo de matérias-primas provenientes da China.

Ao nível operacional, deverão ser consolidados os ganhos do modelo de gestão de *stocks* e planeamento industrial, resultado do maior rigor no cumprimento dos *standards* industriais, fruto da disponibilização de informação em tempo real.

No quadro da inovação, a empresa irá lançar em 2021 o programa de médio prazo - INOP25, - cujo objetivo é desenvolver novas soluções de pisos a apresentar em 2025, alinhadas com a missão da UN, com a continuada aposta na sustentabilidade e garantindo a competitividade dos produtos.

Não obstante a incerteza quanto aos impactos previstos para 2021 decorrentes de uma terceira vaga pandémica, da demorada recuperação nas viagens e dos efeitos económicos (recessão, menos gastos, menos projetos), salienta-se pela positiva a esperança da vacinação e a oportunidade decorrente da mudança de hábitos dos consumidores, com necessidade de maior conforto nas suas casas e com forte aposta no digital. A oportunidade da sustentabilidade é e continuará a ser um forte argumento de diferenciação dos produtos da UN Revestimentos.

13.2.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

Tendo em conta a situação pandémica que se vive, e que persiste ainda, a prioridade no ano de 2021 será o regresso ao crescimento e assim retomar os níveis de atividade dos anos anteriores, embora o nível de incerteza existente seja ainda relevante.

Além dos mercados mais tradicionais cuja atividade se procurará recuperar, estão identificadas algumas apostas novas com dimensão relativamente assinalável, que deverão assegurar um contributo importante para a concretização dos objetivos de crescimento e de recuperação.

Internamente, deverá continuar e ser aprofundado o espírito crítico e inovador relativamente a oportunidades de maior eficiência de forma transversal à organização, com o objetivo de se aproximar dos padrões pré-pandemia, alavancado também nas novas capacidades de sistemas de informação disponíveis, uma vez concluídas as respetivas curvas de aprendizagem.

Constata-se ainda alguma tendência de agravamento dos custos de parte importante dos fatores de produção, designadamente não cortiça, bem como sinais de aumento da componente de transportes de mercadorias, com bastante relevância no negócio desta UN. Também os atuais níveis e previsões põem colocam alguma pressão adicional no desempenho, contrariada com uma adequada política de preços.

A estratégia de inovação nos produtos e processos tecnológicos bem como a procura de oportunidades para, em parceria, desenvolver mercados e aplicações continuarão a ser peças fundamentais para continuar, cada vez mais, a acrescentar valor à cortiça.

Como habitualmente, está identificado um rol de iniciativas para implementação no ano de 2021. Em termos de mercado, com natural reflexo na organização de parte das equipas, o ano deverá ser ainda marcado por um reforço do foco e das prioridades da UN. Com um posicionamento estratégico de fornecedor de materiais num contexto de elevada diversificação de segmentos, geografias e produtos, é sempre necessário recentrar esforços e alinhar prioridades, também com os olhos postos no futuro e nas novas oportunidades que se desenham, nesta altura, em áreas como a mobilidade ou a energia.

13.2.5. ISOLAMENTOS

Apesar do contexto mundial de elevada incerteza decorrente da pandemia da COVID-19, a UN perspetiva que 2021 seja um ano de recuperação em termos de volume de vendas e de crescimento. As medidas estratégicas implementadas ao longo dos últimos anos permitem ainda encarar o próximo ano com maior confiança na *performance* da UN.

A UN continuará a apostar na fidelização dos mercados atuais, assim como no alargamento para novas geografias, potenciando o argumento real da sustentabilidade num mercado global cada vez mais sensibilizado para a utilização de produtos naturais.

13.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia COVID-19, sendo a dimensão do seu impacto em 2021 arriscado de mensurar à partida. Para 2021, o grau de incerteza ainda é elevado, tornando difícil avaliar a extensão dos impactos diretos e indiretos da pandemia no futuro. O primeiro trimestre do ano de 2021, quando comparado com o primeiro trimestre de 2020, que praticamente não foi afetado pela pandemia, dificilmente deixará de apresentar impactos significativos na atividade da Corticeira Amorim. Para os trimestres remanescentes de 2021, a evolução e a extensão do processo de vacinação em curso e a eficácia da vacina, contrabalançadas pela eventual necessidade de implementação de medidas de contenção adicionais, determinarão os efeitos na economia global e nos padrões de consumo e, conseqüentemente, na atividade da Corticeira Amorim.

A variação do euro e do dólar é uma outra fonte de incerteza que condiciona as perspetivas para a *performance* da Corticeira Amorim em 2021.

Em 2021, espera-se que o efeito do consumo de cortiça adquirida a preços mais baixo continue a refletir-se nas contas. Este impacto tenderá a ser maior à medida que se vá aproximando o final de 2021. Em 2020 registou-se uma diminuição dos preços de compra, da mesma forma que tinha acontecido em 2019, contrariando assim os efeitos dos anos anteriores (campanha de 2018: aumento de 17%). Este fator deverá retirar alguma pressão sobre os resultados da Corticeira Amorim; contudo a normalização dos preços no mercado secundário não é imediata, sendo importante manter a revisão das condições de comercialização dos produtos e soluções e, internamente, as medidas de eficiência operacional.

Devido à pandemia, os resultados recorrentes de 2020 interromperam a tendência de crescimento que vinha dos anos anteriores. Contudo, é de salientar o aumento da rentabilidade que ocorreu em 2020, medida pelo rácio EBITDA/Vendas.

Naquela que é a atividade regular da Corticeira Amorim, a condicionante do aumento do preço de consumo das matérias-primas obrigou a um continuo aumento da eficiência operacional e à procura de novos mercados, diversificando as soluções que são disponibilizadas para ir ao encontro das necessidades dos clientes. Esses ganhos, além de serem mantido, continuaram a ser perseguidos pela organização.

Na UN Rolhas, o contexto da pandemia provocou uma alteração nos canais tradicionais de venda, com importante reflexo no *mix* de produto. Existindo um retorno à normalidade, será expectável manter-se a desaceleração no consumo de vinho, espumantes e espirituosos. A UN Rolhas irá procurar crescer acima desse patamar com as apostas no Naturity® e Xpür®. Existem mercados relevantes nos espirituosos que ainda estão por explorar, e os condicionamentos aos vedantes de plástico abrem portas às alternativas apresentadas pela Corticeira Amorim. A UN vai continuar a apostar no crescimento de vendas e na melhoria da eficiência operacional.

A UN Aglomerados Compósitos continuará a apostar no crescimento orgânico, apesar das limitações de aumento de preços de venda. O desafio para manter os níveis de vendas e de rentabilidade da UN serão significativos. Isto obrigará a uma grande disciplina na obtenção de rendimento das triturações porque o mercado terá uma capacidade limitada de absorver aumento de preços.

A UN Revestimentos, após o primeiro ano de *turn-around*, com aumento da atividade e rentabilidade ao nível do EBITDA, dispõe atualmente de todas as condições necessárias para continuar o caminho do crescimento. A não repetição de custos que ocorreram em 2019 e os impactos do projeto de *revamp* industrial permitem antever esta referida melhoria. Será importante o aumento das vendas, sendo que a equipa comercial está preparada para alcançar os objetivos de vendas que permitam garantir o *break-even* da UN.

A UN Isolamentos já ultrapassou o seu ponto crítico em 2019 apresentando uma *performance* bastante satisfatória em 2020. As medidas de eficiência produtiva, os argumentos de sustentabilidade e o crescimento de vendas (se possível alargando a novas geografias) são orientações para o caminho a ser seguido pela UN.

14. RISCOS E INCERTEZAS DO NEGÓCIO

Ao longo dos seus 150 anos de história, a Corticeira Amorim enfrentou com sucesso várias transformações sociais profundas. A pandemia COVID-19, ainda em curso, é o mais recente destes desafios e, como sempre, a empresa procurará transformar os desafios em oportunidades.

As dificuldades sentidas por algumas das principais economias mundiais durante 2020, vão continuar a afetar o desenvolvimento da atividade económica. A Corticeira Amorim, tal como todos os outros agentes económicos, continua, por conseguinte, a operar num clima económico de incerteza que afeta os mercados globais:

I. Setor vinícola mundial - Em 2020, o comércio de vinho foi indubitavelmente marcado pela pandemia da COVID-19 e pelos seus impactos na distribuição e no consumo. O risco para a Corticeira Amorim foi determinado por vários fatores, nomeadamente decorrentes das alterações dos padrões de consumo induzidas pelo confinamento, com uma redução global no consumo de vinho que atingiu 8% a 10% a nível mundial. Todavia, esta redução foi assimétrica a dois níveis: o grau de alterações nos diversos mercados e a magnitude das alterações entre o *on-trade* e o *off-trade*. O segmento mais afetado foi o dos vinhos espumosos, tendo nesta categoria o champanhe sido particularmente atingido. De facto, os segmentos mais *premium* foram em geral mais afetados, especialmente devido à redução drástica das compras *duty free*, bem como do fecho de hotéis, restaurantes e bares. O regresso à normalidade poderá chegar apenas em 2023. Assim sendo, continua a ser necessário esperar pelo fim desta pandemia para estabelecer com maior precisão o seu verdadeiro impacto, bem como o tempo que será necessário para uma recuperação total. As expectativas gerais apontam para que o segundo semestre de 2021 seja globalmente mais positivo, apresentando alguma recuperação nos padrões normais de consumo, principalmente se as campanhas de vacinação forem rápidas.

Os efeitos da COVID-19 aumentaram a procura por padrões de compra, tais como o *click & collect*; porém, estes tendem a favorecer segmentos mais baixos e grandes formatos de *packaging* como o *bag in box*. Quanto ao *packaging* de vinho não tradicional, registou-se um aumento nas vendas de embalagens de alumínio em 2020, mas resta saber se este formato se manterá verdadeiramente competitivo após a recuperação da pandemia. O comércio eletrónico registou um aumento notável, tendo contribuído de um modo significativo para equilibrar ligeiramente a redução de vendas registadas nas caves e nos estabelecimentos de enoturismo. As vendas diretas ao consumidor também observaram um aumento assinalável, principalmente nos Estados Unidos.

Igualmente pertinente foi a decisão tomada pela administração Trump sobre a imposição de tarifas adicionais a alguns vinhos tranquilos, vinhos espumosos e bebidas espirituosas da Europa, nomeadamente os provenientes de países envolvidos no consórcio Airbus. Embora a nova administração dos Estados Unidos possa vir a reverter estas decisões, o facto é que as mesmas permanecerão em vigor no início de 2021. Também nos Estados Unidos, é importante considerar o impacto dos incêndios florestais de 2020 na disponibilidade de vinhos *premium* na Califórnia, a principal região de produção de vinho do país. A colheita de 2020 seria engarrafada em 2022, tornando-se assim necessário vigiar o impacto dos incêndios na qualidade do vinho de prestígio da Califórnia, um mercado importante para rolhas de cortiça natural de primeira qualidade.

Os Estados Unidos mantiveram em 2020 o seu peso significativo no mercado, continuando a captar os esforços de todas as caves orientadas para a exportação. Apesar das perturbações verificadas nos anos de 2019 e 2020 decorrentes da imposição de tarifas à importação de produtos europeus, a dimensão dos Estados Unidos e a sua óbvia capacidade para acomodar preços *premium* mantiveram este mercado como uma grande aposta para a dinamização do crescimento futuro da indústria do vinho e das bebidas espirituosas, o que é positivo para a rolha de cortiça, dada a clara preferência do consumidor dos Estados Unidos por esta opção.

Desde novembro de 2020, a decisão da China de proibir as importações dos principais produtores de vinho australianos, agora sujeitos a taxas de imposto que podem atingir 200% sobre os seus preços de venda, revela-se igualmente um risco a considerar até que esta questão política esteja resolvida.

Em relação ao Brexit, não se preveem riscos diretos significativos para o negócio, além de uma possível recessão no Reino Unido com impacto nos padrões de consumo. Ainda assim, este deverá manter-se um importante mercado de importação de vinho.

O recente lançamento das tecnologias Naturity[®] e Xpür[®] deverá encerrar a questão do TCA nas rolhas Amorim, contribuindo para uma consolidação da quota de mercado da Corticeira Amorim. Outra questão importante é a sustentabilidade e o desempenho ambiental. Enquanto a crise de 2008/2009 afastou do foco do mercado as questões de sustentabilidade, a crise da pandemia de 2020 teve um impacto diferente, colocando as questões ecológicas em destaque nos fóruns de profissionais e consumidores de vinho. Para a Corticeira Amorim, isto coincidiu com o ano de lançamento de uma série de estudos de avaliação do ciclo de vida, que sublinharam os aspetos ambientais positivos das rolhas Amorim, enquanto reforçaram ainda mais o papel da empresa como líder de mercado no reforço das credenciais de sustentabilidade da cortiça.

II. Setor da construção – O forte abrandamento da atividade deste sector, quer novas construções, quer na renovação de construções existentes, e o adiamento das decisões de compra do consumidor final, resulta no abrandamento da procura global dos produtos destinados a este setor, como sejam os revestimentos e os isolamentos térmicos e acústicos.

Este abrandamento global continuará a ser contrariado pelo aproveitamento das oportunidades de crescimento diagnosticadas, quer através do reforço da presença em mercados já identificados como de elevado potencial de crescimento, nomeadamente nos mercados emergentes, quer através de aumento de quota em mercados mais maduros. Estas oportunidades são fortemente reforçadas com o lançamento de novas coleções, com o desenvolvimento do portefólio de produtos e com expansão da gama de produtos produzidos.

No que diz respeito ao mercado de pavimentos, o ano de 2020 foi caracterizado por uma certa estabilidade, apesar da pandemia. Parte dos mercados compensaram total ou parcialmente, na segunda metade do ano, o mau desempenho observado no período de março a abril. O consumo de *parquet* na Alemanha, o maior mercado europeu de *flooring*, cresceu impulsionado pela renovação. Por outro lado, apesar da taxa de renovação, França e Itália não compensaram as perdas registadas durante o *lockdown*, sofrendo uma queda no setor do *flooring*.

Embora com interrogações para o futuro quanto aos impactos potenciais da pandemia, a resposta europeia com mecanismos dirigidos à recuperação económica e a vacinação é um sinal positivo a capitalizar, juntamente com o aumento da taxa de renovação de construções existentes, e com o uso de soluções que aporem maior conforto às habitações. Parece claro o reconhecimento do papel dos produtos naturais para combater as alterações climáticas, poupando emissões de CO₂, mas também o papel dos consumidores numa tentativa de trazerem a natureza para as suas habitações.

Alterações de ritmos de crescimento global deverão continuar a ser minimizadas pelo aproveitamento das oportunidades de crescimento diagnosticadas, quer através do reforço da presença em mercados existentes onde já existe um elevado nível de conhecimento, quer explorando novos mercados. Estas oportunidades são fortemente reforçadas com o lançamento de novas coleções, com o desenvolvimento do *portefólio* de produtos e com a expansão da gama de produtos produzidos e a sua adequação aos mercados alvo.

A crescente consciencialização do consumidor final para fatores de sustentabilidade será também, e certamente, um fator de reforço na escolha de revestimentos à base de cortiça, o que constituirá importante motor de crescimento do volume de vendas em segmentos mais rentáveis.

A longo prazo, a *performance* da Corticeira Amorim poderá ainda ser influenciada pelos seguintes fatores, continuamente monitorizados e avaliados:

I. Volatilidade Cambial – Trata-se de um fator de potencial erosão das margens do negócio. No curto prazo, os efeitos da volatilidade cambial têm sido contrariados pela política ativa de substituição das moedas de faturação; – no corrente exercício, as vendas consolidadas em moedas não euro representaram 33,5% da faturação para clientes não do Grupo, e pela política de cobertura do risco de câmbio consistentemente adotada (seja por cobertura natural, seja por contratação de instrumentos financeiros adequados). No longo

prazo, a Corticeira Amorim tem-se empenhado no desenvolvimento de novos produtos/soluções de maior valor acrescentado, de forma a conseguir um *mix* de produtos capaz de ultrapassar estes constrangimentos. Assume-se, assim, um modelo organizativo orientado para a criação de valor para o negócio – *moving up the value chain*, ultrapassando este risco.

II. Alterações climáticas – É um potencial fator de redução da matéria-prima disponível, na medida em que as alterações climáticas podem levar a um desequilíbrio no ecossistema que alberga o sobreiro, nomeadamente devido à ocorrência de secas severas, dificultando a sua propagação e crescimento. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer uma estratégia a longo prazo sustentada em novas plantações de sobreiros que incorporem novas latitudes geográficas e novos modelos de silvicultura.

Contudo, muito importante é a capacidade de o sobreiro e da cortiça (matéria-prima e produtos) fixarem carbono, o que contribui para mitigar as emissões de gases com efeitos de estufa, origem das referidas alterações climáticas. Nesta matéria, as conclusões de um grupo de investigadores do Instituto Superior de Agronomia (ISA) não deixam dúvidas quanto ao importante papel do sobreiro e do ecossistema que o envolve: por cada tonelada de cortiça produzida, o Montado sequestra até 73 toneladas de dióxido de carbono.

O sobreiro constitui a base de um sistema ecológico único no mundo, contribuindo para a sobrevivência de muitas espécies da fauna autóctone e para a salvaguarda do ambiente. Só existe em sete países da Bacia Mediterrânica Ocidental – Portugal, Espanha, França, Itália, Marrocos, Argélia e Tunísia, onde vem atuando como barreira ao avanço do deserto, porque suporta climas com reduzida pluviosidade, contribui para a fixação do solo e da matéria orgânica, diminuindo a erosão e aumentando a retenção de água.

Os produtos da Corticeira Amorim são também importantes sumidouros de carbono, que se mantém durante todo o tempo de vida útil do produto. Como sugerem os investigadores e autores do estudo coordenado pela Universidade de Aveiro divulgado em 2016, que quantificou a pegada de carbono do sector da cortiça, “a utilização de produtos de cortiça contribui para a mitigação das alterações climáticas, quer pela sua capacidade de acumular carbono quer pelo facto de substituírem produtos alternativos mais intensivos do ponto de vista energético”.

A valorização do Montado é a maior garantia da sua preservação e desenvolvimento. Nesse sentido, é imperativo encontrar uma nova equação de valor para o Montado que, além da valorização industrial da cortiça, incorpore como fontes complementares de receitas, a biodiversidade e externalidades positivas, nomeadamente a retenção de carbono.

Assim sendo, os factos acima descritos constituirão uma oportunidade de diferenciação permitindo dessa forma alimentar o crescimento de mercado dos produtos de cortiça.

III. Desenvolvimento de vedantes alternativos – Em 2020, manteve-se a tendência para a diminuição da utilização de vedantes alternativos pelos produtores de vinho, especialmente no caso dos plásticos, que continuaram a perder quota de mercado em países-chave. Um desenvolvimento significativo durante o ano foi a crescente consciencialização do desempenho de CO₂ ao nível de todos os vedantes. Durante 2020, a Corticeira Amorim publicou nove relatórios adicionais sobre o desempenho ambiental dos produtos e iniciou um programa de divulgação para partilhar os resultados com mais de 9 000 dos seus clientes, reforçando ainda mais o papel da cortiça na redução da pegada ambiental do comércio de vinho, uma prioridade crescente tanto para o comércio como para os consumidores a nível mundial.

A taxa de crescimento das *screwcaps* continuou a revelar a falta de robustez observada há vários anos. Este cenário é sustentado por estudos de mercado publicados por várias empresas internacionais nos últimos anos, que reforçam o papel desempenhado pelas rolhas de cortiça no crescimento e na rentabilidade das marcas que utilizam rolhas de cortiça nos maiores mercados de vinho do mundo.

Nos Estados Unidos, 72% das 100 principais marcas *premium* são seladas com cortiça (Nielsen USA, junho de 2017), e 97% dos consumidores afirmam que a cortiça é um indicador de vinho de alta qualidade (Wine Opinions, julho de 2017). Os consumidores de vinhos dos Estados Unidos estão dispostos a pagar um prémio de 3,87 dólares por um vinho selado com cortiça. As vendas de vinhos selados com rolha de cortiça aumentaram 43% entre 2010-2017, enquanto as vendas de vinhos que apresentam outro tipo de vedantes registaram crescimento de 16% (Nielsen USA, junho de 2017).

No Reino Unido, as pesquisas realizadas pela Nielsen UK (outubro de 2017) analisaram as principais 1500 marcas de vinhos e concluíram que as garrafas de vinho seladas com cortiça natural se vendiam, em média, com um prémio de 1,52 libras/garrafa face aos vinhos selados com *screwcap*. No caso dos vinhos tintos, uma garrafa selada com uma rolha natural pode ser vendida por um preço médio de 7,15 libras, em comparação com 5,26 libras para uma garrafa com *screwcap* — um preço superior a 36%. Os vinhos rolhados com cortiça gozam de um forte crescimento anual (+6,1%) ainda mais expressivo nos vinhos tintos (+11,3%). Pesquisas realizadas pela CGA (outubro de 2017) nas 30 maiores marcas de vinhos do Reino Unido revelaram 17% de crescimento anual para vinhos selados com cortiça, comparado com +9% com vedantes artificiais; os dados mostraram que o preço dos vinhos com cortiça aumentou em mais de 11% desde 2015, em comparação com +6% para os vinhos com vedantes artificiais. O volume de vinhos selados com cortiça aumentou 48% desde 2015, em comparação com apenas 10% para o volume dos vinhos selados com vedantes artificiais.

Esta clara preferência pela cortiça não se observa apenas nos Estados Unidos e no Reino Unido, estando também espelhada noutros importantes mercados de vinho, como a China, França, Itália e Espanha. Durante 2021, a APCOR irá lançar uma nova campanha internacional de promoção da cortiça centrada nos mercados dos Estados Unidos, França, Itália e China, sendo esperado que produza estudos atualizados sobre estas tendências. Além disso, esta nova ronda de promoção multimercados deverá posicionar firmemente as exportações de cortiça do setor acima da marca de mil milhões de euros, após as dificuldades de 2019.

As cápsulas de rosca continuam a ser condicionadas por fatores como o fenómeno de redução do vinho ou a perceção de gama baixa pelo mercado. No entanto, durante 2020, outro aspeto adquiriu importância: o facto de as *screwcaps* serem percecionadas, essencialmente, como rolhas de plástico de utilização única. Uma vez que o revestimento da cápsula de rosca é o verdadeiro vedante e o seu plástico só pode ser utilizado uma vez, o movimento de resistência mundial contra os plásticos de utilização única poderá acabar por ter repercussões neste tipo de vedantes.

IV. Surgimento de novos materiais – A Corticeira Amorim acompanha o desenvolvimento técnico dos materiais concorrentes, no que respeita ao cumprimento de certificações, requisitos, formatos, competitividade pelo preço e pela *performance*, só possível na cortiça através do desenvolvimento de:

- Novas soluções e compósitos que tenham na cortiça fator primordial de diferenciação, mas que permitam ultrapassar barreiras tecnológicas ou alavancar atributos do material base;
- Novas tecnologias: capazes de produzir os materiais compósitos com cortiça a partir de Matérias-primas *prime* ou recicladas e em formatos exigidos pelo mercado, tanto para o consumo final, como para processos industriais.

A Corticeira Amorim está convicta de que a valorização da cortiça e o reconhecimento das suas propriedades técnicas e ambientais permitirão a sua contínua e progressiva afirmação global, devendo, neste capítulo, continuar a desenvolver também a comunicação destas mais-valias da cortiça, tendo em curso estratégias concertadas de longo prazo, que permitirão concretizar esta visão:

- Programa de economia circular, pretendendo recolher e reutilizar subprodutos industriais;
- Programa de I&D Flooring, combinando tecnologia, formatos e formas de instalação, com base em novos compósitos a partir de matérias-primas sustentáveis;
- Programa de desenvolvimento tecnológico, recorrendo a novas tecnologias, desenvolver conhecimento e novos compósitos a partir de matérias-primas *prime* (UN Aglomerados Compósitos);
- Parcerias e *joint ventures*: com várias entidades que permitam alavancar e acelerar crescimento dos programas anteriores, tanto numa ótica de conhecimento para produção como na validação pelo mercado (UN Aglomerados Compósitos).

A atividade da Corticeira Amorim está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. Nos termos da alínea e) do número 5 do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, os objetivos e as políticas da Sociedade em matéria de gestão destes riscos, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transações previstas para as quais é utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa encontram-se devidamente expostos na Nota “Gestão do Risco Financeiro” incluída nas Notas às Contas Consolidadas.

15. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

Não se registaram quaisquer operações com ações próprias pelo que, no final do exercício em apreço, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias.

16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2020, no valor de € 36 176 565,39 (trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos), o Conselho de Administração da Corticeira Amorim propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 36 176 565,39 (trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Dividendos: € 24 605 000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: € 11 571 565,39 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos).

17. AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO

O Conselho de Administração, no âmbito da avaliação anual de desempenho do *governance* da Sociedade, reconhece e realça a atuação profissional, diligente, criteriosa e proativa de todos os membros do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, da sua Comissão Executiva e dos seus Membros Não Executivos, em prol de:

- Definição, implementação e cumprimento da estratégia da Sociedade, garantindo elevados níveis de desempenho a curto, médio e longo prazo;
- Definição, implementação e monitorização da estratégia das políticas e práticas de gestão de risco que permitem antecipar, prevenir e mitigar os riscos;
- Relacionamento próximo e colaborante quer entre os vários membros que ocupam os referidos cargos, quer entre os demais órgãos e áreas funcionais da Sociedade;
- Desenvolvimento sustentável da Sociedade e da criação de valor para os seus *stakeholders*.

Esta atuação profissional, comprometida e diligente vem garantindo o bom desempenho da Sociedade e, é convicção do Conselho de Administração, continuará a fomentar um desempenho adequado a longo prazo, daí advindo um relevante contributo para os *stakeholders* e comunidade em geral, conforme mensurado e reportado na secção 5.3. Desempenho Económico do Relatório de Sustentabilidade.

18. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

No contexto da pandemia por COVID-19, as prioridades essenciais da Corticeira Amorim mantiveram-se inalteradas desde o primeiro momento: a proteção da saúde e segurança dos Colaboradores e a determinação de continuar a servir os clientes. Foram adotadas as práticas mais seguras, baseadas num rigoroso Plano de Contingência implementado em todas as unidades industriais e na sua extensa rede de distribuição. Este plano incluiu um conjunto de medidas de largo espectro, fundamentais para assegurar o bem-estar permanente dos mais de 4300 funcionários em todo o mundo, a laboração das diversas unidades industriais em segurança e a continuidade dos negócios.

Em 2021 o grau de incerteza ainda é elevado, a evolução e a extensão do processo de vacinação em curso, a eficácia da vacina, contrabalançadas pela eventual necessidade de implementação de medidas de contenção adicionais, determinarão os efeitos sobre a economia global e padrões de consumo e, conseqüentemente, sobre a atividade da Corticeira Amorim.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

20. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- Aos acionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- Às Instituições de crédito, pela importante colaboração prestada; e
- Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.

A todos os colaboradores, cujo profissionalismo, disponibilidade e empenho contribuem para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes expressamos o nosso apreço.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Desde 1999, data em que a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) publicou as primeiras recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários, a Corticeira Amorim vem analisando o seu governo societário, comparando—o quer, por um lado, com o que se consideram as melhores práticas, quer, por outro lado, com as circunstâncias da sua atividade e os desafios a que tem de dar resposta. Nessa sequência, vem implementando um conjunto de medidas que, globalmente, têm tido como principais objetivos reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação dos acionistas na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para o acionista.

O presente documento descreve as políticas e as práticas em matéria de governo societário adotadas pela Sociedade, fornecendo ainda uma avaliação qualitativa das mesmas por comparação com as boas práticas elencadas no Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

No ponto 8. deste relatório, inclui-se também a informação prevista no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, na alínea r), n.º 1 do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários (diversidade nos órgãos de administração e de fiscalização) e no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto (representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização).

A Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) n.º 2017/828, relativa a direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, implicou a revogação da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que anteriormente regulava o dever de apresentação de uma política de remuneração e, simultaneamente, a introdução no Código dos Valores Mobiliários de regras relativas i) à aprovação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização dos emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado e ii) ao relatório sobre remunerações. Tendo em conta que a aprovação e deliberação sobre a política de remunerações, nos termos previstos na referida Lei n.º 50/2020, ocorrerão em 2021 e, conseqüentemente, o relatório sobre remunerações será apresentado em 2022, para melhor compreensão das políticas e práticas remuneratórias praticadas pela Sociedade no ano em apreço, mantém-se a informação anteriormente exigida pelo n.º 3 da Lei n.º 28/2009, de 19 de julho (Política de Remunerações).

PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (artigo 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	67 830 000	51,000%	51,000%
Great Prime, S.A. – em Liquidação	13 725 157	10,320%	10,320%
Amorim, Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	13 414 387	10,086%	10,086%
<i>Freefloat*</i>	38 030 456	28,194%	28,594%
Total	133 000 000	100,000%	100,000%

* inclui 3 045 823 ações (2,29%) detidas pelos fundos sob gestão do Santander Asset Management, S.A., S.G.I.I.C. (comunicação recebida pela Sociedade em 6 de junho de 2019)

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (artigo 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (artigo 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A 31 de dezembro de 2019, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias nem efetuou quaisquer transações ao longo de 2020, pelo que a 31 de dezembro de 2020 a Sociedade não detinha ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (artigo 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A Sociedade não celebrou quaisquer acordos nos termos descritos neste parágrafo, exceto as normais cláusulas de *change of ownership* incluídas em alguns contratos de financiamento celebrados no âmbito do decurso do normal financiamento das operações e que, caso a caso, foram analisadas e a sua contratualização considerada adequada ao interesse da Sociedade.

A 31 de dezembro de 2020 existiam cláusulas de manutenção de controlo acionista da Corticeira Amorim em contratos cujos financiamentos perfaziam 65 milhões de euros (31-12-2019: sessenta milhões de euros). Em caso de alteração do controlo acionista, os contratos preveem a possibilidade – mas não a obrigação – de ser solicitado o reembolso antecipado dos montantes utilizados. Acresce que a Sociedade detém reservas de liquidez significativas, como se detalha nas Notas às contas consolidadas – Nota 22.; concretamente, a 31-12-2020 existiam 260,9 milhões de euros de linhas de crédito contratualizadas e não utilizadas (31-12-2019: 188 milhões de euros).

Esta circunstância não se afigura suscetível de prejudicar a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos membros do Conselho de Administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Os Estatutos da Sociedade não contemplam medidas deste tipo e, tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer outras disposições e/ou medidas com idêntico objetivo.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (artigo 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer acordos parassociais que possam conduzir às mencionadas restrições.

II. Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (artigo 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e artigo 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Acionista Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. (a)	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) As ações com direito de voto na Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. são integralmente detidos por três sociedades, a Amorim Holding Financeira, S.G.P.S., S.A. (11,392%), a Amorim Holding II, S.G.P.S., S.A. (38,608%) e a Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na Sociedade, terminando nesta, a cadeia de imputação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários. O capital social e os direitos de voto das três sociedades referidas, por seu turno, são detidos, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoeuro S.G.P.S., S.A. e da Oil Investment, B.V.) pela Sra. D. Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim e filhas, e, no caso da terceira, pelo Sr. António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

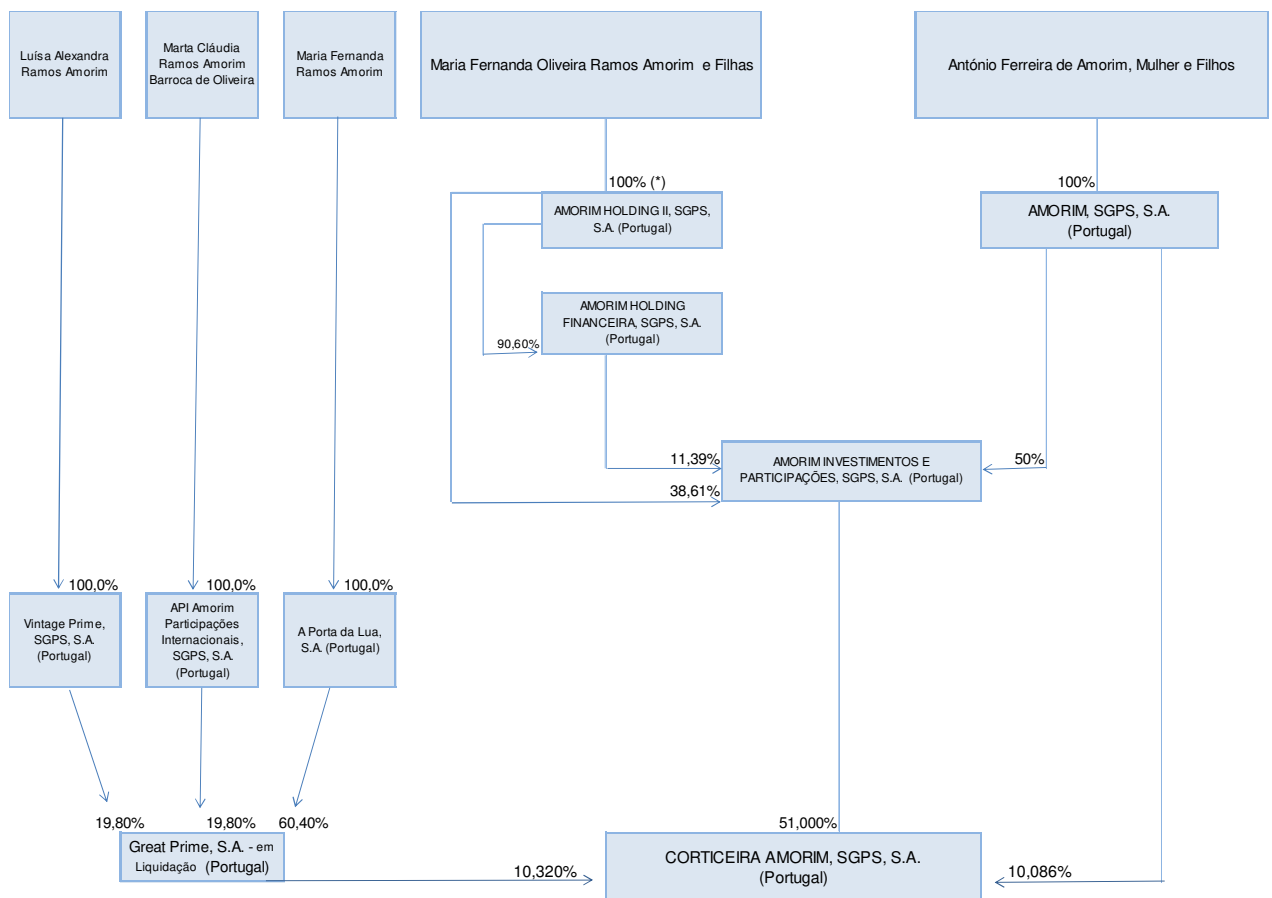
Acionista Great Prime S.A. – em Liquidação (b)	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 725 157	10,320%
Total imputável	13 725 157	10,320%

Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	–	–
Através da acionista Great Prime, S.A. – em Liquidação (b)	13 725 157	10,320%
Total imputável	13 725 157	10,320%

(b) O capital social da Great Prime, S.A. – em Liquidação é integralmente detido por três Sociedades Holding: API Amorim Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A. (19,80%), Vintage Prime, S.G.P.S., S.A. (19,80%) e A Porta da Lua, S.A. S.A. (60,40%), esta última detida integralmente por Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim.

Acionista Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (c)	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(c) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido pelo Sr. António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da Sociedade.



(*) Detidos direta e indiretamente através das sociedades Imoeuro, S.G.P.S., S.A. e Oil Investments, B.V.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

a) Ações da Corticeira Amorim detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros do Conselho de Administração e pelos membros do Conselho de Fiscalização da Sociedade:

- i. Durante o exercício de 2020 os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2020, não detinham ações da Corticeira Amorim.

b) Ações da Corticeira Amorim transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização:

- i. Durante o exercício de 2020 não houve transações nos termos previstos nesta nota.

c) Outras alterações de titularidade direta de ações da Corticeira Amorim em sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou de fiscalização:

- i. Durante o exercício de 2020 não houve alterações de titularidade nos termos previstos nesta nota.

d) Ações da Corticeira Amorim detidas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização:

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. é titular de 67 830 000 ações representativas de 51% do capital social e direitos de voto da Corticeira Amorim. António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luisa Alexandra Ramos Amorim (Vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, Vogal, Vogal, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.
- ii. A sociedade Great Prime, S.A. – em Liquidação, na qual Luisa Alexandra Ramos de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de Liquidatária, é titular de 13 725 157 ações representativas de 10,320% do capital social, às quais correspondem 10,320% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
- iii. A sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é titular de 13 414 387 ações representativas de 10,086% do capital social e dos direitos de voto da Corticeira Amorim. António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista (respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) exercem o cargo de administradores da Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2020, referida nos pontos i., ii. e iii. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

e) Transações de dirigentes:

Conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que, no ano 2020, não foram realizadas transações de ações da Corticeira Amorim por entidades relacionadas com os seus dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a Corticeira Amorim, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

f) Relação dos acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

- I. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. é titular de 67 830 000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- II. A sociedade Great Prime, S.A. – em Liquidação é titular de 13 725 157 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,320% do capital social e a 10,320% dos direitos de voto;
- III. A sociedade Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é titular de 13 414 387 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto.

A titularidade referida nos pontos i., ii. e iii. registava-se a 31 de dezembro de 2020, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (artigo 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim o controlo efetivo e a orientação da atividade da Sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões de natureza estratégica (definição da estratégia e das principais políticas; organização e coordenação da estrutura empresarial; matérias de especial

relevância que, pelo seu montante, risco, *timing* ou características especiais, são estratégicas para a Sociedade, sendo também o órgão onde é realizado o acompanhamento dos aspetos mais importantes e relevantes da atividade, incluindo as matérias relevantes decididas, ou simplesmente analisadas, em sede de Comissão Executiva, assim se garantindo que a totalidade dos membros do Conselho de Administração tem efetiva capacidade de conhecer as medidas adotadas na sequência de decisões tomadas por este Conselho, bem como acompanhar a respetiva operacionalização e resultados.

Tal como preconiza o Código das Sociedades Comerciais, compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinarem. No âmbito da sua competência de direção, define e assegura a implementação de mecanismos que, por sua vez, asseguram que todo o Grupo Corticeira Amorim atua de forma consentânea com os seus objetivos, executando os planos estratégicos e as políticas aprovadas em Conselho de Administração.

Dessas competências constam, entre outras:

- a) Escolha do seu Presidente;
- b) Cooptação de Administradores;
- c) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) Elaboração dos relatórios e contas anuais;
- e) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da empresa;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Mudança de sede;
- k) Projetos de fusão, de cisão e de transformação de Sociedade;
- l) Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira deliberação do Conselho de Administração.

Os Estatutos da Sociedade¹ atribuem ao Conselho de Administração as seguintes competências: o exercício de todos os poderes de direção, gestão, administração e representação da Sociedade; transferir a sede da Sociedade para qualquer outro local permitido por lei; criar, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas locais de representação da Sociedade; adquirir, alienar e onerar, por qualquer forma, ações e títulos de dívida próprios da Sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que forem julgadas convenientes; adquirir, alienar, permutar e locar bens imobiliários, por quaisquer atos ou contratos, bem como onerá-los, ainda que mediante a constituição de garantias reais; exercer e promover o exercício dos direitos da Sociedade nas sociedades em que participe; adquirir, alienar, permutar, locar e onerar por qualquer forma bens mobiliários; negociar com instituições de crédito operações de financiamento; movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, aceitar, subscrever e endossar cheques, letras, livranças, extratos de fatura

¹ Os Estatutos da Sociedade preveem que, por resolução tomada por unanimidade dos membros integrantes deste órgão, o Conselho de Administração possa deliberar sobre aumentos de capital, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 milhões de euros, competindo-lhe ainda deliberar sobre os respetivos termos, condições, forma e prazos de subscrição e realização. No entanto, tal faculdade, nos termos da lei geral, não se encontra atualmente em vigor:

- A última atribuição de poderes ao Conselho de Administração foi dada pela Assembleia Geral de 2 de outubro de 2000, com a deliberação de alteração do artigo 8º, n.º 1, do Pacto Social e a consequente escritura pública de 16 de outubro de 2000; o artigo 8º, n.º 1 do Pacto Social não indica o prazo para o exercício dos poderes;
- O artigo 456º, n.º 1, b) do Código das Sociedades Comerciais refere que o Pacto Social deve fixar o prazo, não excedente a cinco anos, durante o qual os poderes podem ser exercidos, sendo que, na falta de indicação, o prazo é de cinco anos; o n.º 4 do mesmo artigo 456º refere que a Assembleia Geral, deliberando com a maioria exigida para a alteração do Pacto Social, pode renovar os poderes ao Conselho de Administração;
- Não foram renovados esses poderes após outubro de 2005.

Informação adicional: não foram emitidos aumentos de capital ao abrigo dos poderes atribuídos ao Conselho de Administração em outubro de 2000.

e outros títulos de crédito; confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações, bem como comprometer-se em árbitros; desempenhar as demais funções previstas neste contrato e na lei.

O Conselho de Administração pode delegar competências² nos seguintes termos:

- Num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, fixando-lhe os limites da delegação e/ou encarregar algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias da administração – neste âmbito são indelegáveis as matérias descritas nas alíneas a) a k);
- Em qualquer dos seus elementos ou numa Comissão Executiva a execução das decisões do próprio Conselho; a gestão corrente da Sociedade e a competência para determinadas matérias de administração; definir o regime de funcionamento da Comissão Executiva – neste âmbito são indelegáveis as matérias descritas nas alíneas a), b), c), d), f), j) e k);

O Conselho de Administração não delega poderes no que respeita à definição da estratégia e das principais políticas da Sociedade; à organização e coordenação da estrutura empresarial; à decisão sobre matérias que, devido ao seu montante, risco, *timing* ou características/circunstâncias especiais, são consideradas estratégicas.

No que concerne especificamente a operações de aumento de capital, o Conselho de Administração pode, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, por resolução tomada por unanimidade dos seus membros, decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 milhões de euros, competindo-lhe fixar os respetivos termos e condições, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização.

No exercício em apreço, o Conselho de Administração não deliberou qualquer aumento de capital da Sociedade.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

A Sociedade não realizou qualquer negócio ou operação com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários fora das condições normais de mercado, enquadrando-se tais negócios na atividade corrente das partes contratantes. Os procedimentos aplicáveis a estas transações estão descritos nos pontos 89. a 91 deste relatório.

² Relativamente ao mandato em curso (2020–2022), o Conselho de Administração deliberou delegar competências numa Comissão Executiva nos seguintes termos:

Poderes delegados na Comissão Executiva: a execução das decisões do próprio Conselho e a gestão corrente da Sociedade, e através da emissão de instruções vinculativas, a gestão corrente das sociedades direta e indiretamente dominadas pela Sociedade, fixando-se os limites da delegação nos termos infra:

Não são objeto de delegação na comissão executiva os seguintes poderes: escolha do presidente da comissão executiva; cooptação de administradores; pedido de convocação de assembleias gerais da Sociedade; aprovação de relatórios de gestão e contas anuais; prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade; mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos no contrato de sociedade; projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;

Para os efeitos da presente delegação, não são considerados poderes de gestão corrente da Sociedade, não sendo assim delegados na comissão executiva, os seguintes: aprovação de investimentos/desinvestimentos da Sociedade e das sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade de montante superior a € 1 500 000,00 (um milhão e quinhentos mil euros); aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade e das sociedades dominadas direta ou indiretamente pela Sociedade de montante superior a € 500 000,00 (quinhentos mil euros); constituição ou participação, nomeadamente através da aquisição direta ou indireta de participações, em sociedades de montante superior a € 500 000,00 (quinhentos mil euros); **aprovação e modificação dos planos estratégicos e metas anuais da Sociedade e do Grupo;** transações da Sociedade, ou das sociedades direta ou indiretamente dominadas pela Sociedade, com entidades relacionadas ou com quaisquer acionistas da Sociedade de montante superior a € 1 500 000,00 (um milhão e quinhentos mil euros); definição ou modificação da estrutura organizacional da Sociedade e do Grupo; emissão de obrigações ou outros instrumentos de dívida da Sociedade de montante superior a € 5 000 000,00 (cinco milhões de euros); alterações aos estatutos das sociedades dominadas pela Sociedade; projetos de cisão, fusão, dissolução de quaisquer sociedades dominadas pela sociedade; celebração pelas sociedades dominadas pela sociedade, de contratos de subordinação e contratos de grupo paritário; proposta e exercício do direito de voto pela Sociedade quanto à aplicação de resultados/distribuição de dividendos pelas sociedades detidas diretamente pela Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A Corticeira Amorim é a *holding* de um grupo económico com sede em Portugal, solidamente implantado internacionalmente, através de sociedades subsidiárias, participadas e *joint ventures*. O vastíssimo portefólio de produtos e soluções que continuamente desenvolve responde a mercados e consumidores diversos.

Respondendo aos desafios que decorrem deste enquadramento, o governo da Corticeira Amorim preconiza uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e, conseqüentemente, permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para o seu desenvolvimento sustentável e criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece, pois, a necessidade de promover continuamente a diversidade nos seus órgãos sociais e demais dirigentes, em particular no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- Habilitações académicas adequadas e experiência profissional relevante para o exercício do cargo societário específico e que, no conjunto do respetivo órgão social, permitam reunir as competências necessárias ao cabal desempenho das funções desse mesmo órgão;
- Inclusão de membros de faixas etárias diferentes, combinando o saber e a experiência de membros mais seniores com a inovação e a criatividade de membros mais jovens, por forma a permitir ao respetivo órgão orientar-se para uma visão inovadora do negócio e uma gestão prudente dos riscos;
- Promoção da diversidade de género e, conseqüentemente, um adequado balanceamento de sensibilidades e de estilo de tomada de decisão dentro do respetivo órgão.

No que concerne ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, verifica-se a observância da política tal como evidenciado nos pontos 19. (Conselho de Administração) e 33. (Conselho Fiscal) deste relatório. Em particular, destaca-se que, nos dois casos, o órgão integra 33,3% de pessoas do género sub-representado, sendo que, no primeiro caso, esse género é o feminino e, no segundo, o masculino.

Conforme detalhado no ponto 15. deste relatório, a Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral³ é constituída por um Presidente e um Secretário, cargos ocupados por:

Presidente: Paulo de Tarso da Cruz Domingues

Secretário: Rui Paulo Cardinal Carvalho

Início do primeiro mandato: 26 de junho de 2020

³ Até 26 de junho de 2020 (inclusive), a Mesa da Assembleia Geral era constituída por Augusto Fernando Correia de Aguiar-Branco (Presidente) e Rita Jorge Rocha e Silva (Secretária), que exerciam funções desde 24 de maio de 2014, concluíram o seu terceiro mandato em 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes nos membros da Mesa da Assembleia Geral:

Paulo de Tarso da Cruz Domingues (Presidente):

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Porto), em 1987; mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de Ciências Jurídico–Empresariais, com a tese *Do Capital Social – Noção, Princípios e Funções*, em 1997; doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Ciências Jurídico–Civilísticas (na área de Direito Comercial), com a tese *Variações sobre o Capital Social*, em 2009.

Professor associado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde leciona a disciplina de Direito Comercial, desde 1998; diretor e presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desde fevereiro de 2019.

Professor convidado/visitante em diversas universidades portuguesas e estrangeiras.

Participação em diversas palestras, conferências, seminários, cursos de pós-graduação e cursos de mestrado, essencialmente na área do Direito das Sociedades.

Orientação e arguição de diversas teses de mestrado e doutoramento, em diferentes faculdades.

Presidente da Associação Direito das Sociedades em Revista.

Membro do IDET – Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Membro do CIJE – Centro de Investigação Jurídico Económica, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; membro da comissão de redação da revista *Direito das Sociedades em Revista*; membro da comissão de redação da revista *RED – Revista Eletrónica de Direito*; membro do conselho editorial da Revista *Ab Instantia*, da responsabilidade do IAB – Instituto do Conhecimento da Abreu Advogados e editada pela Almedina; membro do conselho editorial da RJLB – Revista Jurídica Luso–Brasileira; membro da APA – Associação Portuguesa de Arbitragem.

Tem mais de 80 publicações e artigos, especialmente sobre direito societário, destacando-se, entre outros, a sua colaboração no manual *Estudos de direito das sociedades*, de autores vários (coordenação de Coutinho de Abreu^{13.ª} edição, Almedina, Coimbra, 2017), e no *Código das Sociedades em Comentário* (vols. I – VII, Almedina, 2010–2017).

Árbitro e jurisconsulto.

Atualmente, é também Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades: Abreu & Associados – Sociedade de Advogados, RL e Coimbra Aparthotel, S.A.

Género: Masculino | Idade: 56

Rui Paulo Cardinal Carvalho (Secretário):

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É advogado associado na Abreu Advogados desde 2019. Participa, como secretário, em diversos processos arbitrais.

Género: Masculino | Idade: 27

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Artigo 245.º–A, n.º 1, al. f).

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados. Os Estatutos não preveem mecanismos que visem provocar um desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

A cada ação corresponde um voto.

O bloqueio de ações para participação na Assembleia Geral tem de ser efetuado com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a respetiva reunião. A mesma regra se aplica quando uma Assembleia Geral é retomada em data posterior, no caso de ocorrer a suspensão da sessão inicial da Assembleia Geral.

Os Estatutos da Sociedade consagram a possibilidade de emissão de voto por correspondência, rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral. A receção da declaração de voto deve ocorrer até às 18 horas do terceiro dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral. Os votos transmitidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos desde que se encontrem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo. O voto transmitido por meios eletrónicos deve ser rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral, ficando este último sujeito à verificação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à convocação da Assembleia Geral, da existência de meios técnicos e de comunicação que garantam a segurança e fiabilidade do voto emitido. Caso o Presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório – o que não se verificou durante o ano 2020. Os votos transmitidos por meios eletrónicos valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência ou por meio eletrónico.

Em 2020, tendo em conta a crise sanitária vivida em todo o mundo, a Corticeira Amorim implementou um conjunto alargado de medidas para proteger e salvaguardar a saúde e bem-estar dos seus *stakeholders*, incluindo dos seus acionistas e membros dos órgãos sociais. Assim, acompanhando também as recomendações da CMVM, a Corticeira Amorim decidiu, dado não existir qualquer disposição estatutária que o proíba, que a Assembleia Geral de acionistas, realizada em 26 de junho de 2020, seria realizada exclusivamente por meios telemáticos, nos termos do preceituado no artigo 377.º, n.º 6, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e que o direito de voto seria exercido por correspondência eletrónica prévia, nos termos do artigo 384.º, n.ºs 8 e 9 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários.

A Corticeira Amorim disponibiliza aos acionistas, na sua sede social (Rua Comendador Américo Ferreira Amorim, n.º 380 – 4535–186 Mozelos) e no sítio de Internet (www.corticeiraamorim.com), um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. A solicitação do acionista, a Sociedade poderá ainda facultar tal documento por *e-mail*.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º.

Os Estatutos não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, individualmente ou em concertação com outros acionistas.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os Estatutos da Sociedade consagram requisitos específicos relativamente a quóruns constitutivos/deliberativos para as seguintes situações:

- a) Iguais aos da lei geral:
 - Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais – a destituição não produzirá os seus efeitos caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social;
- b) Superiores aos da lei geral:
 - Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital – necessidade da presença na Assembleia Geral de acionistas que representem, pelo menos, 50% do capital social realizado;

- Exercício do direito de voto – a necessidade de possuir pelo menos uma ação com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a Assembleia Geral;
- Para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de acionistas possa deliberar – a necessidade da presença de acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião;
- Alteração da composição do Conselho de Administração – a necessidade de deliberação por maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social;
- Dissolução da Sociedade – a necessidade de deliberação de acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, 85% do capital social realizado.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

Considera o Conselho de Administração que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência amplos. Acresce que, sendo esta função atribuída a um órgão autónomo – o Conselho Fiscal –, tal propicia um eficiente modelo de governo que divide claramente as competências dos diferentes órgãos, evitando a atribuição da função fiscalizadora a um conjunto de membros do Conselho de Administração que é, por lei, um órgão colegial.

É, pois, convicção do Conselho de Administração de que, ponderando a situação específica da Corticeira Amorim, o modelo de governo adotado é adequado, na medida em que:

- Consubstancia uma estrutura de regras societárias e de boas práticas, propiciadoras, respetivamente, de maior transparência e de elevados níveis de profissionalismo e competência;
- Garante o alinhamento de interesses de toda a Organização, nomeadamente entre acionistas, membros dos órgãos sociais, dirigentes e demais colaboradores da Sociedade;
- Incentiva a participação dos acionistas na vida da Sociedade;
- Fomenta a eficiência e a competitividade da Corticeira Amorim.

A Corticeira Amorim promove a reflexão interna sobre as estruturas e práticas de governo societário adotadas, comparando o seu grau de eficiência com eventuais mais-valias de implementação de outras práticas e/ou medidas preconizadas quer pelo Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), que toma por referência, quer por outros organismos.

Em sede de Comissão Executiva, este é um tema analisado juntamente com as questões do desenvolvimento orgânico da Corticeira Amorim. A reflexão sobre a estrutura societária propriamente dita é realizada quer em Comissão Executiva, quer em Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (artigo 245.º–A, n.º 1, al. h).

As regras aplicáveis à **designação e substituição** dos membros do órgão de administração são as previstas na Lei com as seguintes especificidades previstas nos Estatutos da Sociedade:

A eleição é realizada em listas, com especificação do cargo que competir a cada membro, sendo a votação feita em duas fases:

Primeira: procede-se à eleição isolada de um Administrador entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas que reúnam entre 10% e 20% do capital social. Cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, não podendo o mesmo acionista subscrever mais de uma das listas. Se, nesta eleição isolada, forem apresentadas listas por

mais de um grupo de acionistas, a votação incidirá primeiro sobre o conjunto das listas, e, depois, sobre as pessoas indicadas na lista vencedora. As listas podem ser apresentadas até ao início da discussão, na Assembleia Geral, do ponto da ordem de trabalhos relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração;

Segunda: a Assembleia Geral procede à eleição dos demais administradores, podendo participar na respetiva deliberação todos os acionistas presentes, tenham ou não subscrito ou votado qualquer das listas da primeira fase. A Assembleia Geral não pode proceder à eleição dos restantes administradores enquanto não tiver sido eleita uma das pessoas propostas nas listas da primeira fase, salvo se não tiver sido proposta qualquer lista.

O mandato dos membros do Conselho de Administração dura por três anos civis. Findo o mandato, os acionistas procedem obrigatoriamente à eleição dos membros do Conselho de Administração, que podem ser reeleitos uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.

Faltando definitivamente um administrador, e não havendo suplentes, deve proceder-se à sua substituição por cooptação, salvo se os administradores em exercício não forem em número suficiente para o conselho poder funcionar. Não havendo cooptação dentro de 60 dias a contar da falta, o conselho fiscal designa o substituto. A cooptação e a designação pelo conselho fiscal devem ser submetidas a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

Faltando administrador eleito ao abrigo das regras especiais da primeira fase, e não havendo suplente respetivo, procede-se a nova eleição, à qual se aplicam, com as necessárias adaptações, as regras especiais da primeira fase.

A designação e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal tem, também, em conta a Política de Promoção da Diversidade dos Órgãos Sociais da Sociedade transcrita no comentário à Recomendação I.2.1. deste relatório visando os objetivos aí referidos. A efetiva diversidade na sua composição (de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais) encontra-se detalhada no Ponto 19. deste relatório.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, a administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um presidente, um vice-presidente e um a nove vogais. No mandato em curso (2020–2022), o Conselho de Administração é composto por um presidente, um vice-presidente e quatro Vogais, todos efetivos.

A duração estatutária do mandato do Conselho de Administração é de três anos civis.⁴

Composição do Conselho de Administração (seis membros efetivos):

Presidente: António Rios de Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 29 de março de 1990

⁴ A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos Administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.

Data da primeira designação para Presidente do Conselho de Administração: 31 de março de 2001
Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003
Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 31 de julho de 2009
Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012
Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Luisa Alexandra Ramos Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003
Foi eleita para Vogal do Conselho de Administração na Assembleia Geral de acionistas realizada em 4 de abril de 2013
Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012
Data do termo do mandato em curso (2020–2022): 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

Considerando a composição do **Conselho de Administração** da Corticeira Amorim referida no ponto anterior (seis membros efetivos), este órgão delegou a administração executiva numa Comissão Executiva composto por três membros, ou seja, em número igual ao dos administradores não executivos:

Membros executivos:

Presidente: António Rios de Amorim
Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Membros não executivos:

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal: Luisa Alexandra Ramos Amorim
Vogal: Juan Ginesta Viñas

Considera o Conselho de Administração que a referida delegação de poderes preconiza o interesse da Sociedade, nomeadamente a agilidade na sua tomada de decisão, mantendo um número de membros não executivos que considera adequado às funções que exercem e à dimensão da Sociedade. Nenhum dos membros não executivos é independente.

A dimensão, as competências reunidas e a diversidade na composição do Conselho de Administração, conjugadas com a disponibilidade de todos os membros, que se reflete também na assiduidade (pontos 23. e 29.), são adequadas à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando o exercício cabal, eficiente e diligente das funções que estão acometidas a este órgão e a cada um dos seus membros, sejam executivos ou não executivos.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

António Rios de Amorim (Presidente):

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Corticeira Amorim desde março de 2001. *Degree of Commerce* pela Faculty of Commerce and Social Sciences da Universidade de Birmingham (1989) e, complementarmente, frequência do *Executive Program in Business Administration: Managing the Enterprise* da Columbia University Graduate School of Business (1992), do *Managerial Skills for International Business* do INSEAD (2001) e do *Executive Program in Strategy and Organization* da Graduate School of Business Stanford University (2007).

Foi Administrador Delegado da Amorim & Irmãos (1996–2001), Administrador da Sociedade Figueira Praia (1993–2006), responsável operacional da Amorim – Empreendimentos Imobiliários – promotora dos projetos Torres de Lisboa e Arrábida Shopping (1993–1995), Administrador Executivo da Amorim Hotéis, S.A., com responsabilidade no desenvolvimento das cadeias Ibis e Novotel em Portugal.

Foi associado da European Round Table of Industrialists – único grupo empresarial português a integrar esta associação (1991–1995). Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa da Cortiça (2002–2012) e da Confédération Européenne du Liège (desde 2003).

Em fevereiro de 2006, foi distinguido, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com a Comenda de Grande–Oficial da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial. Em 2018, foi distinguido pela EY como *Entrepreneur of the Year – Portugal*.

Integra órgãos consultivos de associações empresariais e de centros de saber: COTEC Portugal (conselho geral), ATEC – Associação de Formação para a Indústria (conselho consultivo), Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa (conselho consultivo), IB–S – Instituto de Ciência e Inovação para a Bio–Sustentabilidade da Universidade do Minho (conselho estratégico) e da Associação das Empresas Familiares (vice–presidente do conselho superior).

É, desde 2014, Cônsul Honorário da República da Bulgária em Santa Maria da Feira, com jurisdição nos distritos do Porto, Aveiro e Braga.

Género: Masculino | Idade: 53 anos

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice–Presidente):

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Tem experiência profissional na área dos seguros (Ocidental Seguros, 1993), de *assets investment* (Merril Lynch, 1995) e de banca privada (Banco Comercial Português, 1996), especializado em análise financeira e investimento privado.

Administrador não executivo da Corticeira Amorim, desde março de 2003 até setembro de 2005, passou a exercer funções executivas a partir desta data; atualmente é Vice–Presidente do Conselho de Administração.

É Administrador não executivo de diversas empresas do Grupo Amorim (a partir de 2000).

Foi administrador executivo da Barrancarnes (2000–2005).

É Cônsul Honorário da Noruega no Porto.

Género: Masculino | Idade: 50 anos

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (Vogal):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1983/1984).

Especialização profissional e formação complementar nas áreas de *Balance Scorecard*, Gestão Estratégica, Controlo de Gestão, Avaliação de *Performance* e Sistemas de Suporte à Decisão.

Em 1991 iniciou a sua atividade na Corticeira Amorim, desempenhando diversas funções em várias Sociedades do Grupo. Em 2002 assumiu o cargo de Diretor de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento e Controlo de Gestão da Corticeira Amorim. É, desde 2009, administrador da Corticeira Amorim.

Intervém regularmente como orador convidado nos cursos de especialização e pós–graduação em Controlo de Gestão do Overgest (ISCTE – Lisboa) e em sessões de apresentação a experiência da Corticeira Amorim na implementação do *Balanced Scorecard*.

Género: Masculino | Idade: 59 anos

Cristina Rios de Amorim Baptista (Vogal):

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 1991, tendo concluído o MBA em *International Banking and Finance* da Universidade de Birmingham (Reino Unido) em 1992. Em 2001 realizou uma pós-graduação em Gestão Internacional na Universidade Católica Portuguesa.

Iniciou a atividade profissional em 1992, exercendo funções em instituições internacionais como a S. G. Warburg España (*Corporate Finance*) em Madrid (1992), a N. M. Rothschild & Sons Limited (*Corporate Finance*) em Londres (1993), a Rothschild Asset Management Limited (Gestão de Ativos) em Londres (1993) e a Soserfin, S.A. (área de Direção de Estudos Económicos e de Research) em 1994.

Exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música (de 2006 a março de 2013) e da Fundação AEP (de 2009 a abril de 2013).

Integrou os quadros do Grupo Amorim em 1994, sendo atualmente Vice-Presidente e CFO do Grupo.

Em 1997 assumiu o cargo de Representante para as Relações com o Mercado (IRO) da Corticeira Amorim, S.G.P.S., SA. (cargo ocupado até final de 2017), tendo sido *Best Investor Relations Officer* nos IRG Awards 2016 (Deloitte). Em julho de 2012, assumiu o cargo de vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim.

Exerce, desde 2017 o cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A. Integra também a Comissão de Riscos do Banco (2017–2020: vogal; desde dezembro de 2020: presidente) e a Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações (desde dezembro de 2020: vogal).

É, desde 2014, membro do Conselho Geral da AEM – Associação das Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado; e, desde 2016, membro da Direção do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

Género: Feminino | Idade: 52 anos

Luisa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Licenciada em Marketing pelo ISAG e Hotelaria pela EHTE e EHTP, completando diversas áreas de formação em Hotelaria pelo Centre International de Glion, em *Marketing* pela UCI Communication – Estados Unidos e Gestão na EGP Porto. Administradora da Amorim – Investimentos e Participações (desde 2002), da Quinta Nova – Nossa Senhora do Carmo (desde 2006), da Amorim Negócios Internacionais (desde 2016) e, mais recentemente, da Taboadella (desde 2018). Foi diretora executiva da Natureza, S.G.P.S (2002–2006), diretora de *Marketing* da J. W. Burmester (2000–2002) e membro da Direção Hoteleira na Amorim Hotéis e Serviços e na Sociedade Figueira Praia (1996–1997), altura em que iniciou funções no Grupo Amorim. Desempenhou funções no âmbito de consultadoria de gestão na Deloitte & Touche, Porto (1998–2000).

Além da atividade empresarial é fundadora e presidente da Associação Bagos d’Ouro (desde 2010), membro da Direção da ACIBEV (desde 2020) e membro do Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa (desde 2018).

Exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração da Fundação Museu do Douro (2006–2011).

É Cônsul Honorária da Hungria no Porto.

Género: Feminino | Idade: 47 anos

Juan Ginesta Viñas (Vogal):

Contando com uma vasta e ampla experiência profissional na área empresarial, desempenhou funções relevantes nas sociedades International Harvester (diretor comercial), DEMAG EO (diretor comercial), Hunter Douglas (diretor geral e responsável pelas unidades industriais do Brasil, Argentina e Chile) e Terras Domenech (administrador delegado e presidente), entre outras. É administrador da sociedade Trefinos, SL desde 1996.

Género: Masculino | Idade: 79 anos

	António Rios de Amorim	Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira	Fernando José Araújo dos Santos Almeida	Cristina Rios de Amorim Baptista	Luisa Alexandra Ramos Amorim	Juan Ginesta Viñas	Pedro Jorge Ferreira de Magalhães
Cargo	Presidente	Vice-Presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Secretário da Sociedade
Executivo/Não Executivo	Executivo	Executivo	Executivo	Não Executivo	Não Executivo	Não Executivo	-
Género	Masculino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Economia/Finanças			x	x			
Gestão e Administração de Empresas	x	x	x	x	x	x	x
Comércio e Marketing	x				x	x	
Estratégia e Organização	x		x	x			
Gestão de Risco e Compliance			x	x			x
Gestão Financeira	x			x	x		
Direito Empresarial							x
TIC e Sistemas de Suporte à Decisão (incluindo Balance Scorecard e Controlo de Gestão)			x				
Recursos Humanos, Avaliação de Desempenho	x		x	x			x
Relações com Investidores	x		x	x			
Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x	x
Governance	x		x	x			x
Gestão do Montado /Capital Natural	x			x	x		
Cortiça	x	x	x	x	x	x	x
Vinho	x				x		
Leisure	x	x		x	x		
Imobiliária	x	x	x	x	x		
Seguros		x					
Banca e Gestão de Ativos		x		x			
Associativismo Empresarial	x			x			x
Organizações Científicas e Culturais	x			x			
ONG					x		x

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Sociedades detentoras ou às quais são imputáveis participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, cujo órgão de administração integra administradores em exercício da Corticeira Amorim:

- O Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. integra António Rios de Amorim, Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, Cristina Rios de Amorim Baptista e Luisa Alexandra Ramos Amorim;
- Luisa Alexandra Ramos Amorim é Liquidatária da sociedade Great Prime, S.A. – em Liquidação;
- O Conselho de Administração da Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. integra António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista.

Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim é mãe de Luisa Alexandra Ramos Amorim e sogra de Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira.

António Ferreira de Amorim é pai de António Rios de Amorim e de Cristina Rios de Amorim Baptista.

Não existem relações comerciais habituais e significativas entre os membros do Conselho de Administração e os acionistas a quem seja imputável participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem e atualmente encontram-se em exercício os seguintes órgãos:

Mesa da Assembleia Geral

Composição e mandato conforme descritos no ponto 11. deste relatório.

Compete ao presidente da mesa da Assembleia Geral:

- Convocar as reuniões de Assembleia Geral – preparando a convocatória e promovendo a sua publicitação;
- Receber requerimentos de inclusão de assuntos na ordem do dia e, no caso de os deferir, publicitar os assuntos incluídos na ordem do dia pela mesma forma usada para a convocação;

- No caso de assembleias gerais virtuais (ciber–assembleias, assembleias on–line e assembleias por teleconferência), assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações;
- Escolher o local de realização da Assembleia Geral dentro do território nacional, desde que as instalações da sede não permitam a reunião em condições satisfatórias;
- Presidir à Assembleia Geral, dirigir e orientar os trabalhos, nomeadamente, verificar as presenças e quórum, organizar a lista de presenças, declarar aberta a reunião, permitir, limitar ou recusar o uso da palavra, apresentar os votos por correspondência, apurar a totalidade dos votos e anunciar o resultado;
- Autorizar a presença na Assembleia Geral de terceiros estranhos à Sociedade, podendo a Assembleia revogar essa autorização;
- Suspender os trabalhos da Assembleia Geral, fixando logo o seu recomeço para data que não diste mais de 90 dias, não podendo a mesma sessão ser suspensa duas vezes;
- Encerrar a sessão, promover a redação da ata e assiná–la.

Compete ao secretário da Mesa da Assembleia Geral:

- Ajudar o presidente da mesa na condução dos trabalhos, nomeadamente, na verificação das presenças e quórum, e na organização da lista de presenças;
- Ler a ordem do dia constante da convocatória e os documentos remetidos à mesa durante a sessão;
- Tomar apontamentos para realização da ata;
- Proceder à contagem dos votos;
- Redigir a ata e assiná–la.

Conselho de Administração⁵

Composição e mandato conforme descrito no ponto 17. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 9. deste relatório.

Comissão Executiva

Composição e mandato conforme descrito no ponto 28. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 29. deste relatório.

Conselho Fiscal

Composição e mandato conforme descrito no ponto 31. deste relatório; competências conforme descrito nos pontos 37. e 38. deste relatório.

Revisor Oficial de Contas

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 39. deste relatório.

Comissão de Remunerações

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 67. deste relatório.

Estrutura de Gestão do Negócio

Tal como detalhadamente explicitado no ponto 9., compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando–se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinarem. Conforme previsto na lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente numa Comissão Executiva, conforme descrito nos pontos 28. e 29. deste relatório.

Os membros não executivos do Conselho de Administração participam assiduamente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberam e analisam a evolução de todas as matérias

⁵ Os Estatutos da Sociedade preveem a possibilidade de o Conselho de Administração ser assessorado por um a três conselheiros, a designar pelo mesmo, de entre pessoas de reconhecido mérito e experiência, com mandatos coincidentes com os dos administradores. Os conselheiros do Conselho de Administração exercem funções de aconselhamento do Conselho de Administração relativamente a todas as matérias abordadas nas respetivas reuniões, apesar de não terem direito de voto nas deliberações tomadas. O Conselho de Administração eleito em 26 de junho de 2020 para o mandato de 2020–2022 não designou conselheiros do Conselho de Administração.

indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade torna pertinente a sua inclusão na Agenda de Trabalhos do Conselho.

As reuniões são organizadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Jorge Ferreira de Magalhães, presente em todas as reuniões. Pedro Magalhães reúne um conjunto abrangente de qualificações académicas e profissionais⁶, nomeadamente nas áreas de *environmental, social and corporate governance* (ESG) e de *compliance*, que são uma mais-valia relevante no apoio à tomada de decisão do órgão de administração.

A organização administrativa das reuniões garante a todos os membros do Conselho – executivos e não executivos – uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração é acordado no início de cada exercício económico, de forma a que todos os seus membros possam estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer Administrador, incluindo os não executivos, tem oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Sempre que se analisam e ou/deliberam matérias em que um ou mais membros do Conselho de Administração tenham interesses particulares que possam conflitar com o interesse da Sociedade, o(s) membro(s) em conflito informam o Conselho dessa circunstância, prestando toda a informação necessária, mas abstendo-se de votar tais matérias.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva. A Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações solicitadas por outros membros dos órgãos sociais e que se afigurem necessárias no âmbito das competências respetivas.

No âmbito do desempenho das suas competências, o Conselho de Administração tem acesso tempestivo a toda a informação, documentos e colaboradores, quer da Sociedade quer das suas principais subsidiárias tendo em vista o acompanhamento dos negócios, a avaliação do desempenho e das perspetivas de desenvolvimento e o cabal esclarecimento de qualquer assunto que julgue pertinente.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos Estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conhecem e acompanham:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as Unidades de Negócio que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI);
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas Unidades de Negócio, sendo a Organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

⁶ Além de Secretário da Sociedade, Pedro Magalhães é o Diretor do Departamento Jurídico da Corticeira Amorim, responsável pela coordenação da área jurídica, advogado de empresa, assessor jurídico com a responsabilidade das várias Unidades de Negócio cortiça (Matérias-primas, Rolhas, Aglomerados Compósitos, Revestimentos e Isolamentos), bem como de áreas de suporte transversais: financeira, informática, comunicação, aprovisionamento (inclui energia, químicos e seguros) e transportes. Licenciado em Direito (1992, Universidade Católica Portuguesa), mestre em Direito – Ciências Jurídico-Privatísticas (2012, Faculdade de Direito da Universidade do Porto) e doutorado em Direito (2018, Faculdade de Direito da Universidade do Porto). Revisor externo da *RED – Revista Eletrónica de Direito* do C.I.J.E. – Centro de Investigação Jurídico-Económica da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. É autor do livro *Governo Societário e a Sustentabilidade da Empresa – Stakeholders Model versus Shareholders Model* (2019, Livraria Almedina). Incluído na Legal 500* s General Counsel Powerlit Iberia: Portugal Teams desde 2017. Associado do IPGC – Instituto Português de Corporate Governance, associado fundador da associação Casa Comum da Humanidade e da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco Unidades de Negócio

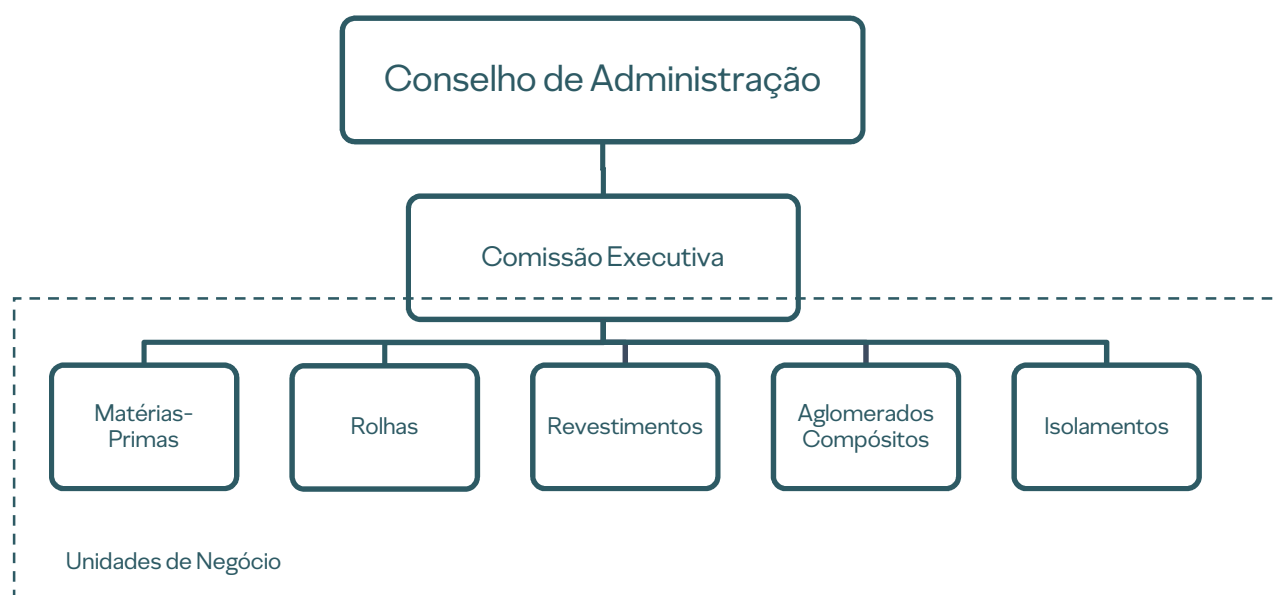
Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de *Holding* Estratégico–Operacional, as Unidades de Negócio são coordenadas pela Comissão Executiva da Corticeira Amorim.

Cada Unidade de Negócio dispõe de um Conselho de Administração próprio, composto por membros não executivos e por membros executivos, sendo o órgão competente para a decisão de todas as matérias consideradas relevantes.

Cada Unidade de Negócio dispõe de uma Direção Executiva, composta integralmente por quadros altamente qualificados, independentes, que reúnem as competências técnicas e profissionais adequadas à condução dos negócios e à gestão dos desafios específicos da atividade desenvolvida e perspetivada. Nas Unidades de Negócio a direção executiva compete exclusivamente a gestores profissionais independentes, ou seja, o Presidente do Conselho de Administração não assume a direção executiva da mesma, que compete ao CEO da própria Unidade de Negócio. No caso da Unidade de Negócio Rolhas, atendendo à complexidade do negócio, existem dois co-CEO profissionais independentes.

O alinhamento estratégico de toda a Organização é potenciado pela utilização da metodologia de *balanced scorecard* na Corticeira Amorim e nas suas Unidades de Negócio. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a aprovação dos objetivos e iniciativas estratégicas (i) transversais a toda a Organização, (ii) específicas da Corticeira Amorim e (iii) de cada Unidade de Negócio, em estreita colaboração com as respetivas Direções Executivas.

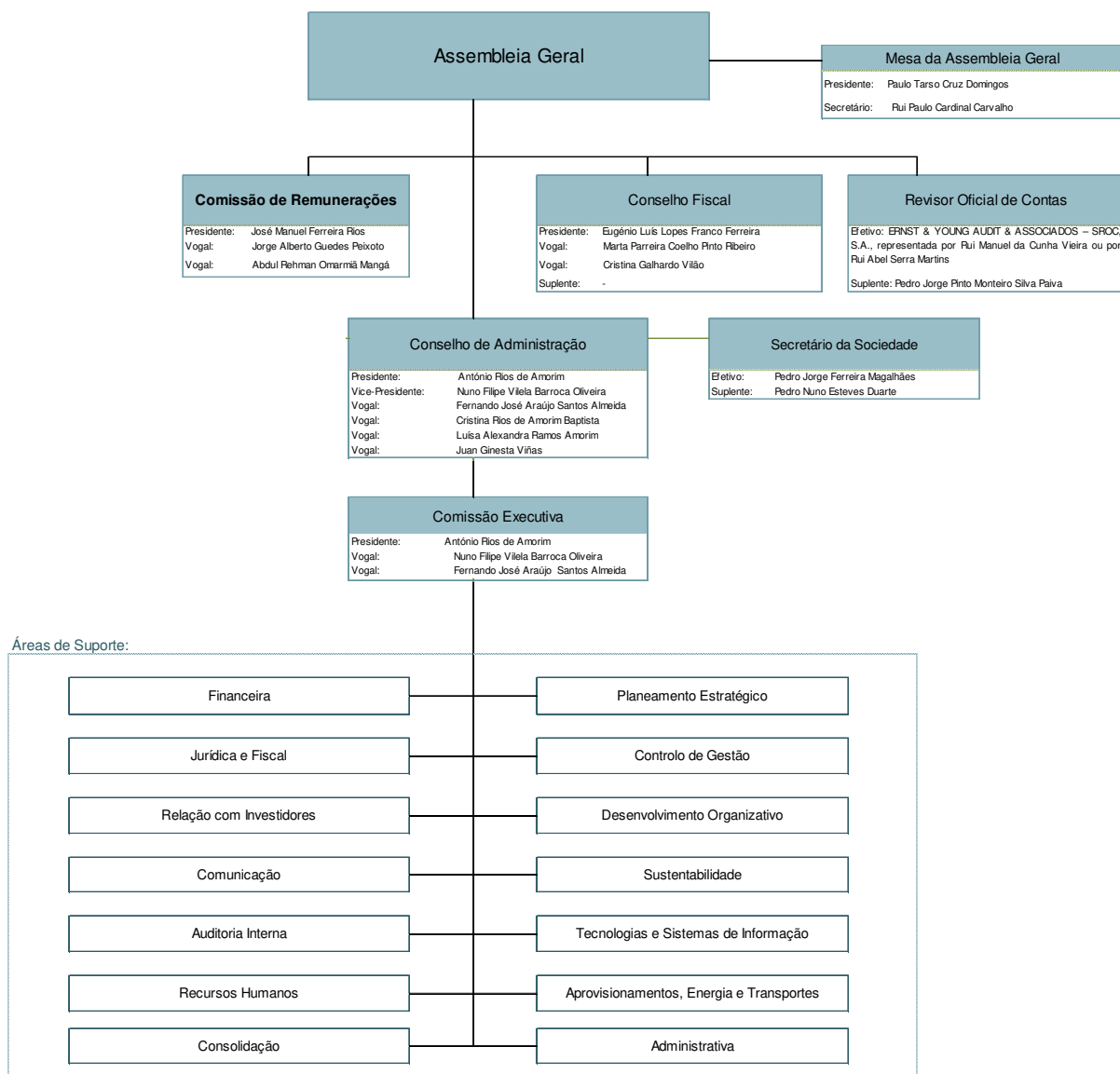
O esquema abaixo apresenta a forma como atualmente se encontra organizada a estrutura de gestão do negócio:



As **Áreas de Suporte** estão orientadas para o acompanhamento e coordenação da atividade das Unidades de Negócio e das respetivas áreas funcionais, competindo à Comissão Executiva o respetivo acompanhamento, conforme ilustra o esquema abaixo.

As atividades das áreas de suporte são reportadas periodicamente à Comissão Executiva, sendo a sua atividade acompanhada por um Administrador Executivo. No ano em apreço, Nuno Barroca acompanhou a Auditoria Interna; Fernando Almeida, o Planeamento Estratégico, o Desenvolvimento Organizativo, as Tecnologias e Sistemas de Informação e o Controlo de Gestão; os restantes pelouros foram acompanhados por António Amorim.

Com a frequência julgada conveniente/adequada, quer o Administrador responsável pela Área de Suporte, quer a Comissão Executiva, quer o próprio Conselho de Administração podem suscitar – e fazem – no efetivamente – a inclusão da análise da atividade desenvolvida pelas Áreas de Suporte, analisando–se em Conselho a necessidade/opportunidade de novas atribuições ou estratégias.



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O funcionamento do Conselho de Administração da Corticeira Amorim respeita escrupulosamente todas as regras de funcionamento a que se encontra sujeito, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da Sociedade e nas normas regulamentares emanadas pela CMVM, o que, consubstancia já um verdadeiro regulamento de funcionamento, adequado e propiciador do seu eficiente funcionamento em prol da salvaguarda do empenho deste órgão colegial na prossecução eficiente dos interesses da Sociedade e de todos os seus acionistas.

Assim, considera a Corticeira Amorim que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros deste órgão societário como pelos restantes Colaboradores que o apoiam e/ou assessoram, o que, por esse motivo, foi plasmado no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Sociedade, disponível no sítio da Sociedade.

Embora não exista um regulamento interno formal escrito, todas as referidas regras de funcionamento que, por lei (Código das Sociedades Comerciais, Código dos Valores Mobiliários, Regulamentos e Instruções da CMVM) ou pelos Estatutos e pelo referido Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Sociedade Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Sociedade, são observadas pelo Conselho de Administração encontram-se disponíveis no sítio da CMVM (www.cmvm.pt) ou no da Sociedade (www.corticeiraamorim.com), respetivamente.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne-se quando e onde o interesse social o exigir. Ao longo do exercício de 2020 realizaram-se 13 reuniões do Conselho de Administração (2019: 10 reuniões), com a presença (ou representação) da totalidade dos membros deste Conselho. A assiduidade individual e global foi de 100%.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral ou a uma Comissão eleita por aquela deliberar sobre a avaliação de desempenho dos administradores, incluindo os executivos.

Tal como referido no ponto 67. deste relatório, encontra-se em exercício uma Comissão de Remunerações (mandato correspondente ao triénio de 2020–2022), a quem compete realizar a avaliação referida neste ponto, fazendo-a efetivamente.

25. Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos da declaração sobre a política de remunerações a atribuir ao Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de acionistas de 26 de junho de 2020, sob proposta da Comissão de Remunerações da Sociedade (ponto 69.), sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho.

A atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da *performance* de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica, social e ambiental a médio/longo prazo da Organização.

O montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor.

O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

António Rios de Amorim (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim Cork, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Bartop – Investimentos e Participações, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Champcork, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Composites, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Research, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Cork Services, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Florestal Espanha, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal II, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal III, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Insulation, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Natural Cork, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Flooring, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Subertech, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Top Series, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Chapius, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral</i>
<i>Compruss – Investimentos e Participações, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Cosabe – Companhia Silco–Agrícola da Beira, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Dom Korkowy, Sp. Zo.o</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Equipar – Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>ETS Christian Bourrassé, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Francisco Oller, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Korke Schiesser GmbH</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Olimpíadas Barcelona 92, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>SIBL – Société Industrielle Bois Liège, S.A.R.L.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Société Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A.</i>	<i>Diretor</i>
<i>Vinolock, A.S.</i>	<i>Administrador</i>
Outras sociedades	
<i>Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Serviços e Gestão, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Desenvolvimento – Investimentos e Serviços, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Global Investors, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de administração</i>
<i>Lantal Têxtil, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Montinho das Ferrarias de Baixo – Sociedade Agroflorestal, S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>
<i>Montinho, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>
<i>OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Pimpolho, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>
<i>QM1609 – Investimentos Imobiliários, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Quinta do Monte 2020, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Taboadella, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim Cork, S.A.</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Composites, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Corecochic – Corking Shoes Investments, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Florestal, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal II, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal III, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Insulation, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Natural Cork, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Flooring, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Ventures, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Ecochic Portuguesas – Footwear and fashion Products, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
Outras sociedades	
<i>Ahorro Corporación Financiera h, SL</i>	<i>Conselheiro</i>
<i>Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amaroka, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Atitlan Real Estates Porto Imóveis, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Atitlan Porto Investments, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>API – Amorim Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Casa das Heras – Empreendimentos Turísticos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Imobis – Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Mosteiro de Grijó – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Paisagem de Alqueva, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Taboadella, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim Cork Services, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Cork Flooring, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Vatrya – Consultoria e Marketing, Lda.</i>	<i>Gerente</i>

Cristina Rios de Amorim Baptista (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
<i>Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</i>	<i>Vogal Não Executivo do Conselho de Administração</i>
<i>Banco BPI, S.A.</i>	<i>Vogal Não Executivo do Conselho de Administração</i>
Outras instituições	
<i>BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>Membro da Direção</i>
<i>AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado</i>	<i>Membro do Conselho Geral, em representação da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.</i>

Vogal: Luisa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
<i>Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Serviços e Gestão, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Desenvolvimento – Investimentos e Serviços, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Global Investors, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Negócios Internacionais, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Negócios II, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Bucozal – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Dreaming Fix, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Época Global, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Folha da Fonte – Agropecuária, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Great Prime, S.A. – Em Liquidação</i>	<i>Liquidatária</i>
<i>Herdade Aldeia de Cima do Mendro – Sociedade Comercial, Agrícola e Turística, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>LUYNES – Investimentos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Mercado Prime – S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Mercado Urbano – Gestão de Imobiliária, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Vintage Prime, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Taboadella, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
Outras instituições	
<i>Associação Bagos D’Ouro – IPSS</i>	<i>Presidente da Direção</i>
<i>ACIBEV</i>	<i>Membro da Direção</i>
<i>Universidade Nova de Lisboa</i>	<i>Membro do Conselho Geral</i>

Juan Ginesta Viñas (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Trefinos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
Outras sociedades	
<i>Les Finques, S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Existe uma Comissão Executiva, constituída por delegação de competências do Conselho de Administração. Embora não exista um regulamento de funcionamento formal e disponível para consulta, o funcionamento da Comissão Executiva respeita a todas as regras a que se encontra sujeita, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos e Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional da Sociedade e nos procedimentos adotados internamente, o que consubstancia por si só um regulamento de funcionamento adequado e propiciador da implementação das melhores práticas, em salvaguarda da eficiência da Sociedade e da criação de valor para o acionista.

Tal como referido para o Conselho de Administração, acresce que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores salvaguardados tanto pelos membros desta Comissão como pelos restantes colaboradores que o apoiam e/ou assessoram.

28. Composição da comissão executiva.

A Comissão Executiva é composta por três membros, um Presidente e dois Vogais:

Presidente:	António Rios de Amorim
Vogal:	Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vogal:	Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

O mandato da Comissão Executiva coincide com o do Conselho de Administração.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A **Comissão Executiva** resulta da delegação de competências do Conselho de Administração – nos precisos termos previstos nos Estatutos e na lei, conforme descrito no ponto 9. deste relatório –, feita em proveito de uma maior agilização da administração e do acompanhamento mais próximo e contínuo, quer das várias estruturas da Sociedade (de gestão, operacionais ou de suporte), quer das próprias atividades operacionais e dos negócios.

Nos termos dos Estatutos da Corticeira Amorim, são competências da Comissão Executiva a execução das decisões do Conselho de Administração e a gestão corrente da sociedade, assistindo-lhe também competência para matérias de administração. Em 2020 a atividade da Comissão Executiva desenvolveu-se no quadro destas competências, tendo em vista:

- A gestão corrente da Sociedade;
- A implementação das decisões tomadas em Conselho de Administração;
- O alinhamento da atividade das várias Unidades de Negócio que constituem a Sociedade, e análise do *reporting* respetivo;
- As estimativas orçamentais e a definição de metas e objetivos;
- Ao nível dos recursos humanos: análise da evolução de indicadores, política e prioridades de formação, avaliação de desempenho, política salarial;
- O acompanhamento da evolução de fatores críticos de negócio, definição e implementação de medidas de gestão desses fatores (evolução dos preços dos principais *inputs*, taxas de juro e de câmbio);
- O acompanhamento e decisão sobre investimentos, financiamentos e assunção de responsabilidades;
- A definição do plano de atividades de auditoria interna e de controlo interno e reporte das principais conclusões;
- A definição da política e decisão sobre as ações prioritárias em matéria de Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
- O acompanhamento da ação da Corticeira Amorim: transações efetuadas, evolução da cotação, estimativas de analistas;
- A análise e reflexão sobre o modelo de governo societário e sua adequabilidade à Sociedade e respetivos objetivos.

Sempre que se analisam e/ou deliberam matérias em que um ou mais membros da Comissão Executiva tenham interesses particulares que possam conflitar com o interesse da Sociedade, o(s) membro(s) em conflito informam o Conselho dessa circunstância, prestando toda a informação necessária, mas abstendo-se de votar tais matérias.

No âmbito do desempenho das suas competências, a Comissão Executiva tem acesso tempestivo a toda a informação e colaboradores quer da Sociedade, quer das suas principais subsidiárias, tendo em vista o acompanhamento dos negócios, a avaliação do desempenho e das perspetivas de desenvolvimento. Neste âmbito, a Comissão Executiva recebe convocatórias, ordens de trabalho e documentação de suporte a todas as reuniões em que se analise e/ou delibere sobre a estratégia, implementação e ações e avaliação e resultados das várias Unidades de Negócio da Corticeira Amorim; participa nas reuniões de direção dessas Unidades de Negócio e tem amplo acesso a quaisquer documentos ou colaboradores adequados aos esclarecimentos que julgue pertinentes.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte desta Comissão ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

O Presidente da Comissão Executiva, simultaneamente Presidente do Conselho da Administração, remete, em tempo, ao Presidente do Conselho Fiscal as atas das respetivas reuniões.

A Comissão Executiva reuniu-se 15 vezes ao longo de 2020 (2019: 11), a assiduidade foi de 100% (em termos globais e individuais).

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», com uma dupla fiscalização composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os Estatutos determinam que o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um ou mais suplentes. A 31 de dezembro de 2020 a composição do Conselho Fiscal⁷ era a seguinte:

Presidente: Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira

Data da primeira designação para Vogal do Conselho Fiscal: 24 de março de 2014

Data da primeira reeleição para Vogal do Conselho Fiscal: 7 de abril de 2017

Data da segunda reeleição para Vogal do Conselho Fiscal: 26 de junho de 2020 (mandato: 2020–2022)

Em 23 de dezembro de 2020, na sequência da cessação de funções de Manuel Carvalho Fernandes, e nos termos previstos do artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento deste órgão, foi escolhido para Presidente do Conselho Fiscal

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro

Data da designação para Suplente do Conselho Fiscal: 12 de abril de 2019

Data da primeira designação para Vogal Efetivo do Conselho Fiscal: 18 de junho de 2019

Data da primeira reeleição para Vogal do Conselho Fiscal: 26 de junho de 2020 (mandato 2020–2022)

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Maria Cristina Galhardo Vilão

Data da designação para Suplente do Conselho Fiscal: 26 de junho de 2020 (mandato 2020–2022)

Data da designação para Vogal Efetivo do Conselho Fiscal: 23 de dezembro de 2020, na sequência da cessação de funções de Manuel Carvalho Fernandes

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Todos os membros que integram à data de emissão este relatório ou integraram em 2020 o Conselho Fiscal são independentes.

⁷ Até 23 de dezembro de 2020 (data da cessação de funções), o cargo de Presidente do Conselho Fiscal foi exercido por Manuel Carvalho Fernandes.

Data da primeira designação para Presidente do Conselho Fiscal: 24 de março de 2014

Data da primeira reeleição para Presidente do Conselho Fiscal: 7 de abril de 2017

Data da segunda reeleição para Presidente do Conselho Fiscal: 26 de junho de 2020.

Aplica-se ao Conselho Fiscal a Política de Promoção da Diversidade transcrita no comentário à Recomendação I.2.1. deste relatório, visando os objetivos aí referidos. A efetiva diversidade na sua composição (de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais) encontra-se detalhada no Ponto 33. deste relatório.

A dimensão, as competências reunidas e a diversidade na composição do Conselho de Fiscal, conjugadas com a disponibilidade de todos os membros, são adequadas à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando o exercício cabal, eficiente e diligente das funções que estão acometidas a este órgão.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5 CSC.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, todos membros efetivos do Conselho Fiscal cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.

Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira (Presidente):

Formação académica e profissional: licenciado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 1976, onde foi assistente em 1976/1977, na cadeira de Matemática Financeira. Ao longo da carreira profissional, frequentou inúmeras ações de formação em diversos países europeus e nos Estados Unidos; membro da Ordem dos Economistas e sócio do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG). Em 2016 cancelou voluntariamente a inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e na Ordem dos Contabilistas Certificados.

Experiência profissional: é, desde 2009, consultor em regime livre; de 1977 a 2008 ingressou no escritório do Porto da então Price Waterhouse (PW), atual PricewaterhouseCoopers (PwC). Após uma breve passagem pelo escritório de Paris (1986), foi admitido como *Partner* em 1991, transferindo-se para o escritório de Lisboa em 1996. Integrou inicialmente o departamento de Auditoria e posteriormente os *Transaction Services*, tendo participado em inúmeras auditorias e projetos de consultoria, nomeadamente na área de transações e reorganizações de empresas, em praticamente todos os setores de atividade, incluindo em empresas de cortiça, abrangendo toda a fileira de transformação. Como auditor, a extensão das responsabilidades incluíram, na maioria dos casos, o desempenho das funções de membro de Conselho Fiscal ou de Fiscal Único; em diferentes momentos desempenhou variadas funções internas na PW/PwC, nomeadamente (i) chefe do escritório do Porto (1989–1998); (ii) responsabilidade territorial pela função técnica de auditoria e de gestão de riscos (*Technical Partner* e *Risk Management Partner*); (iii) responsabilidade pela função administrativa, financeira e informática interna (*Finance & Operations Partner*); (iv) responsabilidade pelo Departamento de Auditoria; (v) membro da Comissão Executiva (*Territory Leadership Team*); entre 1966 e 1976: iniciou a atividade numa pequena empresa do sector automóvel, interrompida entre 1971 e 1974 para cumprimento do serviço militar.

Cargos de administração exercidos nos últimos cinco anos: gerente da VMR&MR, Lda., desde 2019.

Género: Masculino | Idade: 70 anos

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro (Vogal)

Licenciada em Economia e mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e doutorada em Economia (especialidade em Economia Comportamental) pela London School of Economics and Political Science (LSE) em 2004. Desde 2004 é membro do *staff* da LSE. Entre 2004 e 2014 foi responsável pela disciplina de Negociação e tornou-a numa disciplina de referência na LSE. Desde 2017 é membro do *staff* da Universidade de Oxford, Said Business School, no curso de Negociação para executivos. Neste curso desempenha funções letivas e também de *coaching* de executivos. Em termos de investigação dedica-se essencialmente ao estudo do excesso de otimismo e excesso de confiança dos agentes económicos e implicações de tais desvios na tomada de decisões económicas (nomeadamente decisões relacionadas com empreendedorismo). Os temas da sua investigação são temas centrais na área da Economia Comportamental como se comprova pela referência ao seu trabalho pelo Prémio Nobel em Economia, Daniel Kahneman, no seu livro *Thinking Fast and Slow*. Paralelamente às funções letivas e de investigação, desempenhou e desempenha funções de consultoria. Entre outras funções de consultoria, nomeadamente na área de negociação, participou

em estudos sobre a reforma de preços na indústria farmacêutica em Portugal e estudos de desenvolvimento económico regional. No sentido de desenvolver as suas competências de comunicação, em setembro de 2019 fez um curso nessa área. Na Universidade de Oxford tem sido regularmente convidada para dar uma palestra sobre estilos de negociação.

Género: Feminino | Idade: 51 anos.

Maria Cristina Galhardo Vilão (Vogal):

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com mestrado (LL.M) pela McGill University, Montreal, Canadá.

A sua carreira profissional tem-se concentrado na advocacia, onde tem trabalhado na área financeira, do mercado de capitais e da assessoria às empresas, entre outras áreas do direito.

Após um período inicial como assessora do Governo de Macau na área jurídico-económica, a que se seguiu o mestrado na McGill University (Canadá), exerceu advocacia na sociedade de advogados, com presença em Portugal, Brasil e Londres, Barros, Sobral, G. Gomes & Associados, onde trabalhou sobretudo nas áreas do mercado de capitais, financeira e societária, com grande pendor internacional. Esteve temporariamente destacada em Londres, na Clifford Chance, onde pode contactar de perto com a realidade das sociedades de advogados globais. Ingressou em 1997 na Belarmino Martins & Associados, sociedade de advogados correspondente da Price Waterhouse, a qual acabou por integrar na Oliveira, Martins, Moura, Esteves e Associados, membro de Landwell, correspondent law firms of PricewaterhouseCoopers. Nesse período, trabalhou em contacto próximo com auditores e clientes na área financeira e bancária, bem como no assessoria empresarial e societária. Em 2000, fundou juntamente com Manuel Anselmo Torres, a sociedade de advogados Galhardo Vilão Torres (GVT), dedicada ao direito fiscal, financeiro e empresarial. Desde então, tem exercido a sua atividade profissional como sócia da GVT, onde coordena e assiste clientes da área tecnológica, industrial, imobiliária, hoteleira e da distribuição. Presta também aconselhamento a clientes individuais, em casos especiais, sobretudo quanto a aspetos patrimoniais. A sua atividade continua a ter grande pendor internacional, sendo a maior parte dos seus clientes estrangeiros ou portugueses com atividade multinacional.

Género: Feminino | Idade: 56 anos.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal.

Existe o **Regulamento do Conselho Fiscal da Sociedade** que está disponível em www.amorim.com – área de Investidores.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne sempre que for convocado pelo Presidente ou por outros dois membros do Conselho e, pelo menos, todos os trimestres nos termos do artigo 10.º do regulamento deste órgão. Durante o ano 2020 realizaram-se sete reuniões do Conselho Fiscal (2019: 5), com uma assiduidade global e individual de 100%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
VMR&MR – Transportes de Passageiros e Atividades Turísticas, Lda.	Gerente

Exerce profissionalmente a função de consultor, em regime livre.

Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro (Vogal):

Doutorada em Economia pela London School of Economics and Political Science (LSE) em 2004, é, desde então membro do *staff* da LSE; desde 2017 é também membro de staff da Universidade de Oxford, Said Business School, no curso Negociação para executivos. Além das atividades letivas e de *coaching*, dedica-se também à investigação e a funções de consultoria.

Não exerce outros cargos sociais em outras empresas, dentro ou fora do Grupo Corticeira Amorim

Maria Cristina Galhardo Vilão (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Outras sociedades	
Galhardo Vilão, Torres, Sociedade de Advogados	Sócia e Administradora
Investoc, S.G.P.S., S.A.	Presidente da Assembleia Geral
Osório de Castro, Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente da Assembleia Geral
Hotel Santa Marta, S.A.	Presidente da Assembleia Geral
Inspira Santos, S.A.	Presidente da Assembleia Geral
Hexagenm S.A.	Presidente da Assembleia Geral

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Compete ao Conselho Fiscal monitorizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

De realçar que, com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro que aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, a prestação de serviços pelo Revisor Oficial de Contas ficou substancialmente limitada (um vasto conjunto de serviços proibidos legalmente e, restantes, limitados a 70% do valor total de honorários devidos pela revisão legal de contas, pagos ao Revisor Oficial de Contas) e, para os serviços não proibidos, sujeita a aprovação prévia dos mesmos pelo Conselho Fiscal.

Assim, e sempre sujeitos a aprovação prévia expressa do Conselho Fiscal, foram contratados serviços distintos dos serviços de revisão legal de contas ao Revisor Oficial de Contas. Tais serviços compreendem essencialmente trabalhos com a finalidade de dar cumprimento a formalismos estabelecidos na lei, trabalhos de garantia de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras semestrais, a revisão independente do relatório anual de sustentabilidade e serviços de estudo de ciclo de vida e/ou de análise da pegada carbónica de vários produtos e serviços de estudo de impactos ambientais, sociais e económicos da Corticeira Amorim.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização.

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da lei e do respetivo Regulamento de Funcionamento (disponível em www.amorim.com, área de investidores):

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de Sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e das existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas

- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros, dando-lhes o tratamento adequado;
- Analisar as comunicações de irregularidades recebidas, solicitando aos restantes órgãos sociais e estruturas da Sociedade os esclarecimentos necessários às situações reportadas;
- Sugerir, na sequência da análise referida na alínea anterior, medidas acauteladoras da ocorrência dessas irregularidades e dar conhecimento delas ao Conselho de Administração e/ou às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique, garantindo-se sempre a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente o não pretenderem;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a ele cometidos e a situação económica da Sociedade, devendo previamente comunicar ao Conselho de Administração o âmbito e as condições da prestação de serviços a contratar;
- Apreciar e dar parecer prévio sobre as Transações com Titulares de Participações Qualificadas, nos termos de regulamento próprio;
- Suspender administradores quando:
 - as suas condições de saúde os impossibilitem temporariamente de exercer as funções;
 - outras circunstâncias pessoais obstem a que exerçam as suas funções por tempo presumivelmente superior a 60 dias e solicitem ao Conselho Fiscal a suspensão temporária ou este entenda que o interesse da Sociedade o exige;
- Declarar o termo das funções de administradores quando ocorra, posteriormente à sua designação, alguma incapacidade ou incompatibilidade que constituísse impedimento a essa designação e o administrador não deixe de exercer o cargo ou não remova a incompatibilidade superveniente no prazo de 30 dias;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade;
- Apreciar o relatório de gestão, as contas do exercício, a certificação legal das contas ou de impossibilidade de certificação bem assim como o relatório adicional a preparar pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 148/2015;
- Se concordar com a certificação legal das contas ou com a declaração de impossibilidade de certificação, declará-lo expressamente no seu parecer;
- Se discordar da certificação legal das contas ou da declaração de impossibilidade de certificação, consignar no relatório as razões da sua discordância;
- Remeter o relatório e parecer ao Conselho de Administração, no prazo de 15 dias a contar da data em que tiver recebido os referidos elementos de prestação de contas;
- Emitir, no seu relatório e parecer, uma declaração de que, relativamente ao relatório de gestão, às contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidas por lei ou regulamento da CMVM, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;

- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Selecionar os revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- Acompanhar a revisão de contas individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas nos termos legais, incluindo a obtenção das confirmações escritas formais do revisor oficial de contas previstas nos artigos 63.º e 78.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245.º–A do Código de Valores Mobiliários.

É garantido ao Conselho Fiscal o acesso a toda a documentação e colaboradores da Sociedade para obtenção regular de informação sobre a evolução da atividade em geral e, em particular das áreas que são da sua especial competência. Está igualmente implementado um sistema de reporte regular de informação que abrange, entre outras, as atas das reuniões da Comissão Executiva, os relatórios de auditoria interna e a listagem das transações com partes relacionadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas é composto por um membro efetivo e um suplente, qualquer deles revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

A Assembleia Geral de acionistas, realizada em 26 de junho de 2020 reelegeu para o corrente mandato (2020–2022):

Revisor Oficial de Contas Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., representado por Rui Manuel da Cunha Vieira

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

Data da primeira eleição: 7 de abril de 2017 (mandato 2017–2019)

Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Compete ao Revisor Oficial de Contas:

- Proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, devendo designadamente verificar:
 - A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - Quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou por outro título;
 - A exatidão dos documentos de prestação de contas;
 - Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Comunicar, imediatamente, por carta registada, ao presidente do Conselho de Administração os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objeto da Sociedade, designadamente reiteradas faltas de pagamento a fornecedores, protestos de título de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos. Requerer ao presidente do conselho, no caso de este não ter respondido à carta ou de a resposta ser considerada insatisfatória, a convocação do Conselho de Administração para reunir, com

a sua presença, com vista a apreciar os factos e a tomar as deliberações adequadas. No caso de a reunião não se realizar ou se as mediadas adotadas não forem consideradas adequadas à salvaguarda do interesse da Sociedade, requerer, por carta registada, que seja convocada uma Assembleia Geral para apreciar e deliberar sobre os factos constantes das citadas cartas registadas e da ata da reunião do conselho acima referida.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A. foi eleita em 7 de abril de 2017 (mandato 2017–2019) e reeleita em 26 de junho de 2020 (mandato em curso: 2020–2022), sendo 2020 o quarto ano consecutivo de exercício de funções.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Durante o exercício em apreço, foram contratados à ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, pela Sociedade e sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo, serviços de auditoria e revisão legal de contas e outros serviços sujeitos a apreciação e aprovação prévia do Conselho Fiscal, tais como a revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade.

No ponto 47. divulga-se o montante total destes serviços.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A auditoria externa da Corticeira Amorim é feita pelo Revisor Oficial de Contas (identificação: ponto 39.).

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

Conforme descrito no ponto 40.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Conforme descrito no ponto 40.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Conforme descrito no ponto 40.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Conforme descrito no ponto 41. (identificação de trabalhos) e no ponto 37. (procedimentos internos).

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços:

Natureza do Serviço	Auditoria e revisão legal de contas	Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade	Assessoria fiscal	Outros serviços	Total
EY SROC					
Corticeira Amorim	29 000	19 000	0	0	48 000
Entidades que integram o grupo	157 600	2 500	0	38 250	198 350
Empresas da rede EY					
Corticeira Amorim	0	0	0	0	0
Entidades que integram o grupo	72 800	4 000	0	0	76 800
Total	259 400	25 500	0	38 250	323 150
<hr/>					
Corticeira Amorim	29 000	19 000	0	0	48 000
Entidades que integram o grupo	230 400	6 500	0	38 250	275 150
Total	259 400	25 500	0	38 250	323 150
	80%	8%	0%	12%	100%

Valores em euros.

A coluna de Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, revisão independente do relatório de sustentabilidade, certificação de despesas incluídas no âmbito de projeto de investigação e desenvolvimento subsidiado e outras certificações no âmbito de projetos de investimento subsidiados.

A coluna de Outros serviços inclui a realização de estudos de ciclo de vida e/ou de análise de pegada carbónica de vários produtos da Unidade de Negócio Rolhas.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da sociedade (artigo 245.º–A, n.º 1, al. h).

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as previstas na lei com a seguinte especificidade prevista nos seus Estatutos: a administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um presidente, um vice-presidente e um a nove vogais, podendo esta disposição estatutária ser alterada apenas por deliberação de maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A Corticeira Amorim dispõe de um Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>, que formaliza o conjunto de regras e orientações que devem pautar as decisões e a atuação quotidiana do Grupo e dos seus colaboradores, seja nas relações internas (com demais colaboradores), seja nas relações externas com os demais parceiros de negócios (investidores, clientes, fornecedores de bens e serviços, instituições públicas e privadas, as comunidades locais e a sociedade em geral).

As infrações ao Código por parte de colaboradores (incluindo membros dos órgãos sociais, diretores e trabalhadores) da Organização devem ser imediatamente corrigidas, devendo cessar imediatamente toda a prática contrária ao preconizado no Código. Independentemente de outra responsabilidade em que o infrator

possa incorrer, as infrações serão sancionadas de acordo com as leis e regulamentos laborais, bem como outras disposições legais que devam ser aplicadas. Nos termos da lei, as sanções disciplinares poderão incluir o término da relação laboral.

O Conselho de Administração garante a aplicação do Código e, sempre que necessário, (i) estabelece(rá) critérios de interpretação, enviando conclusões ao Conselho Fiscal e ao Departamento Jurídico, podendo tais interpretações ser divulgadas pelos mesmos meios que o Código; (ii) adota(rá) quaisquer diretrizes e procedimentos apropriados para desenvolver as disposições do Código.

O Conselho Fiscal é o órgão social a quem compete receber e dar o devido seguimento às comunicações de irregularidades, desta forma zelando também pela aplicação do Código.

O Departamento de Auditoria Interna inclui no seu plano anual de atividades a recolha de informação sobre incidentes e/ou infrações ao Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, produzindo um relatório anual sobre o tema, que será submetido ao Conselho Fiscal para avaliação e aprovação. Uma vez aprovado pelo Conselho Fiscal, será comunicado ao Conselho de Administração.

Todos os indivíduos vinculados pelo Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional devem cumprir e contribuir para a conformidade deste Código ou de regulamentos, políticas ou princípios a ele associados. Para esse fim, encontra-se estabelecido um Procedimento de Comunicação de Irregularidades que permite que tanto os colaboradores vinculados pelo Código como outros destinatários notifiquem confidencialmente qualquer violação dos princípios contidos neste Código, sem medo de represálias. Esse procedimento encontra-se anexado ao Código e publicado na Intranet da Sociedade e na página corporativa da Corticeira Amorim, para que todos os seus destinatários a ele possam ter acesso.

Conforme referido, compete ao Conselho Fiscal, nos termos do respetivo Regulamento de Funcionamento (disponível para consulta em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou por outras pessoas/entidades, dando-lhes o tratamento adequado.

As comunicações deverão ser dirigidas ao:

Conselho Fiscal da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Morada – Sede social da Sociedade: Rua Comendador Americo Ferreira de Amorim, n.º 380 – Apartado 20 – 4536–902 MOZELOS

Telefone: 22 747 54 00 | E-mail: conselhofiscal.caS.G.P.S@amorim.com

assegurando a Sociedade que o conteúdo das comunicações recebidas é, em primeiro lugar, do conhecimento do Conselho Fiscal (a nenhum Colaborador da Sociedade está autorizada a abertura de correspondência dirigida especificamente a este órgão social ou a qualquer um dos seus membros individualmente identificados).

Compete ao Conselho Fiscal, nos termos do respetivo Regulamento, analisar as comunicações recebidas, solicitar aos restantes órgãos sociais e estruturas da Sociedade os esclarecimentos necessários à situação reportada, sendo competente para, face a cada situação concreta:

- Sugerir medidas acauteladoras de ocorrência de irregularidades;
- Dar conhecimento das irregularidades efetivas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique.

Em todo o processo se garante a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente não pretendam tal tratamento.

É convicção da Corticeira Amorim de que (i) a atribuição de tal competência ao Conselho Fiscal – órgão integralmente constituído por membros independentes, garantindo assim a análise e o tratamento imparcial de irregularidades que possam ser comunicadas à Sociedade –, (ii) a não imposição da forma que deve assumir tal comunicação, deixando ao critério do declarante a utilização do suporte que julgue mais adequado a tal comunicação, e (iii) a obrigação de se assegurar a proteção de dados (cumprindo escrupulosamente as indicações do declarante em matéria de confidencialidade) e de colaboradores, constituem medidas que, mantendo a simplicidade da comunicação, salvaguardam os direitos quer do declarante quer dos colaboradores da Sociedade e efetivamente promovem a investigação e o esclarecimento imparcial das situações declaradas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A responsabilidade pela auditoria interna e pela implementação de sistemas de controlo interno é do Conselho de Administração. Na sua operacionalização, existe uma área de suporte transversal – Auditoria Interna, cujo acompanhamento compete à Comissão Executiva., em ligação com o Conselho Fiscal.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme referido no ponto 50.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Ao nível do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o objetivo principal consiste na visão integrada dos fatores considerados críticos, pela rendibilidade e/ou riscos associados, para a criação sustentada de valor para a Sociedade e o acionista, competindo-lhe a definição da estratégia e das políticas de risco, bem como dos parâmetros de avaliação do risco considerado aceitável, em ligação ao Conselho Fiscal.

Ao nível operacional e pelas características específicas da atividade da Corticeira Amorim são identificadas três áreas de especial criticidade, analisadas e geridas estrategicamente ao nível da Comissão Executiva: o risco de mercado, o risco de negócio (incluindo o risco cambial) e o fator matéria-prima (cortiça).

Encontram-se implementados sistemas de controlo interno robustos, nomeadamente, controlo de gestão e controlo orçamental, monitorizados através da metodologia *balanced scorecard*.

Assim, atendendo às especificidades do enquadramento e do modelo de negócio da Corticeira Amorim – em particular (i) o desenvolvimento de um negócio tendencialmente estável; (ii) o *know-how* e as competências acumuladas ao longo de 150 anos de atividade, incrementadas continuamente através de programas de inovação, desenvolvimento e formação; (iii) a diversificação ao nível dos produtos, das moedas, dos mercados, da vasta carteira de clientes; (iv) a efetiva intervenção e acompanhamento dos fatores críticos do negócio pelo Conselho de Administração e demais funções relacionadas com gestão desses fatores; (v) os robustos sistemas de controlo implementados e (vi) a dupla fiscalização societária (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas) permitem concluir que o controlo interno da Corticeira Amorim está estruturado e dimensionado de forma adequada à sua atividade.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Risco matéria-prima (cortiça):

Atenta a criticidade, transversal a todas as Unidades de Negócio, deste fator, a gestão da compra, a armazenagem e a preparação da única variável comum a todas as atividades da Corticeira Amorim, que é a matéria-prima (cortiça), encontram-se reunidas na Unidade de Negócio Matérias-primas, uma unidade autónoma, com direção executiva profissional e independente, o que permite:

- A especialização de uma equipa exclusivamente dedicada à matéria-prima;
- O aproveitamento de sinergias e a integração do processamento de todos os tipos de matéria-prima (cortiça) transformadas nas restantes unidades;
- Potenciar a gestão das matérias-primas numa ótica multinacional;
- Reforçar a presença junto dos países produtores;
- Manter registo histórico (cadastro) atualizado por unidade florestal produtora de cortiça;

- Reforçar o diálogo com a produção, promovendo a certificação florestal, o aumento da qualidade técnica do produto e desenvolver parcerias nas áreas de investigação e desenvolvimento aplicadas à floresta;
- Assegurar a *mix* de matéria-prima mais adequado às necessidades do mercado de produtos finais;
- Assegurar a prazo a estabilidade desta variável crítica para a atividade da Corticeira Amorim;
- Preparar e propor ao Conselho de Administração a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

Risco de mercado e de negócio das atividades operacionais:

A gestão dos riscos de mercado e do negócio começa por ser assegurada pelas quatro Unidades de Negócio com intervenção no mercado de produtos finais da Corticeira Amorim, ou seja, as Unidades de Negócio Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

No planeamento estratégico destas Unidades de Negócio, suportado pela metodologia de *balanced scorecard*, são identificados os fatores-chave para criação de valor seguindo numa lógica multiperspetiva, que engloba as perspetivas financeiras, de mercado/Clientes, de processos e infraestruturas. Nesta lógica, são definidos os objetivos estratégicos e respetivas metas, bem como as iniciativas a desenvolver para as atingir.

A metodologia adotada permite reforçar o alinhamento entre a estratégia delineada e o planeamento operacional onde se definem, para um horizonte temporal mais curto, as ações prioritárias a desenvolver para a redução de riscos e criação sustentada de valor. Competindo à Direção Executiva de cada Unidade de Negócio a condução executiva do negócio, estão implementados os processos que permitem o acompanhamento sistemático das ações, as quais são sujeitas a monitorização periódica e a apreciação mensal em sede de Conselho de Administração da Unidade de Negócio.

Risco jurídico:

No que concerne aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade da Corticeira Amorim e suas subsidiárias relaciona-se com potenciais alterações de legislação que possam ter impacto sobre as operações – nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, entre outras – que possam afetar a prossecução e rentabilidade das áreas de negócio em que a Organização desenvolve atividade.

A Direção Jurídica em cooperação com a área de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento Estratégico procuram acautelar, por antecipação, tais alterações adaptando as práticas da Sociedade em consonância. A existência de inúmeras certificações, detalhadas no Capítulo 6. do Relatório de Gestão (segurança alimentar, qualidade, ambiente, recursos humanos, etc.), assentes em procedimentos concebidos, implementados e auditados regular e rigorosamente pelas Entidades responsáveis pela emissão de tais certificações, garante a minimização de tal risco. Sempre que aplicável e possível, a Organização contrata seguros que mitigam as consequências de eventos incertos, mas potencialmente desfavoráveis.

Risco financeiro:

Por ser uma das empresas portuguesas mais internacionalizadas, além da gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, a Corticeira Amorim atribui especial atenção à gestão do risco cambial.

A Área Financeira enquanto responsável pela identificação, monitorização e gestão dos referidos riscos, tem como principais objetivos o apoio na definição e implementação estratégica global ao nível financeiro e a coordenação da gestão financeira das diferentes Unidades de Negócio. Encontra-se estruturada da seguinte forma:

- Direção Geral Financeira – área que coordena a função financeira ao nível central, isto é, responsável pelo desenvolvimento de políticas e medidas (a aprovar em Comissão Executiva) e sua implementação, pela interlocução global com as contrapartes financeiras, pela monitorização da evolução e pelo reporte periódico (Administrador que acompanha o pelouro; Comissão Executiva e Conselho de Administração);
- Responsáveis Financeiros que, ao nível das empresas, acompanham a evolução dos negócios gerindo a sua componente financeira de acordo com as políticas e orientações preconizadas, articulando a sua atuação com a Direção Geral Financeira.

O alinhamento desta estrutura orgânica é garantido por:

- Informação diária e semanal e debate quinzenal sobre aos mercados financeiros e sobre evoluções económicas que possam ter impacto na atividade das empresas;
- Informação periódica (mensal) das condições globalmente contratadas;
- Reuniões trimestrais dos responsáveis financeiros – análise da situação específica e reflexão sobre medidas a implementar;

- Reporte e debate em sede de Conselho de Administração dos aspetos mais relevantes da Área Financeira (endividamento, capital investido, responsabilidades).

Risco de cibersegurança:

O desenvolvimento acelerado da sociedade da informação e as vantagens competitivas que daí advêm para todos, tem levado à crescente adoção de tecnologias de informação e de comunicação transversalmente a toda a estrutura da Corticeira Amorim, incluindo áreas cruciais como as operações, a logística em toda a cadeia de produção, a gestão de ativos e o desenvolvimento dos recursos humanos.

Atenta esta criticidade, a segurança das redes e da informação, como forma de garantir a proteção e defesa das infraestruturas críticas, são uma prioridade estratégica.

A Corticeira Amorim encontra-se exposta ao risco de ataques digitais, nomeadamente:

- a sistemas, redes e programas de tecnologia operacional, com potenciais impactos no desenvolvimento do negócio, seja ao nível da produção e da cadeia de fornecimento e distribuição associada, seja ao nível da proteção de ativos específicos (ex.: propriedade intelectual);
- tecnologia da informação, que poderão resultar em danos ou perdas resultantes de ataques intencionais com origem em fontes externas e internas do Grupo.

A Corticeira Amorim dispõe de equipa especializada para a abordagem sistemática a estes riscos, visando a sua prevenção. Tendo em conta a crescente preocupação da segurança da informação, a Comissão Executiva adjudicou em 2019 um programa que endereça as necessidades nesta área. Com o apoio de um parceiro externo especializado nesta matéria, foi feito um diagnóstico da situação e elaborado um plano plurianual de intervenção que incide nos seguintes vetores:

- atividades de transformação: revisão e/ou implementação de políticas e de procedimentos, modelo de governo, técnicas, entre outras;
- atividades recorrentes: como a avaliação periódica com *pentesting* de cariz interno e externo, testes de *phishing*, formação a colaboradores, campanhas de sensibilização e motivação suportadas em plano de comunicação.

Em contínuo, é efetuada a avaliação ao panorama global no que diz respeito a novas ameaças, evolução tecnológica e novas metodologias, abrindo, sempre que necessário, novas linhas de ação, quer no domínio de atividades de transformação, quer no de atividades recorrentes.

Na dependência do Conselho de Administração, via acompanhamento pela Comissão Executiva ou por Administrador Executivo, existem Áreas de Suporte com uma forte atuação na gestão de fatores críticos, incluindo a identificação de riscos, sendo de destacar neste âmbito a intervenção das Áreas Financeira, Desenvolvimento Organizativo e Planeamento Estratégico, de Controlo de Gestão e de Auditoria Interna.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O sistema de controlo interno, de gestão de riscos e de prevenção/deteção de irregularidades atualmente implementado na Sociedade resulta de um profundo e contínuo processo de aperfeiçoamento e reflexão interna na Sociedade, envolvendo quer o Conselho de Administração, em particular a sua Comissão Executiva, quer as várias áreas de suporte – nomeadamente a área de Desenvolvimento Organizativo e de Planeamento Estratégico, quer, quando pertinente, o apoio de consultores externos especializados.

De realçar também a área de Auditoria Interna cujo trabalho desenvolvido tem significativo impacto na redução dos riscos de funcionamento da Organização e de prevenção/deteção de irregularidades e não conformidades, sendo suas principais funções a avaliação e revisão dos sistemas de controlo interno, visando a otimização dos recursos e a salvaguarda do património, bem como o exame das atividades desenvolvidas, de forma a permitir aos órgãos de gestão um nível de segurança razoável de que os objetivos de negócio serão atingidos.

O sistema de reporte implementado, seja periódico seja pontual por iniciativa do Conselho de Administração, da Comissão Executiva ou dos responsáveis pela gestão, tem implícito quer mensurações quer avaliações objetivas de tais riscos que, sendo debatidos em Conselho de Administração ou Comissão Executiva, dão lugar, se for o caso, à definição de medidas adicionais ou corretivas cuja execução e impacto são objeto de *follow-up* no seio do órgão que as deliberou.

A evolução da atividade e a crescente complexidade do enquadramento em que os negócios se desenvolvem motivam um atento acompanhamento dos sistemas implementados e, incorporando os contributos e opiniões quer do Conselho Fiscal quer do Revisor Oficial de Contas, resulta em adoção de procedimentos mais eficazes sempre que tal se mostra aconselhável.

Nos termos do Regulamento do Conselho Fiscal, compete também a este órgão fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (artigo 245.º-A, n.º 1, al. m).

Relativamente à **preparação e divulgação de informação financeira – incluindo a consolidada**, a Sociedade promove a cooperação estreita entre todos os intervenientes no processo, de forma a que a produção, o tratamento e a divulgação de informação sejam adequados e rigorosos, nomeadamente que:

- A sua execução, preparação e tratamento obedeça a todos os preceitos legais em vigor e às melhores práticas de transparência, relevância e fiabilidade;
- A sua verificação seja efetiva, quer por análise interna, quer por análise dos órgãos de fiscalização;
- A sua aprovação seja realizada pelo órgão social competente;
- A sua divulgação pública cumpra todos os requisitos legais e recomendatórios, nomeadamente os da CMVM, garantindo a seguinte ordem de divulgação: em primeiro lugar, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt); em segundo, no sítio da Sociedade (www.corticeiraamorim.com); em terceiro, por uma vasta lista de contactos da comunicação social, portuguesa e estrangeira; em quarto, a quadros da Corticeira Amorim e aos contactos constantes da base de dados de acionistas, investidores, analistas e outros *stakeholders*.

O processo de execução, preparação e tratamento da informação financeira, incluindo a consolidada, está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico implementados ao nível do Grupo. Estes manuais contêm um conjunto de políticas, regras e procedimentos destinados a (i) garantir que, no processo de preparação da informação financeira, são seguidos princípios homogéneos e (ii) a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por Unidade de Negócio é avaliada, validada e aprovada pela Administração da Unidade de Negócio respetiva, procedimento consistentemente adotado por todas as Unidades de Negócio da Corticeira Amorim.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada ao Conselho Fiscal.

Realça-se ainda que o referido Manual de Procedimentos de Controlo Interno contém um conjunto de regras destinadas a garantir que o processo de divulgação de informação financeira, incluindo a informação consolidada, garante a qualidade, transparência e equidade na disseminação da informação.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

A Corticeira Amorim assegura, através do Representante para as Relações com o Mercado, a existência de um permanente contacto com o Mercado de Capitais, promovendo a comunicação de informação relevante e atualizada à comunidade financeira. A sua atividade é pautada pelos princípios de transparência, rigor e integridade, respeitando o princípio da igualdade de acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, analistas financeiros e entidades reguladoras.

O Representante para as Relações com o Mercado reúne e coordena a colaboração de profissionais de outros departamentos (Consolidação, Controlo de gestão, Jurídico-fiscal, Administrativo, Financeiro, Comunicação) da Corticeira Amorim em prol de uma resposta objetiva e tempestiva a todas as solicitações de investidores (acionistas ou não).

Funções:

O Representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim desenvolve, designadamente, as seguintes funções:

- Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública anual realizada a partir da sede da Sociedade (presencial ou em sistema de audioconferência);
- Divulgação de informação privilegiada;
- Divulgação de comunicações sobre participações qualificadas;
- Receção e centralização de todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos facultados;
- Participação em conferências, *roadshows* e reuniões com investidores e analistas.

Das **ações desenvolvidas em 2020**, no âmbito do contacto com investidores, destacam-se as seguintes:

- A apresentação da atividade e dos resultados anuais e semestrais, em sistema de audioconferência, fomentando assim a interação na divulgação daquela informação;
- Reuniões *one-on-one* com investidores e analistas financeiros;
- Participação em *roadshows*, tanto em Portugal como no estrangeiro;
- Realização de conferências telefónicas e de videoconferências com investidores;
- Participações em conferências, tanto em Portugal como nos principais centros financeiros europeus, realizadas maioritariamente em formato virtual.

As ações acima descritas tiveram, sempre que possível e adequado, o envolvimento da equipa de gestão, quer da Corticeira Amorim quer das várias Unidades de Negócio.

A Corticeira Amorim tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da atividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos investidores.

Tipo de informação disponibilizada (em português e em inglês):

- A firma, a qualidade de Sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Estatutos;
- Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- Composição do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- Documentos de prestação de contas, incluindo relatório sobre as estruturas e práticas do governo societário;
- Calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre;
- Convocatórias para a realização de Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Modelo para exercício de voto não presencial;
- Modelo de procuração para representação dos acionistas em Assembleia Geral;

- Informação anual, semestral e trimestral da atividade desenvolvida pela Sociedade;
- Principais indicadores financeiros e de atividade;
- Evolução da cotação;
- Comunicados divulgados: resultados, informação privilegiada, participações qualificadas no capital da Sociedade;
- Apresentações da atividade efetuadas a analistas e investidores.

A partir do início de 2009 passaram também a ser disponibilizadas as atas e informação estatística sobre as presenças dos acionistas na Assembleia Geral, no prazo máximo de cinco dias úteis após a realização da Assembleia Geral.

Elementos para contato:

O acesso a este Departamento pode ser feito pelo telefone 22 747 54 00, pelo fax 22 747 54 07 ou pelo endereço de correio eletrónico corticeira.amorim@amorim.com.

57. Representante para as relações com o mercado.

A Representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim é Ana Negrals de Matos.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A proporção de resposta aos pedidos de informação é de 100%; o prazo de resposta é, em média, de 24 horas (dias úteis), salvo casos de elevada complexidade (prazo de resposta médio de cinco dias úteis) que exigem a consulta a recursos externos à Sociedade e, portanto, dependentes dos prazos de resposta de tais recursos. Em 2020, estes casos representaram menos de 5% do total de pedidos de informação recebidos; no final do ano, não havia solicitações passíveis de resposta pendentes.

V. Sítio de Internet

59. Endereço.

A Corticeira Amorim disponibiliza no sítio www.amorim.com um vasto conjunto de informação sobre a sua estrutura societária, sobre a sua atividade e sobre a evolução dos seus negócios.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Informação disponível em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/modelo-de-governo/>.

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Informação sobre Estatutos, Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal, Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional (incluindo Procedimento de Comunicação de Irregularidades) disponível em: <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Informação sobre titulares dos órgãos sociais, representante para as relações com o mercado e Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso – disponível em:

<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Documentos de prestação de contas disponíveis em:

<https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financeira/relatorios-anuais/>;

<https://www.amorim.com/pt/investidores/informacao-financeira/otros-relatorios/>;

Calendário semestral de eventos societários disponível em;

<https://www.amorim.com/pt/investidores/calendario-de-eventos/>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<https://www.amorim.com/pt/investidores/assembleia-geral/>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<https://www.amorim.com/pt/investidores/assembleia-geral/>

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A Assembleia Geral de acionistas tem optado por nomear uma Comissão de Remunerações, ponderada a possibilidade e a capacidade efetiva que os respetivos membros reúnem para, a todo o tempo do respetivo mandato, exercerem de forma independente as funções que lhe estão atribuídas, isto é, definição de políticas de remuneração dos membros dos órgãos sociais que promovam, numa perspetiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respetivos interesses com os da Sociedade.

A adoção da metodologia *balanced scorecard*, que pondera indicadores financeiros e não financeiros para a avaliação do desempenho, permite à Comissão de Remunerações aferir em cada exercício o grau de cumprimento objetivo dessas metas. Fundamenta, também, a elaboração das declarações da Comissão de Remunerações e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respetivamente dos órgãos de administração e fiscalização, bem como dos demais dirigentes, que anualmente são submetidas à apreciação da Assembleia Geral de acionistas.

Assim, compete:

- À Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos membros do Conselho de Administração, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais;

- Ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus dirigentes.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Remunerações é composta por três membros efetivos, que escolherão o respetivo Presidente.

A Assembleia Geral de acionistas realizada em 26 de junho de 2020 reelegeu para o corrente mandato (2020–2022) os seguintes membros:

Presidente: José Manuel Ferreira Rios
Vogal: Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal: Abdul Rehman Omarmiã Mangá
Data do termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2022, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

A Comissão de Remunerações pode decidir a contratação de serviços de consultadoria que julgue convenientes e adequados ao cabal exercício das suas funções devendo assegurar que a seleção dos respetivos prestadores obedeça a critérios de competência e independência. No exercício em apreço não foram contratadas pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio a esta Comissão.

A Comissão de Remunerações reuniu cinco vezes em 2020 (2019: cinco), com uma assiduidade global de 100%.

Compete a esta Comissão apresentar a Política de Remunerações a apresentar à Assembleia Geral de acionistas relativamente à remuneração a auferir pelos membros dos órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas). Compete-lhe também deliberar sobre as remunerações (fixas e /ou variáveis) de cada um dos administradores; sobre quais os administradores cuja remuneração consiste em participação nos lucros, bem como a percentagem destes atribuída a cada um.

Formalmente os membros que constituem a Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim não devem ser considerados independentes (embora nenhum deles integre o Conselho de Administração da Sociedade). É convicção geral – nomeadamente da Assembleia Geral de acionistas que os elegeu para os respetivos cargos e funções – de que, além de reunirem competências técnicas adequadas, acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permitem zelar cabalmente pelos interesses que lhes estão cometidos.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros desta Comissão foram selecionados tendo em conta a sua larga experiência em gestão de recursos humanos, no acompanhamento e *benchmarking* das políticas e de práticas de outras sociedades nestas matérias e o conhecimento da legislação laboral e das boas práticas remuneratórias.

Qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de remunerações e outros elementos curriculares relevantes:

José Manuel Ferreira Rios (Presidente):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Curso de Perito Averiguador em Danos Reais (2016) e frequência de vários cursos de Segurança e Recursos Humanos. Exerce, desde 1975, cargos de Administração em várias sociedades, o que inclui, entre outras, liderança de áreas de recursos

humanos, contando com larga experiência na gestão de recursos humanos, definição de métricas de análise e avaliação de desempenho.

Atualmente, ocupa também os cargos de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR), de vogal da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico da Cortiça (CINCORK) e de membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP.

Género: Masculino | Idade: 71 anos

Jorge Alberto Guedes Peixoto (Vogal):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Iniciou de atividade profissional em 1969, como contabilista. Ao serviço do Grupo Amorim desde 1970, onde exerceu as funções de contabilista, diretor financeiro, diretor geral de Unidade de Negócio e de administrador em várias empresas.

Tem experiência na gestão de recursos humanos e práticas remuneratórias, que advém dos inúmeros cargos exercidos.

Género: Masculino | Idade: 69 anos

Abdul Rehman Omarmiã Mangá (Vogal):

É bacharel em Contabilidade pelo Instituto Comercial de Lourenço Marques, Moçambique. Exerceu funções de diretor administrativo do Grupo Cervejeiro Moçambicano e de diretor geral das Unidades de Calçado após a independência de Moçambique, com responsabilidade direta na gestão dos recursos humanos. Foi diretor Administrativo da Ormac – Organização, Máquinas e Artigos para Calçado, S.A., também com o pelouro dos recursos humanos.

Desde junho de 1988, é diretor administrativo e responsável pelos recursos humanos da Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., SA.

Género: Masculino | Idade: 72 anos

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Sob proposta apresentada pela Comissão de Remunerações da Sociedade, a Assembleia Geral de acionistas realizada em 26 de junho de 2020 aprovou a seguinte política de remunerações:

1. A remuneração dos **membros da Mesa da Assembleia Geral** reveste a forma de senha de presença, devendo ser fixada para todo o mandato, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
2. Os **membros do Conselho Fiscal** devem auferir exclusivamente uma remuneração fixa, paga 12 vezes por ano, alinhada com a prática de mercado, com as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados e com as credenciais técnicas e profissionais evidenciadas;
3. A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
4. Os **membros do Conselho de Administração** devem ser remunerados tomando em consideração:
 - O estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada Membro do Conselho de Administração;
 - A observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;
 - Sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho;

- A atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da *performance* de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica, social e ambiental a médio/longo prazo da Organização;
 - O montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor;
 - O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;
 - Aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
5. Não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais:
- Planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço as ações;
 - Sistema de benefícios de reforma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Os membros executivos do Conselho de Administração auferem de uma componente variável da remuneração que depende da avaliação do respetivo desempenho, em particular do respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Nesses termos, o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

No exercício em apreço, não se verificou diferimento do pagamento de qualquer componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não existe atribuição de remuneração variável em ações nos termos deste ponto.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não existe atribuição de remuneração variável em opções nos termos deste ponto.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Para além do exposto nos pontos anteriores, não existem outros sistemas de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma nos termos deste ponto.

Conforme referido no ponto 69, a Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim submeteu à apreciação da Assembleia de acionistas realizada em 26 de junho de 2020 (que a aprovou) a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração, a qual expressamente refere não ser política de remuneração a atribuição dos benefícios referidos nesta nota.

Apesar de, à data deste relatório, não existirem sistemas de benefícios de reforma como os referidos nesta nota, entende a Sociedade que, a propor-se a sua implementação, a Assembleia Geral deve apreciar as características dos sistemas adotados e vigentes no exercício em causa (tal como apreciou a sua não atribuição).

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2020, o conjunto de todos os membros do **Conselho de Administração** auferiu remunerações provenientes da Corticeira Amorim que ascenderam a 563 368,50 euros.

- O conjunto de membros executivos auferiu remunerações fixas que ascenderam a 552 653,50 euros (António Rios de Amorim: 239 284,50 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 169 284,50 euros; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 144 084,50 euros) e variáveis que ascenderam a 10 715,00 euros (António Rios de Amorim: 1000,00 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 1000,00 euros; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 8715,00 euros);
- Os membros não executivos deste órgão não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho de funções no órgão de administração da Corticeira Amorim.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2020, nenhum dos membros do Conselho de Administração auferiu remunerações provenientes de outras sociedades associadas ou participadas que consolidam na Corticeira Amorim.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Em 2020, a componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração correspondeu:

- A uma gratificação excepcional de 1000,00/administrador, que foi também atribuída a todos os colaboradores admitidos até 1 de junho de 2020 em empresas nacionais e internacionais totalmente detidas pelo Grupo Corticeira Amorim. Esta gratificação foi concedida atendendo a que em 2020 se assinalaram os 150 anos de existência do Grupo, num ano difícil e de contornos muito adversos devido à pandemia por COVID-19, no qual o Grupo manteve, ainda assim, um desempenho relevante;
- A um prémio de desempenho calculado em função da verificação objetiva do grau de cumprimento das metas, objetivos e iniciativas estratégicos e ações prioritárias definidos no plano estratégico da Sociedade (horizonte temporal: três anos) e suas declinações anuais. Para este efeito, relevaram, entre outros, a análise da evolução dos resultados e o nível de concretização dos seguintes objetivos estratégicos: inovação, sustentabilidade, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento.

Os valores atribuídos aos membros do Conselho de Administração nos termos desta nota encontram-se referidos no ponto 77. Face a anos anteriores, são consideravelmente inferiores tendo em conta que, no âmbito dos objetivos definidos para 2019, não foram atingidas, pelo menos, 90% das metas propostas.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções no exercício de 2020.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

O conjunto de todos os membros do **Conselho Fiscal** auferiu de retribuições totais que ascenderam a 36 000 euros (Manuel Carvalho Fernandes: 12 000,00 euros; Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro: 9600,00 euros; Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira: 9600,00 euros; Maria Cristina Galhardo Vilão: 4800,00 euros). Os membros do Conselho Fiscal não auferiram, nos termos da política de remunerações descrita, retribuição variável.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral auferiram retribuições totais que ascenderam a 5000,00 e 1500,00 euros, respetivamente.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem limitações contratuais nos termos deste ponto.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem

justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (artigo 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem acordos nos termos deste ponto. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos com titulares do Conselho de Administração ou dirigentes que prevejam o pagamento de indemnizações em situações não exigidas por lei.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (stock options)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Na Sociedade não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Nos termos da política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e, conforme referido no ponto 85., na Sociedade não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

Entende a Sociedade que, a propor-se a implementação de planos deste tipo, a Assembleia Geral deverá apreciar as características dos planos a adotar, bem como a sua concretização em cada exercício.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (stock options) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Na Sociedade não existem direitos de opção deste tipo.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (artigo 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Na Sociedade não existem mecanismos de controlo deste tipo.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Quando não expressamente proibidas por lei⁸, as transações com partes relacionadas obedecem ao disposto no Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas (formalizado em 1 de agosto de 2014; revisto em 7 de

⁸ O artigo 397º – Negócios com a Sociedade, do Código das Sociedades Comerciais determina, com força vinculativa que:

1 – É proibido à sociedade conceder empréstimos ou crédito a administradores, efetuar pagamentos por conta deles, prestar garantias a obrigações por eles contraídas e facultar-lhes adiantamentos de remunerações superiores a um mês.

2 – São nulos os contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta, se não tiverem sido previamente autorizados por deliberação do conselho de administração, na qual o interessado não pode votar, e com o parecer favorável do conselho fiscal.

3 – O disposto nos números anteriores é extensivo a atos ou contratos celebrados com as sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com aquela de que o contraente é administrador.

4 – No seu relatório anual, o conselho de administração deve especificar as autorizações que tenha concedido ao abrigo do n.º 2 e o relatório do conselho fiscal deve mencionar os pareceres proferidos sobre essas autorizações.

5 – O disposto nos n.ºs 2, 3 e 4 não se aplica quando se trate de ato compreendido no próprio comércio da sociedade e nenhuma vantagem especial seja concedida ao contraente administrador.

dezembro de 2020, em função da entrada em vigor da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto); disponível para consulta em:

<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>.

A avaliação a realizar no âmbito dos procedimentos de autorização e parecer prévio aplicáveis a transações com Partes Relacionadas deve ter em conta, entre outros aspetos relevantes em função do caso concreto, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais *stakeholders*, a prossecução do interesse da Sociedade e, bem assim, o impacto, materialidade, natureza e justificação de cada transação.

As transações realizadas entre a Sociedade ou qualquer Subsidiária e qualquer Parte Relacionada, deverão, em regra, ser realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade ou da Subsidiária e em condições normais de mercado; as transações que não preencham estes requisitos são objeto de deliberação do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva, precedida de um parecer do Conselho Fiscal.

No âmbito dos mecanismos de controlo interno de transações com Partes Relacionadas encontram-se implementados os seguintes procedimentos e critérios, considerados adequados à garantia de transparência do processo decisório e determinação das transações sujeitas a divulgação:

- a) Até ao final do mês subsequente ao termo de cada trimestre, o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva, verificam e dão conhecimento ao Conselho Fiscal do valor e natureza das transações realizadas no trimestre anterior com cada Parte Relacionada, particularizando aquelas que tenham sido objeto de aprovação específica por qualquer daqueles órgãos;
- b) A realização de transações com Partes Relacionadas será submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal seguida de deliberação específica do Conselho de Administração/e ou da Comissão Executiva nos seguintes casos:
 - i. Transações cujo valor por transação exceda um milhão de euros ou cujo valor acumulado no exercício exceda três milhões de euros;
 - ii. Transações com um impacto significativo na atividade da Sociedade e/ou das suas Subsidiárias em função da sua natureza ou importância estratégica, independentemente do respetivo valor;
 - iii. Transações realizadas, excecionalmente, fora das condições normais de mercado, independentemente do respetivo valor.
- c) O parecer prévio do Conselho Fiscal bem como a deliberação específica do Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva exigidos para as transações referidas no ponto i) da alínea anterior não serão necessários quando respeitarem a contratos de execução continuada, ou a renovações em termos substancialmente semelhantes aos do contrato anteriormente em vigor.

Para efeitos da apreciação da transação em causa e emissão do parecer pelo Conselho Fiscal, o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva, no âmbito da respetiva delegação de competências, facultam àquele órgão a informação necessária e uma justificação fundamentada.

A avaliação a realizar no âmbito dos procedimentos de autorização e parecer prévio aplicáveis às transações com Partes Relacionadas deve ter em conta, entre outros aspetos relevantes em função do caso concreto, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais *stakeholders*, a prossecução do interesse da Sociedade e, bem assim, o impacto, materialidade, natureza e justificação de cada transação.

Nos termos da lei, dos Estatutos da Sociedade e do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas, em todas as transações verificadas, apreciadas, sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal e/ou aprovação pelo Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, os membros dos referidos órgãos que sejam, na transação concreta ou projetada, Partes Relacionadas devem prestar todas as informações e esclarecimentos tendo em vista a cabal compreensão da referida transação, estando-lhes, contudo, vedada a participação na deliberação e/ou na votação respetiva.

As Transações com Partes Relacionadas realizadas ou pela Sociedade ou por qualquer uma das suas Subsidiárias (i) cujo valor seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade ou (ii) que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente ou em condições normais de mercado devem ser divulgadas publicamente, o mais tardar no momento em que forem realizadas. Tal divulgação deve incluir a identificação da parte relacionada e a natureza dessa relação, a data e o valor da transação, a fundamentação da transação e o sentido do parecer do Conselho de Fiscalização.

Estes procedimentos não se aplicam a:

- i. transações realizadas entre a Sociedade e as suas Subsidiárias, e nenhuma Parte Relacionada com a Sociedade tenha interesse nessa Subsidiária;
- ii. transações relativas à remuneração dos administradores, ou a determinados elementos dessa remuneração;
- iii. transações propostas a todos os acionistas nos mesmos termos, assegurando-se a igualdade de tratamento de todos os acionistas e a proteção dos interesses da Sociedade.

O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório e Contas Consolidado da Corticeira Amorim (ponto 92. deste relatório).

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No exercício em apreço não se realizaram transações que, nos termos dos procedimentos atrás descritos, exigissem parecer prévio do Conselho Fiscal seguido de deliberação específica do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva.

O procedimento de verificação e envio trimestral, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva, ao Conselho Fiscal, do valor e da natureza das transações realizadas com Partes Relacionadas encontra-se implementado.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Conforme descrito no ponto 89.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

As transações da Corticeira Amorim com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da Corticeira Amorim foi de 11 862 mil euros (2019: 11 107 mil euros); em sentido contrário realizaram-se transações que ascenderam a 101 mil euros (2019: 98 mil euros).

As vendas da Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A. e da Taboadella, S.A., subsidiárias da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo Corticeira Amorim atingiram os 30 mil euros (2019: 46 mil euros); em sentido contrário, realizaram-se transações que ascenderam a 34 mil euros (2019: 318 mil euros).

As compras de cortiça amadia efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da Corticeira Amorim atingiram o valor de 1339 mil euros (2019: 444 mil euros), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

Em matéria de governo societário, a Corticeira Amorim encontra-se sujeita (i) às disposições da lei vigente em Portugal, nomeadamente ao estipulado no Código das Sociedades Comerciais, no Código dos Valores Mobiliários e nos Regulamentos emanados pela CMVM, podendo este conjunto de documentos ser consultado no sítio da CMVM, em www.cmvm.pt; (ii) aos seus próprios Estatutos Sociais, disponíveis para consulta no sítio da Sociedade, em <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>. Acolhe também o Código de Governo Societário emanado pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), edição de 2018 com a revisão de 2020, e que, mesmo sendo apenas um quadro recomendatório, constitui um importante referencial de boas práticas, que também se encontra disponível em www.cgov.pt.

No presente relatório, a Corticeira Amorim avalia as suas práticas tendo por referência o referido Código de Governo Societário do IPCG, numa base de *comply or explain*, elaborando o presente relatório sobre as estruturas e práticas do seu governo societário por referência a todo o quadro normativo legal, estatutário e recomendatório a que se encontra sujeita.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Capítulo I – Parte Geral

I.1. Relação da sociedade com investidores e informação

I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.

Adotada. Pontos 55., 56., 57. e 58.

I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.

Adotada. Parte I – introdução ao Capítulo B., pontos 19. e 26. (Conselho de Administração), pontos 33. e 36. (Conselho Fiscal), ponto 11. (Mesa da Assembleia Geral) e pontos 67. e 68. (Comissão de Remunerações).

A Corticeira Amorim adota políticas e práticas que visam a promoção da diversidade nos órgãos sociais <https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>.

A Corticeira Amorim é a *holding* de um grupo económico com sede em Portugal, solidamente implantado internacionalmente, através de sociedades subsidiárias, participadas e *joint ventures*. O vastíssimo portefólio de produtos e soluções que continuamente desenvolve responde a mercados e consumidores diversos.

Respondendo aos desafios que decorrem deste enquadramento, o governo da Corticeira Amorim preconiza uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;

- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e consequentemente permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para seu o desenvolvimento sustentável e criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece, pois, a necessidade de promover continuamente a diversidade nos seus órgãos sociais, em particular no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- Habilitações académicas adequadas e experiência profissional relevante para o exercício do cargo societário específico e que, no conjunto do respetivo órgão social, permitam reunir as competências necessárias ao cabal desempenho das funções desse mesmo órgão;
- Inclusão de membros de faixas etárias diferentes, combinando o saber e a experiência de membros mais seniores com a inovação e a criatividade de membros mais jovens, por forma a permitir ao respetivo órgão orientar-se para uma visão inovadora do negócio e uma gestão prudente dos riscos;
- A promoção da diversidade de género e, consequentemente, um adequado balanceamento de sensibilidades e de estilo de tomada de decisão dentro do respetivo órgão.

O resultado da adoção destas políticas encontra-se espelhado na composição dos membros dos seus órgãos sociais, em particular os que são particularmente abrangidos por esta recomendação.

I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.

Parcialmente adotada.

Conforme explicitado nos pontos 22. e 27., não existe regulamento interno formalizado do Conselho de Administração nem da Comissão Executiva constituída no seu seio, a qual se encontra limitada pelo âmbito da deliberação de delegação que lhe deu origem; tal como referido nestes pontos, estes dois órgãos atuam num quadro legal, estatutário e procedimental que, no seu conjunto, consubstancia já um regulamento de funcionamento adequada e propiciador da adoção das melhores práticas, em salvaguarda da eficiência da Sociedade e da criação de valor para o acionista.

Existe e está disponível no sítio da Sociedade o regulamento interno do Conselho Fiscal.

São elaboradas atas detalhadas das reuniões destes dois órgãos.

I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.

Adotada relativamente ao Conselho Fiscal (pontos 22., 34., e 61.); não existe regulamento interno formalizado dos restantes órgãos, pelo que também não estão divulgados no sítio da Sociedade.

I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.

Adotada. Pontos 17. e 23. (Conselho de Administração); pontos 28 e 29 (Comissão Executiva); pontos 31. e 35. (Conselho Fiscal).

A informação pode ser consultada em:

<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/orgaos-sociais/>

I.2.4. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a comunicação e

tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.

Adotada. Ponto 49. e Secção III – Controlo Interno e Gestão de Riscos do Capítulo C – Organização Interna, nomeadamente ponto 54.

I.3. Relação entre órgãos da sociedade

I.3.1. Os Estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Não adotada formalmente. Embora não previsto nos Estatutos ou outras vias equivalentes, está assegurado integral e permanentemente o acesso a toda a informação e demais elementos referidos nesta recomendação. **Pontos 21. 29. e 38.**

I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

Adotada. Pontos 21., 29 e 38.

I.4. Conflitos de interesses

I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Adotada. Pontos 21. e 29. e nos termos do artigo 3.º do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas (<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>).

No que concerne ao Conselho Fiscal, cumpre salientar que, na Corticeira Amorim, este órgão é composto exclusivamente por membros independentes, portanto, não associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

Adotada. Pontos 21. e 29. E nos termos do artigo 3.º do Regulamento de Transações com Partes Relacionadas

(<https://www.amorim.com/pt/investidores/governo-societario/Estatutos-regulamentos-e-pol%C3%ADticas/>).

I.5. Transações com partes relacionadas

I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.

Adotada. Ponto 38., 89., 90. e 91.

I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.

Os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1. são comunicados ao Conselho Fiscal com periodicidade trimestral. O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório do Governo Societário (ponto 92.).

Capítulo II — Acionistas e Assembleia Geral

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

Adotada. Ponto 12.

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Ponto 14.

Conforme detalhado no ponto 14. os **Estatutos da Corticeira Amorim** consagram um quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto na lei **nas seguintes situações:**

- Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital – necessidade da presença na Assembleia Geral de acionistas que representem, pelo menos, 50% do capital social realizado (artigo 7.º);
- Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do artigo 392.º do Código das Sociedades Comerciais – é necessário que contra a deliberação de destituição não tenham votado acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social (artigo 17.º);
- Assembleia Geral convocada a requerimento de acionistas – para que possa deliberar há necessidade da presença de acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião (artigo 22.º);
- Alteração da norma estatutária sobre a composição do Conselho de Administração – necessidade de deliberação por maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social (artigo 24.º);
- Dissolução da Sociedade – necessidade de deliberação de acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, 85% do capital social realizado (artigo 33.º).

Como resulta do exposto, o não cumprimento da presente Recomendação e a imposição de quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto no Código das Sociedades confere aos acionistas, particularmente aos detentores de reduzidas frações de capital, um papel relevante num conjunto de decisões que afetam de forma substancial a vida da Sociedade (dissolução), o seu modelo de governo (destituição do Administrador proposto pelos acionistas minoritários e alteração da composição do Conselho de Administração), os direitos patrimoniais dos acionistas (limitação ou supressão de direitos de preferência em aumentos de capital) e a adequada participação dos acionistas em reuniões da Assembleia Geral por estes convocadas.

Assim, considera-se que a manutenção destes requisitos se orienta para a promoção e proteção dos direitos e do papel dos acionistas na condução de questões societárias relevantes – valores que o Código do Governo das Sociedades pretende proteger.

II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Os Estatutos da Corticeira Amorim não consagram a participação nas reuniões da Assembleia Geral de acionistas por meios telemáticos.

Tal como referido no ponto anterior, a Corticeira Amorim privilegia a participação presencial do acionista nas Assembleias Gerais, pelos motivos indicados. Os elevadíssimos índices de participação dos acionistas indicam ser esta, também, a forma que os acionistas privilegiam na sua interação com a Sociedade e com os membros dos seus órgãos sociais.

Assim, tendo esta realidade por base e tendo em consideração a complexidade associada à realização de assembleias gerais por meios telemáticos (em particular recursos materiais e meios técnicos, sistema de controlo e verificação da condição de acionista) bem como os riscos de adulteração informática e os custos associados, para ambas as partes, para evitar esses riscos, a Corticeira Amorim julga ser de manter a prática atual relativamente à realização e participação nas Assembleias Gerais de acionistas.

Este posicionamento e entendimento não obsta a que, ponderado o enquadramento concreto de marcação/realização da Assembleia Geral, não seja possível a participação à distância dos acionistas. Foi o que se verificou em 2020, em virtude da crise sanitária que abala fortemente o mundo, a Europa e, em particular, Portugal, tendo esta pandemia levado, inclusive, à declaração, em Portugal, de estado de emergência, tendo sido implementado um conjunto de medidas de resposta à pandemia, entre as quais a redução de contactos entre pessoas ao mínimo indispensável e a redução ou mesmo proibição de deslocações internas e transfronteiriças.

Em face destas circunstâncias, a Corticeira Amorim implementou também um plano de contingência para proteger todos os seus *stakeholders*, incluindo salvaguardar a saúde e o bem-estar dos seus acionistas.

Assim, a Assembleia Geral Anual foi realizada exclusivamente através de meios telemáticos e, para assegurar as mais amplas condições para a manifestação de um voto esclarecido, o exercício do direito de voto e do direito à informação dos acionistas em Assembleia Geral puderam ser exercidos por correspondência eletrónica.

II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Ponto 12.

É admitido o voto por correspondência, devendo as declarações de voto, endereçadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, dar entrada na sede da Sociedade, até às 18 horas do terceiro dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral e nas demais condições expressamente publicitadas em cada Convocatório da Assembleia Geral. A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto emitido por correspondência.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos desde que se julguem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo. Caso o Presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório.

Para a Corticeira Amorim, a Assembleia Geral de acionistas é um acontecimento de especial relevância para a Sociedade e para os seus acionistas, enquanto fórum privilegiado de comunicação entre a Sociedade (via os membros dos seus órgãos estatutários) e os seus acionistas, incentivando a transparência, a reflexão conjunta, a troca de ideias e argumentos e o alinhamento de interesses. Assim, a elevada participação ativa dos acionistas da Corticeira Amorim nas Assembleias Gerais motiva a Sociedade a manter o atual sistema de participação e votação (presencial e voto por correspondência) assegurando, por um lado, a participação de todos aqueles que não podem ou não pretendem participar presencialmente e, por outro, potenciar a tradicional participação presencial que ultrapassa largamente os 80% do total das ações emitidas.

Acresce que se considera que (i) para o acionista, a complexidade associada ao voto eletrónico seguro é desproporcional face ao voto por correspondência que também permite a participação não presencial, possível até de revogar pela presença do acionista, (ii) quer para o acionista quer para a Sociedade, os custos decorrentes são materialmente relevantes.

Tal como referido no ponto anterior, este posicionamento e entendimento não obsta a que, ponderado o enquadramento concreto de marcação/realização da Assembleia Geral, não seja possível o voto à distância. Foi o que se verificou em 2020. Em virtude dos motivos já referidos, para assegurar as mais amplas condições para a

manifestação de um voto esclarecido, o exercício do direito de voto e do direito à informação dos acionistas em assembleia geral puderam ser exercidos por correspondência eletrónica.

II.5. Os Estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Não aplicável. Ponto 5. Ponto 13.

Os Estatutos da Corticeira Amorim não preveem a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

Adotada. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do Conselho de Administração, exceto as normais cláusulas de *change of ownership* incluídas em alguns contratos de financiamento celebrados no decurso do normal financiamento das operações e que, caso a caso, foram analisadas e a sua aceitação considerada a mais adequada ao interesse da Sociedade. A existência de uma avultada reserva de liquidez (linhas de crédito contratadas e não utilizadas (ver Ponto 4.)) permite que, mesmo que tal cláusula fosse exercida, a Sociedade continue a poder financiar—se e/ou a cumprir tempestivamente o serviço da dívida.

Portanto, (i) Sendo uma prática corrente de mercado que, entre outros, visa assegurar a obtenção de financiamento em condições mais vantajosas para a Sociedade; (ii) estando garantidos meios de financiamento imediatamente mobiliáveis em caso do exercício destas cláusulas; (iii) sendo esta informação divulgada anualmente nas contas da Sociedade, considera—se que a contratação/manutenção destas cláusulas não suscetível de colocar em causa a livre transmissibilidade das ações nem de prejudicar a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos membros do Conselho de Administração.

Não se encontram implementadas quaisquer medidas visando especificamente os efeitos descritos nesta recomendação. **Pontos 4. e 84.**

Capítulo III — Administração não Executiva e Fiscalização

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (*lead independent director*) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená—los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Não existem administradores independentes o que impede a adoção da prática nos precisos termos em que é preconizada.

No entanto, considera—se que os objetivos visados se encontram plenamente acautelados (i) pelo atuação criteriosa e colegial do Conselho de Administração, quer pela realização de reuniões mensais em que se debatem todos os temas relevantes para a Sociedade com a presença do seu Presidente (assiduidade: 100%); (ii) o sistema

implementado garante, por um lado, o reporte tempestivo da Comissão Executiva a todos os membros do Conselho de Administração e, por outro lado, a preparação das reuniões do Conselho de Administração agendando-as com antecedência e circulando a ordem de trabalhos e respetivos documentos de suporte com a necessária antecedência ao seu estudo e interpelação; (iii) a avaliação realizada é feita colegialmente, pelo conjunto dos membros que compõem o Conselho de Administração.

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar no relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.

Adotada. Ponto 18. (Conselho de Administração) e ponto 31. (Conselho Fiscal).

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

Não adotada. Implementada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Ponto 18.

Apesar do número de administradores não executivos ser igual ao número de administradores executivos, considera-se que cumprem cabal e eficientemente as responsabilidades que lhes estão cometidas – tal como descrito em capítulo próprio do Relatório de Gestão “Atividades desenvolvida pelos membros não executivos do Conselho de Administração da Corticeira Amorim” – podendo, inclusive, bloquear qualquer deliberação do próprio Conselho de Administração.

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;
- (ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- (iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- (v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- (vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Não adotada. Implementada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses. Pontos 18. e 20.

Apesar de não existirem administradores independentes, os administradores não executivos têm ampla e diversificada experiência académica e profissional, bem como elevados padrões de ética e conduta profissional que dão acrescidas garantias de atuação na prossecução do superior interesse da Sociedade e da generalidade dos acionistas, em detrimento de interesses particulares.

A existência de regras internas, claras e imperativas, que regulam as transações entre partes relacionadas, bem como a obrigação de se absterem em decisões nas quais possam ter interesse particular, impossibilitam uma atuação em proveito próprio, obrigando, pois, a uma atuação profissional isenta.

III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da Sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).

Não aplicável.

III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação.

A definição de linhas estratégicas e a política de riscos, conforme referido no ponto 52, é da competência do Conselho de Administração. Embora não haja formalmente uma avaliação e parecer prévio do Conselho Fiscal relativamente à sua aprovação, é matéria do conhecimento do Conselho Fiscal que, a todo o tempo, pode solicitar esclarecimentos, fazer sugestões ou solicitar informação sobre a sua implementação.

III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.

Parcialmente adotada. A avaliação do desempenho e de remunerações compete à Comissão de Remunerações, eleita pelos acionistas (ponto 66.).

Não existe uma comissão especializada em governo societário e de nomeações, matérias que, atendendo à dimensão da Sociedade e ao facto de o Conselho de Administração reunir competências especializadas nas mesmas, são tratadas: ao nível do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva.

Capítulo IV — Administração Executiva

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesse.

Apesar de não existir regulamento interno formalizado nos termos previstos nesta recomendação: (i) os Estatutos da Sociedade limitam a competência da Comissão Executiva à execução das decisões do Conselho de Administração e à gestão corrente da Sociedade, incluindo, por inerência, matérias de administração; (ii) existe a delegação formal de competências do Conselho de Administração na Comissão Executiva que, juntamente com a legislação em vigor estabelecem o regime de atuação dos membros da Comissão Executiva, e (iii) existem regras internas, claras e genericamente observadas, no sentido de o Conselho de Administração ter informação sobre eventuais cargos societários, executivos ou não, em entidades não relacionadas com o Grupo Corticeira Amorim.

IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Adotada. Ponto 21.

IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.

Adotada. Capítulo 17. Avaliação Anual de Desempenho do Relatório de Gestão Consolidado e Secção 5.3. Desempenho Económico do Relatório de Sustentabilidade.

Capítulo V – Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.

Adotada. Capítulo 17. do Relatório Consolidado de Gestão.

V.2 Remunerações

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.

Adotada parcialmente. Pontos 66., 67. e 68.

V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.

Adotada. Pontos 66., 67. e 68.

V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessão de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.

Adotada.

Os pagamentos decorrentes da cessão de funções dos membros de qualquer órgão ou comissão da Sociedade são os que decorrem da lei geral, não havendo acordos específicos que determinem o pagamento de outras compensações. Verificando-se a cessação de funções antes do termino do respetivo mandato, é à Comissão de Remunerações que compete aferir e aprovar a compensação e o seu montante.

V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

Adotada.

É prática a Comissão de Remunerações estar presente ou representada nas Assembleias Gerais. Na Assembleia Geral de acionistas de 26 de junho de 2020 esteve presente o Presidente desta Comissão, por si e em representação dos restantes membros da mesma.

V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.

Adotada. Ponto 67.

V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão.

Adotada. Ponto 67.

V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

Adotada. Pontos 69., 70. e 71.

V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno.

Adotada parcialmente. Pontos 69. e 72.

O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas do exercício correspondente a todo o mandato. Sendo o mandato de três anos, tal diferimento poderá não ser por um período não inferior a três anos.

V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Não aplicável.

Nos termos da declaração sobre política de remunerações aprovada em Assembleia Geral de acionistas, sob proposta da Comissão de Remunerações, não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço da ação.

V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotada. Pontos 77. e 78.

V.3. Nomeações

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.

Adotada.

As propostas à Assembleia Geral de acionistas para eleição dos membros dos órgãos sociais são acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação dos candidatos à função, designadamente através do seu currículo académico e profissional, evidenciando as suas competências académicas e profissionais, o respetivo percurso

profissional e cargos de relevo exercidos ou em exercício, que demonstrem a adequação do perfil, dos conhecimentos e do currículo à função a desempenhar na Sociedade.

V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses.

Atendendo à organização da atividade da Sociedade (i) em Unidades de Negócio especializadas, com atividades integradas mas autónomas, que respondem a mercados, a desafios e promovem estratégias não homogéneas e, também (ii) à dimensão da Sociedade, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigente é realizada pela Direção de Recursos Humanos da respetiva Unidade de Negócio ou pela Direção de Recursos Humanos da Corticeira Amorim (*holding*).

V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.

Não aplicável. Não existe Comissão de Nomeações.

V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

Adotada prática que se considera equivalente à proposta nesta recomendação, ou seja, acautelando idênticos interesses.

Apesar de não haver Comissão de Nomeações conforme prescrito em V.3.2., na Corticeira Amorim as Direções de Recursos Humanos atuam de acordo com um conjunto de procedimentos estabelecidos internamente que preconizam e possibilitam:

- A identificação tempestiva e adequada dos perfis necessários/compatíveis com uma determinada função de direção;
- A condução dos processos de seleção que tomam por base a adequação do perfil à função a exercer e critérios de mérito profissional;
- A designação de quadros dirigentes respeitando a política de diversidade da Corticeira Amorim (Introdução da Secção B. na Parte I deste relatório).

Capítulo VI — Controlo Interno

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.

Adotada. Pontos 52. e 54.

VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

Adotada.

Os mecanismos de reporte e de controlo periódico implementados permitem ao Conselho Fiscal acompanhar estas matérias; os sistemas de controlo implementados pela Sociedade, considerados robustos pelo Conselho Fiscal, permitem garantir que os riscos incorridos são consistentes com os objetivos fixados, nomeadamente nas

áreas consideradas mais críticas, onde existem planos de monitorização/controlo e de mitigação perfeitamente estabelecidos/implementados (por exemplo, programa de intervenção florestal visando garantir a disponibilidade de matéria-prima cortiça, a evolução cambial). Acresce uma cultura robusta de controlo de gestão orçamental (que também funciona como *scoreboard* para a avaliação do desempenho dos Quadros do Grupo).

VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. Pontos 52, 53, e 54.

VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. Pontos 38, e 50, a 52.

Conforme resulta dos pontos referidos, o sistema de controlo interno implementado na Corticeira Amorim conta com uma relevante e profícua interação com o Conselho Fiscal que, a todo o momento, pode solicitar esclarecimentos ou propor ajustamentos que, no seu entendimento, julgue necessários.

VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão e riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

Parcialmente adotada. Com periodicidade trimestral, é reportado ao Conselho Fiscal, em relatório específico par ao efeito: as análises efetuadas ao nível do controlo interno, respetivas conclusões e planos de ação implementados/em implementação de mitigação de eventuais não conformidades detetadas.

VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando

- (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade,
- (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto,
- (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação,
- (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.

Adotada. Ponto 54.

VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

Adotada. Ponto 54.

Capítulo VII — Informação financeira

VII.1 Informação financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das

políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

Adotada. Ponto 38.

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime geral aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.

Adotada. O Conselho Fiscal tem instituído um procedimento interno que abrange estas matérias.

VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Adotada.

Compete ao Conselho Fiscal propor o Revisor Oficial de Contas e respetiva remuneração, no quadro da Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de acionistas.

VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada. Pontos 38.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2020

Mensagem

Caro stakeholder,

O ano de 2020 será lembrado como o ano da pandemia causada pela COVID-19, que evoluiu rapidamente de uma emergência de saúde pública para uma crise económica e social. Para além dos grandes desafios e preocupações impostos a toda a sociedade, a pandemia proporcionou também a oportunidade de construir planos para reverter as fragilidades atuais em direção a um futuro mais sustentável.

Neste contexto, a Corticeira Amorim demonstrou a sua capacidade de rapidamente se ajustar, destacando a disposição de toda a Organização para colaborar e reconstruir um mundo mais resiliente e sustentável – em linha com a atuação que marca, também, os 150 anos de história celebrados em 2020.

Durante o ano, lembrámos o passado e celebrámos os pilares que unem os nossos 150 anos de atividade e de criação de valor: História, Renovação e Futuro; Cortiça, Sustentabilidade e Inovação; Pessoas, Família e Comunidade, Educação e Valores. Várias iniciativas tiveram de ser adiadas, outras reformuladas, mas, como em tantos outros momentos no passado, mantivemo-nos resilientes e alinhámos todas as nossas ações na missão: acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza.

Em 2020, revimos a estratégia de sustentabilidade, estabelecemos targets quantitativos para o próximo ciclo estratégico alinhados com os objetivos definidos em 2018 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; melhorámos a forma como comunicamos com os nossos stakeholders, nomeadamente através do lançamento de um site renovado. Atualizámos o conjunto de regras e orientações que devem pautar as decisões e a atuação quotidiana dos Colaboradores e Colaboradoras da Corticeira Amorim, formalizado no Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, e alargámos a certificação externa dos nossos sistemas de gestão ambiental e de responsabilidade social.

Na floresta, a plantação dos primeiros 251 hectares de Montado com irrigação é uma realidade. A nossa ambição é maior: queremos melhorar o nosso conhecimento e ser centro de excelência de investigação e desenvolvimento do Montado; queremos promover o Montado e os serviços dos ecossistemas associados; queremos apoiar os produtores florestais, nomeadamente, partilhando conhecimento.

Na batalha contra as alterações climáticas, procuramos acelerar a transição para uma bioeconomia circular e, apesar do notável 100% de aproveitamento de cortiça, continuamos a trabalhar na melhoria da eficiência do uso da cortiça ao longo do processo produtivo, desenvolvendo novas aplicações e adotando tecnologias e processos ainda mais eficientes. No nosso processo privilegiamos operações que não produzem aumento de emissões de CO₂ e reforçamos o recurso a energias renováveis que se irá traduzir num investimento de mais de 10 milhões de euros nos próximos quatro anos.

O incremento da sustentabilidade dos materiais, a circularidade dos processos e a redução de emissões de CO₂, dos resíduos e da poluição são objetivos comuns à Corticeira Amorim e aos seus stakeholders, cada vez mais conhecedores das credenciais únicas dos nossos produtos e soluções, nomeadamente, do seu elevado desempenho ambiental. Focamo-nos não só no impacto da nossa atividade, mas também no impacto na cadeia de valor. Assim, em 2020, concluímos 12 análises ciclo de vida/pegado carbono, fornecendo informação relevante e quantificada sobre a contribuição ambiental dos produtos de cortiça e facultando aos cerca de 27 mil clientes nacionais e internacionais da Corticeira Amorim soluções para redução da pegada de carbono dos seus próprios produtos.

No pilar social, concluímos um ciclo e demos o mote para o início do próximo. Queremos que a formação chegue a todos os Colaboradores e Colaboradoras e que em 2024 não haja qualquer acidente de trabalho, renovando investimento dos últimos anos, que nos permitiu reduzir para metade a frequência de acidentes nos últimos três anos em Portugal. Porque acreditamos que ambientes diversificados são ambientes mais criativos e inovadores, onde os Colaboradores e as Colaboradoras desenvolvem um maior sentido de pertença e de realização, definimos um Plano de Igualdade de Género com áreas prioritárias de intervenção para os anos subsequentes e com objetivos associados.

Ao longo de 150 anos fomos criando relações de proximidade e confiança com vários parceiros. Neste âmbito, entre outras, juntamo-nos à iniciativa 50 Sustainability & Climate Leaders, que promove, entre a comunidade empresarial internacional, a ambição de liderar e de agir em prol de um mundo mais sustentável, combatendo as alterações climáticas; aderimos ao act4nature Portugal, que mobiliza as empresas para a proteção, promoção e restauro da biodiversidade; e subscrevemos o Manifesto português “aproveitar a crise para lançar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável”.

O ano de 2020 foi especialmente desafiante para todos nós, pondo à prova a nossa capacidade, as nossas competências e a nossa coragem para enfrentar a COVID-19, num mundo em constante e radical mudança. Fizemo-lo - coletivamente - com resiliência, responsabilidade e solidariedade. Protegemos os nossos Colaboradores, Colaboradoras e stakeholders, mantivemos as nossas operações e, no cômputo geral, o nosso desempenho foi exemplar.

Termino com uma palavra de especial apreço às nossas Pessoas: as do passado e as do presente, aquelas que têm percorrido este longo caminho de compromisso e de envolvimento. A Corticeira Amorim de hoje é fruto do trabalho e dedicação de milhares de pessoas que connosco têm colaborado, tal como evocamos no livro “Traços de Gente” que lhes dedicámos em 2020, por ocasião dos 150 anos:

“São “Traços de Gente”, com cada uma das histórias a representar e a homenagear todas as mulheres e todos os homens que connosco viveram tempos bons e maus, sucessos e fracassos, mas que, sempre, sempre, estiveram do nosso lado a dar o melhor de si. As histórias destes colaboradores espelham eras, ciclos, cultura, mas também crenças, sentimentos e emoções. Uma riqueza social inegável e uma dimensão humana que nos marca”.

Cordiais cumprimentos,

Cristina Rios de Amorim

Administradora e Diretora de Sustentabilidade

Sobre este relatório

A Corticeira Amorim tem vindo a apostar e a reforçar a sua ambição e compromisso de sustentabilidade, através de diversas iniciativas e estratégias. A boa prática de reporte regular, realizada desde 2006, promove a transparência e potencia a adoção de princípios de sustentabilidade, quer na cadeia de valor, quer junto dos seus principais *stakeholders*.

Este Relatório de Sustentabilidade, que integra o Relatório Anual Consolidado da Corticeira Amorim, evidencia a abordagem e o compromisso da Corticeira Amorim para com os temas de sustentabilidade, e foi elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), as GRI Standards, para o nível Core, dando resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, sendo, nos termos do artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, a Demonstração Não Financeira Consolidada da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Sendo a Corticeira Amorim um grupo de empresas espalhadas pelo globo e dada a conseqüente dificuldade em implementar sistemas de recolha de informação uniformes, nomeadamente em empresas de menor dimensão, o âmbito do relatório não contempla a totalidade das empresas do Grupo Corticeira Amorim. Em 2020, para o presente reporte, considerou-se 89% (2019: 90%) das unidades industriais (UI) a nível mundial que empregam 82% (2019: 82%) do total de colaboradores da empresa em todo o mundo e correspondem a 83% (2019: 82%) das vendas mundiais consolidadas.

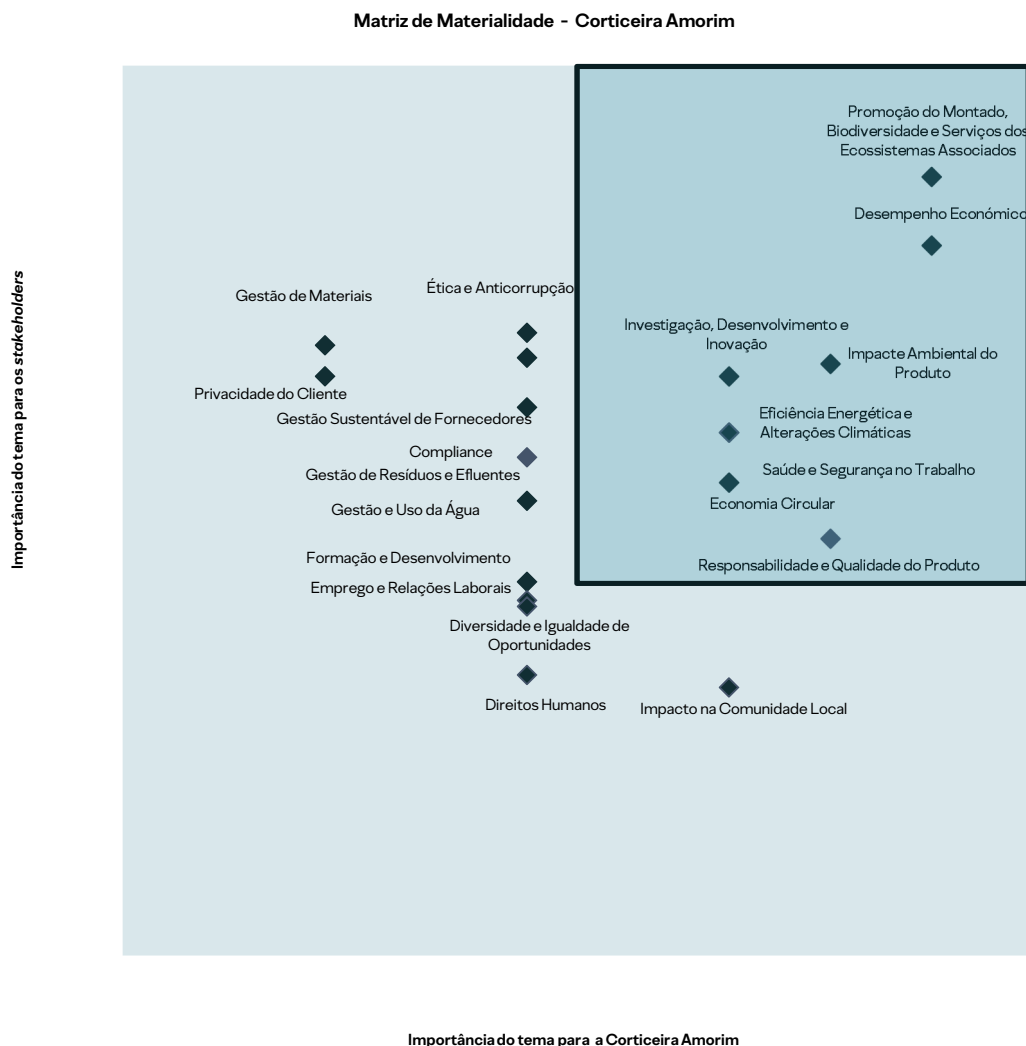
A verificação da informação deste relatório esteve a cargo da Ernst & Young Audit & Associados, S.R.O.C., S.A.

Este documento está disponível em <https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/relatorios/>, podendo qualquer esclarecimento ser solicitado à Corticeira Amorim, através do formulário de contactos disponível em: <https://www.amorim.com/pt/contactos/>.

Matriz de materialidade

Ao longo do relatório, destacam-se os temas materiais para a Corticeira Amorim:

Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas Associados; Desempenho Económico, Investigação, Desenvolvimento e Inovação; Eficiência Energética e Alterações Climáticas; Saúde e Segurança no Trabalho; Economia Circular e Impacto Ambiental do Produto (onde se integra o tema Responsabilidade e Qualidade do Produto).



2020 em números

- 01 Corticeira Amorim

Modelo de negócio	Unidades de Negócio	Presença mundial
<p># 1 na transformação de cortiça do mundo</p> <p>150 anos de história</p> <p>5 unidades de negócio</p>	<p>1 150 000 m² de estaleiro de cortiça</p> <p>5 300 000 000 de rolhas/ano</p> <p>10 000 000 m²/ano de capacidade instalada</p> <p>221 500 blocos e 42 500 cilindros/ano</p> <p>60 000 m³ de cortiça de isolamento/ano</p>	<p>28 países onde está presente</p> <p>28 unidades industriais</p> <p>51 empresas de distribuição</p> <p>12 <i>joint ventures</i></p>

- 02 Valor de longo prazo

Corticeira Amorim	Montado
>740 000 000 € de vendas consolidadas	>2 100 000 ha na bacia do Mediterrâneo Ocidental
9 800 000 € de investimento médio em I&D+I	200 anos de tempo médio de vida de um sobreiro
4357 colaboradores/as	100 000 pessoas dependem do Montado de sobreiro
27 000 clientes em mais de 100 países	> 1 300 €/ha/ano valor médio estimado dos serviços dos ecossistemas associado a um Montado de sobreiro bem gerido
40 000 000 € de obrigações verdes (2020-2025)	1/36 <i>hotspots</i> biodiversidade nacional
2,17 multiplicador na produção nacional	-73t CO ₂ /1 t de cortiça produzida
1 175 000 000 €/ano	Barreira contra incêndios
valor total líquido adicionado à sociedade quando incorporado o impacto dos serviços dos ecossistemas do Montado (> 7x valor direto)	Regula o ciclo hidrológico
	Protege o solo e diminui risco de desertificação

- 03 Governação da sustentabilidade

Estratégia	Comportamento responsável	Stakeholders	Cadeia de valor
<p>12/17 ODS alinhados com a estratégia</p> <p>23 Principais metas</p> <p>9 <i>Targets</i> até 2024</p>	<p>2020 ano de reformulação do Código de Ética Empresarial e de Conduta Profissional</p> <p>ZERO irregularidades reportadas</p>	<p>2018 última auscultação dos <i>stakeholders</i></p> <p>8 principais grupos de <i>stakeholders</i></p> <p>97% consideram a informação disponibilizada no Relatório de Sustentabilidade boa ou muito boa</p> <p>89% concorda que o Grupo apresenta uma visão clara das suas responsabilidades económicas, sociais e ambientais</p>	<p>100% fornecedores não cortiça cobertos com programa de avaliação de fornecedores</p>

- 04 Pilar ambiental

Preservar o Montado	Reduzir impacto ambiental	Aplicar a economia circular	Desenvolver produtos verdes
<p>251 ha de propriedades florestais intervencionadas</p> <p>29 estabelecimentos com certificação FSC® na cadeia de custódia</p> <p>94% de cortiça e produtos de cortiça de origem controlada</p>	<p>83% de energia de fonte renovável</p> <p>66% de energia de fonte em biomassa (controlada)</p> <p>3,4% de eficiência energética</p> <p>71 374 t de CO₂ evitadas</p>	<p>100% de aproveitamento de cortiça</p> <p>>80% de materiais renováveis</p> <p>>85% de materiais renováveis e reciclados</p> <p>736 t de cortiça reciclada</p> <p>90% de taxa de valorização de resíduos (não cortiça)</p>	<p>1.ª alternativa para clientes que querem melhor qualidade e contribuir para a regulação do clima</p> <p>100% de pavimentos e revestimentos com certificação qualidade do ar interior, seja TÜV-PROFICERT, A+ ou GREENGUARD, e contributos para certificações construção sustentável, LEED/BREEAM</p> <p>> 500 aplicações desenvolvidas para vários setores de atividade tendo a inovação e a economia circular no seu epicentro</p> <p>0% de aditivos nos produtos de isolamento, que são simultaneamente 100% naturais, recicláveis, reutilizáveis e de grande longevidade</p>

- 05 Pilar social

Promover o bem-estar	Assegurar a saúde e segurança	Comunidade
<p>100% colaboradores/as em Portugal abrangidos por contratos coletivos de trabalho</p> <p>24% de trabalhadoras</p> <p>72% da população trabalhadora em Portugal</p> <p>42 idade média dos colaboradores/as</p>	<p>–49% de variação no índice de frequência de acidentes em Portugal (2018-2020)</p>	<p>1828 alunos envolvidos em programas de educação ambiental</p> <p>1 200 000 árvores plantadas em parceria desde 2008</p> <p>979 projetos de <i>design</i> e arquitetura analisados desde 2011</p>

1.CORTICEIRA AMORIM





A Corticeira Amorim, com origem em 1870, é um dos maiores e mais empreendedores grupos de origem portuguesa, líder na transformação de cortiça a nível mundial. Sob o mote “nem um só mercado, nem um só cliente, nem uma só divisa, nem um só produto”, a empresa tem vindo a crescer e a reinventar-se através da apresentação de novos produtos e da entrada em novos mercados.


1.1. MODELO DE NEGÓCIO

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco Unidades de Negócio. O modelo de negócio implementado, assente em boas práticas de gestão, está também assente num processo integrado e verticalizado, fazendo uso dos princípios de economia circular como forma de minimizar os desperdícios criados. A cortiça, que está no centro das operações da Corticeira Amorim, provém de diversos produtores com os quais a empresa mantém uma relação de proximidade e promove boas práticas de gestão florestal, assegurando, dessa forma, a produção contínua de matéria-prima de boa qualidade.

1.2. UNIDADES DE NEGÓCIO

O Grupo Corticeira Amorim conta com um vasto portefólio de produtos, destinados a diferentes mercados e objetivos, produzidos a partir de cortiça. Esta matéria-prima, de enorme relevância para a empresa, tem sido alvo de um investimento consistente em investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+I), de modo a promover o aproveitamento de todas as suas propriedades naturais e a diversificar o portefólio de produtos e aplicações. Graças a este investimento e à antecipação de tendências de mercado, a empresa tem vindo a superar as expectativas de algumas das indústrias mais exigentes do mundo.

	UNIDADE DE NEGÓCIO	PRINCIPAIS FINALIDADES	PRINCIPAIS CONQUISTAS
	Unidade de Negócio Matérias-Primas Responsável pela gestão global e integrada da cadeia de fornecimento da empresa, é fundamental na promoção de sinergias entre as várias Unidades de Negócio para garantir a otimização do fluxo e a qualidade das matérias-primas.	Unidades de Negócio Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.	1 150 000 m ² de estaleiro de cortiça
	Unidade de Negócio Rolhas Líder mundial na produção e fornecimento de rolhas de cortiça, conta com uma rede de distribuição própria, que lhe confere uma posição única no fornecimento da rolha ideal para qualquer segmento de vinho e em qualquer parte do mundo.	Rolhas para vinhos tranquilos, vinhos efervescentes e espirituosos.	5 300 000 000 de rolhas/ano
	Unidade de Negócio Revestimentos Presente em mais de 70 países, detém uma gama de pavimentos de alta qualidade e versáteis com credenciais de conforto e sustentabilidade, que promovem uma melhor qualidade de vida com um maior isolamento acústico e térmico.	Pavimentos e revestimentos.	10 000 000 m ² /ano de capacidade instalada
	Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos A inovação é a força motora desta Unidade de Negócio que se propõe redesenhar o mundo de	Aeroespacial, mobilidade, energia, selagem, construção, superfícies desportivas, pavimentos, bens de	221 500 blocos e 42000 cilindros/ano

	forma sustentável, reutilizando e reinventando materiais com aplicações nas mais diversas áreas.	consumo, mobiliário e calçado.	
	<p>Unidade de Negócio Isolamentos</p> <p>Dedicada à produção de materiais de isolamento 100% naturais e de excelente desempenho técnico, junta nos seus produtos durabilidade praticamente ilimitada, baixa energia incorporada, qualidade do ar interior A+ e isolamento térmico, acústico e antivibrático em simultâneo.</p>	Construção sustentável e <i>design</i> de interiores.	60 000 m ³ de cortiça de isolamento/ano

1.3. PRESENÇA MUNDIAL

Com sede em Portugal, o Grupo Corticeira Amorim está presente nos cinco continentes, através das operações que desenvolve, quer sejam elas de produção, distribuição ou *joint ventures*, ou ainda agentes de mercado. As ações da empresa estão cotadas na Euronext Lisbon.



2. VALOR DE LONGO PRAZO



150 anos de história

A génese da Corticeira Amorim remonta a 1870, ano em que António Alves Amorim estabeleceu uma pequena oficina de manufatura de rolhas de cortiça estrategicamente localizada em Vila Nova de Gaia, onde era engarrafado e expedido para todo o mundo o vinho do Porto. Atualmente, a Corticeira Amorim é um dos maiores exportadores de Portugal, com um papel muito relevante na economia portuguesa e na garantia da boa gestão do Montado de sobro, incluindo na preservação dos três aspetos fundamentais que lhe estão associados:

- Ambiental – A floresta mediterrânica com uma biodiversidade única;
- Económico – A rentabilidade da cortiça garante que estas áreas florestais não são substituídas por espécies não nativas; e
- Social – A criação de trabalho ao longo da cadeia de valor.

Orientado por uma visão de crescimento sustentado, o Grupo Corticeira Amorim diversificou a sua atividade em setores e áreas geográficas com elevado potencial de crescimento. Na década de 1960, dá início à integração vertical do negócio de transformação da cortiça e internacionaliza, de forma mais estruturada, a sua atividade.

Respeitando a máxima “nem um só mercado, nem um só cliente, nem uma só divisa, nem um só produto”, a Corticeira Amorim ultrapassou fronteiras e constrangimentos geográficos, assumiu riscos e apresentou a cortiça ao mundo.

Um dos pilares da sua liderança é a inovação. Outro é o compromisso para com o desenvolvimento sustentável. A Corticeira Amorim publicou o primeiro Relatório de Sustentabilidade em 2007, reportando publicamente as suas práticas de 2006. Este foi o primeiro relatório de sustentabilidade publicado pela indústria da cortiça, marcando o início de uma comunicação regular, sistemática e estruturada das políticas e práticas do Grupo, ao nível dos impactos ambientais e sociais.

1935

Relação próxima com a produção da matéria-prima

No início dos anos 1930, Portugal, apesar de ser o maior produtor mundial de cortiça, apenas transformava cerca de 5% da matéria-prima e o mercado era dominado por entidades estrangeiras. Em 1935, a Corticeira Amorim começou a contrariar essa tendência, com o arrendamento de um pequeno armazém junto da principal zona de Montado de sobro do país, em Abrantes.

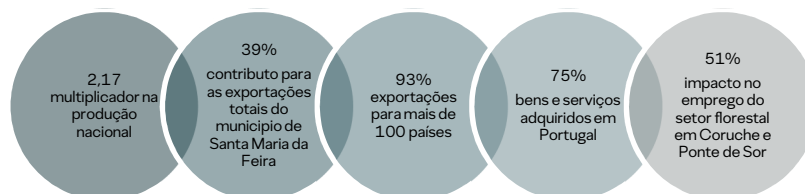
A partir de 1953, o grupo reforçou a estratégia de verticalização, diversificação e internacionalização dos negócios, continuando a aumentar a sua capacidade produtiva e a consolidar a sua posição de liderança na fabricação de produtos à base de cortiça. Em 1972, foi estabelecida a primeira unidade de produção fora de Portugal, em Marrocos, com o objetivo principal de incrementar a produção e certificar a qualidade. Esta expansão seguiu-se para outras áreas de produção de cortiça.

É nesta década que Portugal se assume como líder na transformação de cortiça. Assiste-se a uma alteração no tecido produtivo do setor corticeiro português. Metade da matéria-prima exportada é já transformada industrialmente no país. Na década de 1960, o distrito de Aveiro, onde está sediada a base da Corticeira Amorim, passa a ser a capital rolheira do país.

O impacto da Corticeira Amorim na economia portuguesa foi medido pela EY com referência ao ano 2018, mostrando que os impactos indiretos da empresa adquirem uma relevância significativa, duplicando os valores dos impactos diretos. Considerando também os efeitos induzidos, o efeito multiplicador da produção da

Corticeira Amorim na economia nacional é de 2,17, sendo apenas superado pelo multiplicador da produção dos setores da energia e dos serviços de transporte. Os principais impactos indiretos da Corticeira Amorim são sentidos na indústria da cortiça e no setor florestal.

Em termos regionais, a análise dos impactos totais mostra que a Corticeira Amorim é especialmente relevante em Santa Maria da Feira, Ponte de Sor e Coruche. Estima-se que a Corticeira Amorim seja responsável por 39% das exportações do município de Santa Maria da Feira, onde a empresa tem a sua sede e grande parte das operações, e por 51% do emprego gerado no setor florestal em Ponte de Sor e Coruche, onde a empresa adquire grande parte da matéria-prima cortiça.



1938

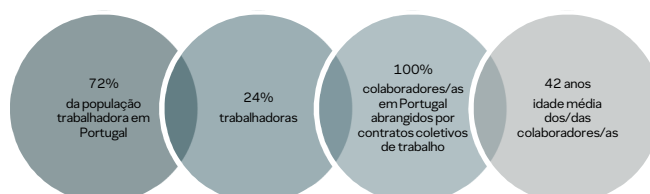
Cuidar do bem estar das pessoas

A vocação social da Corticeira Amorim manifestou-se desde muito cedo. Uma empresa que inaugura a primeira cantina em 1938, que desde os anos 1930 dispõe de médicos nas suas principais unidades industriais e que, nos anos 1960, foi pioneira na criação de um bairro para habitação de colaboradores é uma empresa com tradição de cuidar das suas pessoas, assumindo uma responsabilidade social interna significativa.

O crescimento, o desenvolvimento e a profissionalização da empresa não esbateram esta proximidade às pessoas e à personalização de cada colaborador e colaboradora. As práticas foram-se ajustando ao evoluir dos tempos, mas as prioridades da Corticeira Amorim no apoio aos seus colaboradores e colaboradoras mantiveram-se no domínio da saúde e da educação. Por isso, a acrescentar ao subsídio escolar para filhos e para colaboradores e colaboradoras juntaram-se as bolsas de mérito aos seus filhos. Também a saúde não é esquecida, podendo colaboradores e colaboradoras beneficiar do serviço de medicina curativa disponibilizado pela empresa, dos rastreios de saúde e dos protocolos celebrados com prestadores de saúde nesta área.

A Corticeira Amorim sempre cultivou um clima de rigor e de respeito pelos deveres no trabalho, mas também pelos direitos dos seus colaboradores e colaboradoras, bem como igualdade de oportunidades para todos. Procurou sempre manter relações de confiança e duradouras, geradoras de uma cultura de compromisso e de envolvimento. A empresa reconhece a importância do vínculo à comunidade próxima onde está inserida e procura que o seu esforço na responsabilidade social da envolvente seja partilhado e reconhecido pelos seus colaboradores e colaboradoras.

Acima de tudo, cultiva-se um registo de proximidade, em que cada colaborador pode formular um pedido, emitir uma opinião, solicitar apoio, com a certeza de que a empresa o ouvirá e, dentro do que é possível, o irá suportar.

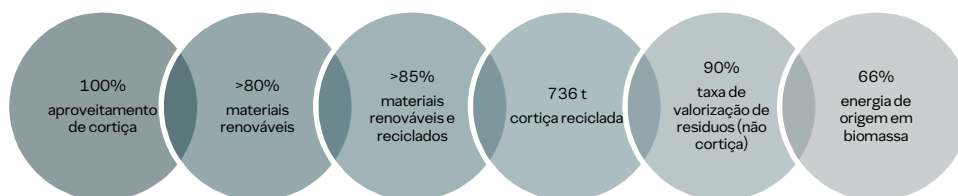


1963

Controlar a poluição, aplicar economia circular e usar energias renováveis

Desde 1963 que a Corticeira Amorim baseia o seu processo produtivo no princípio de 100% de aproveitamento da cortiça, o que significa otimizar a utilização e o consumo da cortiça ao longo do ciclo produtivo. O processo de produção trata até os mais pequenos grânulos, que não podem ser aproveitados no produto, como uma importante fonte de energia. Sempre que possível, o Grupo também usa materiais reciclados de outras indústrias, economizando recursos naturais do planeta e reduzindo os problemas com a sua eliminação. Várias iniciativas de recolha e reciclagem de cortiça também são apoiadas nos cinco continentes e, embora nenhuma árvore seja cortada para a produção de cortiça, alguns destes programas, em particular o Green Cork em Portugal, privilegiam iniciativas de reflorestação de árvores autóctones, incluindo sobreiros.

Em 2020, a cortiça foi aproveitada a 100% no processo de produção, mais de 80% dos materiais consumidos pela empresa são renováveis (mais de 85% se também forem considerados os produtos reciclados), 90% de todos os resíduos não cortiça foram enviados para valorização, 66% da energia utilizada teve como fonte a biomassa (essencialmente pó de cortiça) e 736 toneladas de cortiça foram recicladas no fim de vida. Desde 2008, as receitas dos programas de reciclagem de cortiça têm permitido plantar mais de 1 200 000 árvores autóctones em Portugal.



1983

Usar a I&D+I como instrumento para desenvolver o negócio e gerar valor direto e indireto

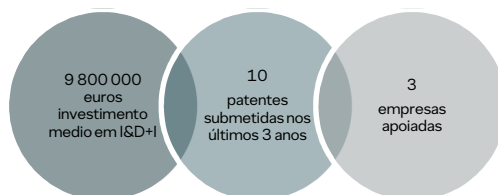
Nos anos 80, as indústrias de cortiça estavam a aumentar os padrões de qualidade devido à crescente utilização de cortiça em exigentes indústrias – como é o caso das indústrias automóvel, dos transportes, da aeronáutica e da aeroespacial. Consequentemente, a Corticeira Amorim criou o Labcork, com o objetivo de melhorar o controlo de qualidade e a eficiência da produção.

Atualmente, a Corticeira Amorim possui uma unidade de I&D+I de ponta, integrada em cada uma das Unidades de Negócio, e uma área de apoio à inovação transversal. Dispõe, ainda, da Amorim Cork Ventures, lançada em 2014, que tem desempenhando um papel significativo na promoção da inovação no setor, por ser uma incubadora de empresas relacionadas com a cortiça, através da qual a Corticeira Amorim procura e apoia ideias e negócios inovadores. Mais recentemente, a Amorim Cork Composites instalou a i.cork factory, uma fábrica-piloto de inovação totalmente dedicada à investigação e desenvolvimento de novos produtos que valorizam a cortiça.

Uma das principais vantagens competitivas da Corticeira Amorim é o investimento contínuo em inovação. A I&D+I é um instrumento vital para o desenvolvimento do negócio a longo prazo e para a geração de maior valor acrescentado. Responde ao desafio de criar novas soluções baseadas em cortiça, melhorar a eficiência das Unidades de Negócio e dar formação aos colaboradores e colaboradoras. Adicionalmente, permite impactos

complementares em temáticas como o empreendedorismo, o ecossistema de inovação e a transferência de conhecimento, a economia circular e a sustentabilidade ambiental.

Atualmente, o investimento em I&D+I ronda os 9,8 milhões de euros por ano. Nos últimos três anos, a Corticeira Amorim solicitou 10 patentes, apoiando, no presente, o desenvolvimento de três empresas através da Amorim Cork Ventures.



2004

Promover o Montado e os serviços dos ecossistemas

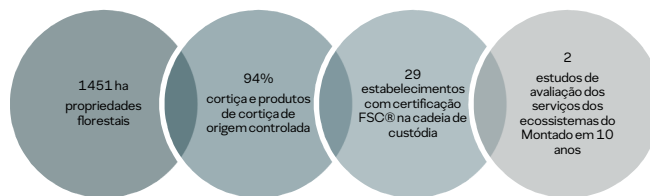
A promoção do Montado sempre teve uma grande importância na estratégia da Corticeira Amorim. Várias iniciativas têm vindo a ser desenvolvidas junto dos proprietários florestais para garantir a continuidade do fornecimento dos serviços dos ecossistemas associados e, entre estes, a provisão de cortiça, a regulação climática, a prevenção de incêndios, a regulação hidrológica e proteção do solo, e a manutenção de *habitats* e da biodiversidade.

Em 2004, a Corticeira Amorim tornou-se a primeira empresa de cortiça a receber a certificação FSC® de cadeia de custódia. Hoje, continua a haver um foco no desenvolvimento de produtos de acordo com os princípios do FSC® e, no ano de 2020, cerca de 29 unidades da Corticeira Amorim (industriais e/ou de distribuição) detêm certificação de cadeia de custódia de acordo com os regulamentos do FSC®.

Entre 2008 e 2015, a Corticeira Amorim foi responsável pela prestação de um serviço de assessoria técnica gratuita aos proprietários florestais corresponsáveis por mais de 20 mil hectares de Montado de sobreiro em Portugal. A assessoria teve como objetivo identificar e promover a adoção das melhores práticas de gestão e fomentar a biodiversidade. O lançamento deste serviço coincidiu com a adesão da Corticeira Amorim à iniciativa Business and Biodiversity da Comissão Europeia, através de um protocolo estabelecido com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e duas organizações não governamentais (ONG): o World Wildlife Fund (WWF) e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza. No mesmo período, a Corticeira Amorim foi também responsável pela instituição e atribuição daquele que se viria a tornar o mais conceituado prémio alguma vez atribuído no setor da cortiça: o prémio à investigação Valorização e Sustentabilidade do Sobreiro e da Biodiversidade Associada, distinguindo os produtores florestais cujas boas práticas de gestão se evidenciavam.

Há mais de 10 anos que a Corticeira Amorim começou a estudar o valor dos serviços dos ecossistemas. Em 2020, divulgou os resultados de um novo estudo intitulado “Avaliação dos serviços do ecossistema Montado”, que tem em conta abordagens mais atuais e aumento do conhecimento. Este estudo, realizado pela EY, concluiu que o serviço dos ecossistemas de um Montado de sobreiro bem gerido tem um valor médio superior a 1300 euros/ha/ano.

Desde 2013, está em curso um conjunto de medidas e ações, dentro de um programa estruturado de longo prazo, denominado Projeto de Intervenção Florestal (PIF), que inclui investigação e desenvolvimento (I&D) florestal aplicado, um programa de melhoramento do sobreiro e um gabinete de gestão florestal e conta com parcerias com produtores florestais, instituições de investigação e autoridades locais. O objetivo do PIF é a preservação e o desenvolvimento sustentável da floresta de sobreiro. Este projeto marca o início do investimento direto da Corticeira Amorim em propriedades florestais com sobreiro: a Herdade da Baliza e a Herdade da Venda Nova. Quando estiver finalizada, a instalação será uma área total de 1451 hectares de sobreiros com rega de instalação melhorada.



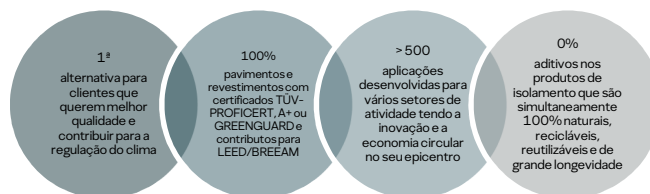
2008

Desenvolver produtos verdes

Em 2008, a Corticeira Amorim divulgou um estudo que teve como objetivo comparar o impacto ambiental das rolhas de cortiça com o das cápsulas de alumínio e vedantes de plástico. Este estudo, conduzido em 2007 pela PricewaterhouseCoopers (PwC), foi realizado em conformidade com as normas de gestão ambiental ISO 14040 e ISO 14044 e mostrou que, relativamente à emissão de gases com efeito de estufa, mesmo não considerando o sequestro do Montado de sobre, as emissões de CO₂ associadas à produção da rolha de cortiça natural são inferiores às registadas pela produção dos vedantes de plástico e alumínio em cerca de 10 vezes e 24 vezes, respetivamente.

Nos últimos dois anos, a EY desenvolveu para a Corticeira Amorim diversos estudos com vista à avaliação dos impactos ambientais, sociais e económicos da empresa. Enquadrado na estratégia de sustentabilidade do Grupo, estes estudos permitiram, também, calcular as pegadas ambientais dos seus principais produtos, e concluíram, sem exceção, que o balanço de carbono é negativo quando considerado o sequestro das florestas de sobre e as emissões associadas à produção do produto.

Os estudos aos produtos foram realizados entre 2018 e 2020, debruçando-se sobre as diferentes etapas do ciclo de vida numa abordagem *cradle to gate*, nomeadamente: atividades florestais; preparação de cortiça, incluindo o transporte da floresta, produção, acabamento e embalagem. A avaliação incluiu ainda informações adicionais sobre o sequestro de carbono da floresta de sobreiro.



2020








Financiar a atividade ESG


Ao longo dos anos, a Corticeira Amorim tem procurado, com sucesso, manter um balanço sólido e uma adequada e equilibrada estrutura de capitais. Em 2020, mesmo com contração da atividade, a empresa apresentou uma evolução positiva, tendo a dívida líquida baixado 50 milhões de euros para 111 milhões de euros e o rácio de dívida líquida/EBITDA diminuído para 0,9 (2019: 1,3). As melhorias registadas foram possíveis, sem comprometer a realização de investimentos em ativo fixo, o pagamento de dividendos ou a concretização de aquisições.

Em 2020, a Corticeira Amorim lançou a sua primeira emissão obrigacionista verde⁹, numa operação que constitui um importante marco na sua estratégia de sustentabilidade e reafirma o continuado compromisso com a aplicação dos princípios e melhores práticas ESG (*Environmental, Social, Governance*).

⁹ Emissão realizada a 3 de dezembro de 2020. Mais informação pode ser consultada aqui: <https://www.amorim.com/en/investors/market-information/>.

Este empréstimo, no montante de 40 milhões de euros, alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes (*Green Bond Principles*) publicados pela ICMA (International Capital Market Association), tendo obtido uma Second Party Opinion (SPO) positiva da empresa de ratings ESG e da *research* independente especializada Sustainalytics; destinou-se a refinar um conjunto diversificado de investimentos verdes realizados em 2017, 2018, 2019 e no primeiro semestre de 2020 por oito empresas das cinco Unidades de Negócio do grupo Corticeira Amorim, nomeadamente Amorim Champcork, Amorim Cork, Amorim Cork Composites, Amorim Cork Flooring, Amorim Cork Insulation, Amorim Florestal, Amorim Florestal III, Amorim Subertech, Amorim Top Series:

CATEGORIAS DE ELEGIBILIDADE PARA PROJETOS VERDES	INVESTIMENTO (MILHARES DE EUROS)	ODS	METAS DA CORTICEIRA AMORIM
Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	6 854	 	<p>Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural</p> <p>Promover a implementação da gestão sustentável das florestas e mobilizar recursos</p>
Produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular	27 144	   	<p>Melhorar a eficiência dos recursos globais, alcançando a gestão sustentável</p> <p>Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis</p> <p>Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima</p>
Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos	6 801		<p>Melhorar a eficiência dos recursos globais, alcançando a gestão sustentável</p>

			Reduzir substancialmente a geração de resíduos, reduzindo, reciclando e reutilizando materiais
Energia renovável e conversão de resíduos em energia	3 874		Aumentar a utilização de energias renováveis
Total	44 673		

De acordo com os *Green Bond Principles*, a Corticeira Amorim irá disponibilizar anualmente uma atualização sobre a atividade relacionada com a sua emissão de títulos verdes. Nestas atualizações, a Corticeira Amorim procurará disponibilizar informação sobre a afetação das receitas, bem como métricas de impacto relevantes, incluindo uma descrição mais detalhada das atividades refinanciadas e um relatório de impacto, com base nas métricas propostas descritas na tabela abaixo. No entanto, esta informação está dependente da obtenção de uma compreensão do impacto relevante, pelo que pode mudar ao longo do tempo.

A informação será disponibilizada ao público através do *site* institucional da Corticeira Amorim (www.amorim.com).

CATEGORIA	INDICADOR-CHAVE DE DESEMPENHO
Gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais vivos e uso da terra	Floresta de sobreiros diretamente intervencionada (hectares)
Produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular	Vendas de produtos, tecnologias e processos de produção renováveis, baixos em carbono, ecoeficientes e/ou adaptados à economia circular (euros)
Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos	Resíduos industriais valorizados (toneladas)
Energia renovável e conversão de resíduos em energia	Emissões de gases com efeito de estufa evitados (CO ₂)

3. GOVERNAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

As questões relacionadas com a sustentabilidade têm o potencial de impactar o desempenho dos negócios, seja por meio de regulamentação, percepção das partes interessadas ou por afetar diretamente a saúde e o bem-estar dos *stakeholders*. A Corticeira Amorim procura compreender estas questões, mitigar o seu impacto e responder aos principais desafios dos mercados onde opera.

3.1. ESTRATÉGIA E MODELO DE GESTÃO

Todos os colaboradores/as da Corticeira Amorim são responsáveis por contribuir para a concretização das prioridades definidas, quer através da defesa e observância dos princípios de boa governação, vertidos também no Código de Ética e de Conduta Profissional da empresa, quer através de funções diretas nos temas da sustentabilidade. Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a promoção dos temas ESG no negócio, bem como a aprovação dos objetivos estratégicos, iniciativas estratégicas e ações prioritárias. António Rios de Amorim, Presidente e CEO da Corticeira Amorim, detém a responsabilidade máxima de acompanhar a estratégia ESG. Cabe à comissão executiva a supervisão da governança dos temas da sustentabilidade e de integrar as questões ESG no negócio. Pelo menos duas vezes por ano, a comissão executiva reúne sobre a abordagem aos temas ESG, a definição de metas, a performance e revisão do relato.

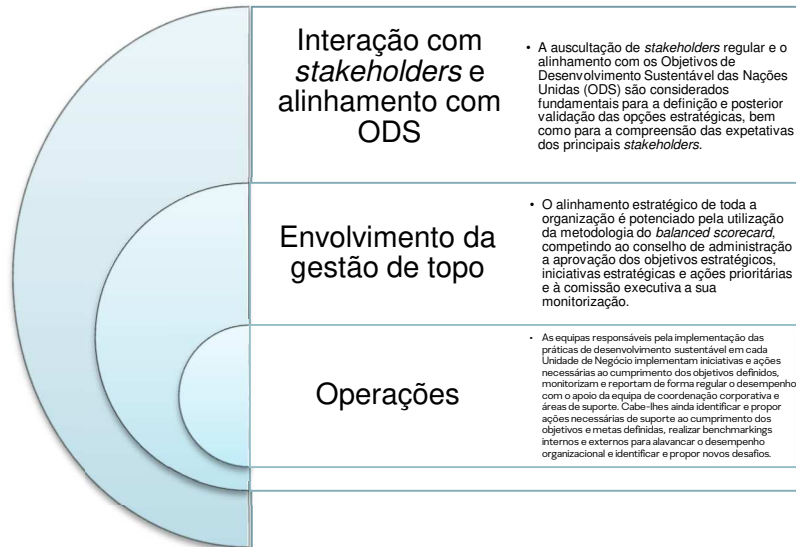
A gestão dos temas ESG no dia a dia está sob a liderança de um membro da administração, que faz parte da equipa de coordenação ao nível corporativo juntamente com outras áreas de suporte como recursos humanos, jurídico, aprovisionamentos, energia e transporte, relação com mercado e responsáveis de sustentabilidade das cinco Unidades de Negócio. Cada Unidade de Negócio tem o seu próprio responsável de sustentabilidade, que reporta diretamente ao CEO da Unidade de Negócio e que detém, entre outras, a responsabilidade de sugerir e implementar iniciativas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos definidos, monitorizar e reportar a performance.

Para receber *feedback* de terceiros sobre o desempenho do grupo, a Corticeira Amorim realiza consulta às partes interessadas, tendo a última decorrido durante o ano de 2018. A Corticeira Amorim considera que todos os seus *stakeholders* são fundamentais no que respeita à identificação das prioridades estratégicas, pelo que a gestão da sustentabilidade tem em conta as suas preocupações e expectativas quanto às matérias a monitorizar e comunicar.

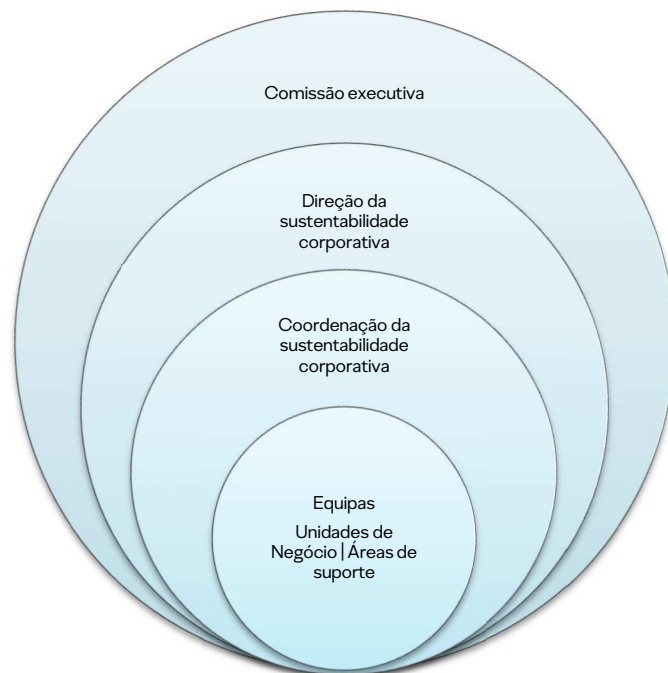
**Best Raw
Materials
Sustainability - Europe
2020**

- A Corticeira Amorim foi a grande vencedora da categoria "Best Raw Materials Sustainability – Europe 2020" dos prémios da *Capital Finance International (CFI.co)*. A conceituada revista inglesa destaca a atitude pioneira da empresa no desenvolvimento sustentável, sublinhando o empenho na conservação das florestas de sobreiros. Paralelamente, realça a força motriz da Corticeira Amorim para a inovação interna e externa, ajudando a encontrar novos usos, utilizações e mercados para a cortiça.

Definição da estratégia

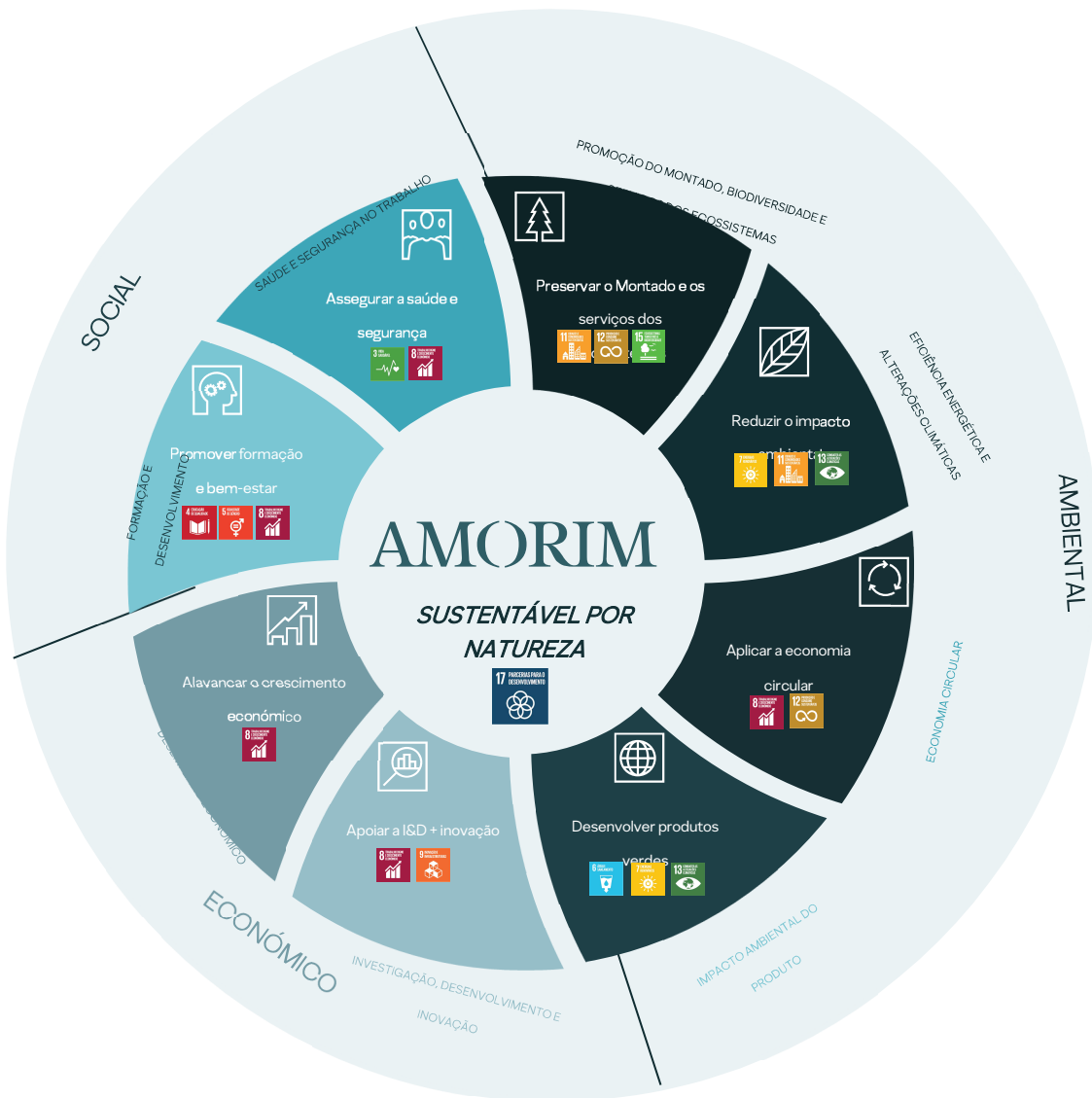


Modelo de gestão










3.2. TARGETS E ALINHAMENTO COM ODS





Em 2018, a Corticeira Amorim procedeu à revisão da estratégia de desenvolvimento sustentável através de uma análise à materialidade, de forma a promover o alinhamento com as expectativas e *feedback* dos seus *stakeholders*. Alinhada com a sua estratégia de sustentabilidade, o Grupo identificou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais relacionados com os temas materiais, selecionando indicadores de desempenho e metas para cada ODS relevante. Foram, assim, identificados 12 ODS como prioritários para a estratégia de desenvolvimento sustentável da Corticeira Amorim. De notar que o ODS 17 é transversal a todos os outros e, portanto, está alinhado com todas as estratégias de sustentabilidade definidas e representadas na figura seguinte.



Em 2020, a Corticeira Amorim estabeleceu *targets* quantitativos para o período 2021-2024, aplicados às operações do Grupo em Portugal que fazem parte do reporte de sustentabilidade, conforme segue:

Targets 2021-2024

ASPEITO MATERIAL	OBJETIVO	DESEMPENHO*	TARGET*
Promoção do Montado  	<p>Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas através do</p> <p>aumento do conhecimento, mobilização de recursos e proposta de</p> <p>medidas</p>	●	+3 000 ha de floresta de sobreiros intervencionada em 2024**
Alterações climáticas  	<p>Reduzir o impacto ambiental das operações através da adoção de</p> <p>soluções renováveis, acessíveis e eficientes</p>	●	-1% intensidade do consumo de água/ano
		●	+2% eficiência energética/ano
		●	≥2/3 energia consumida fonte renovável controlada/ano
Economia circular  	<p>Aplicar os princípios da economia circular por meio da redução dos resíduos, prolongar a vida dos materiais e regeneração dos sistemas naturais</p>	●	-5% peso dos consumos dos materiais não renováveis virgens/ano
		●	≥90% taxa de valorização resíduos (não cortiça)/ano
Saúde e segurança no trabalho 	<p>Assegurar a segurança dos/das colaboradores/as no local de trabalho e o acesso a condições de saúde de qualidade</p>	●	ZERO acidentes de trabalho em 2024



Formação e desenvolvimento  	Promover formação, bem-estar e desenvolvimento pessoal e profissional para todos/as		95% dos/das colaboradores/as com acesso a formação em 2024
			25% das mulheres em cargos de chefia em 2024

* Fronteiras operações em Portugal

** Portugal e Espanha

3.3. COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS

O grupo Corticeira Amorim participa ativamente em reuniões de discussão com empresas nacionais e internacionais, entidades no desenvolvimento sustentável das regiões geográficas em que opera. Em vários casos, os representantes do Grupo fazem parte dessas iniciativas e associações, estimulando resultados significativos e proativos. As numerosas associações com as quais o grupo está envolvido incluem as seguintes:

 APCOR http://www.apcor.pt	Associação empresarial do setor da cortiça que representa, promove, divulga e investiga a indústria da cortiça portuguesa.
 BCSD https://www.bcsdportugal.org/	Associação empresarial, com ampla representação sectorial em Portugal, que integra a rede mundial do WBCSD – World Business Council for Sustainable Development, a maior organização internacional a trabalhar a área do desenvolvimento sustentável.
 CENTRO HABITAT http://www.centrohabitat.net/pt	Conjunto de empresas, municípios, centros de investigação e desenvolvimento, associações empresariais e outras entidades que apostam na sustentabilidade enquanto mote para a inovação e competitividade.
 SMART WASTE PORTUGAL http://www.smartwasteportugal.com/pt/	Associação que tem como objetivo contribuir para a produção e divulgação de conhecimento na área dos resíduos; dinamizar ações que valorizem a cooperação entre as entidades com atuação na área dos resíduos; promover e apoiar atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da associação.
 PTV http://www.ptvino.com/en/	Plataforma destinada a todos os envolvidos na área de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação da indústria vinícola espanhola.

Unidade de investigação da Universidade do Minho, dedicada à sustentabilidade do ambiente construído e natural.

Iniciativa empresarial promovida pelo BCSD Portugal na qual empresas aderentes assumem compromissos comuns e individuais para a conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.



Fundação internacional, com centenas de membros espalhados por toda a cadeia de valor do vinho e pelo mundo, que tem como missão construir uma rede de agentes de mudança e soluções viáveis, com o objetivo de tornar a resposta da indústria do vinho à emergência climática mais colaborativa, rápida e robusta.



Iniciativa promovida pelo BCSD Portugal que estabelece os compromissos fundamentais de sustentabilidade que as empresas subscritoras, voluntariamente, adotam para si próprias e que procuram estender à sua cadeia de valor, na esfera da sua influência.

50 Sustainability & Climate Leaders

- A Corticeira Amorim é uma das 50 empresas que integra a campanha 50 Sustainability & Climate Leaders. O projeto, que tem como objetivo promover a troca de ideias sobre como alcançar uma maior sustentabilidade privilegiando soluções tecnológicas recentes, favorecendo a inovação disruptiva e fomentando lideranças socialmente responsáveis, é promovido pelo TBD Media Group. Com conteúdos distribuídos pelo grupo Bloomberg, a iniciativa reúne um conjunto alargado de organizações que lideram a nível global a luta contra as alterações climáticas. Sustentabilidade, tecnologia e inovação foram os *drivers* que presidiram à escolha dos participantes no programa 50 Sustainability & Climate Leaders que engloba igualmente líderes de negócios de setores como o farmacêutico, petroquímico e serviços financeiros.

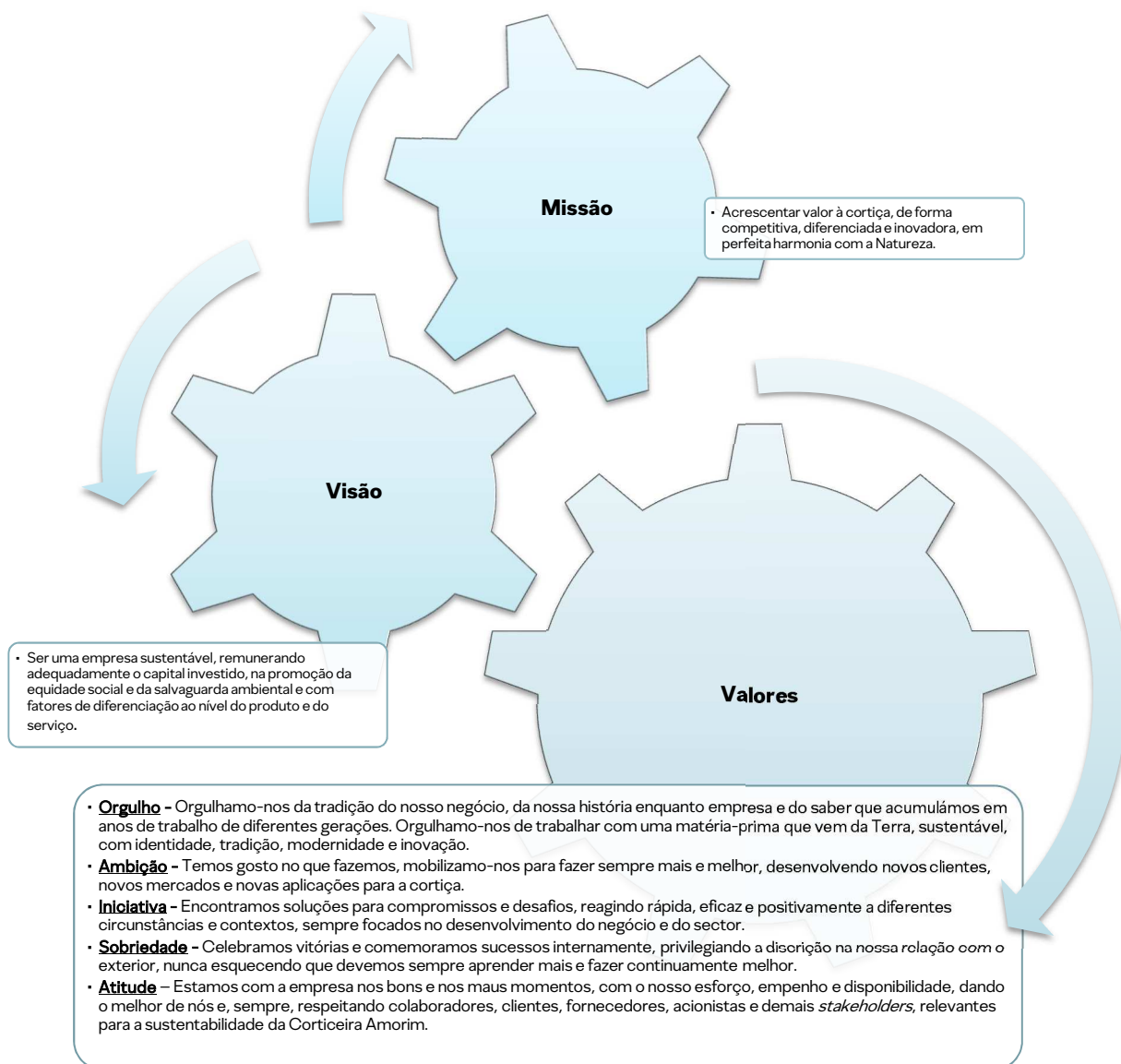
Empresas pela sustentabilidade de

- A Corticeira Amorim é uma das 64 empresas que assinaram o manifesto promovido pelo BCSD Portugal "Aproveitar a crise para lançar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável". Com a ambição de contribuir para que Portugal construa um modelo de desenvolvimento mais sustentável, o manifesto, lançado em 2020, parte da consciência das empresas de que a sociedade se encontra num ponto de viragem, em que "nunca, como agora, o nosso futuro dependeu tanto da nossa capacidade como sociedade de passar das palavras aos atos na transformação do nosso modelo de desenvolvimento". As empresas signatárias declaram ter a ambição de contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado em cinco princípios fundamentais: promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, promoção do crescimento, busca da eficiência, reforço da resiliência e reforço da cidadania corporativa.

3.4. COMPORTAMENTO RESPONSÁVEL

A Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade de forma ética, íntegra e transparente, proporcionando resultados que são fruto da sua visão de gestão, da eficiência dos seus processos, da contínua inovação, do profissionalismo e competência da sua equipa, da competitividade da sua oferta e da sua reputação no mercado.

A Corticeira Amorim assume um conjunto de compromissos voluntários em matérias de ética e de responsabilidade ambiental e social, através do desenvolvimento e implementação de políticas e princípios pelos quais rege a sua atividade. Atenta aos riscos a que está sujeita a sua atividade e os interesses dos seus *stakeholders*, estando ainda convicta da eficácia da sua prevenção e controlo de risco, a Corticeira Amorim analisa regularmente estas matérias, promovendo a sua reflexão e melhoria.



Código de ética empresarial e de conduta profissional

A Corticeira Amorim pretende comportar-se de forma adequada e ética em todas as suas relações com os seus clientes, colaboradores, investidores, fornecedores de bens e serviços, instituições públicas e privadas, comunidades locais e a sociedade em geral.

Neste sentido, a empresa formalizou um conjunto de regras e orientações relacionadas com o comportamento apropriado de todos os seus colaboradores e colaboradoras seja dentro da Corticeira Amorim, seja nas relações desta com entidades externas, às quais é expressamente requerido o respeito ou a adesão aos princípios estabelecidos.

Em 2020, a Corticeira Amorim reformulou o Código de Ética Empresarial e de Conduta Profissional (Código) aplicável no conjunto das sociedades sobre as quais a Corticeira Amorim exerce uma relação de domínio, independentemente de as respetivas sedes se situarem em Portugal ou noutro país, estando, por isso, traduzido em diversas línguas.



O Código atualmente em vigor estabelece os seguintes princípios e compromissos:

❖ Princípios gerais:

- Respeito pela lei, incluindo, designadamente, convenções internacionais fundamentais, branqueamento de capitais e concorrência);
- Transparência e confiança, incluindo confidencialidade, privacidade e proteção de dados pessoais;
- Honestidade e integridade, incluindo a rejeição da corrupção e do suborno, bem como a regulação do conflito de interesses, do uso de informação privilegiada, do uso do património (nomeadamente de tecnologias de informação), redes sociais e comunicação externa, imagem corporativa e direitos de autor e de propriedade industrial e neutralidade política.

Compromissos ligados ao respeito pelas pessoas

- Respeito pelos direitos humanos e laborais;
- Condições de trabalho condignas, seguras, saudáveis e equilibradas;
- Emprego livre: não aceitando dentro da organização, nem na sua cadeia de fornecimento, trabalho forçado, escravo ou involuntário;
- Trabalho infantil: não empregar mão de obra infantil ou forçada, ou qualquer outra forma de exploração de crianças ou adolescentes e exercer um controlo cuidadoso dos seus fornecedores;
- Assédio no trabalho: não será tolerado qualquer tipo de assédio, discriminação, coerção, abuso, violência ou exploração no trabalho;
- Proteção da saúde, higiene e segurança no local de trabalho;
- Contratos de trabalho, tempo de trabalho e retribuições obedecem às regras internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à legislação nacional em vigor;
- Liberdade de associação e direito à negociação coletiva;
- Diversidade, inclusão e não discriminação em função da origem étnica ou social, género, orientação sexual, idade, credo, estado civil, características físicas ou deficiência, convicções religiosas, orientação política, opinião, situação familiar, classe social, naturalidade ou associação sindical;
- Princípio da igualdade de tratamento e oportunidades, bem como promoção da realização e do desenvolvimento profissionais.

Compromissos com os acionistas

- Criação de valor para os acionistas de forma contínua e sustentada, numa perspetiva de longo prazo;
- Padrões de governo societário de acordo com as melhores práticas;
- Controlo interno e gestão de risco para os negócios, as pessoas e a reputação da organização;
- Transparência na informação prestada aos acionistas;
- Regulamentação das transações com partes relacionadas.

Compromissos com os clientes

- Prioridade na relação com o cliente é melhoria contínua com vista à sua satisfação, garantindo que os produtos e serviços oferecidos pela organização não envolvem riscos à saúde ou à segurança dos clientes procurando continuamente, com sentido de serviço, satisfazer e superar as suas expectativas, formulando propostas comerciais honestas, transparentes e adaptadas às suas necessidades e prestando aconselhamento personalizado quando solicitado;
- Comunicações, publicidade e atividades promocionais leais e verdadeiras com os clientes.

Compromissos com os fornecedores

- Política de seleção de fornecedores rigorosa com base em critérios económicos, sociais, éticos e ambientais;
- Princípios inspiradores dos fornecedores serão a adesão e conformidade com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos;
- A organização convida os seus fornecedores a aderirem aos valores éticos, ambientais e sociais estabelecidos neste Código, na medida em que mesmos lhe possam ser aplicáveis, incorporando o mesmo, sempre que possível e desejável, nos contratos celebrados.

Compromissos com as comunidades, a sociedade e o meio ambiente

- A sustentabilidade e responsabilidade social empresarial; crescer sustentavelmente, com geração de valor persistente a longo prazo, realizando um trabalho com elevados padrões de segurança e qualidade, garantindo a sua sustentabilidade económica, ambiental e social;
- Cumprimento das normas e regulamentos fiscais e de previdência social;
- Energia, alterações climáticas e ambiente: cuidar e respeitar o meio ambiente e proteger a biodiversidade no desempenho diário de suas operações;
- Minimizar o impacto negativo que estas tenham ou possam vir a ter, mostrando abertura e honestidade, respeitando as culturas e tradições locais, contribuindo para o progresso, desenvolvimento económico e bem-estar dessas comunidades;
- A organização está comprometida em alcançar o crescimento económico ao mesmo tempo que contribui para uma sociedade mais evoluída, preservando o meio ambiente e os recursos não regeneráveis para as próximas gerações, garantindo, desta forma, a sua própria sustentabilidade.

O Código é periodicamente revisto, tendo em conta os contextos e as evoluções julgadas relevantes em termos dos comportamentos dentro da organização. A organização comunica aos colaboradores/as as atualizações e promove a divulgação e sensibilização dos princípios e normas emanados pelo Código.

A comissão executiva, em conjunto com a administração das Unidades de Negócio, é responsável por avaliar os riscos associados à corrupção e suborno em mercados onde a Corticeira Amorim atua, de acordo com as características de cada um. A monitorização destes riscos é ainda complementada por auditorias de processo de controlo interno, cuja função é analisar a conformidade dos processos e identificar ineficiências.

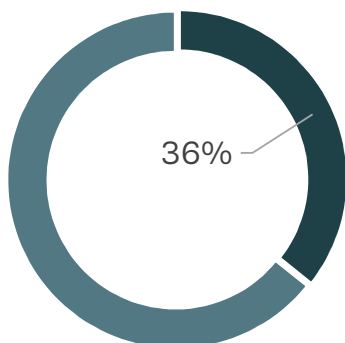
Comunicação de irregularidades

A comunicação de irregularidades identificadas é efetuada de acordo com um procedimento definido para o tratamento adequado das irregularidades (dirigidas ao conselho fiscal da sociedade) apresentadas por acionistas, colaboradores ou por outras pessoas/entidades. Compete ao conselho fiscal da empresa, constituído integralmente por membros/as independentes, analisar as anomalias e sugerir medidas de mitigação para a prevenção e ocorrência das mesmas.

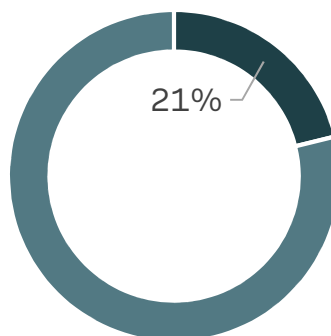
Em 2020, não foi identificada ou comunicada qualquer irregularidade. Informação mais detalhada poderá ser consultada no capítulo C. Organização interna, II. Comunicação de irregularidades, do Relatório do Governo Societário.

Sistemas de gestão

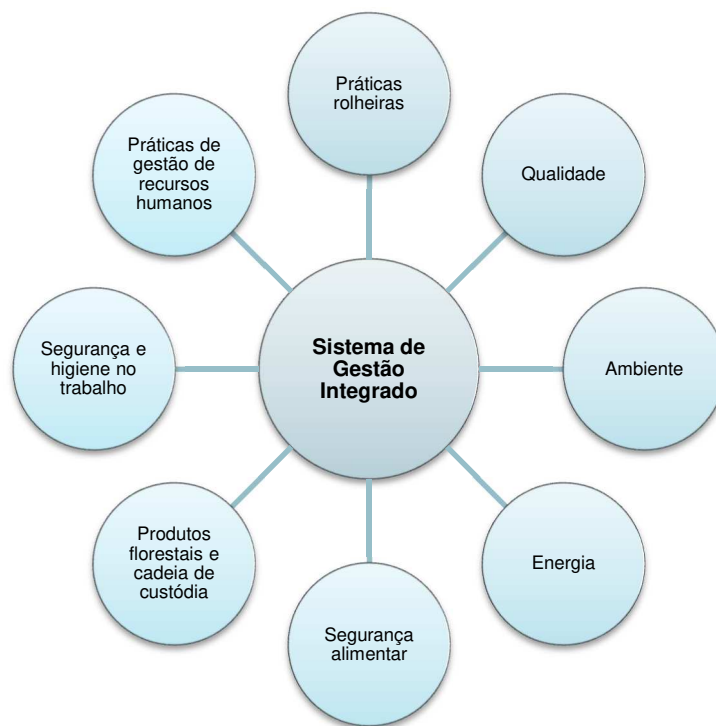
UNIDADES INDUSTRIAIS COM
CERTIFICAÇÃO ISO14001/ 50001



TRABALHADORES ABRANGIDOS POR CERTIFICAÇÃO ISO 45001/
OHSAS ISO 18001



A Corticeira Amorim, na procura de uma gestão efetiva dos aspetos ambientais e sociais relacionados com o negócio e orientada para a concretização dos objetivos estratégicos, implementa um conjunto de sistemas de gestão que se adequam aos riscos não financeiros associados às suas atividades ou às oportunidades emergentes nos mercados em que operam, que incluem auditorias de acompanhamento internas e por vezes externas. Em alguns casos este trabalho é apoiado por sistemas internacionais certificados por entidades externas, como ISO 14001, ISO 50001 e ISO 45001 ou OHSAS ISO18001. Detalhe das certificações por estabelecimento encontra-se no capítulo 6 do Relatório Consolidado de Gestão.



- A Amorim Cork Flooring valoriza a certificação externa dos seus sistemas de gestão, obtendo a certificação ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ainda a Investors in People, as três últimas em 2020. A empresa alinha assim as suas práticas com os valores fundamentais de qualidade de produto, respeito pelo ambiente e pelas suas pessoas, garantindo-lhes um local de trabalho com condições acima da média e um compromisso claro com a sustentabilidade.

3.5. STAKEHOLDERS

A Corticeira Amorim acredita na importância dos seus *stakeholders* para a gestão sustentável das suas atividades e melhoria de desempenho do Grupo.

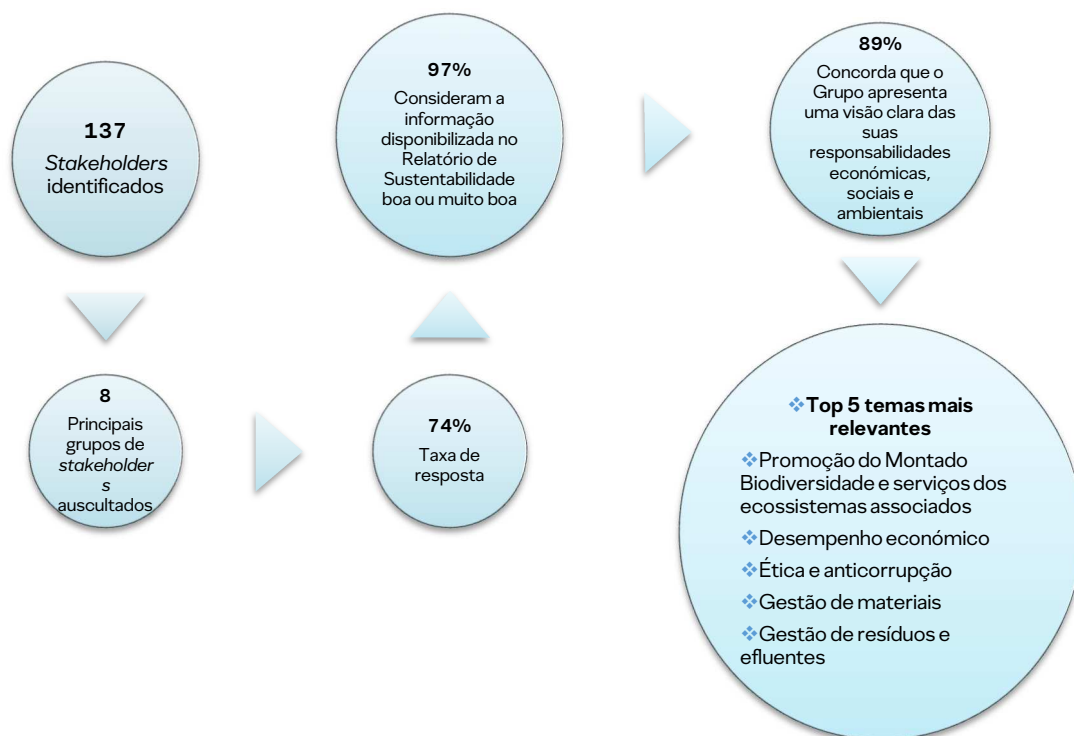
O envolvimento dos *stakeholders* é importante para a Corticeira Amorim, na medida em que a compreensão das suas preocupações e expectativas quanto às matérias a monitorizar e a comunicar é fundamental para a validação e identificação das prioridades estratégicas. Todas as pessoas ou entidades que têm ou poderão vir a ter influência, dependência e/ou responsabilidade para o Grupo são identificadas como *stakeholders* da Corticeira Amorim. De acordo com este critério de seleção, foram identificados oito grupos principais de partes interessadas: acionistas e investidores, clientes, colaboradores/as, entidades oficiais e governamentais, fornecedores, *media*, ONG e comunidade, e parceiros e sociedade civil.

O trabalho de envolvimento com as partes interessadas é baseado em interação estruturada e *ad hoc*, bem como inquéritos regulares.

Desde 2009, a Corticeira Amorim tem realizado um processo de consulta e envolvimento com os seus *stakeholders*, preocupando-se em promover a sua participação e contribuições no modelo de negócio do Grupo.

A prioridade que a Corticeira Amorim coloca no envolvimento dos seus *stakeholders* e na gestão das suas expectativas e preocupações, aliada à forma como se relaciona e comunica com os mesmos, reflete-se nos resultados obtidos no último processo de auscultação aos *stakeholders*, em 2018.

Principais resultados da auscultação de 2018



Comunicação com os stakeholders

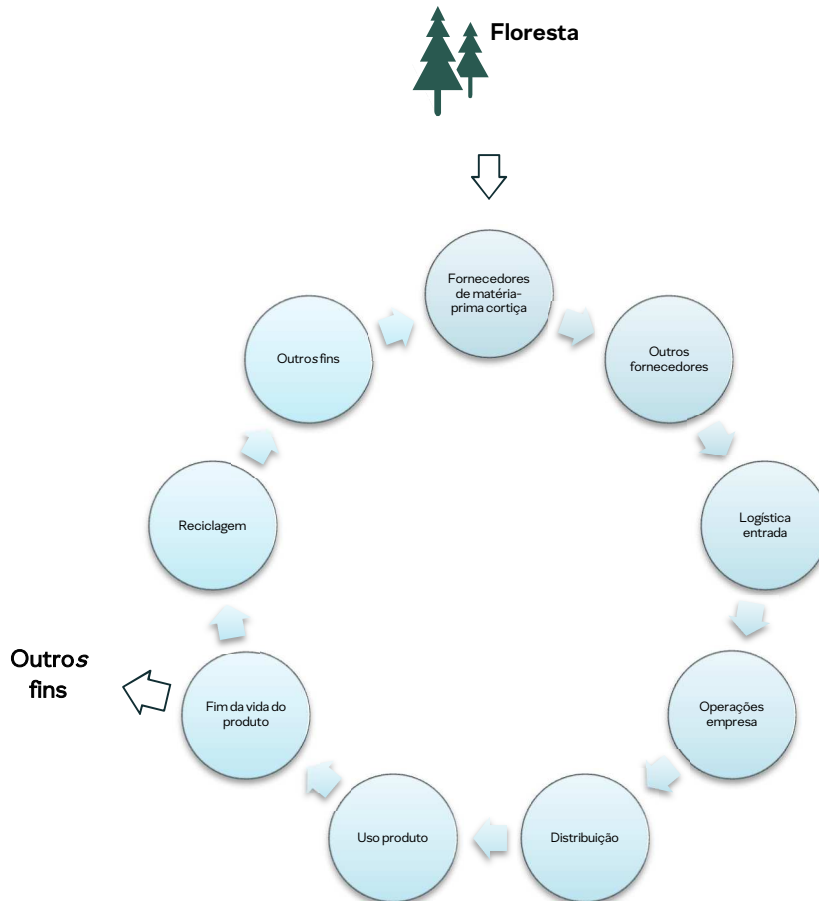
A gestão dos canais de comunicação promove um maior alinhamento com as necessidades e expectativas das partes interessadas. A Corticeira Amorim utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação que são revistos regularmente e que permitem disponibilizar um conjunto vasto de informação aos seus stakeholders.

Acionistas e investidores	Clientes	Colaboradores/as	Entidades oficiais e governamentais
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia geral de acionistas • Reuniões com investidores e analistas • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório & contas • Relatório de sustentabilidade • Reuniões e contactos periódicos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de sustentabilidade • Ações de educação/sensibilização ambiental • Apoio a iniciativas/projetos • Inquéritos de satisfação • Participação em feiras e eventos setoriais • Programas de sensibilização e de apoio técnico • Protocolos de colaboração em matéria de I&D+I • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do Montado • Ações de educação/sensibilização ambiental • Apoio a iniciativas/projetos • Inquéritos de satisfação • Painéis informativos nas instalações • Procedimentos e políticas • Intranet • Sistemas de gestão de performance • Seminários e workshops diversos • Ações internas temáticas e de sensibilização • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório & contas • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do Montado • Participação em feiras e eventos setoriais • Protocolos de colaboração em matéria de I&D+I • Publicação de artigos técnicos • Apoio a iniciativas/projetos • Inquéritos de satisfação • Programas de sensibilização e de apoio técnico • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Reuniões gerais e setoriais • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas
Fornecedores	Media	Comunidade	Parceiros e sociedade civil
<ul style="list-style-type: none"> • Relatório & contas • Relatório de sustentabilidade • Ações de educação/sensibilização ambiental • Apoio a iniciativas/projetos • Seleção e avaliação de fornecedores • Participação em feiras e eventos setoriais • Programas de sensibilização e de apoio técnico • Protocolos de colaboração em matéria de I&D+I • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório & contas • Relatório de sustentabilidade • Apoio a iniciativas/projetos • Participação em feiras e eventos setoriais • Publicação de artigos técnicos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação periódica da evolução da atividade • Relatório & contas • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do Montado e do ambiente • Ações de educação/sensibilização ambiental • Programas de envolvimento com a comunidade • Apoio a iniciativas/projetos • Participação em feiras e eventos setoriais • Protocolos de colaboração em matéria de I&D+I • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Seminários e workshops diversos • Ações internas temáticas e de sensibilização • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de sustentabilidade • Iniciativas de defesa do Montado e do ambiente • Ações de educação/sensibilização ambiental • Iniciativas de envolvimento com a comunidade • Apoio a iniciativas/projetos • Participação em feiras e eventos setoriais • Protocolos de colaboração em matéria de I&D+I • Publicação de artigos técnicos • Grupos de trabalho • Reuniões e contactos periódicos • Reuniões gerais e setoriais • Seminários e workshops diversos • Atendimento das solicitações externas • Visitas ao Montado e à Corticeira Amorim • Website • Redes sociais • Newsletter e press releases • Brochuras informativas

3.6. CADEIA DE VALOR

A Corticeira Amorim procura aplicar os compromissos de ética e da responsabilidade económica, ambiental e social, como referido no subcapítulo 3.4. Comportamento responsável, a todos os níveis do plano de negócio. Neste sentido, a empresa considera fundamental uma cadeia de fornecedores de matérias-primas, nomeadamente de cortiça e de serviços de transporte estável, que garanta boas práticas de sustentabilidade, tanto na origem, como nos processos de exploração.

O modelo de negócio da Corticeira Amorim integra todas as fases da produção, desde a compra da matéria-prima, passando pelas operações, distribuição e comercialização de diversos produtos de cortiça, alcançando mais de 27 mil clientes e 94% de vendas feitas fora de Portugal, para mais de 100 países.



Procurement e aprovisionamento de cortiça

1.º certificado FSC na indústria da cortiça

A Corticeira Amorim foi a primeira empresa do mundo a alcançar o certificado FSC® na indústria da cortiça, em 2004

É na Unidade de Negócio Matérias-Primas que se inicia a gestão global e integrada da cadeia de valor da Corticeira Amorim. A Unidade de Negócio Matérias-Primas é responsável por preparar, debater e decidir a política de

aprovisionamento plurianual da empresa, garantindo a otimização do fluxo de todo o tipo de matérias-primas cortiça para serem utilizadas nas restantes Unidades de Negócio para produção dos respetivos produtos e aplicações. A produção de cortiça ocorre na bacia do Mediterrâneo, e é nesta região que estão localizadas maioritariamente as operações da Corticeira Amorim, promovendo a necessidade de conservação e investimento social e económico nestas áreas. Nos últimos anos, foi desenvolvida uma estratégia para a diversificação das fontes de aprovisionamento, de forma a potenciar a extração de cortiça em todas as regiões de produção, assegurando a possibilidade de uma resposta rápida e eficiente a eventuais aumentos de consumo da matéria-prima.

Em 2020, registaram-se compras de cortiça e produtos de cortiça que totalizaram 247 milhões euros, das quais 94% são de Portugal e Espanha e o remanescente de outras origens da bacia do Mediterrâneo, nomeadamente do norte de África.

COMPRAS DE CORTIÇA E PRODUTOS DE

CORTIÇA (MILHARES DE EUROS)

	2020	2019
Portugal e Espanha	231 153	251 168
Outras origens	15 436	18 857
Total	246 589	270 025

PRODUÇÃO ANUAL DE CORTIÇA POR PAÍS



Proteção do Montado

Além da gestão do aprovisionamento de cortiça, a Unidade de Negócio Matérias-Primas desenvolve um vasto conjunto de atividades visando o aumento do conhecimento do Montado e da produção de cortiça de qualidade.

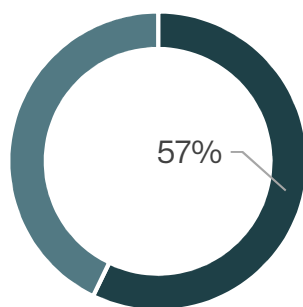
Neste sentido, a Corticeira Amorim promove o cumprimento do Código das Práticas Rolheiras da CE Liège e a certificação florestal, nomeadamente a certificação Forest Stewardship Council (FSC®) e mantém uma relação próxima com os produtores de cortiça. No final de 2020, a Corticeira Amorim contava com 29 estabelecimentos (16 unidades industriais e 13 unidades de distribuição) com certificação na cadeia de custódia de acordo com o FSC®, comprovando ao mercado a preocupação e atuação na proteção da biodiversidade, dos direitos dos colaboradores/as, dos direitos dos povos indígenas e de áreas com importância ambiental e cultural significativa.

Enquanto líder do setor, a Corticeira Amorim reconhece a influência das suas atividades na valorização do Montado de sobro e na implementação das melhores práticas de gestão. A forte aposta na investigação e desenvolvimento florestal e na inovação nos processos é uma preocupação constante e um fator determinante na competitividade do negócio. Com o intuito de melhorar a qualidade e quantidade de produção de cortiça, novas técnicas de produção têm sido implementadas. Mais informação pode ser consultada no subcapítulo 4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas.

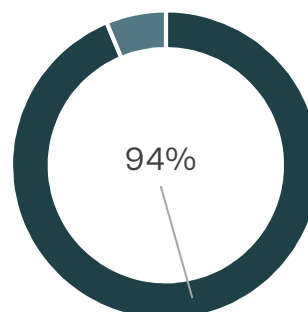
Promoção de boas práticas

- Entre 2008 e 2015, a Corticeira Amorim foi responsável pela prestação de um serviço de aconselhamento técnico gratuito aos proprietários florestais sendo co-responsável por mais de 20 mil hectares de Montado de sobro certificado em Portugal. A assessoria teve como objetivo identificar e adotar melhores práticas de gestão e apoiar a biodiversidade. O serviço foi lançado em outubro de 2007, com a adesão da Corticeira Amorim à iniciativa "Business and Biodiversity" da Comissão Europeia, através de um protocolo estabelecido em parceria com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas de Portugal (ICNF) e duas ONG: World Wildlife Fund e a Quercus. Além da assessoria técnica aos proprietários florestais, esta parceria também teve como objetivo estimular a investigação florestal e disseminar as melhores práticas de gestão da floresta.
- No mesmo período de 2008 e 2015, a Corticeira Amorim foi ainda responsável pelo mais conceituado prémio alguma vez atribuído no setor da cortiça: o prémio à investigação "Valorização e Sustentabilidade do Sobreiro e da Biodiversidade Associada", que visou distinguir os proprietários florestais com as melhores práticas na gestão sustentável do Montado de sobro e biodiversidade associada.

UNIDADES INDUSTRIAIS COM CERTIFICAÇÃO
FSC® CADEIA DE CUSTÓDIA



COMPRAS DE CORTIÇA DE ORIGEM
CONTROLADA



Procurement e aprovisionamento não cortiça

A área de suporte transversal aprovisionamentos, energia e transportes da Corticeira Amorim é responsável pela gestão dos fornecedores e compras de todos os produtos que não são cortiça, serviços, transportes e empreitadas. A gestão, numa ótica global, é focada na procura da excelência dos bens adquiridos e dos serviços prestados, alinhada também com os objetivos estratégicos da empresa, permitindo acrescentar cada vez mais valor ao Grupo em termos de sustentabilidade.

A Corticeira Amorim procura estabelecer relações duradouras e estáveis com os seus fornecedores, garantindo o controlo da qualidade dos produtos e um elevado grau de fidelização com os fornecedores principais, dando grande ênfase às compras locais.

As compras não cortiça são supervisionadas pela área de suporte transversal aprovisionamentos, energia e transportes, onde grande ênfase é dado à construção de relações duradouras e compras locais, com 75% bens e serviços a serem adquiridos em Portugal por estabelecimentos locais (2018)

Qualificação de fornecedores

A aquisição de produtos não cortiça inclui uma pré-qualificação, qualificação e avaliação dos fornecedores. Os fornecedores qualificados deverão corresponder aos padrões de qualidade dos fornecimentos, dos prazos de entrega e dos índices de responsabilidade social e ambiental definidos pela Corticeira Amorim. Para tal, é aplicada uma metodologia definida pela empresa, caracterizada por índices de responsabilidade social (IRSoc) e de responsabilidade ambiental (IRAmb).

O IRSoc e IRAmb são calculados em função da percentagem de requisitos cumpridos pelo fornecedor. O IRSoc é aplicado a 100% caso o fornecedor seja certificado pela norma NP 4469. Caso o fornecedor seja certificado pela norma ISO 14001, terá 100% do IRAmb.

De acordo com o índice em análise, por cada requisito que o fornecedor não se comprometa cumprir, ser-lhe-á retirado 25% ao IRSoc ou IRAmb. Caso o fornecedor não cumpra um ou mais requisitos constantes do seu compromisso, o IRSoc ou IRAmb será zero.

Os fornecedores selecionados são alvo de um programa de auditoria, que decorre anualmente sendo elaborado com base nos seguintes critérios:

- *Performance* do fornecedor no ano anterior;
- Criticidade dos produtos/serviços fornecidos; ou
- No caso de novos fornecedores, aspetos necessários de qualidade, ambientais e sociais.

Após cada auditoria, a *performance* dos fornecedores é avaliada, de forma a validar os critérios necessários para a qualificação e detetar não conformidades. Quando são identificadas não conformidades, é solicitado um plano de ação e, dependendo da criticidade das não conformidades detetadas, são efetuadas auditorias de acompanhamento e verificação de medidas de mitigação das não conformidades nas empresas do Grupo Corticeira Amorim. Além disso, poderá ainda haver a necessidade de colaborar com o fornecedor para resolver as não conformidades ou encontrar alternativas a esse fornecedor.

Em 2020, a Corticeira Amorim não efetuou substituição de fornecedores em resultado do processo de pré-qualificação, quantificação e avaliação de fornecedores. Mais informação pode ser consultada em <https://www.amorim.com/pt/sustentabilidade/governacao/cadeia-de-Valor/>.

Transportes

O transporte de produtos ao longo da cadeia de valor da Corticeira Amorim tem um impacto significativo no negócio, a nível económico e ambiental, sendo, portanto, uma prioridade garantir a sua gestão sustentável.

Neste âmbito, o departamento de transportes da Corticeira Amorim, inserido na área de suporte transversal aprovisionamentos, energia e transportes, desenvolve as suas atividades com base nos valores de comprometimento, credibilidade, integridade (ética) e procura de excelência, sendo responsável pelo/a:

- Posicionamento da função compras como geradora de valor para a organização;
- Otimização da estrutura de compras com vista à persecução de objetivos transversais à organização;
- Abordagem diferenciada de acordo com a natureza da categoria e a natureza do processo;
- Alinhamento da plataforma tecnológica com as necessidades de processo e de informação de gestão.

A Corticeira Amorim tem vindo a implementar novas formas de mitigar o impacto dos transportes, diferenciando-se positivamente da competitividade internacional do seu negócio. Um exemplo destas ações é a preferência pelo transporte marítimo. Além disso, vários projetos são desenvolvidos no âmbito da maximização da quantidade de produto transportado por unidade de embalagem ou redução do peso da embalagem, otimizando os fluxos de transporte de matérias-primas e produtos.

Packaging
mais
sustentável
na
Amorim Cork
Flooring

- Durante 2020 a Amorim Cork Flooring iniciou um projeto com objetivo de tornar o *packaging* mais sustentável. A primeira fase focou-se nas embalagens. Todos os anos a empresa consome mais de 2,5 milhões de embalagens para transporte do seu produto, na qual coloca um manual com instruções de instalação. Com este projeto pretende anular-se o consumo de cerca de 80 toneladas de papel destas instruções substituindo-a por um código QR impresso na embalagem.

Redução no
consumo
plástico
retrátil na
Amorim Cork

- Depois de vários testes realizados em diversas UI da Amorim Cork para garantir a entrega do produto sem defeitos, em 2020 foi reduzida a micragem do plástico retrátil de 21 para 8/12, assim como a otimização da sua aplicação por equipamento. Além da redução de custos, esta ação permitiu a redução no consumo de materiais em, aproximadamente, 40 toneladas por ano.

4. PILAR AMBIENTAL

A Corticeira Amorim desenvolve a atividade com base na bioeconomia e procura ter uma atividade com impacto positivo nos ecossistemas ao longo da cadeia de valor. De entre os benefícios mais relevantes para o planeta está o trabalho para a preservação do Montado e os serviços dos ecossistemas, para a aplicação das práticas de economia circular e para o desenvolvimento de produtos verdes que têm a cortiça no centro – um material 100% natural, renovável, reutilizável e reciclável, perfeitamente alinhado com a consciência ambiental da sociedade atual.

4.1. PRESERVAR O MONTADO E OS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS



Objetivo:

Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas através do aumento do conhecimento, mobilização de recursos e proposta de medidas.



Principais metas:

Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural;
Promover a implementação da gestão sustentável das florestas e mobilizar recursos;
Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade.



Target 2021-2024

+ 3 000 ha de floresta de sobreiros intervencionada em 2024.

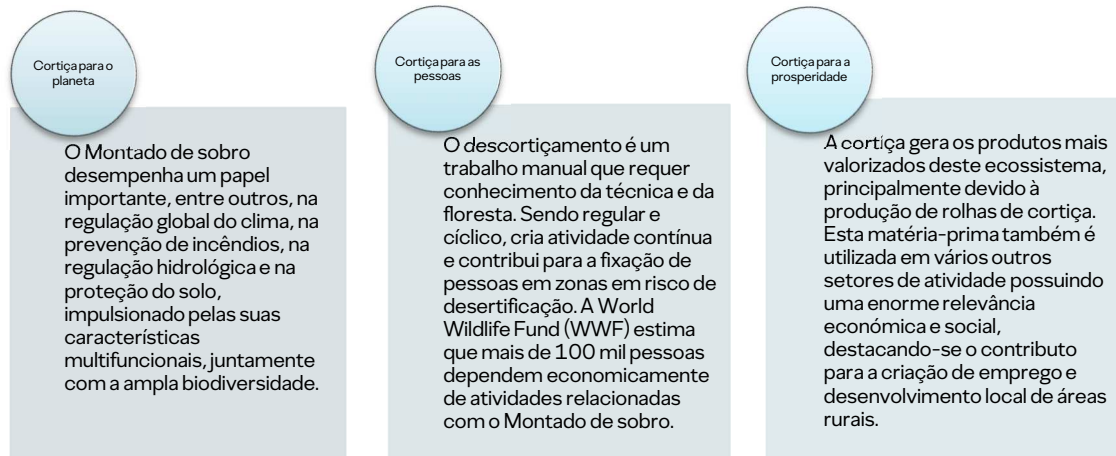
As florestas de sobreiros estão localizadas na bacia do Mediterrâneo. Sendo uma espécie de árvore autóctone, o sobreiro está perfeitamente adaptado às condições climáticas locais e aos solos áridos, vive em média 200 anos e oferece um importante conjunto de serviços de ecossistemas, incluindo fornecimento de cortiça, prevenção de incêndios, proteção do solo e prevenção da desertificação. Adicionalmente, desempenham um papel relevante na regulação do clima (por cada tonelada de cortiça o Montado sequestra até 73 toneladas de CO₂) e na manutenção da biodiversidade (parte de um dos 36 *hotspots* mundiais de biodiversidade). Um estudo, realizado pela EY em 2019, estimou um valor médio superior a € 1300/ha/ano para os serviços ecossistemas associados a um Montado de sobreiro devidamente gerido.



Árvore Nacional de Portugal

O sobreiro desempenha um papel tão relevante que foi consagrado no final de 2011, por unanimidade da Assembleia da República, a Árvore Nacional de Portugal e está protegido por lei desde o século XIII.





Face às atividades desenvolvidas pela Corticeira Amorim, assentes na utilização da cortiça, assume-se como de importância fundamental a promoção do Montado, da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas associados.

São vários os compromissos assumidos pela empresa refletidos através das políticas internas ou compromissos externos, de que é exemplo a adesão, em setembro de 2020, ao act4nature Portugal.

- A iniciativa lançada pelo BCSD Portugal pretende sensibilizar, mobilizar e incentivar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade. A adesão integra-se, assim, na missão da Corticeira Amorim, que se compromete com a adoção de práticas que garantam a preservação do meio ambiente, assumindo a sustentabilidade como a referência basilar. Assim, além da concretização dos 10 compromissos comuns do act4nature Portugal, as empresas reforçam o seu empenho através de um conjunto de compromissos individuais SMART, entre eles: incluir a proteção da biodiversidade no código de ética empresarial e conduta profissional; desenvolver ações para promoção das florestas de sobreiros, biodiversidade e serviços dos ecossistemas; expandir o conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e do ecossistema que suportam; promover a biodiversidade na cadeia de valor; incentivar a integração da biodiversidade no processo de produção; reduzir os impactos no processo de produção; aumentar a gestão eficiente dos recursos; manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, por forma a garantir a sustentabilidade do Montado de sobro e da biodiversidade associada; realizar iniciativas com vista a sensibilizar os colaboradores para o tema da biodiversidade; reportar publicamente o acompanhamento dos compromissos assumidos. Mais informação: https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2020/12/Act4nature-Portugal_Compromissos-empresariais_VFF_compressed-1.pdf.

A Corticeira Amorim desenvolve inúmeras ações para a preservação, desenvolvimento e valorização do Montado de sobro, que estão assentes em linhas de orientação que viabilizam:

- O aumento do conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e dos ecossistemas que estes viabilizam;
- A afirmação de soluções de cortiça e do desenvolvimento do Montado enquanto garantes do ecossistema;
- A dinamização de ações de sensibilização internas e externas;
- A atuação proativa na discussão de políticas e proposta de medidas para a proteção do sobreiro, a preservação do Montado, a promoção do setor da cortiça, a certificação de sistemas de gestão florestal e a remuneração dos serviços ambientais do Montado.

De acordo com a classificação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), as áreas onde a Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade industrial não se localizam em zonas protegidas, pelo que não se conhece qualquer impacto significativo sobre a biodiversidade.

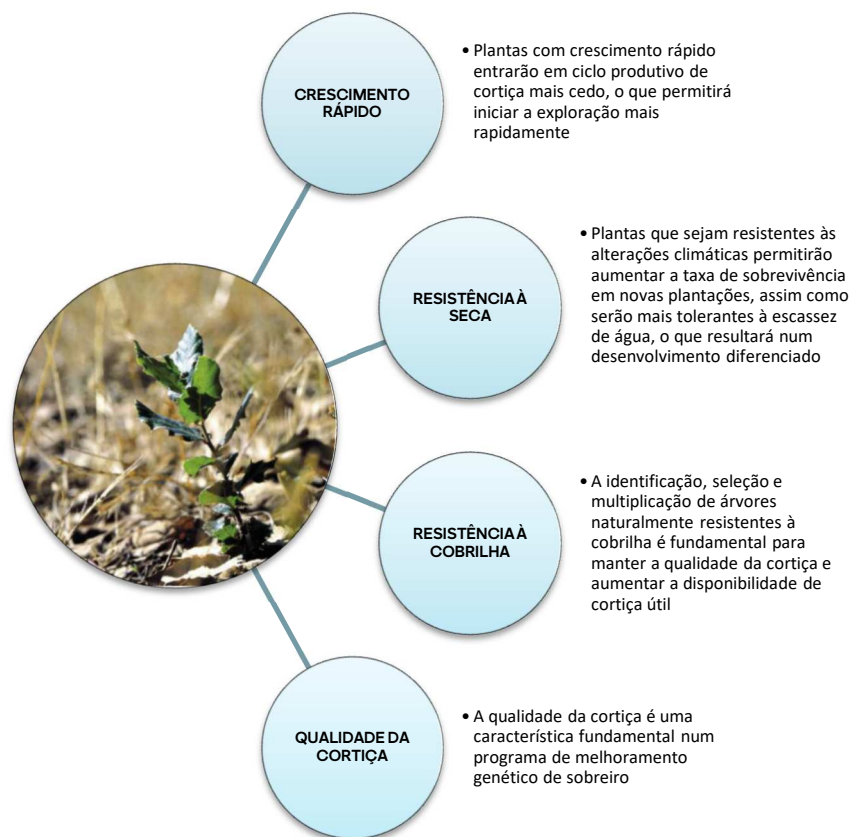
4.1.1. PROJETO DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Ao longo das últimas décadas, tem-se assistido à perda de vitalidade dos sobreiros (*Quercus suber*) atribuída, entre outros, a más práticas de gestão, ocorrência de agentes bióticos nocivos e alterações climáticas. A preservação do sobreiro e do ecossistema Montado é imprescindível para que se possa continuar a usufruir não só da cortiça produzida, mas também de muitos outros serviços dos ecossistemas valiosos para as populações da bacia do Mediterrâneo. De forma a minorar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de cortiça, assim como a crescente preocupação com a redução de produtividade dos povoamentos existentes, a Corticeira Amorim tem vindo a desenvolver o Projeto de Intervenção Florestal (PIF), que visa a preservação e o desenvolvimento sustentável da floresta de sobreiro. Sob o mote “cuidar do presente, construir o futuro”, o PIF teve início em 2013 como projeto de investigação que procurou um novo modelo de subercultura através da rega.

É ambição da Corticeira Amorim ser centro de excelência na investigação do sobreiro e fazer investigação aplicada sobre os impactos da rega, fertilização, nutrição e solo, bem como sobre a seleção dos sobreiros mais adaptados aos cenários climáticos através de um “programa de melhoramento do sobreiro”. A Corticeira Amorim pretende, ainda, ajudar a promover, divulgar e implementar estas novas técnicas de plantação através de um gabinete de gestão florestal. Atualmente, as áreas de trabalho são as seguintes:

- **Gestão florestal** – Coordenação de novas plantações, apoio técnico aos proprietários florestais e consultoria sobre tratamentos para pragas, fertilização e podas. Em 2020, os trabalhos realizados centraram-se na recolha e compilação do conhecimento existente que se encontrava disperso e produção de documentação de suporte com aplicação prática, quer nos Montados existentes, quer em novas plantações.
- **I&D florestal aplicado** – Investigação aplicada sobre quais os impactos da rega, fertilização, nutrição, solo, no sobreiro. Até ao momento, foram realizadas várias instalações de sobreiro, onde estão a ser estudados os métodos de regadio em profundidade e à superfície, o efeito e a eficácia de fertilizantes em diferentes quantidades no crescimento, avaliação da produtividade, valorização, viabilidade económica e técnica de povoamentos de sobreiro sujeitos a rega.
- **I&D florestal fundamental** – Desenvolvimento do programa de melhoramento do sobreiro, novos métodos de produção de plantas e avaliação genética de árvores *plus*. Foram já selecionados alguns exemplares *plus* de diferentes origens e condições edafo-climáticas para estabelecer um programa de multiplicação e propagação. Paralelamente, está a ser desenvolvido um programa de procura e identificação de características genéticas associadas a características fenotípicas de interesse que no futuro permitirá identificar e selecionar individualmente sobreiros adaptados a diferentes condições, como por exemplo a resistência a pragas e tolerância à seca.

Programa de melhoramento do sobreiro



4.1.2. Novas plantações

A necessidade de intervir, associada ao conhecimento gerado na primeira fase do PIF, levou a Corticeira Amorim a investir diretamente em dois projetos florestais com sobreiro: a Herdade da Baliza e a Herdade da Venda Nova. Estes dois projetos terão uma dimensão conjunta de 1451 hectares de sobreiros com rega de instalação melhorada. A técnica de instalação adotada permite aumentar de forma muito assinalável o sucesso da plantação e, ao mesmo tempo, obter um maior crescimento inicial das plantas, reduzindo assim o seu primeiro ciclo de exploração dos atuais 25 anos para cerca de metade desse período. Esta rega de instalação será utilizada até à primeira extração da cortiça, altura a partir da qual será retirada e o sobreiro voltará ao seu crescimento normal, sendo a extração de cortiça realizada em ciclos de nove anos.

Atualmente, foram já plantados sobreiros em 251 hectares da Herdade da Venda Nova, sendo o maior povoamento de sobreiros instalados usando uma tecnologia de rega gota a gota.

A Corticeira Amorim pretende continuar e aumentar a participação ativa na intervenção em novas áreas de sobreiro através de compra de terrenos, arrendamento ou parcerias (adensamentos de áreas já existentes por meio de parcerias com proprietários florestais), tendo como objetivo intervir numa área de 3000 ha de floresta até 2024.

4.1.3. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

Os serviços dos ecossistemas podem ser traduzidos como os contributos diretos e indiretos da natureza para o bem-estar humano. A perda de biodiversidade afeta de forma significativa o fornecimento de serviços dos ecossistemas, de que depende o ser humano, pois constitui a base de vários processos ecológicos. É consensual que a quantificação dos serviços dos ecossistemas em valores monetários e não monetários é uma ferramenta necessária para operacionalizar este conceito nas tomadas de decisão e para contribuir para um percurso alinhado com as estratégias de Biodiversidade, Pacto Ecológico Europeu e com os ODS.

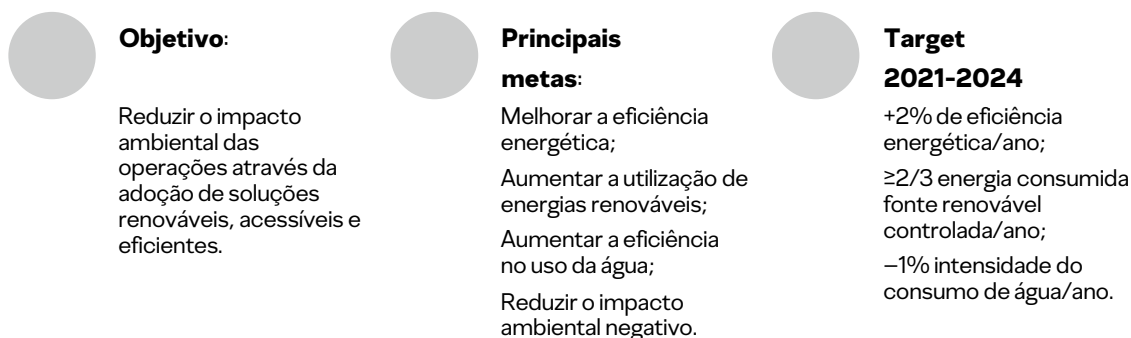
O Montado de sobreiro tem um papel importante na promoção de funções ecológicas como a conservação do solo, armazenamento de carbono e retenção de água, potenciado pelas suas características multifuncionais e pela biodiversidade existente. Portugal possui a maior área mundial de floresta de sobreiro, sendo simultaneamente o maior produtor mundial de cortiça. A vitalidade do Montado tem vindo a decrescer ao longo dos anos, enfraquecendo o seu potencial de providenciar serviços à sociedade.

A Corticeira Amorim é a maior produtora mundial de produtos de cortiça, tendo um papel importante na promoção da gestão sustentável da floresta e na criação de um conjunto de interconexões entre o Montado, o negócio e as pessoas. O estudo "O valor dos serviços ecossistemas do Montado de sobreiro", comissionado pela Corticeira Amorim e produzido pela EY, refere que ecossistemas mais rentáveis e biodiversos podem ser potenciados e perpetuados através de sistemas de produção mais sustentáveis, fomentando os serviços prestados, combatendo a perda de biodiversidade e contribuindo ainda para a neutralidade carbónica e para os ODS. Neste contexto, a Corticeira Amorim compromete-se a aumentar o conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e dos ecossistemas que estes viabilizam e a promover as melhores práticas de gestão florestal, nomeadamente a certificação florestal nas áreas com intervenção direta e na certificação na cadeia de valor de 29 estabelecimentos. Mais informação pode ser consultada no subcapítulo 3.6. Cadeia de Valor.

Avaliação dos serviços dos ecossistemas

- Desde 2010, a Corticeira Amorim tem contribuído para a promoção do Montado de sobreiro e de toda a indústria da cortiça, gerando mais investigação nesta área. A Corticeira Amorim começou a estudar o valor dos serviços dos ecossistemas há mais de 10 anos, assunto que já foi lançado para discussão pública por vários especialistas. Em 2020, a Corticeira Amorim revelou os resultados de um novo estudo intitulado "O valor dos serviços ecossistemas do Montado de sobreiro" que leva em consideração abordagens mais atuais e maior conhecimento. Este estudo, realizado pela EY, concluiu que, em média, os serviços dos ecossistemas do Montado de sobreiro avaliados proporcionam benefícios à sociedade superiores a 1.300 €/ha/ano.

4.2. REDUZIR O IMPACTO AMBIENTAL



A Corticeira Amorim compromete-se a desenvolver processos produtivos e a implementar tecnologias que fomentem e melhorem continuamente o seu desempenho ambiental. Esta é uma preocupação e um desafio global de importância crescente, com um verdadeiro e mensurável impacto no que se refere às alterações climáticas, escassez de recursos e transição para uma energia de baixo carbono.

A Corticeira Amorim é um importante promotor do Montado de sobreiro contribuindo, dessa forma, para o sequestro positivo de CO₂ promovido por este ecossistema – uma relevante contribuição para a mitigação das alterações climáticas. Sendo o sobreiro uma espécie de crescimento lento, com um tempo de vida médio de 200 anos, este assume um importante papel na captura e armazenamento de CO₂, através da utilização das suas raízes, folhas, tronco e casca – a cortiça.



* Inventário de emissões de GEE, EY 2019

A Corticeira Amorim reforça o seu compromisso para com o futuro sustentável através da implementação de práticas sustentáveis ao longo da sua cadeia de valor – desde a produção da cortiça à transformação da mesma em produtos com baixo ou negativo impacto carbónico, até ao final da vida do produto. De forma a minimizar os impactos negativos ambientais dos processos nas diferentes fases da cadeia de valor, estabeleceram-se princípios comuns a todas as Unidades de Negócio e participadas, que incluem:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais, bem como de outros requisitos que a organização subscreva, aplicáveis aos aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços;
- Controlar os aspetos ambientais significativos, contribuindo para a prevenção da poluição;
- Atuar proativamente, identificando, avaliando e tomando as medidas preventivas adequadas à minimização dos impactos ambientais específicos de cada atividade, utilizando, sempre que viável, as melhores práticas e tecnologias disponíveis.

4.2.1. ENERGIA

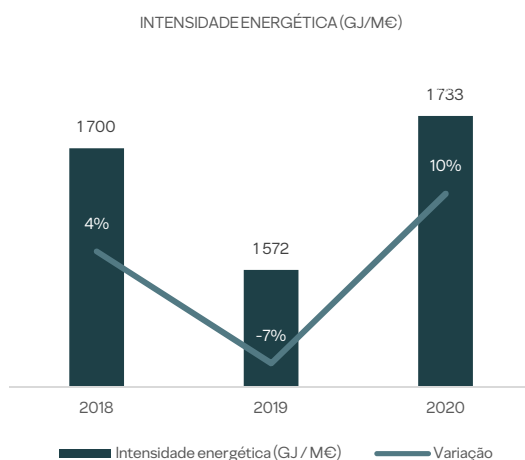
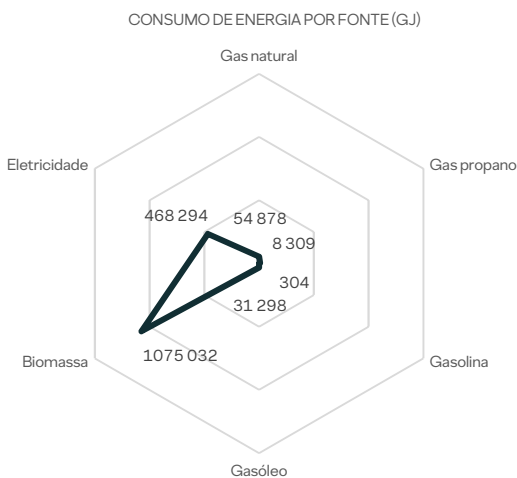
A energia consumida durante 2020 foi de 1 638 115 GJ (2019: 1 577 074), correspondendo a 83% com origem em fontes renováveis. A energia com origem em fontes renováveis controladas pelo grupo (biomassa) representou 66% (2019: 63%). A Corticeira Amorim pretende aumentar a utilização de energias renováveis no período 2021-2024 nas operações em Portugal e para isso definiu como *target* assegurar que dois terços da energia consumida controlada pela empresa é de origem renovável.

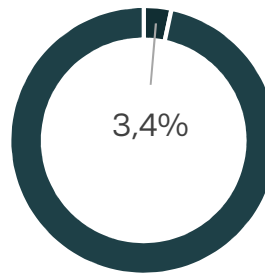
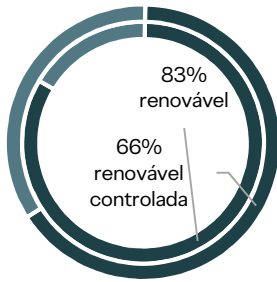
A intensidade energética teve um acréscimo de 10% em resultado, por um lado, de um ano com vendas menores e, por outro, dos vários projetos a decorrer de melhoria de eficiência dos processos e qualidade dos produtos. No entanto, a principal fonte de energia para fazer face a este aumento foi renovável, sem impacto ao nível das emissões.

Durante o ano, foram implementadas 101 medidas de eficiência energética, que resultaram num investimento de 2,1 milhões de euros e numa poupança de 56 mil GJ, correspondendo a uma taxa de 3,4% de eficiência energética. Para o período de 2021-2024, a Corticeira Amorim pretende garantir, para as operações em Portugal, medidas de eficiência energética em 2% ao ano medido através do peso das poupanças obtidas com medidas implementadas no total dos consumos anuais estimados.



- O Grupo organiza duas vezes por ano o Fórum de Eficiência Energética como meio de partilha e de interação entre os diferentes responsáveis de energia. De entre outros objetivos, o fórum pretende: acompanhar o consumo dos recursos energéticos ao dispor nas fábricas (nomeadamente pó de cortiça, energia elétrica, gás natural e GPL); manter o envolvimento e a premente adequação da tecnologia ao aumento produtivo e qualidade das unidades industriais; prever necessidades e apresentar cenários de consumo dos recursos de energia, com avaliação de cenários entre as necessidades e adaptação de tecnologia; motivar, realizar e controlar o desenvolvimento e desempenho das ações.





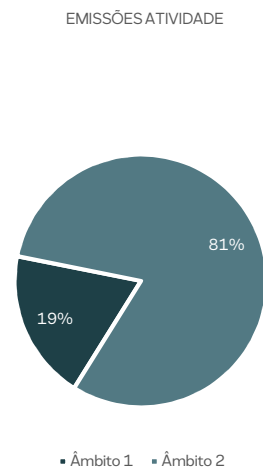
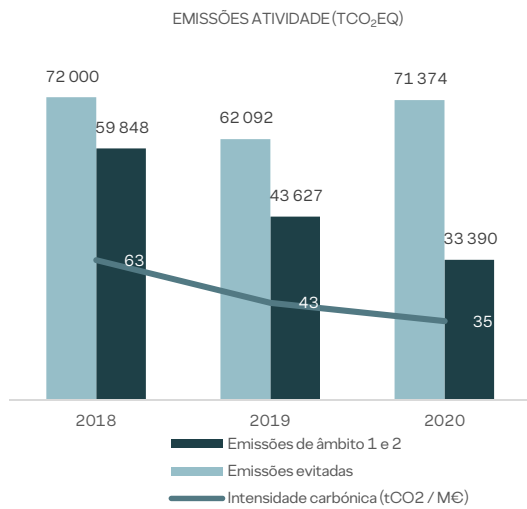
4.2.2. EMISSÕES

Em 2020, as emissões da atividade (âmbito 1 e 2) atingiram um total de 33 390 tCO₂eq (2019: 43 627), calculado pelo método de mercado, verificando-se uma diminuição de 23% face ao ano anterior. A maioria destas emissões (81%) referem-se a energia elétrica adquirida (âmbito 2) e 19% são emissões diretas (âmbito 1).

A Corticeira Amorim utiliza a energia renovável como a principal fonte de energia e a sua utilização não produz um aumento líquido das emissões. Em 2020, a produção de energia a partir de biomassa, na sua maioria pó de cortiça gerado endogenamente na produção, totalizou cerca de 1 075 mil GJ (2019: 988 mil GJ). Esta prática, juntamente com as medidas de eficiência operacional/energética implementadas, resultaram em mais de 71 mil tCO₂eq (2019: 62 mil) evitadas.

Aposta nas energias renováveis 2021-2024

- A Corticeira Amorim está determinada em aumentar o consumo de energia proveniente de fontes renováveis, quer através da seleção dos fornecedores de energia em função do peso da energia renovável no seu *mix*, quer através do investimento direto em projetos fotovoltaicos. Com início em 2021 e prolongando-se até 2024, o objetivo é ter as principais unidades industriais com uma parte do seu consumo de energia a ser proveniente de energia fotovoltaica. Paralelamente, manter-se-á o foco nos projetos que visem a otimização do rendimento do pó de cortiça para queima e responder à redução da disponibilidade de pó de cortiça para aproveitamento ao nível energético, que resulta da constante procura pela implementação de tecnologias e processos produtivos que garantam a otimização do rendimento da cortiça consumida no ciclo industrial.



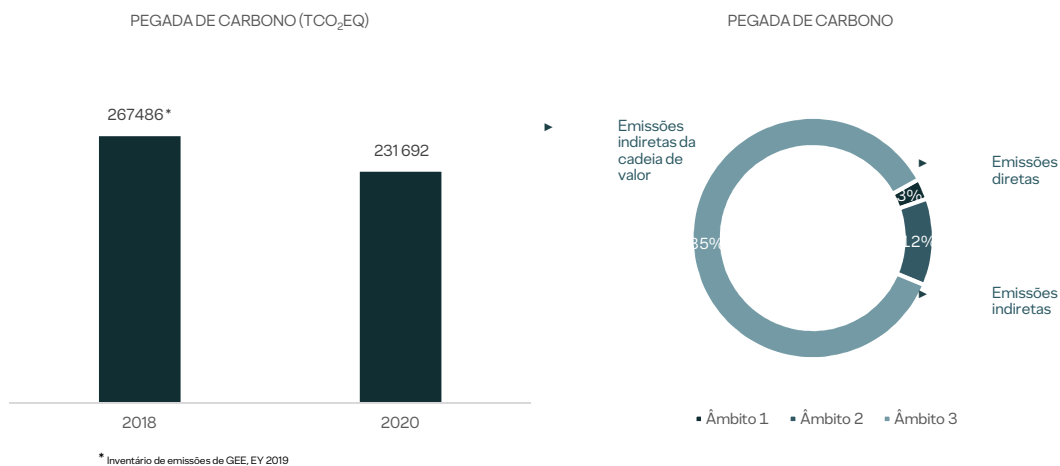
Pegada de carbono

Em 2020, a Corticeira Amorim calculou emissões indiretas associadas à cadeia de valor (âmbito 3) para seis categorias de acordo com Greenhouse Gas Protocol, do World Business Council for Sustainable Development e do World Resources Institute adicionando, face ao método reportado nos anos anteriores, a categoria “compra de bens e serviços”. O âmbito considerado foi o das operações em Portugal, onde estão localizadas a maioria das unidades industriais de produção e transformação (61%) e que refletem a generalidade das exportações (94%). Assim, as emissões calculadas para o âmbito 3 cifraram-se em 198 301 tCO₂eq em 2020, registando uma redução de 13% face ao ano de 2018, ano em que a Corticeira Amorim promoveu um cálculo detalhado da pegada de carbono, elaborado pela EY. Considerando as mesmas categorias do reporte anterior, as emissões de âmbito 3 ficaram-se pelas 78 850 tCO₂eq, ou seja, menos 4% que as verificadas em 2019, essencialmente devido à redução de 15% na categoria de transporte e distribuição a jusante.

Esta *performance* reflete uma redução da atividade e do uso de transportes de maior impacto, devido à pandemia. Adicionalmente, reflete a implementação dos projetos que visam a otimização das rotas através da redução do peso do packaging e das distâncias percorridas, e o aumento da capacidade da carga e do número de entregas por distância percorrida. Como seria de esperar, verificou-se uma redução significativa nas viagens de negócio durante o ano de 2020. Quanto ao transporte de colaboradores, por se considerar que não houve interrupções significativas na atividade, foram mantidos os pressupostos dos anos anteriores, apesar de alguns colaboradores/as terem estado parte do ano em teletrabalho.

EMISSIONS CADEIA DE VALOR – ÂMBITO 3 (TCO ₂ EQ)	2020	2019
Compra de bens e serviços*	119 451	–
Transporte e distribuição a montante	30 642	25 329
Transporte e distribuição a jusante	45 011	52 846
Resíduos gerados nas operações	235	266
Viagens de negócios	360	1 277
Transporte de colaboradores	2 602	2 589
Total	198 301	
(Total comparável)	(78 850)	(82 308)

* Categoria adicionada em 2020



4.2.3. ÁGUA

Em 2020, a captação de água atingiu os 770 mil m³. Cerca de 15% da água foram devolvidos ao ambiente e aproximadamente 85% foram consumidos – integrados no produto ou na produção de vapor. A maioria da água captada pela Corticeira Amorim tem origem na captação subterrânea (94%), sendo a restante (6%) obtida através da rede pública. A Corticeira Amorim não tem indicação de que as bacias hidrográficas onde ocorrem as captações de água se encontrem em *stress* hídrico. Para a caracterização das áreas em *stress* hídrico no âmbito deste relatório, foi usada a ferramenta do World Resources Institute, que caracteriza que 27% das captações ocorrem em zona de risco alto de *stress* hídrico.

A água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a manutenção de ecossistemas saudáveis, para a sustentabilidade do Planeta e para a sobrevivência humana. De acordo com a Nações Unidas, mais de dois mil

milhões de pessoas em todo o mundo carecem de água potável e o uso responsável da água ajudará a reduzir cheias, secas, escassez e poluição. Ciente da necessidade de preservar este recurso fundamental para o planeta, a Corticeira Amorim tem uma abordagem que assenta em três pilares: redução do consumo, tratamento e regulação hidrológica.

No que diz respeito ao consumo, a Corticeira Amorim tem estabelecido para o período 2021-2024 um objetivo para as suas atividades em Portugal de diminuição em 1%/ano da intensidade do consumo de água, através de um conjunto de ações a implementar durante este período. Em 2020, as ações deste âmbito assentaram no desenvolvimento de uma série de procedimentos que incluíram a alteração de pressupostos, do método de recolha e da consolidação dos dados, o que originou a integração no perímetro de consolidação de captações de água que antes não eram consideradas. Assim, inicia-se em 2020 uma nova série para monitorização e reporte dos consumos da Corticeira Amorim.

Ao nível de efluentes, a Corticeira Amorim tem investido no seu tratamento, com diversas medidas de otimização das Estações de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) e de monitorização do meio recetor, para garantir o menor impacto possível.

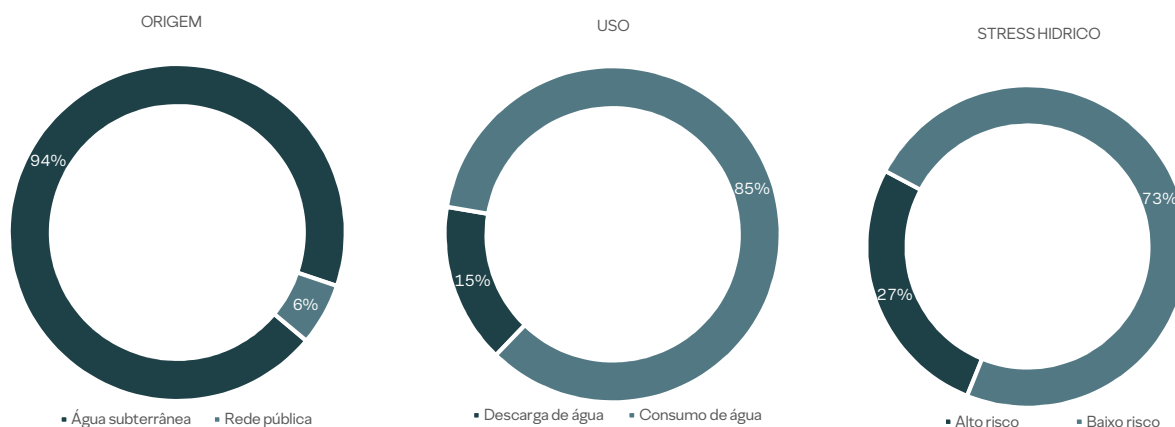
Já no campo da regulação hidrológica, um dos serviços dos ecossistemas prestados pelo Montado é a capacidade de regulação do ciclo da água. A margem esquerda do Tejo-Sado possui cerca de 36% de área ocupada por sobreiros e é um dos sistemas aquíferos mais produtivos e profundos da Península Ibérica, sendo recarregado pela infiltração da água da chuva no solo. A interseção das águas da chuva pelos sobreiros é importante para proteger o solo da erosão hídrica, contribuindo para o combate à desertificação. Informação sobre a atuação da Corticeira Amorim em prol da proteção dos Montados e dos seus serviços dos ecossistemas no subcapítulo 4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas.

Gerir a água com
ferramentas de
melhoria
contínua na
Amorim Cork

- Com o objetivo de reduzir o consumo de água de forma sólida, fiável e integrada, foram selecionadas ferramentas Lean. Os principais objetivos destas ferramentas são simplificar processos e estruturar as informações para mais facilmente identificar as oportunidades de melhoria. Face à complexidade das redes de captação de distribuição de água e por forma a rapidamente identificar possíveis iterações e erros de mapeamento e contabilização, foi utilizada a *value tree*, que permitiu uma maior facilidade no mapeamento dos consumos e volumes captados, bem como na sua hierarquização, comparação e avaliação.

Otimização das
ETARI

- A Corticeira Amorim possui ETARI em algumas das suas unidades industriais que têm como objetivo tratar os seus efluentes, de forma a garantir os parâmetros de descarga. Grande foco é dada à redução dos impactos negativos da atividade, pelo que existe uma preocupação constante pela otimização de processos nas ETARI e pelo controlo e monitorização da qualidade do efluente de descarga. Assim, nos últimos anos, desenvolveram-se planos analíticos para uma melhor monitorização da qualidade do efluente de descarga; foram adquiridos equipamentos e implementados novos controlos, aumentando-se a capacidade de caracterização e identificação de desvios.



Projeto da Venda Nova

Com uma área de 251 hectares, o Projeto da Venda Nova é neste momento o maior povoamento de sobreiros instalados, usando uma tecnologia de rega gota a gota e enquadra-se no Projeto de Intervenção Florestal que a Amorim Florestal tem em curso desde 2013 (informação adicional no subcapítulo 4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas). Num cenário de alterações climáticas, a rega de instalação, que será utilizada apenas até à primeira extração da cortiça, tem como objetivo garantir as condições ideais para a instalação e o crescimento das plantas assegurando uma mais rápida e eficaz ocupação do espaço florestal. Através da redução do primeiro ciclo de exploração em cerca de metade e do aumento do sucesso das instalações, pretende-se, por um lado, garantir maior rentabilidade, e por outro, maior disponibilidade futura de matéria-prima que assegure a sustentabilidade da indústria. Este projeto da Venda Nova, pela sua dimensão, pretende mostrar o compromisso inequívoco da Corticeira Amorim para com o desenvolvimento da floresta de sobreiro.

Com início em 2019, esta instalação conta atualmente com cerca de 100 mil plantas e uma charca de armazenamento de água com 30 000 m³. Dadas as características especiais do projeto, os aspetos relacionados com o tema da água não estão a consolidar com a informação reportada neste relatório. É intenção da Corticeira Amorim trabalhar para consolidar a metodologia utilizada para reporte dos aspetos ambientais relacionados com os projetos florestais.

4.2.4. QUALIDADE DO AR E POLUIÇÃO

Consciente dos impactos da atividade no ambiente, a Corticeira Amorim implementa medidas para mitigar os impactos específicos de cada unidade, nomeadamente através de:

- Medições de ruído regulares e medidas ativas para o reduzir, como o encapsulamento de máquinas e motores;
- Controlos de emissões gasosas das chaminés e medidas específicas para evitar emissões de poeira ou partículas, como a aplicação de filtros;
- Formação a colaboradores/as sobre as melhores práticas para evitar a ocorrência de derrames, tendo disponíveis kits de derrames;
- Procedimentos de resposta em vigor para emergências.

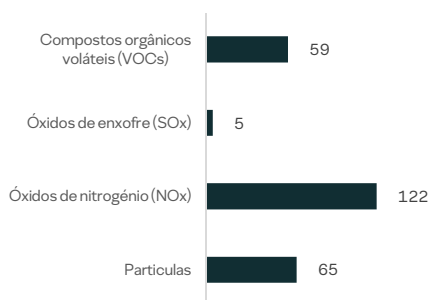
No que diz respeito às emissões atmosféricas, estas resultam principalmente da queima de combustíveis para gerar energia. As emissões incluem dióxido de carbono (CO₂), partículas finas, óxidos de azoto (NOx), óxidos de

enxofre (SOx) e compostos orgânicos voláteis (VOC). Relativamente ao CO₂, este é um gás com efeito de estufa que contribui para as alterações climáticas. No caso dos NOx e SOx, estes são poluentes atmosféricos que afetam a qualidade do ar e podem causar chuva ácida e acidificação do solo. Os VOC são responsáveis por odores e podem contribuir para uma degradação da qualidade do ar. A Corticeira Amorim trabalha continuamente para reduzir as suas emissões atmosféricas, quer através da preferência por energias renováveis, quer através da melhoria da eficiência energética ou da opção pela modernização dos sistemas e adoção de controlos nas caldeiras. Em 2020, implementou-se um sistema de recolha e consolidação desta informação no âmbito de reporte dos indicadores de sustentabilidade, passando a fazer parte do reporte regular. Assim, em 2020, as emissões de partículas finas ascenderam a 65 t, as emissões de NOx totalizaram 122 t, as emissões de SOx cifraram-se nas 5 t e os VOC atingiram 59 t.



• Durante 2020, destaca-se a continuação do projeto nas Unidades de Negócio Matérias-Primas, Rolhas e Isolamentos, depois de, em anos anteriores, ter sido na Unidade de Negócio Rolhas e Aglomerados Compósitos. O projeto consiste na aquisição de novas caldeiras, respetiva reestruturação da rede e diversas intervenções em caldeiras existentes, nomeadamente em termofluidos e sistemas de vapor, de forma a aumentar a capacidade, melhorar o rendimento do pó de cortiça na produção de energia, adaptar as caldeiras à utilização de outras fontes de biomassa, reduzir o uso de gás natural e as emissões atmosféricas.

EMISSÕES ATMOSFÉRICAS (TON)



4.3. APLICAR A ECONOMIA CIRCULAR



Objetivo:

Aplicar os princípios da economia circular por meio da redução dos resíduos, prolongar a vida dos materiais e regeneração dos sistemas naturais.



Principais metas:

Melhorar a eficiência dos recursos globais, alcançando a gestão sustentável;
Gerir de forma ambientalmente saudável a utilização de produtos químicos;
Reduzir substancialmente a geração de resíduos, reduzindo, reciclando e reutilizando materiais.



Target 2021-2024

-5% peso dos consumos dos materiais não renováveis virgens/ano;
≥ 90% taxa de valorização resíduos (não cortiça) / ano.

A Corticeira Amorim está comprometida em aplicar os princípios de economia circular. Inauguradas em 1963, estas práticas são hoje uma das bandeiras do grupo. Depois de terem sido estabelecidos objetivos e metas

concretas para esta área, alinhadas com os ODS, em 2020 foram também formalizados *targets* quantitativos aplicados a todas as Unidades de Negócio nas atividades em Portugal.

A aplicação dos princípios da economia circular na Corticeira Amorim tem-se focado nas seguintes linhas de atuação:

- Valorizar subprodutos da produção da rolha de cortiça natural;
- Promover a valorização dos resíduos não cortiça;
- Prolongar a vida dos materiais através de simbioses industriais;
- Integrar no processo produtivo cortiça no fim do ciclo de vida.

4.3.1. MATERIAIS

O consumo de materiais sofreu uma redução, fruto da redução da atividade devido à pandemia. No entanto, o perfil de consumo de materiais renováveis manteve-se acima de 80% (2019: >80%) e ultrapassou os 85% quando considerados materiais renováveis e reciclados.

Nos últimos anos, tem-se dado maior destaque ao consumo de materiais que resultam de simbioses industriais e são reciclados em fim de vida, verificando-se um aumento no consumo em cerca de 22% em 2020.

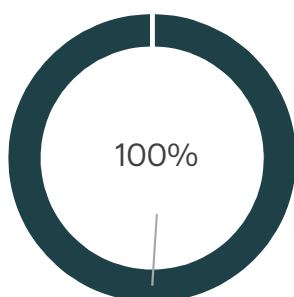
De forma a promover os aspetos relacionados com a biodiversidade nas decisões ao longo da cadeia de valor, a Corticeira Amorim estabeleceu como *target*, para o período 2021-2024, uma redução anual de 5% do peso do consumo de materiais não renováveis virgens (por exemplo, plásticos/químicos não renováveis virgens) no consumo total de materiais.

De entre os projetos a destacar durante 2020, está o projeto “produtos de economia circular”.

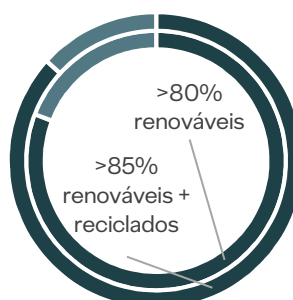


• Este projeto visa o desenvolvimento de novas tecnologias de processamento de cortiça não adequada à indústria de rolhas e de outros subprodutos industriais (simbioses industriais). Estas tecnologias têm como objetivo a produção de um leque mais alargado de aglomerados de cortiça em combinações, espessuras, densidades e larguras até então não utilizadas. Assim, será possível alargar a oferta ao mercado de produtos de economia circular de valor acrescentado, ajudando a reduzir a potencial poluição e a reutilizar materiais que, de outra forma, seriam considerados desperdícios. Exemplos incluem a gama de produtos Amorim Wise Cork Inspire 700, uma solução para pavimentos à prova de água, sem PVC, adequados a todo o tipo de espaços. Também inclui *underlays* e *underscreeds* para aplicação no setor da construção.

APROVEITAMENTO DE CORTIÇA



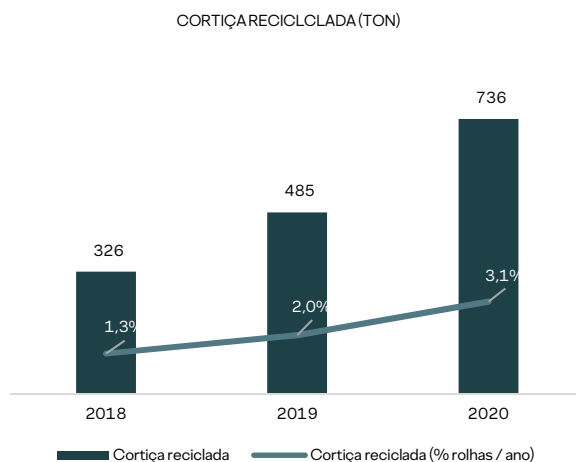
MATERIAIS RENOVÁVEIS |
MATERIAIS RENOVÁVEIS + MATERIAIS RECICLADOS



4.3.2. RECICLAGEM DE CORTIÇA

A estratégia de valorização da cortiça motivou o desenvolvimento de iniciativas inéditas de reciclagem de rolhas. Estas iniciativas, que tiveram origem em Portugal, contam já com a forte adesão de outros países nos cinco continentes. Através de três unidades industriais, licenciadas no território nacional para a reciclagem de cortiça, a Corticeira Amorim recolhe rolhas e outras aplicações de cortiça para tratamento e trituração. O material, após ser transformado em granulados, volta ao processo produtivo, particularmente em produtos e, embora não seja usado pela Unidade de Negócio Rolhas, é incorporado em produtos das Unidades de Negócio Aglomerados Compósitos e Isolamentos. Durante o ano de 2020, foram recicladas nas instalações da Corticeira Amorim 736 toneladas (2019: 485) de cortiça.

As vantagens ambientais da reciclagem são inúmeras: além de aumentar a reutilização da cortiça, permite estender o ciclo de vida do material e os seus benefícios ambientais, nomeadamente a sua capacidade de retenção de CO₂.



Metade do peso seco da cortiça é carbono, ou seja, aproximadamente 1,97 g de carbono, por rolha natural ou 7,2 g de CO₂.*

Retenção CO₂ da Cortiça

* Pegada de carbono da rolha de cortiça natural, EY 2019



GreenCork

O GreenCork é o projeto da Quercus que, desde 2008, promove a recolha e a reciclagem de rolhas de cortiça. Entre os principais objetivos deste programa está, também, o financiamento da plantação de árvores autóctones através do programa Floresta Comum. Até à data, esta iniciativa permitiu a recolha de mais de 97 milhões de rolhas e a plantação de mais de 1,2 milhões de árvores.

www.greencork.org/

Etico

Programa de reciclagem italiano, que teve origem em 2011, envolve associações e instituições que mobilizam cerca de mil voluntários e gerem mais de cinco mil pontos de recolha por toda a Itália. Em 2019, nasceu pela mão de dois arquitetos italianos, a coleção SUBER. As rolhas de cortiça recicladas são transformadas em pequenos grânulos e depois combinadas com outros materiais, ganhando uma nova vida através de objetos como sistemas de iluminação, mesas, assentos, porta guarda-chuvas e cabides de estilo único.

www.amorimcorkitalia.com/it/etico

4.3.3. RESÍDUOS

Sob o mote “nada se perde, tudo é valorizado”, mantiveram-se esforços para aproveitar todos os desperdícios ou resíduos de cortiça e aumentar a taxa de valorização dos resíduos não cortiça. Em resultado, a taxa de aproveitamento da cortiça manteve-se nos 100% (2019: 100%) e a valorização de resíduos não cortiça cifrou-se nos 90% (2019: 88%).

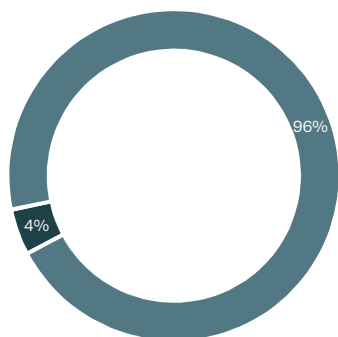
Em 2020 foram geradas 11 257 toneladas de resíduos industriais (2019: 11 233), sendo 4% classificados como perigosos. Existem nas unidades fabris processos próprios para rotular, armazenar, manusear e transportar estes resíduos, que são devidamente transportados e processados através de agentes autorizados.

De entre os projetos a destacar em 2020 está o projeto de “gestão de resíduos e eficiência de produto”, que inclui, entre outros, a iniciativa Recupera, Recork and Recupera Wise da Amorim Cork Flooring ou a iniciativa de produção de granulados finos da Amorim Cork Insulation.

Gestão de resíduos e eficiência da utilização de recursos

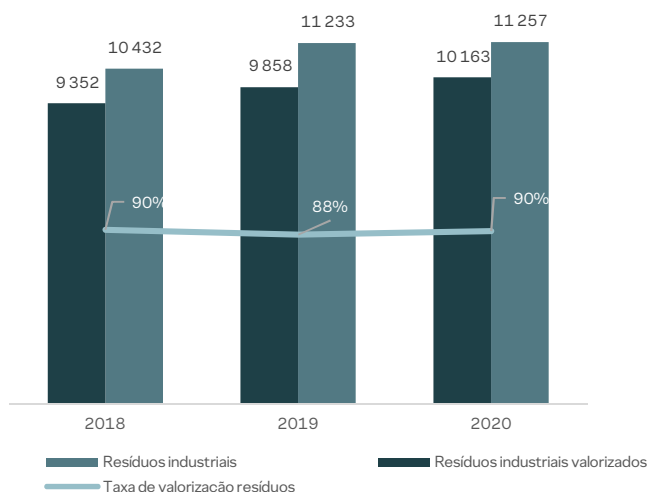
- Este projeto implicou a realização de investimentos em diferentes fases do processo produtivo de rolhas, revestimentos e isolamentos de forma a permitir um melhor uso da matéria-prima e reduzir a quantidade de resíduos gerados antes de serem reciclados, utilizados para geração de energia ou depositado em aterros sanitários. Iniciativas dentro deste projeto está a produção de granulados finos da Amorim Cork Insulation, que inclui alterações no layout das instalações de forma a possibilitar uma separação por limpeza/calibração mais eficiente da matéria-prima e o conseqüente aumento do rendimento de mais de 1500 toneladas de matéria-prima por ano.

RESÍDUOS INDUSTRIAIS



■ Perigosos ■ Não Perigosos

Resíduos industriais (ton)



4.4. DESENVOLVER PRODUTOS VERDES



Objetivo:

Manter um papel proativo no desenvolvimento do já vasto campo de aplicação da cortiça, sustentado pelas características inatas do material.



Principais metas:

Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima;
Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis;
Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, empreendedorismo, criatividade e inovação;
Fortalecer a investigação científica
Incentivar a inovação através da área de investigação e desenvolvimento.



Target 2021

≥10 estudos pegada carbono/análise ciclo de vida de produtos.

A atuação da Corticeira Amorim visa garantir a qualidade, assente na melhoria contínua dos processos, produtos e serviços disponibilizados e na procura de soluções inovadoras apoiadas no desenvolvimento tecnológico, de forma a servir os clientes com soluções sustentáveis, de qualidade, diferenciadas, adaptadas às suas necessidades e que aportem valor. A atuação está orientada pelos seguintes princípios-chave:

- Desenvolver novos produtos e mercados para a cortiça, envolvendo os clientes nesse processo, mantendo uma proximidade e convertendo-os em embaixadores da cortiça;
- Procurar novas soluções tecnológicas, a nível de produto, em parceria com clientes, fornecedores e outras entidades;
- Reforçar a notoriedade das suas marcas com evolução constante da oferta em resposta às novas tendências de mercado e de consumo;
- Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, ao espírito crítico e à iniciativa dos seus colaboradores/as, fomentando o trabalho em equipa e entreajuda transversal;
- Valorizar práticas inovadoras;
- Criar um ambiente de incentivo à ousadia, assumindo o risco e o insucesso como uma componente do processo de inovação;
- Providenciar formação contínua dos colaboradores/as no sentido da sua realização profissional e pessoal;
- Facilitar a comunicação, interna e externa, estabelecendo novos e melhorados canais para troca de informação;
- Procurar implementar as melhores práticas de gestão e monitorizar, de forma contínua, os seus processos, identificando oportunidades de melhoria.

Numa altura em que a neutralidade carbónica se apresenta como um dos desafios da sociedade para garantir a preservação do planeta Terra, a Corticeira Amorim desenvolve uma atividade com impacto positivo na regulação do clima, promovendo níveis de sequestro de CO₂ superiores àqueles que emite. Tudo isto é possível devido à principal matéria-prima utilizada pelo grupo: a cortiça, um produto 100% natural, renovável, reciclável e reutilizável que se apresenta como uma excelente alternativa para a promoção de uma bioeconomia circular, que combata as alterações climáticas e minimize o desperdício. Contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono faz parte da ambição do Grupo.



4.4.1. BALANÇO DE CARBONO

A Corticeira Amorim desenvolveu, desde 2018, 15 estudos com vista à avaliação dos impactos ambientais/pegadas de carbono dos principais produtos e que concluíram, sem exceção, que o balanço de carbono é negativo quando considerado o sequestro das florestas de sobre e as emissões associadas à produção do produto.

Estes estudos, fornecem informação relevante sobre a contribuição ambiental dos produtos de cortiça e facultam aos cerca de 27 mil clientes nacionais e internacionais da Corticeira Amorim informação quantificável sobre como reduzir a própria pegada de carbono dos seus produtos. Elaborados pela PwC no caso do estudo da Neutrocork e pela EY, nos restantes, evidenciaram que o balanço de carbono pode atingir:

<p>Amorim Cork</p> <ul style="list-style-type: none"> Vinhos tranquilos <ul style="list-style-type: none"> -309 gCO₂eq por rolha natural -392 gCO₂eq por rolha Neutrocork -297 gCO₂eq por rolha Twin Top Evo -328 gCO₂eq por rolha Advantec Vinhos espirituosos <ul style="list-style-type: none"> -96 gCO₂eq por rolha rolha natural com cápsula de madeira -148 gCO₂eq por rolha neutra com cápsula de madeira -87 gCO₂eq por rolha natural com cápsula de plástico -138 gCO₂eq por rolha neutro com cápsula de plástico Vinhos espumantes <ul style="list-style-type: none"> -562 g CO₂eq por rolha de vinho espumante com dois discos -540 gCO₂eq por rolha aglomerada de vinho espumante
<p>Amorim Cork Flooring</p> <ul style="list-style-type: none"> -101 kg de CO₂eq por m² de pavimentos Amorim Wise cork Inspire 700 -93 kg CO₂eq por m² de pavimentos Amorim Wise wood Inspire 700 SRT
<p>Amorim Cork Composites</p> <ul style="list-style-type: none"> -39,3 kg de CO₂eq por m² de Top Layer NRT® 94 -14,2 kg CO₂eq por m² de Underlay Fusion -8,2kg CO₂eq por m² de Footcork® Evolution

Estes resultados ilustram o fator diferenciador entre cortiça e outros produtos florestais. Tendo em conta que os sobreiros retêm o carbono ao longo de mais de 100 anos, independentemente da exploração da cortiça, a

produção de cortiça suporta a manutenção do ecossistema, tendo por isso uma contribuição positiva para a regulação climática.

Prémios de
Sustentabilidade
da revista
World Finance

- A Corticeira Amorim foi a grande vencedora da categoria "Wine products industry" dos Prémios de Sustentabilidade da revista World Finance. Distinguida, em 2020, pelo segundo ano consecutivo, a Corticeira Amorim é, assim, reconhecida pelos princípios e práticas de desenvolvimento sustentável implementados ao longo de toda a sua cadeia de operações, dando origem a um vasto portefólio de produtos e soluções de superior *performance* técnica e credenciais de sustentabilidade sem paralelo.

5. PILAR SOCIAL




A atividade da Corticeira Amorim tem impacto na sociedade – é assim desde a sua fundação. É um motivo de orgulho trabalhar com uma matéria-prima extraordinária como a cortiça, que, além de ser natural e versátil, promove um património cultural, ambiental e social ímpar na bacia do Mediterrâneo. Mas são os colaboradores e as colaboradoras, de todos os continentes, e a sua determinação para fazer sempre mais, superando desafios, influenciando pelo exemplo e promovendo o bem-estar das comunidades que lhes são mais próximas, que sustentam a estratégia de crescimento sustentável da Corticeira Amorim.

Os colaboradores e colaboradoras da Corticeira Amorim são essenciais para atingir os objetivos de negócio e a sustentabilidade presente e, sobretudo, futura. A Corticeira Amorim vem adotando boas práticas em matéria laboral, potenciando um ambiente de trabalho seguro e estimulante, empenhando-se na formação e desenvolvimento profissional das equipas, incentivando a inovação e o desenvolvimento, promovendo a inclusão e a diversidade de género, idade, culturas, crenças e nacionalidades.

A gestão de colaboradores e colaboradoras da Corticeira Amorim baseia-se em políticas e práticas de gestão e motivação de pessoas que visam:

- Adotar e assumir o princípio da liberdade de associação;
- Promover um ambiente de trabalho físico, social e psicologicamente seguro e saudável, procurando continuamente evoluir através da adoção das melhores técnicas e práticas neste domínio;
- Fomentar a implementação dos princípios e a adoção dos comportamentos evocados no Código de Ética e Conduta Profissional, que deverão caracterizar as relações internas entre colaboradores/as, bem como as interações destes com os diferentes *stakeholders*;
- Implementar práticas de gestão de pessoas no âmbito do recrutamento e do desenvolvimento de competências que promovem a não discriminação de qualquer natureza e a igualdade de oportunidades, construindo contextos de trabalho onde a pluralidade e a diferença sejam um fator de melhoria e inovação contínuas;
- Adotar práticas de liderança pelo exemplo, que valorizam a aprendizagem e a evolução, e práticas de reconhecimento e de compensação baseadas no mérito e isentas de juízos de natureza discriminatória.

5.1. PROMOVER FORMAÇÃO E BEM-ESTAR

 Objetivo:	 Principais metas:	 Target 2021-2024
Promover formação, bem-estar e desenvolvimento pessoal e profissional para todos.	Assegurar a formação para todos; Garantir a igualdade de acesso a oportunidades; Acabar com todas as formas de discriminação; Proteger os direitos do trabalho.	95% dos/das colaboradores/as com acesso a formação em 2024; 25% das mulheres em cargos de chefia em 2024.

Do universo de colaboradores/as representado neste relato, mais de 96% pertencem a empresas de base industrial. Os indicadores exibidos neste capítulo são, por isso, influenciados pela predominância de atividades de gestão operacional, devendo ser relativizados a esta expressão.

5.1.1. CARACTERIZAÇÃO DE TRABALHADORES/AS

Em 31 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim contava com 4357 trabalhadores e trabalhadoras (2019: 4424), verificando-se uma diminuição de 1,5% face ao ano passado. Em termos de distribuição geográfica, não houve alteração considerável da percentagem de população trabalhadora em Portugal (72%); em termos etários, a idade média é de 42 anos (2019: 43 anos) e a maioria (56%) encontra-se no intervalo 30-50 anos.

No âmbito deste relatório, e das empresas por este abrangidas, cerca de 66% da população trabalhadora desempenha funções de operadores de produção – que constitui o grupo funcional mais numeroso, seguido do grupo dos técnicos de manutenção, qualidade, logística e, em terceiro lugar, do grupo dos técnicos de suporte à gestão.

No exercício em apreço, não se verificou uma variação considerável de género, mantendo-se a sub-representação do género feminino: 24% do total (2019: 25%). A diferença na distribuição por género reflete-se sobretudo na categoria de administradores, diretores e operadores de produção, onde há maior prevalência do género masculino. A maior percentagem de mulheres face ao total da categoria verifica-se na área administrativa.

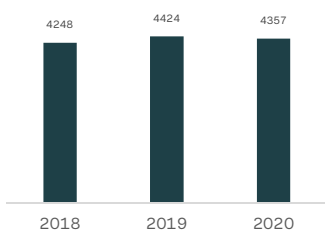
Também não ocorreram variações significativas no número de colaboradores e colaboradoras em posições de chefia. O compromisso de gerir pessoas com políticas que privilegiem a estabilidade e o compromisso de médio e longo prazo com a sua força de trabalho reflete-se no vínculo laboral estabelecido: 86% através de contratos de trabalho efetivo permanente (2019: 84%).

A taxa de novas contratações fixou-se nos 9% (2019: 15%) e, à semelhança de outros anos, foi superior nos colaboradores masculinos e na faixa etária abaixo dos 30 anos. A taxa de rotatividade subiu para 12% (2019: 11%) e foi maior nas faixas etárias abaixo dos 30 anos e acima dos 50, sobretudo no género feminino.

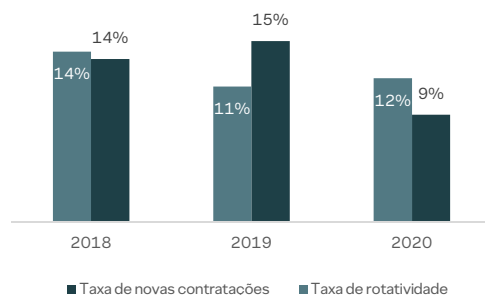


• O ano do 150.º aniversário da Corticeira Amorim não podia passar sem uma merecida homenagem aos colaboradores, cujo trabalho e dedicação contribuíram para o sucesso do grupo. O livro *Traços de Gente*, publicado pela Corticeira Amorim, representa, pois, esse reconhecimento aos milhares de colaboradores e colaboradoras espalhados pelo mundo. *Traços de Gente* compila os relatos de 30 colaboradores/as que espelham eras, ciclos e culturas, mas também sentimentos, emoções e crenças. Uma riqueza social inegável combinada com uma dimensão humana imortal. Orgulhamo-nos das nossas pessoas. O livro deu origem a uma exposição itinerante com fotografias de grandes dimensões dos retratados no livro. A mostra percorreu todas as unidades fabris da Corticeira Amorim em território nacional.

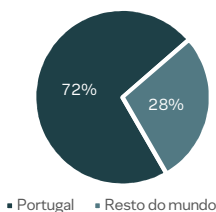
POPULAÇÃO TRABALHADORA



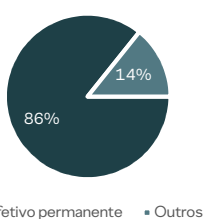
TAXA DE NOVAS CONTRATAÇÕES | TAXA DE ROTATIVIDADE



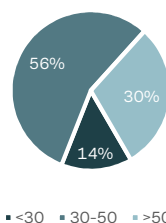
TRABALHADORES/AS POR GEOGRAFIA



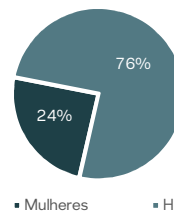
TRABALHADORES/AS POR CONTRATO



COLABORADORES/AS POR FAIXA ETÁRIA



TRABALHADORES/AS POR GENERO



5.1.2. RESPEITO PELA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em Portugal, 100% dos colaboradores e colaboradoras estão abrangidos por contratos coletivos de trabalho (2019: 100%), que integram a regulamentação das condições de trabalho de colaboradores/as do Grupo e que incluem, entre outros, aspetos como horários, remunerações, acesso a formação.

O direito ao associativismo e à filiação sindical é um princípio relevante para a Corticeira Amorim; cerca de 18% dos/das seus/suas colaboradores/as exercem ativamente este direito (2019: 19%).

Em função da dimensão, as empresas do Grupo elegem estruturas de representação de trabalhadores (comissões de trabalhadores e comissões sindicais), eleitas pelos colaboradores das empresas e mandatadas pelos mesmos para os representarem. Existem, em cada empresa, delegados ou comissões sindicais ou comissões de trabalhadores (cada um destes órgãos com poderes e mandatos específicos). Na Corticeira Amorim, as direções de recursos humanos e administrações das Unidades de Negócio reúnem em média, duas vezes por ano, com estas estruturas para dialogar sobre os resultados da empresa, sobre problemas gerais e transversais referentes à gestão da empresa e dos/das seus/suas colaboradores/as.

Adicionalmente, em caso de alguma decisão relevante para a vida da empresa, nomeadamente reestruturações, alterações de horários, variação de atividade, problemas conjunturais que afetem as empresas ou os/as seus/suas colaboradores/as, sendo os seus representantes consultados, ouvidos e convidados a emitir as suas opiniões e sugestões.

5.1.3. RELAÇÕES LABORAIS E CLIMA SOCIAL

As empresas com maior número de colaboradores/as monitorizam o clima social pelo menos de dois em dois anos, e algumas fazem-no numa base anual. Os questionários que servem de base à recolha de informação são anónimos, e todos/as os/as colaboradores/as são convidados/as a responder. Os dados compilados (relativos à perceção dos/das colaboradores/as sobre comunicação, trabalho em equipa, liderança, práticas salariais, relações com colegas e chefias, avaliação do desempenho e evolução profissional, entre outros) permitem analisar matérias e temas suscetíveis de melhoria, competindo a cada Unidade de Negócio definir planos de ação específicos para evolução.

Em 2020, destaca-se a Unidade de Negócio Matérias-Primas, que promoveu uma consulta aos/às colaboradores/as com o objetivo de melhoria na área de segurança e saúde no trabalho.

Consulta aos
trabalhadores
na Amorim
Florestal

- Com o objetivo de melhoria das ações implementadas na área de saúde e segurança no trabalho, a Amorim Florestal distribuiu por todos os colaboradores um inquérito, procedendo à análise da informação por centro de trabalho e definindo ações de melhoria para os temas que obtiveram pontuação negativa superior a 50%. Os resultados mostraram uma média superior a três numa escala de um a cinco (1, negativo; 5, completamente positivo) nas questões de resposta qualitativa e foram apresentadas algumas sugestões de melhoria nas questões de resposta aberta.

5.1.4. BEM-ESTAR E BENEFÍCIOS

A Corticeira Amorim tem uma tradição no “cuidar” dos/das seus/suas colaboradores/as. A empresa proporciona vários benefícios na aquisição de produtos e de serviços (próprios e resultantes de parcerias e protocolos) que visam proporcionar o acesso aos mesmos em condições vantajosas, contribuindo para o aumento da qualidade de vida de todos.

Assim, os/as colaboradores/as beneficiam de vários serviços, prémios salariais e apoios que fomentam a conciliação entre a vida pessoal e familiar e o trabalho, nomeadamente:

- Benefícios em serviços de saúde: em todas as empresas em Portugal, é disponibilizado um seguro de internamento hospitalar; nas unidades maiores (ou sedes), estão organizadas consultas de medicina curativa duas vezes por semana; existem protocolos com laboratórios de análises clínicas que realizam recolhas nas empresas e com farmácias que recolhem encomendas e entregam medicamentos nas instalações; regulamente são realizados rastreios diversos (oftalmológicos, hipertensão, hábitos saudáveis) com vista à promoção da saúde; anualmente realiza-se uma campanha de vacinação antigripal;
- Benefícios e apoio escolar: apoio na educação dos/das colaboradores/as e seus filhos, com a atribuição de subsídio escolar, bolsas de mérito para filhos de colaboradores/as (atualmente a mais de 30 jovens por ano);
- Benefícios e iniciativas de reconhecimento e celebração ao longo do ano: oferta de brinquedos aos filhos dos/das colaboradores/as, cabazes de Natal a todos/as os/as colaboradores/as, prémios de antiguidade e prémios de reconhecimento diversos;
- Benefícios de apoio à vida quotidiana: acesso às cantinas da empresa pelos familiares diretos dos/das colaboradores/as, permitindo ainda que o/a colaborador(a) adquira refeições para levar para casa.

Prémio extraordinário aos/as colaboradores/as da Corticeira Amorim pela celebração dos 150 anos

• Em 2020, a Corticeira Amorim celebrou os 150 anos da sua existência. Neste ano, como em todos os 149 anos anteriores, os/as colaboradores/as fizeram a diferença com uma resposta excepcional no contexto da pandemia de COVID-19, assegurando, mesmo nas alturas mais difíceis, a manutenção normal da atividade e o acompanhamento dos clientes, e foi-lhes atribuído um prémio extraordinário. Desta forma, o Conselho de Administração agradeceu o seu contributo, sublinhando o profundo reconhecimento a todos os que diariamente constroem os êxitos da empresa.

Certificação Family Audit na Amorim Cork Itália

• A preocupação por desenvolver e cultivar uma cultura organizacional e voltado para o equilíbrio entre família e trabalho levou a Amorim Cork Itália a alcançar mais um resultado de prestígio: a certificação Family Audit. É um verdadeiro círculo virtuoso, que visa ativar uma mudança cultural nas empresas por meio de ações inovadoras de conciliação entre vida pessoal e profissional. A Província Autônoma de Trento é o organismo promotor e de monitorização, que pretende assim estimular nas empresas a criação de ambientes de trabalho de excelência, em perfeita sintonia com as necessidades humanas e profissionais das pessoas. Um resultado de equipa alcançado na Amorim Cork Itália, e uma sensibilidade que está há muito presente na cultura da empresa.

5.1.5. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Na Corticeira Amorim, as pessoas são um valor essencial para garantir o desenvolvimento sustentável do negócio, sendo o seu empenho e compromisso influenciado pelo investimento que a empresa faz nas suas pessoas.

Neste sentido, a Corticeira Amorim procura facultar a todos/as os/as seus/suas colaboradores/as o acesso a formação relevante e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem e o aperfeiçoamento de aptidões, não só técnicas como também de gestão e comportamentais. No ano de 2020, registou-se um total de 44 385 horas de formação (2019: 46 715), que corresponde a uma média 13 horas de formação por colaborador (2019: 14 horas). As categorias profissionais com maior número médio de horas de formação foram as dos técnicos de suporte à gestão, diretores e chefes de departamento. Apesar da forte atividade de produção, que resultou numa ocupação suplementar de algumas áreas que tradicionalmente investem na formação, mantiveram-se os níveis de formação dos últimos anos. A acrescentar ainda o impacto da pandemia de COVID-19, que impossibilitou a realização de uma grande parte das sessões de formação presenciais; embora em alguns casos tenha sido possível substituir por ações de formação à distância, nem todos os temas e conteúdos permitiram essa abordagem e, por isso, algumas ações previstas não foram realizadas.

Em 2020, 74% dos/das colaboradores/as da Corticeira Amorim tiveram acesso a formação. É intenção da Corticeira Amorim garantir que 95% dos/das colaboradores/as acedam anualmente a formação, até final de

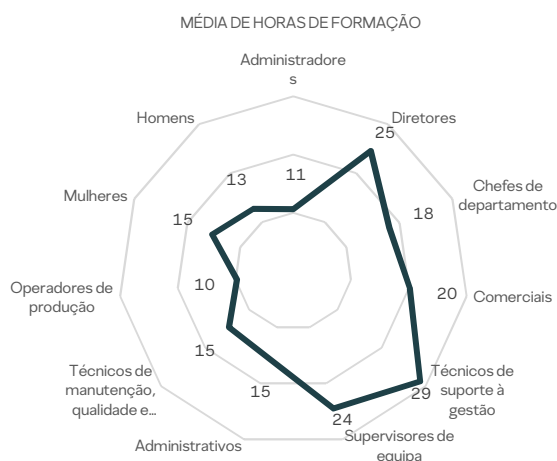
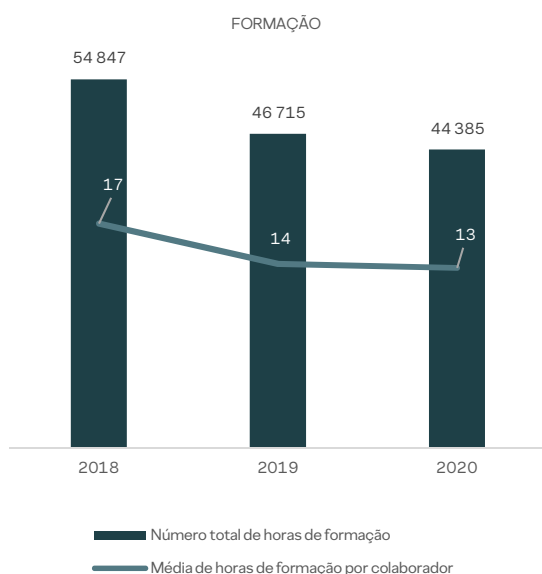
2024. Para isso, estão a ser projetadas diferentes abordagens e diferentes programas, incluindo em formato *e-learning* e *blended* (misto de *e-learning* e presencial) que abrangerão diferentes populações em diferentes áreas da empresa. A Corticeira Amorim acredita que estas iniciativas permitirão o acesso generalizado a conteúdos relevantes para o desenvolvimento profissional e pessoal dos/das colaboradores/as.

Investors in People na Amorim Cork Flooring

- A certificação Investors in People é concedida às empresas que, de forma consistente, superam as normas da indústria relativamente à gestão de pessoas. Criada para responder aos constantes desafios do dia a dia, a Investors in people é também pensada para alavancar a *performance* de uma organização através dos/das seus/suas colaboradores/as. Reflete as mais recentes tendências, boas práticas no local de trabalho e condições necessárias para criar equipas excecionais, focadas em três áreas-chave: Liderança, Suporte e Melhoria. Este reconhecimento é o sinal de uma empresa que proporciona aos/às seus/suas colaboradores/as um local de trabalho com condições acima da média e um compromisso claro com as melhores práticas na gestão de pessoas.

ACC Academy

- Este projeto pretende promover a missão, cultura, valores e princípios da Amorim Cork Composites, desenvolver competências transversais e técnicas, bem como os conhecimentos considerados estratégicos para a empresa. Também quer potenciar as capacidades dos/das colaboradores/das para que possam estar preparados/as para assumir novas responsabilidades dentro da organização. Todos os programas ACC Academy possuem um percurso formativo preestabelecido de forma a garantir a qualidade da experiência e aquisição de conhecimento, percorrendo quatro etapas: diagnóstico, avaliação e certificação. Com quatro pilares de formação diferentes: corporativo, operações, mercado e inovação, o projeto foi criado em 2018 e conta já com oito cursos, 224 participantes e uma taxa de aprovação de 91%. Através deste projeto, foi possível criar uma cultura de conhecimento que conta com o envolvimento de todos os elementos da organização, assim como o de especialistas externos (clientes, centros de desenvolvimento, centros técnicos, outros parceiros).



5.1.6. GESTÃO DA CARREIRA E PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

A Corticeira Amorim dispõe de vários programas e estratégias para o desenvolvimento de carreira e promoção da empregabilidade dos/das seus/suas colaboradores/as. Esta prioridade está patente desde logo nos recrutamentos de recém-formados, com vários programas de estágios e acordos de cooperação com universidades. Um destes programas (com a duração média de dois anos) prevê a rotação de jovens graduados em gestão pelas diferentes estruturas das empresas com o objetivo principal de promover a mobilidade e a rotação de funções no futuro. Permite desenvolver a adaptação a diferentes contextos e equipas e estimula a curiosidade e interesse por realidades diferentes, promovendo um espírito de abertura e de iniciativa que se quer como característica distintiva dos/das colaboradores/as.

Um outro exemplo de programas para a gestão profissional dos/das colaboradores/as são as duas academias existentes na Unidade de Negócio Rolhas (escola de operadores e escola de manutenção) em que se pretende formar e qualificar, a médio prazo (investimento de dois anos de formação), operadores de produção e técnicos de manutenção. Os/as colaboradores/as envolvidos/as não estão a ser formados/as para os postos que ocupam, mas estão a desenvolver competências para poderem, no futuro, evoluir e ocupar outras funções. De destacar também, na área comercial da mesma Unidade de Negócio, o programa de recrutamento para áreas de serviço aos clientes, que implica um treino específico *on the job*, para permitir acesso a uma carreira na área comercial.

De referir ainda que a Corticeira Amorim tem um plano de sucessão estruturado, com sucessores identificados para todos os postos-chave e as posições de chefia de nível médio e superior, que inclui a definição de objetivos e ações de desenvolvimento profissional de curto e de médio prazo para estes quadros.



- O contexto atual de mudança obriga a estratégias que visem a adequação de forma estruturada das competências necessárias. A Amorim Cork reestruturou os seus processos de formação criando a Escola Técnica de Operadores, com o propósito de dar resposta a três necessidades: garantir a capacitação (treino e formação) de novos colaboradores; aumentar polivalência e mobilidade interna; certificar conhecimentos e competências para uma maior autonomia e responsabilização pelo posto de trabalho. Com início em 2019, o projeto conta com a participação da equipa interna de formadores, equipa de gestão da academia de formação da Amorim Cork, quadros diretivos e chefias intermédias. O objetivo é qualificar até 1.50 colaboradores por ano, através do treino e capacitação certificada em competências relevantes para o mercado de trabalho da indústria no geral e da indústria da cortiça em particular. A experiência tem revelado uma forte adesão e um impacto significativo na aprendizagem dos colaboradores, e tem constituído um importante suporte à gestão do talento na organização e ao crescimento profissional.

5.1.7. DIVERSIDADE, INCLUSÃO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A Corticeira Amorim é defensora da diversidade e da igualdade de oportunidades, e orienta as suas políticas e procedimentos laborais no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado em função da origem étnica ou social, género, orientação sexual, idade, credo, estado civil, características físicas ou deficiência, convicções religiosas, orientação política, opinião, situação familiar, classe social, naturalidade ou associação sindical, seja no recrutamento e seleção, seja na remuneração, no acesso a formação, na promoção ou na demissão.

A diversidade de género é um tema atual na realidade do trabalho. Presentemente, cerca de 24% dos trabalhadores da Corticeira Amorim são do género feminino. A predominância do género masculino explica-se pela longa história desta indústria, que, embora esteja desde há alguns anos num processo de grande transformação técnica, tecnológica e organizacional, tem um passado de trabalho manual e intensivo, em que a estruturação do trabalho industrial assentava num conjunto de postos onde a constituição, a robustez e a capacidade física eram atributos considerados fundamentais. Por outro lado, as funções menos exigentes em termos dos referidos atributos, correntemente consideradas “mais leves”, eram desempenhadas, na maioria, por elementos do género feminino. Este estereótipo de género vigorou por largas décadas, deixando marcas na Corticeira Amorim em que a rotatividade foi sempre – e continua a ser – relativamente baixa, e onde a antiguidade se situa em níveis elevados.

Numa análise das diferentes categorias profissionais, verifica-se que o género sub-representado está em coerência com o rácio geral, com exceção das categorias de administradores e diretores em que há uma predominância mais acentuada do género masculino. A sub-representação do género feminino apenas não se verifica na categoria administrativos, corroborando assim o efeito dos estereótipos sociais das profissões.

No que concerne especificamente à empresa Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., preconiza-se uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e, conseqüentemente, permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;

- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para o seu desenvolvimento sustentável e criação de valor para os acionistas e demais *stakeholders* no longo prazo.

O *gap* entre o salário de colaboradoras e colaboradores, no geral, observa uma tendência positiva. O mesmo se aplica ao rácio da remuneração entre mulheres e homens.

O Grupo procura desenvolver modelos e políticas de recursos humanos que vão ao encontro dos seus valores e princípios de integração e valorização de pessoas, e tem definido um Plano de Igualdade de Género para o ano 2021, aplicado às empresas em Portugal, com os seguintes eixos de intervenção:

- Compromisso interno e externo da organização para as questões de equilíbrio de género, definição de objetivos e metas e assegurar a sua monitorização;
- Sensibilizar, envolver e formar a gestão e todos os colaboradores e colaboradoras para a temática da igualdade de género nas empresas, no sentido da evolução das práticas nesta matéria;
- Aumentar o número de mulheres em cargos de chefia;
- Aumentar o número de mulheres no universo de colaboradores e colaboradoras da empresa.

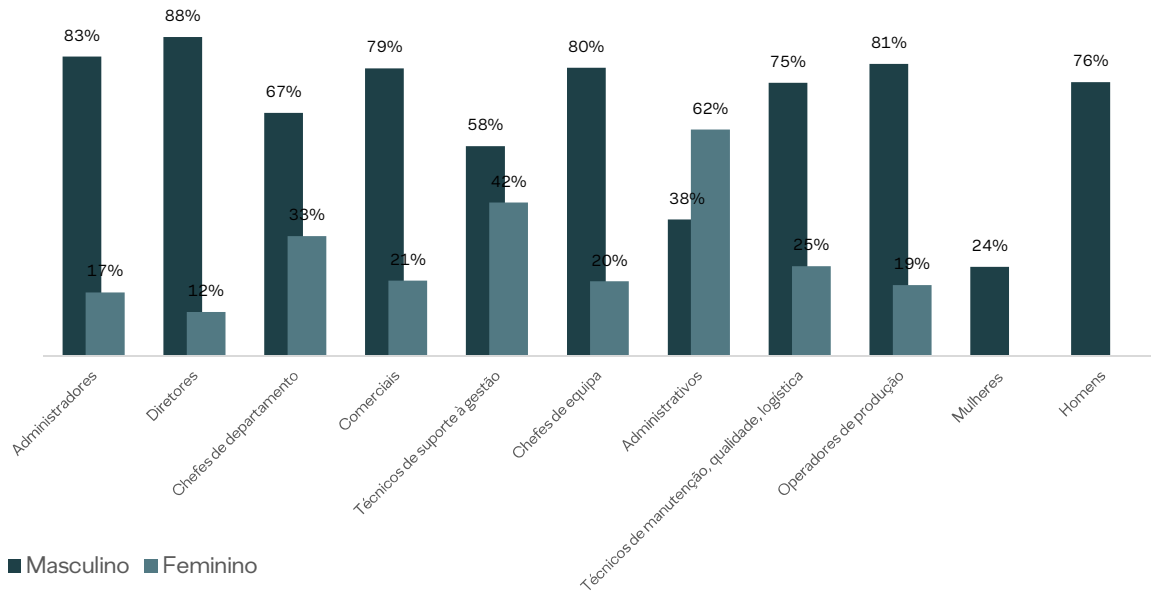
A informação detalhada sobre a abordagem, ações, metas e desempenho está disponível em: https://www.amorim.com/xms/files/v1/Investidores/7_Comunicados/Corticeira_AmorimPlanoparaligualdade2021.pdf.

Entre as metas definidas no âmbito do plano para a igualdade, está o aumento da representação do género feminino em cargos de chefia (diretores, chefes de departamento e supervisores de equipa), atualmente em 22%, e que a Corticeira Amorim pretenda que possa atingir os 25% em 2024.

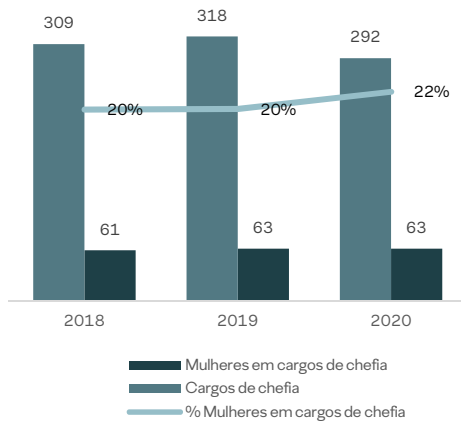


• Em 2020, a Corticeira Amorim formalizou e comunicou o Plano para a Igualdade de Género 2021. Além de este tema estar consagrado de forma explícita no Código de Ética e de Conduta Profissional, revisto e formalizado em junho de 2020, foi realizado um diagnóstico global sobre diversos itens relacionados com o tema das políticas e das práticas no que se refere à igualdade entre homens e mulheres no contexto de trabalho. A realização deste trabalho permitiu identificar áreas prioritárias de intervenção para os anos subsequentes, com objetivos associados. Esses temas dizem respeito ao aumento da presença de mulheres no universo de colaboradores e em cargos de chefia. Foi também identificada a necessidade de se sensibilizar todos/as os/as colaboradores/as e as chefias em particular, para os enviesamentos de género e o seu impacto na vida de trabalho.

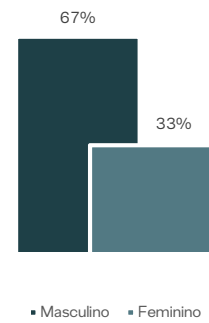
TRABALHADORES POR GÊNERO E CATEGORIA PROFISSIONAL (% TOTAL)

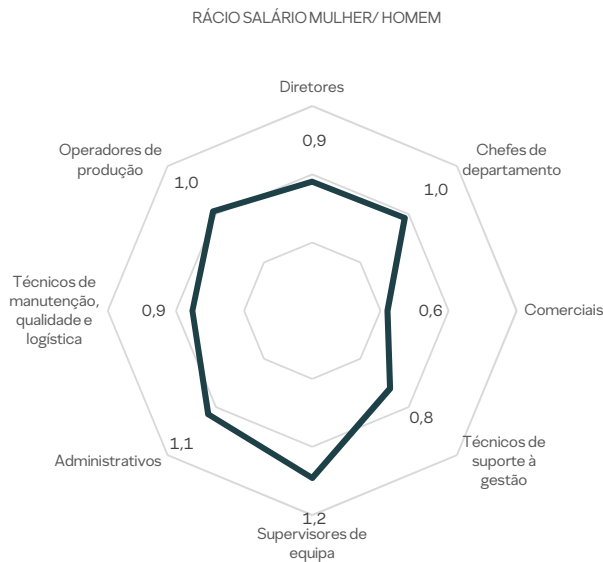


MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO



COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO POR GÊNERO





5.2. ASSEGURAR SAÚDE E SEGURANÇA



Objetivo:

Assegurar a segurança dos colaboradores no local de trabalho e o acesso a condições de saúde de qualidade.



Principais metas:

Reduzir o número de acidentes de trabalho e reforçar a capacidade de gestão dos mesmos;
Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores.



Target 2021-2024

Zero acidentes de trabalho em 2024.

A Corticeira Amorim assume que as condições de trabalho são um dos fatores fundamentais para o sucesso de uma organização. Garantir a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores/as no trabalho é relevante não só para o grupo como para todos os seus *stakeholders*. Consciente dos riscos relacionados com a segurança no trabalho, a Corticeira Amorim promove e incentiva uma cultura de segurança entre todos os seus colaboradores/as, garantindo um ambiente de trabalho seguro para os próprios e para os que se encontram à sua volta, incentivando ainda um estilo de vida saudável e sustentável. No âmbito da saúde e segurança no trabalho (SST), a Corticeira Amorim definiu os seguintes objetivos para todas as suas empresas:

- Reduzir a taxa de acidentes de trabalho (indicadores de frequência e de gravidade);
- Melhorar as condições de trabalho e de bem-estar dos colaboradores/as;
- Melhorar o processo de avaliação de riscos e de implementação da SST.

Neste sentido, a Corticeira Amorim assumiu o compromisso de reduzir o número de acidentes em mais de 50% nos estabelecimentos em Portugal (2018-2020), promovendo o bem-estar físico, social e psicológico dos seus

colaboradores. Fruto do esforço dedicado nos últimos anos, verificou-se uma redução significativa na frequência de acidentes nestes três anos em Portugal, registando-se em 2020 uma redução de 49%. O *target* foi renovado para um ciclo de quatro anos (2021-2024), com a ambição de atingir zero acidentes em 2024.

No final de 2020, no perímetro de empresas consideradas neste relatório, ocorreram 76 acidentes no local de trabalho (2019: 107 acidentes). Em geral, houve uma evolução bastante positiva nos valores dos indicadores relacionados com a segurança, nomeadamente no índice de frequência de acidentes, na taxa de doenças ocupacionais e na taxa de dias perdidos.

No período relatado, registou-se um acréscimo na taxa de doenças ocupacionais, que fica a dever-se à semelhança de anos anteriores, à validação por parte das entidades oficiais de vários processos pendentes de anos anteriores e à classificação mais célere e afirmativa de determinado tipo de patologias como doença ocupacional. Em função destas alterações regulamentares, estão em discussão novas metas neste domínio. A Corticeira Amorim já tem implementado um programa de ginástica laboral numa grande parte das suas unidades industriais, por forma a prevenir um tipo de doenças profissionais de origem musculoesquelética, que regista alguma prevalência.

Também o absentismo tem sofrido uma subida nos últimos anos, e o ano de 2020 não foi exceção. No essencial, o aumento no ano de reporte explica-se pela situação da pandemia. O absentismo é um domínio de intervenção prioritária, com impactos bastante significativos e em que a Corticeira Amorim pretende agir para melhorar nos próximos anos.

O cumprimento das metas estabelecidas envolve investimento e implementação de planos de segurança estruturados, monitorizados para sua otimização contínua, e o estabelecimento de práticas de prevenção de risco que visam a mitigação dos impactos dos acidentes nos colaboradores/as e demais *stakeholders*.

A Corticeira Amorim promove o cumprimento de todos os requisitos, normas e procedimentos legais na área de SST, em todos os países das operações, através da aplicação de boas práticas, nomeadamente:

- Exames de medicina do trabalho regulamentares de admissão e periódicos;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual;
- Formação aos colaboradores/as e prestadores de serviço no âmbito da higiene e segurança adaptada às características específicas de cada posto de trabalho;
- Formação de todos os intervenientes nos processos de trabalho, incluindo prestadores de serviços;
- Comissões de higiene e segurança, com participação de colaboradores/as e/ou seus representantes.

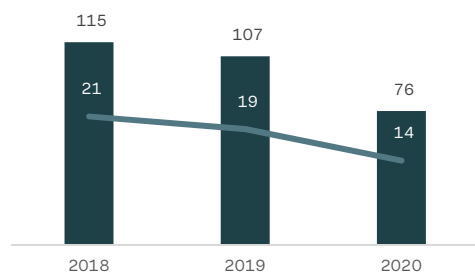
Tem-se verificado, nos últimos anos, uma preocupação crescente em ter estruturas sólidas e sustentáveis em termos de segurança. A certificação das unidades continuará a ser um meio privilegiado para garantir esse propósito e afigura-se cada vez mais como prioridade. A certificação segundo a norma internacional OHSAS ISO 18001/ ISO 45001 abrange atualmente cerca de 21% dos colaboradores/as, estimando-se que possa abarcar mais de 32% ainda no decorrer do primeiro trimestre de 2021, com a obtenção do certificado pela Amorim Florestal.

O investimento nesta matéria passa também pela sensibilização e formação dos colaboradores(as), desde pequenas iniciativas focadas na sua consciencialização, formação técnica de suporte às competências, até programas de atividade física e ginástica laboral, estes últimos muito vocacionados para a promoção da saúde ocupacional.

Medidas preventivas da COVID-19

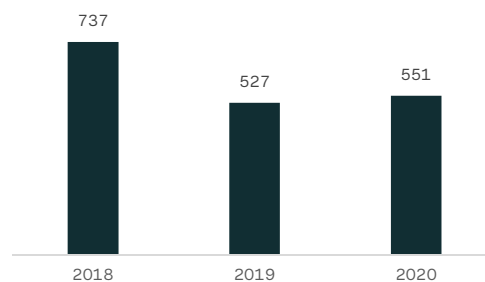
- As empresas do universo Corticeira Amorim adotaram um conjunto de medidas preventivas no sentido de preservar a integridade física dos seus colaboradores face à pandemia COVID-19, tais como informação sobre comportamentos de prevenção e proteção a adotar, inserida no âmbito de uma comunicação interna específica para o efeito, estruturada para alertar e sensibilizar os colaboradores e implementação de medidas de prevenção primárias, consideradas adequadas ao nível de risco, nomeadamente:
 - Mudanças e adequação das instalações fabris e dos escritórios, desfasamento de horários de trabalho, redução do número de pessoas por espaços, instalação de divisórias;
 - Instalação de termómetros sem contacto nas portarias de acesso às instalações das empresas;
 - Distribuição de *kits* e proteção individual a todos os colaboradores;
 - Obrigatoriedade de uso de máscaras por todos os colaboradores que permaneçam nas instalações das empresas;
 - Restrição do número de pessoas nos refeitórios, com escalonamento de horários de refeição, garantindo a distância mínima entre ocupantes;
 - Reforço da limpeza, higienização e desinfecção de todas as áreas operacionais;
 - Disponibilização de testes PCR a colaboradores e família, quando necessário;
 - Disponibilização de testes rápidos nos postos médicos das empresas;
 - Definição de procedimentos a adotar e meios de atuação no caso de ocorrência dos casos suspeitos, bem como se definiram de locais de isolamento;
- Adicionalmente, foram também implementadas as seguintes medidas complementares:
 - Minimização de reuniões presenciais, fomentado a utilização de audioconferências, aproveitando a infraestrutura disponibilizada para o efeito;
 - Deslocações entre unidades e às unidades do exterior limitadas ao estritamente necessário para a manutenção da operacionalidade do negócio;
 - Implementação do teletrabalho para os/as colaboradores/as que exerçam funções compatíveis e desde que tecnicamente exequível.

ACIDENTES NO TRABALHO

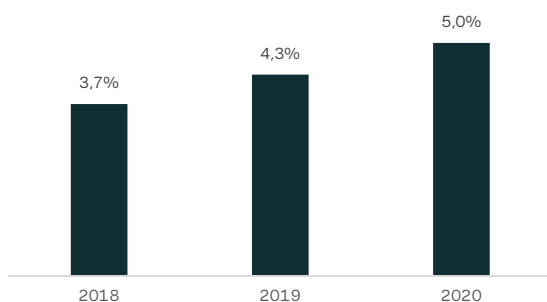


■ Número de acidentes no local de trabalho — Índice de frequência de acidentes

ÍNDICE DE GRAVIDADE



TAXA DE ABSENTISMO



5.3. COMUNIDADE



Objetivo:

Alavancar o crescimento económico de forma sustentável e inclusiva, apoiar e promover a investigação, desenvolvimento e inovação e fomentar soluções sustentáveis.



Principais metas:

Sustentar o crescimento económico;
Atingir níveis mais elevados de produtividades das economias.

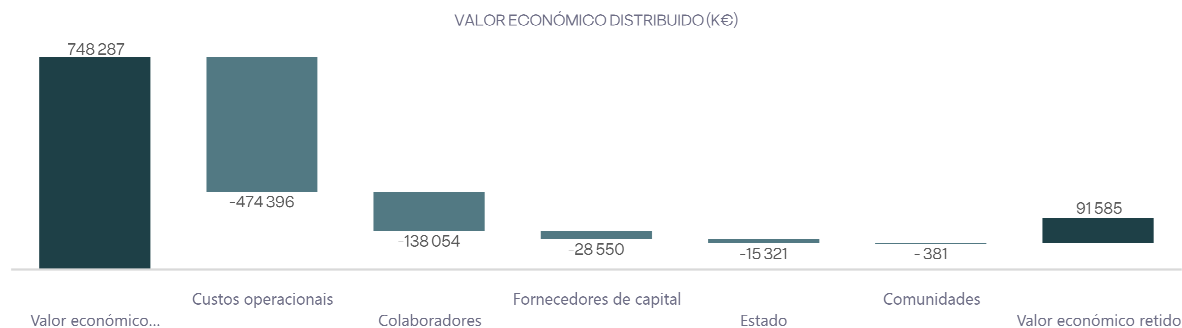


Impactos ambientais, económicos e sociais

Estudo da EY, com o objetivo de avaliar o impacto das operações da Corticeira Amorim nas regiões onde está presente e na economia portuguesa calculou os impactos diretos, indiretos e induzidos, incluindo os impactos ambientais da sua atividade e os impactos dos serviços dos ecossistemas do Montado viabilizados por esta, concluindo que as contribuições totais de valor líquido para a sociedade em geral são superiores a 1,175 mil milhões de euros por ano (mais de sete vezes superior ao valor direto adicionado).

A atividade da Corticeira Amorim gera valor económico para as comunidades onde está presente a nível internacional, nacional, regional e local, de forma direta, indireta e induzida. Os impactos diretos incluem salários pagos aos/às colaboradores/as, investimentos na comunidade e pagamentos ao governo sob a forma de impostos, *royalties* e taxas, que podem ser reinvestidos em programas sociais e económicos que beneficiam as comunidades e regiões onde a Corticeira Amorim opera.

Em 2020, a Corticeira Amorim gerou um valor económico de 748 milhões de euros, tendo distribuído 657 milhões euros pelos seus *stakeholders*.



PROGRAMAS E INICIATIVAS

A Corticeira Amorim investe uma parte significativa do valor económico gerado nos vários países onde tem operações. As estruturas de gestão dispõem de processos e ferramentas necessárias para reconhecer e gerir os impactos e entender as necessidades e interesses das comunidades, bem como identificar oportunidades de investimento de longo prazo nas comunidades locais. São prioritizados programas relacionados com a cultura e educação, inovação e empreendedorismo e equilíbrio social, que se acredita fornecer benefícios positivos de longo prazo.



5.3.1. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A inovação está no centro da estratégia da Corticeira Amorim, que tem como visão estender o conceito de inovação a todas as Unidades de Negócio e melhorar áreas como a diversificação de portefólio, a eficiência e qualidade de processos e a economia circular.

Cada unidade de negócio possui um núcleo próprio de I&D+I. Porém, existe uma estrutura de inovação transversal a todo o grupo, a Amorim Cork Research. Atualmente, o investimento em I&D+I ronda os 9,8 milhões de euros por ano. Nos últimos três anos, a Corticeira Amorim solicitou 10 patentes, apoiando, no presente, o desenvolvimento de três empresas através da Amorim Cork Ventures: a Ecochic, a Grówancork e a TDCork.

A Corticeira Amorim nunca regateará esforços em prol da matéria-prima única que é a cortiça. De resto, é uma missão ininterrupta que assentará no futuro em novas aplicações – ainda mais depois da instalação da i.cork factory, a fábrica-piloto de inovação da Amorim Cork Composites, Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos. A i.cork factory funciona como um verdadeiro *hub* de inovação e criatividade para o desenvolvimento de novos produtos e fórmulas de fabrico de materiais compósitos, sempre com a cortiça e processos de economia circular no epicentro do desenvolvimento.


Devido ao investimento que realiza em I&D+I, a Corticeira Amorim é a organização que mais sabe sobre a cortiça – desde a sua produção no Montado à sua transformação, comercialização, promoção e circularidade. Este património de conhecimento, essencial ao sucesso da Corticeira Amorim, é também disseminado pela sociedade de forma direta (quando a empresa cede de forma voluntária acesso a conhecimento e a certas inovações), ou indireta, através da geração de externalidades positivas decorrentes da sua atividade, que incluem projetos de inovação em parceria com universidades e empresas especializadas, a compra de produtos a produtores locais, a indução da inovação em indústrias de suporte, o desenvolvimento de novas aplicações para a cortiça, a comunicação dos benefícios da cortiça e a disseminação de boas práticas de economia circular.

A promoção do empreendedorismo é outro impacto da atividade da Corticeira Amorim que é gerado por iniciativa direta, através da Amorim Cork Ventures, e tem um impacto significativo na promoção da inovação no setor, já que esta é a única incubadora de empresas relacionadas com a cortiça através da qual se estimulam e apoiam ideias e negócios inovadores. No mesmo sentido, são apoiadas e incentivadas iniciativas como a criação de empresas por parte de antigos trabalhadores, o aparecimento de novas utilizações de cortiça e o surgimento de empresas de apoio à indústria da cortiça.



Existe desde 2018, e é totalmente dedicada à investigação e desenvolvimento de novos e inovadores produtos que valorizam a cortiça, tendo como principal missão conceber novos materiais, bem como testar e explorar a aplicação de tecnologias ainda não industrializadas no setor. A i.cork factory funciona como um verdadeiro hub de inovação e criatividade para o desenvolvimento de novos produtos e novas fórmulas de fabrico de materiais compostos com cortiça, desenvolvendo a sua atividade em sintonia com o mercado, procurando criar soluções para responder às necessidades de vários setores de atividade - sempre com a cortiça e processos de economia circular no epicentro do desenvolvimento. Dada a proximidade ao mercado, a fábrica de inovação funciona também como uma plataforma de cooperação e trabalho colaborativo, a partir da qual se desenvolvem sinergias com universidades, centros de investigação e clientes, em busca de soluções de alta performance e, muitas vezes, disruptivas. Além do contributo para a cultura de inovação presente no ADN da Amorim Cork Composites, a i.cork factory desempenha, também, um papel fundamental no alargamento do portefólio de produtos, e na formação de técnicos, de clientes e distribuidores

<https://amorimcorkcomposites.com/>



Criada em 2014 com o objetivo de apoiar empreendedores com produtos, soluções e aplicações inovadoras para o setor da cortiça. O principal propósito é fomentar o lançamento, crescimento e expansão de negócios ligados à cortiça, sobretudo orientados para os mercados externos. Um desafio que inclui o desenvolvimento de novas abordagens, caminhos e fórmulas para a cortiça no seu estado natural ou conjugada com outros materiais.

Desde a sua constituição, a ACV recebeu mais de 370 candidaturas, apoiou mais de 20 projetos (10 dos quais permanecem ativos), 8 pedidos de patente e de modelos de utilidade submetidos e 3 startups permanecem no portefólio de investimentos da empresa.

<https://www.amorimcorkventures.com/>



Projeto de Pedro Abrantes e que junta a Corticeira Amorim, a Kyaia foi lançada em março de 2016. A marca começou por fazer chinelos de dedo com sola de cortiça, mas foi evoluindo no conceito e corta já com uma variedade significativa de modelos de sapatos e botas. E à cortiça juntaram-se outros materiais igualmente ecológicos, designadamente plástico recuperados dos oceanos. E vende para todo o mundo, desde os Estados Unidos da América ao Japão, da África do Sul, às Filipinas, da Rússia a Israel, entre muitos outros mercados, além, claro, de todo o continente europeu.

<https://asportuguesas.shoes/>

5.3.2. CULTURA E SABER

A Corticeira Amorim mantém uma estreita relação com o ensino, tendo vindo a desenvolver, ao longo dos anos, inúmeros projetos educativos e formativos dirigidos aos seus colaboradores/as e famílias, mas igualmente à comunidade mais alargada. Através de múltiplas iniciativas na área da educação, dos estágios curriculares aos protocolos com instituições académicas, da educação ambiental ao mecenato, o objetivo é criar impacto positivo.

Tendo em consideração a situação de pandemia vivida em 2020, algumas das iniciativas foram suspensas ou tiveram de realizar-se em formatos alternativos. Foi o caso da iniciativa Porto Futuro, um projeto educativo da Câmara Municipal do Porto em que a Corticeira Amorim é parceira do Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra, cujas ações previstas para 2020 tiveram de ser canceladas. Também as iniciativas de educação ambiental junto das escolas, tiveram de ser interrompidas no primeiro trimestre de 2020, ainda assim chegando aos 1828 alunos (2019: 2868). Por outro lado, a ação de reflorestação, uma tradição entre voluntários da Corticeira Amorim e a Quercus, que, desde 2011, ao abrigo do programa Green Cork, plantam cerca de 2000 árvores autóctones por ano, foi assinalada de forma especial desafiando os/as colaboradores/as do universo Amorim a partilhar uma bela fotografia do sobreiro oferecido pela empresa no início do ano, no âmbito do arranque das celebrações dos 150 anos de atividade.

Cork Talent - Atração/ Cork potential

- Em parceria com diversas faculdades e institutos superiores, a Amorim Cork e a Amorim Cork Composites pretendem com estes programas assumir um papel ativo na preparação de jovens estudantes para o seu processo de integração no mercado de trabalho. Com iniciativas que vão desde o recrutamento de estagiários, a acolhimento e integração, o acompanhamento e monitorização e a avaliação e seleção de potenciais candidatos, as empresas acolheram mais de 50 estágios em 2020, dos quais cerca de dez foram integrados nas empresas nas áreas de engenharia química e engenharia e gestão industrial.

Celebrar a Floresta Autóctone

- As florestas são um dos nossos maiores tesouros, por isso, ano após ano, a Corticeira Amorim celebra o Dia da Floresta Autóctone com especial entusiasmo ao realizar a sua plantação anual de sobreiros, com voluntários da empresa. Em 2020, devido à situação excepcional vivida, a empresa viu-se impedida de realizar a ação nos moldes habituais. No entanto, a data foi igualmente celebrada de modo muito especial: desafiando os/as colaboradores/as do universo Amorim a partilhar uma bela fotografia do sobreiro oferecido pela empresa no início do ano. O desafio foi superado com distinção, como provam os belíssimos exemplares apresentados. Simbolicamente, na mesma data, foi também plantado um sobreiro no exterior das instalações da Amorim Cork.

Conhecedora – como nenhuma outra entidade – do potencial da cortiça na transição para economias mais sustentáveis, e consumos mais responsáveis e seguros, a Corticeira Amorim vem desenvolvendo um amplo plano de ações que põem à disposição da sociedade o material, nas suas mais diversas formas, o *know-how* e a *expertise* técnica da equipa, incentivando ao seu conhecimento e possibilitando o desenvolvimento de projetos educativos, de investigação e artísticos.

Cerca de dez anos após o lançamento da coleção MATERIA, que, em 2011, marcou o início de uma ambiciosa estratégia para posicionar a cortiça num patamar de destaque no mundo da arquitetura e do *design* mundial, a Corticeira Amorim analisou 979 projetos em parceria com as mais relevantes instituições, artistas e marcas nacionais e internacionais. O ano 2020, marcado pela pandemia provocada de COVID-19, obrigou a adiar várias iniciativas como é o caso da Bienal de Arquitetura de Veneza e do Serpentine Summer Pavilion, cujas próximas edições terão o apoio da Corticeira Amorim e a cortiça em destaque.



Coleção Matéria – o início

Desenvolvida em 2010, a coleção Matéria, cork by Amorim, curated by Experimentaldesign, tratou-se de uma ação criativa ímpar no setor, que apresentou, nos principais palcos internacionais de *design*, a cortiça como nunca tinha sido vista: uma coleção de objetos sustentáveis, aplicando à cortiça novas técnicas e tendências, assinada por criativos nacionais, internacionais, de referências incontornáveis a valores emergentes do mundo do *design*, tem sido possível cativar o envolvimento de uma notável comunidade de talentos criativos, assim conquistando novos territórios para a cortiça.



Design

A cortiça, pelas mãos da Corticeira Amorim, ganhou progressivamente espaço e protagonismo nas iniciativas que marcam a agenda do *design*, da arquitetura e da sustentabilidade a nível mundial. São exemplo disso projetos como:

- o Serpentine Summer Pavillion 2012 e o Serpentine Pavillion 2020/2021, este último como uma reflexão sobre a sustentabilidade e a circularidade;
- a instalação Quiet Motion dos Bourroulec, que concretizava a visão da mobilidade sustentável da BMW;
- a Bienal de Design de Istambul "The future is not what it used to be", colocando a cortiça literalmente na base da discussão sobre o futuro do *design*;
- a instalação Ono Two Three, Swing, dos Superflex para a Hyundai Commission na Turbine Hall da Tate Gallery, para o qual foi especialmente desenvolvido um piso em cortiça capaz de garantir a linguagem visual dos designers, a durabilidade, o conforto e, acima de tudo, aumentar a segurança na utilização das instalações criativas;
- o programa de pesquisa City Cortex (em curso) que, tendo como pano de fundo a cidade de Nova Iorque, investiga a intersecção entre os contextos urbanos do século XXI e a cortiça – natural, versátil e sustentável – ampliando a sua utilização no desenvolvimento das paisagens urbanas contemporâneas.



Workshops

Especial atenção é dado à ampliação do conhecimento da cortiça junto desta comunidade - a de hoje e a do futuro - , realizando e participando em diversas formações e, em parceria com instituições como:

- o Domaine de Boisbuchet, um dos mais reconhecidos espaços de criatividade em harmonia com a Natureza; ao longo desta década, foram realizados vários workshops de verão sobre a cortiça e um concurso internacional de *design*/criatividade em cortiça (mais de 350 projetos de aplicações recebidos e analisados);
 - o Royal College of Art, que, apoiado pela Corticeira Amorim, incluiu um módulo sobre a cortiça no seu mestrado de *design* – um dos mais procurados a nível internacional;
 - a Middlesex University (Reino Unido), o Karlsruhe Institute (Alemanha), a Nueva Academia Belle Arti di Milano (Itália), a Lisbon School of Design (Portugal), a Rhode Island School of Design e o Pratt Insitute (EUA), que promovem iniciativas, workshops e mesmo programas plurianuais sobre *design*, arquitetura e tecnologia aplicados à cortiça.
- Em suma, centenas e centenas de estudantes, nas áreas do *design*, da arquitetura e da tecnologia, espalhados pelo mundo que, na sua formação, contactam com a cortiça, recebendo conhecimento e uma verdadeira motivação para a cortiça e para a sustentabilidade.



Plano Editorial

Através de um forte plano editorial – que inclui a edição trimestral ininterrupta da Amorim News desde 1983; várias publicações sobre a cortiça destinadas a públicos-alvo diferentes, incluindo crianças e jovens na vertente da educação ambiental; conteúdos que se renovam constantemente no portal www.amorim.com; a edição própria de várias publicações, como os livros *Metamorphosis*, *Amorim: The Future is Our Present* *The Cork Book*. Milhões e milhões de suportes que chegam a outros tantos stakeholders.

5.3.3. EQUILÍBRIO SOCIAL

A Amorim tendo sido uma das primeiras empresas a disponibilizar aos trabalhadores um refeitório e um médico, ainda no ano de 1938. Com o passar do século, a responsabilidade social foi ganhando outra dimensão, acabando por estender-se à comunidade que lhe está mais próxima.

Com o objetivo de reforçar o apoio à sua comunidade em ano de pandemia, a Corticeira Amorim alargou as intervenções habituais de âmbito social, humanitário e socorrista, através da colaboração com instituições de inserção social, de acolhimento de menores em risco e de apoio à terceira idade, corporações de bombeiros, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, hospitais, organizações e instituições sociais. Além disso, realizou uma campanha solidária de recolha de bens alimentares possibilitando a participação de todos os colaboradores em Portugal.

De entre as associações onde o Grupo colabora mais ativamente, estão:

- Fundação Albertina Ferreira de Amorim – Com o objetivo de promover a solidariedade e fomentar a valorização humana nas vertentes ética, religiosa, cultural e civilizacional, a fundação também tem uma vertente de apoio social e cultural, propondo-se igualmente impulsionar a investigação científica na área da preparação e tratamento da cortiça, estando mesmo prevista a concessão de prémios neste e noutros domínios.
- Associação Bagos D'Ouro – Dedicar-se a apoiar crianças e jovens carenciados da região do Douro, através do acompanhamento do seu percurso escolar e da criação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos de vida de sucesso.
- Fundação Terras de Santa Maria – Através dos cursos de licenciatura que disponibiliza, propõe-se criar e reforçar competências suscetíveis de impulsionar o desenvolvimento económico e social do país e, em particular, da região de Entre Douro e Vouga, em que se insere. A Corticeira Amorim é um dos dez fundadores desta instituição.
- Academie Amorim – Organização sem fins lucrativos, composta por cientistas que se dedicam à pesquisa enológica, com o objetivo de otimizar a qualidade do vinho e permitir que o seu processo de envelhecimento decorra como esperado. Desde 1992 que esta instituição apoia o trabalho de investigadores nesta temática, premiando anualmente a melhor pesquisa ou trabalho científico submetido com uma bolsa de estudos, assim contribuindo para aumentar o conhecimento sobre o vinho.



Campanhas solidárias

- O ano 2020 será inevitavelmente lembrado como o ano da pandemia de COVID-19. Na linha da frente estiveram milhares de profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e cuidadores, cujo empenho, sacrifício e dedicação permitiu salvar inúmeras vidas. Para homenagear todos eles e ajudar as vítimas, a Corticeira Amorim doou eletrocardiógrafos, ecógrafos, máscaras, viseiras, óculos, luvas e batas, a hospitais, organizações e instituições sociais da comunidade mais próxima. Entre elas o Hospital de São Sebastião, em Santa Maria da Feira, o Hospital Eduardo Santos Silva, em Vila Nova de Gaia, o Centro Hospitalar Universitário de São João (CHUSJ), o Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a Câmara Municipal de Ponte de Sor, a Câmara Municipal de Coruche, o Centro de Apoio Social de Mozelos, a Junta de Freguesia de Mozelos, a Associação Bem-Estar de Santa Maria de Lamas e a Casa Ozanam.
- A Corticeira Amorim quis, mais do que nunca, estar presente junto das comunidades, reforçando, ao longo de todo o ano, as diversas intervenções de âmbito social, humanitário e socorrista, como o apoio a instituições de inserção social e de acolhimento de menores em risco, a oferta de equipamento informático a alunos carenciados e o auxílio à terceira idade.
- A possibilidade de ajudar foi também alargada aos colaboradores da Corticeira Amorim com a organização de uma campanha solidária de recolha de bens alimentares. Cada Unidade de Negócio elegeu uma instituição de solidariedade social, tendo em conta o critério de proximidade e o impacto na comunidade onde se insere. No final, a Corticeira Amorim duplicou, em peso, a quantidade de bens a entregar.

6. NOTAS METODOLÓGICAS

6.1. PERÍMETRO

O universo das empresas que compõem o perímetro considerado em matérias de sustentabilidade não se alterou significativamente face a 2020, tendo sido integradas duas empresas da Unidade de Negócio Aglomerados Compósitos, a Amorim Sports, constituída no final de 2018, e a Corkeen Europe, constituída em 2020.

Os indicadores ambientais das empresas da área florestal (Cosabe e Amorim Florestal III) não estão a consolidar com a informação reportada neste relatório, sendo prestada informação separada. É intenção da Corticeira Amorim trabalhar para consolidar a metodologia utilizada para reporte dos aspetos ambientais relacionados com os projetos florestais.

O âmbito considerado no plano 2021-2024 é Portugal, e as empresas que consolidam no âmbito deste relatório abrangem a maioria das operações da Corticeira Amorim. O mesmo âmbito foi considerado na abordagem de gestão ao tópico saúde e segurança no trabalho – tabela GRI: Tópico material: GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho 2018. A Corticeira Amorim promove o cumprimento de todos os requisitos, normas e procedimentos legais na área de SST, em todos os países das operações, através da aplicação de boas práticas, conforme se dá nota no subcapítulo 5.2. Assegurar saúde e segurança.

Na informação considerada no subcapítulo 5.3. Comunidade, nomeadamente, referente ao valor económico distribuído, apresentam-se os valores consolidados da Corticeira Amorim (100% das empresas incluídas). Nos restantes capítulos, as empresas incluídas abrangem 89% das unidades industriais, correspondem a 82% do número de colaboradores/as da Corticeira Amorim, 83% das vendas consolidadas, apresentando-se no quadro abaixo:

Empresa	Localização	País	2020	2019
Matérias-primas				
Amorim Natural Cork, S.A.	Vale de Cortiças – Abrantes	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal, S.A.	Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal III, S.A.	Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal España, S.L.	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L.	Cádiz	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.	Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Comatral – C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.	Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira S.A.	Lisboa	PORTUGAL	100%	100%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)	Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnière	Tabarka	TUNÍSIA	55%	55%
Rolhas				
Amorim Cork, S.G.P.S, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
All Closures In, S.A.	Paços de Brandão	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Cork, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Bartop, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Champcork, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Top Series, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Biocape – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	60%	60%
Elfverson & Co. AB	Paryd	SUÉCIA	75%	53%
Francisco Oller, S.A.	Girona	ESPAÑA	94%	94%
Portocork Internacional, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Socori, S.A.	Rio Meão	PORTUGAL	80%	70%
Revestimentos				
Amorim Cork Flooring, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Benelux, BV	Tholen	HOLANDA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Subertech, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%	100%
Amorim Flooring North America Inc.	Hanover – Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Agglomerados Compósitos				
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Composites, Inc.	Trevor – Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Sports, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	70%	100%
Corkeen Europe	Mozelos	PORTUGAL	85%	-
Isolamentos				
Amorim Cork Insulation, S.A.	Vendas Novas	PORTUGAL	100%	100%

Holdings Cortiça				
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Ventures, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%

6.2. VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO

Os valores apresentados dizem respeito aos valores consolidados da Corticeira Amorim (100% das empresas incluídas). As receitas correspondem ao somatório das seguintes rubricas: vendas e prestação de serviços; proveitos suplementares; subsídios à exploração; trabalhos para a própria empresa; outros proveitos operacionais; proveitos e ganhos financeiros; mais-valias com imobilizado (deduzidas das menos-valias). Os custos operacionais não incluem as amortizações. O investimento na comunidade inclui apenas o valor de donativos em dinheiro e não inclui contribuições e donativos em espécie.

6.3. ENERGIA

Os fatores de conversão utilizados foram os considerados no decorrer das auditorias no âmbito do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, despacho 17313/2008:

FONTE DE ENERGIA	UNIDADE	FATOR DE CONVERSÃO
Gás natural	GJ/1000 m ³	37,9
Gás propano	GJ/t	46,65
Gasóleo	GJ/t	42,8
Gasolina	GJ/t	44,5
Biomassa (pó de cortiça)	GJ/t	15,7
Biomassa (outra)	GJ/t	11,6
Eletricidade	GJ/kWh	0,0036

A energia com origem em fontes renováveis considera a energia proveniente de biomassa (pó de cortiça), biomassa (outra) e componente renovável da eletricidade adquirida. Para esta última, considerou-se a informação disponível à data de elaboração do reporte da parte do fornecedor de energia, que considera uma média ponderada dos três primeiros trimestres do ano de 2020.

6.4. EMISSÕES

Para o cálculo das emissões de CO₂, foram considerados os fatores de conversão utilizados nas auditorias no âmbito do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de energia, despacho 17313/2008. No caso das emissões associadas ao consumo de eletricidade, foi considerada a referência do SGCIE – Sistemas de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, despacho 17313/2008 (método de mercado) e a informação disponível à data de elaboração do relatório do fornecedor Endesa (método de localização). Neste último, o fator de emissão resulta de uma média dos quatro trimestres do ano de 2020. Considerou-se pouco material as emissões localizadas fora de Portugal (cerca de 7%):

FONTE DE EMISSÕES	UNIDADE	FATOR DE EMISSÃO
Gás natural	kg CO ₂ /GJ	64,1
Gás propano	kg CO ₂ /GJ	63
Gasóleo	kg CO ₂ /GJ	74
Gasolina	kg CO ₂ /GJ	69,2
Biomassa (pó de cortiça)	kg CO ₂ /GJ	0
Biomassa (lenha)	kg CO ₂ /GJ	0
Eletricidade – fornecedor – 2020	Kg CO ₂ /kwh	207,24
Eletricidade – fornecedor – 2019*	Kg CO ₂ /kwh	270,45
Eletricidade – fornecedor – 2018	Kg CO ₂ /kwh	398,88
Eletricidade – Portugal	Kg CO ₂ /kwh	470,00

* Atualizado de acordo com a informação mais recente do fornecedor de energia.

6.5. ÁGUA

Toda a água captada pela Corticeira Amorim é água doce.

Devido a alterações de pressupostos e introdução de novas ferramentas para gerir o aspeto água, a Corticeira Amorim iniciou, em 2020, uma nova série para monitorização e controlo do aspeto água. Para efeitos de comparação com os anos anteriores, foi feita uma estimativa para o ano de 2019 tendo em conta os mesmos pressupostos. O cálculo apresentado demonstra uma redução nas captações da água de 1% no ano de 2020.

	2020	2019
Captação água (m ³)	770 116	779 009

A Corticeira Amorim não tem indicação de que as bacias hidrográficas onde ocorrem as captações de água reportadas se encontrem em *stress* hídrico. Para a caracterização das áreas em *stress* hídrico no âmbito deste relatório, foi usada a ferramenta do World Resources Institute – Aqueduct Water Risk Atlas, disponível no endereço <https://www.wri.org/aqueduct>.

6.6. MEDIDAS DE INTENSIDADE

Face à diversidade de aplicações e negócios da Corticeira Amorim, torna-se difícil a definição de um indicador que permita de forma clara observar a evolução de alguns indicadores face ao nível de atividade. Ao longo do tempo, procurou dar-se resposta a essa necessidade, analisando diferentes indicadores tendo-se, nos últimos anos, optado pelo rácio entre o consumo de energia/emissões e o valor das vendas totais da empresa, o que apresentava algumas limitações, nomeadamente relacionadas com as diferenças entre o perímetro considerado no numerador (mais restrito) e o perímetro considerado no denominador (mais amplo), que se tornam mais evidentes em anos de alterações materiais de perímetro. Durante o ano de 2019 (com recálculo para 2018), colmatou-se esta limitação fazendo corresponder o perímetro do numerador ao do denominador. No entanto, foram encontradas limitações ao nível da monitorização/comparação da *performance* individual das empresas do Grupo Corticeira Amorim. Depois de analisadas diversas possibilidades e decorrido um debate interno que envolveu áreas ambientais, energia e controlo de gestão, optou-se pela construção de um denominador que está diretamente relacionado com as vendas individuais das empresas que integram o perímetro de sustentabilidade. Para efeitos de comparação com 2018 e 2017, procedeu-se ao respetivo recálculo, que tem ainda em consideração, no caso da intensidade carbónica, a informação mais recente do fornecedor de energia. Assim, o denominador utilizado para os anos de 2020, 2019 e 2018 é, respetivamente, em milhões de euros:

2020	2019	2018
945	1 003	957

6.7. PEGADA DE CARBONO

No caso do consumo de energia fora da organização, e dado que ainda não existem fatores de conversão na bibliografia que permitam apurar estes dados com rigor, a Corticeira Amorim socorreu-se de alguns pressupostos no que diz respeito ao método de cálculo e fatores de emissão a considerar, quer em relação aos combustíveis, quer em relação aos produtos adquiridos. Por este motivo, o cálculo apresentado é uma estimativa, sendo propósito da Corticeira Amorim continuar a trabalhar para consolidar a metodologia utilizada. A Corticeira Amorim considera que estão representados os aspetos mais importantes da cadeia de valor da Corticeira Amorim, já que é em Portugal que estão localizadas a maioria das unidades industriais de produção e transformação (61%) e que refletem a generalidade das exportações (94%). Foram, assim, consideradas seis atividades e os seguintes pressupostos:

- Compra de bens e serviços – Foi considerada a quantidade de produto comprado; fatores de emissão associados aos produtos ou categoria do produto;
- Transporte e distribuição a montante e distribuição a jusante – Foi considerada a quantidade de produto comprada e vendida, que corresponde a 95% do total; fatores de emissão associados ao transporte dos produtos, por via marítima, aérea e/ou rodoviária;
- Resíduos gerados nas operações – Foi considerado o total de resíduos produzidos e os resíduos enviados para os respetivos destinatários; fatores de emissão associados ao transporte rodoviário por tonelada transportada;
- Viagens de negócios – Valores das emissões apurados pela agência de viagens;
- Transporte de colaboradores – Foi feita a aferição das distâncias percorridas pelos colaboradores/as; fator de emissão associado ao transporte rodoviário pela distância percorrida no trajeto casa-trabalho-

casa. Não se efetuou qualquer ajuste em virtude do teletrabalho, por se considerar que não houve interrupções significativas na atividade.

Todos os fatores de emissão considerados tiveram como fonte de informação os fatores publicados pelo GHG Protocol e a Defra – Department for Environment, Food & Rural Affairs. Quando não disponível, utilizaram-se os fatores considerados no inventário de emissões de GEE 2018, realizado pela EY em 2019, e que tiveram por referência a “Ecoinvent database 3.5”.

Para uma comparação histórica, foram consideradas as emissões de âmbito 3, obtidas através do inventário de emissões GEE 2018, realizado pela EY, ajustando para as categorias comparáveis.

6.8. TAXA DE NOVAS CONTRATAÇÕES E TAXA DE ROTATIVIDADE

As fórmulas consideradas são conforme segue:

- Taxa de novas contratações = Número de entradas/Número total de colaboradores/as
- Taxa de rotatividade = Número de saídas/Número total de colaboradores/as

Alterou-se a fórmula de cálculo para a taxa de novas contratações e taxa de rotatividade, respetivamente, por faixa etária, género e geografia, considerando-se, para cada caso, o número de colaboradores da faixa etária, do género e da geografia (2019: número total de colaboradores).

6.9. SAÚDE E SEGURANÇA

O procedimento de cálculo do índice de frequência, da taxa de doenças ocupacionais e da taxa de dias perdidos está de acordo com ILO Code of Practice. As fórmulas consideradas são conforme segue:

- Índice de frequência = Número de acidentes/Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Índice de frequência de grande consequência = Número de acidentes de grande consequência/Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Taxa de dias perdidos (índice de gravidade) = Número de dias perdidos/Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Taxa de doenças ocupacionais = Número de casos de doenças ocupacionais / Horas trabalhadas x 1 000 000;
- Taxa de absentismo = Dias de ausência/Dias potenciais de trabalho.

À semelhança do verificado nos exercícios anteriores, no cálculo dos dias potenciais, eliminou-se a contabilização de feriados, com efeitos diretos na taxa de absentismo. Identificou-se o uso de um critério diferente no cálculo da taxa de absentismo do ano de 2019, tendo-se efetuado recálculo dos dados. Para o cálculo do índice de frequência, apenas se consideram os acidentes que dão origem a dias perdidos. Na determinação dos dias perdidos, considera-se o número de dias úteis e começa a contar-se no dia seguinte ao da ocorrência do acidente até ao regresso ao trabalho do acidentado.

7. Tabela GRI

GRI Ref	DESCRIÇÃO	VALOR / LOCALIZAÇÃO	ODS																																																																																				
GRI 102 – DIVULGAÇÕES GERAIS 2016																																																																																							
PERFIL ORGANIZACIONAL																																																																																							
102-1	Nome da organização	1. A Corticeira Amorim																																																																																					
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	1. A Corticeira Amorim																																																																																					
102-3	Localização da sede da organização	1.3. Presença Mundial																																																																																					
102-4	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas e/ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	Relatório Anual Consolidado 31-12-2020 – Presença no mundo																																																																																					
102-5	Tipo e natureza legal de propriedade	1. A Corticeira Amorim																																																																																					
102-6	Mercados servidos	1.2. Unidades de Negócio																																																																																					
102-7	Dimensão da organização	Relatório Anual Consolidado 31-12-2020 – Presença no mundo																																																																																					
102-8	Número total de colaboradores, discriminados por contrato de trabalho e género	5.1. Promover formação e bem-estar <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Permanente</td> <td>2 841</td> <td>2 875</td> <td>2 748</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>726</td> <td>748</td> <td>707</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>2 115</td> <td>2 127</td> <td>2 041</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>2 432</td> <td>2 435</td> <td>2 312</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>409</td> <td>440</td> <td>436</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>473</td> <td>536</td> <td>538</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>117</td> <td>116</td> <td>124</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>356</td> <td>420</td> <td>414</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>437</td> <td>500</td> <td>498</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>36</td> <td>36</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>Tempo inteiro</td> <td>3 301</td> <td>3 379</td> <td>3 247</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>836</td> <td>855</td> <td>824</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>2 465</td> <td>2 524</td> <td>2 423</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>2 869</td> <td>2 929</td> <td>2 800</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>836</td> <td>855</td> <td>824</td> </tr> <tr> <td>Tempo parcial</td> <td>13</td> <td>32</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>6</td> <td>9</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>7</td> <td>23</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>–</td> <td>6</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>13</td> <td>26</td> <td>29</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para esta divulgação, considerou-se o perímetro das empresas que reportam informação para o relatório de sustentabilidade, ou seja, 3314 colaboradores/as.</p>		2020	2019	2018	Permanente	2 841	2 875	2 748	Feminino	726	748	707	Masculino	2 115	2 127	2 041	Portugal	2 432	2 435	2 312	Resto do Mundo	409	440	436	Termo certo	473	536	538	Feminino	117	116	124	Masculino	356	420	414	Portugal	437	500	498	Resto do Mundo	36	36	40	Tempo inteiro	3 301	3 379	3 247	Feminino	836	855	824	Masculino	2 465	2 524	2 423	Portugal	2 869	2 929	2 800	Resto do Mundo	836	855	824	Tempo parcial	13	32	39	Feminino	6	9	7	Masculino	7	23	32	Portugal	–	6	10	Resto do Mundo	13	26	29	
	2020	2019	2018																																																																																				
Permanente	2 841	2 875	2 748																																																																																				
Feminino	726	748	707																																																																																				
Masculino	2 115	2 127	2 041																																																																																				
Portugal	2 432	2 435	2 312																																																																																				
Resto do Mundo	409	440	436																																																																																				
Termo certo	473	536	538																																																																																				
Feminino	117	116	124																																																																																				
Masculino	356	420	414																																																																																				
Portugal	437	500	498																																																																																				
Resto do Mundo	36	36	40																																																																																				
Tempo inteiro	3 301	3 379	3 247																																																																																				
Feminino	836	855	824																																																																																				
Masculino	2 465	2 524	2 423																																																																																				
Portugal	2 869	2 929	2 800																																																																																				
Resto do Mundo	836	855	824																																																																																				
Tempo parcial	13	32	39																																																																																				
Feminino	6	9	7																																																																																				
Masculino	7	23	32																																																																																				
Portugal	–	6	10																																																																																				
Resto do Mundo	13	26	29																																																																																				

102-9	Cadeia de fornecedores da organização	3.6. Cadeia de Valor	
102-10	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionista ou cadeia de fornecedores da organização	6.1. Perímetro	
102-11	Abordagem ao princípio da precaução	Relatório do Governo Societário – C. Organização Interna	
102-12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	3.3. Compromissos voluntários	
102-13	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa	3.3. Compromissos voluntários	
ESTRATÉGIA			
102-14	Declaração do Presidente do Conselho de Administração sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia de sustentabilidade	Relatório Anual Consolidado 31-12-2020 – Mensagem do presidente	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Relatório Consolidado de Gestão – 14. Riscos e incertezas do negócio	
ÉTICA E INTEGRIDADE			
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	3.4. Comportamento responsável	
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	3.4. Comportamento responsável	
GOVERNANCE			
102-18	Estrutura de governo das organizações, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	3.1. Estratégia e modelo de gestão Relatório do Governo Societário – B. Órgãos Sociais e Comissões	
102-24	Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governação e seus comités, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governação	Relatório do Governo Societário – B. Órgãos Sociais e Comissões	
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS			
102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i> da organização	3.5. <i>Stakeholders</i>	
102-41	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de contratação coletiva	5.1.2. Respeito pela liberdade de associação	8
102-42	Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	3.5. <i>Stakeholders</i>	
102-43	Abordagem adotada para envolvimento com os <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo	3.5. <i>Stakeholders</i>	
102-44	Principais questões e preocupações apontadas pelos <i>stakeholders</i> como resultado do processo de envolvimento e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	3.5. <i>Stakeholders</i>	
PRÁTICAS DE REPORTE			
102-45	Totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Notas às demonstrações financeiras – 6. Empresas incluídas na consolidação	
102-46	Processo adotado para definição do conteúdo do relatório e os limites dos tópicos	Sobre este relatório	
102-47	Tópicos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	Matriz de materialidade	
102-48	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	6. Notas metodológicas	

102-49	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores quanto ao âmbito e ao limite dos aspetos	6.1. Notas metodológicas – perímetro									
102-50	Período coberto pelo relatório	1 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.									
102-51	Data do relatório anterior mais recente	Relatório de Sustentabilidade 2019, referente aos anos de 2017, 2018 e 2019									
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Sobre este relatório									
102-53	Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	Sobre este relatório									
102-54	Declaração feita pela organização, se tiver preparado o relatório de acordo com os Standards da GRI e qual a opção escolhida	Sobre este relatório									
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela									
102-56	Descrição da política e práticas correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	Sobre este relatório									
GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS 2016											
TÓPICO MATERIAL: 201 – DESEMPENHO ECONÓMICO 2016											
103 – Formas de Gestão 2016											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o desempenho económico, o tema "Desempenho económico" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o desempenho económico (5.3. Comunidade).									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (5.3. Comunidade).									
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	5.3. Comunidade									
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	Relatório Consolidado de Gestão – 14. Riscos e incertezas do negócio Relatório do Governo Societário – C. Organização Interna, III. Controlo interno e gestão de riscos.									
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	Em todos os países em que opera, a Corticeira Amorim contribui para os regimes locais de segurança social, de acordo com os termos de legislação específica aplicável, que abrangem a totalidade dos seus colaboradores. Em 2020, o montante cifrou-se nos 22 321 mil euros.									
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contribuições para regimes locais de segurança social (milhares de euros)</td> <td>22 321</td> <td>22 511</td> <td>22 056</td> </tr> </tbody> </table>					2020	2018	2017	Contribuições para regimes locais de segurança social (milhares de euros)	22 321	22 511	22 056
	2020	2018	2017								
Contribuições para regimes locais de segurança social (milhares de euros)	22 321	22 511	22 056								
TÓPICO: GRI 204 – PRÁTICAS DE COMPRA 2016											
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	3.6. Cadeia de valor	12								
TÓPICO: GRI 205 – ANTI CORRUPÇÃO 2016											
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com a corrupção	3.4. Comportamento responsável									

205-3	Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	3.4. Comportamento responsável	
TÓPICO MATERIAL: INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com a investigação, desenvolvimento e inovação, o tema "Investigação, desenvolvimento e inovação" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a investigação, desenvolvimento e inovação (4.4. Desenvolver produtos verdes e 5.3. Comunidade).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (4.4. Desenvolver produtos verdes e 5.3. Comunidade).	
Investimento médio anual		5.3.1. Inovação e empreendedorismo	8, 9
Submissão de patentes		5.3.1. Inovação e empreendedorismo	8, 9
GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS 2016			
Tópico: GRI 301-Materiais 2016			
301-1	Consumo de materiais por peso	4.3.1. Materiais	12
TÓPICO MATERIAL: GRI 302 – ENERGIA 2016			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto energia, o tema "Eficiência energética e alterações climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (4.2.1. Energia).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.2.1. Energia).	
	Formas de gestão específicas	Algumas unidades da Corticeira Amorim estão abrangidas pela regulamentação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE).	
302-1	Consumo de energia dentro da organização	4.2.1. Energia 6.3. Notas metodológicas – Energia	7, 11, 13
302-3	Intensidade energética	4.2.1. Energia 6.3. Notas metodológicas – Energia 6.6. Notas metodológicas – Medidas de intensidade	7, 11, 13
302-4	Redução do consumo de energia	4.2.1. Energia 6.3. Notas metodológicas – Energia	7, 11, 13
302-5	Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços	4.2.1. Energia 6.3. Notas metodológicas – Energia	7, 11, 13
TÓPICO MATERIAL: GRI 303 – ÁGUA E EFLUENTES 2018			
103 – Formas de Gestão 2016			

103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto água, o tema "Eficiência energética e alterações climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (4.2.3. Água).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.2.3. Água).	
303-1	Interações com a água como um recurso partilhado	A Corticeira Amorim está ciente da necessidade de preservar o recurso água e tem uma abordagem que assenta em três pilares: redução do consumo, tratamento e regulação hidrológica. A empresa estabeleceu para o período até 2024 a redução na intensidade no consumo de água de 1% ao ano, nas suas atividades em Portugal. Adicionalmente, a Corticeira Amorim assume como estratégico a preservação do Montado e dos seus serviços dos ecossistemas, entre os quais está a capacidade de regulação do ciclo da água. A margem esquerda do Tejo-Sado possui cerca de 36% de área ocupada por sobreiros e é um dos sistemas aquíferos mais produtivos e profundos da Península Ibérica, sendo recarregado pela infiltração da água da chuva no solo. A interceção das águas da chuva pelos sobreiros é importante para proteger o solo da erosão hídrica, contribuindo para o combate à desertificação.	
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	A Corticeira Amorim cumpre com a legislação em vigor que regulamenta esta matéria e os efluentes da empresa são sujeitos a tratamento adequado, sobretudo tratamento secundário e terciário, antes de serem enviados para o meio recetor.	
303-3	Captações de água	4.2.3. Água 6.5. Notas metodológicas – Água Conversão: 1 ML = 1000 m ³	6
303-4	Descarga de água	4.2.3. Água 6.5. Notas metodológicas – Água Conversão: 1 ML = 1000 m ³	
303-5	Consumo de água	4.2.3. Água 6.5. Notas metodológicas – Água Conversão: 1 ML = 1000 m ³	
	Intensidade de água	4.2.3. Água 6.5. Notas metodológicas – Água 6.6. Notas metodológicas – Medidas de intensidade	
TÓPICO MATERIAL: IMPACTO AMBIENTAL DO PRODUTO			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto impacto ambiental do produto, o tema "Impacto ambiental do produto", que envolve também a "Responsabilidade e qualidade do produto", foi considerado tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o impacto ambiental do produto (4.4. Desenvolver produtos verdes).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.4. Desenvolver produtos verdes).	

	Desenvolvimento de produtos verdes	4.4. Desenvolver produtos verdes	6, 7, 13								
TÓPICO MATERIAL: GRI 304 – BIODIVERSIDADE 2016											
103 – Formas de Gestão 2016											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto biodiversidade, o tema “Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas” foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a biodiversidade (4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas).									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas).									
304-1	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas	11, 12, 15								
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços da organização sobre a biodiversidade	4.1. Preservar o Montado e os serviços dos ecossistemas	11, 12, 15								
TÓPICO MATERIAL: GRI 305 – EMISSÕES 2016											
103 – Formas de Gestão 2016											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto emissões, o tema “Eficiência energética e alterações climáticas” foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com as emissões (4.2.2. Emissões).									
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.2.2. Emissões).									
Formas de gestão específicas		Algumas unidades da Corticeira Amorim estão abrangidas pela regulamentação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE).									
305-1	Emissões indiretas de GEE (âmbito 1)	4.2.2. Emissões 6.4. Notas metodológicas – Emissões	7, 11, 13								
305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	4.2.2. Emissões 6.4. Notas metodológicas – Emissões Emissões de âmbito 2 (tCO ₂ eq)	7, 11, 13								
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Eletricidade: método de mercado*</td> <td>26 958</td> <td>38 291</td> <td>53 768</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2019	2018	Eletricidade: método de mercado*	26 958	38 291	53 768	
	2020	2019	2018								
Eletricidade: método de mercado*	26 958	38 291	53 768								

		<table border="1"> <tr> <td>Eletricidade: método de localização</td> <td>61 138</td> <td>66 544</td> <td>63 355</td> </tr> </table> <p>* recalculado de acordo com notas metodológicas</p>	Eletricidade: método de localização	61 138	66 544	63 355	
Eletricidade: método de localização	61 138	66 544	63 355				
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	4.2.2. Emissões 6.4. Notas metodológicas – Emissões 6.7. Pegada de Carbono	7,11,13				
305-4	Intensidade de emissões de GEE	4.2.2. Emissões 6.4. Notas metodológicas – Emissões 6.6. Notas metodológicas – Medidas de intensidade	7,11,13				
305-5	Redução de emissões de GEE	4.2.2. Emissões 6.4. Notas metodológicas – Emissões	7,11,13				
305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	4.2.4. Qualidade do ar e poluição					
TÓPICO MATERIAL: GRI 306 – EFLUENTES E RESÍDUOS 2016							
103 – Formas de Gestão 2016							
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto efluentes e resíduos, o tema "Economia circular" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).					
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a gestão de efluentes e resíduos (4.3.3. Resíduos).					
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (4.3.3. Resíduos).					
306-2	Resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	4.3.3. Resíduos	8,12				
TÓPICO: GRI 307 – CONFORMIDADE AMBIENTAL 2016							
307-1	Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Não existem multas, nem sanções não-monetárias pelo não cumprimento das leis e regulamentos ambientais.					
TÓPICO: GRI 308 – AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM MATÉRIA AMBIENTAL 2016							
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	3.6. Cadeia de Valor	8,12,17				
GRI 400 – DIVULGAÇÕES SOCIAIS 2016							
TÓPICO MATERIAL: GRI 401 – EMPREGO 2016							
103 – Formas de Gestão 2016							
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto emprego, o tema "Formação e desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).					
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o emprego (5.1.1. Caracterização dos trabalhadores).					
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1.1. Caracterização dos trabalhadores).					

	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.																																																																													
401-1	Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região	<p>5.1.1. Caracterização de trabalhadores/as</p> <p>6.8. Taxa de novas contratações e taxa de rotatividade</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de entradas</td> <td>303</td> <td>524</td> <td>455</td> </tr> <tr> <td>Taxa de novas contratações</td> <td>9%</td> <td>15%</td> <td>14%</td> </tr> <tr> <td><30*</td> <td>28%</td> <td>41%</td> <td>47%</td> </tr> <tr> <td>30 to 50*</td> <td>8%</td> <td>12%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>>50 *</td> <td>2%</td> <td>9%</td> <td>3%</td> </tr> <tr> <td>Feminino*</td> <td>8%</td> <td>15%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>Masculino*</td> <td>10%</td> <td>16%</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Portugal*</td> <td>8%</td> <td>14%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo*</td> <td>15%</td> <td>24%</td> <td>24%</td> </tr> <tr> <td>Número de saídas</td> <td>404</td> <td>392</td> <td>475</td> </tr> <tr> <td>Taxa de rotatividade</td> <td>12%</td> <td>11%</td> <td>14%</td> </tr> <tr> <td><30*</td> <td>19%</td> <td>19%</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>30 to 50*</td> <td>9%</td> <td>9%</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>>50*</td> <td>14%</td> <td>12%</td> <td>14%</td> </tr> <tr> <td>Feminino*</td> <td>15%</td> <td>11%</td> <td>14%</td> </tr> <tr> <td>Masculino*</td> <td>10%</td> <td>16%</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Portugal*</td> <td>11%</td> <td>10%</td> <td>13%</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo*</td> <td>22%</td> <td>21%</td> <td>23%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Fórmula de cálculo, alterou conforme notas metodológicas.</p> <p>Para esta divulgação, considerou-se o perímetro das empresas que reportam informação para o relatório de sustentabilidade, conforme 6.1. Perímetro.</p>		2020	2019	2018	Número de entradas	303	524	455	Taxa de novas contratações	9%	15%	14%	<30*	28%	41%	47%	30 to 50*	8%	12%	12%	>50 *	2%	9%	3%	Feminino*	8%	15%	12%	Masculino*	10%	16%	15%	Portugal*	8%	14%	12%	Resto do mundo*	15%	24%	24%	Número de saídas	404	392	475	Taxa de rotatividade	12%	11%	14%	<30*	19%	19%	25%	30 to 50*	9%	9%	12%	>50*	14%	12%	14%	Feminino*	15%	11%	14%	Masculino*	10%	16%	15%	Portugal*	11%	10%	13%	Resto do Mundo*	22%	21%	23%	5, 8
	2020	2019	2018																																																																												
Número de entradas	303	524	455																																																																												
Taxa de novas contratações	9%	15%	14%																																																																												
<30*	28%	41%	47%																																																																												
30 to 50*	8%	12%	12%																																																																												
>50 *	2%	9%	3%																																																																												
Feminino*	8%	15%	12%																																																																												
Masculino*	10%	16%	15%																																																																												
Portugal*	8%	14%	12%																																																																												
Resto do mundo*	15%	24%	24%																																																																												
Número de saídas	404	392	475																																																																												
Taxa de rotatividade	12%	11%	14%																																																																												
<30*	19%	19%	25%																																																																												
30 to 50*	9%	9%	12%																																																																												
>50*	14%	12%	14%																																																																												
Feminino*	15%	11%	14%																																																																												
Masculino*	10%	16%	15%																																																																												
Portugal*	11%	10%	13%																																																																												
Resto do Mundo*	22%	21%	23%																																																																												
TÓPICO MATERIAL: GRI 402 – RELAÇÕES LABORAIS 2016																																																																															
103 – Formas de Gestão 2016																																																																															
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto relações laborais, o tema “Formação e Desenvolvimento” foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).																																																																													
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com as relações laborais (5.1. Promover formação e bem-estar).																																																																													
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1. Promover formação e bem-estar).																																																																													
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira																																																																													

		Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.	
402-1	Prazos mínimos de aviso prévio em caso de alterações operacionais	Normativos com referência a avisos prévios relativos ao local de trabalho (em particular os que devem presidir à sua eventual alteração) cumpridos pela Corticeira Amorim.	8
TÓPICO MATERIAL: GRI 403 – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 2018			
103 – Formas de Gestão 2016			
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto saúde e segurança no trabalho, o tema “Saúde e Segurança no Trabalho” foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).	
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a saúde e segurança no trabalho (5.2. Assegurar saúde e segurança).	
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.2. Assegurar saúde e segurança).	
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A Corticeira Amorim promove o cumprimento de todos os requisitos, normas e procedimentos legais na área de SST, em todos os países das operações, através da aplicação de boas práticas, conforme se dá nota no subcapítulo 5.2. Assegurar saúde e segurança.	
403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Os procedimentos de identificação de perigos e avaliação dos riscos aplicam-se a todas as tarefas e processos desenvolvidos na empresa que impliquem risco para a Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Incluem-se nestas, as atividades de rotina, ocasionais e de emergência, desenvolvidas pelos colaboradores/as permanentes, temporários ou prestadores de serviços, nas instalações da empresa. É responsabilidade dos departamentos de SST assegurar a identificação dos perigos, apreciar o risco e propor/validar medidas corretivas, preventivas ou de oportunidade de melhoria.	3,8

		<p>Os trabalhadores são envolvidos e consultados, através da procura do seu ponto de vista no âmbito da identificação de perigos e da avaliação do risco, bem como da definição das medidas de controlo. Sempre que existam alterações substanciais nos perigos que possam alterar o risco, é promovida uma reavaliação do risco. Não havendo ainda um procedimento específico instituído, cada vez mais todos os incidentes ocorridos na empresa são analisados por equipa multidisciplinar que integra elementos da equipa de SST, o(s) responsável (eis) da área onde ocorreu o incidente, e as áreas de suporte que possam ser relevantes na análise da ocorrência, bem como os próprios colaboradores/as da área, com vista a identificar a causa raiz do incidente e definir ações de eliminação ou controlo do risco. Os resultados da análise de incidentes são divulgados na empresa.</p>	
403-3	Serviços de saúde do trabalho	<p>A empresa disponibiliza a prestação dos serviços de medicina e enfermagem do trabalho bem como medicina curativa.</p> <p>Dependendo das unidades, estas áreas trabalham ou sobre coordenação ou em articulação com o departamento de SST, e visam assegurar o acompanhamento da aptidão dos colaboradores/as para as atividades a desenvolver, eventuais impactos do trabalho na saúde dos mesmos, bem como proporcionar cuidados médicos da saúde em geral.</p>	
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	<p>Os trabalhadores/as são consultados através dos seus representantes para a SST no âmbito do funcionamento da comissão de SST. Compete à comissão de SST:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar e apreciar sugestões dos trabalhadores sobre questões de relacionadas com segurança e saúde; • Realizar visitas aos locais de trabalho para reconhecimento dos riscos para a segurança e saúde, e avaliação das medidas de prevenção adotadas; • Propor iniciativas no âmbito da prevenção dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, visando a melhoria das condições de trabalho e a correção de deficiências detetadas; • Participar na definição de medidas a constar no plano de prevenção; • Analisar os elementos disponíveis relativos aos acidentes de trabalho e doenças profissionais; • Participar no desenvolvimento do programa anual do Departamento de SST e fazer o acompanhamento do mesmo. 	
403-5	Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	<p>No âmbito da SST é dada especial relevância à formação de acolhimento de novos colaboradores/as, assim como à formação de SST no posto de trabalho, a qual é mandatária sempre que o colaborador está perante o início de atividade num novo posto de trabalho.</p> <p>Regularmente, procede-se a reciclagem de conteúdo de formação no âmbito de SST, por forma a garantir a atualização de conhecimentos e a sensibilização necessárias para as questões da saúde e da segurança no trabalho. Cada vez mais é dada a primazia ao desenvolvimento de formações de SST em contexto <i>on job</i> em detrimento da formação em sala, sempre com o objetivo de individualizar a formação e por essa via potenciar uma melhor transmissão do conhecimento de segurança junto dos colaboradores/as.</p>	
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	<p>No âmbito do desenvolvimento da atividade da SST, e da componente da saúde do trabalhador, a empresa disponibiliza junto dos seus colaboradores/as a prestação dos serviços de medicina do trabalho, medicina curativa e enfermagem do trabalho, por forma a assegurar o acesso dos seus colaboradores/as à prestação de cuidados de saúde.</p> <p>Algumas unidades têm implementado um programa de ginástica laboral, com vista à prevenção de lesões musculoesqueléticas.</p>	
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	<p>O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas.</p> <p>As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.</p>	

403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	<p>A empresa tem implementado um sistema de gestão de SST, o qual abrange todos os seus colaboradores e colaboradoras (internos e externos), e atividades desenvolvidas. O sistema de gestão tem subjacente uma política e objetivos de melhoria do desempenho de SST, os quais estão suportados num plano de atividades.</p> <p>Adicionalmente, cerca de 21% dos trabalhadores estão abrangidos por sistemas com certificação segundo a norma internacional OHSAS ISO 18001/ISO 45001, estimando-se que possa abarcar mais de 32% ainda no primeiro trimestre de 2021 com a obtenção do certificado para a Amorim Florestal. Informação sobre os sistemas de gestão com certificações externas está disponível no Relatório Consolidado de Gestão – 6. Abordagem à sustentabilidade.</p>																																																																																																																													
403-9	Acidentes de trabalho	<p>5.2. Assegurar saúde e segurança</p> <p>6.9. Notas metodológicas – Saúde e segurança</p> <table border="1" data-bbox="839 517 1313 1942"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de acidentes no local de trabalho</td> <td>76</td> <td>107</td> <td>115</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>13</td> <td>10</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>63</td> <td>97</td> <td>106</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>54</td> <td>77</td> <td>96</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>22</td> <td>30</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Índice de frequência de acidentes</td> <td>14</td> <td>19</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>9</td> <td>7</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>15</td> <td>23</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>11</td> <td>16</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>29</td> <td>38</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>Índice de frequência de acidentes de grande consequência</td> <td>0,4</td> <td>0,5</td> <td>0,7</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>0,7</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>0,5</td> <td>0,7</td> <td>0,7</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>0,4</td> <td>0,2</td> <td>0,4</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>–</td> <td>2,5</td> <td>2,8</td> </tr> <tr> <td>Índice de gravidade</td> <td>551</td> <td>527</td> <td>737</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>507</td> <td>347</td> <td>433</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>565</td> <td>586</td> <td>800</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>546</td> <td>479</td> <td>700</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>580</td> <td>820</td> <td>986</td> </tr> <tr> <td>Número de mortes</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Taxa de absentismo</td> <td>5,0%</td> <td>4,3%*</td> <td>3,7%</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>6,6%</td> <td>5,4%*</td> <td>4,8%</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>4,4%</td> <td>3,9%*</td> <td>3,3%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>5,4%</td> <td>4,3%</td> <td>3,7%</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>2,3%</td> <td>4,0%</td> <td>3,6%</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Alteração de acordo com notas metodológicas</p>		2020	2019	2018	Número de acidentes no local de trabalho	76	107	115	Feminino	13	10	9	Masculino	63	97	106	Portugal	54	77	96	Resto do mundo	22	30	19	Índice de frequência de acidentes	14	19	21	Feminino	9	7	7	Masculino	15	23	25	Portugal	11	16	20	Resto do mundo	29	38	27	Índice de frequência de acidentes de grande consequência	0,4	0,5	0,7	Feminino	–	–	0,7	Masculino	0,5	0,7	0,7	Portugal	0,4	0,2	0,4	Resto do mundo	–	2,5	2,8	Índice de gravidade	551	527	737	Feminino	507	347	433	Masculino	565	586	800	Portugal	546	479	700	Resto do mundo	580	820	986	Número de mortes	–	–	–	Feminino	–	–	–	Masculino	–	–	–	Portugal	–	–	–	Resto do mundo	–	–	–	Taxa de absentismo	5,0%	4,3%*	3,7%	Feminino	6,6%	5,4%*	4,8%	Masculino	4,4%	3,9%*	3,3%	Portugal	5,4%	4,3%	3,7%	Resto do mundo	2,3%	4,0%	3,6%	
	2020	2019	2018																																																																																																																												
Número de acidentes no local de trabalho	76	107	115																																																																																																																												
Feminino	13	10	9																																																																																																																												
Masculino	63	97	106																																																																																																																												
Portugal	54	77	96																																																																																																																												
Resto do mundo	22	30	19																																																																																																																												
Índice de frequência de acidentes	14	19	21																																																																																																																												
Feminino	9	7	7																																																																																																																												
Masculino	15	23	25																																																																																																																												
Portugal	11	16	20																																																																																																																												
Resto do mundo	29	38	27																																																																																																																												
Índice de frequência de acidentes de grande consequência	0,4	0,5	0,7																																																																																																																												
Feminino	–	–	0,7																																																																																																																												
Masculino	0,5	0,7	0,7																																																																																																																												
Portugal	0,4	0,2	0,4																																																																																																																												
Resto do mundo	–	2,5	2,8																																																																																																																												
Índice de gravidade	551	527	737																																																																																																																												
Feminino	507	347	433																																																																																																																												
Masculino	565	586	800																																																																																																																												
Portugal	546	479	700																																																																																																																												
Resto do mundo	580	820	986																																																																																																																												
Número de mortes	–	–	–																																																																																																																												
Feminino	–	–	–																																																																																																																												
Masculino	–	–	–																																																																																																																												
Portugal	–	–	–																																																																																																																												
Resto do mundo	–	–	–																																																																																																																												
Taxa de absentismo	5,0%	4,3%*	3,7%																																																																																																																												
Feminino	6,6%	5,4%*	4,8%																																																																																																																												
Masculino	4,4%	3,9%*	3,3%																																																																																																																												
Portugal	5,4%	4,3%	3,7%																																																																																																																												
Resto do mundo	2,3%	4,0%	3,6%																																																																																																																												

		<p>Trabalhadores indiretos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de acidentes</td> <td>6</td> <td>12</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>2</td> <td>1</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>4</td> <td>11</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>Índice de frequência de acidentes</td> <td>17</td> <td>31</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>38</td> <td>35</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>13</td> <td>31</td> <td>54</td> </tr> <tr> <td>Número de mortes</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para esta divulgação, considerou-se o perímetro das empresas que reportam informação para o relatório de sustentabilidade, ou seja, 278 trabalhadores indiretos.</p>		2020	2019	2018	Número de acidentes	6	12	32	Feminino	2	1	2	Masculino	4	11	30	Índice de frequência de acidentes	17	31	43	Feminino	38	35	11	Masculino	13	31	54	Número de mortes	-	-	-	Feminino	-	-	-	Masculino	-	-	-	
	2020	2019	2018																																								
Número de acidentes	6	12	32																																								
Feminino	2	1	2																																								
Masculino	4	11	30																																								
Índice de frequência de acidentes	17	31	43																																								
Feminino	38	35	11																																								
Masculino	13	31	54																																								
Número de mortes	-	-	-																																								
Feminino	-	-	-																																								
Masculino	-	-	-																																								
403-10	Doenças profissionais	<p>5.2. Assegurar saúde e segurança</p> <p>6.9. Notas metodológicas – Saúde e segurança</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Taxa de doenças ocupacionais</td> <td>6</td> <td>4</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>16</td> <td>4</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>3</td> <td>3</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>7</td> <td>4</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>Resto do mundo</td> <td>1</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2019	2018	Taxa de doenças ocupacionais	6	4	7	Feminino	16	4	10	Masculino	3	3	6	Portugal	7	4	8	Resto do mundo	1	4	-																	
	2020	2019	2018																																								
Taxa de doenças ocupacionais	6	4	7																																								
Feminino	16	4	10																																								
Masculino	3	3	6																																								
Portugal	7	4	8																																								
Resto do mundo	1	4	-																																								
TÓPICO MATERIAL: GRI 404- FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO 2016																																											
103 – Formas de Gestão 2016																																											
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto formação e educação, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).																																									
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a formação e educação (5.1.5. Formação e desenvolvimento).																																									

103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1.5. Formação e desenvolvimento).																																																	
404-1	Média de horas de formação anual por colaborador, género e categoria profissional	5.1.5. Formação e desenvolvimento <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Administradores</td> <td>11</td> <td>3</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Diretores</td> <td>25</td> <td>24</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>Chefes de departamento</td> <td>18</td> <td>14</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>Comerciais</td> <td>20</td> <td>11</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Técnicos de suporte à gestão</td> <td>29</td> <td>64</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td>Supervisores de equipa</td> <td>24</td> <td>12</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>Administrativos</td> <td>15</td> <td>10</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Técnicos de manutenção, qualidade, logística</td> <td>15</td> <td>23</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Operadores de produção</td> <td>10</td> <td>7</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>15</td> <td>18</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>13</td> <td>12</td> <td>15</td> </tr> </tbody> </table>		2020	2019	2018	Administradores	11	3	5	Diretores	25	24	36	Chefes de departamento	18	14	36	Comerciais	20	11	19	Técnicos de suporte à gestão	29	64	68	Supervisores de equipa	24	12	29	Administrativos	15	10	14	Técnicos de manutenção, qualidade, logística	15	23	21	Operadores de produção	10	7	9	Mulheres	15	18	23	Homens	13	12	15	4, 5, 8
	2020	2019	2018																																																
Administradores	11	3	5																																																
Diretores	25	24	36																																																
Chefes de departamento	18	14	36																																																
Comerciais	20	11	19																																																
Técnicos de suporte à gestão	29	64	68																																																
Supervisores de equipa	24	12	29																																																
Administrativos	15	10	14																																																
Técnicos de manutenção, qualidade, logística	15	23	21																																																
Operadores de produção	10	7	9																																																
Mulheres	15	18	23																																																
Homens	13	12	15																																																

TÓPICO MATERIAL: GRI 405 – DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 2016

103 – Formas de Gestão 2016																																
103-1	Explicação do tópico material e dos seus limites	Os temas materiais da Corticeira Amorim tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da empresa e alinhamento com os ODS. Com relação direta com o aspeto diversidade e igualdade de oportunidades, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade).																														
103-2	A abordagem de gestão e respetivos componentes	A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a diversidade e igualdade de oportunidades (5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação).																														
103-3	Avaliação da abordagem de gestão	A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação).																														
	Formas de gestão específicas	A Corticeira Amorim preconiza uma política de gestão e motivação de pessoas que promove a não discriminação de qualquer natureza, a igualdade de oportunidades no âmbito do recrutamento, na promoção e formação dos seus colaboradores/as, na remuneração e nas condições de trabalho.																														
405-1	Mão de obra por género e faixa etária e outros indicadores de diversidade	5.1.1. Caracterização de trabalhadores/as 5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação 6.1. Notas metodológicas – Perímetro <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Idade</th> <th colspan="2">Género</th> </tr> <tr> <th>< 30</th> <th>30 – 50</th> <th>>50</th> <th>Feminino</th> <th>Masculino</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Administradores</td> <td>-</td> <td>6</td> <td>17</td> <td>4</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>Diretores</td> <td>1</td> <td>52</td> <td>39</td> <td>11</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td>Chefes de departamento</td> <td>9</td> <td>56</td> <td>29</td> <td>31</td> <td>63</td> </tr> </tbody> </table>		Idade			Género		< 30	30 – 50	>50	Feminino	Masculino	Administradores	-	6	17	4	19	Diretores	1	52	39	11	81	Chefes de departamento	9	56	29	31	63	5, 8
	Idade			Género																												
	< 30	30 – 50	>50	Feminino	Masculino																											
Administradores	-	6	17	4	19																											
Diretores	1	52	39	11	81																											
Chefes de departamento	9	56	29	31	63																											

Comerciais	7	50	35	19	73
Técnicos de suporte à gestão	98	119	28	104	141
Supervisores de equipa	7	44	32	17	66
Administrativos	21	128	80	143	86
Técnicos de manutenção, qualidade, logística	53	185	119	88	269
Operadores de produção	318	1 361	698	462	1 915
Total 2018	473	1 753	1 060	831	2 455
Total 2019	538	1 764	1 109	864	2 547
Total 2020	514	2 001	1 077	879	2 713

Para esta divulgação considerou-se o perímetro das empresas que reportam informação para o relatório de sustentabilidade, ou seja, 3314 colaboradores/as e 278 trabalhadores/as indiretos.

405-2

Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens, por categoria funcional

5.1.1. Caracterização de trabalhadores/as

5.1.7. Diversidade, inclusão e não discriminação

6.1. Notas metodológicas – Perímetro

Rácio do salário:

	2020	2019	2018
Diretores	0,9	0,7	0,7
Chefes de departamento	1,0	1,0	0,9
Comerciais	0,6	0,9	0,6
Técnicos de suporte à gestão	0,8	0,8	0,8
Supervisores de equipa	1,2	1,1	1,2
Administrativos	1,1	1,1	1,1
Técnicos de manutenção, qualidade, logística	0,9	0,8	0,9
Operadores de produção	1,0	0,9	1,0

Rácio das remunerações:

	2020	2019	2018
Diretores	0,8	0,7	0,6
Chefes de departamento	1,0	0,9	0,9
Comerciais	0,6	0,9	0,7
Técnicos de suporte à gestão	0,8	0,8	0,7
Supervisores de equipa	1,2	1,0	1,1
Administrativos	1,0	1,1	1,0
Técnicos de manutenção, qualidade, logística	0,8	0,8	0,9
Operadores de produção	0,9	0,8	0,9

5,8

TÓPICO: GRI 413 – COMUNIDADES LOCAIS 2016

413-1	Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	3.3. Compromissos voluntários 5.3. Comunidade	
TÓPICO: GRI 414 – AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES 2016			
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	3.6. Cadeia de valor	8, 12, 17
TÓPICO: GRI 414 – AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES 2016			
415-1	Contribuições políticas	A Corticeira Amorim assume-se como uma organização apartidária e apolítica. Não apoia financeiramente ou em espécie, em qualquer circunstância, partidos políticos, organizações ou indivíduos a estes associados cuja missão seja essencialmente política.	

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração
da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

milhares de euros

	Notas	31 dezembro 2020	31 dezembro 2019
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	9	281 676	278 600
Ativos intangíveis	10	16 170	10 852
Direito de uso	11	6 241	6 037
Goodwill	10	13 746	13 744
Ativos biológicos		23	–
Propriedades de investimento	12	5 403	5 387
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	13	24 046	22 366
Outros ativos financeiros	14	1 603	1 550
Impostos diferidos	15	14 672	14 396
Outros devedores	18	3 405	3 906
Ativos não correntes		366 986	356 836
Inventários	16	364 109	397 840
Clientes	17	161 360	165 484
Imposto sobre o rendimento	15	4 838	11 773
Outros devedores	18	35 724	36 967
Outros ativos	18	2 402	3 108
Caixa e equivalentes	19	70 266	22 144
Ativos correntes		638 699	637 316
Total do ativo		1 005 684	994 152
Capital próprio			
Capital social	20	133 000	133 000
Reservas e outras	20	352 382	301 515
Resultado líquido do exercício		64 326	74 947
Interesses que não controlam	21	26 948	30 081
Total do capital próprio		576 656	539 543
Passivo			
Dívida remunerada	22	92 192	59 126
Outros passivos financeiros	24	21 436	23 269
Provisões	25	3 349	3 777
Benefícios pós-emprego	26	2 068	1 687
Impostos diferidos	15	50 570	50 370
Passivos não correntes		169 616	138 228
Dívida remunerada	22	88 791	124 108
Fornecedores	23	110 402	132 086
Outros passivos financeiros	24	41 238	43 040
Outros passivos	24	17 216	15 235
Imposto sobre o rendimento	15	1 767	1 911
Passivos correntes		259 413	316 380
Total do passivo e capital próprio		1 005 684	994 152

(Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

milhares de euros

4T20	4T19		Notas	2020	2019
(não auditado)	(não auditado)				
168 692	178 434	Vendas	8	740 113	781 060
-74 786	-79 388	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-350 210	-398 334
-8 308	-7 011	Variação de produção		-13 540	4 652
-28 826	-31 000	Fornecimento e serviços externos	27	-123 200	-124 753
-32 705	-33 391	Gastos com pessoal	28	-138 054	-139 902
1 588	187	Ajustamentos de imparidade de ativos	29	645	-1 194
3 618	2 446	Outros rendimentos e ganhos	30	13 509	10 046
-1 648	-2 358	Outros gastos e perdas	30	-6 752	-6 851
27 626	27 919	Cash-flow operacional corrente (EBITDA corrente)		122 512	124 724
-9 413	-8 843	Depreciações/amortizações	9, 10, 11	-36 547	-35 177
18 213	19 075	Resultados operacionais correntes (EBIT corrente)		85 965	89 547
-4 164	-581	Resultados não recorrentes	31	-5 816	-1 620
-1 002	-891	Gastos financeiros	32	-2 368	-2 177
50	81	Rendimentos financeiros	32	227	81
267	-146	Ganhos (perdas) em associadas e empreendimentos conjuntos	13	2 105	5 581
13 364	17 538	Resultados antes de impostos		80 113	91 412
3 774	4 040	Imposto sobre os resultados	15	-11 502	-11 951
17 138	21 577	Resultado líquido		68 611	79 461
-1 324	-1 039	Interesses que não controlam	21	-4 285	-4 514
15 815	20 538	Resultado líquido atribuível aos acionistas da Corticeira Amorim		64 326	74 947
0,119	0,154	Resultado por ação – básico e diluído (euros por ação)	20	0,484	0,564

(Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

milhares de euros

4T20 (não auditado)	4T19 (não auditado)		Notas	2020	2019
17 138	21 577	Resultado líquido consolidado do período		68 611	79 461
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:					
261	753	Varição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	3	219	206
- 4 216	- 1 019	Varição das diferenças de conversão cambial e outras	20 e 21	- 3 317	624
399	500	Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	13	- 76	- 378
18	- 527	Outro rendimento integral		2	- 832
-3 538	-293	Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		-3 172	-380
13 600	21 284	Total do rendimento integral		65 439	79 081
Atribuível a:					
13 000	20 539	Acionista da Corticeira Amorim		61 638	75 135
600	745	Interesses que não controlam		3 801	3 946

(Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

(Os itens nesta demonstração estão apresentados líquidos de impostos; imposto sobre o rendimento relacionado com as outras componentes do rendimento integral apresentado na nota 1.5)

Demonstração Consolidada dos Fluxos De Caixa

milhares de euros

4T20 (não auditado)	4T19 (não auditado)	Notas	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
186 190	213 768	Recebimentos de clientes	791 945	816 503
-139 095	-162 101	Pagamentos a fornecedores	-591 768	-625 717
-26 791	-37 594	Pagamentos ao pessoal	-129 535	-139 541
20 304	14 073	Fluxo gerado pelas operações	70 642	51 245
-3 473	-6 992	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4 897	-13 361
2 559	27 760	Outros rec./pag.relativos à atividade operacional	54 336	48 885
19 390	34 841	FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	120 081	86 769
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
2 086	-27	Ativos fixos tangíveis	2 873	1 081
-55	66	Investimentos financeiros	441	2 589
252	13	Outros ativos	552	235
11	156	Juros e proveitos relacionados	133	369
175	250	Dividendos	350	500
Pagamentos respeitantes a:				
-6 432	-19 572	Ativos fixos tangíveis	-36 621	-53 048
-1 261	-454	Direitos de uso	-2 180	-1 816
4 852	107	Investimentos financeiros	-200	-12 085
-5 021	-3 246	Ativos intangíveis	-5 890	-4 143
-	145	Aquisição de outros ativos	-16	-
- 5 392	-22 563	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	- 40 557	- 66 319
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
16 693	-8 563	Empréstimos obtidos	66 619	40 000
1 353	-	Subsídios de investimento	5 769	2 682
		Transações com interesses que não controlam	143	
523	791	Outros	2 087	2 931
Pagamentos respeitantes a:				
-15 180	-1 127	Empréstimos obtidos	-68 696	-1 127
-678	-448	Juros e gastos similares	-2 099	-1 940
-7 068	-	Transações com Interesses que não controlam	21 -7 068	-5 042
-	-11 305	Dividendos pagos aos acionistas da Corticeira Amorim	20 -24 605	-35 910
-1 025	-535	Dividendos pagos aos Interesses que não controlam	21 -1 948	-2 182
45	-2 755	Subsídios de investimento	-613	-5 031
-137	-152	Outros	-484	-446
- 5 474	-24 094	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	- 30 896	- 6 065
8 523	-11 816	Variações de caixa e seus equivalentes	48 628	14 385
80	-82	Efeito das diferenças de câmbio	-331	6
-	361	Variação de perímetro	-	361
15 706	-12 451	Caixa e seus equivalentes no início do período	19 -23 988	-38 740
24 309	-23 988	Caixa e seus equivalentes no fim do período	19 24 309	-23 988

(Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

milhares de euros

Capital próprio atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.										
Notas	Capital	Prémios de emissão de ações	Derivados designados como de cobertura	Reservas cambiais	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Saldo a 1 de janeiro de 2019	133 000	38 893	6	-4 060	21 495	199 590	77 389	31 871	498 182
	Afetação do resultado do exercício anterior	20	-	-	-	2 977	74 412	-77 389	-	0
	Dividendos distribuídos	20	-	-	-	-	-35 910	-	-1 901	-37 811
	Alterações de perímetro	21	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	21	-	-	-	-	3 927	-	-3 835	92
	Resultado líquido consolidado do período	20 e 21	-	-	-	-	-	74 947	4 514	79 461
	Variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	3	-	-	206	-	-	-	-	206
	Variação das diferenças de conversão cambial	20 e 21	-	-	-	1 004	-	-	-380	624
	Outro rendimento integral de associadas	13	-	-	-	-1 071	-	693	-	-378
	Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	-644	-	-188
	Rendimentos integrais totais do período		-	-	206	-67	-	49	74 947	3 946
	Saldo a 31 de dezembro de 2019	133 000	38 893	212	-4 127	24 471	242 068	74 947	30 081	539 543
	Saldo a 1 de janeiro de 2020	133 000	38 893	212	-4 127	24 471	242 068	74 947	30 081	539 543
	Afetação do resultado do exercício anterior	20	-	-	-	2 129	72 818	-74 947	-	-
	Dividendos distribuídos	20	-	-	-	-	-24 605	-	-1 948	-26 553
	Alterações de perímetro	21	-	-	-	-	-	-	70	70
	Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	21	-	-	-	-	3 212	-	-5 056	-1 844
	Resultado líquido consolidado do período	20 e 21	-	-	-	-	-	64 326	4 285	68 611
	Variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	3	-	-	219	-	-	-	-	219
	Variação das diferenças de conversão cambial	20 e 21	-	-	-	-3 053	-	-	-264	-3 317
	Outro rendimento integral de associadas	13	-	-	-	-1 863	-	1 787	-	-76
	Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	222	-	222
	Rendimentos integrais totais do período		-	-	219	-4 916	-	2 009	64 326	3 801
	Saldo a 31 de dezembro de 2020	133 000	38 893	431	-9 043	26 600	295 502	64 325	26 948	576 656

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim, designação que poderá também abranger o conjunto da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e suas participadas) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no setor da cortiça.

A atividade da Corticeira Amorim estende-se da aquisição e preparação da cortiça à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A Corticeira Amorim é uma empresa portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as ações representativas do seu capital social de 133 000 000 euros cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, de 67 830 000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51,00% do capital social. A Corticeira Amorim é incluída no perímetro de consolidação da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A. é detida a 100% pela família Amorim.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 29 de março de 2021. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

O ano de 2020 ficou inexoravelmente marcado pela pandemia COVID-19. Neste contexto, a Corticeira Amorim demonstrou uma grande resistência nas suas demonstrações financeiras, conforme pode ser verificado na nota 3 de gestão do risco financeiro.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações, das quais que se apresenta em seguida um resumo.

a. Bases de apresentação

De acordo com o Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), adotadas pela União Europeia, em vigor em 1 de janeiro de 2020. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, têm por base o custo histórico, exceto no caso dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor de acordo com o IFRS 9 e dos ativos não-monetários, que são ajustados pela inflação, da associada localizada na Argentina. As demonstrações financeiras são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidas de acordo com os princípios contabilísticos locais, ajustados no processo de consolidação de modo a que estejam em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia em vigor para períodos iniciados em 1 de janeiro de 2020.

Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

As normas (novas e alterações) que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2020 são as seguintes:

- **IFRS 3 (alteração)**, “Definição de negócio”. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos “testes de concentração” para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração)**, “Reforma das taxas de juro de referência – fase 1”. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração de resultados.

- **IAS 1 e IAS 8 (alteração)**, “Definição de material”. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de “material” e clarifica que a menção a informações pouco claras se refere a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como “atuais e futuros investidores, financiadores e credores” que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Estrutura concetual**, “Alterações na referência a outras IFRS”. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo/passivo e de gasto/rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim.

As normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela União Europeia são as seguintes:

- **IFRS 16 (alteração)**, “Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual/ais o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.
- **IFRS 4 (alteração)**, “Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.
- **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações)**, “Reforma das taxas de juro de referência – fase 2” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

Não são estimados impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim da aplicação destas normas e alterações.

As normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou são as seguintes:

- **IAS 1 (alteração)**, “Apresentação das demonstrações financeiras – classificação de passivos” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um *covenant*. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 16 (alteração)**, “Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37 (alteração)**, “Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão de obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao que a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **Melhorias às normas 2018–2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
- **IFRS 3 (alteração)**, “Referências à Estrutura Conceptual” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e da IFRIC 21, incorridos separadamente *versus* incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- **IFRS 17 (nova)**, “Contratos de seguro” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do

modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. As alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustadas contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

- **IFRS 17 (alteração)**, “Contratos de seguro” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da demonstração de resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

A Corticeira Amorim está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, ou antecipadamente quando permitido.

b. Consolidação

• Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2020, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da Corticeira Amorim e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota 6.

Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

- (a) Poder sobre a investida;
- (b) Exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

- (a) Acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
- (b) Direitos provenientes de outros acordos contratuais; e
- (c) Os direitos de voto existentes e potenciais.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Os saldos e as transações intra-grupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo *goodwill*), passivos, interesses que não controla e outras componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas ao Grupo são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de interesses que não controlam.

Os interesses detidos por pessoas estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das subsidiárias são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do Grupo e inscritos na demonstração de resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

- **Participações financeiras em associadas e entidades controladas conjuntamente**

Empresas associadas são as empresas sobre as quais a Corticeira Amorim exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que, contudo, seja exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente, presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes.

A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e às perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração de resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas Pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto

se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como *goodwill*, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração de resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha "Ganhos (perdas) em associadas" da demonstração de resultados.

Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto (sem manutenção de influência significativa), o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda é reconhecida na demonstração de resultados.

- **Efeito cambial**

Sendo o euro a divisa do país em que está estabelecida a empresa-mãe, e sendo esta a divisa em que são conduzidos cerca de dois terços dos negócios, o euro é considerada a moeda funcional e de apresentação de contas da Corticeira Amorim.

Nas subsidiárias cuja divisa de reporte seja o euro, todos os ativos e passivos expressos noutras divisas foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio das datas de balanço. As diferenças resultantes das taxas de câmbio em vigor nas datas das transações e as das datas das respetivas liquidações ou das datas de balanço foram registadas como ganhos ou perdas do exercício pelo seu valor líquido. Estas diferenças são reconhecidas em resultados operacionais por não terem carácter financeiro.

Os valores dos ativos e dos passivos das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja divisa de reporte seja diferente do euro foram convertidas para euros, utilizando os câmbios das datas de balanço, sendo a conversão dos respetivos rendimentos e gastos feita à taxa média do período.

A diferença cambial resultante desta transposição é registada no capital próprio na rubrica "Diferenças de conversão cambial", parte integrante das "Reservas e outras componentes do capital próprio".

Sempre que uma subsidiária que reporte numa divisa diferente do euro seja alienada ou liquidada o valor da diferença de conversão cambial acumulado em capital próprio é reconhecido na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação ou liquidação.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a economia da moeda na qual as transações da entidade são registadas é considerada hiperinflacionária. Em 2019 e 2020, a Argentina é considerada uma economia hiperinflacionária, portanto a associada localizada neste país reconheceu os ajustes acumulados da inflação.

- **Concentrações de atividades empresariais e *goodwill***

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias da Corticeira Amorim na altura da respetiva aquisição.

No método de aquisição, a diferença entre (i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos é reconhecida, à data da aquisição como *goodwill*, se positiva, ou como ganho, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pela Corticeira Amorim. Para efeitos da determinação do *goodwill*/ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (por exemplo, remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações preexistentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou de outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida, pelo que não afetam a determinação do *goodwill*/ganho da concentração, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.

Na data de aquisição, são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção dos contratos de seguro, que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e as condições à data do início do contrato.

Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada passam a ter de ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, a Corticeira Amorim pode optar por mensurar os interesses que não controlam ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota–parte no justo valor dos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de *goodwill* a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do *goodwill*.

Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que, se tivessem sido conhecidos, teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Considera–se que o *goodwill* tem vida útil indefinida, pelo que não é amortizável, sendo sujeito a testes de imparidade anualmente independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade.

Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o *goodwill* é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada a uma unidade geradora de caixa é alienada, o *goodwill* alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado como base no seu valor relativo.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

Acordo para aquisição de interesses que não controlam

A Corticeira Amorim opta por tratar as múltiplas transações numa concentração de atividades empresariais como aquisições em separado.

Quando existe um acordo para aquisição de participação adicional numa determinada subsidiária e os factos e as circunstâncias indicam que a Corticeira Amorim não detém controlo sobre as ações sujeitas ao acordo, a Corticeira Amorim opta pela abordagem do reconhecimento integral dos interesses que não controlam, na qual os interesses que não controlam continuam a ser reconhecidos em capital próprio até ao momento em que o acordo subsequente é concretizado. O valor reconhecido dos interesses que não controlam altera-se devido a alocação de resultados, variações em outros rendimentos integrais e dividendos declarados no período de reporte, tal como referido na nota acima, alínea b).

Simultaneamente, é registado um passivo financeiro. O passivo financeiro para o acordo é contabilizado em conformidade com o IFRS 9. No reconhecimento inicial, a correspondente contrapartida é efetuada numa rubrica de capital próprio atribuível à empresa-mãe. As alterações subsequentes no valor do passivo financeiro que resultem da remensuração do valor presente de exercício são reconhecidas na demonstração de resultados, no resultado atribuível à empresa-mãe.

Quando o acordo é concretizado, a Corticeira Amorim contabiliza o aumento da sua percentagem de controlo. Simultaneamente, o passivo financeiro é desreconhecido por contrapartida de rubrica de capital próprio atribuível à empresa-mãe que foi inicialmente debitada.

c. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gasto no período em que sejam incorridos.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos são adicionados ao custo destes ativos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que refletem satisfatoriamente a respetiva vida útil esperada:

Número de anos

Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. Os valores residuais e as vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Em caso de perda de imparidade, o valor do ativo fixo tangível é ajustado em consonância, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os ganhos e as perdas registados na venda de um ativo fixo tangível são incluídos no resultado do exercício.

d. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente mensurados ao custo de aquisição. Subsequentemente, são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas.

As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do exercício quando incorridas.

As despesas com o desenvolvimento de projetos só serão capitalizadas a partir do momento em que demonstre a sua viabilidade técnica, a empresa tenha a intenção e a capacidade de o concluir, usar ou vender e que dele se esperem benefícios económicos futuros.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, e registadas a partir do momento em que o ativo se qualifique para o uso pretendido.

Número de anos

Propriedade industrial	10 a 20
Software	3 a 6

As vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos gastos estimados de venda no momento da extração. Os ativos biológicos do Grupo correspondem à cortiça na árvore mensurada ao justo valor.

f. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem o valor de terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

As propriedades de investimento são originalmente registadas ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respetivo período de construção ou instalação. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas de imparidade acumuladas, até ao valor residual.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota dos ativos fixos tangíveis.

As propriedades são desreconhecidas quando alienadas. No momento em que a propriedade de investimento passe a ser utilizada na atividade do Grupo, é reclassificada para ativo fixo tangível. Nos casos em que terrenos e edifícios deixem de estar afetos à atividade do Grupo, será registada uma reclassificação de ativo fixo tangível para propriedade de investimento.

g. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, sendo testados anualmente para imparidade, ou mais frequentemente se existirem eventos ou alterações de circunstâncias que representem indícios de imparidade.

Os ativos sujeitos a depreciação são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Na aferição de imparidade são consideradas fontes quer internas quer externas de informação. São realizados testes se o nível de rentabilidade das unidades geradoras de caixa se apresenta consistentemente abaixo de um limiar mínimo a partir do qual existe risco de imparidade dos ativos. São ainda realizados testes de imparidade sempre que a gestão toma decisões de alterações significativas das operações (por exemplo, descontinuação total ou parcial da atividade).

Os testes de imparidade são realizados internamente. Sempre que são realizados testes de imparidade, os *cash-flows* futuros são descontados a uma taxa específica para a unidade geradora de caixa, a qual contempla o risco do mercado onde ela opera.

O Grupo recorre a peritos externos (avaliadores) apenas para determinar o valor de mercado de terrenos e edifícios em situações de descontinuação das operações, em que os mesmos deixam de ser recuperados pelo uso.

São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo.

As perdas por imparidade, se existentes, são alocadas especificamente aos ativos individuais que integram a unidade geradora de fluxos de caixa.

Os ativos não financeiros, relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas, exceto no caso do *goodwill* cujas imparidades não podem ser revertidas.

h. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através do outro rendimento integral ou ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que a Corticeira Amorim adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Corticeira Amorim adota o expediente prático, a Corticeira Amorim mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Corticeira Amorim adota o expediente prático referido na secção m) são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos "fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros", é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como a Corticeira Amorim gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que a Corticeira Amorim se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital);
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Corticeira Amorim. A Corticeira Amorim mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente;

e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e as perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que a Corticeira Amorim mensura ao custo amortizado incluem essencialmente as contas a receber de clientes e de outros devedores.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

A Corticeira Amorim mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda;

e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não tem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

No reconhecimento inicial, a Corticeira Amorim pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 – Instrumentos financeiros

(divulgação e apresentação) e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são reciclados para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando a Corticeira Amorim beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo não tem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de serem vendidos ou recomprados num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados são apresentados na demonstração da posição financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados.

Esta categoria inclui os derivativos e, quando aplicável, os investimentos em ações cotadas para as quais o Grupo não decidiu irrevogavelmente mensurar ao justo valor através do outro rendimento integral.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo financeiro, um derivativo embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivativo se, e apenas se: i) as características económicas e os riscos do derivativo embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base; ii) um instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido satisfizesse a definição de um derivativo; e iii) o contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor através dos resultados. Derivativos embutidos são mensurados ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. A reavaliação da classificação só é possível quando ou existe uma alteração nos termos contratuais que modifiquem de forma significativa os fluxos de Caixa, ou a reclassificação do ativo financeiro no sentido de deixar de ser classificado na categoria de justo valor através dos resultados.

Um derivativo embutido num contrato híbrido que inclui um contrato de base que contenha um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro do contrato de base e o derivativo embutido são classificados conjuntamente na sua totalidade como ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da demonstração consolidada da posição financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;

ou

- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual a Corticeira Amorim i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido, nos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) a Corticeira Amorim tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e
- A Corticeira Amorim transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Corticeira Amorim não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando a Corticeira Amorim transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Corticeira Amorim continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Corticeira Amorim também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e as obrigações que a Corticeira Amorim reteve.

Se o envolvimento continuado da Corticeira Amorim assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que a Corticeira Amorim pode vir a pagar.

Imparidade de ativos financeiros

A Corticeira Amorim reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que a Corticeira Amorim espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incorridas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses. Para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, a Corticeira Amorim adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. A Corticeira Amorim estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos critérios de incumprimento do sistema de gestão do risco, nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Para os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral, a Corticeira Amorim aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, a Corticeira Amorim avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, a Corticeira Amorim tem em conta o *rating* de crédito do instrumento de dívida.

A Corticeira Amorim considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido a mais de 90 dias. Porém, em certos casos, a Corticeira Amorim pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que a Corticeira Amorim venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Corticeira Amorim incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos incluindo descobertos bancários e subsídios reembolsáveis e derivados.

O grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como *reverse factoring agreements*. Estes acordos não são utilizados para gerir as necessidades de liquidez do grupo na medida em que se mantém o pagamento na data do vencimento das faturas (nessa data, os valores adiantados são pagos à instituição financeira pelo grupo). Por esse motivo, e por não originarem gasto financeiro para o grupo, os valores das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no passivo, na conta de fornecedores, sendo os pagamentos no momento do vencimento tratados como pagamentos operacionais. As operações de *confirming* de fornecedores são classificadas como operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que, no momento de reconhecimento inicial, foram assim designados.

Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos com a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam considerados instrumentos de cobertura eficazes.

Ganhos e perdas em passivos detidos para negociação são registados na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Corticeira Amorim. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Esta categoria geralmente é aplicável às contas a pagar a fornecedores e outros credores, e aos empréstimos, incluindo empréstimos bancários, confirming e descobertos bancários. São também mensurados ao custo amortizado os passivos financeiros relacionados com factoring e locação financeira.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração de resultados.

3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada, se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

4) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Reconhecimento inicial e subsequente

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos *forward* e *swaps* de taxas de câmbio, para cobrir os seus riscos de câmbio. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:

- Cobertura de justo valor, quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso da Corticeira Amorim não registado;
- Cobertura de fluxos de caixa, quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo registado ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável ou o risco de câmbio associado a um compromisso da Corticeira Amorim não registado;
- Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No início da relação de cobertura, a Corticeira Amorim formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou a transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como a Corticeira Amorim avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para a contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- ii) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica;
e
- iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o resultante da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima são contabilizados como se segue:

Cobertura de justo valor

A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registada na demonstração de resultados. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registada como parte do valor contabilístico do item coberto e também é registada na demonstração de resultados.

Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demonstração dos resultados pelo período remanescente da cobertura usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento em que o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto.

Se o item coberto é desreconhecido, o justo valor por amortizar é registado imediatamente na demonstração de resultados.

Quando um compromisso não registado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso da Corticeira Amorim atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registado na demonstração de resultados.

Cobertura de fluxos de caixa

A parcela eficaz do ganho ou da perda no instrumento de cobertura é reconhecida no outro rendimento integral, na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou a perda acumulados no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.

A Corticeira Amorim designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

As quantias acumuladas no outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registado no outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.

Para quaisquer outras coberturas de fluxos de caixa, a quantia acumulada no outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração de resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração de resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração de resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente no outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente, como descrito acima.

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo a cobertura de itens monetários que sejam contabilizados como integrantes do investimento líquido, é contabilizada de modo similar ao da cobertura de fluxos de caixa. Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura relativo à parcela eficaz da cobertura é registada no outro rendimento integral, enquanto os ganhos ou as perdas relativos à parcela ineficaz são registados na demonstração de resultados. No momento da alienação da operação no estrangeiro, o valor acumulado dos ganhos e das perdas contabilizados no capital próprio são transferidos para a demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim não detinha instrumentos de cobertura de um investimento líquido.

i. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo menor dos valores do custo de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respetivo preço de compra adicionado dos gastos suportados direta e indiretamente para pôr o bem no seu estado atual e no local de armazenagem. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta, outros gastos diretos e gastos gerais de produção fixos (com base na capacidade normal de utilização).

As quantidades existentes no final do exercício/período foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição, e as de produtos acabados e em curso, ao custo médio de produção, que inclui os custos diretos de fabrico incorridos nas próprias produções.

Sempre que o valor de realização líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pelas perdas por imparidade em inventários, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

As matérias-primas apresentam, na generalidade dos casos, utilização alternativa sem perda significativa de valor (por exemplo, através de mudanças de calibre, reprocessamento ou utilização como matéria-prima nas restantes unidades). Nestes casos, é feita uma análise específica de imparidade, sendo as situações de imparidade muito reduzidas.

Os produtos intermédios e acabados não são tão suscetíveis de aproveitamento alternativo. Nestes casos, a quantia pela qual se espera que os inventários se venham a realizar é influenciada pela antiguidade desses mesmos inventários. Assim, além da análise específica (forma prioritária de determinação do valor realizável), o Grupo aplica um critério baseado na rotação para estimar a redução de valor esperada destes materiais em função da sua antiguidade.

j. Imposto sobre o rendimento corrente e diferido

Os ativos e passivos de imposto sobre o rendimento corrente são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis fiscais usadas para calcular o valor são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde a Corticeira Amorim opera e gera lucro tributável.

O imposto sobre o rendimento corrente relacionado a itens reconhecidos diretamente no capital próprio é reconhecido nesta rubrica e não na demonstração de resultados. A administração avalia, periodicamente, as

posições assumidas nas declarações de impostos com relação às situações em que a legislação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece as provisões quando apropriado.

O imposto diferido é calculado usando o método da responsabilidade sobre diferenças temporárias entre os montantes tributários dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos para fins de relatório financeiro.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo por imposto diferido surge do reconhecimento inicial do *goodwill*, ou de um ativo ou passivo de uma transação que não é uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afeta nem o lucro ou prejuízo contabilístico nem o fiscal;
- Em relação a diferenças temporárias associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em entidades controladas conjuntamente, quando o momento da reversão das diferenças temporárias possa ser controlada e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e para o reconhecimento futuro de prejuízos fiscais não utilizados. Ativos por impostos diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que estará disponível lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias dedutíveis e o reconhecimento futuro dos prejuízos fiscais, exceto nas seguintes situações:

- Quando o imposto diferido ativo está relacionado com uma diferença temporária dedutível que surge do reconhecimento de um ativo ou passivo de uma transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afeta nem o lucro ou prejuízo contabilístico nem o fiscal;
- Em relação a diferenças temporárias associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e interesses em entidades controladas conjuntamente, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias serão revertidas no futuro previsível e exista lucro tributável disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor dos impostos diferidos ativos é revisto em cada data de reporte e reduzido, na extensão que não é mais provável que esteja disponível lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto diferido ativo. Impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relatório e são reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros permitirão a sua recuperação.

Ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto que se espera que sejam aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data de relato.

O imposto diferido relacionado com itens reconhecidos fora dos lucros ou perdas é reconhecido fora dos resultados. Os impostos diferidos são reconhecidos em correlação com a transação subjacente em outro rendimento integral ou diretamente em capital próprio.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, mas que não satisfazem os critérios para reconhecimento na data da concentração, são reconhecidos posteriormente se surgirem novas informações sobre factos e circunstâncias. O ajuste é tratado como uma redução do *goodwill* (desde que não exceda o *goodwill*) se foi incorrido durante o período de mensuração do *goodwill* ou reconhecido no resultado se posterior.

A Corticeira Amorim compensa ativos e passivos por impostos diferidos se e somente se tiver um direito de os compensar, e os impostos diferidos passivos referem-se a impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendem liquidar passivos e ativos tributários correntes em uma base líquida, ou realizar os ativos e liquidar

os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que montantes significativos de passivos ou ativos por impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

As provisões para contingências fiscais em curso relacionadas com imposto sobre o rendimento são classificadas na rubrica de impostos diferidos. No caso de processos fiscais, são anualmente aumentadas pelo cálculo de juros e coimas definidos por lei.

k. Benefícios a empregados

A generalidade dos empregados portugueses da Corticeira Amorim está abrangida unicamente pelo regime geral da segurança social. Os empregados em subsidiárias estrangeiras ou estão cobertos unicamente por regimes locais de segurança social, ou beneficiam de regimes complementares de contribuição definida e de benefício definido.

No plano de contribuição definida, os contributos são reconhecidos como um gasto com o pessoal quando exigíveis.

A Corticeira Amorim opera planos de pensão de benefício definidos nas subsidiárias Amorim Cork Italia (Trattamento di Fine Rapporto) e Eflverson. O custo de fornecer benefícios no âmbito do plano de benefícios definidos é determinado usando o método de crédito unitário projetado. As remensurações, compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite máximo do ativo, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos e o retorno dos ativos do plano (excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos) são reconhecidos imediatamente na demonstração da posição financeira com um débito ou crédito correspondente aos lucros acumulados no outro rendimento integral no período em que ocorrerem. Remensurações não são reclassificadas para lucros ou perdas em períodos subsequentes.

A Corticeira Amorim reconhece um passivo e o respetivo custo no exercício relativamente aos bónus atribuíveis a um conjunto alargado de quadros. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta não só o cumprimento de objetivos individuais, bem como o cumprimento por parte da Corticeira Amorim de um nível de resultados fixado previamente.

l. Provisões

São reconhecidas provisões quando a Corticeira Amorim tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e é provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

As principais rubricas de provisões foram registadas tendo por base o seu valor nominal. As provisões para processos em curso são anualmente aumentadas pelo cálculo de juros e coimas definidos por lei. Na generalidade dos restantes casos, face à incerteza quanto ao momento do exfluxo de recursos para fazer face à responsabilidade, não é possível estimar fiavelmente o efeito do desconto, o qual não se estima material.

Quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um

passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m. Rédito de contratos com clientes

O rédito de contratos com clientes é registado quando o controlo dos bens e serviços é transferido para os clientes por uma quantia correspondente à retribuição que a Corticeira Amorim espera receber em troca de tais bens ou serviços.

A Corticeira Amorim atua geralmente como “principal” nos seus acordos com clientes, porque tipicamente a Corticeira Amorim controla os bens e serviços antes de os transferir para os clientes.

Os julgamentos mais significativos, estimativas e pressupostos relacionados com o rédito de contratos com clientes encontram-se divulgados na Nota 4.

O rédito da venda de produtos é reconhecido no momento em que o controlo sobre o bem é transferido para o cliente, o que geralmente acontece no momento da entrega do produto. O tempo de crédito concedido varia, não ultrapassando os 90 dias, após a faturação.

Para cada contrato, a Corticeira Amorim avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser alocada. Na determinação do preço da transação, a Corticeira Amorim tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições não-monetárias a receber e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, a Corticeira Amorim estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber em troca da transferência dos bens para o cliente. A componente variável é estimada no início do contrato e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume. Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável.

- Direito de devolução

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolver os produtos num determinado prazo. Tendo em conta a informação histórica, a Corticeira Amorim estima a quantia dos bens que não irão ser devolvidos. A retribuição inclui o rédito sujeito a devolução, porque a Corticeira Amorim estima ser altamente provável que não existirá uma reversão significativa do rédito acumulado se a estimativa de devoluções expectáveis se alterar.

- Descontos de quantidade

A Corticeira Amorim proporciona descontos retrospectivos de volumes a alguns clientes quando uma determinada quantidade de compras em determinado período excede um determinado limite previsto no contrato. Os descontos são registados a crédito da respetiva conta a receber do cliente. Para estimar a retribuição variável associada ao valor esperado de descontos de quantidade a conceder, a Corticeira Amorim baseia-se no historial do cliente.

Os requisitos da IFRS 15 quanto a restringir as quantias de retribuição variável estimada são também aplicáveis, e a Corticeira Amorim regista um passivo relacionado com o valor a conceder de descontos.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, a Corticeira Amorim não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou o serviço é menor do que um ano.

O mesmo acontece quando a Corticeira Amorim recebe adiantamentos de curto prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

Na Unidade de Negócio Revestimentos, a Corticeira Amorim, para determinado tipo de contratos, oferece garantias de bom funcionamento dos seus produtos. Estas garantias de qualidade são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

n. Subsídios governamentais

Os subsídios recebidos referem-se, na generalidade, a investimentos em ativos fixos tangíveis. Se atribuídos a fundo perdido, são considerados como rendimentos a reconhecer quando recebidos, sendo apresentados como outros rendimentos e ganhos na demonstração de resultados durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Se os subsídios forem reembolsáveis, são considerados em outros passivos financeiros seguindo os princípios de reconhecimento e mensuração do IFRS 9.

Os subsídios reembolsáveis que vencem juros a condições “fora de mercado” são mensurados ao justo valor no momento do reconhecimento inicial. Para cada subsídio, a determinação do justo valor no momento inicial corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros associados ao subsídio, descontados à taxa de financiamento do Grupo à data do reconhecimento, para empréstimos de prazos semelhantes.

O diferencial entre o valor nominal e o justo valor no momento inicial está incluído na linha “Subsídios reembolsáveis”, incluída em “Outros passivos financeiros”, sendo posteriormente reconhecida nos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Posteriormente, estes subsídios são mensurados ao custo amortizado.

Os subsídios recebidos são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

o. Direito de uso e locações

A Corticeira Amorim avalia, no início do contrato, se um contrato é ou contém uma locação – ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma retribuição.

A Corticeira Amorim aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, exceto para locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor. A Corticeira Amorim reconhece os passivos de locação correspondentes aos pagamentos a efetuar e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

Direito de uso

Como locatária, a Corticeira Amorim reconhece o direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os direitos de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade, e ajustados para qualquer remensuração dos passivos de locação. O custo do direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos da locação efetuados antes ou depois da data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos. Os direitos de uso são depreciados pelo método das quotas constantes pelo menor entre o prazo do contrato de locação e da vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Número de anos</u>
Terrenos	60
Instalações	3 a 10
Viaturas	3 a 5

Se a propriedade do ativo locado for transferida para a Corticeira Amorim no final do prazo da locação ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada usando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos ao registo de imparidades, de acordo com a política apresentada na nota g) Imparidade de ativos não financeiros.

Passivos de locação

Na data de início da locação, a Corticeira Amorim reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem efetuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou uma taxa, e valores que espera vir a pagar relacionados com garantias relativas ao valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente expectável que será exercida pela Corticeira Amorim, e pagamentos de multas por rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir que a Corticeira Amorim exercerá a opção de rescisão.

Pagamentos de locação variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que ocorre o evento ou a condição que aciona o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Corticeira Amorim usa uma taxa de empréstimo incremental na data de início da locação, porque a taxa de juro implícita na locação não é determinada de forma imediata. Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor dos passivos de locação é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de locação mercantil) ou uma alteração na avaliação sobre o exercício de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os passivos de locação da Corticeira Amorim estão incluídos na dívida remunerada.

Locação de curto prazo e locação de ativos de baixo valor

A Corticeira Amorim aplica a isenção de reconhecimento de locação de curto prazo, ou seja, aqueles que têm um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra.

Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor às locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de locação de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo prazo da locação.

Corticeira Amorim como locadora

As locações nos quais a Corticeira Amorim não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como locação operacionais. O rédito da locação é contabilizado pelo método linear de acordo com os prazos da locação e é incluída no rédito na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e organização de uma locação operacional são adicionados ao valor contabilístico do ativo locado e reconhecidos pelo prazo da locação na mesma base que o rédito. As locações contingentes são reconhecidas como receita no período em que são auferidos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim não tem ativos enquanto locadora.

p. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da Corticeira Amorim, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de "Ações Próprias".

q. Resultados não recorrentes

Os resultados operacionais não recorrentes que, pela sua materialidade ou natureza, possam distorcer o desempenho financeiro da Corticeira Amorim, bem como a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da demonstração consolidada dos resultados por naturezas. Estes resultados incluem, entre outros, gastos de reestruturação, gastos de transação para a aquisição de subsidiárias e gastos no desinvestimento em determinados mercados.

r. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Empréstimos bancários", e os ativos financeiros detidos para negociação.

s. Gastos de empréstimos

O Grupo capitaliza os gastos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo

que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

t. Eventos subsequentes

A Corticeira Amorim reconhece nas demonstrações financeiras os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a data do balanço, incluindo as estimativas inerentes ao processo de preparação das demonstrações financeiras. O Grupo não reconhece os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da Corticeira Amorim está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juro e risco de preço das matéria-primas), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. A propagação da pandemia de COVID-19 e as medidas tomadas para a conter tiveram um impacto significativo nos riscos financeiros aos quais a Corticeira Amorim poderá estar submetida, obrigando ao reforço do seu acompanhamento e controlo.

Risco de mercado

Relativamente ao risco de mercado, embora impactados pela pandemia (risco cambial, de taxa de juro e de preço das matérias-primas), não foram significativamente afetados pelo contexto atual, mantendo-se os procedimentos de acompanhamento relatados em 31 de dezembro de 2019. A volatilidade dos mercados internacionais obriga a um cumprimento escrupuloso dos procedimentos que já estavam definidos, de forma a evitar o eventual impacto de eventos adversos.

a. Risco cambial

A Administração da Corticeira Amorim estabeleceu uma política de cobertura de risco cambial que aponta para uma cobertura total dos ativos resultantes das suas vendas nas principais divisas e dos passivos resultantes das suas compras em USD. Se não existisse a política de cobertura cambial, o aumento do câmbio em USD em 1%, mantendo-se as restantes variáveis constantes, levaria a que o resultado antes de impostos fosse inferior em 1,2 M€. Relativamente às encomendas até 90 dias os responsáveis das Unidades de Negócio decidirão conforme a evolução efetiva dos mercados cambiais. Para as coberturas relativas a encomendas a mais de 90 dias que os responsáveis das UN considerarem relevantes a decisão será do âmbito da Administração da Corticeira Amorim.

Atendendo à relação entre o montante da exposição do grupo a ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira, e aos nocionais das coberturas contratadas, à data de 31 de dezembro de 2020, qualquer variação que tivesse ocorrido no câmbio das principais divisas face ao euro (em particular o USD) não teria efeito material nos resultados consolidados do Grupo. Relativamente ao efeito sobre as encomendas cobertas, este seria registado em capital próprio. Em termos de cobertura de investimento líquido em subsidiárias/associadas, dado a Corticeira Amorim não considerar a realização de coberturas cambiais sobre os mesmos, qualquer variação cambial face aos câmbios de fecho, teria um efeito imediato no valor dos capitais próprios. O valor registado em diferenças de conversão cambial, onde está incluído o efeito da não cobertura destes investimentos, atingiu em 31 de dezembro de 2020 o valor de -9 043 K€ (31 de dezembro de 2019: -4 127 K€).

b. Risco de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2020, do total da dívida remunerada, 68 M€ venciam juros a taxa fixa, dos quais 15 M€ vencer-se-ão em 2024 e 35 M€ em 2025. A 31 de dezembro de 2019, o valor comparativo era de 32,7 M€.

O risco de taxa de juro resulta, essencialmente, dos financiamentos bancários obtidos não correntes a taxa variável e de emissões ao abrigo de um programa de papel comercial.

À data de 31 de dezembro de 2020, se as taxas de juro tivessem sido 0,1 pontos percentuais mais altas, mantendo-se as restantes variáveis constantes, o resultado antes de imposto seria mais baixo em cerca de 186 milhares de euros (150 milhares de euros em 2019) fruto do aumento dos custos financeiros com dívida remunerada a taxa variável.

c. Risco preço matéria-prima

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste fator, a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as atividades da Corticeira Amorim que é a matéria-prima (cortiça) encontra-se reunida numa UN autónoma, o que, entre outros objetivos permite preparar, debater e decidir no seio do Conselho de Administração a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

A equipa de compra de cortiça do Grupo é constituída por um conjunto de pessoas altamente especializadas, atuando essencialmente nos mercados de Portugal, Espanha e Norte de África. O objetivo da equipa de compradores é maximizar a relação qualidade/preço da cortiça comprada e simultaneamente assegurar a compra da quantidade suficiente para o nível de produção desejado.

O mercado de cortiça é um mercado aberto em que o preço é determinado pela lei da oferta e da procura. O preço oferecido pela Corticeira Amorim é determinado negócio a negócio e depende essencialmente da qualidade estimada da cortiça. A Corticeira Amorim não tem capacidade de definir o preço de compra da campanha, sendo este resultado do funcionamento do mercado.

Estando a compra concentrada num determinado período do ano, no qual se garante o abastecimento de matéria-prima para todo o ano seguinte, os preços de venda dos produtos acabados e as margens do negócio são definidos tendo em atenção o custo de aquisição da matéria-prima e a disponibilidade estimada para a companhia anual.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. No contexto da pandemia, na gestão do risco de crédito não existiram alterações significativas dos procedimentos adotados, tendo sido reforçadas as medidas de cobrança que existiam anteriormente. A Corticeira Amorim está atenta à questão das cobranças de contas a receber, mas, num universo de quase 30 000 clientes no globo, o risco está significativamente repartido. O risco de crédito está naturalmente diminuído face à dispersão das vendas por um número muito elevado de clientes, espalhados por todos os continentes, não representando qualquer um mais de 2% das vendas totais.

O risco de crédito cliente é avaliado pelas direções financeiras das empresas operacionais, tendo em conta o historial de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas na rede de negócios da Corticeira Amorim. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

Na generalidade não são exigidas garantias aos clientes. A Corticeira Amorim recorre pontualmente ao seguro de crédito.

O risco de crédito resulta ainda dos saldos de disponibilidades e instrumentos financeiros derivados. A Corticeira Amorim analisa previamente o *rating* das instituições financeiras de modo a minimizar o risco de incumprimento das contrapartes.

O montante máximo do risco de crédito é o que resulta do não recebimento da totalidade dos ativos financeiros (dezembro de 2020: 263 milhões de euros e dezembro de 2019: 220 milhões de euros).

O caixa e equivalentes da Corticeira Amorim encontra-se disperso por mais de 90 subsidiárias. Em 2020 assistiu-se a um aumento significativo desta rubrica, para fazer face ao eventual risco de liquidez (ver ponto seguinte). Ao nível da qualidade de risco de crédito, associada a caixa e equivalentes, em 31 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim selecionou instituições financeiras cujo *rating* não coloca em causa a realização destes ativos. De salientar que, do total de caixa e equivalentes (70 M€), cerca de 46 M€ estão depositados numa instituição financeira (de capital privado) com os seguintes ratings: Moody's – Baa1 / P-2; Fitch– BBB+ / F2.

Risco de Liquidez

O departamento financeiro da Corticeira Amorim analisa regularmente os *cash-flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o Grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às várias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são mantidos em curto prazo. Desta forma, assegura-se a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

Os *cash-flows* não descontados estimados por maturidade contratual para os passivos financeiros são como seguem:

	milhares de euros				
	Ate 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada (Nota 22)	124 108	10 712	31 916	16 498	183 234
Outros passivos financeiros (Nota 24)	43 040	9 558	10 242	3 470	66 310
Fornecedores (Nota 23)	132 086				132 086
Total a 31 de dezembro de 2019	299 234	20 270	42 158	19 968	381 630
Dívida remunerada (Nota 22)	88 791	31 603	23 476	37 113	180 983
Outros passivos financeiros (Nota 24)	41 238	8 272	7 512	5 650	62 674
Fornecedores (Nota 23)	110 402				110 402
Total a 31 de dezembro de 2020	240 431	39 876	30 988	42 763	354 058

A cobertura do risco de liquidez é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito e programas de emissão de papel comercial imediatamente disponíveis, e, eventualmente, pela existência de depósitos bancários. Devido à pandemia de COVID-19, a Corticeira Amorim reforçou as referidas linhas e programas que estavam disponíveis anteriormente e contratou novos financiamentos. Desta forma, a Corticeira Amorim terminou o ano com linhas de crédito e programas de emissão de papel comercial não utilizados num total de 260,9M€ (em 31 de dezembro de 2019, o valor comparável era de 188 M€). Se adicionarmos o caixa e equivalentes, a reserva de liquidez no final de 2020 era de 331,2 M€ (210 M€ em 31 de dezembro de 2019).

Desta forma, não se estima que a pandemia de COVID-19 ponha em causa a liquidez da Corticeira Amorim.

Com base nos fluxos de caixa esperados, a reserva de liquidez, composta no essencial por linhas de crédito não utilizadas, terá a seguinte evolução estimada no exercício de 2021.

milhões de euros	
2021	
Saldo inicial	331
Fluxo das atividades operacionais	128
Pagamentos de investimentos	-37
Pagamentos de juros e dividendos	-26
Pagamentos de imposto sobre o rendimento	-15
Fluxo financeiro (inclui var. linhas de crédito)	-5
Saldo final	376

O fluxo financeiro pressupõe que no final de 2021, o nível de linhas de crédito não utilizadas (260,9 M€) é igual ao do início do ano e o caixa e equivalentes será aproximadamente de 70 M€.

Gestão de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da Corticeira Amorim. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregados no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. A Corticeira Amorim é uma empresa sólida dotada de uma adequada e equilibrada estrutura de capitais, responsável por uma atividade basilar para a sustentabilidade de toda a fileira da cortiça. Sem as rolhas produzidas pela Corticeira Amorim, milhares de caves e engarrafadores não poderiam operar nas mais variadas geografias.

No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas. O indicador utilizado para monitorizar a estrutura de capitais é o rácio de autonomia financeira. A Administração estabelece como alvo um nível não inferior a 40% de autonomia financeira, atendendo às características da empresa e do sector económico em que se enquadra.

A autonomia financeira apresentou a seguinte evolução:

	milhares de euros		
	31 dezembro 2020	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Capital próprio	576 656	539 543	498 234
Ativo	1 005 684	994 152	966 074
Autonomia financeira	57,3%	54,3%	51,6%

Não se estima que eventuais efeitos significativamente adversos da pandemia COVID-19 coloquem em causa a continuidade das operações da Corticeira Amorim.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Grupo mensura parte dos seus ativos e passivos financeiros ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivados estão incluídos nas categorias referidas acima, sendo que os derivados usados pela Corticeira Amorim, não são transacionados em mercado e não têm cotação (derivados negociados *over the counter*).

De acordo com o normativo contabilístico, é estabelecida uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis os dados a utilizar nas técnicas de mensuração pelo justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Dados de Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Dados de Nível 2 – Dados distintos de preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Dados de Nível 3 – Dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo. Durante o exercício, não ocorreram transferências entre os níveis referidos acima.

O valor dos instrumentos financeiros derivados reconhecido na demonstração da posição financeira da Corticeira Amorim, à data de 31 de dezembro de 2020, ascendem a 1 973 K€ no ativo (31/12/2019: 111 K€) e 164 K€ no passivo (31/12/2019: 234 K€), conforme notas 18 e 24.

A Corticeira Amorim recorre a *forwards outright* e opções para cobertura do risco cambial, conforme evidenciado abaixo. Na avaliação dos instrumentos de cobertura do risco cambial, são usadas técnicas de valorização que usam *inputs* observáveis (Nível 2). O justo valor é calculado através de um modelo proprietário da Corticeira Amorim desenvolvido pela Reuters, usando o método dos *cash-flows* atualizados para os *forwards outright*, enquanto, para as opções, é usado o modelo de cálculo Black & Scholes.

O único passivo financeiro com o nível 3 corresponde ao acordo para aquisição da participação adicional em subsidiárias cujas condições estão descritas na nota 24.

Natureza	Hierarquia	Tipo	2020		2019	
			Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
		Cobertura de fluxos de caixa	12 174	576	-	-
		Cobertura de justo valor	26 373	1 436	12 880	111
		Derivados de negociação	-	-40	-	-
	Nível 2 total		38 547	1 973	12 880	111
Ativo total			38 547	1 973	12 880	111
		Cobertura de fluxos de caixa	-	-	24 015	- 272
		Cobertura de justo valor	6 412	- 164	15 333	295
		Derivados de negociação	-	-	-	212
	Nível 2 total		6 412	- 164	39 349	234
		Acordo para aquisição de participação adicional em subsidiária	10 000	- 9 962	15 349	14 963
	Nível 3 total		10 000	- 9 962	15 349	14 963
Passivo total			16 412	- 10 126	54 698	15 197

Os principais inputs utilizados na valorização são: curva de taxas de câmbio *forward* e estimativas de volatilidade das moedas.

Câmbios contratados com instituições de crédito

A 31 de dezembro de 2020, existiam contratos de opções e *forwards outright* relativos a divisas usadas nas transações da Corticeira Amorim distribuídos da seguinte forma:

milhares de euros					
	2020		2019		
USD	34 578	93%	40 986	93%	
ZAR	2 198	6%	2 572	6%	
HUF	299	1%	-	0%	
RUB	-	0%	352	1%	
Contratos <i>forward</i> – posições longas	37 075	100%	43 910	100%	
USD	5 236	98%	1 118	100%	
HUF	100	2%	-	-	
Contratos <i>forward</i> – posições curtas	5 336	98%	1 118	100%	
USD	-	-	7 200	100%	
Opções – posições longas	-	0%	7 200	100%	
USD	2 548	100%	-	-	
Opções – posições curtas	2 548	-	-	-	

É expectável que as transações altamente prováveis em moeda estrangeira que foram alvo de cobertura de risco cambial ocorram durante o primeiro semestre de 2021. O valor reconhecido em capital em "Ajustamentos de Contabilidade de Cobertura" será reconhecido na demonstração de resultados no mesmo período.

A quantia reconhecida no rendimento integral relativa a variações de justo valor de coberturas de fluxos de caixa eficazes foi de 219 K€ (2019: +206 K€).

Relativamente às coberturas de justo valor, durante o exercício de 2019 foram reconhecidos gastos de 2 077 K€ nos instrumentos de cobertura (2019: perda de 1 087 K€) e ganho de 1 697 K€ nos itens cobertos (2019: ganho de 136 K€).

4. ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam a demonstração da posição financeira e os resultados reportados. Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento de eventos passados e/ou presentes e nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

As alterações a essas estimativas que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

As estimativas e os pressupostos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material nos ativos e passivos são apresentados abaixo:

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade dos ativos não correntes, excluindo *goodwill*

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações de efeito adverso no ambiente tecnológico, de mercado, económico e legal, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo. A identificação e avaliação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento pela Administração.

Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com os critérios indicados na Nota 2 b). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, às quais o *goodwill* é atribuído, são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão.

Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que um ativo esteja disponível para uso, e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição destes antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica e/ou outros, é essencial para estabelecer o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração de resultados de cada período.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Corticeira Amorim opera.

Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de *performance* do Grupo no futuro.

Perdas de crédito esperadas

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, através da utilização de uma matriz de cobranças que tem por base o historial de cobranças passadas ajustadas à expectativa futura de evolução das cobranças, para apuramento da taxa de incobrabilidade. As perdas de crédito esperadas das contas a receber são assim ajustadas pela avaliação efetuada, as quais poderão divergir do risco efetivo que se irá incorrer no futuro.

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro com mercado ativo, é aplicado o respetivo preço de mercado. No caso de não existir um mercado ativo, o que se verifica para alguns dos ativos e passivos financeiros da Corticeira Amorim, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros ao justo valor e instrumentos mensurados ao custo amortizado. Os modelos de valorização utilizados com maior frequência são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos são utilizados modelos de valorização mais avançados, contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais o Grupo utiliza o modelo proprietário explicitado na Nota 3.

Rédito – direitos de devolução/descontos de quantidade

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume. Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável. Ao estimar a contraprestação variável, a Corticeira Amorim determinou que o uso de uma combinação do método de quantidade mais provável e do método do valor esperado é o mais apropriado. Antes de incluir qualquer quantia de contraprestação variável no preço da transação, a Corticeira Amorim considera se o valor da contraprestação variável é restrito. A Corticeira Amorim determinou que as estimativas de contraprestação variável não são limitadas com base na sua experiência histórica, previsão de negócios e condições económicas atuais. Além disso, a incerteza sobre a consideração variável será resolvida num curto período de tempo.

5. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

A descrição dos principais elementos do sistema de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas é a que segue.

O processo de preparação da informação financeira está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe no Grupo um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico, implementados ao nível do Grupo Corticeira Amorim. Estes manuais contêm um conjunto de regras e políticas destinadas a garantir que, no processo de preparação da informação financeira, são seguidos princípios homogéneos, e a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por unidade de negócio é avaliada, validada e aprovada pela Direção de cada uma das Unidades de Negócio do grupo.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada ao Conselho Fiscal.

6. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Matérias-Primas		Localização	País	2020	2019
Amorim Natural Cork, S.A.		Vale de Cortiças – Abrantes	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal, S.A.		Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal II, S.A.		Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal III, S.A.		Ponte de Sor	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal Espanha, S.L.		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L.		Cádiz	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.		Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Comatral – C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.		Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira S.A.		Lisboa	PORTUGAL	100%	100%
SIBL – Société Industrielle Bois Liège		Jijel	ARGÉLIA	51%	51%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)		Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnaière		Tabarka	TUNÍSIA	55%	55%
Vatrya – Serviços de Consultadoria, Lda.		Funchal – Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Rolhas					
Amorim Cork, S.G.P.S, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
ACIC USA, LLC		Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Agglotap, S.A.		Girona	ESPAÑA	91%	91%
All Closures In, S.A.		Paços de Brandão	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Cork, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Australasia Pty Ltd.		Adelaide	AUSTRÁLIA	100%	100%
Amorim Bartop, S.A.		Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Champcork, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork América, Inc.		Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Cork Beijing Ltd.		Pequim	CHINA	100%	100%
Amorim Cork Bulgária EOOD		Plovdiv	BULGÁRIA	100%	100%
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co KG		Mainzer	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Cork Espanha, S.L.		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Cork Itália, SPA		Conegliano	ITÁLIA	100%	100%
Amorim Cork South Africa (Pty) Ltd.		Cidade do Cabo	ÁFRICA DO SUL	100%	100%
Amorim France, S.A.S.		Champfleury	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series France, S.A.S.		Merpins	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series, S.A.		Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Top Series Scotland, Ltd		Dundee	ESCÓCIA	100%	100%
Biocape – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	60%	60%
Bouchons Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Chapuis, S.L.		Girona	ESPAÑA	100%	100%
Corchera Gomez Barris	(c)	Santiago	CHILE	50%	50%
Corchos de Argentina, S.A.	(b)	Mendoza	ARGENTINA	50%	50%
Corpack Bourrasse, S.A.	(f)	Santiago	CHILE	80%	70%
Elfverson & Co. AB	(f)	Paryd	SUÉCIA	75%	53%
Equipar, Participações Integradas, Lda.		Coruche	PORTUGAL	100%	100%
S.A.S. Ets Christian Bourassé	(f)	Tosse	FRANÇA	80%	70%
FP Cork, Inc.		Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Francisco Oller, S.A.		Girona	ESPAÑA	94%	94%
Hungarocork, Amorim, RT		Budapeste	HUNGRIA	100%	100%
Indústria Corchera, S.A.	(c)	Santiago	CHILE	50%	50%
Korken Schiesser Ges.M.B.H.		Viena	ÁUSTRIA	69%	69%
Olimpiadas Barcelona 92, S.L.		Girona	ESPAÑA	100%	100%
Portocork América, Inc.		Califórnia	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Portocork France, S.A.S.		Bordéus	FRANÇA	100%	100%
Portocork Internacional, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Portocork Itália, s.r.l		Milão	ITÁLIA	100%	100%
Sagrera et Cie		Reims	FRANÇA	91%	91%
S.A. Oller et Cie		Reims	FRANÇA	94%	94%
S.C.I. Friedland		Céret	FRANÇA	100%	100%
S.C.I. Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Socori, S.A.	(f)	Rio Meão	PORTUGAL	80%	70%
Socori Forestal, S.L.	(f)	Cáceres	ESPAÑA	80%	70%
Société Nouvelle des Bouchons Trescases	(b)	Perpignan	FRANÇA	50%	50%
Trefinos Australia		Adelaide	AUSTRÁLIA	91%	91%
Trefinos Italia, s.r.l		Treviso	ITÁLIA	91%	91%
Trefinos USA, LLC		Fairfield, CA	E. U. AMÉRICA	91%	91%
Trefinos, S.L.		Girona	ESPAÑA	91%	91%
Victor y Amorim, S.L.	(c)	Navarrete – La Rioja	ESPAÑA	50%	50%
Vinolok a.s	(b)	Jablonec nad Nisou	REP. CHECA	50%	50%
Wine Packaging & Logistic, S.A.	(b)	Santiago	CHILE	16%	16%

Empresa	Localização	País	2020	2019
Revestimentos				
Amorim Cork Flooring, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Benelux, BV	Tholen	HOLANDA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH	(a) Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Subertech, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%	100%
Amorim Flooring Austria GesmbH	Viena	ÁUSTRIA	100%	100%
Amorim Flooring Investments, Inc.	Hanover – Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring North America Inc.	Hanover – Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring Rus, LLC	Moscovo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Flooring Sweden AB	Möndal	SUÉCIA	84%	84%
Amorim Flooring UK, Ltd.	Manchester	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Japan Corporation	Tóquio	JAPÃO	100%	100%
Cortex Korkvertriebs, GmbH	Fürth	ALEMANHA	100%	100%
Dom Korkowy, Sp. Zo. O.	(c) Cracóvia	POLÓNIA	50%	50%
Korkkitrio Oy	Tampere	FINLÂNDIA	51%	51%
Timberman Denmark A/S	(g) Hadsund	DINAMARCA	100%	100%
Aglomerados Compósitos				
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim (UK), Ltd.	Horsham West Sussex	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Cork Composites, LLC	São Petersburgo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Cork Composites, GmbH	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Cork Composites, Inc.	Trevor – Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH	(a) Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, S.A.	Corroios	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Sports, Lda.	(e) Mozelos	PORTUGAL	70%	100%
Amosealtex Cork Co., Ltd.	(b) Xangai	CHINA	50%	50%
Chinamate (Shaanxi) Natural Products Co., Ltd.	Shaanxi	CHINA	100%	100%
Chinamate Development Co. Ltd.	Hong Kong	CHINA	100%	100%
Compruss – Investimentos e Participações, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corkeen Europe	(d) Mozelos	PORTUGAL	85%	–
Corkeen Global	(d) Mozelos	PORTUGAL	100%	–
Corticeira Amorim – France, SAS	Lavardac	FRANCE	100%	100%
Florconsult – Consultoria e Gestão, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Postya – Serviços de Consultadoria, Lda.	Funchal – Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Isolamentos				
Amorim Cork Insulation, S.A.	Vendas Novas	PORTUGAL	100%	100%
Holding Cortiça				
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Ginpar, S.A. (Générale d’ Invest. et Participation)	Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Ventures, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corecochic – Corking Shoes Investments, Lda.	(b) Mozelos	PORTUGAL	50%	50%
Grówancork – Estruturas isoladas com cortiça, Lda.	(h) Mozelos	PORTUGAL	75%	25%
TDCork – Tapetes Decorativos com Cortiça, Lda.	(b) Mozelos	PORTUGAL	25%	25%
Soc. Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.	Montijo	PORTUGAL	100%	100%

(a) – Juridicamente são uma só empresa: Amorim Deutschland, GmbH.

(b) – Consolida pelo método de equivalência patrimonial.

(c) – Consolida pelo método integral porque a administração da Corticeira Amorim detém direta ou indiretamente, o controlo da gestão operacional da entidade.

(d) – Empresa constituída em 2020.

(e) – Diminuição da percentagem de interesse.

(f) – Aumento da percentagem de interesse.

(g) – Percentagem de participação de 80% sendo reconhecida uma percentagem de interesse de 100% em resultado de acordos de *put e call options* sobre a restante participação.

(h) – Consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial até 2019 e pelo método integral em 2020.

As percentagens indicadas são as percentagens de interesses e não de controlo.

Para as entidades consolidadas pelo método integral, a percentagem dos direitos de voto detidos por interesses que não controlam é igual à percentagem de detenção de capital social.

7. CÂMBIOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Câmbios de consolidação		Taxa de fecho 31/dez/20	Taxa média jan-dez 20	Taxa média jan-dez 19	Taxa de fecho 31/dez/19
Peso argentino	ARS	102,687	80,877	53,851	67,103
Dólar australiano	AUD	1,590	1,655	1,611	1,600
Lev búlgaro	BGN	1,956	1,956	1,956	1,956
Real brasileiro	BRL	6,374	5,894	4,413	4,516
Dólar canadiano	CAD	1,563	1,530	1,485	1,460
Franco suíço	CHF	1,080	1,071	1,112	1,085
Peso chileno	CLP	866,820	902,158	786,305	842,430
Renminbi	CNY	8,023	7,875	7,735	7,821
Coroa checa	CZK	26,242	26,455	25,670	25,408
Coroa dinamarquesa	DKK	7,441	7,454	7,466	7,472
Dinar argelino	DZD	160,674	144,517	133,320	133,159
Euro	EUR	1,000	1,000	1,000	1,000
Libra esterlina	GBP	0,899	0,890	0,878	0,851
Dólar de Hong Kong	HKD	9,468	8,855	8,769	8,733
Forint húngaro	HUF	363,890	351,249	325,297	330,530
Iene	JPY	126,490	121,846	122,006	121,940
Dírrã marroquino	MAD	10,872	10,817	10,759	10,721
Zloty polaco	PLN	4,560	4,443	4,298	4,257
Rublo russo	RUB	91,467	82,725	72,365	69,452
Coroa sueca	SEK	10,034	10,485	10,589	10,447
Dinar tunisino	TND	3,290	3,195	3,277	3,126
Lira turca	TRL	9,113	8,055	6,358	6,684
Dólar americano	USD	1,227	1,142	1,119	1,123
Rand	ZAR	18,022	18,765	16,176	15,777

8. RELATO POR SEGMENTOS

A Corticeira Amorim está organizada nas seguintes Unidades de Negócio: Matérias-Primas, Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

Não existem diferenças entre a mensuração de lucros e prejuízos e ativos e passivos dos segmentos relatáveis, associadas a diferenças de políticas contabilísticas ou políticas de imputação de custos suportados centralmente ou ativos e passivos utilizados conjuntamente.

Para efeitos do relato por segmentos, foi eleito como segmento principal o segmento das Unidades de Negócio (UN), já que corresponde totalmente à organização do negócio, não só em termos jurídicos como em termos da respetiva análise e monitorização. As UN correspondem aos segmentos operacionais, e o reporte por segmentos foi apresentado de acordo com a forma como os mesmos são analisados pelo Conselho de Administração da Corticeira Amorim no seu processo de tomada de decisões.

No quadro seguinte apresenta-se os principais indicadores correspondentes ao desempenho de cada uma das referidas UN, bem como a reconciliação, sempre que possível, para os indicadores consolidados:

milhares de euros

2020	Matérias-Primas	Rolhas	Revestimentos	Compósitos	Isolamentos	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Vendas clientes exterior	11 234	516 595	109 172	92 772	10 218	124	-	740 113
Vendas outros segmentos	168 738	10 747	2 924	2 413	2 119	5 795	- 192 737	-
Vendas Totais	179 972	527 341	112 096	95 185	12 337	5 919	- 192 737	740 113
EBITDA corrente	15 493	97 253	1 837	8 342	877	- 2 674	1 384	122 512
Ativo não corrente	38 545	206 705	36 882	47 500	4 619	1 722	31 013	366 986
Ativo corrente	167 081	309 193	68 118	51 584	9 209	49 823	- 16 309	638 699
Passivo	42 565	142 403	41 736	28 726	2 290	14 015	157 293	429 029
Investimento tangível e intangível	5 232	27 203	3 300	5 514	979	443	-	42 670
Depreciações	- 4 083	- 22 212	- 6 174	- 3 487	- 496	- 95	-	- 36 547
Ganhos (perdas) em associadas	-	2 111	0	3	-	- 9	-	2 105
2019	Matérias-Primas	Rolhas	Revestimentos	Compósitos	Isolamentos	 Holding	 Ajustamentos	 Consolidado
Vendas clientes exterior	14 798	549 196	106 025	99 241	11 753	47	-	781 060
Vendas outros segmentos	189 993	9 891	2 606	5 244	2 401	4 360	- 214 495	-
Vendas Totais	204 791	559 087	108 631	104 484	14 154	4 407	- 214 495	781 060
EBITDA corrente	18 109	101 056	- 2 515	12 389	222	- 3 023	- 1 514	124 724
Ativo não corrente	37 410	198 534	38 021	45 649	4 180	1 553	31 488	356 836
Ativo corrente	188 400	331 926	61 904	55 844	9 832	183	- 10 773	637 316
Passivo	44 398	159 814	42 698	35 274	2 264	9 431	160 729	454 609
Investimento tangível e intangível	8 847	33 529	4 873	10 910	451	143	-	58 752
Depreciações	- 3 795	- 21 257	- 6 207	- 3 259	- 544	- 115	-	- 35 177
Ganhos (perdas) em associadas	-	2 551	2 874	166	-	- 10	-	5 581

Ajustamentos = Eliminação inter-segmentos e valores não alocados a segmentos.

EBITDA = Resultado antes de depreciações, custos de financiamento líquido, interesses que não controlam e imposto sobre rendimento e resultados não recorrentes.

Foram considerados como únicos gastos que não implicam desembolsos materialmente relevante o valor das provisões e ajustamentos de imparidades de ativos.

A opção pela divulgação do EBITDA permite uma melhor comparação do desempenho das diferentes Unidades de Negócio, dado as estruturas financeiras não homogéneas apresentadas pelas diferentes Unidades de Negócio. Este tipo de divulgação é também coerente com a distribuição de funções existentes, já que tanto a função financeira, no sentido estrito de negociação bancária, como a função fiscal, utilização de instrumentos como, por exemplo, o RETGS, são da responsabilidade da *Holding*.

A UN Rolhas tem nas diferentes famílias de rolhas o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados. De destacar nos mercados tradicionais, a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Nos novos mercados do vinho o destaque vai para os EUA, a Austrália, o Chile, a África do Sul e a Argentina.

A UN Matérias-Primas é de longe a mais integrada no ciclo produtivo da Corticeira Amorim, sendo mais de 90% das suas vendas dirigidas para as outras UN; de destacar as vendas de prancha e discos para a UN Rolhas.

As restantes Unidades de Negócio produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria-prima sobrança da produção de rolhas, bem como a matéria-prima cortiça que não é suscetível de ser utilizada na produção de rolhas. De destacar como produtos principais os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerado expandido para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado bem como os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champanhe.

Os principais mercados dos Revestimentos e dos Isolamentos concentram-se na Europa e os dos Aglomerados Compósitos nos EUA. Todas as Unidades de Negócio realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores e pela qual são canalizados cerca de 70% das vendas consolidadas.

Os investimentos do exercício concentraram-se na sua quase totalidade, em Portugal. Os ativos no estrangeiro atingem cerca de 361 M€ e são compostos na sua grande maioria pelo valor de inventários (131 M€), clientes (111 M€) e ativo fixo tangível (69 M€).

Dos ativos não correntes, há a destacar o valor de 215 M€ (2019: 208 M€) de ativos fixos tangíveis, 5,4 M€ (2019: 5,4 M€) de propriedades de investimento, 10,4 M€ (2019: 7,6 M€) de ativos intangíveis e 0,1 M€ (2019: 0,1 M€) de outros ativos financeiros, localizados em Portugal.

Distribuição das vendas por mercado

milhares de euros

Mercados	2020		2019	
União Europeia	477 744	64,6%	512 289	65,6%
dos quais: Portugal	44 753	6,0%	54 736	7,0%
Resto da Europa	28 777	3,9%	31 321	4,0%
EUA	138 131	18,7%	135 814	17,4%
Resto da América	47 660	6,4%	46 976	6,0%
Austrália/ Ásia	37 530	5,1%	42 026	5,4%
África	10 271	1,4%	12 634	1,6%
TOTAL	740 113	100%	781 060	100%

O valor das vendas diz respeito na sua totalidade, tal como em 2019, a contratos abrangidos pela IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

milhares de euros

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Ativos fixos tangíveis
Valores brutos	273 001	429 431	35 482	40 365	778 279
Depreciações e ajustamentos	- 163 982	- 326 056	- 30 777	-	- 520 815
Abertura (1 de janeiro de 2019)	109 019	103 375	4 705	40 365	257 464
Aumento	11 362	22 981	3 139	15 085	52 567
Depreciações/ imparidades	- 5 834	- 23 845	- 2 235	-	- 31 914
Diminuições–Alienações–Abates	- 70	- 736	- 11	- 30	- 847
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	1 470	23 348	1 300	- 24 989	1 129
Diferenças de conversão	160	52	3	- 15	200
Valores brutos	282 493	469 983	38 047	30 416	820 940
Depreciações e ajustamentos	- 166 386	- 344 808	- 31 146	-	- 542 340
Fecho (31 de dezembro de 2019)	116 107	125 175	6 901	30 416	278 600
Valores Brutos	282 493	469 983	38 047	30 416	820 940
Depreciações e Ajustamentos	- 166 386	- 344 808	- 31 146	-	- 542 340
Abertura(1 de janeiro de 2020)	116 107	125 175	6 901	30 416	278 600
Aumento	8 645	18 227	1 354	8 394	36 621
Depreciações/ imparidades	- 5 783	- 24 441	- 1 848	-	- 32 072
Diminuições–Alienações–Abates	- 317	- 1 051	- 387	- 159	- 1 914
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	508	12 600	778	- 12 096	1 790
Diferenças de conversão	- 1 065	- 216	- 48	- 20	- 1 349
Valores brutos	291 734	485 471	38 207	26 536	841 948
Depreciações e ajustamentos	- 173 640	- 355 176	- 31 456	0	- 560 272
FECHO (31 de dezembro de 2020)	118 094	130 296	6 751	26 536	281 676

As perdas de imparidade reconhecidas em 2019 e 2020 tiveram como contrapartida a linha de depreciações/amortizações na demonstração consolidada dos resultados por naturezas.

Os dispêndios para colocar os ativos na localização e condição necessárias reconhecidos na quantia escriturada de ativos fixos tangíveis não tiveram qualquer representatividade

Durante o período, não foram capitalizados juros.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS E *GOODWILL*

milhares de euros		
	Ativos Intangíveis	<i>Goodwill</i>
Valores brutos	14 424	14 090
Depreciações e ajustamentos	- 6 839	- 103
Abertura (1 de janeiro de 2019)	7 585	13 987
Aumento	4 615	98
Depreciações/ imparidades	- 1 043	-
Diminuições–Alienações–Abates	- 20	-
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	- 287	-
Diferenças de conversão	2	- 341
Valores brutos	18 613	13 847
Depreciações e ajustamentos	- 7 761	- 103
Fecho (31 de dezembro de 2019)	10 852	13 744
Valores brutos	18 613	13 847
Depreciações e ajustamentos	- 7 761	- 103
Abertura (1 de janeiro de 2020)	10 852	13 744
Aumento	7 662	-
Depreciações/ imparidades	- 1 894	-
Diminuições–Alienações–Abates	64	-
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	- 489	- 152
Diferenças de conversão	- 24	154
Valores brutos	25 934	13 849
Depreciações e ajustamentos	- 9 764	- 103
Fecho (31 de dezembro de 2020)	16 170	13 746

Os ativos intangíveis incluem essencialmente *software*, projetos de desenvolvimento autónomo de produtos e soluções inovadoras.

Com exceção do *goodwill*, não existem ativos intangíveis de vida indefinida.

Detalhe do *goodwill* conforme o seguinte quadro:

milhares de euros

2019	Abertura	Aumento	Diminuição	Reclassifi- cação	Diferenças de conversão	Fecho
Bourrassé	9 745					9 745
Elfverson	4 242				- 341	3 901
Korkkitrio	-	98				98
Goodwill	13 987	98	-	-	- 341	13 744

milhares de euros

2020	Abertura	Aumento	Diminuição	Reclassific ação	Diferenças conversão	Fecho
Bourrassé	9 745					9 745
Elfverson	3 901			- 152	154	3 903
Korkkitrio	98					98
Goodwill	13 744	-	-	- 152	154	13 746

Conforme referido na alínea b) da Nota 2, os testes de imparidade são realizados anualmente. Foram projetados *cash-flows*, tendo por base o orçamento e os planos aprovados pela gestão. Os pressupostos de crescimento tiveram em atenção o crescimento esperado para o mercado do vinho, champanhe e espumante, bem como a evolução da quota de mercado das subsidiárias neste negócio. Nos testes foram utilizadas taxas de crescimento do *cash-flow* operacional de 15% e 31%, para o período 2021–2023, e de 1,6% e 1,8% para os exercícios seguintes, na Bourrassé e Elfverson, respetivamente. A taxa de desconto utilizada foi de 6,98%.

Relativamente ao exercício anterior verificou-se uma redução da diferença positiva entre o valor recuperável e o valor contabilístico do *goodwill* e dos ativos alocados à Bourrassé e Elfverson. Esta redução resulta da revisão das perspetivas de crescimento no contexto da pandemia de COVID-19. Ainda assim, o resultado dos testes de imparidade mostra que os valores recuperáveis são suficientemente superiores aos valores contabilísticos, mesmo no caso de evoluções desfavoráveis nas principais variáveis. Somente num cenário de diminuição de cerca de 15% das vendas previstas nos planos de negócio começaria a Corticeira Amorim a reconhecer perdas de imparidade no *goodwill* registado.

11. DIREITO DE USO

	milhares de euros
	Direito de uso
Valores brutos	9 560
Depreciações e ajustamentos	- 3 402
Abertura (1 de janeiro de 2019)	6 158
Aumento	1 967
Depreciações/ imparidades	- 2 087
Diminuições–Alienações–Abates	–
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	–
Diferenças de conversão	–
Valores brutos	10 187
Depreciações e ajustamentos	-4 150
Fecho (31 de dezembro de 2019)	6 037
Valores brutos	10 187
Depreciações e ajustamentos	- 4 150
Abertura (1 de janeiro de 2020)	6 037
Aumento	2 167
Depreciações/ imparidades	- 2 253
Diminuições–Alienações–Abates	–
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	287
Diferenças de conversão	4
Valores brutos	11 531
Depreciações e ajustamentos	-5 289
Fecho (31 de dezembro de 2020)	6 241

Nas depreciações do direito de uso, estão incluídas as locações anteriormente classificadas como financeiras e incluídas em ativos fixos tangíveis.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	milhares de euros
	Propriedades de investimento
Valores brutos	22 071
Depreciações e ajustamentos	- 16 589
Abertura (1 de janeiro de 2019)	5 481
Aumento	0
Depreciações/ imparidades	- 71
Diminuições–Alienações–Abates	- 24
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	0
Diferenças de conversão	0
Valores brutos	22 116
Depreciações e ajustamentos	- 16 730
Fecho (31 de dezembro de 2019)	5 387
Valores brutos	22 116
Depreciações e ajustamentos	- 16 730
Abertura (1 de janeiro de 2020)	5 387
Aumento	5
Depreciações/ imparidades	- 113
Diminuições–Alienações–Abates	0
Reclass. / Out. Movim. / Ajust.	124
Diferenças de conversão	0
Valores brutos	22 121
Depreciações e ajustamentos	- 16 718
Fecho (31 de dezembro de 2020)	5 403

O valor de 5 403 K€ em propriedades de investimento (31 dezembro de 2019: 5 387 K€) refere-se no essencial a terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

O justo valor das propriedades de investimento no caso dos terrenos e edifício de Corroios (determinado com base numa avaliação independente) é próximo do valor registado na contabilidade. Esta rubrica inclui ainda um imóvel (Interchampagne com valor de 1 358 K€) com uma avaliação que suporta o valor contabilístico. No final do ano, a gestão fez uma análise a estas avaliações tendo considerado que estas se mantinham atualizadas. As restantes propriedades de investimento incluem um imóvel com valor contabilístico de 872 K€ cujo rendimento, atualizado a uma WACC de mercado, corresponderá aproximadamente ao valor pelo qual estão registadas (modelo de custos) nas demonstrações financeiras.

Estas propriedades não estão a gerar rendimentos, e os gastos de conservação e reparação são insignificantes.

13. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

milhares de euros

	2020	2019
Saldo inicial	22 366	9 537
Entradas / Saídas	–	11 000
Resultados	2 105	2 708
Dividendos	– 350	– 500
Diferenças de conversão cambial	– 1 863	– 1 071
Outros	1 789	693
Saldo final	24 046	22 366
Equivalência patrimonial	2 105	2 708
Ganho de alienação das associadas	0	2 874
Ganhos (perdas) em associadas e empreendimentos conjuntos	2 105	5 581

As associadas e empreendimentos conjuntos são entidades através das quais o Grupo atua nos mercados onde estão sediadas, funcionando como canais de distribuição de produtos. A rubrica outros diz respeito essencialmente à aplicação da norma das economias hiperinflacionárias à subsidiária Corchos de Argentina.

O ganho na alienação de associadas no período de 2019 diz respeito ao reconhecimento final do valor contingente a receber pela alienação da US Floors, ocorrida em 2016.

Os valores contabilísticos são assim discriminados por subsidiária:

milhares de euros

	2020			
	Quota-parte nos ativos líquidos	Goodwill implícito	Total	Contributo p/ resultado
Trescases (50%)	5 041	1 715	6 756	656
Wine Packaging & Logistic (50%)	1 270	–	1 270	50
Corchos Argentina (50%)	3 516	–	3 516	224
Vinolok (50%)	12 099	–	12 099	1 181
Outros	404	–	404	– 6
Saldo final	22 331	1 715	24 046	2 105

292

	2019			
	Quota-parte nos ativos líquidos	Goodwill implícito	Total	Contributo p/ resultado
Trescases (50%)	4 735	1 715	6 450	1 250
Wine Packaging & Logistic (50%)	1 254	–	1 254	–
Corchos Argentina (50%)	2 986	–	2 986	1 153
Vinolok (50%)	11 266	–	11 266	149
Outros	410	–	410	156
Saldo final	20 651	1 715	22 366	2 708

Apresenta-se de seguida um sumário das respetivas informações financeiras:

2020	Trescases	Corchos Argentina	Vinolok	Wine Packaging & Logistic
	K €	K ARS	K CZK	K CLP
Ativo corrente	25 369	ND	334 191	838 109
Ativo não corrente	1 387	ND	453 160	6 526 874
Ativo	26 756	ND	787 352	7 364 983
Capital próprio	11 496	736 263	583 424	3 336 201
Passivo corrente	9 260	ND	69 062	1 328 782
Passivo não corrente	6 000	ND	83 333	2 700 000
Vendas	36 097	ND	397 902	2 476 983
Resultado operacional	1 520	ND	64 962	449 180
Resultado líquido	1 083	40 819	62 506	146 780
Rendimento integral	1 083	40 819	62 506	146 780

2019	Trescases	Corchos Argentina (*)	Vinolok	Wine Packaging & Logistic
	K €	K ARS	K CZK	K CLP
Ativo corrente	22 391	462 747	231 242	1 746 947
Ativo não corrente	1 256	65 215	544 155	6 792 747
Ativo	23 647	527 962	775 397	8 539 694
Capital próprio	11 113	438 863	572 451	3 241 879
Passivo corrente	12 534	85 341	102 946	1 997 815
Passivo não corrente	–	3 758	100 000	3 300 000
Vendas	36 007	540 373	146 232	2 773 265
Resultado operacional	1 815	234 120	5 313	756 816
Resultado líquido	1 255	175 122	6 833	396 343
Rendimento integral	1 255	175 122	6 833	396 343

ND – Demonstrações financeiras da associada não estavam finalizadas na data da aprovação das contas consolidadas

(*) – Valores estatutários finais após apuramento do ajustamento da hiperinflação que não estava disponível no fecho de contas de 2019

A informação da demonstração de resultados da Vinolok de 2019 corresponde ao período de julho a dezembro, uma vez que a participação só foi adquirida no final do primeiro semestre de 2019.

Além das associadas e empreendimentos conjuntos detalhadas acima, o Grupo tem influência significativa num conjunto de outras sociedades consideradas imateriais e cujo conjunto de ativos, passivos e volume de negócio também são de reduzida materialidade.

14. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos incluídos na rubrica de outros ativos financeiros (31 de dezembro de 2020: 1 603K€, 31 de dezembro de 2019: 1 550 K€) referem-se a ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo essencialmente instrumentos de capital próprio. São mensurados ao justo valor e, quando se estima que não existem diferenças significativas face ao custo, este é mantido. Os ativos foram adquiridos com a finalidade principal de venda ou revenda, consoante o caso, e em determinados casos assegurando a manutenção e sobrevivência de entidades que a Corticeira Amorim considera parceiras para o seu negócio. A gestão efetiva das operações e ativos subjacentes continua a ser assegurada exclusivamente pelos parceiros, servindo a participação financeira como mera “garantia” da recuperabilidade do investimento efetuado.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS / IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO / IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

- **Imposto sobre o rendimento corrente e imposto sobre o rendimento - taxa efetiva**

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de impostos diferidos e ascende a 279 K€ (31 de dezembro de 2019: 1331 K€).

O efeito na demonstração da posição financeira consolidada provocado por esta diferença ascende no ativo a 14 672 K€ (31 de dezembro de 2019: 14 396 K€) e no passivo a 50 570 K€ (31 de dezembro de 2019: 50 370 K€).

Na sequência da entrada em vigor da IFRIC 23, a partir de 2019 a rubrica de impostos diferidos passivos passou a incluir as provisões para contingências fiscais no valor de 43 332 K€ (31 de dezembro de 2019: 42 694 K€). Em setembro de 2019, o IFRS Interpretations Committee publicou um documento em que concluía que uma empresa é obrigada a apresentar passivos relativos a incertezas quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento em imposto corrente ou imposto diferido. A Corticeira Amorim considera que, tendo em conta o tratamento anterior (em que estes passivos eram apresentados como não correntes) e o facto de estes não virem a implicar uma transferência de recursos económicos no curto prazo, seria mais adequada a sua apresentação na rubrica de impostos diferidos.

O valor do imposto diferido relacionado com itens registados diretamente em capital próprio foi de -38 K€ (saldo devedor) e refere-se a registos de contabilidade de cobertura. Não houve outros registos de imposto referentes a outras movimentações de capital próprio.

É convicção da Administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de impostos diferidos ativos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

	milhares de euros	
	2020	2019
Ajustamentos de inventários e terceiros	7 637	6 760
Prejuízos fiscais	2 177	2 650
Ativos fixos tangíveis / intangíveis / prop. de invest.	1 049	1 102
Outras dif. temporárias dedutíveis	3 809	3 884
Impostos diferidos – ativos	14 672	14 396
Ativos fixos tangíveis	4 613	4 217
Outras diferenças temporárias tributáveis	2 624	3 459
Contingências fiscais	43 332	42 694
Impostos diferidos – passivos	50 570	50 370
Imposto corrente do exercício	- 11 781	- 13 283
Imposto diferido do exercício	279	1 331
Imposto sobre o rendimento	- 11 502	- 11 951

A diferença entre a variação ocorrida na posição financeira (líquida de 77 K€) e o valor reconhecido na demonstração de resultados (279 K€) é justificada pelo efeito cambial nos saldos de balanço das subsidiárias não euro e pela variação do valor de impostos diferidos relativo a outros rendimentos integrais de 38 K€ (crédito).

No quadro seguinte, pretende-se explicar a taxa de imposto efetiva contabilística partindo da taxa a que estão sujeitas a generalidade das empresas portuguesas:

Reconciliação da taxa de imposto	2020	2019
Taxa genérica de imposto	21,0%	21,0%
Efeito do imposto adicional em Portugal	4,7%	4,3%
Efeito dos benefícios fiscais	-5,1%	-6,1%
Efeito da provisão para contingências	-3,4%	-3,0%
Efeito da custos e proveitos não fiscais	0,1%	0,1%
Efeito das taxas de tributação diferente (subsidiárias estrangeiras)	0,5%	0,5%
Efeito do reconhecimento / não reconhecimento de impostos diferidos (subsidiárias estrangeiras)	0,0%	-0,3%
Equivalência patrimonial	-0,6%	-0,6%
Efeito rem. conv. cap social subsidiarias	0,0%	-0,6%
Efeito do excesso estimativa de imposto e outras	-2,8%	-2,3%
Taxa de imposto efetiva contabilística (1)	14,4%	13,1%

(1) IRC sobre res. antes de impostos

Durante o exercício foi pago o montante de 6,4 M€ (2019: 13,4 M€) relativo ao imposto sobre o rendimento. Nas subsidiárias em Portugal, verificou-se um recebimento de 15K€, principalmente devido ao recebimento de parte dos pagamentos por conta do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades efetuado em 2019 (9,5 M€) que foram superiores ao imposto apurado no exercício que terminou em 2019. Em termos de imposto sobre o rendimento, a diminuição da taxa efetiva foi essencialmente influenciada pela reversão de provisões para benefícios fiscais.

A Corticeira Amorim e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas, a partir de 1 de janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. A opção pela aplicação daquele Regime Especial é automaticamente prorrogável por períodos de um ano, exceto em caso de renúncia.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Corticeira Amorim e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, nos termos gerais.

A Administração da Corticeira Amorim e das empresas filiais entende que, quanto às correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período.

A taxa de imposto aplicável às subsidiárias portuguesas é de 21%.

A atividade das subsidiárias do Grupo localizadas fora de Portugal está sujeita ao regime geral de tributação nos respetivos países e Estados. Durante o exercício de 2020, não ocorreram alterações significativas na taxa de imposto aplicável às subsidiárias nos países nos quais o Grupo tem operações relevantes.

O único valor de imposto diferido relacionado com itens creditados/debitados diretamente em capital próprio é relativo ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura e ascende a -38 K€ (-36 K€ em 2019).

O valor de impostos diferidos, excluindo contingências fiscais, é essencialmente relativo a diferenças temporárias realizáveis no curto prazo. A recuperação dos ativos por impostos assenta em perspetivas futuras que preveem taxas de rentabilidade normais para as empresas e crescimentos em linha com os das Unidades de Negócios.

Os reportes fiscais existentes são relativos a subsidiárias estrangeiras. O valor total de reportes eleva-se a 16,1 M€, dos quais se considera como de utilização previsível cerca de 9,6 M€. Este reporte tem prazo de utilização para além de 2023.

Montante de impostos relacionado com as outras componentes do rendimento integral:

	milhares de euros		
	2020		
	antes de impostos	Impostos	Líquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	257	- 38	219
Varição das diferenças de conversão cambial	- 3 317	-	- 3 317
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	- 76	-	- 76
Outras variações	2	-	2
Outros rendimentos integrais	- 3 134	- 38	- 3 172

	2019		
	Antes de impostos	Impostos	Líquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados	242	- 36	206
Varição das diferenças de conversão cambial	624	-	624
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	- 378	-	- 378
Outras variações	- 832	-	- 832
Outros rendimentos integrais	- 344	- 36	- 380

- **Imposto sobre o rendimento – Saldos na demonstração da posição financeira**

	milhares de euros	
	2020	2019
IRC – PEC / imp. mínimo	9	9
IRC – Pagamentos por conta / imp. a	4 733	11 603
IRC – Retenções na fonte	95	161
IRC – Pagamento RERD	2 093	2 093
IRC – Pagamento RERD imparidade	- 2 093	- 2 093
IRC – Pagamento PERES	5 330	5 383
IRC – Pagamento PERES imparidade	- 5 330	- 5 383
Imposto sobre o Rendimento (Ativo)	4 838	11 773
IRC – Estimativa e outros	1 767	1 911
Imposto sobre o Rendimento (Passivo)	1 767	1 911

A Corticeira Amorim efetuou em 2013 o pagamento instituído pelo Decreto-Lei n.º 151-A/2013 (RERD) no valor de 4,3 M€, pagamento esse que não implica o abandono por parte da Corticeira Amorim da defesa dos respetivos processos. Em 2016, ocorreu a decisão final de um dos processos pagos relativo a impostos de selo, tendo sido ganho parcialmente pela Corticeira Amorim, que recebeu 1,2 M€ do valor pago de 1,7 M€. Em 2019 ocorreu a decisão final de outro processo que foi ganho pela Corticeira Amorim, tendo implicado o recebimento de 0,5 M€. Desta forma, o valor que continuar em aberto de processos em curso pagos no âmbito do RERD é de 2,1 M€.

No final de 2016, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2016 um Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES). A Corticeira Amorim decidiu aderir parcialmente àquela medida. Assim, em dezembro foram pagos cerca de 7,4 M€ relativos a impostos de selo/IVA (2 M€) e Imposto sobre o rendimento (IRC) no valor de 5,4 M€. Do valor pago foi recebido um valor inferior a 100 K€ devido a processos ganhos pela Corticeira Amorim. Os restantes pagamentos mantêm-se em aberto.

De notar que a Corticeira Amorim não era devedora de valores ao fisco e à Segurança Social, sendo os valores em causa relativos a processos em contencioso. Os processos escolhidos para adesão são processos antigos, cujos valores de juros de mora e coimas a pagar, em caso de insucesso, seriam elevados.

O RERD e o PERES permitiram o pagamento do capital e o perdão de juros de mora e outros encargos. Dado que a adesão ao RERD e ao PERES não implicam obrigatoriamente o abandono da defesa dos processos, os referidos processos continuam em curso. A Corticeira Amorim vai continuar a defender a sua posição nos mesmos.

O valor do passivo desta rubrica inclui a estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar por algumas subsidiárias estrangeiras na apresentação da declaração fiscal relativa ao exercício de 2020.

- **Provisões para contingências fiscais**

As provisões para contingências fiscais finalizaram com um valor de 43,3 M€. Durante o exercício, as contingências para impostos a pagar na demonstração da posição financeira aumentaram em 638 K€.

Os processos em aberto, tanto em fase judicial como em fase graciosa, e que podem afetar desfavoravelmente a Corticeira Amorim, referem-se aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, e de 2003 a 2015. O exercício de 2018 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, em empréstimos entre empresas do Grupo (imposto de selo), com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (S.G.P.S.), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina/jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a Corticeira Amorim e em que, a verificar-se tal desfecho, o exfluxo pode ser estimado com fiabilidade. De notar que, durante o período não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos acima referidos.

O valor dos processos fiscais à data de fecho das contas de 2020 totaliza 8,2 M€, estando provisionados na totalidade.

Além das provisões fiscais atrás referidas, a Corticeira Amorim tem registado uma provisão para fazer face aos benefícios fiscais a requerer relativamente a 2020 e requeridos em exercícios anteriores. A exigência de certificação por parte da ANI dos projetos SIFIDE, a exigência de manutenção dos postos de trabalho durante cinco anos nos projetos RFAI, bem como outras condicionantes à efetivação dos benefícios, tem levado a Corticeira Amorim ao reconhecimento de provisões de modo a contemplar futuros incumprimentos das referidas exigências. De referir que o apuramento dos benefícios fiscais não se pode dar como concluído, dado que as suas condicionantes se prolongam por vários exercícios, nomeadamente no que respeita à manutenção dos postos de trabalho. A variação das provisões para contingências fiscais relacionadas com benefícios fiscais foi de 2,3M€. A provisão para benefícios fiscais no final de 2020 apresenta o valor de 34,2 M€.

Adicionalmente às provisões para benefícios fiscais revertidas em 2020, foram revertidas provisões relativas a situações cujo risco se extinguiu ou foram concluídas com a liquidação por parte das autoridades tributárias de parte do valor provisionado. O total dessas reversões foi de 2,7 M€.

Mantém-se em aberto a provisão, que no final do ano totalizava 1,3 M€, relativa a uma subsidiária espanhola devido à incerteza sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias do reporte fiscal existente.

Não existem processos fiscais não provisionados; desta forma, os passivos contingentes são nulos.

A Corticeira Amorim tem um largo número de processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, taxas de inspeção e benefícios fiscais. O valor destes processos totaliza os 1,0M €, valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo. O total dos ativos contingentes eleva-se aos 10,3 M€ (incluindo os valores pagos no âmbito do RERD e do PERES).

16. INVENTÁRIOS

	milhares de euros	
	2020	2019
Mercadorias	14 858	18 169
Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	206 702	218 654
Produtos acabados e intermédios	129 182	134 078
Produtos e trabalhos em curso	21 757	34 431
Imparidade de produtos acabados e intermédios	- 7 353	- 5 764
Imparidade de mat.-primas, subs., de consumo e sub prod.	- 1 036	- 1 728
Total de inventários	364 109	397 840

	milhares de euros	
Evolução das perdas por imparidade	2020	2019
Saldo inicial	7 492	6 659
Aumentos	2 351	1 887
Diminuições	1 453	1 054
Saldo Final	8 390	7 492

As matérias-primas incluem essencialmente amadia e falcas (UN Matérias-Primas), os produtos e trabalhos em curso incluem essencialmente cortiça cozida, discos e rolhas numa fase intermédia (UN Matérias-primas e Rolhas) e os produtos acabados incluem essencialmente uma diversidade de tipologias de rolhas (UN Rolhas), revestimentos (UN Revestimentos) e produtos compósitos (UN Aglomerados Compósitos).

17. CLIENTES

milhares de euros		
	2020	2019
Valor bruto	173 534	179 179
Ajustamentos de imparidade	- 12 174	- 13 695
Clientes	161 360	165 484

Evolução das perdas por imparidade	2020	2019
Saldo inicial (reportado)	13 695	13 186
Aumentos	7 032	2 787
Diminuições	- 7 876	- 1 898
Outros	- 677	- 381
Saldo Final	12 174	13 695

Os aumentos e as diminuições foram reconhecidos na rubrica de ajustamento de imparidade de ativos, na demonstração de resultados.

No final de cada período é realizada uma análise à qualidade dos créditos sobre clientes. Decorrente da adoção do IFRS 9 aos saldos vencidos até 90 dias é reconhecida uma perda de crédito esperada. Os saldos vencidos entre 90 e 120 dias são considerados como podendo gerar uma imparidade de cerca de 30% e os saldos entre 120 e 180 dias 60%. Todos os saldos vencidos há mais de 180 dias, bem como todos os saldos considerados duvidosos darão origem a uma imparidade total. Esta regra não se sobrepõe à análise de cada caso específico.

A análise dos saldos não vencidos e vencidos é a seguinte:

milhões de euros		
	2020	2019
Não vencidos	125	133
Vencidos entre 0–90 dias	31	29
Vencidos entre 90 – 120 dias	2	2
Vencidos entre 120 – 180 dias	3	5
Vencidos acima de 180 dias e duvidosos	12	10
	<u>174</u>	<u>179</u>

18. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

- **Outros devedores**

Em outros devedores não correntes, estão incluídos adiantamentos a fornecedores (3 405 K€), que somente se irão realizar a mais de 12 meses.

	milhares de euros	
	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	5 828	6 078
Instrumentos financeiros derivados	1 973	111
IVA a receber	20 790	21 336
IS/IVA – Pagamento PERES	2 051	2 051
IS/IVA – Pagamento PERES imparidade	- 2 051	- 2 051
Outros devedores diversos	7 133	9 442
Outros devedores corrente	35 724	36 967

No final de 2020 e 2019, não havia valores em atraso a receber relativos ao IVA.

- **Outros ativos**

	milhares de euros	
	2020	2019
Devedores por acréscimo de rendimento	455	292
Gastos a reconhecer	1 947	2 817
Outros ativos	2 402	3 108

19. CAIXA E EQUIVALENTES

	milhares de euros	
	2020	2019
Caixa	493	368
Depósitos à ordem	61 997	13 829
Depósitos a prazo	7 638	7 759
Outros	137	187
Caixa e equivalentes conforme D.F. Posição Financeira	70 266	22 143
Descobertos bancários	- 45 957	- 46 131
Caixa e equivalentes conforme D. F. Caixa	24 309	- 23 988

20. CAPITAL E RESERVAS

• Capital social

No final do período, o capital social está representado por 133 000 000 de ações ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 euro.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 000 000 euros.

• Ações próprias

A 31 de dezembro de 2020, não havia ações próprias em carteira.

Durante o ano de 2020, não se realizaram aquisições de ações próprias.

• Reserva legal e prémio de emissão

A reserva legal e o prémio de emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizados para (artigo 296º do Código das Sociedades Comerciais):

- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- Incorporação no capital.

O valor constante das rubricas reserva legal e prémio de emissão são os provenientes da empresa-mãe.

• Outras reservas

O valor de outras reservas é constituído por resultados transitados da empresa-mãe bem como pelos resultados acumulados das subsidiárias da Corticeira Amorim. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos resultados transitados da empresa-mãe disponíveis para distribuição corresponde a 133 M€.

• Dividendos

Na Assembleia Geral da Corticeira Amorim, realizada no dia 26 de junho de 2020, foi aprovada uma distribuição de dividendos equivalentes a 0,185 por ação. O respetivo pagamento foi efetuado em 20 de julho de 2020.

	milhares de euros	
	2020	2019
Dividendo atribuído	24 605	35 910
Dividendos distribuídos	24 605	35 910

Na próxima assembleia-geral vai ser deliberada uma proposta de distribuição de dividendos de 24,6 M€.

• Resultados por ação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

	milhares de euros	
	2020	2019
Saldo inicial	30 081	31 871
Entradas	70	562
Diminuições	- 5 056	- 4 397
Resultados	4 285	4 514
Dividendos	- 1 948	- 1 901
Diferenças de conversão cambial	- 264	- 380
Outros	- 220	- 188
Saldo Final	26 948	30 081

O valor referenciado como dividendos corresponde aos montantes pagos pelas entidades aos interesses que não controlam.

O valor de saídas de 2020 é essencialmente relativo à aquisição de 10% da Bourrassé e à aquisição de 30% da Elfverson. As aquisições de interesses que não controlam implicaram pagamentos no valor de 7,1 M€.

Saldos discriminados da seguinte forma:

	milhares de euros					
	2020			2019		
	Contributo p/ Balanço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos	Contributo p/ Balanço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos
Amorim Bartop	2 738	- 5	1 011	278	- 3	1 036
Amorim Top Series	1 532	1 063	-	2 970	1 469	-
Ets. Christian Bourrassé	3 670	271	-	4 818	420	-
Francisco Oller	1 575	- 46	-	1 621	9	-
Industria Corchera	6 798	732	144	6 345	339	90
Socori	5 317	622	-	7 042	630	-
Elfverson	- 126	- 31	-	981	311	-
Trefinos	1 761	425	364	1 699	230	436
Victory y Amorim	1 004	332	345	1 017	291	300
Outros	2 680	923	84	3 309	817	39
Saldo Final	26 948	4 285	1 948	30 081	4 514	1 901

Os principais indicadores financeiros tal como resultam das contas estatutárias são os seguintes:

milhares de euros

2020	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Elfverson	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Victor y Amorim
	K €	K €	K €	K €	K SEK	K €	K €	K CLP	K €
Ativo corrente	19 315	42 403	16 710	11 636	28 349	2 355	16 408	12 342 167	2 548
Ativo não corrente	13 595	15 917	16 141	21 160	18 496	12 061	4 394	4 308 561	892
Ativo	32 911	58 320	32 850	32 796	46 845	14 416	20 801	16 650 728	3 440
Capital próprio	19 401	34 770	19 574	25 218	20 333	11 005	11 071	11 711 824	2 010
Passivo corrente	12 968	19 444	11 392	4 913	8 108	3 411	8 467	4 938 904	1 279
Passivo não corrente	542	4 106	1 884	2 665	18 404	-	1 264	-	152
Vendas	40 967	50 123	41 034	21 003	49 136	-	38 444	16 310 603	7 382
Resultado operacional	1 314	3 471	6 381	- 920	1 864	5 010	6 472	1 673 029	885
Resultado líquido	923	3 176	4 695	- 688	115	4 979	5 061	1 364 269	664
Rendimento integral	923	3 176	4 695	- 688	115	4 979	5 061	1 364 269	664
Fluxos de caixa operacional	- 1 397	8 539	7 753	3 978	- 2 069	99	8 786	1 524 410	902
Fluxos de caixa de investimento	- 204	- 2 970	- 2 262	- 1 559	- 2 299	2 976	- 962	- 580 253	- 140
Fluxos de caixa de financiamento	- 635	- 1 520	- 4 208	- 2 373	- 257	- 2 999	- 7 821	- 337 834	- 709
Variação líquida de caixa e equivalentes	- 2 236	4 050	1 282	46	- 4 626	76	3	606 323	53

milhares de euros

2019	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Elfverson	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Victor y Amorim
	K €	K €	K €	K €	K SEK	K €	K €	K CLP	K €
Ativo corrente	18 291	43 891	15 387	17 327	24 680	3 663	24 352	11 652 357	2 463
Ativo não corrente	13 711	16 642	16 261	20 821	18 659	10 009	4 072	3 862 095	838
Ativo	32 002	60 534	31 649	38 148	43 339	13 672	28 424	15 514 452	3 301
Capital próprio	18 478	31 595	18 825	25 812	20 218	5 068	16 010	10 576 571	2 036
Passivo corrente	12 661	24 142	10 629	10 033	6 403	8 604	11 340	4 937 881	114
Passivo não corrente	863	4 798	2 195	2 304	16 718	-	1 075	-	151
Vendas	43 457	51 171	39 444	26 353	59 518	-	39 493	14 533 670	7 985
Resultado operacional	1 515	1 219	3 316	185	8 501	- 1	7 768	874 766	1 039
Resultado líquido	1 117	1 353	2 468	80	3 514	- 7	6 007	755 237	807
Rendimento integral	1 117	1 353	2 468	80	3 514	- 7	6 007	755 237	807
Fluxos de caixa operacional	3 567	8 497	7 390	963	10 499	406	1 952	- 1 228 958	483
Fluxos de caixa de investimento	- 2 161	- 2 024	- 3 170	- 1 210	- 5 711	2 267	- 1 081	- 1 283 691	- 131
Fluxos de caixa de financiamento	- 1 058	- 2 926	- 4 880	245	- 284	- 2 666	- 1 064	- 17 482	- 619
Variação líquida de caixa e equivalentes	348	3 546	- 659	- 2	4 504	6	- 192	- 2 530 131	- 267

22. DÍVIDA REMUNERADA

No final do período, a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

	milhares de euros	
	2020	2019
Descobertos e empréstimos bancários	61 810	67 426
Locações	1 893	1 683
<i>Factoring</i>	89	–
Papel comercial	25 000	55 000
Dívida remunerada corrente	88 791	124 108

Deste total cerca de 15% são denominados em divisa não euro (dezembro de 2019: 15%).

A dívida remunerada não corrente tinha a seguinte composição:

	milhares de euros	
	2020	2019
Empréstimos bancários	27 514	34 554
Locações	4 760	4 572
Papel comercial	20 000	20 000
Empréstimos por obrigações	39 918	–
Dívida remunerada não corrente	92 192	59 126

No final do período 96% desta dívida eram denominados em euros (dezembro de 2019: 94%).

A 31 de dezembro de 2020, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

	milhares de euros
Vencimento entre 01/01/2022 e 31/12/2022	31 603
Vencimento entre 01/01/2023 e 31/12/2023	6 995
Vencimento entre 01/01/2024 e 31/12/2024	16 481
Vencimento após 01/01/2025	37 113
Total	92 192

Da dívida remunerada, corrente e não corrente, 113 M€ vencem juros a taxa variável. Os 68 M€ de dívida remanescente vencem juros a taxa fixa. O custo médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 1,01% (2019: 1,14%).

A Corticeira Amorim concretizou em 5 de março de 2015, um contrato de empréstimo com o BEI no montante de 35 M€, a dez anos, com carência de quatro anos. Este empréstimo permitiu à Corticeira Amorim alargar substancialmente a sua curva de maturidade com um preço competitivo.

Em 21 de maio de 2019 a Corticeira Amorim contratou um programa de papel comercial com garantia de subscrição por uma entidade bancária. O programa tem uma maturidade efetiva de três anos, pelo que as emissões realizadas durante os dois primeiros anos são classificadas como não corrente. Apenas a Corticeira Amorim tem a opção de revogar o programa com produção de efeitos quando tiver decorrido o primeiro ano do contrato.

Em 3 de dezembro de 2020, a Corticeira Amorim concretizou a sua primeira emissão de obrigações verdes, no montante de 40 M€, por subscrição particular, sem garantias e pelo prazo de cinco anos, vencendo semestralmente juros a taxa fixa e com reembolso escalonado (25% no final do quarto ano e 75% na maturidade). Esta emissão constituiu um importante marco na sua estratégia de sustentabilidade, reafirmando o seu continuado compromisso com a aplicação dos princípios e melhores práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*).

À data de fecho de contas de 2020, a Corticeira Amorim tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía *covenants* genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: *cross-default*, *pari passue*, em alguns casos, *negative pledge*.

À data de 31 de dezembro de 2020, uma subsidiária estrangeira da Corticeira Amorim apresentava um valor de 27,6 K€ de dívida coberta por garantias hipotecárias de ativo fixo. Esse ativo encontra-se registado na demonstração da posição financeira dessa subsidiária.

A Corticeira Amorim utiliza financiamentos em 31 de dezembro de 2020 (num total de 49 M€) aos quais estavam associados *covenants* financeiros. Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira da empresa, nomeadamente:

- Interest coverage rate;
- Fixed charge coverage ratio;
- Net income; e
- Net debt/ EBITDA (endividamento bancário e equiparado) / meios libertos totais.

Os rácios acima mencionados não são limitativos e foram cumpridas larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam os referidos financiamentos. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2020, de 260,9 M€ de linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas.

23. FORNECEDORES

	milhares de euros	
	2020	2019
Fornecedores c/c	55 814	63 220
Fornecedores – <i>confirming</i>	40 852	59 994
Fornecedores – recepção e conferência	13 736	8 872
Fornecedores	110 402	132 086

Do valor total, cerca de 50% refere-se a saldos provenientes da UN Rolhas (dezembro de 2019: 53%) e 24% refere-se a saldos provenientes da UN Matérias-Primas (dezembro de 2019: 21%).

24. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS E OUTROS PASSIVOS

- Outros passivos financeiros

	milhares de euros	
	2020	2019
Subsídios reembolsáveis	16 389	12 568
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	5 007	10 007
Outros credores diversos	40	695
Outros passivos financeiros – não correntes	21 436	23 269
Subsídios reembolsáveis	1 597	2 464
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	4 955	4 955
Credores por acréscimo gastos – fornecimentos e serviços	3 208	3 545
Credores por acréscimo gastos – outros	6 697	8 337
Outros rendimentos a reconhecer	302	93
IVA a pagar	6 458	8 470
Estado e Segurança Social – retenções e outros	6 673	5 907
Outros credores diversos	11 348	9 269
Outros passivos financeiros – correntes	41 238	43 040

Em outros passivos financeiros está incluído o montante de 164 K€ (2019: 234 K€), o qual se refere ao valor dos derivados de cobertura de risco cambial.

O valor de 21 436 K€ de outros passivos financeiros – não correntes tinha o seu vencimento de 1 a 2 anos (8 274 K€), de 2 a 4 anos (7 512 K€) e a mais de 4 anos (5 650 K€).

O acordo para aquisição de interesses que não controlam resultam da compra da S.A.S. ETS CHRISTIAN BOURRASSÉ, em que, num primeiro momento, foram adquiridos 60% do capital social, pelo montante de 29 M€. O acordo prevê a aquisição subsequente até 2022 dos restantes 40% (“acordo para aquisição de interesses que não controlam”) por um preço que, tomando por referência o valor já pago pelos primeiros 60%, dependerá ainda da evolução da performance da BOURRASSÉ nos próximos anos. A primeira *tranche* de 10% foi adquirida em julho de 2019, e a segunda *tranche* em junho de 2020. Em julho de 2021, será adquirida a terceira *tranche* correspondente a mais 10% da Bourrassé. O valor reconhecido em outros passivos financeiros corresponde ao valor remanescente a pagar pelos 20% em falta, descontados à taxa média de financiamento da Corticeira Amorim. As alterações ao valor atual são reconhecidas em gastos e rendimentos financeiros. O aumento de 1 p.p. da taxa de financiamento teria um efeito imaterial no passivo reconhecido.

- Outros passivos

milhares de euros

	2020	2019
Subsídios não reembolsáveis	3 116	3 081
Credores por acréscimo gastos – remunerações a liquidar	14 100	12 154
Outros passivos – correntes	17 216	15 235

Os saldos relativos a subsídios evoluíram do seguinte modo:

milhares de euros

Subsídios não reembolsáveis	2020	2019
Saldo inicial	3 081	3 818
Reconhecimento de rendimentos no exercício	- 2 436	- 978
Recebimentos	1 982	-
Reclassificações / Transferências / Entradas	489	241
Saldo final	3 116	3 081

milhares de euros

Subsídios reembolsáveis	2020	2019
Saldo inicial	15 032	17 457
Pagamentos do exercício	- 613	- 5 031
Recebimentos do exercício	3 775	2 679
Reclassificações / Transferências	- 209	- 72
Saldo final	17 985	15 032

O valor de transferências é essencialmente relativo a montantes de benefícios reembolsáveis entretanto convertidos para não reembolsáveis em algumas subsidiárias e ao reconhecimento do juro pela mensuração a custo amortizado.

A generalidade dos apoios recebidos pela Corticeira Amorim destina-se a investimentos dirigidos ao aumento da capacidade produtiva e modernização das instalações industriais, melhoria na qualidade dos produtos fabricados, ou de melhoria energética e de aproveitamento da sua principal matéria-prima (cortiça).

Os projetos que deram origem à maioria dos subsídios garantiram apoios classificados como reembolsáveis; estes são, normalmente, objeto de avaliação, já em fase considerada de cruzeiro, e se se cumprirem metas acordadas, parte ou mesmo a totalidade, do subsídio é convertido em não reembolsável.

Não existem valores por receber associados a subsídios classificados como não reembolsáveis, nem condições que faltem cumprir para o seu reconhecimento.

312

25. PROVISÕES

	milhares de euros	
	2020	2019
Contingências fiscais	612	707
Garantias a clientes	475	936
Outros	2 262	2 133
Provisões	3 349	3 777

	milhares de euros						
	Contingências fiscais			Garantias clientes	Outros		
	IRC	IS	Outros				
Saldo inicial 2019	40 759	62	8	577	1 676	43 081	
Reclassificação IFRIC 23	- 40 759		573			- 40 186	
Constituição			64		549	612	
	Outros gastos – Nota 30						
	Vendas			360		360	
					- 161	- 161	
Outros rendimentos – Nota 30							
Diferença conversão cambial					16	16	
Varição de perímetro						-	
Utilização					53	53	
Saldo final 2019	-	62	645	936	2 133	3 777	

		Contingências fiscais			Garantias clientes	outros	
		IRC	IS	Outros			
Saldo inicial 2020		-	62	645	936	2 133	3 777
Constituição	Outros gastos – Nota 30					135	135
	Vendas				- 462		- 462
	Outros rendimentos – Nota 30			-95		- 152	- 247
Diferença conversão cambial						- 8	- 8
Variação de perímetro							-
Utilização						154	154
Saldo final 2020		-	62	550	475	2 262	3 349

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a variação mais significativa ocorreu na rubrica de garantias a clientes que são essencialmente da UN Revestimentos, sendo contabilizadas de acordo com a IAS 37– “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. A redução deveu-se à diminuição do número de reclamações ocorrida em 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido em contingências de IRC corresponde à reclassificação de contingências para impostos diferidos (Nota 15) decorrente da emissão do IFRIC 23, no montante de 40,8 milhões de euros.

A natureza dos valores reclamados em contingências fiscais é relativa ao imposto de selo e, residualmente ao IVA.

Outras contingências

As outras contingências incluem provisões para cessação de emprego e processos em curso.

Relativamente aos processos em curso é de salientar que, na sequência da aquisição de 100% das ações da subsidiária Cosabe realizada em outubro de 2018 e subsequente ação judicial de um terceiro invocando direito de preferência, a Corticeira Amorim informa que foram proferidas sentenças de primeira e de segunda instância favoráveis às suas pretensões.

O terceiro recorreu da sentença de segunda instância para o Supremo Tribunal de Justiça. Caso esse recurso venha a ser admitido e, sendo-o, no caso improvável da sentença do Supremo Tribunal de Justiça ser desfavorável, não existe risco financeiro sobre o valor investido, na medida em que nessa circunstância, a Corticeira Amorim seria ressarcida de 100% do investimento realizado, cabendo ainda a possibilidade de solicitar judicialmente perdas e danos decorrentes. Neste sentido, a Corticeira Amorim irá prosseguir com os investimentos projetados na Herdade da Baliza como parte integrante do seu Projeto de Intervenção Florestal.

26. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

		Benefícios pós-emprego
Saldo inicial 2019		1 621
Constituição	Outros	83
Reversão	Outros rendimentos – Nota 30	- 16
Diferença conversão cambial		
Variação de perímetro		
Utilização		
Saldo final 2019		1 687

		Benefícios pós-emprego
Saldo inicial 2020		1 687
Constituição	Outros	382
Reversão	Outros rendimentos – Nota 30	
Variação de perímetro		
Utilização		
Saldo final 2020		2 068

Na subsidiária Elfverson, a empresa disponibiliza um plano de pensões de benefício definido para funcionários administrativos nascidos em 1978 ou anteriores. O plano é gerido pela PRI Pensionsgaranti. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o procedimento de obter os cálculos atuariais das responsabilidades foi determinado de acordo com o *Projected Unit Credit Method*, conforme IFRS.

Os principais pressupostos assumidos foram os seguintes: taxa de desconto de 1,0%, aumento dos salários 1,9%; esperança média de vida de DUS 14 (determinada pelo Actuarial Research Board). O total de colaboradores a beneficiar do plano é de 27. A responsabilidade estimada para o final do ano é de 962 K€ (2019: 657 K€).

A Amorim Cork Itália apresenta responsabilidades relativas ao TFR (*trattamento di fine rapporto*). Este é devido pela empresa ao colaborador quando termina a relação contratual, quer seja a empresa ou o colaborador a

terminar a ligação ou no momento da reforma. Este montante equivale a cerca de 1 mês por ano de trabalho. A Amorim Cork Itália tem provisionado este valor, seguindo as regras de atualização definidas pelo governo (todos os anos é emitida uma lei com a percentagem de revalorização dos montantes de anos anteriores). O valor das responsabilidades é de aproximadamente 636 K€ (2019: 588 K€).

Os valores remanescentes são relativos essencialmente a responsabilidades das subsidiárias Bourrassé (235 K€), Korke Schiesser (168 K€) e Portocork Italia (64 K€).

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	milhares de euros	
	2020	2019
Comunicação	1 241	1 309
Tecnologias de informação	7 263	6 418
Seguros	3 895	3 884
Subcontratos	2 128	2 595
Eletricidade	14 291	14 399
Vigilância	1 278	1 361
Honorários	1 229	1 589
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 955	2 316
Combustíveis, água e fluidos	1 954	2 074
<i>Royalties</i>	1 187	915
Rendas e alugueres	4 999	4 659
Transportes	28 830	26 520
Despesas de representação	628	1 288
Deslocações e estadas	2 555	5 180
Comissões	8 036	8 767
Trabalhos especializados	11 000	9 778
Publicidade e propaganda	5 107	7 782
Conservação e reparação	13 072	12 973
Outros	12 552	10 946
Fornecimentos e serviços externos	123 200	124 753

28. GASTOS COM PESSOAL

	milhares de euros	
	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	606	839
Remunerações do pessoal	107 574	109 280
Encargos sobre remunerações	22 321	22 511
Indemnizações	400	2 766
Benefícios pós-emprego	783	503
Outros custos com o pessoal	6 490	4 087
Gastos capitalizados	-119	- 84
Gastos com pessoal	138 054	139 902
Número médio de trabalhadores	4 420	4 505
Número de trabalhadores no final do período	4 357	4 428

As Remunerações dos órgãos sociais referem-se às remunerações auferidas na Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e quaisquer das suas subsidiárias e incluem as auferidas pelo Conselho Fiscal e pela Mesa de Assembleia Geral.

O valor dos gastos relativos a planos de benefícios de contribuição definida foi de 783 K€ (2019: 503 K€).

29. AJUSTAMENTOS DE IMPARIDADE DE ATIVOS

	milhares de euros	
	2020	2019
Valores a receber	- 548	1 458
Ativos fixos tangíveis / intangíveis / outros	- 97	- 263
Ajustamentos de imparidade de ativos	- 645	1 194

Os ajustamentos de valores a receber incluem os relativos a clientes e outros devedores.

30. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / OUTROS GASTOS E PERDAS

milhares de euros

	2020	2019
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (nota 3)	1 697	136
Ganhos em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	21	828
Reversões de provisões	152	161
Subsídios à exploração	372	314
Subsídios ao investimento	2 436	978
Rendimentos suplementares	3 159	1 972
Rendimentos de imóveis	282	318
Trabalhos para a própria entidade	–	272
Outros	5 390	5 069
Outros rendimentos e ganhos	13 509	10 046

milhares de euros

	2020	2019
Cobertura risco cambial: dif. câmbio (nota 3)	2 077	1 087
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (nota 3)	–	–
Impostos	1 937	2 052
Provisões do período	199	549
Perdas em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	49	55
Serviços bancários	448	446
Dívidas incobráveis	920	279
Perdas em inventários	194	177
Donativos e quotizações	684	480
Outros	242	1 726
Outros gastos e perdas	6 752	6 851

31. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Os gastos não recorrentes sofreram um aumento devido ao pagamento de um prémio extraordinário aos colaboradores do Grupo Corticeira Amorim e por gastos de reestruturação, sobretudo decorrentes de indemnizações pagas nas UN Rolhas, Revestimentos e Aglomerados Compósitos.

	milhares de euros	
	2020	2019
Gastos de reestruturação	- 2 691	- 1 384
Prémio extraordinário	- 3 125	0
Gastos de transação	0	- 236
Resultados não recorrentes	- 5 816	- 1 620

32. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

	milhares de euros	
	2020	2019
Juros suportados – empréstimos bancários	1186	1528
Juros suportados – outras entidades	543	- 98
Imposto de selo	145	166
Outros	493	580
	2 368	2 177
Juros obtidos – depósitos bancários	15	28
Juros obtidos – outros empréstimos	20	6
Juros obtidos – juros mora	172	19
Juros obtidos – outros juros	20	28
	227	81
Gastos financeiros líquidos	2 140	2 096

Em juros suportados – outras entidades está incluído um valor de 60 K€ (2019: 61 K€) de aplicação do custo amortizado e o efeito da atualização do passivo para a aquisição de interesses que não controlam (30 K€).

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Corticeira Amorim consolida diretamente na Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), *holding* do Grupo Amorim.

A 31 de dezembro de 2020, a participação da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. na Corticeira Amorim era de 51%, correspondentes a 51% dos direitos de voto.

As transações da Corticeira Amorim com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da Corticeira Amorim foi de 11 862 K€ (dezembro de 2019: 11 107 K€).

As vendas da Quinta Nova, S.A., subsidiária da Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo Corticeira Amorim atingiram os 28 K€ (dezembro de 2019: 46 K€). As compras atingiram os 32 K€ (dezembro de 2019: 318 K€).

As compras de madeira efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da Corticeira Amorim atingiram o valor de 1 339 K€ (dezembro de 2019: 444 K€), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

Os saldos a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são os decorrentes do período normal de pagamento (entre 30 e 60 dias) e por isso considerados imateriais.

Os serviços são normalmente negociados com as entidades relacionadas numa base de *cost plus* num intervalo entre 2% e 5%.

O total de remunerações de curto prazo do pessoal-chave (inclui comissão executiva da S.G.P.S. e diretores gerais das Unidades de Negócios) da Corticeira Amorim atingiu no exercício o valor de 2 507 K€ (2019: 2 840 K€). O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

34. REMUNERAÇÕES DOS AUDITORES

O total de honorários suportados pelo conjunto de empresas da Corticeira Amorim relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo da EY atingiu os 323 mil euros (2019: 312 mil euros), e detalha-se como se segue:

milhares de euros

Natureza do Serviço		Auditoria e revisão de contas	Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade	Outros serviços	TOTAL		
EY SROC	Corticeira Amorim	Valor	29 000	19 000	–	48 000	
		%	60%	40%	0%	100%	
	Entidades que integram o Grupo	Valor	157 600	2 500	38 250	198 350	
		%	79%	1%	19%	100%	
	Total	Valor	186 600	21 500	38 250	246 350	
		%	76%	9%	16%	100%	
	Empresas da Rede EY	Corticeira Amorim	Valor	0	0	0	0
			%	0%	0%	0%	0%
Entidades que integram o Grupo		Valor	72 800	4 000	–	76 800	
		%	95%	5%	0%	100%	
Total		Valor	72 800	4 000	0	76 800	
		%	95%	5%	0%	100%	
Total		Corticeira Amorim	Valor	29 000	19 000	0	48 000
			%	60%	40%	0%	100%
	Entidades que integram o Grupo	Valor	230 400	6 500	38 250	275 150	
		%	84%	2%	14%	100%	
	Total	Valor	259 400	25 500	38 250	323 150	
		%	80%	8%	12%	100%	

A rubrica de revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, revisão independente do relatório de sustentabilidade, certificação de despesas incluídas no âmbito de projeto de investigação e desenvolvimento subsidiado e outras certificações no âmbito de projetos de investimento subsidiados.

A rubrica de outros serviços inclui a realização de um estudo de ciclo de vida e/ou de análise de perda carbónica de vários produtos da UN Rolhas.

35. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	2020	2019
Acções emitidas	133 000 000	133 000 000
Nº médio de acções próprias	–	–
Nº médio de acções em circulação	133 000 000	133 000 000
Resultado líquido (mil euros)	64 326	74 947
Resultado por acção (euros)	0,484	0,564

b) Garantias

No decurso da sua atividade operacional, a Corticeira Amorim prestou garantias a terceiros que montavam em 31/12/2020 a 1 023 K€ (dezembro de 2019: 1 624 K€).

milhares de euros		
Beneficiário	Montante	Motivo
Agências Governamentais	533	Apoios a investimentos
Diversos	490	Diversos
TOTAL	1 023	

Os compromissos relativos à compra de cortiça atingem os 19 055 K€ (2021: 9 886 K€; 2022: 2 742 K€, 2023: 1 659 K€ e 2024 e seguintes 4 767 K€).

c) Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de empréstimos e contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são, essencialmente, passivos a custo amortizado.

Detalhe dos ativos e passivos financeiros

milhares de euros

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor	Derivados designados como de cobertura	Derivados não designados como de cobertura	Total
Clientes (nota 17)	165 484				165 484
Outros devedores (nota 18)	30 778		111		30 889
Outros ativos financeiros (nota 14)		1 550			1 550
Caixa e equivalentes (nota 19)	22 144				22 144
Total a 31 de dezembro de 2019	218 405	1 550	111	-	220 066
Clientes (nota 17)	161 360				161 360
Outros devedores (nota 18)	27 923		1 973		29 896
Outros ativos financeiros (nota 14)		1 603			1 603
Caixa e equivalentes (nota 19)	70 266				70 266
Total a 31 de dezembro de 2020	259 549	1 603	1 973	-	263 125

milhares de euros

	Empréstimos	Contas a pagar	Acordos para aquisição de interesses que não controlam	Derivados designados como de cobertura	Derivados não designados como de cobertura	Total
Dívida remunerada (Nota 22)	183 234					183 234
Fornecedores (Nota 23)		132 086				132 086
Outros passivos financeiros (nota 24)	15 032	36 081	14 962	23	212	66 310
Total a 31 de dezembro de 2019	198 266	168 167	14 962	23	212	381 630
Dívida remunerada (Nota 22)	180 983					180 983
Fornecedores (Nota 23)		110 402				110 402
Outros passivos financeiros (nota 24)	17 985	34 491	9 962	23	212	62 674
Total a 31 de dezembro de 2020	198 968	144 893	9 962	23	212	354 058

Há valores a receber de clientes denominados em USD (7,9%), CLP (5,9%), AUD (1,8%), GBP (1,8%), DKK (0,8%) e ZAR (1,1%), sendo o remanescente quase totalmente denominado em euros. As diferenças de

326

câmbios registadas resultam, no essencial das divisas de clientes denominados em divisa diferente do euro, bem como dos empréstimos em divisa usados como instrumentos de cobertura de risco cambial.

É entendimento da Corticeira Amorim que o justo valor das classes de instrumentos financeiros apresentados não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos correntes, dada a sua natureza de curto prazo, têm um valor contabilístico semelhante ao justo valor.

A dívida remunerada não corrente à taxa fixa, inclui uma parte que foi contratada durante o exercício de 2015. Não tendo existido variações significativas nas taxas de juro de referência, a taxa então negociada não difere substancialmente das condições correntes de mercado, pelo que o justo valor não difere significativamente do valor contabilístico. A restante dívida não corrente à taxa fixa corresponde às obrigações verdes, cuja emissão ocorreu no final de 2020.

No caso dos outros passivos financeiros (essencialmente subsídios não remunerados mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial), atendendo à magnitude do diferencial de atualização inicial por reconhecer em resultados, aos prazos de vencimento e aos níveis atuais de taxa de juro, o diferencial entre o valor contabilístico e o justo valor não é significativo.

d) Reconciliação das medidas alternativas de desempenho

De acordo com as orientações da ESMA (European Sales and Marketing Association) de outubro de 2015 sobre medidas alternativas de desempenho (APM), a Corticeira Amorim apresenta de seguida uma tabela a reconciliar as APM que não sejam de leitura direta nas demonstrações financeiras primárias.

Relatório de Gestão	Demonstrações Financeiras Consolidadas
Margem bruta	Vendas – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas + Variação de produção
Margem bruta %	Margem bruta / (Vendas + Variação de produção)
Custos operacionais	Fornecimento e serviços externos + Gastos com pessoal + Ajustamentos de imparidade de ativos – Outros rendimentos e ganhos + Outros gastos e perdas + Depreciações/Amortizações
Fundo de maneio	Inventários + Clientes – Fornecedores + outros ativos operacionais – outros passivos operacionais
Capital investido	Goodwill + Ativo Fixo tangível + ativo intangível + direito de uso + fundo de maneio + propriedades de investimento + investimento em associadas + outros ativos/(passivos) operacionais
Dívida remunerada líquida/endividamento consolidado	Dívida remunerada corrente e não corrente – caixa e equivalentes
Autonomia financeira	Capital próprio / Total do ativo

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

No contexto da pandemia por COVID-19, as prioridades essenciais da Corticeira Amorim mantiveram-se inalteradas desde o primeiro momento: a proteção da saúde e segurança dos Colaboradores e a determinação de continuar a servir os clientes. Foram adotadas as práticas mais seguras, baseadas num rigoroso Plano de Contingência implementado em todas as unidades industriais e na sua extensa rede de distribuição. Este plano incluiu um conjunto de medidas de largo espectro, fundamentais para assegurar o bem-estar permanente dos mais de 4300 funcionários em todo o mundo, a laboração das diversas unidades industriais em segurança e a continuidade dos negócios.

Em 2021 o grau de incerteza ainda é elevado, a evolução e a extensão do processo de vacinação em curso, a eficácia da vacina, contrabalançadas pela eventual necessidade de implementação de medidas de contenção adicionais, determinarão os efeitos sobre a economia global e padrões de consumo e, conseqüentemente, sobre a atividade da Corticeira Amorim.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
Edifício Amorim
Rua Comendador Américo Ferreira
Amorim, 380
4535-186 Mozelos, Portugal

Geral
+351 227 47 5400
corticeira.amorim@amorim.com

Instagram: amorimcork

Sociedade Aberta
Capital Social
€ 133.000.000,00
Pessoa Coletiva e Matrícula
Nº 500 077 797
Conservatório do Registo
Comercial
de Santa Maria da Feira 328

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Sustentabilidade

Ao Conselho de Administração de
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração de Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. para procedermos à revisão independente do Relatório de Sustentabilidade incluído no "Relatório Anual Consolidado 2020", relativamente ao seu desempenho em sustentabilidade no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do "Relatório de Sustentabilidade" bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita que a informação apresentada esteja isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e descritos na secção "Âmbito" abaixo.

Âmbito

4. O trabalho que realizámos foi planeado e executado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000 - Revista) - "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, para um nível de garantia limitada de fiabilidade.
5. Os procedimentos executados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, variam quanto à natureza e à tempestividade, e são menos extensos do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, e por conseguinte, proporcionam menor segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:
 - Indagações ao órgão de gestão para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e o conhecimento dos intervenientes sobre as matérias incluídas no relato;
 - Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados relativos ao ano de 2020;
 - Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados pelo órgão de gestão, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
 - Confirmação da observância por parte dos responsáveis de determinadas unidades operacionais das instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho; e
 - Verificação da conformidade da informação constante do "Relatório de Sustentabilidade" com o resultado do nosso trabalho.
6. Relativamente às normas de reporte de sustentabilidade da Global Reporting Initiative - *GRI Standards*, o nosso trabalho consistiu na aferição da auto-avaliação feita pelo órgão de gestão sobre a opção de aplicação das *GRI Standards* e do cumprimento do disposto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais (divulgação de informação não financeira) e no artigo 245-A, al. r) do Código dos Valores Mobiliários (divulgação da política de diversidade relativamente aos órgãos de administração e de fiscalização).

Qualidade e independência

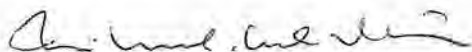
7. Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis e cumprimos com os requisitos de independência e ética do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

8. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do "Relatório de Sustentabilidade" não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada não esteja isenta de distorções materialmente relevantes. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que não nos permita concluir que o "Relatório de Sustentabilidade" não inclui os dados e a informação requeridos para uma opção "de acordo Essencial" tal como definido pelas normas *GRI Standards* e pelo artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais e artigo 245-A al. r) do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 30 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.005.684 milhares de euros e um total de capital próprio de 576.656 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 64.326 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Inventários

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em 31 de dezembro de 2020, os Inventários ascendem a 364.109 milhares de euros, líquidos de perdas por imparidade de 8.390 milhares de euros, e representam cerca de 36% do total do ativo.

São compostos por cortiça, rolhas e outros produtos transformados derivados da cortiça, que se encontram dispersos por várias localizações.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Efetuámos um entendimento do processo de inventários e testámos a eficácia operacional dos controlos implementados relacionados com a existência e a valorização dos inventários nas subsidiárias relevantes;
- Assistimos às contagens físicas dos inventários em todas as subsidiárias e geografias relevantes, realizados perto do final do ano, com um foco na identificação de indicadores de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota 2 i) das notas às demonstrações financeiras consolidadas, os inventários encontram-se valorizados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade de inventários baseado na rotação. Esta metodologia baseia-se em pressupostos definidos com base em julgamentos do Conselho de Administração para determinar as percentagens adequadas para o registo de perdas por imparidade para cada categoria de inventários.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- imparidade de inventários por obsolescência ou dano e na correta classificação dos mesmos;
- Verificámos as condições contratuais de aquisição para uma amostra alargada de contratos com fornecedores da principal matéria-prima;
- Efetuámos procedimentos de revisão analítica da valorização de produto acabado e em curso e testámos em detalhe o processo de custeio de inventários através da seleção de uma amostra representativa de fichas de produto;
- Testámos os pressupostos subjacentes à determinação das perdas por imparidade de inventários, à luz da informação disponível sobre a rotação dos inventários, inventários obsoletos e consumo/vendas;
- Estivemos alerta para possíveis impactos adversos decorrentes da pandemia covid-19 no valor de realização dos inventários; e
- Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 2), incluídas nas Notas 2 i) e 16 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado nas Notas 15 e 25 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37 e, no caso das contingências relacionadas com impostos sobre o rendimento, na IFRIC 23. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A 31 de dezembro de 2020, o saldo apresentado no passivo de contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento ascende a 43.332 milhares de euros (Nota 15) e o saldo de provisões ascende a 3.349 milhares de euros (Nota 25). A estimativa das eventuais quantias a despendar requer um elevado grau de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente;
- Analísamos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais;
- Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
- Analísamos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e
- Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores, tendo em conta as disposições da IFRIC 23.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Julgamento por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis, incluídas nas Notas 2 j), 2 l), 15 e 25 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório Consolidado de Gestão, Relatório de Governo Societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório Anual Consolidado a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

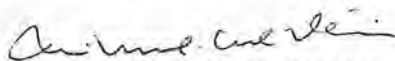
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de junho de 2020 fomos eleitos para um novo mandato compreendendo os exercícios de 2020 a 2022;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de março de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2020

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente as actividades da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato da Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, tendo igualmente apreciado a razoabilidade das estimativas e dos julgamentos da administração nas matérias que pressupõem maior subjectividade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

Neste exercício, a maioria das reuniões e demais trabalhos inerentes às funções do Conselho Fiscal realizou-se por via telemática. Isso não alterou a frequência e profundidade dos contactos necessários com os interlocutores do Conselho Fiscal e consideramos que, globalmente, não teve impacto relevante no desempenho das nossas funções.

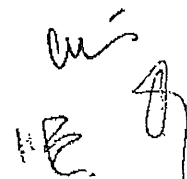
No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais. Como lhe compete, o Conselho acompanhou as transações realizadas com accionistas detentores de participações qualificadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

O Conselho reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Departamentos Jurídico e Fiscal, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade. Durante o exercício de 2020 assumiu especial relevância o acompanhamento dos impactos da pandemia COVID-19 nas actividades do Grupo, bem assim como as medidas adoptadas para a sua mitigação, seja na continuidade das operações industriais e comerciais, seja na protecção de todos os colaboradores em actividades presenciais.

O Conselho Fiscal analisou as Certificações Legais das Contas e Relatório Sobre as Auditorias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2020, que compreendem as Demonstrações Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2020, as Demonstrações Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, as Demonstrações Individual e Consolidada do Rendimento Integral, as Demonstrações Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. O Conselho Fiscal analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art.º 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

O Conselho Fiscal expressa um voto de agradecimento ao Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes que exerceu as suas funções de Presidente deste Órgão até ao dia 23 de Dezembro de 2020, tendo nessa data renunciado ao cargo. Nos termos das disposições legais e regulamentares relevantes, a Vogal Suplente Dra. Maria Cristina Galhardo Vilão assumiu a efectividade de funções, tendo o Dr. Eugénio Luiz Lopes Franco Ferreira sido eleito Presidente do Conselho Fiscal.



II - PARECER

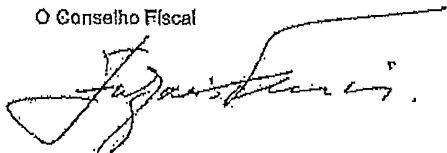
No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

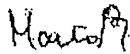
1. Seja aprovado o Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2020;
2. Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2020;
3. Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada.

Mozelos, 30 de Março de 2021

O Conselho Fiscal



Eugénio Lutz Lopes Franco Ferreira - Presidente



Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro - Vogal



Maria Cristina Galhardo Vilão - Vogal

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

QUINTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2020, no valor de € 36.176.565,39 (trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos),

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 36.176.565,39 (trinta e seis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Dividendos: € 24.605.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: € 11.571.565,39 (onze milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos).

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

SEXTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

A **Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, na qualidade de acionista da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.**, considerando:

- a) a atuação criteriosa e ordenada, do Conselho de Administração, no interesse da sociedade;
- b) a forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspetos mais relevantes da sociedade;
- c) a ação desenvolvida pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, no decurso do exercício;

propõe

nos termos e para os efeitos do disposto no artigo quatrocentos e cinquenta e cinco do Código das Sociedades Comerciais, que os Senhores Acionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos e a cada um dos seus membros.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Amorim – Investimentos e Participações, S GPS, S.A.
A Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

SÉTIMO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artigo 319º do Código das Sociedades Comerciais, a aquisição pela sociedade de ações próprias, nos termos seguintes:

- a) Número máximo de ações a adquirir: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das ações deverá conter-se entre o valor mínimo de € 3,00. (três euro) e máximo de € 11,00 (onze euros).

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

OITAVO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artigo 320º do Código das Sociedades Comerciais, a alienação pela sociedade de ações próprias, nos termos seguintes:

- a) Número de ações a alienar: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de € 7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos) por ação.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

NONO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., considerando as razões e vantagens decorrentes da mudança da estrutura atual de administração e fiscalização da sociedade (*modelo latino ou clássico reforçado*) para Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e Revisor Oficial de Contas (*modelo anglo-saxónico*), aumentando o número de membros independentes no Conselho de Administração, juntando num único órgão a administração e a fiscalização, promovendo o seu alinhamento contínuo, tendo em vista um melhor cumprimento dos requisitos e *best practices* em termos de *governance*,

propõe

que a Assembleia Geral desta sociedade delibere alterar a estrutura atual da administração e fiscalização (*modelo latino ou clássico reforçado*) para Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria, e Revisor Oficial de Contas (*modelo anglo-saxónico*).

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

DÉCIMO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., tendo em consideração a deliberação tomada no âmbito do ponto anterior da ordem de trabalhos e o ensejo para a atualização dos Estatutos da Sociedade,

propõe

que a Assembleia Geral desta sociedade delibere a alteração parcial dos seus Estatutos, dividindo-os em capítulos, modificando os seus artigos 2º, nºs 1 e 2; 3º; 4º; 7º, 8º, nº 1; 9º, nº 3; 10º, nºs 1, 2 e 4, adicionando-lhe o nº 7; 13º; 14º; 15º; 16º, nºs 1 e 2, adicionando-lhe um nº 3, renumerando o anterior nº3; 17º, nºs 1 a 6; 19º, nºs 1 e 2; 20º, nº 1, adicionando-lhe o nº 2, renumerando os anteriores nºs 2 a 8; 22º, nºs 1 e 3, excluindo o nº4 e renumerando o anterior nº5; 23º, nºs 2 e 4; 24º, nº 1; 25º, nº1; 26º, nºs 1, 2 e 4; 28º, nºs 1 e 3; 29º, nºs 1 e 2; 30º, nºs 1 a 3, adicionando-lhe os nºs 4 a 7, 31º; 32º; 33º e 34º; adicionando os artigos 35º e 36º, passando os Estatutos a ter a seguinte redação:

ESTATUTOS

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

23 de abril de 2021

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

Artigo Primeiro

A sociedade adota a denominação de CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Artigo Segundo

Um - A sociedade tem a sua sede na Rua Comendador Américo Ferreira Amorim, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, podendo a mesma ser transferida por deliberação do Conselho de Administração para qualquer outro local permitido por lei.

Dois - O Conselho de Administração pode criar em qualquer parte do território nacional ou

no estrangeiro delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas de representação que julgue convenientes.

Artigo Terceiro

A sociedade tem por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas e ainda a prestação de serviços de gestão, incluindo financeira, às suas participadas ou a entidades com as quais celebre contratos de subordinação.

CAPÍTULO II

Capital, Ações e Obrigações

Artigo Quarto

A sociedade dura por tempo indeterminado.

Artigo Quinto

O capital social, integralmente realizado, é de euros 133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões de euros).

Artigo Sexto

Um - O capital social é representado por 133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões) de ações.

Dois - As ações têm o valor nominal de euro 1 (um euro) cada uma.

Três - As ações podem revestir a forma meramente escritural ou incorporar-se em títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil.

Quatro - As ações escriturais e as tituladas são reciprocamente convertíveis nos termos da lei.

Cinco - A sociedade pode emitir ações preferenciais sem voto ou converter ações ordinárias em ações preferenciais sem voto.

Seis - As ações preferenciais sem voto podem ficar sujeitas a remição em data fixa ou a deliberar pela Assembleia Geral; a remição é feita pelo valor nominal das ações ou com o prémio que for fixado na deliberação da Assembleia Geral que a decidir. A Assembleia Geral, na deliberação de conversão ou de emissão de ações preferenciais sem voto, fixará o dividendo preferencial ou o critério de determinação do dividendo preferencial, sem prejuízo do dividendo mínimo legalmente estabelecido.

Sete - As ações são nominativas.

Oito - Os títulos representativos das ações são assinados:

- a) por dois administradores;
- b) por um administrador e por um mandatário com poderes especiais para o ato; ou
- c) por dois mandatários, para o efeito designados;

podendo as assinaturas dos administradores ser de chancela por eles autorizada.

Artigo Sétimo

Salvo se diversamente for deliberado, por maioria legalmente estabelecida mas nunca inferior a cinquenta e um por cento do capital social realizado, em Assembleia Geral para o efeito convocada, os acionistas gozam, na proporção das ações que possuírem, do direito de preferência nos aumentos de capital, quer na subscrição das novas ações, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido.

Artigo Oitavo

Um - O Conselho de Administração pode, por resolução tomada por dois terços dos membros dele integrantes, decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de euros 200.000.000,00 (duzentos milhões de euros).

Dois - Nos aumentos de capital que decidir, compete ao Conselho de Administração fixar os respetivos termos e condições, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização.

Três - A autorização para a(s) decisão(ões) de aumento de capital prevista(s) no número um é válida pelo prazo máximo permitido por lei e pode ser renovada uma ou mais vezes.

Artigo Nono

Um - Na realização de entradas referentes às ações que hajam subscrito num aumento de capital, os acionistas ficam constituídos em mora, se não procederem a elas, no todo ou em parte, até ao termo do prazo fixado para o efeito, na respetiva deliberação da Assembleia Geral ou decisão do Conselho de Administração; sobre as importâncias em dívida incidem, pelo tempo que a mora durar, juros à taxa máxima permitida por lei.

Dois - Enquanto ocorrer a situação de mora, prevista no número anterior, suspendem-se todos os direitos sociais inerentes às ações em causa.

Três - Os acionistas em mora na realização de entradas relativas às ações que hajam subscrito num aumento de capital e que, interpelados para efetuarem o pagamento das importâncias em dívida o não façam no prazo máximo de 90 dias acrescidas dos respetivos juros, perdem, a favor da sociedade, essas ações e o montante de todos os pagamentos por conta delas efetuados.

Artigo Décimo

Um - A utilização, por qualquer acionista, de informações obtidas através do exercício do direito de informação, para fins estranhos ao mesmo e para daí retirarem vantagens, pessoais ou patrimoniais, com prejuízo da sociedade ou de outro acionista(s), constitui infrator em responsabilidade, nos termos gerais, pelos danos que lhes causar e pode implicar a amortização das ações por ele detidas.

Dois - A amortização efetua-se por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, em assembleia geral convocada para o efeito a pedido deste último no prazo máximo de sessenta dias a contar do conhecimento do facto que permite a amortização.

Três - A deliberação da Assembleia Geral é comunicada, por qualquer meio, ao acionista por ela afetado.

Quatro - Salvo disposição legal em contrário, a contrapartida da amortização é o valor contabilístico das ações, apurado através do último balanço aprovado ou pelo valor da cotação oficial, à data da deliberação, se inferior àquele.

Cinco - Salvo disposição legal em contrário ou acordo entre as partes, o pagamento da contrapartida da amortização pode ser fracionado em prestações, até ao máximo de seis, iguais, sem qualquer acréscimo de juros ou encargos.

Seis - Sendo realizado de uma só vez, o pagamento da contrapartida da amortização deve ser feito até seis meses após a fixação definitiva dela; sendo fracionado em prestações, a

primeira vence-se no prazo máximo de seis meses contados da data da fixação definitiva da contrapartida e cada uma das demais, em prazo, com referência ao momento estipulado para a realização da anterior, igual ao estabelecido para a inicial.

Sete: Nos termos da lei, o capital social será reduzido por valor correspondente ao valor nominal do número de ações amortizadas.

Artigo Décimo Primeiro

Um - A sociedade pode emitir títulos de dívida legalmente permitidos, designadamente obrigações de todos os tipos previstos na lei, em conformidade com o que for decidido pelo Conselho de Administração ou deliberado pela Assembleia Geral, nos termos da lei.

Dois - As decisões e deliberações de emissão de títulos de dívida e obrigações podem ser tomadas pela maioria que, para cada tipo, a lei especifique como mínima.

Três - As obrigações e, nos casos previstos na lei, demais títulos de dívida podem revestir a forma escritural ou incorporar-se em títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil.

Quatro - As obrigações escriturais e as tituladas são reciprocamente convertíveis nos termos da lei.

Cinco - Os títulos representativos das obrigações são assinados:

- a) por dois administradores;
- b) por um administrador e um mandatário com poderes especiais para o ato; ou
- c) por dois mandatários para o efeito designados;

podendo as assinaturas dos administradores ser de chancela por eles autorizada.

Artigo Décimo Segundo

A sociedade não é obrigada a dividir os títulos objeto de contitularidade que incorporem mais de uma ação ou um título de dívida, enquanto não tiver havido partilha ou divisão entre os contitulares; mas, realizada esta, a divisão dos títulos pode ser efetuada a requerimento dos interessados.

Artigo Décimo Terceiro

As operações de registo das transmissões, conversões e outras, relativas a ações e títulos de dívida, quaisquer que sejam, quando efetuadas a requerimento dos respetivos detentores ou titulares, constituem encargo dos interessados.

Artigo Décimo Quarto

Mediante resolução do Conselho de Administração ou, se a lei a exigir, deliberação dos acionistas, a sociedade pode, nos termos autorizados por lei:

a) adquirir, alienar e onerar, por qualquer forma, ações e títulos de dívida próprios da sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que julgar convenientes;

b) adquirir, alienar, permutar e locar bens imobiliários para as finalidades admitidas na lei, por quaisquer atos ou contratos, bem como onerá-los

CAPÍTULO III Órgãos Sociais Artigo Décimo Quinto

São órgãos da sociedade:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho de Administração, compreendendo uma Comissão de Auditoria;
- c) o Revisor Oficial de Contas.

Artigo Décimo Sexto

Um - Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas são eleitos pelos acionistas, nos termos da lei.

Dois - A eleição é realizada com base nas propostas de listas separadas que sejam apresentadas para cada órgão social, com especificação do cargo que neles competir a cada membro.

Três - Na eleição dos membros do Conselho de Administração, além da indicação dos eleitos como seus Presidente e Vice-Presidente, deverá ainda indicar-se os membros, na sua maioria independentes, que integrarão a Comissão de Auditoria e o respetivo Presidente, devendo observar-se o seguinte:

a) Numa primeira votação, proceder-se-á à eleição isolada de um administrador, não integrante da Comissão de Auditoria, de entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas, contando que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social;

b) Cada lista referida na alínea anterior deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis para o cargo a preencher;

c) O mesmo acionista não poderá subscrever mais do que uma das listas previstas nas alíneas anteriores;

d) Desde que, nesta eleição isolada, sejam apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incidirá primeiramente sobre o conjunto dessas listas, e, depois, sobre as pessoas indicadas na lista vencedora;

e) As listas a que se referem as alíneas anteriores poderão ser apresentadas até ao início da discussão, na assembleia geral, do ponto da ordem do dia relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração, mas devem ser acompanhadas dos elementos de informação a que se refere o artigo 289º, n.º 1, alínea d), do Código das Sociedades Comerciais;

f) Depois de realizada a eleição isolada prevista nas alíneas anteriores, a assembleia geral procederá à eleição dos demais administradores, podendo participar na respetiva deliberação todos os acionistas presentes, tenham estes ou não subscrito ou votado qualquer das listas atrás mencionadas na alínea a);

g) A assembleia geral não poderá proceder à eleição dos restantes administradores enquanto não tiver sido eleita uma das pessoas propostas nas listas isoladas atrás referidas, salvo se não tiver sido proposta qualquer dessas listas.

Quatro - Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, e o Revisor Oficial de Contas consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, devendo subscrever uma declaração de aceitação dos respetivos cargos.

Artigo Décimo Sétimo

Um - O mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas dura por três anos civis.

Dois - Sem prejuízo do disposto no número anterior quanto à duração do mandato dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, e ainda do disposto no número seguinte, a Assembleia Geral anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, poderá deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, com exceção dos administradores integrantes da Comissão de Auditoria que só poderão ser destituídos com fundamento em justa causa.

Três - O disposto no número anterior não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição estabelecidas no artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a) do número três do artigo décimo sexto deste contrato, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado acionistas que representem, pelo menos, vinte por cento do capital social.

Quatro - Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos; o ano civil em que forem eleitos conta como completo para o cômputo do período do mandato.

Cinco - Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas podem ser reeleitos, nos termos da lei.

Seis - Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e o Revisor Oficial de Contas não podem fazer-se representar no exercício dos seus cargos, salvo o disposto nos artigos vigésimo oitavo, número três, e trigésimo, número cinco, deste contrato.

Artigo Décimo Oitavo

As votações dos órgãos sociais revestem a forma que o respetivo Presidente determinar, salvo o disposto em preceitos legais imperativos.

Artigo Décimo Nono

Um - Os membros da Mesa da Assembleia Geral, os administradores integrantes da Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas devem ser retribuídos mediante uma remuneração fixa.

Dois - A remuneração de todos ou alguns dos membros do Conselho de Administração, não integrantes da Comissão de Auditoria, pode consistir, parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

Três - A participação referida no número anterior não pode exceder, para todos os administradores em exercício, três por cento.

Quatro - Compete à Assembleia Geral ou a uma Comissão eleita por aquela deliberar sobre:

- a) a retribuição a que alude o número um;
- b) as remunerações de cada um dos administradores;
- c) quais os administradores cuja remuneração consiste em participação nos lucros, bem como a percentagem destes atribuída a cada um.

Cinco - A Comissão prevista no número anterior será constituída por três membros, que escolherão o respetivo Presidente; o período de duração de funções desta Comissão coincidirá com o dos órgãos sociais.

Seis - A remuneração nos termos estabelecidos no número dois depende sempre da aquiescência dos administradores a quem houver sido atribuída; se algum a não aceitar, a parte correspondente é deduzida ao montante a esse fim destinado.

Assembleia Geral

Artigo Vigésimo

Um - A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas que reúnam as seguintes condições:

- a) Às 0:00 horas (GMT) do quinto dia útil de negociação anterior ao da realização da reunião da Assembleia Geral (Data de Registo), sejam titulares de ações que lhe confirmam, pelo menos, um voto, comprovadamente integradas ou depositadas em sistema centralizado; para o efeito do disposto neste número, as ações deverão manter-se integradas ou depositadas, em nome do acionista, até ao encerramento da reunião;
- b) Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e, sendo o caso, ao Intermediário Financeiro onde a conta de registo individualizado de ações esteja aberta, a sua intenção de participar na Assembleia Geral;
- c) Se for o caso, até ao final do dia da Data de Registo, o respetivo intermediário financeiro tenha enviado ao Presidente da Mesa informação sobre o número de ações registadas em seu nome na Data de Registo.

Dois - Os acionistas e os intermediários financeiros podem utilizar o correio eletrónico para proceder ao envio, respetivamente, da declaração e da informação a que se referem as alíneas a) e b) anteriores.

Três - A cada ação corresponde um voto.

Quatro - Salvo imposição decorrente de preceito legal imperativo, os acionistas sem direito de voto e os possuidores de títulos de dívida não podem assistir às reuniões da Assembleia Geral.

Cinco - É admitido o voto por correspondência, rececionado na sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral.

Seis - Poderá ser admitido o voto por meios eletrónicos, rececionado na sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral, ficando o mesmo sujeito à verificação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à convocação da Assembleia Geral,

da existência de meios de comunicação que garantam a segurança e fiabilidade do voto emitido.

Sétimo - Os votos dados por correspondência ou por meios eletrónicos valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos.

Oitavo - A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência ou por meio eletrónico.

Nono - A sociedade poderá, a solicitação do acionista, enviar por e-mail a informação preparatória da Assembleia Geral, nos quinze dias anteriores à data da sua realização.

Artigo Vigésimo Primeiro

Um - A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário, podendo ter um Vice-Presidente e mais Secretários.

Dois - Os membros da Mesa da Assembleia Geral podem não ser acionistas.

Artigo Vigésimo Segundo

Um - A Assembleia Geral reúne presencialmente, sem prejuízo de, em circunstâncias de exceção justificadas, poder reunir através de meios telemáticos que assegurem os requisitos previstos no número dois do artigo vigésimo oitavo:

a) No prazo legal, para:

a.um) deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;

a.dois) deliberar sobre a aplicação de resultados;

a.três) exercer as demais competências a ela conferidas pela lei ou por este

contrato;

b) sempre que:

b.um) o Conselho de Administração ou a Comissão de Auditoria o solicitem;

b.dois) um ou mais acionistas, com os requisitos e nas condições previstas

na lei, o requeiram.

Dois - O requerimento referido na alínea b), subalínea b.dois), do número anterior deve ser formulado por escrito e dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem do dia e justificando a necessidade da reunião da Assembleia; considera-se não justificado o requerimento cujos motivos, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente as razões dele determinantes.

Três - Salvo disposição legal imperativa, para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de acionistas possa reunir e deliberar, devem estar presentes ou fazer-se representar em primeira convocação, mais de 50% do capital social da Sociedade; em segunda convocação terão de estar presentes ou representados acionistas titulares de ações que correspondam pelo menos à participação exigida por lei para legitimar o pedido da convocação da Assembleia Geral.

Quatro - O(s) acionista(s) a quem, por lei, assista o direito de requerer(em) que na ordem do dia de uma Assembleia Geral já convocada ou a convocar sejam incluídos determinados assuntos, deve(m) deduzir essa pretensão por escrito, dirigido ao Presidente da Mesa,

identificando com clareza e precisão tais assuntos.

Artigo Vigésimo Terceiro

Um - Os acionistas com direito a voto podem fazer-se representar na Assembleia Geral.

Dois - A representação voluntária de um acionista na Assembleia Geral pode ser conferida a um membro do Conselho de Administração, a um acionista ou a um terceiro que para o efeito seja designado.

Três - As pessoas coletivas são representadas por quem nomearem para o efeito.

Quatro - As representações previstas nos números anteriores devem ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por escrito entregue na sede da sociedade com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a reunião a que se referirem, devendo indicar o domicílio do representante e a data da reunião; o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quando tiver dúvidas sobre a veracidade das assinaturas dos escritos comunicando as representações, pode exigir o reconhecimento notarial delas.

Conselho de Administração

Artigo Vigésimo Quarto

Um - A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração (que compreende uma Comissão de Auditoria) composto por um Presidente, um Vice-Presidente e quatro a nove Vogais, um dos quais será Presidente da Comissão de Auditoria.

Dois - A alteração do disposto no número anterior apenas poderá ser deliberada por maioria de acionistas correspondente a dois terços do capital social.

Três -- O Conselho de Administração, sem prejuízo do estipulado no artigo vigésimo nono, poderá ser assessorado por um a três Conselheiros, a designar pelo mesmo de entre pessoas de reconhecido mérito e experiência, com mandatos coincidentes com os dos Administradores, sendo obrigatoriamente convocado(s) para todas as reuniões do Conselho de Administração, e nelas participando sem direito de voto.

Artigo Vigésimo Quinto

Um - Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes de direção, gestão, administração e representação da sociedade e, em especial:

- a) transferir a sede da sociedade para qualquer outro local permitido por lei;
- b) criar, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas locais de representação da sociedade;
- c) adquirir, alienar e onerar, por qualquer forma, ações e títulos de dívida próprios da sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que forem julgadas convenientes;
- d) adquirir, alienar, permutar e locar bens imobiliários para as finalidades admitidas na lei, bem como onerá-los;
- e) exercer e promover o exercício dos direitos da sociedade nas sociedades em que participe;
- f) adquirir, alienar, permutar, locar e onerar por qualquer forma bens mobiliários;
- g) negociar com instituições de crédito operações de financiamento, ativas ou passivas, nos termos, condições e formas que reputar convenientes;
- h) movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, aceitar,

subscrever e endossar cheques, letras, livranças, extratos de fatura e outros títulos de crédito;

i) confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações, bem como comprometer-se em arbitragem;

j) desempenhar as demais funções previstas neste contrato e na lei.

Dois - O Conselho de Administração estabelece as regras do seu funcionamento.

Artigo Vigésimo Sexto

Um - O Conselho de Administração pode, por meio de decisão registada em ata, delegar num ou em mais de um dos seus membros:

a) a execução das decisões do próprio Conselho;

b) a gestão corrente da sociedade;

c) a competência para determinadas matérias de administração.

Dois - O Conselho de Administração pode, nos termos fixados no número anterior, delegar as competências aí referidas numa Comissão Executiva, constituída por um número par ou ímpar de administradores.

Três - O Conselho de Administração define o regime de funcionamento da Comissão prevista no número anterior.

Quatro - A Sociedade terá um Secretário e um Secretário suplente, a designar pelo Conselho de Administração por meio de decisão registada em ata, os quais desempenharão as funções consignadas na Lei.

Artigo Vigésimo Sétimo

Um - Os atos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade vinculam-na se praticados por:

a) um Administrador-Delegado, dentro dos limites da delegação do Conselho de Administração;

b) dois administradores;

c) um administrador e um procurador com poderes para a categoria de atos na qual se inclua aquele em que intervêm;

d) dois procuradores, conjuntamente, com poderes para a categoria de atos na qual se inclua aquele em que intervêm; - ou -

e) um procurador com poderes especiais.

Dois - Nos atos de mero expediente basta a intervenção de um administrador ou um procurador.

Artigo Vigésimo Oitavo

Um - O Conselho de Administração reúne-se mediante convocação, por qualquer meio, do seu Presidente ou de dois outros administradores, nos termos da lei.

Dois - O Conselho de Administração reúne-se quando e onde o interesse social o exigir. Consideram-se presentes os administradores que intervenham nas reuniões do Conselho através de meios telemáticos que assegurem, em tempo real, a transmissão e receção simultâneas de voz ou de voz e imagem, desde que consideradas suficientes a sua segurança e fiabilidade e, no início da respetiva reunião, seja aprovada pela maioria dos

participantes.

Três - Qualquer administrador pode fazer-se representar numa reunião por outro administrador, que não seja integrante da Comissão de Auditoria, mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho.

Quatro - Os administradores podem votar por correspondência as resoluções do conselho de administração.

Cinco - O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade nas decisões do Conselho.

Seis - Conduzem a falta definitiva de um administrador quatro faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas, em cada ano civil, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração. A falta definitiva de um administrador é declarada pelo Conselho de Administração, devendo proceder-se à sua substituição nos termos legais.

Artigo Vigésimo Nono

Um - O Conselho de Administração pode nomear comissões internas especializadas, presididas por um administrador independente e compostas maioritariamente por membros de órgãos da sociedade, a quem atribua funções no âmbito societário.

Dois - O Conselho de Administração fixa a composição, o período de duração de funções e o regime de funcionamento das Comissões referidas no número anterior.

Comissão de Auditoria

Artigo Trigésimo

Um - A fiscalização da sociedade compete a uma Comissão de Auditoria e a um Revisor Oficial de Contas.

Dois - A Comissão de Auditoria é composta por três ou quatro membros do Conselho de Administração, a maioria dos quais independentes, podendo ter um suplente, tendo o Presidente da Comissão de Auditoria voto de qualidade nas decisões da Comissão.

Três - Pelo menos um dos membros da Comissão de Auditoria deverá ter curso superior ajustado ao exercício das suas funções, com elevada competência nas áreas financeiras, contabilísticas e de auditoria e que, nos termos da lei, seja independente.

Quatro - A Comissão de Auditoria reúne-se mediante convocação, por qualquer meio, seu Presidente, sempre que este o entenda ou algum dos membros da Comissão lho solicite, nos termos da lei imperativa.

Cinco - A Comissão de Auditoria deverá ter, pelo menos, uma reunião bimestral. Consideram-se presentes os membros que intervenham nas reuniões da Comissão através de meios telemáticos que assegurem, em tempo real, a transmissão e receção simultâneas de voz ou de voz e imagem, desde que consideradas suficientes a sua segurança e fiabilidade e, no início da respetiva reunião, seja aprovada pela maioria dos participantes. Qualquer membro da Comissão de Auditoria pode fazer-se representar por outro membro, mediante carta dirigida ao Presidente da Comissão.

Seis - Os membros da Comissão de Auditoria não podem integrar a Comissão Executiva da Sociedade.

Sete - Conduzem a falta definitiva de um membro da Comissão de Auditoria quatro faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas, em cada ano civil, sem justificação aceite pela

Comissão. A falta definitiva de um membro da Comissão de Auditoria é declarada pela Comissão, devendo proceder-se à sua substituição nos termos legais.

Artigo Trigésimo Primeiro

Para além das competências que lhe sejam atribuídas por lei, cabe à Comissão de Auditoria:

- a) Fiscalizar a eficácia do sistema de auditoria interna;
- b) Fiscalizar a revisão legal de contas;
- c) Propor os auditores externos da Sociedade;
- d) apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste outros serviços à Sociedade;
- e) Aprovar os planos de atividade de auditoria interna e externa;
- f) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores ou terceiros;
- g) Pronunciar-se sobre os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Revisor Oficial de Contas

Artigo Trigésimo Segundo

Um - O exame das contas da Sociedade cabe a um Revisor Oficial de Contas, que pode ser uma pessoa singular ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, os quais desempenharão as funções consignadas na Lei, designado pela Assembleia Geral.

Dois - A sociedade designa um revisor oficial de contas efetivo e um suplente.

Três - O Revisor Oficial de Contas deve proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas da Sociedade.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo Trigésimo Terceiro

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais poderão ser derogados por deliberação dos acionistas em assembleia geral.

Artigo Trigésimo Quarto

Um - Os resultados líquidos de cada exercício, deduzidos dos valores necessários à formação ou reintegração da reserva legal, na percentagem exigida por lei, terão a aplicação que a Assembleia geral deliberar nos termos seguintes:

a) afetação a qualquer finalidade de interesse social, designadamente à participação neles, até cinco por cento, de colaboradores da sociedade, segundo o critério e nas formas e condições que o Conselho de Administração propuser;

b) atribuição, a título de dividendos aos acionistas;

c) qualquer outra aplicação admitida por lei e não proibida pelo presente contrato.

Dois - Serão autorizados adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício, até ao máximo permitido por lei.

Artigo Trigésimo Quinto

Um - A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei ou mediante deliberação de acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, oitenta e cinco por cento do capital social realizado.

Dois - A liquidação do património, em consequência da dissolução da sociedade, é feita extrajudicialmente, por uma comissão constituída pelos membros do Conselho de Administração em exercício, salvo deliberação dos acionistas em sentido diverso.

Artigo Trigésimo Sexto

Um - Todos os diferendos que se suscitarem entre acionistas ou entre eles e a sociedade, em relação com o presente contrato ou com deliberações sociais, serão submetidos ao Centro de Arbitragem Comercial do Instituto de Arbitragem Comercial, para resolução definitiva por tribunal arbitral funcionando sob a égide do referido Centro, nos termos do respectivo Regulamento.

Dois - A arbitragem decorrerá na sede da Associação Comercial do Porto/Câmara de Comércio e Indústria do Porto.

Três - O tribunal arbitral será composto por três árbitros.

Quatro - Os árbitros julgam segundo o direito constituído português.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

DÉCIMO PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

A Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na qualidade de acionista da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., considerando as deliberações tomadas no âmbito dos pontos nono e décimo da ordem de trabalhos, que tiveram como consequência o fim do atual mandato dos membros dos órgãos sociais,

propõe

que a Assembleia Geral desta sociedade delibere eleger, para um novo mandato, triénio 2021/2023, os seguintes membros para os órgãos sociais individualmente considerados:

PROPOSTA 11º-A:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Paulo de Tarso da Cruz Domingues, casado, residente na Rua Feliciano Gomes Ruiz, nº 89 – 4475-635 Maia, com o NIF 194 759 571;

Secretário: Rui Paulo Cardinal Carvalho, solteiro, maior, residente na Rua de Santa luzia, nº 929, 2º C – 4250-420 Porto, com o NIF 259 593 591;

PROPOSTA 11º-B:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (compreendendo a COMISSÃO DE AUDITORIA)

Presidente: António Rios de Amorim, casado, residente na Quinta do Monte, Travessa Alegre, nº 47 – Foz do Douro – 4150-038 Porto, com o NIF 126 620 776;

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, casado, residente na Avenida da Boavista, nº 4892, 4100-125 Porto, com o NIF 194 652 483;

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida, casado, residente na Praça Artur Santos Silva, nº 52 – 8º Dtº, 4200-074 Porto, com o NIF 136 849 202;

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista, casada, residente na Rua de Nevogilde, nº 103, 4150-528 Porto, com o NIF 126 620 784;

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim, casada, residente na Avenida da Boavista, n.º 5389 – H10, 4100-142 Porto, com o NIF 201 444 054;

Vogal: Juan Ginesta Viñas, casado, residente em Calle Amadeo Vives 1, 17458 Fornells de la Selva, Girona, Espanha, com o NIF 278 921 809;

Vogal: José Pereira Alves, casado, residente na Rua Alfredo Keil, n.º 257 A, 3.º Esq., 4150-049 Porto, com o NIF 105 189 030 - **Presidente da Comissão de Auditoria**;

Vogal: Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro, casada, residente em Flat 12, 258 Brompton Road, SW3 2AT London, com o NIF 196 317 010 - **Vogal da Comissão de Auditoria**;

Vogal: Cristina Galhardo Vilão, viúva, domicílio profissional na Rua Castilho, n.º 13-D – 7.ºA, 1250-066 Lisboa, com o NIF 158 288 781 - **Vogal da Comissão de Auditoria**;

Vogal: António Lopes Seabra, casado, residente na Rua João de Barros, 90 B – 8.º Esq., 4150-413 Porto, com o NIF 125302932 - **Vogal da Comissão de Auditoria**;

PROPOSTA 11.º-C:

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A., NIPC - 505 988 283, com sede na Av. da República, n.º 90 – 6.º - 1600-206 Lisboa, com a Inscrição na OROC - n.º 178 e na CMVM n.º 20161480, representada por **Rui Manuel da Cunha Vieira** (ROC n.º 1154), casado, inscrição na CMVM com o n.º 20160766, domicílio profissional na Avenida da República, 90 – 6.º andar, 1600-206 Lisboa, com o NIF 185 961 827;

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva (ROC n.º 1258), casado, inscrição na CMVM com o n.º 20160869, domicílio profissional na Avenida da República, 90 – 6.º andar, 1600-206 Lisboa, com o NIF 184 437 202.

Mozelos – Santa Maria da Feira

29 de março de 2021

Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A.

A Administração

Curriculum Vitae
(summa)
de
Paulo de Tarso da Cruz Domingues

Dados pessoais

Data de Nascimento: 18 de agosto de 1964

Naturalidade: S. Martinho de Bougado, atual concelho da Trofa

Nacionalidade: Portuguesa

Domicílio profissional: Rua S. João de Brito, 605 E, 4.º, 4100-455, Porto

Email: paulo.tarso@abreuavogados.com

A) Graus Académicos:

- Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Porto), em 1987
- Mestre em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de Ciências Jurídico-Empresariais, com a tese “Do Capital Social – Noção, Princípios e Funções”, em 1997
- Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Ciências Jurídico-Civilísticas (na área de Direito Comercial), com a tese “Variações sobre o Capital Social”, em 2009

B) Qualificações Profissionais:

- Professor Associado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde leciona a disciplina de Direito Comercial, desde 1998
- Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desde 2018
- Membro, desde 2009, do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desde 2018

- Presidente do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (2010-14)
- Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados, desde 1989
- Sócio da Abreu Advogados, desde 2008
- Membro do I.D.E.T. — Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Investigador integrado do C.I.J.E — Centro de Investigação Jurídico Económica, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- Membro da comissão de redação da revista "Direito das Sociedades em Revista"
- Membro da comissão de redação da revista "RED – Revista Electrónica de Direito"
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da *PBS – Porto Business School*
- Membro da Associação Internacional de Seguros
- Membro da APA – Associação Portuguesa de Arbitragem
- Árbitro das listas de diversos Centros de Arbitragem em Portugal e no Brasil
- Membro e Vice-Presidente da mesa da Assembleia Geral da Concórdia – Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos e Arbitragem
- Presidente da Associação Direito das Sociedades em Revista

C) Atividade como Docente, Investigador e Académico:

- Participação em diversas palestras, conferências, seminários, cursos de pós-graduação e cursos de Mestrado, essencialmente na área do direito das sociedades, nomeadamente na Facultad de Derecho da Universidad de Salamanca, na Universidade de Timor-Leste, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Universidade Católica Portuguesa (Porto e Lisboa), na Escola de Direito da Universidade do Minho, na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade Portucalense, na Assembleia Legislativa de Macau, na Ordem dos Advogados e na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Participação em dezenas de júris de provas de mestrado e de doutoramento na área de direito comercial, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade Católica (Porto e Lisboa), na Faculdade de Direito da Universidade de Macau e na Facultad de Derecho da Universidad de Salamanca
- Orientação de dezenas de teses de mestrado e de doutoramento

C) Outras Atividades Profissionais:

- Exercício da advocacia desde 1989
- Jurisconsulto
- Participação, como árbitro presidente e árbitro de parte, em diversos processos arbitrais
- Presidente da assembleia geral de diferentes sociedades

D) Principais publicações

- Autor de mais de oitenta publicações e artigos, especialmente sobre direito societário, destacando-se, entre outros, a sua colaboração no manual "Estudos de direito das sociedades", AAVV (coord. de Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2015 (12.^a edição), Coimbra, Almedina; a sua colaboração no nos 7 volumes do Código das sociedades em comentário, editados pela Almedina; "A vinculação das sociedades por quotas no Código das Sociedades Comerciais", Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Ano I, Coimbra, Coimbra Editora, 2004; "Os meios telemáticos no funcionamento dos órgãos sociais. Uma primeira aproximação ao regime do capital social", Reformas do Código das Sociedades, IDET – Instituto de Direito das empresas e do Trabalho, Coimbra, Almedina, 2007; "Traços essenciais do novo regime das acções sem valor nominal", in *Capital social livre e acções sem valor nominal*, coord. Paulo de Tarso Domingues e Maria Miguel Carvalho, Coimbra, Almedina, 2011; e "A reforma dos administradores", *Para Jorge Leite – Escritos jurídicos*, coord. João Reis et als., vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2015

E) Ligações à Corticeira Amorim, SGPS, SA

Nos termos do artigo 289.º, n.º 1, al. d), *in fine*, do CSC, declaro que não exerço nem exerci qualquer atividade para a Corticeira Amorim, SGPS, SA, e que não tenho nem tive qualquer participação social desta sociedade.

Porto, 23 de março de 2021

Curriculum Vitae
(summa)
de
Rui Paulo Cardinal Carvalho

Dados pessoais

Data de Nascimento: 16 de setembro de 1993

Naturalidade: Paranhos, concelho do Porto

Nacionalidade: Portuguesa

Domicílio profissional: Rua S. João de Brito, 605 E, 4.º, 4100-455, Porto

E-mail: rui.c.carvalho@abreuadvogados.com

A) Graus Académicos:

- Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2015.
- Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de Ciências Jurídico-Empresariais, com a tese “A Arbitragem Societária em Portugal – Entre o vazio legal e a esperança de um projeto”, em 2020.

B) Qualificações Profissionais

- Advogado Estagiário na Abreu Advogados (2017 – 2019)
- Advogado Associado na Abreu Advogados (2019 – Presente)

C) Outras Atividades Profissionais

- Participação, como secretário, em diversos processos arbitrais

D) Publicações

- Artigo “A Infecção por VIH/SIDA como Deficiência na Aceção da Diretiva 2000/78/CE – Realidade ou Mera Possibilidade? – Breve Análise do Problema à Luz da Evolução da Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia”, publicado na Revista de Direito Público, n.º 18

- Artigo “Sobre a obrigação de não concorrência nos negócios de transmissão de empresa”, publicado no Boletim da Faculdade de Direito de Macau, n.º 40

E) Ligações à Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 289.º, n.º 1, al. d), *in fine*, do Código das Sociedades Comerciais, declaro que não exerço nem exerci qualquer atividade para Corticeira Amorim, SGPS, S.A., e que não tenho nem tive qualquer participação social desta sociedade ou de qualquer sociedade.

Porto, 19 de março de 2021

DADOS PESSOAIS

Nome: António Rios de Amorim
Data de Nascimento: 15 de Agosto de 1967
Nacionalidade: Portuguesa
Estado Civil: Casado (2 filhos)



FORMAÇÃO ACADÉMICA

1986 - 1989 Degree of Commerce - Faculty of Commerce and Social Sciences – Universidade de Birmingham (Reino Unido)

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2007 Executive Program in Strategy and Organization – Graduate School of Business Stanford University (EUA)

2001 Managerial Skills for International Business – INSEAD (França)

1992 The Executive Program in Business Administration: Managing the Enterprise - Columbia University Graduate School of Business (EUA)

1989 Diplôme d’Oenologie – Universidade de Bordéus (França)

1989 Marketing Certificate – London Chamber of Commerce (Reino Unido)

1986 English Certificate - Joint Matriculation Board (Reino Unido)

1986 Business Studies Certificate - AEB Board A Level (Reino Unido)

1985 Principles of Management Certificate – London Chamber of Commerce (Reino Unido)

1977 - 1985 12º Ano de Escolaridade - Colégio dos Carvalhos (Portugal)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL / DISTINÇÕES

Abril 2018	EY Entrepreneur of the Year - Portugal
desde Fevereiro 2018	Membro do International Business Policy Advisory Board do Instituto Internacional de San Telmo (Sevilha)
desde Junho 2015	Membro do Conselho Geral da COTEC Portugal
desde Abril 2015	Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia e Gestão (Universidade Católica Portuguesa)
desde Julho 2014	Cônsul Honorário da República da Bulgária em Santa Maria da Feira com jurisdição nos distritos do Porto, Aveiro e Braga
desde Fevereiro 2014	Membro do Conselho Consultivo da ATEC-Associação de Formação para a Indústria
desde Outubro 2013	Membro do Conselho Estratégico do IB-S-Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade (Universidade do Minho)
desde Março 2013	Vice-Presidente do Conselho Superior da Associação das Empresas Familiares
2011 – 2012	Membro do Conselho Geral da CIP–Confederação Empresarial de Portugal
2009 – 2012	Membro Co-optado do Conselho Geral da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
2008 – 2015	Membro do Conselho Geral da <i>Porto Business School</i>
2007 – 2013	Vogal da Direcção da Associação das Empresas Familiares
desde 2007	Membro do Conselho Consultivo da APCER
Janeiro 2006	Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial – classe de mérito industrial: Comendador
2005 – 2012	Presidente da Filcork-A Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça
2003 – 2010	Presidente da <i>Confédération Européenne du Liège</i>
2002 – 2011	Presidente da Associação Portuguesa de Cortiça
2002 – 2014	Membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal
desde Março 2001	Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, SGPS, SA
1996 – 2001	Administrador Delegado da Amorim & Irmãos, SA e suas afiliadas
1994 – 2006	Membro do Conselho Fiscal da Seguros e Pensões, Gere
1993 – 2006	Administrador da Sociedade Figueira-Praia, SA
1993 – 1995	Responsável Operacional da Amorim-Empreendimentos Imobiliários, SGPS, SA
1992 – 1995	Administrador Executivo da Amorim Hoteis, SA
1991 – 1995	Associado da European Round Table of Industrialists
1990 – 1991	Administrador Executivo da Indústria Têxtil do Ave, SA
desde Janeiro 1990	Vogal do Conselho de Administração da Amorim-Investimentos e Participações, SGPS, SA
1989 – 1990	Estágio na Amorim-Investimentos e Participações, SGPS, SA com especial incidência em todas as áreas da cortiça.

CARGOS EM EXERCÍCIO

- Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, SA (Vogal do Conselho de Administração)
- Amorim – Serviços e Gestão, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Vogal do Conselho de Administração)
- Amorim – Viagens e Turismo, Lda (Gerente)
- Amorim Bartop – Investimentos e Participações, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Champcork, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Cork Composites, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Cork Flooring, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Cork Insulation, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Cork Research, Lda (Gerente)
- Amorim Cork Services, Lda (Gerente)
- Amorim Cork, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Cork, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Desenvolvimento – Investimentos e Serviços, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Florestal, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Florestal España, SL (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Florestal II, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Florestal III, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Global Investors, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Natural Cork, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Subertech, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Amorim Top Series, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Chapius, SL (Presidente do Conselho de Administração)
- Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Compruss – Investimentos e Participações, Lda (Gerente)
- Corticeira Amorim, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva)
- Cosabe – Companhia Sivo – Agrícola da Beira, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Dom Korkowy Sp. z.o.o. (Vogal do Conselho de Administração)
- Equipar – Participações Integradas, SGPS, Lda (Gerente)
- ETS Christian Bourrassé, SA (Vogal do Conselho de Administração)
- Francisco Oller, SA (Vogal do Conselho de Administração)
- Korken Schiesser, GmbH (Presidente do Conselho de Administração)
- Montinho das Ferrarias de Baixo - Sociedade Agroflorestal, SA (Administrador Único)
- Montinho SGPS, SA (Administrador Único)
- Olimpíadas Barcelona 92, SL (Presidente do Conselho de Administração)
- OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda (Gerente)
- Pimpolho SGPS, SA (Administrador único)
- QM1609 – Investimentos Imobiliários, SA (Administrador Único)
- Quinta do Monte 2020 SGPS, SA (Administrador Único)
- Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, SA (Vogal do Conselho de Administração)
- SIBL – Société Industrielle Bois Liège (Gerente)
- Société Nouvelle des Bouchons Trescases, SA (Diretor)
- Taboadella, SA (Vogal do Conselho de Administração)
- Vinolok, AS (Administrador)

OUTROS CARGOS:

- Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não é titular de acções da Corticeira Amorim SGPS, SA.

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Avenida da Boavista, 4892

4100-125 Porto, Portugal

Tel.: 963 229 772

Email: nuno.barroca@amorim.com

Data de Nascimento: 24 de Novembro de 1970

Formação

1993 – *Administração de Empresas* – Universidade Católica Portuguesa (Porto)

Experiência Profissional

Deu início à carreira profissional na área dos Seguros (Ocidental Seguros – 1993), Assets Investment (Merril Lynch – 1995) e Banca Privada (Banco Comercial Português – 1996), especializado em análise financeira e investimento privado.

Em 2000, entra no GRUPO AMORIM, com responsabilidades executivas na empresa Natureza, SA, SGPS, SA (turismo, alimentação e bebidas).

Foi nomeado membro do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, SGPS em 2003 e em 2006 como membro da Comissão Executiva da Sociedade, com a responsabilidade de Auditoria Interna e Sustentabilidade Empresarial. Desde 2012, é Vice-Presidente da Corticeira Amorim, SGPS, SA.

Actualmente, ocupa os seguintes cargos:

Membro do Conselho de Administração: Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, SA; Amorim Cork, SA; Amorim Cork, SGPS, SA; Amorim Cork Composites; Amorim Florestal, SA; Amorim Florestal II, SA; Amorim Florestal III, SA; Cosaabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, SA; Amorim Industrial Solutions – Imobiliária, SA; Amorim Cork Insulation, SA; Amorim Natural Cork, SA; Amorim Cork Flooring, SA Portugal e Alemanha; API – Amorim Participações Internacionais, SGPS, SA; Casa das Heras – Empreendimentos Turísticos, SA; Corticeira Amorim, SGPS, SA; Imobis – Empreendimentos Imobiliários Amorim, SA; Mosteiro de Grijó – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, SA; Paisagem do Alqueva, SA; Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, SA; Taboadella, SA; Atitlan Real Estate Porto Imóveis, SA; Atitlan Porto Investments, SA

Gerente: Amorim Cork Ventures, Lda.; Corecochic – Corking Shoes Investment, Lda; OSI – Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda; AmaroKa, Lda.

Outras informações:

Fluente em inglês

Orador convidado em Seminários e Conferências

Actividades:

Membro do CCE - Council of Cooperation Economic
Membro da APBA – Associação Portuguesa Business Angels
Presidente do Conselho Fiscal – Federação Portuguesa de Ténis
Conselheiro na Ahorro Corporación Financeira, SL
Consul Honorário da Noruega

Não é titular de ações da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Informação Pessoal



Cristina Amorim

 103 Rua de Nevogilde, 4150-528 Porto, Portugal

 +351 227475425

 cristina.amorim@amorim.com

Género Feminino | Data e local de nascimento 06/11/1968, Santa Maria de Lamas | Nacionalidade Portuguesa

CARGO **VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

De 1994 à presente data

Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

1994 até 1997 – Corporate Finance

1997 até 2003 – Chief Financial Officer

2003 até 2012 – Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer

2012 até à presente data – Vice-Presidente do Conselho de Administração e Chief Financial Officer

De 1997 à presente data

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

De 1997 até 2017 – Investor Relations Officer

De 1997 até à presente data – Chief Financial Officer

De 2012 até à presente data – Vogal Não Executivo do Conselho de Administração

De 2017 à presente data

Banco BPI, S.A.

2017 até à presente data: Vogal Não Executivo do Conselho de Administração

2017 a 2020: Vogal da Comissão de Risco

2020 até à presente data: Presidente da Comissão de Risco e Vogal da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações

De Março a Dezembro de 1993

Analista Júnior

Soserfin – Sociedade de Investimentos e Serviços Financeiros, S.A.

De Janeiro a Março de 1993

Analista Júnior

Rothschild Asset Management Limited – Londres

N. M. Rothschild & Sons Limited - Corporate Finance – Londres

De Outubro a Dezembro de 1992

Trainee

S. G. Warburg España – Corporate Finance – Madrid

EDUCAÇÃO

- De 1991 a 1992 **Master in Business Administration | International Banking and Finance**
Birmingham Business School – The University of Birmingham – Londres, Reino Unido

- De 1986 a 1991 **Licenciatura em Economia**
Faculdade de Economia – Universidade do Porto

Competências Pessoais

Língua materna: Português

Outras Línguas

	COMPREENSÃO		PRODUÇÃO ORAL		ESCREVER
	Ouvir	Ler	Interagir	Falar	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
	Advanced General English & English for Business and Commerce – The Pitman School of English – London, UK (1991) First Certificate in English – University of Cambridge, UK (1985) Certificates: TOEFEL (1991) and GMAT (1991)				
Francês	B2	B2	B2	B2	B2
Espanhol	C1	C1	B2	B2	B1

Informação adicional

- Prêmios e reconhecimentos**: Best Investor Relations officer, 2016, IRG Awards (Deloitte)
- Membro de**: Membro da Ordem dos Economistas
- Formação**: International Management (1992-93)
Universidade Católica Portuguesa

Marketing of Financial Services (1991-1992)
Barclays Bank, Birmingham Polytechnic

ANEXOS

1. **Cargos em exercício**
2. **Outros cargos de administração exercidos (últimos cinco anos)**

1. Cargos em exercício;

Cargos de Administração:

- Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, SA (Vice-Presidente do Conselho de Administração e CFO)
- Amorim – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração)
- Corticeira Amorim, SGPS, SA (Vogal Não-Executivo do Conselho de Administração e CFO)
- Banco BPI, S.A. (Vogal Não-Executivo Independente do Conselho de Administração)

Cargos em Instituições sem Fins Lucrativos:

- BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – Membro da Direção
- AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado – Membro do Conselho Geral, em representação da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (mandato termina em 2016; mantém-se em funções até nova eleição)

2. Outros cargos de administração já exercidos (últimos cinco anos):

De	Até	Empresa
2015	Fev. 2017	MCMAB – Serviços e Gestão, Lda.
2014	Fev. 2017	Amorim Cork Services, Lda.
2012	Fev. 2017	Amorim International Participations, B.V.
2010	Fev. 2017	Corunhal – Sociedade Agro-Florestal, S.A.
2009	Fev. 2017	Amorim – Participações Agro-Florestais, S.G.P.S., S.A.
2009	Fev. 2017	Amorim Finingest, SGPS, S.A.
2008	Fev. 2017	Amorim Global Investors, SGPS, S.A.
2008	Fev. 2017	Agolal – Sociedade Agro-Florestal, S.A.
2008	Fev. 2017	Agro-Pecuária Mirante e Freires, S.A.
2008	Fev. 2017	Bomsobro – Sociedade Agro-Florestal, S.A.
2008	Fev. 2017	Fruticor – Sociedade Agrícola de Frutas e Cortiças, S.A.
2008	Fev. 2017	INC. Livros e Edições de Autor, Lda.
2006	Fev. 2017	Amorim Serviços e Gestão, S.A.
2006	Fev. 2017	Amorim Viagens e Turismo, Lda
1999	Fev. 2017	Amorim Desenvolvimento - Investimentos e Serviços, S.A.
1998	Fev. 2017	Afaprom – Sociedade Agro-Florestal, S.A.
1998	Fev. 2017	Caneicor – Sociedade Agro-Florestal da Caneira, S.A.
1991	Fev. 2017	Cimorim – Sociedade Agro-Florestal, S.A.
1990	Fev. 2017	Resiféria – Construções Urbanas, S.A.

* Ano da primeira nomeação/eleição para o órgão de administração.

3. Detenção de ações da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

Não é titular de ações da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

Mozelos, 29 de março de 2021

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

- Nome: **LUISA ALEXANDRA RAMOS AMORIM**
- Data de Nascimento: 20 de agosto de 1973
- Naturalidade / Residência: Espinho/ Porto - Portugal
- Estado Civil: Casada

QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS

- **Em 1999** Cese em Marketing pelo ISAG no Porto
- **Em 1997** Bacharelato em Direção Hoteleira pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Desde 2020 **Membro da Direção**
ACIBEV
- Desde 2018 **Membro Conselho Geral**
Universidade Nova de Lisboa
- Desde 2017 **Cônsul Honorária da Hungria**
no Porto
Presidente do Grupo VINTAGE PRIME, SGPS SA
Com participação direta (100%)
- Desde 2010 **Fundadora e Presidente**
Associação Bagos D'Ouro
- Desde 2002 **Ingressou no Grupo Corticeira Amorim**
Com participação indireta

SOCIEDADES ONDE É MEMBRO DOS ORGÃOS SOCIAIS

- Desde 2018 **Presidente do conselho de Administração**
Taboadella
- Desde 2016 **Presidente do Conselho de Administração**
Amorim Negócios Internacionais, SA

Vogal do Conselho de Administração

Amorim - Serviços e Gestão, SA

Amorim Capital, SA

Amorim Desenvolvimento – Investimentos e Serviços, SA

Amorim Global Investors, SGPS, SA

Gerente

Amorim – Viagens e Turismo, Lda

OSI – Sistemas Informáticos e Eletrotécnicos, Lda.

- Desde 2013

Vogal do Conselho de Administração

Corticeira Amorim, SGPS, SA

- Desde 2012

Presidente do Conselho de Administração

Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, SA (iniciando a função de Diretora executiva em 2002)

- Desde 2002

Vogal do Conselho de Administração

Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA

Não é titular de ações da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Data: 30 março 2021

DADOS PESSOAIS

Nome: *Fernando José de Araújo dos Santos Almeida*
Morada: *Praça Artur Santos Silva, nº 52 – 8º Dtº
4200-534 Porto*
Bilhete Identidade: *3997806 – 08/09/2003 – Porto*
Contribuinte: *136 849 202*
Data de Nascimento: *30 de Julho de 1961*
Naturalidade: *Vila Nova de Gaia*
Nacionalidade: *Portuguesa*
Estado Civil: *Casado*

FORMAÇÃO ACADÉMICA

*1983 - 1984 Licenciado em economia pela Faculdade de
Economia da Universidade do Porto*

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

*Diversos cursos e seminários nas áreas de Balanced
Scorecard, Gestão Estratégica, Controlo de Gestão,
Avaliação da Performance e Sistemas de Suporte à
Decisão*

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

*2002 Director de Desenvolvimento Organizativo e
Planeamento e Controlo de Gestão da Corticeira
Amorim, SGPS, SA*

*2000 – 2002 Director de Processos e Sistemas de Informação da
Amorim Revestimentos, SA*

*1994 – 2000 Director de Controlo de Gestão da Amorim
Revestimentos, SA*

*1991 – 1994 Responsável do Departamento de Consolidação,
Reporting e Relação com Investidores da Corticeira
Amorim, SGPS, SA*

*1989 – 1991 Responsável pelo Departamento de Controlo de
Gestão da Fitor, SA*

1986 – 1989

Início da actividade profissional na KPMG

Intervenções regulares como orador nos cursos de especialização e pós graduação em Controlo de Gestão do Overgest (ISCTE – Lisboa) e em sessões de apresentação da experiência da Corticeira Amorim na implementação de Balanced Scorecard

Não é detentor de acções da Corticeira Amorim, SGPS, SA

DADOS PESSOAIS

Nome: *Juan Ginesta Viñas*
Morada: *Calle Amadeo Vives 1 de Fornells de la Selva*
Espanña
Bilhete Identidade: *40.225.773-S*
Data de Nascimento: *06 de Agosto de 1940*
Naturalidade: *Girona – Espanña*
Nacionalidade: *Espanhola*
Estado Civil: *Casado*

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1968 – 1973 **Director comercial da International Harvester**
1973 – 1977 **Director geral da Demag.EO**
1977 – 1985 **Director geral da Hunter Douglas e responsável nas sucursais Brasil, Argentina e Chile**
Director geral de Cia. Española para la fabricación – Mecánica del Vidrio S.A.
1985 – 1990 **Administrador e Presidente da Torras Domenech**
1990 – 1996 **Sócio da TEG Holding – Fundo de Investimento Holandês**
1996 até hoje **Administrador da Trefinos, S.L.**

CARGOS SOCIAIS

Administrador das Sociedades Espanholas – Trefinos, S.L. e Les Finques, S.A. e administrador da sociedade Portuguesa – Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. desde 20 de Julho de 2012.

Não é detentor de acções da Corticeira Amorim, SGPS, SA



José Pereira Alves

Curriculum Vitae

Nome completo	José Pereira Alves
Nascimento	Castro Laboreiro – Melgaço em 29 de setembro de 1960
Morada	Rua Alfredo Keil 257A, 3º Esq, 4150-049 Porto
Nacionalidade	Portuguesa
Percurso académico e formação profissional	<p>Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto em 1985;</p> <p>Curso de preparação para o exame de ROC, ministrado pela então CROC (hoje OROC);</p> <p>Múltipla formação profissional recebida durante os 32 anos de permanência na PwC (até 1998 Coopers & Lybrand), quer em Portugal quer no estrangeiro, ministrada quer por formadores internos quer por externos, sendo que a maioria dessa formação foi intraempresa, embora nalguns casos com o envolvimento de instituições de ensino, nomeadamente o Insead;</p> <p>Corporate Governance – A Liderança de Boards pela Nova Executive Education em Outubro de 2017.</p>
Nível de conhecimento de línguas estrangeiras	<p>Inglês – Utilizador Independente – B2</p> <p>Espanhol – Utilizador Avançado – C1</p> <p>Francês – Utilizador Básico – A2</p>
Experiência profissional	<p>De 1984 a 1993 trabalhou como técnico de auditoria na firma internacional de auditoria Coopers & Lybrand, tendo sido responsável pela execução e controlo de vários trabalhos de auditoria financeira, análise a sistemas de controlo interno e procedimentos contabilísticos, quer em empresas nacionais quer em empresas internacionais.</p> <p>Em 1990, após exame de qualificação profissional, é Revisor Oficial de Contas, inscrito na lista oficial da, então, Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, passando a colaborador da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Boto, Amorim & Associados, SROC. Em 1993 torna-se sócio da sociedade de Revisores Oficiais de Contas Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC.</p> <p>A 1 de Janeiro de 1994 assume o cargo de sócio da PwC, tendo sido responsável, ao longo de mais de 22 anos, pela coordenação de trabalhos de auditoria e revisão de contas de vários grupos, nomeadamente, Amorim, RAR, Salvador Caetano, Nors, Ibersol, TAP, CTT, Semapa e Jerónimo Martins, entre outros.</p>

José Pereira Alves

Curriculum Vitae

Integrou entre 2001 e 2003 o Territory Leadership Team, órgão de gestão da PwC em Portugal, assumindo a responsabilidade pelas áreas de Learning & Development e Audit Methodology.

A partir de 1 de julho de 2007 voltou a integrar o órgão de gestão da PwC em Portugal, assumindo a função de Territory Human Capital Partner, bem como, a responsabilidade pela área de Knowledge Management.

Entre 1 de julho de 2011 e 30 de junho de 2015 assumiu a liderança da PwC em Portugal, enquanto Territory Senior Partner (Presidente).

Em 30 de junho de 2016 deixou de ser sócio da PwC Portugal.

Desde fevereiro de 2017 é Presidente do Conselho Fiscal da SFS – Gestão de Fundos, SGOIC, S.A..

De março de 2017 a dezembro de 2018 foi Vogal do Conselho Fiscal da Gestmin SGPS, S.A..

Desde junho de 2018 é Vogal do Conselho Fiscal da GMG – Grupo Manuel Gonçalves, SGPS, S.A. (em final de mandato).

Desde outubro de 2018 é Presidente do Conselho Fiscal da The Fladgate Partnership, S.A..

Desde abril de 2019 é Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A..

Desde maio de 2019 é Presidente do Conselho Fiscal da NOS, SGPS, S.A..

Foi responsável pela coordenação da Pós-Graduação em Auditoria no ISAG entre 2000 e 2002.

Integrou o corpo docente do MBA em Finanças da Faculdade de Economia do Porto entre 2004 e 2008.

Foi membro do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É membro do Conselho Geral do Instituto Português de Auditoria Interna.

Não é detentor de ações da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Curriculum Vitae

Marta P. Coelho

London School of Economics, Houghton Street
London WC2A 2AE
United Kingdom
E-mail: m.p.coelho@lse.ac.uk

SUMÁRIO

Licenciada em Economia e Grau de Mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Grau de Doutor em Economia (especialidade em Economia Comportamental) pela London School of Economics and Political Science (LSE). Desde 2004 que é membro de staff da LSE. Entre 2004 e 2014 foi responsável pela disciplina de Negociação que se tornou uma disciplina de referência na LSE. Desde 2017 que é membro de Staff da Universidade Oxford, Said Business School, no curso Negociação para executivos. Neste curso desempenha funções letivas e também de coaching de executivos. Desde Fevereiro de 2021 que é Associate Fellow da Universidade de Oxford (Said Business School).

Em termos de investigação dedica-se essencialmente ao estudo do excesso de otimismo e excesso de confiança dos agentes económicos e implicações de tais desvios na tomada de decisões económicas. Os temas da sua investigação são temas centrais na área da Economia Comportamental como se comprova pela referência ao seu trabalho pelo premio Nobel em Economia, Daniel Kahneman, no seu livro “Thinking Fast and Slow”.

Paralelamente às funções letivas e de investigação, desempenha funções de consultoria. Entre outras funções de consultoria, participou em estudos sobre a reforma de preços na indústria farmacêutica em Portugal e estudos de desenvolvimento económico regional. Tem também experiência comprovada em Consultoria/Coaching de executivos (nomeadamente nas áreas de negociação e de influência). É membro efectivo (Vogal) do Conselho Fiscal da Corticeira Amorim.

CARGOS ACADEMICOS:

Fevereiro 2021 -: **Saïd Business School, University of Oxford, UK**

Associate Fellow

Junho 2017 -: **Saïd Business School, University of Oxford, UK**

Oxford Programme on Negotiation (Curso de Executivos), Membro da *Teaching Faculty* e Coach

Novembro 2014 -: **London School of Economics and Political Science (LSE), UK**

Department of Management, Research Associate

Setembro 2007 – Outubro 2014: **London School of Economics and Political Science, UK**

Department of Management, Membro de Teaching Faculty

Managerial Economics and Strategy Group (MES) &
Employment Relations and Organizational Behaviour Group (EROB)

CARGO NÃO ACADEMICO:

Abril 2019 - ...: **Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.**

Membro efectivo (Vogal) do Conselho Fiscal.

EDUCAÇÃO

GRAUS ACADEMICOS:

2000-2004 **London School of Economics, London, UK**

- Ph.D. (Doutoramento) em *Behavioural Economics/Management*
- Título da Tese de Doutoramento: *“Unrealistic Optimism, Entrepreneurship and Adverse Selection”*
- Supervisor: Professor David de Meza

1996-1999 **Faculdade de Economia do Porto, Portugal**
Mestrado em Economia (especialização em Economia Empresarial e Industrial), com distinção. Dissertação de mestrado intitulada “Cooperação e Rivalidade na Indústria Açucareira Portuguesa”, que visou compreender a estratégia de negócio das empresas açucareiras portuguesas numa perspetiva da Teoria dos Jogos.

1988-1993 **Faculdade de Economia do Porto, Portugal**
Licenciatura (5 anos) em Economia, tendo terminado no top 5% (num total de cerca de 200 alunos).

OUTROS GRAUS:

2020-2021 **Henley Business School, University of Reading, UK**

Professional Certificate in Executive Coaching

EXPERIÊNCIA DE ENSINO

January 2019 – May 2019: **London Business School (LBS), UK**

Negotiation and Bargaining (Curso de MBA & EMBA & MSc): Membro da *Teaching Faculty*.

2018 - ...: **The Small Countries Financial Management Centre (SCFMC)**

Junho 2017 - ...: **Saïd Business School, University of Oxford, UK**

Oxford Programme on Negotiation: Coach e membro da *Teaching Faculty*. Responsável pelas sessões sobre “Tomada de decisão e desvios de racionalidade” (*decision-making and other biases*) e sobre “Estilos de Negociação e Emoções”.

Fevereiro/2011-Novembro 2014: **London School of Economics and Political Science, UK**

Docente responsável pelo curso de *Negotiation Analysis* (MSc in Management) na LSE.

Janeiro/2010- Fevereiro/2011: **Licença de Maternidade**

Julho/2009-Janeiro/2010: **London School of Economics and Political Science**

Docente responsável pelos seguintes cursos:

- *Negotiation analysis* (MSc in Management).
- *Bargaining and Negotiation: Interests, Information, Strategy and Power*. (Julho 2009).

Docente co-responsável pelo Curso de Executivos “*Negotiation and Decision-Making*” (Junho/Julho 2009).

Dezembro /2008-Junho/2009: **Licença de Maternidade**

Outubro/2004 – Dezembro/2008: **London School of Economics and Political Science**

Docente responsável pelos seguintes cursos:

- *Negotiation analysis* (MSc Management). Avaliações de ensino: Melhor professora do departamento de Managerial Economics & Strategy Group e no topo de toda a LSE.
- *Bargaining and Negotiation: Interests, Information, Strategy and Power*

Professora Convidada sobre “Empreendedorismo” – MSc in Management (February 2007).

Setembro/2000 - Setembro/2004: **London School of Economics and Political Science**

Interdisciplinary Institute of Management, curso *Economics for Management* (MSc Management), Docente responsável (Setembro 2002, Setembro 2003 e Setembro 2004).

Departamento de Economia, curso *Microeconomic Principles I* (BSc in Economics), Docente. *Avaliação de qualidade ensino*: média de 4.6 em 5 (onde “5” representa a nota máxima) nos dois anos.

Examinadora externa e responsável pelo *revision weekend* para *external students* - “Managerial Economics”, 2001-2007.

1993-1999: **Universidade Católica Portuguesa, Portugal, Professora**

Economia da Empresa / Estratégia Empresarial (Licenciatura 2º e 4º anos)
Microeconomia Licenciatura (2º ano)
Economia Internacional, Licenciatura (2º ano)

1993-1996: **Instituto de Estudos Financeiros e Fiscais (IESF), Portugal, Professora**

Economia Internacional, Licenciatura (2º ano)

Economia Financeira, Licenciatura (2º ano)

BOLSAS DE ESTUDO E DISTINÇÕES:

2000-2004 Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia

1998-2000 Bolsa de Mestrado da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Setembro 2002 Departamento de Economia (LSE): Membro da equipa (liderada por Dr. Margaret Bray e por Dr. Jonathan Leape) que obteve o 2º premio no Reino Unido no *UK E-Tutor of the year competition* (prova nacional organizada pelo *Learning and Teaching Support Network* e pelo *The Times Higher Educational Supplement*) para o website do curso *Microeconomic Principles*.

Julho 2001 Bolsa do “The European Science Days 2001” summer school, Max Plank Institute.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Trabalhou como membro de equipas multidisciplinares de consultoria com empresas como a Europe Economics, Londres (sobre a reforma do sistema de saúde português) e com a Quaternaire Portugal (sobre desenvolvimento regional). Faz, também, consultoria/coaching de executivos nomeadamente nas áreas da negociação e influencia.

Membro efectivo (Vogal) do Conselho Fiscal da Corticeira Amorim.

INVESTIGAÇÃO

Os interesses de investigação estão sobretudo ligados à análise de *biases* comportamentais e suas implicações na tomada de decisão económica e no funcionamento e eficiência das empresas.

SELECÇÃO DE ARTIGOS PUBLICADOS

“Do Bad Risks Know It? Experimental Evidence on Optimism and Adverse Selection” (com David de Meza) *Economics Letters*, Volume 114, issue 2 (2012), pg. 168-171.

“Unrealistic Optimism: what it is and how to deal with it” *Management Research*, the Journal of the Iberoamerican Academy of Management, Volume 10, issue 3 (2012), pg. 226-238.

“Unrealistic Optimism: still a neglected trait” *Journal of Business and Psychology*, Volume 25, Issue 3 (2010), pg 397- 408. O Professor Daniel Kahneman referencia este paper no seu livro “Thinking, Fast and Slow” (2011).

“Irrational Exuberance, Entrepreneurial Finance and Public Policy” (com David de Meza e Diane Reyniers), *International Tax and Public Finance*, 11, 391-417, 2004 (edição especial sobre finanças publicas e mercados de capitais).

SELECÇÃO DE ARTIGOS EM CURSO

“Coordination and leadership: does organizational structure matter?” com Anastasia Danilov (University of Cologne) e Bernd Irlenbusch (University of Cologne).

“Leadership, Coordination and Organizational Growth” com Bernd Irlenbusch (University of Cologne).

LINGUAS

Fluente em Português, Inglês e Espanhol (falado e escrito). Bons conhecimentos de Francês.

REFERÊNCIAS

Professor Stuart Corbridge, Deputy Director e Provost da London School of Economics and Political Science (in 2014).

Não é detentora de ações da Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.

Cristina Galhardo Vilão

QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS

Licenciada em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1987.

Mestrado (LL.M.), Institute of Air and Space Law, McGill University, Montreal, Canadá, 1991.

Advogada inscrita na Ordem dos Advogados desde 1990.

ÁREAS DE ACTUAÇÃO

Direito comercial, societário e financeiro; assessoria jurídica a empresas; fusões e aquisições; direito imobiliário; direito aéreo; arbitragem.

CARREIRA PROFISSIONAL

Sócia fundadora de Galhardo Vilão, Torres, Sociedade de Advogados, Lisboa, desde 2000.

Sócia de Oliveira, Martins, Moura, Esteves e Associados, Sociedade de Advogados, membro de *Landwell, correspondent law firms of PricewaterhouseCoopers*, Lisboa, 1999 - 2000.

Advogada em Belarmino Martins & Associados - Sociedade de Advogados, Lisboa, 1997 – 1999.

Advogada em Barros, Sobral, G.Gomes & Associados - Sociedade de Advogados, Lisboa, 1992 – 1997.

Clifford Chance, Londres, 1995.

Presidente do Conselho de Arbitragem da Câmara de Comércio Americana em Portugal, 1994 – 1996.

Secretária-Geral do Conselho Permanente de Concertação Social de Macau, 1988 – 1990.

Assessora do Governo de Macau na área jurídico-económica, 1987 – 1990.

Nota com relevância para a Corticeira Amorim, SGPS, SA:

Não detém ações representativas do capital da Corticeira Amorim, SGPS, SA

SÍNTESE CURRICULAR

António Manuel Mónica Lopes de Seabra

Data Nasc.: 1951.04.06.

Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica -1973 - Fac.Engenharia da Univers.do Porto

Formação complementar:

Building Effective Organizations – Escola de Gestão do Porto 2003

ALPHA International General Management Programme - INSEAD / Fontainebleau -1992/93

International Manufacturing Program – INSEAD/Fontainebleau - 1999

Várias acções de formação em temas de gestão em Portugal e Alemanha

Participação como orador em várias conferências

Carreira Profissional:

2020/... - Sócio-gerente da empresa Terraços & Ruelas, Ida.

2015/2017- Vice-President da Continental Tire (The Americas) for Tire Manufacturing Plants Coordination.

2011/2015- Executive Vice President da Continental AG na Business Unit Pneus (Shanghai-China) – Região Ásia e Pacífico

2000/2011 – Continental Mabor Indústria de Pneus S.A. – Administrador Delegado e Presidente do Conselho de Administração – (De Maio 2004 a Agosto 2004 – em acumulação, Gerente da Continental San Luis Potosi – México)

1996/2000- Continental Mabor Indústria de Pneus S.A. – Director de Operações e Logística (Aprovisionamentos, Logística, Planeamento de Produção e Serviço de Clientes).

1995/96- Continental Mabor Indústria de Pneus S.A. - Director de Materiais e Distribuição (Aprovisionamentos e Logística).

1990/95- Continental Mabor Indústria de Pneus S.A. - Director de Aprovisionamentos.

1989/90- MABOR-Manufactura Nacional de Borracha S.A. - Director de Aprovisionamentos.

1987/89- Electricidade de Portugal (Porto)/ Direcção Operacional de Distribuição Norte-Assessoria nas Áreas de Normalização e Aprovisionamentos.

1984/87- Companhia de Electricidade de Macau – Diretor Chefe da Divisão de Planeamento, Projecto e Construção da Rede de BT, MT e AT .

1979/84- Electricidade de Portugal (Lisboa) / Orgão Central de Tecnologia-engenheiro de Normalização.

1976/79- Instituto Superior Técnico (Lisboa)/ Dep.Produção, Transporte e Distribuição de Energia-Assistente e membro de equipa de investigação do INIC.

1973/74- Federação de Municípios do Ribatejo (Santarém)-Engenheiro de Projeto e Construção de Redes Eléctricas MT e BT.

Em acumulação, desde 2004, membro de “Advisory Boards” e “Steering Committees” da Continental AG para vários Projetos Especiais;

2000/2011– Continental Pneus (Portugal) - Administrador

2000/2011– Continental Lemmerz – Presidente do Conselho de Gerência

2000/2011– APIB - Presidente da Direcção (Ass. Portuguesa Industriais de Borracha).

2006/2011– Instituto Superior Técnico – Membro Conselho Consultivo em Engenharia e Gestão

2006/2011– Membro do Conselho de Fundadores da Casa da Música

2008/2011– Membro do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música.

Não sou detentor, nem o meu cônjuge, de ações da Corticeira Amorim SGPS, SA.

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 23 DE ABRIL DE 2021 – 12 HORAS

DÉCIMO SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais e dos demais dirigentes.

Mozelos, Santa Maria da Feira
29 de março de 2021

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

Proposta do Conselho de Administração sobre a Política de Remunerações

Nos termos e para os efeitos previstos no número 1 do artigo 26º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração da Corticeira Amorim propõe à Assembleia Geral de Acionistas a deliberação sobre a seguinte proposta de Política de Remunerações a vigorar no triénio 2021-2023:

Considerando:

1. que, nos termos estatutários, compete Assembleia Geral da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos membros do Conselho de Administração, que integra a Comissão de Auditoria, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Revisor Oficial de Contas;
2. que, nos termos da Lei geral, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus Dirigentes e demais Colaboradores e Colaboradoras;
3. que o Conselho de Administração considera que a política e as remunerações praticadas nos exercícios anteriores claramente propiciam:
 - no caso dos membros do Conselho de Administração - o alinhamento entre os interesses dos beneficiários de tais remunerações e os interesses da Sociedade, fomentando um adequado equilíbrio entre a remuneração atribuída e o desempenho evidenciado em prol da rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade;
 - no caso dos membros dos demais órgãos sociais – o exercício das respetivas funções de forma profissional, empenhada e independente, em prol da integral salvaguarda das competências que, por Lei ou pelos Estatutos da Sociedade, lhes estão atribuídas;
 - no caso dos Dirigentes e demais Colaboradores e Colaboradoras, claramente propicia o alinhamento entre os interesses dos beneficiários de tais remunerações e os interesses da Sociedade, fomentando um adequado equilíbrio entre a remuneração atribuída e o desempenho evidenciado em prol da rentabilidade e da sustentabilidade da Sociedade a médio/longo prazo;
4. que a Sociedade acolhe o quadro recomendatório inscrito no Código de Governo Societário emanado pelo IPCG como um importante referencial de boas práticas procurando adotar as respetivas recomendações relacionadas com a Política de Remunerações;
5. que a Sociedade considera que a apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Acionistas sobre a Política de Remunerações para um triénio – favorece a compreensão das principais linhas de orientação desta política em benefício da transparência na fixação das remunerações a atribuir e da estabilidade a médio prazo do quadro remuneratório a praticar;

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim propõe que os Senhores Acionistas apreciem e aprovelem a seguinte

Política de Remunerações

Triénio 2021 a 2023

1. Os **Membros da Mesa da Assembleia Geral** devem auferir exclusivamente uma remuneração fixa, paga doze vezes por ano, alinhada com a prática de mercado, com as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados e com as credenciais técnicas e profissionais evidenciadas;
2. A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
3. Os **Membros do Conselho de Administração, que inclui uma Comissão de Auditoria**, devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada Membro do Conselho de Administração;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;
 - sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho/bónus pelo atingimento de metas a um ano das empresas do Grupo Corticeira Amorim, e a três anos pelo atingimento de metas da Sociedade.
 - a atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica, social e ambiental a médio/longo prazo da Organização;
 - o montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente por uma comissão interna criada especialmente para o efeito (Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações, composta maioritariamente por administradores não executivos independentes), sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no

exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira, criação de valor;

- o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;
 - os Membros Não Executivos do Conselho de Administração que integram a Comissão de Auditoria devem auferir exclusivamente uma remuneração fixa, paga doze vezes ao ano, alinhada com a prática de mercado, com as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados e com as credenciais técnicas e profissionais evidenciadas;
 - aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
4. Os pagamentos decorrentes da cessão de funções dos membros de qualquer órgão ou comissão da Sociedade são os que decorrem da lei geral, estando vedada à Sociedade a possibilidade de estabelecer acordos específicos que determinem o pagamento de outras compensações;
5. Os demais **Colaboradores e Colaboradoras** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
- os Colaboradores e Colaboradoras da Corticeira Amorim estão enquadrados pelo contrato coletivo da indústria corticeira, celebrada pelo APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça e pelas estruturas sindicais do setor, que enquadra também o quadro remuneratório mínimo obrigatório;
 - relativamente aos grupos profissionais ligados a funções industriais que requerem tipos de mão-de-obra direta, indireta e administrativa, os referenciais de remuneração base (fixa) funcionam - e devem continuar a funcionar - como limites mínimos de remuneração fixa. A Corticeira Amorim complementa estas remunerações com prémios variáveis ligados ao grau de cumprimento determinados objetivos (individuais e de equipa). O objetivo é diferenciar e ampliar cada vez mais estas práticas, fomentando entre os Colaboradores e Colaboradoras deste segmento uma lógica de objetivos e de equipa, e deve continuar a consubstanciar-se num pacote remuneratório que inclui salário base mensal (fixo),

subsídios indexados ao tempo de trabalho (turno, trabalho noturno); e prémios ligados ao cumprimento dos objetivos de equipa;

- relativamente aos Dirigentes, Quadros Superiores e Quadros Médios, a Sociedade pratica - e deve continuar a praticar - uma remuneração com uma componente fixa, em equilíbrio com as práticas remuneratórias de mercado, e um sistema de remuneração variável ligado a objetivos a um ano e três anos, privilegiando o atingimento de metas individuais e coletivas, mas com um peso superior no atingimento de resultados da Sociedade. O seu montante será determinado em função da contribuição, objetiva e mensurável, através do Sistema de Gestão de Desempenho – Gestão de Objetivos, dos Dirigentes, Quadros Superiores e Quadros Médios, em termos individuais e/ou coletivos, para o desenvolvimento sustentável da atividade e para a rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, sustentabilidade, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação de valor;
- Esta política e alinhamento de incentivos pretende garantir a atração e retenção de profissionais com as competências requeridas, reforçando uma cultura interna em que o desempenho individual é colocado ao serviço de um bem coletivo maior, e deve continuar a consubstanciar-se num pacote remuneratório que inclui uma remuneração fixa anual na mediana do mercado e uma remuneração variável a um ano e diferida (três anos) dependente da concretização de metas individuais e de equipa;

6. A remuneração variável a atribuir nos termos previstos nos pontos 3. e 5. não deve ultrapassar 65% da remuneração fixa anual.

7. Não é política da Sociedade remunerar os membros dos seus órgãos sociais mediante a atribuição de:

- planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações a Sociedade ou com base nas variações do preço das suas ações;
- sistema de benefícios de reforma.

Esta Política de Remunerações alicerça-se em princípios de simplicidade, clareza e transparência e estando alinhada com as melhores práticas e tendências do mercado, visando assegurar também que a remuneração total e a respetiva estrutura (componentes fixa e variável e, dentro desta, componente de curto e de médio prazo) são competitivas face às práticas do mercado global potenciadoras de elevados níveis de desempenho e profissionalismo, em prol do desenvolvimento da estratégia de crescimento sustentável do Grupo Corticeira Amorim.

Mozelos, 29 de março de 2021

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luisa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal